



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

(SESSÃO CONJUNTA)

---

ANO LXIV - Nº 015 - QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

---

**MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

**Presidente**

*Senador* **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

**1º Vice-Presidente**

*Deputado* **MARCO MAIA** – PT-RS

**2º Vice-Presidente**

*Senadora* **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

**1º Secretário**

*Deputado* **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

**2º Secretário**

*Senador* **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

**3º Secretário**

*Deputado* **ODAIR CUNHA** – PT-MG

**4º Secretário**

*Senadora* **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <b>1 – LEIS E ATOS NORMATIVOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |       |
| <b>1.2 – DECRETOS LEGISLATIVOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |
| Nºs 349 a 498, de 2009. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 02569 |
| <b>2 – ATA DA 16ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 e 15 DE JULHO DE 2009</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |
| 2.1 – ABERTURA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |       |
| 2.2 – EXPEDIENTE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |       |
| <b>2.2.1 – Pronunciamentos (Breves Comunicações)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |       |
| <i>DEPUTADO JAVAIR ARANTES</i> – Discórdância quanto à votação de créditos na presente sessão e manifestação favorável à aprovação da LDO. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 02617 |
| <i>DEPUTADO JÚLIO DELGADO</i> – Questionamentos sobre a aquisição de submarinos nucleares franceses pelo Governo brasileiro. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 02617 |
| <b>2.2.2 – Suspensa às 16 horas e 58 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 3 minutos</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |       |
| <b>2.2.3 – Pronunciamentos (Breves Comunicações – continuação)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |
| <i>DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ</i> – Reclamação quanto à exigência da Comissão Mista de Orçamentos de que fosse suspensa a presente sessão, até que a referida Comissão entabulasse acordo em torno da LDO. Críticas a entrevista concedida pelo Senador Tião Viana à revista Veja. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 02618 |
| <b>2.2.4 – Suspensa às 19 horas e 31 minutos, no dia 14 do corrente, a sessão é reaberta às 19 horas e 22 minutos, do dia 15 do corrente</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |       |
| <b>2.2.5 – Questão de Ordem</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |       |
| Suscitada pelo Deputado Ricardo Barros, com fulcro nos incisos IX, X e XI do art. 71 da Constituição Federal, cumulado com os arts. 246 e 276 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, referente à figura da medida cautelar para a sustação de contratos pelo referido Tribunal. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |
| <i>O SR. PRESIDENTE</i> (Marco Maia) – Acolhimento da questão de ordem suscitada para análise técnica e posterior informação sobre o procedimento a ser adotado pela Mesa do Congresso Nacional. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 02628 |
| 2.3 – ORDEM DO DIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |
| <b>2.3.1 – Item 1</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       |
| Projeto de Lei nº 7, de 2009-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências. Aprovado o Substitutivo, com adendos, errata e emenda de redação apresentada nesta oportunidade, após usarem da palavra os Srs. João Leão (Relator ad hoc), Paulo Bornhausen, Duarte Nogueira, Arnaldo Madeira, Darcísio Perondi, Eduardo Valverde, Claudio Cajado, Humberto Souto, Renato Casagrande, Colbert Martins, Carlos Abicalil, Otavio Leite e Sandro Mabel. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... | 02628 |
| <b>Redação final do Projeto de Lei nº 7, de 2009-CN</b> (Parecer nº 26, de 2009-CMO). Aprovada. <b>À sanção.</b> ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 02646 |
| <b>2.3.2 – Item 2</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       |
| <b>Projeto de Lei nº 12, de 2009-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$638.258.797,00 (seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, nos termos do Parecer nº 25, de 2009-CMO. À sanção.</b> ....                                                                                             | 02646 |
| <b>2.3.3 – Item 3</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       |
| <b>Projeto de Lei nº 13, de 2009-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R\$886.314.909,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e nove reais), para os fins que especifica, e dá outras providências. Aprovado o Substitutivo, nos termos do Parecer nº 33, de 2009-CMO. À sanção.</b> ....                                                              | 02655 |
| <b>2.3.4 – Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 12, de 2009-CN)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |       |
| <b>Projeto de Lei nº 19, de 2009-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, crédito especial no valor total de R\$103.263.522,00 (cento e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e vinte e dois reais), para os fins que especifica. Aprovado, nos termos do Parecer nº 27, de 2009-PLN. À sanção.</b> ....                                                                                                                                                                     | 02686 |
| <b>2.3.5 – Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 13, de 2009-CN)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |       |
| <b>Projeto de Lei nº 21, de 2009-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ,</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |       |

crédito especial no valor total de R\$39.640.772,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e quarenta mil, setecentos e setenta e dois reais), para os fins que especifica. Aprovado, **nos termos do Parecer nº 28, de 2009-PLEN. À sanção.**.....

02692

**2.3.6 – Item 6 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 14, de 2009-CN)**

**Projeto de Lei nº 23, de 2009-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$301.900.623,00 (trezentos e um milhões, novecentos mil, seiscentos e vinte e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, nos termos do Parecer nº 29, de 2009-PLEN, tendo usado da palavra os Srs. Claudio Cajado e Otávio Leite. À sanção.**.....

02698

**2.3.7 – Item 7 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 15, de 2009-CN)**

**Projeto de Lei nº 25, de 2009-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$119.120.055,00 (cento e dezenove milhões, cento e vinte mil, cinqüenta e cinco reais), para os fins que especifica. Aprovado, nos termos do Parecer nº 30, de 2009-PLEN, tendo usado da palavra os Srs. Claudio Cajado, Otávio Leite e a Rose de Freitas. À sanção.**.....

02712

**2.3.8 – Item 8 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 16, de 2009-CN)**

**Projeto de Lei nº 24, de 2009-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 501.561.242,00 (quinhentos e um milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, nos termos do Parecer nº 31, de 2009-PLEN, tendo usado da palavra os Srs. Claudio Cajado, Gilmar Machado e Eduardo Valverde. À sanção.**.....

02731

**2.3.9 – Apreciação de matéria**

Ofício nº 258/2009, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando providências no sentido de proceder à retificação na publicação da Lei nº 11.897, de 30-12-2008 – Lei Orçamentária para 2009, tendo em vista a correção de erro material no processamento de emendas. **Aprovada a retificação.**.....

02739

**2.3.10 – Ordem do Dia (continuação)**

Item 9 (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 17, de 2009-CN).....

02747

**Projeto de Lei nº 17, de 2009-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no**

valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), pra o fim que especifica. Aprovado, **nos termos do Parecer nº 32, de 2009-PLEN. À sanção.**.....

02747

**2.3.11 – Fala da Presidência (Deputado Marco Maia)**

**2.3.12 – Discursos encaminhados à publicação**

**DEPUTADA LUCIANA GENRO** – Posicionamento do PSOL sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010.....

02752

**DEPUTADO ANDRÉ DE PAULA** – Homenagem pelo transcurso do centenário de Vitalino Pereira dos Santos.....

02754

**DEPUTADO EUGÊNIO RABELO** – Homenagem ao poeta Antônio Gonçalves da Silva, o “Patativa do Assaré”.....

02755

**2.4 – ENCERRAMENTO**

**3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO**

Redação Final apresentada ao Projeto de Lei nº 7, de 2009-CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO)

**4 – ATAS**

**4.1 – Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 9, 10 e 11 de dezembro de 2008.....

02756

Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de maio de 2009.....

02784

Ata da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 27 de maio de 2009. ....

02791

Ata da 6ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2009.....

02792

Ata da 7ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2009.....

02794

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2009.....

02795

Ata da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 27 de maio de 2009. ....

02803

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio, 2 e 3 de junho de 2009. ....

02834

Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 16 de junho de 2009. ....

02870

Ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de junho de 2009.....

02873

**CONGRESSO NACIONAL**

**5 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

**6 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**7 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**8 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**



# CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 349, DE 2009

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE SUL MATOGROSSENSE DE EMISSORAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caarapó, Estado do Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 97.737, de 12 de maio de 1989, que renova, por dez anos, a partir de 23 de outubro de 1988, a concessão outorgada à Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caarapó, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 350, DE 2009

**Aprova o ato que renova a concessão deferida à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE CORUMBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 1995, que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Clube de Corumbá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 351, DE 2009

**Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de maio de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Central do Paraná Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 352, DE 2009

**Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL DE OLHO EM SÃO SEBASTIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 728, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Organização Não-Governamental de

Olho em São Sebastião para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2009**

**Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de fevereiro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Cultura de Curitiba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga concessão à REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de abril de 2008, que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusi-

dade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2009**

**Aprova o ato que renova a concessão da JERÔNIMO T. MINAMIHARA & CIA. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaí, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de janeiro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Jerônimo T. Minamihara & Cia. Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 356, DE 2009**

**Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA PROGRESSO FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 100, de 30 de julho de 1999, que autoriza a Rádio Comunitária Progresso FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2009**

**Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA UNIÃO SUL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 216, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária União Sul a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2009**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ANTENA AZUL para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de agosto de 1997, a concessão outorgada à Fundação Antena Azul para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ESPERANÇA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 812, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Difusão Rádio Comunitária Esperança FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 360, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM ARAGUAIA DE PALMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 244, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos

termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à FOLHA POPULAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 193, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 362, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DE PIRANHAS – GRUPO EMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 547, de 27 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Ecologia e Meio Ambiente de Piranhas – Grupo Ema para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO CULTURAL DE JATAÍ (ACONDEJ) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 581, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sócio Cultural de Jataí (ACONDEJ) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 364, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ABAÍRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaíra, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 700, de 29 de dezembro de 2005, que outorga permissão à Rádio Abaíra FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaíra, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte



### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2009**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio XINGUARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xinguara, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 31 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 junho de 1998, a concessão outorgada à Rádio Xinguara Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xinguara, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO ESPERANÇA DE APORÉ – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aporé, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.025, de 19 de dezembro de 2006, que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Esperança de Aporé – FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aporé, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à associação RÁDIO COMUNITÁRIA JACUIPE FM para executar serviço de radiodifusão**

**comunitária na cidade de Jacuípe, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 646, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Jacuípe FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuípe, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à sociedade civil do desenvolvimento cultural e social do município de chã preta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã Preta, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 814, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Sociedade Civil do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Chã Preta para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã Preta, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ALIANÇA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 612, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Aliança FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CRISTO REI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 583, de 15 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Cristo Rei para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à rádio comunitária sant'ana de óbidos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Óbidos, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 738, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Rádio Comunitária Sant'Ana de Óbidos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de ex-

clusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Óbidos, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PIONEIRA COMUNITÁRIA ALDEIENSE DE RADIODIFUSÃO, PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuparaque, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 983, de 23 de novembro de 2006, que outorga autorização à Associação Pioneira Comunitária Aldeense de Radiodifusão, para a Promoção da Cultura, Artes e Educação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuparaque, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO de desenvolvimento comunitário de Martins soares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins Soares, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 83, de 12 de março de 2008, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Mar-

tins Soares para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins Soares, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO de radiodifusão nova tropical de São Sebastião do Anta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Anta, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 343, de 28 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Tropical de São Sebastião do Anta para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Anta, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 375, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CAETANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetanópolis, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 611, de 6 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Caetanópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direi-

to de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetanópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RMS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 194, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio RMS Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. – EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 379, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. – EPP para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 378, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RENASCER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mar Vermelho, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 424, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mar Vermelho, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 379, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à FATOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 189, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 380, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à EXTRA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Extra Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 381, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SCPB – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 252, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à SCPB – Sistema de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 382, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA OTACÍLIO RISONHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 683, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Otacílio Risonho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à XARAÉS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 957, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 384, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**

**para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 977, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 385, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TATUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 159, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Tatuí para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 386, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA AGRESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Agreste de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à associação COMUNITÁRIA sócio cultural kiriris para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 774, de 22 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio Cultural Kiriris para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 388, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 628, de 21 de setembro de 2006, que outorga

permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA MAIOR DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 280, de 29 de maio de 2007, que outorga permissão à Sistema Maior de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ÁGUA DOCE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Calçoene, Estado do Amapá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 517, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Água Doce Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada na cidade de Calçoene, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à NEVES & OLIVEIRA ANDRADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 519, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Neves & Oliveira Andrade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PROGRESSIVA DE SERRINHA DOS PINTOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 822, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 393, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO METRÓPOLE REGIONAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 633, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Metrópole Regional FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 394, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CASTILHO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castilho, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 182, de 24 de abril de 2008, que outorga autorização à Rádio Comunitária Castilho FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2009(\*)**

**Aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil, efetuando-se as correções a seguir especificadas na tradução do texto autêntico em inglês para o português:

I – compatibilize-se com o texto original em inglês a tradução para o português do algoritmo do Anexo 2, incluindo-se os termos, as notas de rodapé e a seta faltantes;

II – substitua-se, na tradução para o português, a expressão “de interesse internacional” por “de importância internacional” no título do Anexo 2 e exemplos;

III – substitua-se, na tradução para o português, a expressão “certificado de dispensa de saneamento” por “certificado de dispensa sanitária” no Anexo 3;

IV – substitua-se, na tradução para o português, a expressão “certificado de controle de sanidade ou certificado de controle e saneamento” por “certificado de controle sanitário” nos Anexos 3, 4 e 5;

V – substitua-se a expressão “veículo” por “meio de transporte” nos Anexos 4 e 5;

VI – substitua-se, na tradução para o português, a expressão “sanitária” por “de saúde” nos Anexos 4, 5 e 9.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Regulamento Sanitário Internacional, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(\*) O Texto do Regulamento acima citado está publicado no **DSF** de 12/3/2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 396, DE 2009**

**Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA SERRA DOS CRISTAIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de abril de 2000, que renova por dez anos, a partir de 20 de setembro de 1997, a concessão da Rádio Difusora Serra dos Cristais Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 397, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ALTERNATIVA DE RADIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 126, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Alternativa de Radiodifusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE VEREDA DO BREJO ANGELIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleiras, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 32, de 7 de fevereiro de 2006, que outorga autorização ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vereda do Brejo Angelim para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleiras, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 399, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-MELHORAMENTO NASCENTE DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Pró-Melhoramento Nascido do Sol para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 285, de 28 de junho de 2005, que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 401, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PARAÍSO DE CAMOCIM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Independência, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.807, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Independência, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à ECO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 235, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

—————  
Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 403, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assaré, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Três Climax Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

—————  
Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão so-**

**nora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 171, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Sistema Alpha de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

—————  
Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 405, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à HP COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 245, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

—————  
Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 406, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 191, de 3 de abril de 2006, que outorga permis-

são à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 407, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga concessão à SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de abril de 2008, que outorga concessão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 408, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 619, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em fre-

quência modulada na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à FM CARIÚS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariús, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 547, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à FM Cariús Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariús, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 410, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 188, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 411, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 185, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 184, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 413, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga concessão à IBICUITINGA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Ibicuitinga FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 414, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BETEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 721, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Betel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte



### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 415, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à MENDONÇA E RIOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Loanda, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 173, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Mendonça e Rios Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Loanda, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 416, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GOIOXIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioxim, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 819, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Goioxim para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioxim, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 417, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO JOVEM DE**

**IRAUÇUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 684, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Apoio ao Jovem de Irauçuba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 418, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à GRUPO COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 427, de 12 de setembro de 2006, que outorga permissão à Grupo Comunicação do Vale Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 419, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VERA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso.**



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 468, de 12 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Vera Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 420, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à BARRINHA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 470, de 12 de setembro de 2006, que outorga permissão à Barrinha Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 421, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 472, de 12 de setembro de 2006, que outor-

ga permissão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL TRADICIONAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 756, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Tradicional para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 423, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA TORRE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 638, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Torre de Comunicação Ltda. para

explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 424, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO COMUNICAÇÃO FM STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 425, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 349, de 28 de junho de 2007, que outorga permissão à Rádio São Brás do Suaçuí FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusivi-

dade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 426, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 411, de 8 de setembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canaã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 427, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE RÁDIO DIFUSÃO ALTERNATIVO DE SÃO MARTINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 591, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativo de São Martinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 428, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES LAGUNENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 588, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Comunicações Lagunense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 429, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE DAS ÁGUAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 627, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Cidade das Águas Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em fre-

quência modulada na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 424, de 12 de setembro de 2006, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 431, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga concessão à XARAÉS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 432, DE 2009

**Aprova o ato que outorga autorização à associação comunitária de desenvolvimento artístico e cultural de novo horizonte do sul/ms – ACONHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 872, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Novo Horizonte do Sul/MS – ACONHOS para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2009

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE SALINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 800, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Salinópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2009

**Aprova o ato que outorga permissão à AURORA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 523, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Aurora Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2009

**Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 528, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crato, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 544, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crato, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 615, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à PORTEL SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagre, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 616, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Portel Serviços de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagre, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO VICENTE PINZON para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 433, de 29 de setembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzon para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 440, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL CAJURUENSE**

**BOCA DA MATA DE APOIO À COMUNIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 8, de 3 de janeiro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Cajuruense Boca da Mata de Apoio à Comunidade para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE GÁLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gália, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 128, de 11 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Gália para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gália, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 442, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GRUPO SEMENTE NOVA DO DISTRITO DE MISSI para executar serviço de radiodifusão co-**

**munitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 136, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária do Grupo Semente Nova do Distrito de Missi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CIDADE DAS ROSAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 156, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Cidade das Rosas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 444, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO PALMARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares Paulista, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 230, de 28 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Palmares para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DABAR DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 68, de 7 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Dabar de Comunicação, Educação e Cultura para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 446, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à associação COMUNITÁRIA de cultura da confresa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 15, de 3 de janeiro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura da Confresa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 447, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SANTA FÉ DE CROATÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Croatá, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 723, de 18 de dezembro de 2007, que outorga permissão à Rádio Santa Fé de Croatá Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Croatá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 448, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE AFONSO BEZERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Bezerra, Estado do Rio Grande do Norte.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 753, de 18 de dezembro de 2007, que outorga

autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Bezerra, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 449, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CULTURAL DE VITÓRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 388, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 450, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angelim, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 153, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Novos Tempos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angelim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 451, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CARRANCAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrancas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 86, de 16 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Carrancas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrancas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 452, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ABECCA – associação BENEMÉRITA E CULTURAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 34, de 7 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à ABECCA – Associação Benemerita e Cultural de Conceição das Alagoas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais.



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 453, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à INDÚSTRIAS GRÁFICAS O ESTADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 635, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Indústrias Gráficas O Estado Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 454, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonfinópolis, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 604, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonfinópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 455, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL SEBASTIÃO OSVALDO COSTA – FECUSOCT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçu, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 129, de 11 de abril de 2007, que outorga autorização à Fundação Educativa Cultural Sebastião Osvado Costa – FECUSOCT para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçu, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 456, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à GRÁFICA E EDITORA DIÁRIO DO SUDOESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicuí, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 310, de 24 de agosto de 2004, que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicuí, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 457, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NOSSA SENHORA DO AMPARO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Amparo, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 749, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora do Amparo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Amparo, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 458, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE IRAMAIA – ADECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iramaia, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 650, de 9 de dezembro de 2003, alterada pela Portaria nº 239, de 24 de maio de 2004, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Iramaia – ADECI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iramaia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à associação cultural RAÍZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 63, de 6 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Raízes para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 460, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à associação COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PORTO BARREIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Barreiro, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 756, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Barreiro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Barreiro, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 461, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 488, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Capelista Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à CONTINENTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 532, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 463, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em**

**frequência modulada na cidade de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 617, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga concessão à SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 465, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO POPULAR DE SENADOR SÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 587, de 15 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Senador Sá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 466, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMO DE PLATINA para executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Platina, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 769, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Platina para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Platina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 467, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à MEIO OESTE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 962, de 20 de novembro de 2006, que outorga

permissão à Meio Oeste Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SOBRAL & MAYRINK LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Riversul, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 979, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Sobral e Mayrink Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Riversul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 981, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de



exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO LITORAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Rádio Litoral Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 471, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 472, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FOLHETA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 328, de 19 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Folheta para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA ÔMEGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 501, de 13 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Ômega para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à GRUPO CULTURAL SEMENTE DO VALE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carbonita, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 796, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Grupo Cultural Semente do Vale para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carbonita, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 242, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM ARAGUAIA DE PALMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colméia, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 243, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colméia, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à CNC.BR – CENTRO NACIONAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 499, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à CNC.BR – Centro Nacional de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova América, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 537, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova América, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 600, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNI-**

**TÁRIA NAVEGANTES DE ANHEMBI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anhembi, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 231, de 28 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Navegantes de Anhembi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anhembi, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 481, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga concessão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 482, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA ARCA DE POÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 158, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Arca de Poá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL VALE DO RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colômbia, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 72, de 7 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colômbia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAUBAL – AP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaubal, Estado do Amapá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 115, de 20 de março de 2008, que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Itaubal

-AP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaubal, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 485, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga concessão à FAROL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Farol Radiodifusão Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 486, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM ARAGUAIA DE PALMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Olinda, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 320, de 19 de junho de 2007, que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Olinda, Estado do Tocantins.



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 487, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO E CULTURA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 348, de 28 de junho de 2007, que outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão e Cultura Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 488, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 609, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 489, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. RABELO & CIA. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 307, de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia. Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 490, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO AJURU FM DE LIMOEIRO DO AJURU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 132, de 11 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Rádio Ajuru FM de Limoeiro do Ajuru para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 491, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARACRUZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracruz, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 276, de 5 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Aracruz para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracruz, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 492, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PRÓ BRAÇO DO RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 125, de 20 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Pró Braço do Rio para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 493, DE 2009(\*)**

**Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 13/03/2009.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 494, DE 2009(\*)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem

tem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 13/03/2009.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 495, DE 2009(\*)**

**Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Brasília, em 14 de março de 2006.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Brasília, em 14 de março de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 13/05/2009.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 496, DE 2009(\*)**

**Aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em Viena, em 23 de maio de 1969, ressalvados os arts. 25 e 66.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em Viena, em 23 de maio de 1969, ressalvados os arts. 25 e 66.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão da referida Convenção e de seu Anexo, bem como quaisquer atos que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(\*) O texto da Convenção acima citado está publicado no **DSF** de 28/05/2009.

-----

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 497, DE 2009(\*)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapirã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevideo, celebrado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapirã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevideo, celebrado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 28/05/2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 498, DE 2009(\*)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado em Brasília, em 14 de dezembro de 2006.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e

Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado em Brasília, em 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, inclusive quaisquer ajustes complementares destinados à utilização dos centros brasileiros de lançamento de satélites, ou de quaisquer bases militares, bem como quaisquer ajustes complementares, acordos executivos ou quaisquer outros acertos que, nos termos dos incisos I e X do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional ou impliquem a utilização de áreas destinadas à defesa nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de julho de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 24/06/2009.



# Ata da 16ª Sessão Conjunta, em 14 e 15 de julho de 2009

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Marco Maia

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 46 minutos do dia 14 de julho, e encerra-se às 22 horas e 27 minutos, do dia 15 de julho)

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Senadores:

### Senado Federal

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 14/7/2009 07:35:30 até 16/7/2009 20:30:08

| Partido     | UF | Nome                     | Pres | Voto |
|-------------|----|--------------------------|------|------|
| DEM         | DF | ADELMIR SANTANA          | X    | X    |
| PMDB        | SE | ALMEIDA LIMA             | X    | X    |
| Bloco-PT    | SP | ALOIZIO MERCADANTE       | X    | X    |
| PSDB        | PR | ALVARO DIAS              | X    | X    |
| DEM         | BA | ANTÔNIO CARLOS JUNIOR    | X    | X    |
| Bloco-PSB   | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | X    | X    |
| PSDB        | AM | ARTHUR VIRGÍLIO          | X    | X    |
| Bloco-PT    | RR | AUGUSTO BOTELHO          | X    | X    |
| Bloco-PR    | BA | CÉSAR BORGES             | X    | X    |
| PSDB        | PB | CÍCERO LUCENA            | X    | X    |
| PDT         | DF | CRISTOVAM BUARQUE        | X    | X    |
| Bloco-PT    | MS | DELÍCIDIO AMARAL         | X    | X    |
| DEM         | GO | DEMÓSTENES TORRES        | X    | X    |
| PSDB        | MG | EDUARDO AZEREDO          | X    | X    |
| DEM         | PB | EFRAIM MORAIS            | X    | X    |
| DEM         | MG | ELISEU RESENDE           | X    | X    |
| PTB         | MA | EPITÁCIO CAFETEIRA       | X    | X    |
| Bloco-PR    | RO | EXPEDITO JÚNIOR          | X    | X    |
| Bloco-PT    | RO | FÁTIMA CLEIDE            | X    | X    |
| Bloco-PT    | PR | FLÁVIO ARNS              | X    | X    |
| PSDB        | PA | FLEXA RIBEIRO            | X    | X    |
| PMDB        | RN | GARIBALDI ALVES FILHO    | X    | X    |
| PMDB        | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR  | X    | X    |
| DEM         | MT | GILBERTO GOELLNER        | X    | X    |
| PMDB        | AP | GILVAM BORGES            | X    | X    |
| PTB         | DF | GIM ARGELLO              | X    | X    |
| DEM         | PI | HERÁCLITO FORTES         | X    | X    |
| Bloco-PT    | SC | IDELI SALVATTI           | X    | X    |
| Bloco-PCdoB | CE | INÁCIO ARRUDA            | X    | X    |
| PMDB        | PE | JARBAS VASCONCELOS       | X    | X    |
| DEM         | MT | JAYME CAMPOS             | X    | X    |
| PDT         | AM | JEFFERSON PRAIA          | X    | X    |
| PDT         | BA | JOÃO DURVAL              | X    | X    |
| Bloco-PT    | AM | JOÃO PEDRO               | X    | X    |
| Bloco-PR    | TO | JOÃO RIBEIRO             | X    | X    |
| PTB         | PI | JOÃO VICENTE CLAUDINO    | X    | X    |
| DEM         | RN | JOSÉ AGRIPINO            | X    | X    |
| P-SOL       | PA | JOSÉ NERY                | X    | X    |
| PMDB        | AP | JOSÉ SARNEY              | X    |      |
| DEM         | TO | KÁTIA ABREU              | X    |      |
| PMDB        | TO | LEOMAR QUINTANILHA       | X    | X    |

| Partido   | UF | Nome                           | Pres | Voto |
|-----------|----|--------------------------------|------|------|
| PMDB      | NA | LOBÃO FILHO                    | X    |      |
| PSDB      | GO | LÚCIA VÂNIA                    | X    | X    |
| Bloco-PR  | ES | MAGNO MALTA                    | X    | X    |
| PMDB      | PI | MÃO SANTA                      | X    |      |
| Bloco-PRB | RJ | MARCELO CRIVELLA               | X    | X    |
| DEM       | PE | MARCO MACIEL                   | X    | X    |
| PSDB      | GO | MARCONI PERILLO                | X    | X    |
| DEM       | SE | MARIA DO CARMO ALVES           | X    | X    |
| Bloco-PT  | AC | MARINA SILVA                   | X    | X    |
| PSDB      | NS | MARISA SERRANO                 | X    | X    |
| PTB       | RR | MOZARILDO CAVALCANTI           | X    | X    |
| PMDB      | SC | NEUTO DE CONTO                 | X    | X    |
| PDT       | PR | OSMAR DIAS                     | X    | X    |
| PSDB      | AP | PAPALÉO PAES                   | X    | X    |
| PDT       | CE | PATRICIA SABOYA                | X    | X    |
| PMDB      | RJ | PAULO DUQUE                    | X    | X    |
| DEM       | SC | RAIMUNDO COLOMBO               | X    | X    |
| PMDB      | AL | RENAN CALHEIROS                | X    | X    |
| Bloco-PSB | ES | RENATO CASAGRANDE              | X    | X    |
| Bloco-PRB | PB | ROBERTO CAVALCANTI             | X    | X    |
| PMDB      | RR | ROMERO JUCÁ                    | X    | X    |
| PTB       | SP | ROMEU TUMA                     | X    | X    |
| DEM       | RN | ROSALBA CIARLINI               | X    | X    |
| PSDB      | PE | SÉRGIO GUERRA                  | X    | X    |
| PTB       | RS | SÉRGIO ZAMBIASI                | X    | X    |
| Bloco-PT  | MT | SERYS SLHESSARENKO             | X    | X    |
| PSDB      | CE | TASSO JEREISSATI               | X    | X    |
| Bloco-PT  | AC | TIÃO VIANA                     | X    | X    |
| PMDB      | RO | VALDIR RAUPP                   | X    | X    |
| PMDB      | MS | VALTER PEREIRA                 | X    | X    |
| PMDB      | MG | WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | X    | X    |

**Compareceram: 72 Senadores**

É o Seguinte o Registro de Comparecimento das Sras. e dos Srs. Senadores:

**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 17/07/2009  
 Hora: 18:29

**53ª LEGISLATURA**

**TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**SESSÃO CONJUNTA Nº 016 - 14/07/2009**

Início : 14/07/2009 16:46

Fim : 15/07/2009 22:27

**Total de Presentes : 449**

|                            | Partido | Bloco          |
|----------------------------|---------|----------------|
| <b>RORAIMA</b>             |         |                |
| 001 - Angela Portela       | PT      | PmdbPtc        |
| 002 - Edio Lopes           | PMDB    |                |
| 003 - Francisco Rodrigues  | DEM     |                |
| 004 - Luciano Castro       | PR      | PsbPCdoBPmnPrb |
| 006 - Marcio Junqueira     | DEM     |                |
| 005 - Maria Helena         | PSB     |                |
| 008 - Urzeni Rocha         | PSDB    |                |
| Presentes Roraima: 7       |         |                |
| <b>AMAPÁ</b>               |         |                |
| 582 - Antonio Feijão       | PSDB    | PsbPCdoBPmnPrb |
| 009 - Dalva Figueiredo     | PT      |                |
| 011 - Evandro Milhomen     | PCdoB   |                |
| 012 - Fátima Pelaes        | PMDB    |                |
| 016 - Janete Capiberibe    | PSB     |                |
| 014 - Jurandir Juarez      | PMDB    |                |
| 015 - Lucenira Pimentel    | PR      |                |
| 017 - Sebastião Bala Rocha | PDT     |                |
| Presentes Amapá: 8         |         |                |
| <b>PARÁ</b>                |         |                |
| 020 - Asdrubal Bentes      | PMDB    | PmdbPtc        |
| 018 - Bel Mesquita         | PMDB    | PmdbPtc        |
| 019 - Beto Faro            | PT      | PmdbPtc        |
| 026 - Gerson Peres         | PP      |                |
| 027 - Giovanni Queiroz     | PDT     |                |
| 029 - Lúcio Vale           | PR      |                |
| 030 - Paulo Rocha          | PT      |                |
| 035 - Vic Pires Franco     | DEM     |                |
| 032 - Wandenkolk Gonçalves | PSDB    |                |
| 023 - Wladimir Costa       | PMDB    |                |
| 025 - Zé Geraldo           | PT      |                |
| 034 - Zenaldo Coutinho     | PSDB    |                |
| Presentes Pará: 12         |         |                |
| <b>AMAZONAS</b>            |         |                |
| 038 - Átila Lins           | PMDB    | PmdbPtc        |
| 041 - Francisco Praciano   | PT      | PmdbPtc        |
| 580 - Lupércio Ramos       | PMDB    |                |
| 036 - Marcelo Serafim      | PSB     |                |

|                                    | <b>Partido</b> | <b>Bloco</b>          |
|------------------------------------|----------------|-----------------------|
| <b>AMAZONAS</b>                    |                |                       |
| <b>043 - Sabino Castelo Branco</b> | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>039 - Silas Câmara</b>          | <b>PSC</b>     |                       |
| <b>Presentes Amazonas: 6</b>       |                |                       |
| <b>RONDONIA</b>                    |                |                       |
| <b>047 - Anselmo de Jesus</b>      | <b>PT</b>      |                       |
| <b>048 - Eduardo Valverde</b>      | <b>PT</b>      |                       |
| <b>044 - Ernandes Amorim</b>       | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>045 - Lindomar Garçon</b>       | <b>PV</b>      |                       |
| <b>050 - Marinha Raupp</b>         | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>046 - Mauro Nazif</b>           | <b>PSB</b>     | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>049 - Moreira Mendes</b>        | <b>PPS</b>     |                       |
| <b>051 - Natan Donadon</b>         | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>Presentes Rondonia: 8</b>       |                |                       |
| <b>ACRE</b>                        |                |                       |
| <b>055 - Gladson Cameli</b>        | <b>PP</b>      |                       |
| <b>052 - Henrique Afonso</b>       | <b>PT</b>      |                       |
| <b>058 - Ilderlei Cordeiro</b>     | <b>PPS</b>     |                       |
| <b>057 - Nilson Mourão</b>         | <b>PT</b>      |                       |
| <b>056 - Perpétua Almeida</b>      | <b>PCdoB</b>   | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>Presentes Acre: 5</b>           |                |                       |
| <b>TOCANTINS</b>                   |                |                       |
| <b>060 - Eduardo Gomes</b>         | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>061 - João Oliveira</b>         | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>062 - Laurez Moreira</b>        | <b>PSB</b>     | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>063 - Lázaro Botelho</b>        | <b>PP</b>      |                       |
| <b>064 - Moises Avelino</b>        | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>066 - Nilmar Ruiz</b>           | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>065 - Osvaldo Reis</b>          | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>067 - Vicentinho Alves</b>      | <b>PR</b>      |                       |
| <b>Presentes Tocantins: 8</b>      |                |                       |
| <b>MARANHÃO</b>                    |                |                       |
| <b>594 - Albérico Filho</b>        | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>068 - Carlos Brandão</b>        | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>070 - Cleber Verde</b>          | <b>PRB</b>     | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>072 - Domingos Dutra</b>        | <b>PT</b>      |                       |
| <b>076 - Flávio Dino</b>           | <b>PCdoB</b>   | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>077 - Julião Amin</b>           | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>080 - Pedro Fernandes</b>       | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>082 - Pedro Novais</b>          | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>079 - Pinto Itamaraty</b>       | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>081 - Professor Setimo</b>      | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>074 - Ribamar Alves</b>         | <b>PSB</b>     | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>083 - Roberto Rocha</b>         | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>085 - Sarney Filho</b>          | <b>PV</b>      |                       |
| <b>593 - Washington Luiz</b>       | <b>PT</b>      |                       |
| <b>Presentes Maranhão: 14</b>      |                |                       |

**CEARÁ****087 - Anibal Gomes****092 - Ariosto Holanda****090 - Arnon Bezerra****088 - Chico Lopes****089 - Ciro Gomes****091 - Eudes Xavier****093 - Eugênio Rabelo****094 - Flávio Bezerra****100 - Gorete Pereira****101 - José Airton Cirilo****103 - José Guimarães****096 - José Linhares****098 - Leo Alcântara****099 - Marcelo Teixeira****105 - Mauro Benevides****555 - Pastor Pedro Ribeiro****106 - Paulo Henrique Lustosa****102 - Raimundo Gomes de Matos****107 - Vicente Arruda****108 - Zé Gerardo****Presentes Ceará: 20****PIAUI****109 - Átila Lira****112 - Ciro Nogueira****569 - Elizeu Aguiar****566 - José Maia Filho****114 - Júlio Cesar****115 - Nazareno Fonteles****116 - Osmar Júnior****118 - Paes Landim****Presentes Piauí: 8****RIO GRANDE DO NORTE****542 - Betinho Rosado****119 - Fábio Faria****121 - Fátima Bezerra****120 - Felipe Maia****124 - João Maia****126 - Rogério Marinho****125 - Sandra Rosado****Presentes Rio Grande do Norte: 7****PARAÍBA****129 - Armando Abílio****127 - Damião Feliciano****128 - Efraim Filho****133 - Luiz Couto****550 - Major Fábio****130 - Manoel Junior****131 - Marcondes Gadelha****132 - Rômulo Gouveia****134 - Vital do Rêgo Filho****139 - Wilson Braga****137 - Wilson Santiago****Presentes Paraíba: 11****Partido****Bloco****PMDB****PmdbPtc****PSB****PsbPCdoBPmnPrb****PTB****PCdoB****PsbPCdoBPmnPrb****PSB****PsbPCdoBPmnPrb****PT****PP****PMDB****PmdbPtc****PR****PT****PT****PP****PR****PR****PMDB****PmdbPtc****PMDB****PmdbPtc****PMDB****PmdbPtc****PSDB****PR****PMDB****PmdbPtc****PSB****PsbPCdoBPmnPrb****PP****PTB****DEM****DEM****PT****PCdoB****PsbPCdoBPmnPrb****PTB****DEM****PMN****PsbPCdoBPmnPrb****PT****DEM****PR****PSDB****PSB****PsbPCdoBPmnPrb****PTB****PDT****DEM****PT****DEM****PSB****PsbPCdoBPmnPrb****PSB****PsbPCdoBPmnPrb****PSDB****PMDB****PmdbPtc****PMDB****PmdbPtc****PMDB****PmdbPtc**



|                                | Partido | Bloco          |
|--------------------------------|---------|----------------|
| PERNAMBUCO                     |         |                |
| 140 - Ana Arraes               | PSB     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 142 - André de Paula           | DEM     |                |
| 144 - Armando Monteiro         | PTB     |                |
| 146 - Bruno Araújo             | PSDB    |                |
| 151 - Bruno Rodrigues          | PSDB    |                |
| 152 - Carlos Eduardo Cadoca    | PSC     | PmdbPtc        |
| 587 - Charles Lucena           | PTB     |                |
| 154 - Edgar Moury              | PMDB    |                |
| 156 - Eduardo da Fonte         | PP      |                |
| 141 - Fernando Ferro           | PT      |                |
| 570 - Fernando Nascimento      | PT      | PsbPCdoBPmnPrb |
| 143 - Gonzaga Patriota         | PSB     |                |
| 145 - Inocêncio Oliveira       | PR      |                |
| 147 - José Chaves              | PTB     |                |
| 160 - Marcos Antonio           | PRB     |                |
| 138 - Mauricio Rands           | PT      | PsbPCdoBPmnPrb |
| 148 - Paulo Rubem Santiago     | PDT     |                |
| 161 - Pedro Eugênio            | PT      |                |
| 163 - Raul Henry               | PMDB    |                |
| 159 - Roberto Magalhães        | DEM     |                |
| 528 - Silvio Costa             | PMN     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 164 - Wolney Queiroz           | PDT     |                |
| Presentes Pernambuco: 22       |         |                |
| ALAGOAS                        |         |                |
| 567 - Antonio Carlos Chamariz  | PTB     | PmdbPtc        |
| 531 - Augusto Farias           | PTB     |                |
| 162 - Benedito de Lira         | PP      |                |
| 165 - Carlos Alberto Canuto    | PMDB    |                |
| 169 - Francisco Tenorio        | PMN     |                |
| 166 - Givaldo Carimbão         | PSB     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 172 - Joaquim Beltrão          | PMDB    | PmdbPtc        |
| 168 - Mauricio Quintella Lessa | PR      |                |
| Presentes Alagoas: 8           |         |                |
| SERGIPE                        |         |                |
| 173 - Albano Franco            | PSDB    | PmdbPtc        |
| 175 - Eduardo Amorim           | PSC     |                |
| 177 - Iran Barbosa             | PT      |                |
| 174 - Jackson Barreto          | PMDB    |                |
| 176 - Jerônimo Reis            | DEM     |                |
| 178 - José Carlos Machado      | DEM     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 179 - Mendonça Prado           | DEM     |                |
| 183 - Valadares Filho          | PSB     |                |
| Presentes Sergipe: 8           |         |                |

|                                            | Partido      | Bloco                 |
|--------------------------------------------|--------------|-----------------------|
| <b>BAHIA</b>                               |              |                       |
| <b>180 - Alice Portugal</b>                | <b>PCdoB</b> | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>181 - Antonio Carlos Magalhães Neto</b> | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>186 - Claudio Cajado</b>                | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>184 - Colbert Martins</b>               | <b>PMDB</b>  | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>534 - Edigar Mão Branca</b>             | <b>PV</b>    |                       |
| <b>592 - Emiliano José</b>                 | <b>PT</b>    |                       |
| <b>190 - Fábio Souto</b>                   | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>191 - Félix Mendonça</b>                | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>194 - Fernando de Fabinho</b>           | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>185 - Geraldo Simões</b>                | <b>PT</b>    |                       |
| <b>198 - João Almeida</b>                  | <b>PSDB</b>  |                       |
| <b>187 - João Carlos Bacelar</b>           | <b>PR</b>    |                       |
| <b>199 - João Leão</b>                     | <b>PP</b>    |                       |
| <b>201 - Jorge Khoury</b>                  | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>202 - José Carlos Aleluia</b>           | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>197 - José Carlos Araújo</b>            | <b>PR</b>    |                       |
| <b>203 - José Rocha</b>                    | <b>PR</b>    |                       |
| <b>522 - Joseph Bandeira</b>               | <b>PT</b>    |                       |
| <b>206 - Jutahy Junior</b>                 | <b>PSDB</b>  |                       |
| <b>196 - Lídice da Mata</b>                | <b>PSB</b>   | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>204 - Luiz Alberto</b>                  | <b>PT</b>    |                       |
| <b>182 - Luiz Bassuma</b>                  | <b>PT</b>    |                       |
| <b>205 - Luiz Carneira</b>                 | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>207 - Marcelo Guimarães Filho</b>       | <b>PMDB</b>  | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>554 - Márcio Marinho</b>                | <b>PR</b>    |                       |
| <b>210 - Mário Negromonte</b>              | <b>PP</b>    |                       |
| <b>208 - Maurício Trindade</b>             | <b>PR</b>    |                       |
| <b>214 - Paulo Magalhães</b>               | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>211 - Roberto Britto</b>                | <b>PP</b>    |                       |
| <b>212 - Sérgio Barradas Carneiro</b>      | <b>PT</b>    |                       |
| <b>213 - Sérgio Brito</b>                  | <b>PDT</b>   |                       |
| <b>215 - Severiano Alves</b>               | <b>PDT</b>   |                       |
| <b>216 - Tonha Magalhães</b>               | <b>PR</b>    |                       |
| <b>523 - Uldurico Pinto</b>                | <b>PMN</b>   | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>219 - Veloso</b>                        | <b>PMDB</b>  | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>217 - Zezéu Ribeiro</b>                 | <b>PT</b>    |                       |
| <b>Presentes Bahia: 36</b>                 |              |                       |
| <b>MINAS GERAIS</b>                        |              |                       |
| <b>220 - Ademir Camilo</b>                 | <b>PDT</b>   |                       |
| <b>224 - Aelton Freitas</b>                | <b>PR</b>    |                       |
| <b>225 - Alexandre Silveira</b>            | <b>PPS</b>   |                       |
| <b>227 - Antônio Andrade</b>               | <b>PMDB</b>  | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>229 - Antônio Roberto</b>               | <b>PV</b>    |                       |
| <b>223 - Aracely de Paula</b>              | <b>PR</b>    |                       |
| <b>232 - Bilac Pinto</b>                   | <b>PR</b>    |                       |
| <b>221 - Bonifácio de Andrada</b>          | <b>PSDB</b>  |                       |
| <b>226 - Carlos Melles</b>                 | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>222 - Carlos Willian</b>                | <b>PTC</b>   | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>235 - Ciro Pedrosa</b>                  | <b>PV</b>    |                       |
| <b>231 - Edmar Moreira</b>                 | <b>DEM</b>   |                       |
| <b>230 - Eduardo Barbosa</b>               | <b>PSDB</b>  |                       |
| <b>237 - Elismar Prado</b>                 | <b>PT</b>    |                       |
| <b>238 - Fábio Ramalho</b>                 | <b>PV</b>    |                       |
| <b>233 - Fernando Diniz</b>                | <b>PMDB</b>  | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>241 - George Hilton</b>                 | <b>PP</b>    |                       |

| <b>MINAS GERAIS</b>                              | <b>Partido</b> | <b>Bloco</b>          |
|--------------------------------------------------|----------------|-----------------------|
| <b>236 - Geraldo Thadeu</b>                      | <b>PPS</b>     |                       |
| <b>234 - Gilmar Machado</b>                      | <b>PT</b>      |                       |
| <b>242 - Humberto Souto</b>                      | <b>PPS</b>     |                       |
| <b>240 - Jaime Martins</b>                       | <b>PR</b>      |                       |
| <b>246 - João Moraes</b>                         | <b>PCdoB</b>   | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>239 - João Magalhães</b>                      | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>271 - José Fernando Aparecido de Oliveira</b> | <b>PV</b>      |                       |
| <b>249 - José Santana de Vasconcellos</b>        | <b>PR</b>      |                       |
| <b>250 - Júlio Delgado</b>                       | <b>PSB</b>     | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>245 - Lael Varella</b>                        | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>253 - Leonardo Monteiro</b>                   | <b>PT</b>      |                       |
| <b>255 - Leonardo Quintão</b>                    | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>243 - Lincoln Portela</b>                     | <b>PR</b>      |                       |
| <b>256 - Luiz Fernando Faria</b>                 | <b>PP</b>      |                       |
| <b>247 - Márcio Reinaldo Moreira</b>             | <b>PP</b>      |                       |
| <b>577 - Marcos Lima</b>                         | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>257 - Marcos Montes</b>                       | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>267 - Mário Heringer</b>                      | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>252 - Mauro Lopes</b>                         | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>261 - Miguel Corrêa</b>                       | <b>PT</b>      |                       |
| <b>248 - Narcio Rodrigues</b>                    | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>269 - Odair Cunha</b>                         | <b>PT</b>      |                       |
| <b>263 - Paulo Abi-Ackel</b>                     | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>266 - Paulo Piau</b>                          | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>258 - Rafael Guerra</b>                       | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>272 - Reginaldo Lopes</b>                     | <b>PT</b>      |                       |
| <b>268 - Rodrigo de Castro</b>                   | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>265 - Saraiva Felipe</b>                      | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>590 - Silas Brasileiro</b>                    | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>264 - Virgílio Guimarães</b>                  | <b>PT</b>      |                       |
| <b>270 - Vitor Penido</b>                        | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>Presentes Minas Gerais: 48</b>                |                |                       |
| <b>ESPÍRITO SANTO</b>                            |                |                       |
| <b>274 - Camilo Cola</b>                         | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>576 - Capitão Assunção</b>                    | <b>PSB</b>     | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>273 - Iriny Lopes</b>                         | <b>PT</b>      |                       |
| <b>276 - Jurandy Loureiro</b>                    | <b>PSC</b>     |                       |
| <b>277 - Lelo Coimbra</b>                        | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>278 - Luiz Paulo Vellozo Lucas</b>            | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>275 - Manato</b>                              | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>279 - Rita Camata</b>                         | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>282 - Rose de Freitas</b>                     | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>281 - Sueli Vidigal</b>                       | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>Presentes Espírito Santo: 10</b>              |                |                       |
| <b>RIO DE JANEIRO</b>                            |                |                       |
| <b>285 - Alexandre Santos</b>                    | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>283 - Andreia Zito</b>                        | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>548 - Antonio Carlos Biscaia</b>              | <b>PT</b>      |                       |
| <b>286 - Arnaldo Vianna</b>                      | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>291 - Bernardo Ariston</b>                    | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>287 - Brizola Neto</b>                        | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>290 - Carlos Santana</b>                      | <b>PT</b>      |                       |
| <b>295 - Chico Alencar</b>                       | <b>PSOL</b>    |                       |
| <b>289 - Chico D'Angelo</b>                      | <b>PT</b>      |                       |
| <b>297 - Deley</b>                               | <b>PSC</b>     |                       |

|                                   | Partido | Bloco          |
|-----------------------------------|---------|----------------|
| <b>RIO DE JANEIRO</b>             |         |                |
| 293 - Dr. Adilson Soares          | PR      |                |
| 544 - Dr. Paulo César             | PR      |                |
| 294 - Edmilson Valentim           | PCdoB   | PsbPCdoBPmnPrb |
| 298 - Edson Ezequiel              | PMDB    | PmdbPtc        |
| 300 - Eduardo Cunha               | PMDB    | PmdbPtc        |
| 525 - Eduardo Lopes               | PSB     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 301 - Felipe Bornier              | PHS     |                |
| 296 - Fernando Gabeira            | PV      |                |
| 304 - Fernando Lopes              | PMDB    | PmdbPtc        |
| 303 - Filipe Pereira              | PSC     |                |
| 305 - Geraldo Pudim               | PMDB    | PmdbPtc        |
| 572 - Glauber Braga               | PSB     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 306 - Hugo Leal                   | PSC     |                |
| 307 - Índio da Costa              | DEM     |                |
| 302 - Jair Bolsonaro              | PP      |                |
| 308 - Leandro Sampaio             | PPS     |                |
| 309 - Léo Vivas                   | PRB     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 313 - Luiz Sérgio                 | PT      |                |
| 311 - Marcelo Itagiba             | PMDB    | PmdbPtc        |
| 314 - Marina Maggessi             | PPS     |                |
| 317 - Miro Teixeira               | PDT     |                |
| 318 - Nelson Bornier              | PMDB    | PmdbPtc        |
| 316 - Otávio Leite                | PSDB    |                |
| 319 - Pastor Manoel Ferreira      | PTB     |                |
| 581 - Paulo Rattes                | PMDB    | PmdbPtc        |
| 322 - Rodrigo Maia                | DEM     |                |
| 327 - Simão Sessim                | PP      |                |
| 323 - Solange Almeida             | PMDB    | PmdbPtc        |
| 324 - Solange Amaral              | DEM     |                |
| 325 - Suely                       | PR      |                |
| 328 - Vinicius Carvalho           | PTdoB   |                |
| Presentes Rio de Janeiro: 41      |         |                |
| <b>SÃO PAULO</b>                  |         |                |
| 329 - Abelardo Camarinha          | PSB     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 331 - Aldo Rebelo                 | PCdoB   | PsbPCdoBPmnPrb |
| 330 - Aline Corrêa                | PP      |                |
| 333 - Antonio Bulhões             | PMDB    | PmdbPtc        |
| 332 - Antonio Carlos Mendes Thame | PSDB    |                |
| 335 - Antonio Palocci             | PT      |                |
| 336 - Arlindo Chinaglia           | PT      |                |
| 337 - Arnaldo Faria de Sá         | PTB     |                |
| 339 - Arnaldo Jardim              | PPS     |                |
| 343 - Arnaldo Madeira             | PSDB    |                |
| 340 - Beto Mansur                 | PP      |                |
| 526 - Bispo Gê Tenuta             | DEM     |                |
| 338 - Carlos Sampaio              | PSDB    |                |
| 344 - Celso Russomanno            | PP      |                |
| 342 - Devanir Ribeiro             | PT      |                |
| 345 - Dr. Nechar                  | PV      |                |
| 347 - Dr. Talmir                  | PV      |                |
| 348 - Dr. Ubiali                  | PSB     | PsbPCdoBPmnPrb |
| 350 - Duarte Nogueira             | PSDB    |                |
| 351 - Edson Aparecido             | PSDB    |                |
| 589 - Eleuses Paiva               | DEM     |                |
| 352 - Emanuel Fernandes           | PSDB    |                |

**SÃO PAULO**

|                                     | <b>Partido</b> | <b>Bloco</b>          |
|-------------------------------------|----------------|-----------------------|
| <b>586 - Fernando Chiarelli</b>     | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>354 - Fernando Chucre</b>        | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>355 - Francisco Rossi</b>        | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>357 - Guilherme Campos</b>       | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>359 - Ivan Valente</b>           | <b>PSOL</b>    |                       |
| <b>358 - Janete Rocha Pietá</b>     | <b>PT</b>      |                       |
| <b>553 - Jefferson Campos</b>       | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>360 - Jilmar Tatto</b>           | <b>PT</b>      |                       |
| <b>362 - João Dado</b>              | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>361 - João Paulo Cunha</b>       | <b>PT</b>      |                       |
| <b>517 - Jorginho Maluly</b>        | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>366 - José Eduardo Cardozo</b>   | <b>PT</b>      |                       |
| <b>365 - José Genoíno</b>           | <b>PT</b>      |                       |
| <b>367 - José Mentor</b>            | <b>PT</b>      |                       |
| <b>378 - José Paulo Tóffano</b>     | <b>PV</b>      |                       |
| <b>369 - Julio Semeghini</b>        | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>370 - Lobbe Neto</b>             | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>539 - Luciana Costa</b>          | <b>PR</b>      |                       |
| <b>368 - Márcio França</b>          | <b>PSB</b>     | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>374 - Milton Monti</b>           | <b>PR</b>      |                       |
| <b>584 - Milton Vieira</b>          | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>381 - Nelson Markezelli</b>      | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>585 - Paes de Lira</b>           | <b>PTC</b>     | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>373 - Paulo Maluf</b>            | <b>PP</b>      |                       |
| <b>372 - Paulo Pereira da Silva</b> | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>376 - Paulo Teixeira</b>         | <b>PT</b>      |                       |
| <b>379 - Regis de Oliveira</b>      | <b>PSC</b>     |                       |
| <b>383 - Renato Amary</b>           | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>390 - Ricardo Berzoini</b>       | <b>PT</b>      |                       |
| <b>384 - Ricardo Tripoli</b>        | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>568 - Roberto Alves</b>          | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>386 - Roberto Santiago</b>       | <b>PV</b>      |                       |
| <b>388 - Silvío Torres</b>          | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>392 - Vadão Gomes</b>            | <b>PP</b>      |                       |
| <b>393 - Valdemar Costa Neto</b>    | <b>PR</b>      |                       |
| <b>391 - Vanderlei Macris</b>       | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>396 - Vicentinho</b>             | <b>PT</b>      |                       |
| <b>394 - Walter Ihoshi</b>          | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>395 - William Woo</b>            | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>Presentes São Paulo: 61</b>      |                |                       |

**MATO GROSSO**

|                                  |             |                       |
|----------------------------------|-------------|-----------------------|
| <b>399 - Carlos Abicalil</b>     | <b>PT</b>   |                       |
| <b>400 - Carlos Bezerra</b>      | <b>PMDB</b> | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>401 - Eliene Lima</b>         | <b>PP</b>   |                       |
| <b>402 - Homero Pereira</b>      | <b>PR</b>   |                       |
| <b>403 - Pedro Henry</b>         | <b>PP</b>   |                       |
| <b>404 - Valtênir Pereira</b>    | <b>PSB</b>  | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>406 - Wellington Fagundes</b> | <b>PR</b>   |                       |
| <b>Presentes Mato Grosso: 7</b>  |             |                       |



**DISTRITO FEDERAL****409 - Jofran Frejat****563 - José Edmar****410 - Laerte Bessa****411 - Magela****557 - Ricardo Quirino****416 - Rodrigo Rollemberg****413 - Tadeu Filippelli****Presentes Distrito Federal: 7****GOIÁS****415 - Carlos Alberto Lerêia****417 - Íris de Araújo****418 - João Campos****419 - Jovair Arantes****420 - Leandro Vilela****421 - Leonardo Vilela****422 - Luiz Bittencourt****423 - Marcelo Melo****428 - Pedro Chaves****430 - Pedro Wilson****425 - Rubens Otoni****426 - Sandes Júnior****431 - Sandro Mabel****414 - Tatiko****Presentes Goiás: 14****MATO GROSSO DO SUL****432 - Antônio Carlos Biffi****433 - Dagoberto****435 - Geraldo Resende****595 - Marçal Filho****437 - Nelson Trad****438 - Vander Loubet****439 - Waldemir Moka****Presentes Mato Grosso do Sul: 7****PARANÁ****440 - Abelardo Lupion****441 - Affonso Camargo****524 - Ailton Roveda****442 - Alcení Guerra****445 - Alex Canziani****451 - Alfredo Kaefer****452 - Andre Vargas****565 - Andre Zacharow****443 - Assis do Couto****444 - Dilceu Sperafico****449 - Dr. Rosinha****466 - Giacobbo****450 - Gustavo Fruet****448 - Hermes Parcianello****454 - Luiz Carlos Haully****460 - Luiz Carlos Setim****538 - Marcelo Almeida****462 - Moacir Micheletto****458 - Nelson Meurer****459 - Odílio Balbinotti****Partido****Bloco****PR****PR****PMDB****PT****PR****PSB****PMDB****PmdbPtc****PsbPCdoBPmnPrb****PmdbPtc****PSDB****PMDB****PSDB****PTB****PMDB****PSDB****PMDB****PMDB****PMDB****PT****PT****PP****PR****PTB****PmdbPtc****PmdbPtc****PmdbPtc****PmdbPtc****PmdbPtc****PT****PDT****PMDB****PMDB****PMDB****PT****PMDB****PmdbPtc****PmdbPtc****PmdbPtc****PmdbPtc****DEM****PSDB****PR****DEM****PTB****PSDB****PT****PMDB****PT****PP****PT****PR****PSDB****PMDB****PSDB****DEM****PMDB****PMDB****PP****PMDB****PmdbPtc****PmdbPtc****PmdbPtc****PmdbPtc****PmdbPtc**

|                                        | <b>Partido</b> | <b>Bloco</b>          |
|----------------------------------------|----------------|-----------------------|
| <b>463 - Osmar Serraglio</b>           | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>464 - Ratinho Junior</b>            | <b>PSC</b>     |                       |
| <b>465 - Ricardo Barros</b>            | <b>PP</b>      |                       |
| <b>468 - Rodrigo Rocha Loures</b>      | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>469 - Takayama</b>                  | <b>PSC</b>     |                       |
| <b>591 - Wilson Picler</b>             | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>Presentes Paraná: 26</b>            |                |                       |
| <b>SANTA CATARINA</b>                  |                |                       |
| <b>535 - Acélio Casagrande</b>         | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>471 - Angela Amin</b>               | <b>PP</b>      |                       |
| <b>472 - Celso Maldaner</b>            | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>470 - Edinho Bez</b>                | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>479 - Gervásio Silva</b>            | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>473 - João Matos</b>                | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>474 - João Pizzolatti</b>           | <b>PP</b>      |                       |
| <b>574 - Jorge Boeira</b>              | <b>PT</b>      |                       |
| <b>541 - José Carlos Vieira</b>        | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>481 - Nelson Goetten</b>            | <b>PR</b>      |                       |
| <b>482 - Paulo Bornhausen</b>          | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>483 - Valdir Colatto</b>            | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>484 - Vignatti</b>                  | <b>PT</b>      |                       |
| <b>485 - Zonta</b>                     | <b>PP</b>      |                       |
| <b>Presentes Santa Catarina: 14</b>    |                |                       |
| <b>RIO GRANDE DO SUL</b>               |                |                       |
| <b>487 - Afonso Hamm</b>               | <b>PP</b>      |                       |
| <b>490 - Beto Albuquerque</b>          | <b>PSB</b>     | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>520 - Cláudio Diaz</b>              | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>491 - Darcisio Perondi</b>          | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>495 - Eliseu Padilha</b>            | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>583 - Emilia Fernandes</b>          | <b>PT</b>      |                       |
| <b>571 - Fernando Marroni</b>          | <b>PT</b>      |                       |
| <b>489 - Germano Bonow</b>             | <b>DEM</b>     |                       |
| <b>498 - Henrique Fontana</b>          | <b>PT</b>      |                       |
| <b>501 - José Otávio Germano</b>       | <b>PP</b>      |                       |
| <b>506 - Luciana Genro</b>             | <b>PSOL</b>    |                       |
| <b>500 - Luis Carlos Heinze</b>        | <b>PP</b>      |                       |
| <b>488 - Luiz Carlos Busato</b>        | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>494 - Manuela D'Ávila</b>           | <b>PCdoB</b>   | <b>PsbPCdoBPmnPrb</b> |
| <b>496 - Marco Maia</b>                | <b>PT</b>      |                       |
| <b>508 - Maria do Rosário</b>          | <b>PT</b>      |                       |
| <b>504 - Mendes Ribeiro Filho</b>      | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>578 - Osvaldo Biolchi</b>           | <b>PMDB</b>    | <b>PmdbPtc</b>        |
| <b>513 - Paulo Pimenta</b>             | <b>PT</b>      |                       |
| <b>502 - Paulo Roberto Pereira</b>     | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>503 - Pepe Vargas</b>               | <b>PT</b>      |                       |
| <b>505 - Pompeo de Mattos</b>          | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>509 - Professor Ruy Pauletti</b>    | <b>PSDB</b>    |                       |
| <b>512 - Sérgio Moraes</b>             | <b>PTB</b>     |                       |
| <b>514 - Vieira da Cunha</b>           | <b>PDT</b>     |                       |
| <b>516 - Vilson Covatti</b>            | <b>PP</b>      |                       |
| <b>Presentes Rio Grande do Sul: 26</b> |                |                       |

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – As listas de presença registram na Casa o comparecimento de 67 Senhores Senadores e 392 Senhores Deputados.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Srs. Congressistas, iniciaremos os trabalhos, concedendo a palavra aos oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Logo após a fala dos oradores, passaremos imediatamente à Ordem do Dia. Mas só abriremos a Ordem do Dia após os oradores inscritos fazerem uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jovair Arantes.

**O SR. JOVAIR ARANTES** (PTB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo que consta da Ordem do Dia, devemos votar nesta sessão do Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Chegou-nos, porém, a informação de que, talvez, possamos votar alguns créditos.

Quero, então, lembrar que, para essa votação, é necessária uma reunião de Lideranças para a discussão de quais seriam esses créditos.

Assim, não estamos de acordo em votar esses créditos hoje.

O PTB está de acordo em que votemos o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é a nossa obrigação.

É a comunicação que antecipadamente fazemos, para que não haja essa discussão daqui a pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Está comunicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Na medida em que iniciarmos a Ordem do Dia, vamos tratar dos temas constantes da pauta de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Júlio Delgado, pelo tempo máximo de 5 minutos.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (Bloco/PSB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados e Senadores, venho à tribuna do Congresso Nacional debater tema que, talvez, não seja do conhecimento de todo o Plenário, mas que é importante para a soberania da nossa Nação.

Esse assunto vem sendo noticiado nos últimos dias. Vinha tratando dele na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e lá apresentei alguns pedidos de informação ao Ministério da Defesa,

que levava o caso em banho-maria, da mesma forma como fazia o Executivo. Refiro-me à aquisição de submarino nuclear.

Juntamente com o meu amigo e então Deputado João Herrmann, apresentei requerimento de convite para o Ministro comparecer à Comissão. O Deputado Herrmann faleceu. O requerimento persistiu. E convidei outros 2 companheiros para que fizessem parte da audiência.

Contudo, parece-me que, em razão do pedido de informação que fiz, também foi levantada fervura no Ministério da Defesa. E o assunto veio à tona. Agilizaram o processo para a compra de submarinos convencionais em troca de uma tal transferência tecnológica para a compra de um submarino de propulsão nuclear.

No momento, a Marinha do Brasil tem 15 embarcações em funcionamento. Não sei se é do conhecimento dos Srs. Parlamentares, mas nosso porta-aviões está encostado na base naval do Rio de Janeiro sem condições de uso. Das 15 embarcações que temos, 8 foram ajudar no resgate das vítimas no acidente da Air France, e ficamos com a costa desguarnecida.

Enquanto isso, sob o argumento de transferência tecnológica, querem comprar submarino convencional, chamado de baixo alcance, para que o Brasil tenha condições de, ao longo dos próximos 17 anos, preparar um motor de propulsão o seu primeiro submarino nuclear. Esse acordo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, envolve recursos da ordem de R\$17 bilhões de reais.

E, ao se levantar a fervura, porque hoje o Ministro Jobim está na França para estabelecer cláusulas desse convênio, que será assinado no dia 7 de setembro, na vinda do Presidente Sarkozy, pretende-se encaminhar para o Brasil e para este Congresso um pacote fechado: a compra de 4 submarinos convencionais e, depois, para não falar diferente, 51 helicópteros Cougar, todos da França. Para nossa estranheza, em troca de um convênio de transferência tecnológica, não haverá licitação pública.

A esse respeito, trago à Casa matéria em que consta a seguinte declaração do Ministro Jobim: “*Não somos compradores de prateleira*”. O Brasil não pode ser comprador de prateleira, tudo bem, mas também não somos compradores de sucata, de ferro-velho. E é isso o que se está querendo adquirir para o nosso País!

Espero que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – e peço mais um minuto para fazer este pedido, Sr. Presidente – marque para o dia 12 ou o dia 19 de agosto, na volta do nosso recesso, a audiência por nós aprovada naquela Comissão, para debatermos a fundo esse tema. Sub-

marinos que estão com 4 décadas de uso, submarinos ultrapassados e com deficiência de geração estão sendo comprados pelo Brasil. Quanto ao tal submarino francês Scorpène, pretensamente adquirido pela Índia, há notícias de que foi devolvido.

O Chile foi fazer manobras com a Marinha americana na Costa do Pacífico, e os 2 submarinos Scorpène que havia adquirido não funcionaram e tiveram de voltar para o cais. E temos o engodo da transferência tecnológica para adquirir um submarino de propulsão nuclear que pode ficar pronto somente daqui a 25 anos. Não temos sequer a base de concreto de propulsão nuclear, quanto mais o casco de um submarino que vai ser preparado por um Governo que não tem avanço tecnológico para apresentá-lo.

Tenho enviado pedidos de informação, que o Ministério da Defesa tem retornado, e quero, para não ocupar o tempo de todos os Parlamentares nessa questão específica, ler uma das respostas que obtive do Presidente da empresa pública francesa: *“para progredir no projeto de submarino europeu, os franceses apostam igualmente na Alemanha, a grande especialista do setor”*. Essa é a fala do Presidente da empresa francesa. E diz mais: *“Com o Scorpène”* – o submarino que se quer adquirir –, *“a empresa dispõe de um bom produto”*. Mas é um equipamento concebido há mais de 10 anos, herdeiro do casco tipo Rubis. Esse submarino está há 4 gerações ultrapassado – é da década de 1980. O construtor deseja, portanto, encontrar parceiros para conceber um submarino de nova geração. E, para tanto, Paris se dirige, naturalmente, para Berlim.

Não estou defendendo nenhuma empresa. Quando, porém, Paris se dirige a Berlim é porque reconhece a insuficiência do protótipo francês, reconhece a incapacidade da modernização e, acima de tudo, reconhece que estamos comprando sucata. Não temos condições de adquirir o Scorpène nem submarinos *diesel*-elétricos convencionais que não têm qualquer utilidade para o Governo brasileiro.

Há 5 submarinos brasileiros com base na formação alemã, que não têm torpedos porque estão com validade vencida, e estamos querendo adquirir mais 4 submarinos de protótipo ultrapassado?!

Alerto o Plenário do Congresso Nacional para o fato de que vamos discutir isso em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde se pode dizer que o negócio aconteceu com o desconhecimento da Casa. Mas não será com nosso desconhecimento. E aqui deixamos o alerta. Podemos estar embarcando numa canoa furada e ficarmos a ver navios se adquirirmos produtos tão ul-

trapassados, tão sucateados, tão desnecessários à soberania brasileira.

Faço esse depoimento e peço, da tribuna do Congresso Nacional, que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados marque para o dia 12 ou 19 a tal audiência, para apreciarmos essa compra de submarinos e esse convênio que se está tentando celebrar muito rapidamente, entre o Governo brasileiro e o Governo francês, talvez, em busca de uma vaga no Conselho de Segurança ou de uma vaga no G-8 ou no G-11. Temos de ter cuidado com isso, porque nossa soberania está acima desses pontos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Júlio Delgado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Como a Comissão Mista de Planos e Orçamentos está construindo um acordo para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias neste plenário, vou suspender os trabalhos por 30 minutos. Retomamos os trabalhos após esse período.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Pela ordem) – Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup> Como há uma lista de inscritos para falar, sugiro que V. Ex<sup>a</sup> permita que os Parlamentares se pronunciem, até que terminem os trabalhos na Comissão de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, se prosseguirmos com esta sessão no plenário, não se votará na Comissão Mista de Orçamento e, assim, desfaz-se o acordo que está sendo construído lá, e nem a LDO vamos conseguir votar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Entendo, Sr. Presidente. Mas, como não se iniciou a Ordem do Dia, podemos trabalhar tanto na Comissão de Orçamentos, quanto aqui no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Já tentei explicar isso, Deputado Arnaldo Faria de Sá, mas a sessão está suspensa por 30 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Está suspensa a sessão.

*(Suspensa às 16 horas e 58 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 3 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Está reaberta esta sessão do Congresso Nacional.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação, logicamente não dirigida a V. Ex<sup>a</sup>, mas à Comissão Mista de Orçamento, pois aquele Colegiado não pode querer

impedir o funcionamento da sessão plenária do Congresso Nacional. É lamentável que tenham feito essa exigência, até porque não havia sido iniciada a Ordem do Dia no plenário e, portanto, poderia haver trabalho concomitante.

Lamento, pois sei que V. Ex<sup>a</sup> não tem culpa, foi uma exigência da Comissão. Mas quero deixar o registro e pedir a autorização de V. Ex<sup>a</sup> para fazer também uma reclamação relativa à entrevista que o Senador Tião Viana concedeu à revista *Veja* e que foi publicada na semana passada – e deixei para fazer esta reclamação em uma sessão do Congresso.

Ao responder à pergunta sobre se o Senado ainda fazia algo relevante, disse o Senador: *“Mas o Senado negocia voto a voto. Na Câmara dos Deputados é mais fácil, porque lá o fisiologismo impera”*. E continua S. Ex<sup>a</sup> quando provocado pelo entrevistador: *“Poderia explicar melhor?”* – *“É da cultura política brasileira: o Governo controla a Câmara atendendo pedidos dos Deputados com emendas parlamentares e com nomeações para cargos no Executivo”*.

Sr. Presidente, repudio as declarações do Senador Tião Viana. Não posso aceitar que S. Ex<sup>a</sup> faça essa afirmação. Sou de um partido da chamada base aliada, mas não exerço qualquer cargo no Executivo e repilo essa afirmação. E, mais: desafio o Senador a provar que tenho qualquer cargo no Executivo ou emenda liberada. Não pode S. Ex<sup>a</sup> dizer que esta Casa é fisiológica. O Senador devia cuidar da Casa a que pertence em vez de ficar criticando a Câmara dos Deputados.

Esprei por esta sessão do Congresso Nacional para dizer que o Senador Tião Viana não tem o direito de fazer isso. E vou dizer mais, Sr. Presidente: se S. Ex<sup>a</sup> comparecer a esta sessão, mostrarei que não tem o direito de falar da Câmara dos Deputados como fez. Direi a S. Ex<sup>a</sup> que, primeiro, olhe para a sua Casa para depois falar da Câmara.

Não aceito isso. A Casa não é fisiológica como afirma o Senador Tião Viana, e aqui ninguém se vende por uma emendinha ou qualquer cargo.

Lamentavelmente, depois perder a eleição que disputou com o Presidente Sarney, o Senador Tião Viana está empenhado em alimentar todo esse escândalo e, agora, quer envolver e enxovalhar a Câmara dos Deputados.

Exijo, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> tome providências e faça uma representação contra o Senador Tião Viana. Está aqui na revista *Veja* a declaração de S. Ex<sup>a</sup> afirmando que a Câmara dos Deputados é fisiológica, que lá o Governo faz o que quer e o que bem entende. Repilo essa afirmação do Senador Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá. A Presi-

dência é solidária às suas palavras, porque não é essa a condição colocada em relação ao Congresso Nacional e à Câmara dos Deputados. Diria que as palavras do Senador, nesse caso específico, foram mal empregadas ou, talvez, mal interpretadas por parte do jornalista responsável pela matéria. Assim esperamos.

Vamos registrar a sua indignação como sendo a de toda a Câmara dos Deputados.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, tenho outra reclamação a fazer e peço a autorização de V. Ex<sup>a</sup>.

A Medida Provisória nº 449 foi convertida na Lei nº 11.941, de 25 de maio de 2009. Já se passaram mais de 45 dias, portanto, e essa medida ainda não foi regulamentada. Trata-se da medida que permite o parcelamento. E, sem a regulamentação por parte da Receita Federal, não se pode atender aos ditames do que está estabelecido na lei.

É uma falta de respeito para com o Congresso Nacional o fato de essa lei, já sancionada há tantos dias, não estar em vigor, porque a Receita Federal não a regulamentou.

De forma que solicito a V. Ex<sup>a</sup> que, na condição de representante do Congresso Nacional, cobre do Governo, do Executivo, porque não pode uma lei aprovada por nós e já sancionada pelo Presidente não entrar em vigor por vontade e capricho da Receita Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup> no sentido de que suspenda esta sessão ou a encerre, conforme julgar mais conveniente.

Na Comissão de Orçamento, temos por base de procedimento de trabalho sempre decidir a discussão e a votação das matérias pautados por acordo, e não houve consenso, até o presente momento, para que deliberássemos sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Acabamos de suspender os trabalhos da Comissão de Orçamento até as 14h30min de amanhã, quando daremos prosseguimento aos entendimentos que estão sendo travados pelos diversos partidos com assento na Casa.

Portanto, considero inoportuna a continuação desta sessão do Congresso Nacional, porque estamos construindo os acordos e queremos que, como ocorre sempre, a votação se dê com tranquilidade.



Neste momento, Sr. Presidente, não há ainda acordo entre o Governo e a Oposição. O Democratas e o PSDB já apresentaram algumas demandas, e outros partidos estão procedendo da mesma forma.

Portanto, é necessário que V. Ex<sup>a</sup> atenda a esse apelo, no intuito de transferir a sessão para amanhã, a fim de dar tempo para que esse entendimento possa ser construído para discussão e deliberação do Plenário do Congresso Nacional.

É o apelo que dirijo a V. Ex<sup>a</sup>, como fiz na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Presidente, o Senador Almeida Lima, não querendo utilizar da regra regimental que me permite, de antemão, questionar V. Ex<sup>a</sup> com base no art. 134, que trata do estabelecimento do **quorum** para que a sessão possa ser conduzida.

Não quero levantar essa questão de ordem e, por isso, faço este apelo, primeiro, a V. Ex<sup>a</sup> – e espero ser atendido, em prol da harmonia entre Governo e Oposição.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem em nome da bancada do PT para, em primeiro lugar, dizer que concordamos com a suspensão desta sessão do Congresso Nacional.

Porém, os entendimentos que estão em curso na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na visão da nossa bancada – e respeito os encaminhamentos da Liderança do Governo –, estão circunscritos à peça orçamentária e à LDO.

No que diz respeito a negociação que envolva outras questões relacionadas com a LDO, a bancada do PT resguarda-se o direito de se manifestar apenas amanhã.

Portanto, a negociação deve continuar circunscrita ao tema LDO e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Concordamos em que se suspenda a sessão do Congresso Nacional para que esses entendimentos cheguem a bom termo, sejam precisos em relação à peça orçamentária.

E, se esses entendimentos para se votar a LDO fizerem com que ela vire uma espécie de árvore de Natal para abrigar outras questões, nós nos reservamos o direito de, amanhã, debater essa questão no acordo da sessão do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ERNANDES AMORIM** (PTB – RO) – Sr. Presidente, art. 96, § 1º.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Só um pouquinho, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Colbert Martins.

**O SR. COLBERT MARTINS** (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reiteramos a proposta do Deputado Claudio Cajado e de alguns Líderes que aqui se manifestaram em relação ao dia de amanhã.

Queremos também fazer um apelo à Casa, à Oposição principalmente, no sentido de que mantenhamos o painel para amanhã, o que já garantiria que essa discussão começasse, até porque, se não houver um grande acordo para a sessão não prosseguir, há maneiras regimentais para tanto.

Com a manutenção do painel para a sessão de amanhã, já teremos a condição de iniciar negociando, esperando que o consenso ocorra para concluirmos a votação da LDO.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Para contradição, Sr. Presidente.

**O SR. ERNANDES AMORIM** (PTB – RO) – Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Ernandes Amorim, com a palavra.

**O SR. ERNANDES AMORIM** (PTB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em princípio não concordamos com a manutenção do painel. A maioria dos Deputados não se encontra mais na Casa. Não aceitamos a manutenção desse painel. Por outro lado, fico preocupado com essas arrumações que discutem aqui, nos subterrâneos da Casa, esses acordos, até porque nós, Deputados do baixo clero, não sabemos nada do que está acontecendo nessas negociações. Sabemos que estamos aqui exigindo do Governo Federal o cumprimento da sua obrigação dos Orçamentos passados, o pagamento de nossas emendas. Caso não venha a pagar, evidentemente vamos buscar colegas para pedir verificação de *quorum*, a fim de que essa votação não aconteça antes que se faça um acordo público. A maioria dos Parlamentares não sabe qual é esse acordo. Esta Casa não deve cuidar das coisas às escondidas, para que venhamos a aprovar acordos dos quais não participamos, não temos conhecimento. Queremos aqui um jogo aberto. Queremos a obrigação do Governo Lula de pagar as emendas parlamentares para que possamos aprovar o novo Orçamento. São 3 anos em que não se pagam as emendas. Não podemos continuar aceitando essa atitude por parte do Governo Federal.

Muito obrigado.

**O SR. PEDRO FERNANDES** (PTB – MA) – Sr. Presidente, uma reclamação, art. 96.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Miro Teixeira.

**O SR. PEDRO FERNANDES** (PTB – MA) – Art. 96, uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Só um instante, Deputado Pedro Fernandes. Na sequência V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma sessão que tem por objetivo votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias – um dos projetos previstos na Constituição que tratam do Orçamento; são 3 e esse é um deles -, ambiente ideal para as colocações aqui feitas de obstrução para a execução orçamentária, para pagamentos de emenda, liberação aos Estados e outras demandas inerentes ao mandato.

Acontece que há os Deputados que têm esse tipo de reivindicação – e legitimamente estão fazendo pressão para atender aos interesses das suas bases – e há os Deputados que não se movem por essa reivindicação. Há ainda os Deputados que querem discutir e votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, Sr. Presidente, como o projeto da LDO já foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento – o que agora a Comissão discute são créditos -, tenho a impressão de que podemos começar a sua discussão. Não é bom para o Congresso Nacional ficar sob suspeita de negociações. Que negociações? Há as negociações legítimas, repito. Os Parlamentares, no momento próprio, que é o da votação da matéria orçamentária, querem discutir, sim, a liberação das emendas já apresentadas ao Orçamento em execução. Deputados vieram ao microfone e falaram claramente sobre isso.

Agora, isso não pode impedir como lembraria o Deputado Inocêncio Oliveira, que começemos a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Acho que não fará bem ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, que vem com um desempenho crescente ao longo de todos esses meses, essa suspensão da sessão, pura e simplesmente. Em nome de quê? O projeto da LDO já está aprovado na Comissão. O que está em discussão não é mais o projeto da LDO, são os créditos, e esse jogo de pressão legítimo que é feito.

Eu insisto em que nós devemos começar a discussão da LDO. No caso de quererem a suspensão da sessão, também penso não ser este o caso, porque temos *quorum* para nos reunir. Aí, V. Ex<sup>a</sup> terá o dever de verificar se temos as condições de prosseguir na

sessão da Câmara e do Senado. Aí, sim, esta sessão terá de ser encerrada, e não suspensa, porque não podemos assimilar certos vícios do passado que sejam pressões que nem sempre são legítimas. Algumas o são, mas nem sempre.

Eu me insurjo, Sr. Presidente, como Parlamentar que quer discutir e votar a LDO. Esses créditos têm que ser tratados da maneira conveniente. Os Deputados que queiram fazer obstrução por conta de suas emendas, que o façam. É legítimo; não é ilegítimo. Não é legítimo fazê-lo numa discussão de salário mínimo, mas, numa discussão de Lei de Diretrizes Orçamentárias, de Orçamento ou de Plano Plurianual, é absolutamente legítimo.

Então, V. Ex<sup>a</sup> delibere, por favor, conforme determina o Regimento. O painel não pode ficar aberto. Esta sessão tem *quorum* para continuar, não pode ser suspensa pura e simplesmente, sem que haja deliberação do Plenário.

Se V. Ex<sup>a</sup> quiser preservar o nosso Parlamento, abra a discussão, comece a Ordem do Dia, imponha isso, como já se fez aqui tantas vezes. Exemplo disso dava o Dr. Ulysses Guimarães, quando dizia “*Vamos votar!*” Neste caso, vamos discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Sr. Presidente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem) – Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Só um minutinho. O Deputado Pedro Fernandes estava inscrito.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu pedi a V. Ex<sup>a</sup> a palavra porque o Deputado Miro...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O Deputado Pedro Fernandes estava inscrito anteriormente. Todos vão falar.

**O SR. PEDRO FERNANDES** (PTB – MA) – Eu pedi invocando o art. 96, para fazer uma reclamação.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Eu queria confrontar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. PEDRO FERNANDES** (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me associar às reclamações do Deputado Arnaldo Faria de Sá quanto à saliência do Senador Tião Viana de insultar esta Casa. Não é que ele interpretou o jornalista, ele foi saliente ao insultar esta Casa.

Quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> que solicite uma retratação a esse Senador saliente, que anarquiza esta Casa, que anarquiza 513 deputados chamando-os de fisiológicos. Nós não somos o que ele pensa, e aqui não é o Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado. Vamos analisar o seu pedido.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO** (PDT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como integrante da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, quero levar ao conhecimento daqueles que nos acompanham, para que fique claro o debate e a votação da LDO, que algumas das matérias aprovadas pela CMO serão retomadas aqui sob a forma de destaque. E quero dar o meu testemunho de que um dos principais destaques está relacionado com a divergência no tocante à adoção de outro parâmetro de referência para os preços de obras públicas. Essa matéria foi exaustivamente discutida na reunião dos Líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento antes da decisão da semana passada, no seu plenário.

É importante, portanto, que saibamos que a pauta principal desta sessão é a votação do relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias e que o mesmo aspecto polêmico tratado lá será tratado aqui, isto é, a divergência no tocante à adoção de um novo parâmetro de referência para o cálculo do preço de obras públicas: o sistema atual, que tem como referência preços iguais ou menores do que o do atual sistema adotado, e a utilização de uma mediana como base, que será sempre maior do que os preços menores atualmente considerados. Esse é um dos motivos que fazem com que a LDO tenha de ser discutida aqui e esses destaques tenham de ser apresentados.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O Deputado Claudio Cajado tem a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Art. 24 do Regimento Comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, refutando a palavra de oradores anteriores, quero dizer, primeiro, que eu fiz um apelo a V. Ex<sup>a</sup> porque a Comis-

são de Orçamento e o Congresso Nacional funcionam na base de acordos, acordos de procedimentos, acordos de votação, pressupostos básicos para o início da discussão de qualquer projeto. Nós temos na Comissão um Colégio de Líderes que funciona e escolhe as matérias a serem pautadas. Discute-se. Ninguém aqui está fugindo à discussão, não! Vamos pontuar as coisas com clareza, para que não haja dúvidas.

Os pontos que nós queremos deixar claros na LDO são de conhecimento do Governo, como a questão dos preços a serem estipulados nas licitações; a questão do superávit primário, de que está excluída a Petrobras e o PAC; a questão de não se permitir que passem de 2009 para 2010 os recursos que não foram executados; a questão de não se permitir que o Congresso abra mão de sua prerrogativa e o Governo possa, enviando uma peça orçamentária para 2010, executá-la no custeio e no investimento sem sequer o Congresso Nacional aprová-la.

São esses os pontos.

Quem não participa da discussão pode ficar falando de pressão, legítima ou não, de emenda. Mas não é assim. Não aceito isso, Sr. Presidente. Emenda é emenda, e é nossa atribuição no Congresso Nacional, como coordenador na Comissão Mista de Orçamento, discutir os pontos do texto apresentado no relatório, para a votação da LDO. Nós queremos discutir quando as matérias estiverem acordadas, para que a discussão se paute por um entendimento que permita a votação.

Se eu estou falando – e aqui faço um apelo – é porque, pela segunda vez, não houve entendimento por parte de alguns membros do Parlamento. Não quero formular uma questão de ordem com base no art. 134 do Regimento Comum, já que é notório que não há *quorum* sequer para estarmos discutindo estas questões.

Não há no plenário do Congresso *quorum* sequer para discussão, que dirá para votação. Não quero levantar a questão de ordem porque acho que nós temos de buscar o entendimento, argumento utilizado na Comissão de Orçamento perante o Senador Almeida Lima, que o acatou. Quando V. Ex<sup>a</sup> suspendeu a sessão do Congresso, nós pudemos, pacífica e harmoniosamente, votar na Comissão todas as matérias deliberadas pelo Colégio de Líderes. Eu argumentei lá que não poderiam funcionar concomitantemente o Congresso Nacional e a Comissão de Orçamento. Um orador usou do argumento utilizado anteriormente na Comissão, mas isso eu não aceito. Quero estar presente na discussão, mas nós temos de ultrapassar os entendimentos que não estão harmonizados para po-



dermos discutir o projeto como um todo, isto sim. Esses entendimentos ainda não estão concluídos.

Por isso, Sr. Presidente, faço este apelo a V. Ex<sup>a</sup>, a fim de que possamos continuar discutindo a questão. Queremos ver se o Governo cede, como nós temos cedido. Aliás, a votação do Orçamento só se deu na Comissão graças à anuência das oposições. Fizemos um acordo de procedimento...

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM – RJ) – Sr. Presidente, ele pede verificação.

Peça verificação logo, Cajado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Para concluir, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, nós não queremos radicalizar, queremos continuar avançando, como estamos avançando.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Para concluir, Deputado Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – E, para que esses avanços possam progredir, sugiro que passemos para amanhã a deliberação da discussão desta matéria. Assim, Governo e Oposição, sentados, poderão deliberar conjuntamente e convergir no que hoje é dissenso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM – RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Vou ouvir mais 2 Líderes, os Deputados José Genoíno e Jovair Arantes, depois vamos encaminhar esta questão.

Por favor, Deputado José Genoíno.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou repetir a resposta, em nome da Liderança do PT, à primeira questão levantada pela Liderança do DEM.

Nós somos favoráveis à suspensão da sessão. Esta é uma questão de ordem com base no art. 24 do Regimento Comum. O Presidente do Congresso Nacional pode suspender a sessão e convocar nova sessão para votação da LDO. Portanto, se a LDO não for votada, a Constituição resolve o problema. Há um processo de negociação. Vamos continuar as negociações. Suspende-se a sessão de hoje, marca-se sessão para amanhã, e resolvemos o problema.

Não estamos contra o debate. Não estamos contra a discussão. Está havendo debate na Comissão Mista de Orçamento e está havendo debate nas negociações.

Vamos fazer o debate da LDO em sessão específica, com a matéria pronta para a deliberação do Plenário.

Em nome da bancada do PT, registro que somos favoráveis à suspensão da sessão do Congresso Nacional, com base no art. 24 do Regimento Comum.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM – RJ) – Sr. Presidente, vamos encerrar a sessão, suspender não. Vamos encerrá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem a palavra o Deputado Jovair Arantes.

**O SR. JOVAIR ARANTES** (PTB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós viemos aqui hoje para votar a LDO. Estamos a postos nesta Casa desde a manhã tentando um acordo para a votação. O que está impedindo a votação, evidentemente, é a votação dos créditos na Comissão Mista de Orçamento. Não podemos atrelar uma coisa à outra.

Estamos aqui para votar a LDO, que não tem nada a ver com crédito. Estamos todos prontos para votar, desde a manhã de hoje. O PTB se alia ao quadro dos que querem votar a LDO.

E, se houver um acordo quanto aos créditos – o Deputado Gilmar Machado está tentando esse acordo –, vamos votar amanhã esses créditos, sejam quantos forem. Se necessário, os Deputados ficam para votar, porque temos até amanhã para isso.

Agora, não é possível que, ao gosto de 2 ou 3, prendamos toda a Casa, por causa dos créditos. Sabemos que a questão de créditos está superando a expectativa de todos os Deputados desta Casa, porque os créditos estão indo para os Ministros, para que estes façam o que quiser, e não atendem ao desejo da maioria dos Deputados desta Casa. V. Ex<sup>a</sup> sabe do que estamos falando. Estamos falando claramente das emendas dos Srs. Deputados.

É importante dizer que queremos votar a LDO. E, se os Deputados quiserem permanecer aqui – estaremos de recesso a partir de amanhã – para votar créditos na semana que vem, que fiquem. Agora, se não se votar a LDO, teremos, obrigatoriamente, que ficar amanhã, depois e outros dias. Enquanto não se votar a LDO, não teremos recesso.

Então, em nome do PTB, quero colocar essa questão claramente. Queremos votar a LDO e, se possível, ainda hoje.

Muito obrigado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um pedido a V. Ex<sup>a</sup>. Fiz uma reclamação a respeito de uma lei que já foi sancionada e que agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, a sua reclamação, nós

iremos encaminhá-la aos órgãos competentes, para que seja atendida.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Sr. Presidente, é a Casa que tem que tomar providência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Isso.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – Não pode uma lei já sancionada e editada ficar sem aplicação por falta de regulamentação por capricho da Receita Federal.

A Casa está sendo desrespeitada e tem que tomar providências. Não é mandar para órgãos competentes, não. É para dar ciência da sanção.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Vamos tomar as providências necessárias e cabíveis quanto à sua reclamação.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Duarte Nogueira.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da parte do PSDB, queremos deixar claro, em nome da bancada, que queremos votar a LDO. No entanto, foi feito um acordo, um entendimento, durante o debate para a realização do texto da LDO, debate que ainda não foi esgotado. Não se trata da questão de crédito. Estamos discutindo 2 pontos basicamente: o art. 68, que diz respeito à não liberação dos investimentos para o exercício seguinte sem antes votar a Lei Orçamentária até 31 de dezembro, e uma redação do art. 110, que envolve uma questão do Tribunal de Contas. Portanto, não é a questão de crédito.

Queremos votar a LDO. Está suspensa a reunião. É possível um entendimento até amanhã. Não acho coerente não aproveitarmos o painel, até em virtude dos argumentos aqui apresentados. Temos certeza de que esse entendimento vai convergir para uma solução de diálogo, de entendimento. Amanhã poderemos, portanto, votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Da nossa parte, registro o posicionamento do PSDB de que queremos votar a LDO e queremos esgotar o acordo, que foi feito inclusive com os Líderes do Governo.

O Relator está ausente, não se encontra aqui. Portanto, é necessário que essas questões sejam dirimidas, para que possamos votar a LDO ainda amanhã, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Ouvimos os nossos Líderes, a Presidência vai tomar a seguinte decisão: nós vamos suspender esta sessão do Congresso.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não aceito, Sr. Presidente. Não há acordo para suspensão, não. A suspensão não está no Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Nós vamos suspender esta sessão do Congresso Nacional.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM – RJ) – Não pode, não, Sr. Presidente! O Regimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Vamos convocar para amanhã, ao meio-dia, uma sessão extraordinária da Câmara dos Deputados...

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – De acordo. De acordo. Encerre, Sr. Presidente. Tem que encerrar a sessão.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM – RJ) – Art. 29, Sr. Presidente, art. 29.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – ...e uma sessão, às 16 horas, do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Está suspensa a sessão.

*(Suspende-se a sessão às 19 horas e 31 minutos do dia 14 de julho, a sessão é reaberta às 19 horas e 22 minutos, do dia 15 de julho.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Está reaberta a sessão do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Vamos, de pronto, iniciar a Ordem do Dia. Está aberta a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB–SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só queria fazer um registro, com a autorização de V. Ex<sup>a</sup>, do encontro que tive com o Prefeito Gilberto Kassab, em São Paulo, para tratar da questão de Água Espraiada – e aproveito para mandar um abraço ao presidente pelos 30 anos da ATMAS. Foi realizada uma cerimônia na sede da ATMAS em Santos.

Faço o registro da inauguração da nova sede do *Gatte Ball*, cumprimentando também o Presidente Toro Honda pelo o 35º aniversário do Mari Ilari. Um abraço à Dra. Leira e a todos aqueles que representam a instituição. Um abraço ao Vereador Donizete, ao Vice-Presidente da Câmara de Itaquaquecetuba, com quem estivemos no aniversário do Bandeirantes. Um abraço também ao Demilson pela realização do referido evento.



Meus cumprimentos à Igreja Mundial, por intermédio do apóstolo Valdemiro Santiago, pelo lançamento da pedra fundamental da nova sede da igreja em Santo Amaro.

Por fim, um abraço aos Presidentes das Câmaras de Cerqueira César, Moisés Landi; de Arandu, Ricardo Jabali; de Manduri, Odécio José Luiz; à Teresinha, de Bernardino de Campos, e ao Júnior, Presidente da Câmara de Iaras. Todos eles podem contar com nosso apoio e colaboração para a defesa dos interesses de seus municípios.

Agradeço ao Presidente Marco Maia a oportunidade.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem) – Sr. Presidente, vejo que V. Ex<sup>a</sup> reabriu a sessão de ontem que estava suspensa. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que apenas faculte a palavra aos Deputados como ocorre no período destinado ao Pequeno Expediente, sem entrar na Ordem do Dia, ou que V. Ex<sup>a</sup> suspenda a sessão até que tomemos conhecimento do texto a ser discutido e votado.

A Comissão Mista de Orçamento votou o texto que até o presente momento estava sendo negociado, o qual sofreu algumas alterações.

O Relator *ad hoc*, Deputado João Leão, precisa apresentar esse texto para que possamos dar início à Ordem do Dia, discutir e votar a matéria.

Como ninguém aqui no plenário tem o texto – não sei se a Mesa já dispõe do texto completo –, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> não iniciasse a Ordem do Dia, ou então que suspendesse a sessão até que todos os Parlamentares tenham acesso ao texto, com os adendos e erratas, no intuito de darmos prosseguimento à sessão.

Faço esse apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que possamos iniciar os trabalhos de forma organizada, porém, com o conhecimento do texto que vamos apreciar.

Há um acordo em andamento. Se esse acordo que foi formatado estiver no texto, poderemos dar continuidade à sessão. Caso contrário, não há a mínima possibilidade de prosseguirmos com os trabalhos, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que não inicie a Ordem do Dia, mas dê aos Parlamentares a oportunidade de usar da pa-

lavra e peça que o texto seja disponibilizado à Mesa e aos Deputados.

O Democratas, de antemão, pede a V. Ex<sup>a</sup> que disponibilize o texto votado na Comissão Mista de Orçamento, com os respectivos adendos, modificações e erratas.

Esse é o pedido que formulo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Otavio Leite.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estamos tratando de uma matéria proveniente de uma diretriz constitucional – sem querer fazer aqui nenhum trocadilho. Trata-se de matéria árida e complexa. São 130 artigos contidos na LDO, os quais se pretendem votar no dia de hoje.

É natural que sobre o tema muitas sugestões sejam apresentadas. São visões distintas de como se deve dar a mecânica da Administração Pública na prática.

Há evoluções, sem dúvida, por conta das experiências vividas, evoluções essas de natureza empírica e também de natureza científica. Sempre se está a buscar avanços para que o dinheiro público seja gasto de maneira mais transparente e, sobretudo, mais eficaz.

O Governo naturalmente tem seus propósitos de encontrar mecanismos mais agilizadores, sem dúvida – isso faz parte do processo. Por outro lado, é natural, é da essência da Oposição tentar incluir, tanto quanto possível, instrumentos que permitam à sociedade mais visibilidade sobre cada centavo gasto dos recursos provenientes dos tributos pagos pelo povo brasileiro.

Tudo isso, eu diria, compõe um conjunto de preceitos que presidem a dinâmica do Parlamento, a construção coletiva de uma regra jurídica que vai balizar o Governo para, no dia 31 de agosto, trazer a esta Casa a peça orçamentária do seu último ano de Governo.

Então, é natural que, nesse processo, como eu disse, o debate se instale. O debate, eu diria, tem sido fértil, porque acho que a tentativa de todos, no fundo, é convergirmos para um texto que seja se não o ideal, o melhor possível, apesar das óticas distintas.

E nós outros, das oposições, nesse processo, além de termos apontado algumas sugestões já acolhidas, alcançamos algumas vitórias claras, como foi o caso do recuo do Governo em relação aos 480 milhões de reais da Saúde e em relação à Lei Kandir, já que, desde 2007, os Estados da Federação não têm esse ressarcimento aos seus cofres, algo da ordem de 1,3 bilhão de reais.

Esse foi outro ponto que o Relator acolheu – e aqui fazemos também uma reverência a S. Ex<sup>a</sup>, dese-

jando que o nosso colega Deputado Wellington Roberto esteja bem de saúde.

Eis que, nos instantes mais conclusivos, apresentamos os pontos cruciais, nevrálgicos, a espinha dorsal sobre a qual nós não nos permitiríamos curvar, em hipótese alguma, o eixo central, colocando-nos em oposição juntamente como o Democratas e o PPS em alguns pontos.

Um desses pontos tem a ver com o art. 3º, que trata do superávit primário, no que diz respeito à supressão apenas dos Restos a Pagar processados.

O outro ponto tem relação com Tribunal de Contas da União. E, sobre tal aspecto, deixamos claro que não aceitamos, em hipótese alguma, diminuir as prerrogativas do Tribunal em intervir nos processos licitatórios e de execução orçamentária.

E aqui nós deixamos absolutamente fixado o nosso entendimento de que não aceitamos a mediana de forma elástica e relativa, e, sim a mediana igual ou menor para os insumos e serviços que compõem o custo global de obras. E, sobretudo, o art. 68, em seu inciso VIII, que se constitui numa delegação que, se vier a ser aprovada, haverá de ensejar, talvez, com toda a sinceridade, uma declaração em uníssono da desnecessidade da Lei Orçamentária. Isto é, se não se votar o Orçamento até 31 de dezembro – e há essa hipótese, politicamente ela existe, e não queremos que isso aconteça –, a União só vai poder efetuar gastos específicos no campo pessoal, direito pessoal, na conta pessoal e no custeio. Agora, permitir também investimento seria um despropósito, um absurdo!

Então, são esses os 3 temas sobre os quais nós colocamos claramente a nossa posição. O Governo, depois dessas demandas, acolheu-as e estamos aguardando, como disse o Deputado Claudio Cajado, o texto, para confirmarmos, no ver para crer, eu diria no ler para crer, e darmos curso, irmos adiante à votação da matéria.

Sim, nós também aquiescemos na votação de três créditos, que são importantes e o Governo entende como necessários. Isso faz parte da discussão política, dessa dialética que nós vivemos no dia a dia.

Portanto, são esses os pontos introdutórios nesta sessão que queremos trazer, neste anúncio, a todos os colegas, e esperar que, o mais rapidamente possível, o Relator possa fazer o adendo de plenário, a fim de que possamos dar curso à nossa responsabilidade constitucional de votarmos a LDO.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Otavio Leite.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Peço aos nobres Parlamentares que economizem nas

palavras. Apesar de eu não marcar o tempo das falas, quero a compreensão de V. Ex<sup>as</sup>.

Vou conceder a palavra, primeiramente, ao Deputado Gilmar Machado, depois, ao Deputado Miro Teixeira. Em seguida, passarei a palavra, com a concordância de V. Ex<sup>as</sup>, ao Deputado João Leão, que iniciará a leitura do seu relatório e, posteriormente, distribuí-lo a todos, para que tenham conhecimento, no papel, daquilo que está sendo proposto pelo Relator para a LDO.

**O SR. PAULO BORNHAUSEN** (DEM – SC) – Sr. Presidente, eu vou pedir tempo pela Liderança assim que os dois deputados inscritos concluírem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para agradecer ao Deputado Otavio Leite e aos Parlamentares Claudio Cajado, que participou ativamente do processo; Humberto Souto, do PPS, que nos ajudou muito; Duarte Nogueira e Paulo Bornhausen, que nos ajudaram a construir esse grande entendimento para que pudéssemos votar.

O Relator vai expressar aquilo que foi acordado entre nós. Então, vamos ouvir o relatório. Se houver alguma questão duvidosa, pararemos, acertaremos, e daremos continuidade.

Em momento algum o Governo negociou em cima dos temas que realmente dizem respeito à LDO, e, ao mesmo tempo, manteve exatamente a transparência de todos os itens que foram discutidos amplamente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quanto aos créditos, faremos, no momento correto, todos os esclarecimentos necessários durante a sua discussão e, logicamente, sua votação.

Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, a V. Ex<sup>a</sup> a paciência de nos ajudar a construir esse grande acordo de hoje.

Muito obrigado.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O Deputado Miro Teixeira quer levantar uma questão de ordem também e S. Ex<sup>a</sup> estava inscrito anteriormente, não é isso, Deputado Miro?

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR) – Está bem. Eu aguardo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ. Pela ordem) – Sr. Presidente, é sobre o art. 78. Transformo também

em sugestão ao Relator. Parece-me que é uma questão de interesse do Estado brasileiro.

O art. 78 manda declinar o nome de todos os servidores públicos e a remuneração em documento à parte, tudo na Internet. Mas, combinando um com o outro, acaba se sabendo quanto ganha um servidor da área, por exemplo, da Abin ou da Receita Federal, os auditores federais, de grupos de investigações sigilosas, os policiais federais.

A nossa remuneração de Deputados é absolutamente transparente. Mas parece que não é do interesse do Estado brasileiro expor estes seus agentes.

Então, apresento como sugestão ao Relator João Leão esse pedido de atenção ao disposto no art. 78, para que possamos dar transparência, assim, à remuneração por categorias, mas não nominal.

Como é que nós vamos dar a relação dos agentes secretos brasileiros? Digo só a relação. Não estou dizendo nem quanto à remuneração. E aqueles que integram esses formidáveis grupos de investigação da Receita Federal, da Polícia Federal, o pessoal, também da Receita, mas que atua na área previdenciária? Nós vamos expor a vida dessas pessoas.

O Relator tem capacidade e conhecimento de serviço público, de administração pública e creio que, se ele optar por uma redação que deixa a critério do Poder Executivo ou dos Poderes de um modo geral a exclusão ou o estabelecimento de uma exceção para prevenir esse interesse do País, ficaremos bem. Acho que ficaremos bem. Não pode haver essa intenção de expor, até internacionalmente, quem são aqueles encarregados da segurança dos dados e informações do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Miro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado João Leão, V. Exª terá o prazo para relatar aqui e responder a esses questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros, para uma questão de ordem.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Questão de ordem) – Sr. Presidente, minha questão de ordem é baseada no art. 71 da Constituição Federal.

Vou falar sobre medida cautelar, do Tribunal de Contas da União, que tem, em seu Regimento Interno, a figura da medida cautelar. A nossa Constituição, no art. 71, inciso IX, diz o seguinte:

“Art. 71 .....

IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.”

Então, o Tribunal tem de assinar prazo para quem ele entender que está cometendo alguma ilegalidade.

Depois, no inciso X, diz:

“X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.”

Logo, pela Constituição, ele é obrigado, primeiro, a assinar prazo. Se não atendido, o Tribunal pode sustar o ato. O Regimento Interno do Tribunal, no seu art. 276, diz o seguinte:

“Art. 276. O Plenário, o relator, ou, na hipótese do art. 28, inciso XVI, o Presidente, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada.”

Ora, Sr. Presidente, se a Constituição diz que antes de sustar qualquer ato é preciso assinar prazo e a sustação é “se não atendido”, não pode haver no Regimento Interno do Tribunal a figura da medida cautelar, que é citada também no art. 246, mas referindo-se ao art. 276, porque a nossa Constituição simplesmente não permite que o Tribunal adote qualquer ato sem antes ouvir a outra parte.

Então, Sr. Presidente, na questão de ordem que faço, gostaria que a Mesa da Casa deliberasse sobre essa questão, e, ao deliberar sobre a mesma, possa remeter sua decisão ao Tribunal de Contas da União.

O TCU, tenho certeza, terá de alterar o seu Regimento Interno, eliminando a figura da medida cautelar dos atos a serem praticados, até porque o inciso XI do art. 71 da Constituição Federal estabelece que cabe ao Tribunal de Contas:

“Art. 71 .....

*XI – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*

*§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.*

*§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.”*

Logo, também não cabe ao Tribunal, não é competência do Tribunal dada pela Constituição sustar qualquer contrato sem antes solicitar essa providência ao Congresso Nacional.

Então peço ao nosso Presidente que, decidindo sobre a constitucionalidade do Regimento Interno do Tribunal, notifique-o para que altere o seu Regimento Interno, porque, com certeza, analisados os arts. 246 e 276, a Mesa decidirá pela inconstitucionalidade da medida cautelar e da sustação de contrato, sem a prévia oitiva da parte e do Congresso Nacional.

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PPS, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS–MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao Deputado dois pontos.

Primeiro, isso não é matéria de LDO. Essa matéria pode ser discutida em qualquer sessão. Segundo, não há nenhum impedimento a que se faça uma questão de ordem pedindo ao Congresso que ouça o Tribunal.

Todavia, Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao Deputado que, se ele consultasse a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, iria encontrar em mais de 10 julgados que é competência do Tribunal de Contas da União sustar qualquer obra, desde que seja em defesa do Erário. Dessa maneira, hoje é jurisprudência torrencial do Supremo.

Digo isso apenas para informar ao nobre e querido Deputado Ricardo Barros.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Como não é uma questão de ordem sobre a nossa sessão, vamos acolher as considerações de V. Ex<sup>a</sup> e analisá-las tecnicamente, à luz dos documentos, das notas taquigráficas, de tudo o que for levantado aqui. Depois, informaremos qual é o procedimento que a Mesa do Congresso adotará sobre esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pergunto aos Deputados Paulo Bornhausen e Duarte Nogueira, que se inscreveram para falar como Líderes, se podemos iniciar a Ordem do Dia e dar a palavra ao Relator, para que ele possa ler seu relatório. Depois, enquanto se distribui o relatório para o Plenário, concederíamos a palavra para que os Líderes pudessem se posicionar. Isso adiantaria o trabalho que estamos querendo realizar para votar a LDO. Pode ser assim, Deputado Paulo Bornhausen?

**O SR. PAULO BORNHAUSEN** (DEM – SC) – A Oposição não está com problema de tempo, V. Ex<sup>a</sup> pode ficar certo disso. Mas, já que é um apelo que V.

Ex<sup>a</sup> faz de forma muito educada para os 2 Líderes, pelo menos da minha parte, terminado o relatório, na distribuição, faremos o uso da palavra.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB–SP) – Sr. Presidente, da mesma forma que o Líder do DEM, Deputado Paulo Bornhausen, nós, pela Liderança do PSDB, aguardaremos a leitura do parecer pelo Relator, para oportunamente nos manifestarmos pela Liderança do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado pela deferência de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Passamos à Ordem do Dia.

### PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2009-CN

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7, de 2009–CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.**

Ao projeto de lei foram apresentadas 3.561 emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 24, de 2009, do Congresso Nacional, concluiu pela apresentação do substitutivo que consolida as alterações decorrentes da aprovação da Errata nº 1, dos Adendos nºs 1, 2, 3 e 4 da aprovação integral e parcial de destaques, bem como da aprovação da solicitação do Deputado Humberto Souto, para retificação da Emenda nº 71140004 da bancada de Minas Gerais, em virtude da alteração autorizada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Emenda nº 71140004, de cuja ação passou de 72K28 – expansão do ensino superior no Estado da Paraíba – para 7L83 –ampliação da infraestrutura física de instituições federais de ensino superior.

O produto e a unidade de medida foram alterados de vaga disponibilizada (unidade) para unidade construída/ampliada (unidade).

Dessa forma, fez-se necessário ajuste do valor da meta aprovada de 10 mil vagas disponibilizadas para 5 unidades construída/ampliada.

O Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Almeida Lima, após autorização concedida pelo Plenário da Comissão, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional, declarou inadmitidas as Emendas que estão elencadas pelo Relator da matéria, Deputado Wellington Roberto.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Todos somos sabedores de que o Deputado Wellington Roberto sofreu um pequeno acidente e, portanto, esteve impossibilitado de estar conosco em Brasília durante esta semana.

Aproveito para desejar ao Deputado um pronto restabelecimento da sua condição física e que possa urgentemente estar conosco. Infelizmente não pôde estar aqui para ler seu relatório.

Por isso, nomeio Relator *ad hoc* da matéria, da LDO, o Deputado João Leão, a quem concedo a palavra imediatamente para proferir o seu parecer.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB – SP. Pela ordem) – Sr. Presidente, indago à Mesa se existem cópias a serem distribuídas dos adendos ou das modificações que serão realizadas no substitutivo pelo Relator, Deputado João Leão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Estão sendo providenciadas todas as cópias. Assim que o Deputado João Leão encerrar seu relatório, providenciaremos cópias para as Sr<sup>as.</sup> e os Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA. Para emitir parecer) – Meu caro Presidente, Deputado Marco Maia, primeiro quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, ao Presidente Michel Temer, a todo este Plenário, a confiança em mim depositada para continuar o belo relatório executado pelo Deputado Wellington Roberto.

Quero tranquilizar os eleitores, os amigos do Deputado Wellington Roberto, inclusive este Plenário, dizendo que o Deputado já está muito bem. S. Ex<sup>a</sup> teve uma distensão muito forte, mas já está quase restabelecido. Então, desejo ao Deputado Wellington Roberto, juntamente com todo este Plenário, a sua recuperação, para o mais rapidamente possível estar junto conosco.

O Deputado Wellington Roberto foi de uma habilidade e de uma capacidade tremendas na Comissão de Orçamento, na qual fez um dos mais belos relatórios de LDO que já tivemos nesta Casa.

O Deputado Wellington Roberto trabalhou juntamente com o Deputado Otavio Leite, com o meu querido Deputado baiano Claudio Cajado, uma das figuras que elogia e honra o Estado da Bahia, que o ajudou muito mesmo na aprovação deste relatório. Ainda tiveram participação os Deputados Humberto Souto, Colbert Martins e Ricardo Barros. E não poderia deixar de elogiar a Líder do Governo no Senado, Ideli Salvatti, minha querida e bela Senadora, juntamente com o Líder do Governo na Comissão de Orçamento, Gilmar Machado, que tenho o prazer de ter ao meu lado na Comissão.

Sr<sup>as.</sup> e Srs. Congressistas, o relatório do Deputado Wellington Roberto é rico em significados para a Nação e em avanços para a sociedade.

Eu gostaria de dar os parabéns novamente ao Deputado Wellington Roberto e a todos os Líderes que trabalharam na Oposição, na confecção e na aprovação deste relatório.

“A preocupação básica que norteou a elaboração do Substitutivo ao PLDO 2010”, relatado pelo Deputado Wellington Roberto, “com o Parecer da CMO, foi a de assegurar o cumprimento dos princípios basilares da economicidade, impessoalidade, moralidade e publicidade que regem a administração pública.

Dessa forma, entendo que o parecer da LDO de 2010 alia-se ao esforço de fortalecer os mecanismos da LDO para o disciplinamento e o controle dos atos administrativos, ao mesmo tempo em que busca ampliar a transparência e a acessibilidade de uma variada gama de informações na área de gestão de gastos.

Alguns pontos do relatório demonstram esse objetivo, os quais saliento a seguir.

I – Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves

O substitutivo da Comissão aperfeiçoa o mecanismo de controle preventivo das obras e serviços com indícios de irregularidades graves, definindo de forma mais precisa conceitos e esclarecendo as atribuições do Tribunal de Contas da União e a competência deste Congresso nas deliberações a respeito da paralisação de obras e serviços.

Estão previstas audiências públicas, durante a execução orçamentária, para subsidiar as decisões relativas às obras e serviços com indícios de irregularidades graves identificadas pelo TCU.

A ideia é assegurar completa transparência nas decisões que levam à paralisação ou à continuidade de obras e serviços, dando-se oportunidade aos órgãos envolvidos, que podem se manifestar na referida audiência pública.

Permite-se, dessa forma, um melhor acompanhamento dos desdobramentos das fiscalizações e, principalmente, das providências a cargo dos órgãos executores.

A atuação política no processo de bloqueio preventivo e liminar de obras e serviços com indícios de irregularidades estará direcionada à correção ágil e tempestiva dos problemas levantados, de modo que se possa reduzir o impacto econômico e social que a interrupção da obra ou serviço possa ocasionar à sociedade, sem prejuízo da continuidade da ação fiscalizatória por parte do TCU.

II – Fundo Soberano



A legislação que cria o Fundo Soberano prevê que os recursos do Fundo poderão ser aplicados na aquisição de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, fundo de natureza privada e patrimônio próprio, a ser constituído por instituição financeira federal, no qual a União Federal participaria como cotista única.

Assim, para assegurar a máxima transparência das operações do Fundo, o substitutivo contempla emenda determinando que devam constar da lei orçamentária ou de projetos de lei de créditos adicionais todas as operações de integralização de cotas do FFIE, independente da fonte utilizada.

### III – Transparência nos Gastos com Pessoal e Entidades Privadas

A LDO obriga que todos os Poderes e Ministério Público publiquem a relação das tabelas remuneratórias e dos nomes de todos os agentes públicos pagos pelo Estado, bem como de todas as entidades privadas que recebam recursos da União.

#### Agentes públicos

Em nosso Substitutivo, estamos inovando quanto à publicidade quanto aos membros de Poder, empregados e servidores públicos, efetivos ou não.

A regra determina que os órgãos de todos os Poderes e Ministério Público da União, incluindo os órgãos da administração direta e indireta, divulguem na Internet e mantenham atualizada a relação de tais agentes, incluindo pelo menos nome, cargo e função, lotação e local de exercício, entre outros dados.

Há pouco, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela vedação ao nepotismo no serviço público. Contudo, sem uma ferramenta como a que ora apresentamos a serviço de toda a sociedade, o controle da aplicação de tal decisão torna-se difícil.

Para dar efetividade a essa vedação”, o substitutivo do Deputado Wellington Roberto “estende a divulgação em relação aos empregados terceirizados, devendo a contratada disponibilizar ao contratante os dados dos empregados, para efeitos de divulgação na Internet”.

Sr. Presidente, respondendo ao querido e nobre Deputado Miro Teixeira, o § 8º deste artigo dispõe o seguinte:

*“§ 8º O disposto no § 4º deste artigo não se aplica aos casos de agentes públicos para cujo exercício profissional é exigido sigilo, em atendimento à legislação vigente”.*

Então, para os funcionários da Abin, da Polícia Federal e da Receita Federal não será preciso. Estão protegidos pelo §8º.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – V. Exª acha útil um aparte muito ligeiro?

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Depois eu concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Só 15 segundos. Eu li o § 8º. Ele trata de outra coisa. E quero tentar ajudar. Não estou atrapalhando nem obstruindo.

Acho que deixar para o Poder Executivo a faculdade de definir... Na Abin há aqueles que são “arapongas”, que estão nas ruas, mas também o pessoal de apoio interno, que não está protegido por lei alguma. Eles vão ficar expostos. O pessoal da Receita vai ficar exposto. O pessoal da Previdência vai ficar exposto.

Não vou mais intervir neste debate. Acho apenas que deixar a exceção a critério dos Poderes é boa cautela. É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

Deputado João Leão, continue o seu relatório.

Fizemos uma concessão democrática ao Deputado Miro Teixeira.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – O Deputado merece todas as concessões democráticas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – V. Exª pode continuar o seu relatório.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Para dirimir qualquer dúvida, Deputado Miro Teixeira, V. Exª pode procurar a Assessoria da Comissão, que estará às suas ordens.

#### “Entidades Privadas

Quanto às transferências dos recursos públicos para o setor privado, estamos propondo diversas modificações e aperfeiçoamentos, de modo que sejam mais transparentes os critérios de escolha das entidades beneficiárias e mais difícil a fraude.

Temos que a principal exigência dirige-se ao próprio setor público, que deverá manter atualizados na Internet não apenas nome, endereço e CNPJ das entidades beneficiárias de recursos públicos, mas também valor, objeto e número do convênio, os valores transferidos, bem como nome, função e CPF dos dirigentes da entidade beneficiária. Tal medida é fundamental para que a sociedade não somente controle, mas sobretudo cobre melhores serviços dessas entidades.

#### Recursos para Entidades Privadas

Quanto à destinação de recursos para entidades privadas, estamos impondo maior disciplina às disposições do projeto de lei original. Assim:

a) além da apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, passa-se a exigir a inexistência de: prestação de contas rejeitadas, bem como de pendência de aprovação de mais de duas prestações de contas;”

Abro aqui um parêntese. Eu estava aguardando a chegada do Presidente da Comissão Mista de Orça-

mento, o nobre e querido Senador Almeida Lima, no intuito de dizer que S. Ex<sup>a</sup> conduziu muito bem o trabalho à frente da Comissão, levando ao engrandecimento do trabalho do nobre e querido Relator, Deputado Wellington Roberto. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

“b) a declaração de funcionamento regular exigida deve ser emitida por três autoridades locais, e não pela própria entidade, como era o projeto original. Alternativamente, estamos propondo que a entidade apresente Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

c) passa-se a exigir, para a transferência de recursos a entidades privadas, a manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do concedente sobre a adequação do convênio às normas; escrituração contábil regular; certidão negativa relativa a débitos de tributos e a dívida ativa; e certidão de regularidade do FGTS e junto ao Cadin.

IV – Copa do Mundo de Futebol de 2014 – prioridade e controle dos gastos

Estamos assegurando prioridade para as ações relacionadas com a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a realizar-se no Brasil, pois a incluímos no PAC. Com a medida, estamos sinalizando para o mundo que o Brasil trabalhará séria e intensamente para a realização do evento e, por conseguinte, para receber a multidão de turistas que certamente virão ao nosso País.

Temos em mente que não podemos perder a chance de mostrar nossa competência, nossa capacidade empreendedora, nossa organização, para, enfim, capitalizar a admiração mundial, com reflexos diretos não só na economia e nos benefícios sociais, mas também na auto-estima do nosso povo.

Por outro lado, mesmo considerando o evento prioritário, não descuidamos do controle e fiscalização das despesas, pois estamos exigindo a divulgação mensal da relação atualizada com as despesas correspondentes.

V – Fusão do PPI com PAC”.

Faço uma declaração a este Plenário. Como é do conhecimento de todos da Comissão Mista de Orçamento, tive o prazer e a honra de criar o PPI – Projeto Piloto de Investimentos, junto com diversos companheiros, na Comissão Mista de Orçamento. Assim, demos maior agilidade às obras, no intuito de fazer com que a população fosse beneficiada o mais rapidamente possível.

“Quanto à programação seletiva incluída tanto no Projeto Piloto de Investimentos – PPI quanto no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, propomos uma nova sistemática. Para nós, já não faz mais sentido a existência de um ‘projeto piloto’ passa-

dos cerca de seis anos de sua implantação. De igual modo, a profusão de siglas na programação confunde a sociedade, ao não saber ao certo quais programações são efetivamente prioritárias e que integram aquela sigla”.

Não só a sociedade, como também o Congresso Nacional. Quando se recebe o Orçamento, para ser estudado no Congresso Nacional, não se sabe o que é PAC, porque vêm todas as dotações. Sabe-se o que é PAC via PPI, mas não se sabe o que é PAC. Com a junção dos dois, acaba-se com essa figura. Agora se sabe que o PPI é exclusivamente PAC. E o PPI deixa de existir.

“A transparência será acentuada, porquanto a totalidade da programação do PAC será relacionada em anexo à lei orçamentária, o que antes era visualizado somente no Siafi, após a execução orçamentária”.

Srs. Parlamentares, V. Ex<sup>as</sup>. só saberiam o que era PAC após a obra ser executada. Agora, não. Ela virá no Orçamento já como PAC.

“Atualmente, as programações do PAC não estão identificadas na elaboração da lei orçamentária. O uso do identificador RP 3 (antes usado no PPI) na definição do PAC trará maior transparência e permitirá a participação do Congresso Nacional nessa definição.

A ampliação do valor das programações do PPI/PAC para 22,5 bilhões, para efeito de dedução da meta de superávit primário, é uma necessidade para o enfrentamento da crise e um reconhecimento do grau de retorno e da importância estratégica dessas obras para o desenvolvimento econômico e social do país.

VI – Participação popular – audiências públicas na elaboração do orçamento

Agregando valor à maior transparência na elaboração e na execução dos orçamentos, estamos propondo que os Poderes possam realizar audiências públicas, com a finalidade de estimular a sociedade, especialmente por seus setores organizados, no debate e no aperfeiçoamento das escolhas e da condução das políticas públicas constantes dos orçamentos. Tais audiências podem ser realizadas, inclusive, nos Estados da Federação.

VII – Critérios nas transferências voluntárias

O Parecer da CMO propõe que as transferências voluntárias da União aos demais entes da Federação levem em conta os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela respectiva política pública, quando não nominalmente identificado o Estado ou Município beneficiados dos créditos orçamentários. Pensamos que a medida vai ao encontro das comunidades mais carentes, uma vez que o indicador passa a ser mais um elemento a ser considerado pela União na realização de transferência voluntária, afastando

o critério que poderia ser meramente político ou de conveniência.

#### VIII – Agências financeiras oficiais

Na seara das agências financeiras oficiais, estamos propondo a inclusão, como uma das prioridades de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os projetos voltados para a substituição de importação de maquinário industrial, equipamento móvel de transporte, máquinas e ferramentas, eletroeletrônicos, produtos químicos e farmacêuticos e matérias-primas para a agricultura.

Estamos também prevendo, entre as diretrizes para as agências oficiais de fomento, que seja observada a política de redução dos níveis de desemprego, porque é certo que uma das maiores angústias que se debate sobre o homem de bem é a falta de trabalho e, por conseguinte, a fonte de subsistência da família”.

Quero saber se o Deputado Gilmar Machado já chegou com o acordo. *(Pausa.)*

Tudo resolvido? *(Pausa.)* Pronto?

Então, vou resumir o relatório para V. Ex<sup>as.</sup>, porque, com o conhecimento que tiveram sobre as matérias e a discussão com o Relator Wellington Roberto, o acordo andou muito rapidamente na Comissão. Tenho certeza de que, em homenagem ao nobre Relator, vamos aprovar este relatório o mais rapidamente possível.

“XIII – Outras Medidas Disciplinares das Despesas

a) vedamos quaisquer aportes de recursos públicos a clubes e associações de quaisquer agentes públicos, e não apenas a associações de servidores, como tem sido a regra até este ano;

e) estamos acolhendo iniciativa do Poder Executivo em relação à concessão de auxílio (transferência para investimentos) para associações ou cooperativas de catadores de material reciclável e para pessoas em risco social.

No entanto, estamos propondo disposições mais rigorosas, para especificar que, no caso dos catadores, a associação ou cooperativa respectiva deve ser voltada diretamente para a coleta e o processamento de material reciclável. De nossa parte, pensamos que seria um contrassenso tal exigência, uma vez que o pretendido pelo benefício é fomentar a associação daqueles mais necessitados, que, quase sempre, estão afastados dos mecanismos de organização”.

Por tudo isso, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Parlamentares, concluímos aqui os principais pontos incorporados ao parecer da CMO ao PLDO 2010.

Agora vamos ao que interessa a este Plenário.

Adendo nº 1 ao primeiro parecer final da CMO ao PL nº 7, de 2009, do Congresso Nacional.

Acredito que todos receberam este adendo. O.k.?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – O Sr. Relator me concede um aparte?

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Com grande prazer, nobre e querido Parlamentar.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Deputado João Leão, primeiro, gostaria de agradecer os elogios imerecidos que V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Mais do que merecidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – É a Presidência que permite o aparte.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente. É que a palavra estava com o Relator. Deputado João Leão, peço a V. Ex<sup>a</sup> uma explicação a respeito do art. 68, inciso VIII, que diz respeito à questão dos 1/12. Ou seja, dentro do acordo, decidimos que não seria possível ao Governo avocar as prerrogativas do Congresso Nacional e poder, sem deliberação do Congresso, gastar em custeio e investimento, na administração direta e indireta, os recursos orçamentários. Nós transigimos até o limite do custeio, para que os servidores públicos, os funcionários das estatais, não ficassem prejudicados no recebimento de seus salários. Porém, incluir o investimento nessa possibilidade não foi matéria de acordo. E, no relatório de V. Ex<sup>a</sup>, na parte em que está exposto o Adendo nº 1, não consta esta situação. Portanto, peço a V. Ex<sup>a</sup> a explicação a respeito dessa temática.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Cada qual ao seu tempo, meu nobre e querido Parlamentar, Deputado Claudio Cajado. V. Ex<sup>a</sup> sabe que tenho admiração muito grande, mas muito grande mesmo por V. Ex<sup>a</sup>. Então, terá um pouco de paciência para que eu inclua, primeiro, o Adendo nº 1. Porque V. Ex<sup>a</sup> está tratando do Adendo nº 2.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Adendo nº 1.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Não. Eu chego lá, meu caro. Eu separei: Adendo nº 1 e Adendo nº 2.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Eu estou lendo o de nº 1.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Tenha calma, Excelência.

*“Inclua-se o seguinte no § 3º do art. 3º: ‘§ 3º Considera-se, para efeito do §1º do inciso I deste artigo, apenas os restos a pagar processados’.” O.k.?*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – O.k.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – “Inclua-se o seguinte inciso no art. 12:

*‘XVIII – A aquisição de combustível para fornecimento de energia elétrica às comunidades indígenas desprovidas desse benefício.’”*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Art. 12, inciso XXVIII.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Inciso XXVIII.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Perfeito.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – “No art. 21, onde se lê:

*‘§ 4º A despesa empenhada no exercício de 2010, relativa a publicidade, diária, passagem e locomoção no âmbito de cada Poder, não excederá os valores empenhados no exercício de 2009, excluindo-se na apuração de ambos os exercícios as despesas relativas às ações finalísticas para o atendimento a segurança pública, fiscalização, vigilância sanitária e epidemiológica, defesa civil, eleições, ações integrantes do PAC, as despesas com a equipe de transição do candidato eleito ao cargo de Presidente da República e às voltadas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014’.*

Leia-se:

*‘§ 4º A despesa empenhada no exercício de 2010, relativa a publicidade, diária, passagem e locomoção no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, não excederá os valores empenhados no exercício de 2009, excluindo-se na apuração de ambos os exercícios as despesas relativas às ações finalísticas para o atendimento a segurança pública, fiscalização, vigilância sanitária e epidemiológica, defesa civil, eleições, ações integrantes do PAC, as despesas com a equipe de transição do candidato eleito ao cargo de Presidente da República e às voltadas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014’.*

No art. 40, onde se lê: ‘§ 6º A identificação de qualquer situação de não...’

O Deputado Zé Gerardo está me dizendo aqui que não seria necessário ler. Se V. Ex<sup>as</sup>. concordarem...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Não, Sr. Presidente. A Oposição faz questão de que sejam lidos todos...

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Item por item. A Oposição e eu, meu caro Deputado. Não é, Dr. Humberto Souto?

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS – MG) – Exato.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Prossiga, eminente Relator.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – V. Ex<sup>a</sup>, que discutiu tão bem esta matéria; V. Ex<sup>a</sup>, que foi Presidente do Tribunal de Contas da União; V. Ex<sup>a</sup>, que é um professor nesta matéria; era V. Ex<sup>a</sup> até que deveria estar relatando isto aqui, e não eu. V. Ex<sup>a</sup> é um dos grandes professores da Constituição brasileira.

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS – MG) – V. Ex<sup>a</sup> está subestimando os seus conhecimentos. Esta Casa respeita V. Ex<sup>a</sup>. O cuidado da Oposição é apenas o zelo necessário para cumprir o seu dever.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Eu vou pedir a V. Ex<sup>as</sup>...

Deputado João Leão, se possível, continue.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Continuando, meu querido Presidente: “Onde se lê, no art. 40:

*‘§ 6º A identificação de qualquer situação de não regularidade ou pendência de que trata o §1º deste artigo não impede a continuidade do convênio e instrumentos congêneres que já tenham atendido ao que dispõe o caput deste artigo’.*

Leia-se:

*‘§ 6º A identificação de qualquer situação de não regularidade ou pendência de que trata o §1º deste artigo não impede a liberação das parcelas subsequentes dos demais convênios e instrumentos congêneres de que trata o caput deste artigo, salvo se relacionado ao próprio convênio ou instrumento congêneres objeto de irregularidade ou pendência’.*

No art. 112, a grande polêmica de horas e horas de discussões, de entradas pela noite, de dias, para chegarmos a um consenso agora, meus caros Srs. Parlamentares.

“No art. 112, onde se lê:

*‘Art. 112. O custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços, com base na mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido e divulgado na Internet pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias – SICRO.*

*§ 8º O preço de referência das obras e serviços será aquele resultante da composição de custos unitários direto do SINAPI, acres-*



*cido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI incidente, que deve estar demonstrado analiticamente na proposta do fornecedor’.*

Leia-se:”

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS – MG. Pela ordem) – Sr. Presidente. Sr. Relator...

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Agora espere. Agora eu tenho de terminar o raciocínio...

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS – MG) – Apenas para corrigir.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Até para V. Ex<sup>a</sup>... Dois minutos, Deputado. Quando eu terminar de ler. Se não, até o nosso telespectador não vai entender, o.k? Para ver a claridade, a “clarividência”, a maneira como este Congresso Nacional trabalha.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Clari-vidência, Sr. Relator.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Também.

“Leia-se:

*‘Art. 112. O custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos dos Orçamentos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido e divulgado na Internet pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias – SICRO.*

*§ 8º O preço de referência das obras e serviços será aquele resultante da composição do custo unitário direto do SINAPI e do SICRO, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI incidente, que deve estar demonstrado analiticamente na proposta do fornecedor.*

*§ 9º Os órgãos de controle definirão a metodologia de seleção e avaliação dos itens de custos mais relevantes, que correspondem a até 80% do custo global, para fins de aplicação do caput deste artigo.*

*§ 10 O disposto neste artigo não obriga o licitante vencedor a adotar custos unitários ofertados pelo licitante vencedor.*

*Plenário do Congresso Nacional, em 15 de julho de 2009.*

*Relator ad hoc: Deputado João Leão, em substituição...*”

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Um minuto, por favor.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Apenas um adendo. V. Ex<sup>a</sup>, então, leu...

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Um minuto, Deputado Claudio Cajado. “Em substituição ao Deputado Wellington Roberto”.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – V. Ex<sup>a</sup>, então, proferiu a leitura do Adendo nº 1 ao parecer final da Comissão de Orçamento ao PL nº 7, de 2009? Não é isso?

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – O quê, meu caro companheiro?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Esse é o Adendo nº 1, que foi distribuído aqui no plenário.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Esse é o Adendo nº 1, que foi...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Eu pediria apenas a V. Ex<sup>a</sup> que repetisse como ficou o *caput* do art. 112; que repetisse a leitura do *caput* do art. 112. Por favor.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – “Leia-se: Art. 112” – vou ler logo tudo para V. Ex<sup>a</sup>, novamente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Só o *caput*.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Não. Vou ler tudo, para que V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Basta o *caput*, Sr. Relator.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Não. Eu vou ler tudo, para ficar bem claro para V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Tão-somente o *caput*, Relator.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Porque é essa a questão do TCU...

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Vou ler tudo:

*“Art. 112. O custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido e divulgado na Internet pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias – SICRO.*

*§ 8º O preço de referência das obras e serviços será aquele resultante da composição do custo unitário direto do Sinapi e do Sicro, acrescido do percentual de Serviços e Despesas Indiretas – BDI incidente, que deve*



*estar demonstrado analiticamente na proposta do fornecedor.*

*§9º e §10º.*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator. Era isso.

Vamos agora ao Adendo nº 2.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Muito bem, Sr. Relator. E quanto ao Adendo nº 2, por gentileza?

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – V. Ex<sup>as</sup> concorda com isso tudo? Há unanimidade?

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Parabéns, Deputado Wellington Roberto!

Eu quero deixar bem claro que estive...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Falta ainda o segundo adendo.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – ...eu estive, Sr. Presidente, por 3 horas no dia de ontem, como Relator *ad hoc*, depois da indicação de V. Ex<sup>a</sup>, e mais o dia de hoje, discutindo o relatório que levou dias e dias, elaborado muito bem pelo Deputado Wellington Roberto.

Adendo nº 2 ao parecer final da Comissão Mista de Orçamento ao PL nº 7, de 2009.

“Exclua-se o inciso VIII do art. 68.

Plenário do Congresso Nacional, em 15 de julho de 2009.

Deputado João Leão, Relator”.

Apesar de o Relator aqui ser contra a exclusão disto aqui. Eu estou atendendo a isso em função de um acordo de todos os Líderes. Tivemos exaustivas reuniões. Eu acho que isso aqui pesa muito no funcionamento das estatais. Mas, depois de exaustivo... e do compromisso da Oposição, que garantiu que vai envidar todos os esforços, no final do ano, para aprovar o Orçamento da União no prazo regimental, no prazo global, no intuito de não deixar que o povo brasileiro, aquelas pessoas que precisam das estatais, fique sem poder que elas executem aqueles investimentos necessários, principalmente a Petrobras, a Eletrobras, bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal –, enfim, todas as estatais do Brasil.

Sr. Presidente, às suas ordens.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concluído, Deputado João Leão?

Muito obrigado pela sua atenção de sempre, pela leitura do seu relatório.

Temos oradores inscritos para discutir a matéria.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Sr. Presidente, um lapso deste Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Aqui nós temos uma errata de Plenário que trata simplesmente de alguns ajustes, de algumas coisas bobas, que não foram levadas em conta. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Ainda estamos fazendo acordos aqui para votar.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Para V. Ex<sup>a</sup> ver como eu sofri nesses 2 dias, Sr. Presidente.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – É de redação, Sr. Presidente. É só corrigir a redação. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Pegar 500...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> vai para o céu!

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Eu gostaria muito de ir para o céu junto com V. Ex<sup>a</sup>. Não sei se vamos juntos, mas eu gostaria muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado João Leão, a errata, para podermos dar continuidade aos trabalhos.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Errata de Plenário nº 1/2009 ao parecer da CMO – PLN nº 7, de 2009 (PLDO/2010).

“No §3º do art. 12, no parágrafo único do art. 32 e no §6º do art. 93, substituir as alíneas respectivas por incisos, a fim de adequar o texto do substitutivo aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, às normas da Lei Complementar nº 95, de 1998”.

Segundo item: “No *caput* do art. 40, substituir a expressão ‘Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios’ – CAUC), pela expressão ‘Cadastro Único de Convênio’ (CAUC), por ser essa a determinação atribuída à matéria no Regulamento nº 1, de 2005, da Secretaria do Tesouro Nacional”.

Terceiro item: “No §1º do art. 94 e no inciso II do art. 121, substituir a expressão ‘entende-se’ por ‘entendem-se’, para adequá-lo às normas gerais.

Plenário do Congresso Nacional, em 14 de julho de 2009”.

Eu vou ler o acordo proposto pelo nobre e querido Deputado Miro Teixeira, porque V. Ex<sup>as</sup>. não tomaram conhecimento. Depois eu quero ouvir alguns Líderes para sabermos se é realmente do acordo de todos.

“No art. 68, §8º, onde se lê:

*§ 8º O disposto no § 4º deste artigo não se aplica aos casos de agentes públicos para cujo exercício profissional é exigido sigilo, em atendimento à legislação vigente.*

Leia-se:

“Art. 68 .....

*§ 8º O disposto no § 4º deste artigo não se aplica aos casos de agentes públicos cujo exercício profissional é protegido” – está sendo incluída a palavra “protegido”, em substituição a “exigido” – “por sigilo, em atendimento à legislação vigente”.*

Como Relator, eu não vejo nenhum problema em acatar isto aqui. Agora, eu gostaria de saber se os Líderes... Só dizendo “sim”: o PFL...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem.) – Sem problema. Democratas. Estamos de acordo.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – PSDB.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB – SP. Pela ordem.) – PSDB, o.k.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – PMDB, PT, PR. O PDT propôs. (Pausa.)

Aprovado, Sr. Presidente. O Relator acata o artigo proposto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado João Leão.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de indagar a V. Exª e à Mesa se existe algum destaque, algum texto, algum artigo do projeto.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Eu quero dizer a V. Exªs. que o acordo foi retirar todos os destaques.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Pronto. É disso que eu quero confirmação.

Então, não há destaques. Nós vamos votar o projeto, com o texto votado pela CMO, e agora com os Adendos 1 e 2. É isso?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – E eu retiro a minha inscrição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Temos 4 destaques apresentados à Mesa.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – É isso o que queremos ver.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Três destaques do Deputado Marcio Junqueira e outro dos Deputados Antônio Roberto, Miro Teixeira e outros.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ. Pela ordem.) – E eu retirei a inscrição e destaque que porventura ainda permaneça na Mesa.

Em nome do acordo, do entendimento e desse esforço que V. Exª e outros estão fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Eu gostaria de pedir a todos os Parlamentares, a quem

subscreveu os destaques, que retirasse os seus destaques, para podermos votar de forma consensual.

Faço um apelo e espero a resposta dos Srs. Parlamentares. Enquanto isso, vamos discutindo a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Duarte Nogueira.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Plenário não tem, na totalidade, os adendos lidos pelo Relator, apenas 1 ou 2 que foram distribuídos. Os demais não foram distribuídos. E peço a V. Exª que o faça.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Foram entregues agora e serão distribuídos.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado João Leão.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Sr. Presidente, peço licença a V. Exª e aos demais colegas para me retirar da tribuna. Acho que estão todos satisfeitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não. Está dada a autorização.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Parabéns ao Relator!

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Parabéns ao Relator pelo trabalho realizado, pelo desprendimento de sempre!

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, então, não há mais destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Não, eu estou pedindo que retirem, mas preciso da resposta dos Parlamentares que apresentaram os destaques.

**O SR. PAULO BORNHAUSEN** (DEM – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como Líder do Democratas, nós fazemos a retirada dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Estão retirados todos os destaques que foram apresentados pelo Democratas.

Retirados os destaques, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra, como Líder, ao Deputado Paulo Bornhausen pelo prazo máximo de 5 minutos.

**O SR. PAULO BORNHAUSEN** (DEM – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Congressistas, volto à tribuna hoje para falar sobre a crise que se abateu sobre a Receita Federal. O que parecia ser apenas mais uma alopração contumaz do Governo Federal transforma-se, como mostram os principais jornais de hoje, em uma séria e grave crise institucional.

Vamos às manchetes. No Jornal *Folha de S. Paulo*: *Lina Vieira nega queda na arrecadação durante sua gestão. Secretária demitida afirma em documento que fiscalização “incomodou muita gente graúda”*. No jornal *O Globo*: *Fazenda sob pressão. A demissão da Secretária da Receita Federal, Lina Vieira, pode levar a um motim no Ministério da Fazenda*. Houve fiscalização em profundidade, com foco nos grandes contribuintes. Entrevista de Lina Vieira, no jornal *Estado de S. Paulo*: *“Acordo do crédito partiu da Fazenda”*. *Afirmção de Diretor da FIESP sobre eventual proposta de acordo irrita equipe econômica*.

Essa última manchete, do *Estadão*, que diz respeito a uma das razões do impasse na votação da MP nº 460, de 2009, é emblemática do gravíssimo cenário em que se transformou a sensível área econômica do Governo Lula.

Sr<sup>as.</sup> e Srs. Parlamentares, diante do que vejo, não há alternativa. Peço a demissão do Ministro da Fazenda, o Sr. Guido Mantega. O Brasil ainda não está imune à grave crise econômica e financeira que assola o mundo inteiro. Por isso nosso País não pode ter no comando da equipe econômica um executivo que se mostra fraco, incompetente e confuso, que não tem o menor controle sobre sua equipe.

O que move o Sr. Guido Mantega desde a sua posse, todos sabemos, e o Deputado Eduardo Cunha também, é a sombra de seu antecessor, o Deputado Antonio Palocci, que responde a processo no Supremo Tribunal Federal. Com o tempo, o temor de Guido Mantega seria justificado, graças ao trabalho com a opinião pública muito bem desenvolvido por Palocci, que se mostrou, mesmo fora do cargo, naquelas condições, o grande interlocutor do Governo Lula com os setores produtivos.

O próprio Presidente da República infla o fantasma que assombra Mantega ao anunciar recorrentemente sua esperança de ter Palocci absolvido no Supremo para voltar ao grupo palaciano, ou para ser seu plano B na sucessão presidencial, ou mesmo candidato ao Governo de São Paulo.

Devo ser, nesse particular, solidário a Mantega. Quem o nomeou é que alimenta o caráter provisório e incerto de sua permanência no cargo. Mas os problemas se avolumaram no decorrer do período, com as mais veementes demonstrações de incompetência do atual Ministro da Fazenda. Mantega demitiu, como disse ontem, Jorge Rachid da Receita Federal porque ele era da equipe de Palocci, e sacou de sua cartola o nome de Lina Vieira. Agora demite Lina Vieira sem conseguir convencer ninguém de que a razão não foi o caso Petrobras. E o caso Petrobras sai do mérito da regularidade fiscal. Será que está saindo mesmo?

Há conflito de interesses, há uma cabal demonstração de falta de poder. Mantega, como membro do Conselho da estatal, não pode dizer que desconhecia a decisão da Petrobras de mudar o regime fiscal em momento impróprio, errado e proibido pela lei. Daí a declaração da talvez hoje ex-Secretária – não sabemos ainda – da Receita Federal de ter “incomodado gente graúda” em seu trabalho frente ao órgão.

É fundamental que a CPI da Petrobras tenha acesso ao documento que a imprensa descreve hoje, em que Lina Vieira prova que sua gestão não foi incompetente. E se ficar provado que ela foi incompetente, quem a nomeou também tem que pagar pelo seu erro. E quem a nomeou foi o Ministro Guido Mantega.

Não me venham dizer que, como Oposição, estou criando uma crise institucional. Não me venham repetir, bem adestrados, a cantilena do mais poderoso Ministro do Governo Lula, Franklin Martins, de que a Oposição não tem rumo e quer apenas desestabilizar o Governo. Não fomos nós da Oposição que criamos os fatos que relato aqui e que justificam a demissão do incompetente Ministro da Fazenda. Não foi a Oposição que se sentou com os industriais da FIESP e fechou acordo para pagamento de crédito–prêmio de IPI. Não foi o Líder da Oposição no Senado, mas a Líder do Governo que confirmou em plenário o acordo. E agora vem o Ministro da Fazenda dizer que não houve acordo.

Está aqui o Congresso Nacional tentando cumprir sua obrigação de votar a LDO, e não consegue. Por quê? Por causa da Oposição? Não, senhoras e senhores! Estamos neste impasse por causa de mais uma alopração do Ministro da Fazenda, impasse esse desfeito porque a Oposição teve a grandeza, neste momento, de acordar com o Líder Gilmar Machado. Não tenho dúvida de que fizemos isso.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, pedir a demissão desse Ministro da Fazenda porque não adianta convocar esse – quem sabe? – ex-Ministro para vir ao Congresso falar à Nação. Ele não virá. Eles não respeitam o Congresso Nacional. Eles não dão bola para a opinião pública. E se vier, virá muito bem treinado, com as sessões intensivas de mídia *training* ministradas pelo Ministro da Secom, para fazer cara de paisagem e debochar do País.

Sr. Presidente, o País espera uma solução definitiva para esta grave crise institucional. O setor público mais sensível do País vem sofrendo nas mãos do incompetente Ministro da Fazenda, que já passou do tempo de estar presente num Governo que zele no mínimo pela boa administração da Fazenda e do Erário.

Era isso que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Paulo Bornhausen.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão o projeto e o substitutivo.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Para discutir.

Em discussão.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Duarte Nogueira, para falar como Líder, por 5 minutos no máximo.

**O SR. DUARTE NOGUEIRA** (PSDB – SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, inicialmente quero cumprimentar todos os que participaram das tratativas para a realização desse entendimento, para que pudéssemos neste momento discutir e votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quero cumprimentar o Relator e destacar o trabalho do Deputado Gilmar Machado, pela Liderança do Governo, na articulação com os demais Líderes – Paulo Bornhausen, Claudio Cajado, Humberto Souto, Otávio Leite e tantos outros –, que diretamente com as assessorias técnicas das bancadas procuraram buscar o entendimento que aqui já foi apresentado.

Quero, em nome do PSDB, fazer algumas observações. A primeira é a de que a nossa Constituição de 1988 caminha para 21 anos de existência, e, no entanto ainda está por ser votado um projeto de lei complementar que tramita nesta Casa desde 1996, projeto esse que regula de maneira mais adequada a preparação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e já deveria ter sido votado há muito. É por isso que a LDO, que deveria tratar de metas e prioridades neste primeiro semestre, para que no segundo semestre, aí sim, na discussão da Lei Orçamentária, pudéssemos fixar os quantitativos, os valores financeiros dos investimentos e de cada despesa a ser realizada pelo setor público, acaba em parte, da forma como hoje é feita, misturando as 2 coisas.

Portanto, faço esta reflexão aos colegas do Plenário para que possamos dedicar-nos – quem sabe? – à aprovação dessa lei complementar que tramita desde 1996.

Por fim, Sr. Presidente, quero assinalar que houve conquistas, fruto do processo de debate com a Oposição. Foi esse debate, realizado por nós da Oposição – PPS, DEM e PSDB –, que permitiu que colocássemos 6 pontos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, 5 dos quais destaco aqui.

Primeiro ponto: houve a compensação aos Estados da perda da arrecadação de ICMS na Lei Kandir. Recuperam-se assim, dos R\$5,2 bilhões, mais R\$1,3 bilhão que havia sido deixado no exercício de 2007 para os Estados brasileiros.

Segundo ponto: os Estados e Municípios vão poder reduzir sua meta de superávit em 0,05% e, portanto, mais R\$1,7 bilhão poderá ser utilizado pelos Municípios e pelos Estados para investimentos.

Terceiro ponto: os sistemas de acompanhamento do Orçamento e dos investimentos das estatais e da área de planejamento, respectivamente Siest e Sigplan, terão agora a mesma modelagem do Siafi, dando mais transparência e clareza também aos recursos do planejamento e das empresas estatais, assim como se faz na Administração direta, com o Siafi.

Quarto ponto: a Frente Parlamentar da Saúde, Deputado Darcísio Perondi, conseguiu reconquistar os R\$480 milhões que estavam retidos, por força da inclusão do dispositivo que considerava despesas da Saúde os gastos dos hospitais de ensino. E isso foi também fruto, conquista obtida no debate da LDO, que nos permitiu realizar esse avanço.

Por fim, houve a retirada do dispositivo que possibilitava a execução de investimentos se até 31 dezembro o Congresso Nacional não aprovasse a Lei Orçamentária. Isso seria dar um cheque em branco, abrir mão da prerrogativa principal do Parlamento, que, além de fiscalizar e legislar, deve votar a Lei Orçamentária do nosso País. Se a exclusão daquele parágrafo não tivesse sido feita, nós poderíamos terminar o ano sem votar o Orçamento e o Governo estaria liberado para fazer qualquer tipo de investimento que fosse.

Portanto, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, foram conquistas importantes que o debate nos ajudou a produzir. Cumprimento a todos pelo trabalho realizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Temos oradores para discutir a matéria.

**O SR. JOÃO CARLOS BACELAR** (PR–BA) – Sr. Presidente, falo pela Liderança do PR. O Partido da República gostaria que fosse votado primeiro o texto principal e depois os adendos da LDO, isto é, que a votação não seja conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Está considerado o seu pedido.

Para discutir a matéria...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, o Democratas não aceita a votação em separado. Queremos votar o texto e os adendos conjuntamente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Vamos discutir o tema e quando...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Não, Sr. Presidente. O PR levanta a proposta de votar o texto e depois os adendos, e nós não concordamos. Só concordamos em votar o texto e os adendos conjuntamente. Não há acordo se não for desse jeito. Vamos votar tudo junto.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, é mais sensata essa proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tudo bem. Mas vamos fazer a discussão da matéria e na hora da votação discutiremos como vamos votar, já pedindo ao PR sensibilidade para que possamos votar todos os temas de forma conjunta, fazendo com que seja efetivado o acordo que foi tratado e trabalhado com todos os Líderes durante todo o dia de hoje.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas uma ponderação. Permita-me dizer que não há destaque sobre a mesa; o que houve foi um adendo ao relatório. Portanto, o relatório tem de ser votado como uma peça única. Então, não faz o menor sentido essa partilha de votação. Nós queremos ponderar isso a V. Ex<sup>a</sup> porque não concordamos com essa alteração do rito esculpido no Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Está certo. Vamos discutir, na medida do possível, no tempo certo essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, para falar contra o relatório. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Arnaldo Madeira, para falar contra o relatório.

**O SR. ARNALDO MADEIRA** (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Congressistas, preliminarmente, quero deixar registrada uma constatação: gradualmente este Congresso foi transformando a LDO num primeiro Orçamento.

O que a Constituição Federal determina é que a LDO deve estabelecer diretrizes para a elaboração do Orçamento. Como não votamos a lei complementar que disciplina a matéria, o que estamos fazendo, ano a ano – e, pior, cada vez mais –, é transformar a LDO num Orçamento preliminar. É isso que vem ocorrendo, ao arrepio do que diz a nossa Constituição.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, entrando propriamente no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quero registrar também que considero que essa LDO consagra o rompimento gradual do atual Governo com os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Governo – com a colaboração do Congresso Nacional, diga-se de passagem –, está aos poucos minando as conquistas da última década, quando o

País, a duras penas, conseguiu dominar a inflação, restabelecer a moeda nacional e dar conhecimento das contas públicas.

Não se justifica a ganância que temos visto com a crise nos países de Primeiro Mundo. Já ouvi muitos argumentos de que os países do Primeiro Mundo estão gastando, só que esses países investem na atividade econômica, protegem segmentos da economia, ao contrário do que estamos fazendo. Não vejo nenhum país de Primeiro Mundo em crise aumentar gastos com pessoal, aumentar gastos com criação de novos cargos. Não! Os gastos são voltados para a recuperação da economia.

Além disso, ouvimos muitos discursos em plenário salientando que nós estamos em melhor situação. Vamos devagar com o andar, meus caros concidadãos. Citemos, como exemplo, o desemprego na Inglaterra, agora no auge da crise: 7,5%. O IBGE registra no Brasil uma taxa acima de 9%. E todos sabem que a população da Inglaterra tem uma situação social muito melhor do que a nossa. Portanto, vamos devagar com essa justificativa do que fazem os países do Primeiro Mundo para justificar nossa ganância.

O que estamos vendo acontecer aqui? Dois trimestres seguidos de queda do PIB, segundo os dados publicados pelo IBGE; redução da receita da União – nos primeiros 5 meses, a redução da receita foi da ordem de 11%. Assim, temos queda do PIB, aumento do desemprego apontado pelas pesquisas, e simultaneamente queda da receita do Governo Federal.

Qual a posição do Governo repito, com cobertura da maioria do Congresso Nacional? Aumentar cargos, aumentar salários! Vemos de um lado uma redução da receita de 11%, como mencionei aqui, e do outro um aumento do custeio até junho – portanto, no primeiro semestre – de 11% e um aumento de gasto com pessoal de 21,4%!

Essa LDO vem consagrar a posição do Governo, reduzindo o superávit primário. Começamos a afastar do cálculo do superávit primário vários tipos de investimentos, e damos uma esmola para Estados e Municípios dizendo que eles também podem reduzir o superávit 0,5%, a título de investimento.

Vemos também uma indexação gradual. Houve uma indexação do aumento do salário do funcionalismo público, para ser cumprido até 2012. Agora, discute-se a indexação do salário mínimo até 2023. Vejam V. Ex<sup>as</sup>.: é um conjunto de ações que leva ao rompimento da política de responsabilidade fiscal. As consequências disso não se percebem de imediato. As consequências disso serão percebidas no futuro.

Na verdade, estamos mantendo a capacidade de investimento do Estado em apenas 1% do PIB. Essa



é a realidade. Ao mesmo tempo, não estamos aproveitando a redução dos juros da dívida pública para aumentar nossa capacidade de investimento. Não, estamos utilizando a redução dos juros da dívida pública para aumentar os gastos com custeio. Não estamos construindo um bom futuro dessa forma.

Acho que a LDO consagra essa que vem sendo a prática do Governo, com a cobertura do Congresso Nacional, em prejuízo do nosso futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Chamamos para falar a favor da matéria o Deputado Jilmar Tatto. *(Pausa.)*

Ainda para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Boa noite a todos.

Sr<sup>as.</sup> e Srs. Deputados e Senadores, o Congresso está de parabéns. A Oposição e a Situação discutiram, e intensamente. Isso faz parte do Parlamento. Estamos votando a LDO.

Quero fazer 2 registros. Quero, primeiro, agradecer aos partidos de Oposição – PPS, Democratas e PSDB –, como também à base aliada, que conseguiram entender-se, unir-se e retirar da proposta o desvio de R\$480 milhões do já anêmico Orçamento da Saúde de 2010 para o Ministério da Educação. Ninguém sabe quem era o padrinho desse movimento, porque isso não veio na proposta original. Meus queridos técnicos do Ministério do Planejamento não tiveram coragem de pôr isso no texto, mas convenceram o Relator e os técnicos que deveria constar nele esse roubo do Orçamento da Saúde.

Mas houve uma intensa discussão, os partidos fecharam acordo e o Ministro Temporão e a Secretária Executiva do Ministério da Saúde Márcia Bassit entraram em campo e expuseram a realidade ao Ministério do Planejamento. A discussão foi muito forte. Não dá para relatar aqui tudo que aconteceu. E na virada da quarta para a quinta-feira o Relator Wellington Roberto retirou a proposta. Foi sensível, foi inteligente. Já queria retirar antes, e o Planejamento foi duro. Não sei o que houve. Talvez uma recaída substancial do Ministério do Planejamento.

Sou do maior partido da base aliada, o PMDB, e quero dizer que nosso partido não vai mais aceitar esse tipo de conduta para com a Saúde. Não vai mais aceitar, muito menos a Frente Parlamentar da Saúde. Srs. Deputados, o Senador Augusto Botelho, nosso ícone da Saúde no Senado, sabe muito bem disto: neste ano, já faltarão R\$2 bilhões para fechar os serviços contratados com os hospitais públicos, com as San-

tas Casas, com as Prefeituras. Isso foi dito na votação do Orçamento de 2009, no último dia para se votar o Orçamento. Dissemos aqui que o Senador Delcídio Amaral, por imposição do Planejamento, não corrigiu o buraco de 2009.

Aqui neste plenário havia minha assinatura e as de mais 14 Deputados para impedir a votação do Orçamento de 2009. Discutimos. A Senadora Roseana falou com a Secretária Executiva. Inclusive a Secretária Executiva foi atropelada. Veio o debate para cá, e o Deputado Gilmar Machado e a Senadora Roseana Sarney assumiram o compromisso – que está na peça – de em março deste ano corrigir o buraco do sistema de saúde, que está sendo ameaçado pelo desfinanciamento. Isso era para março. Mas o Planejamento ainda está mudo, surdo e cego para corrigir o compromisso assumido.

Esse compromisso será cobrado de forma muito forte pela Frente Parlamentar da Saúde, pelo PMDB e pelos partidos que se uniram para evitar essa tungada. Que bom! A mobilização dará certo, e nós, em agosto, vamos cobrar o PL urgentemente, para corrigir o buraco. E mais: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não poderão escapar de votar o único destaque na Câmara da regulamentação da Emenda nº 29, de 2000. Não podemos omitir-nos quanto a isso. Vamos votar o destaque da Contribuição Social para a Saúde, passando ou não.

Esta Casa tem de votar o destaque! A regulamentação está votada, só falta esse destaque, e o projeto de lei volta para o Senado. E os Senadores, com a sua sabedoria, com a sua inteligência, com a sua generosidade social, vão decidir se mantêm a contribuição ou se volta a receita corrente bruta. Mas a Câmara dos Deputados não poderá deixar de votar.

E eu acredito que vai votar. O Brasil inteiro quer, os usuários do SUS querem, a sociedade quer, e, de forma surpreendente, o Presidente Lula, hoje, na Conferência dos Municípios, disse que quer também a regulamentação. Todos nós queremos.

Vamos votar em agosto o PL para consertar o buraco deste ano e a regulamentação da emenda.

Muito obrigado ao Relator Wellington Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde. S. Ex<sup>a</sup> tem até 5 minutos. Não é necessário usar todo o tempo.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, certamente não usarei os 5 minutos, porque o que todos querem é votar a LDO, para que, no próximo ano, o

Brasil prossiga em seu crescimento socioeconômico, distribua renda, entre num processo de economia de massa dirigido aos mais pobres, fortaleça a economia popular e mantenha as negociações com seus parceiros comerciais, principalmente, com o mercado asiático e com o mercado latino-americano. Esse é o País que queremos.

A peça orçamentária, que traça diretrizes para este País, foi fruto de processo de acordo e de convencimento e reúne os principais temas que fortalecerão esse objetivo. Como disse o Presidente Lula numa reunião em Alagoas, o Governo não faz compadrio; ajuda a todos. E as diretrizes estabelecidas pela LDO criam mecanismos anticíclicos para ajudar os municípios, independentemente do partido do Prefeito, e os Estados, independentemente do partido do Governador.

É dessa forma republicana que o nosso Governo vem construindo um Brasil diferente, o que certamente deixa a Oposição sem nenhum referencial de política de Estado e política de sociedade. E essa falta de um projeto para o País a leva muitas vezes a atacar de maneira pessoal ou a tentar criar dificuldades no processo de debate político e de encaminhamento das questões legislativas.

Ainda bem que o bom senso superou as questões eleitorais e ambas as partes pensaram no Brasil.

Por essa razão, Sr. Presidente, apesar de entender que poderíamos ter aprovado essa matéria ontem, nós o fazemos hoje, com um pouco de atraso. Mas era necessário aparar algumas arestas.

O Congresso Nacional assume para si a capacidade de fiscalizar, tarefa que antes havia sido delegada de maneira plena ao TCU. E, agora, com a Comissão Mista de Orçamento, passa também a discutir com a sociedade que obra poderá ou não ser paralisada, para atender ao interesse público.

Por essas razões, somos favoráveis à aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Eduardo Valverde, pelas suas palavras e pela economia de tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Passo a palavra ao Deputado Claudio Cajado, para falar a favor da matéria, pelo prazo máximo de 5 minutos.

Peço também a S. Ex<sup>a</sup> que, se não for necessário, não utilize o tempo total.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> a mesma tolerância que tivemos até o presente momento para construirmos esse acordo. Não será por 1 ou 2 minutos a mais, tenho certeza, que V. Ex<sup>a</sup> radi- calizará no pronunciamento deste Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – É claro que não.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Portanto, de antemão, peço vênha a V. Ex<sup>a</sup> para exceder esse tempo, caso seja necessário.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, primeiro, quero retribuir os elogios do Relator *ad hoc*, Deputado João Leão, que substitui o Relator, Deputado Wellington Roberto, nesta votação. Ambos aquiesceram às sugestões que os partidos da Oposição, incluindo o Democratas, apresentaram.

Deixamos claro que jamais partiu ou partiria da Oposição, em especial do Democratas, qualquer iniciativa para impedir a votação da LDO. Tínhamos, porém – e sobre isso nos posicionamos –, críticas a serem feitas e contribuições a serem acatadas. As críticas foram claramente divulgadas e, na maioria dos casos, aceitas pelo Relator, seja o Deputado Wellington Roberto, seja o Deputado João Leão.

Portanto, conseguimos construir um acordo que enobrece o Parlamento e faz com que a LDO possa, efetivamente, servir de diretriz para a Lei de Meios, a Lei Orçamentária.

Em relação a esses pontos, Sr. Presidente, quero ressaltar um que consideramos prioritário: a questão do um doze avos, de o Governo querer, sem a aprovação do Congresso Nacional, gastar em investimento e custeio os recursos previstos no Orçamento.

Ora, aceitar essa condição seria o mesmo que fechar o Congresso Nacional. Permitir que o Executivo apresente o Orçamento e, sem deliberação, sem a sanção do Presidente da República, execute um doze avos, a cada mês, das despesas de custeio e de investimentos na Administração Direta e Indireta do Governo Federal seria o mesmo que dizer: “nós não precisamos da anuência do Congresso Nacional; nós rasgamos a Constituição e avocamos a prerrogativa do Congresso Nacional”.

Esse era um ponto inegociável, como ficou claro em nossos posicionamentos e nas discussões que travamos. E, felizmente, foi retirado do relatório.

A segunda questão que consideramos fundamental e que foi alcinhada da questão do TCU, na verdade, nada mais é do que um mecanismo que se tenta evitar: o sobrepreço das obras. E o Relator, o Deputado João Leão, aceitou que mantivéssemos no texto do art. 112 a expressão “*igual ou menor à mediana nos preços atribuídos pelo Sinapil e pelo Sicro nos itens das licitações*”.

Isso significa, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas da União continuará desenvolvendo as auditorias com um teto, com um marco, para prevenir su-

perfuramentos, sobrepreços, sobrecustos ou o que quer que seja. Esse foi um avanço.

Do mesmo modo, acordamos e conseguimos manter os Restos a Pagar apenas das obras que estejam em execução. O Governo desejava transferir para Restos a Pagar também valores que porventura não estivessem processados, ou seja, obras que sequer tivessem se iniciado ou obras que se iniciassem e parassem.

Ora, Sr. Presidente, Restos a Pagar dizem respeito ao aspecto financeiro de pagamento de obras em andamento. Portanto, não se atribua à Oposição, ao Democratas, qualquer intuito de paralisar qualquer tipo de obra. Pelo contrário, conseguimos, inclusive, transigir no processo de negociação para que, havendo excesso de superávit primário, os recursos excedentes possam ser aplicados no PAC.

Portanto, fica claro que o Democratas e os demais partidos da Oposição, em momento algum, desejaram inviabilizar qualquer projeto benéfico para a população brasileira e que tenha recursos orçamentários da União. Não temos essa perspectiva. Quiséríamos nós que o Partido dos Trabalhadores, no passado, quando na Oposição, tivesse essa mesma visão de conjunto, de Nação.

Aqui defendemos teses, posicionando-nos contrariamente ou não a determinados conceitos. Mas a Oposição – e falo em nome do Democratas – nunca foi contrária a qualquer projeto que beneficiasse a população brasileira, principalmente a mais carente. E não por outro motivo, votamos as medidas provisórias que tratavam de programas sociais, de transferência de renda ou que tinham forte apelo para beneficiar as populações carentes. E os partidos da Oposição sempre votaram favoravelmente.

Por certo, criticamos e apresentamos as sugestões que julgamos pudessem aperfeiçoar os projetos oriundos do Executivo.

Portanto, consideramos esses aspectos fundamentais.

Também conseguimos uma vitória para a área da saúde, que necessita de mais recursos. E não foi por outro motivo que os Prefeitos vieram a Brasília esta semana para apresentar uma demanda justa, qual seja, a votação da Emenda nº 29, que prevê mais recursos para a saúde – uma luta de todos nós.

O que desejava o Governo? Transferir para a saúde, para o custeio dos hospitais universitários, recursos hoje com previsão orçamentária na área da educação. Conseguimos, portanto, economizar para o setor R\$480 milhões, os quais permaneceram na Área Temática da Educação, não onerando ainda mais a despesa do setor de saúde, que precisa de mais

recursos. Daí porque é prioritário, após o recesso, a partir do início dos trabalhos em agosto, pontuarmos a discussão e votação da Emenda nº 29. Essa foi uma vitória também da Oposição.

Outra vitória, Sr. Presidente, foi o não contingenciamento dos *royalties* de 15% destinados à Marinha, que precisa de recursos para projetos estratégicos, como o submarino nuclear. A propósito, uma vez que cabe ao Deputado Chico Rodrigues a Relatoria, neste ano, da Área Temática relativa à Justiça e às Forças Armadas, já estamos prevendo essa possibilidade.

Tenham certeza, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Congressistas, de que nós, a Oposição, agiremos sempre com responsabilidade e elevado espírito público para ajudar nas grandes questões nacionais que envolvam o pacto federativo, beneficiando Estados e Municípios, a exemplo do que ocorreu com a questão da Lei Kandir – bandeira nossa e do PSDB –, para a qual não existia previsão orçamentária. Fizemos incluí-la na LDO porque beneficiaria os Estados e, conseqüentemente, os Municípios, assegurando os recursos da referida lei.

Portanto, ao finalizar, queremos dizer que somos favoráveis à votação do relatório juntamente com os adendos. Não aceitamos a votação em separado dos adendos, porque estes corrigem e se amoldam ao texto original, que não foi o que desejávamos – e, por isso mesmo, as críticas e o acordo. Votar o texto sem os adendos será rasgar o acordo que fizemos.

Esse acordo fortalece o Parlamento, ressalta suas prerrogativas e fará com que se vislumbre, na lei orçamentária a ser enviada a esta Casa no segundo semestre, a inclusão de premissas próprias do pacto federativo e da justiça social.

Isso, sim, é trabalhar na construção de um Brasil mais forte, pois, mesmo ante as divergências, conseguimos construir consenso.

Graças aos Deputados João Leão, Gilmar Machado e Wellington Roberto, chegamos a esse consenso e vamos construir, sem dúvida alguma, uma lei orçamentária muito mais forte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Não há mais ninguém inscrito para o discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pergunto se existe algum partido que gostaria de orientar a bancada. Caso contrário, passaremos imediatamente à votação.

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo PPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PPS – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS participou ativamente do acordo celebrado e considera que houve avanço. Não é o texto ideal, mas nele há conquistas relativas à fiscalização e ao controle externo, as quais queremos destacar.

Havia um propósito que poderia ensejar uma série de irregularidades, criaria sobrepreços e poderia aumentar a paralisação de obras em decorrência das dúvidas e do subjetivismo que constava no texto. Mas, graças ao entendimento das duas Casas, o Senado e a Câmara, por intermédio da Líder do Governo no Senado, Senadora Ideli Salvatti, e do Líder na Câmara, Deputado Gilmar Machado, assim como pela participação dos partidos que compuseram as discussões e debates, principalmente os partidos de Oposição, conseguimos encontrar um texto que permitirá ao Tribunal de Contas da União continuar como o grande baluarte da discussão e da defesa dos interesses nacionais, representando o Congresso Nacional e exercendo o controle externo.

Foi um trabalho muito profícuo. Não é o melhor; poderíamos fazer ainda mais. Mas foi o possível. E esse possível significa um grande avanço. Podemos votar efetivamente uma matéria que contribuirá para o aperfeiçoamento do orçamento brasileiro.

Em decorrência disso, o PPS, por ter participado do acordo e anuído, votará favoravelmente ao relatório apresentado pelo Deputado João Leão, com as mesmas ressalvas já feitas, no sentido de que a matéria regimentalmente deve ser votada em conjunto, sob pena de o processo ficar incompleto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Humberto Souto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra, para orientar a bancada, ao Senador Renato Casagrande.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marco Maia.

Parabenizo o Deputado Wellington Roberto, Relator; o Deputado João Leão, Relator *ad hoc*, e todos os Líderes e Parlamentares que participaram do consenso para a votação da LDO.

Aproveito para destacar um ponto a meu ver fundamental em termos de reversão, qual seja a manutenção do texto relativo ao teto do Sistema SINAPI/SICRO. Essa medida foi muito importante, pois havia o entendimento de que poderiam servir com referência

e como base os valores desses 2 sistemas, ou seja, valores máximos para a contratação de obras.

Apesar de tratar-se de conquista recente, devemos debater esse tema mais vezes até a próxima LDO. Mas o fato de haver sido garantido o teto máximo foi essencial, assim como fundamental foi a permanência no texto dos outros mecanismos de controle.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e a todo o Congresso Nacional!

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

**O SR. COLBERT MARTINS** (Bloco/PMDB – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho, pelo PMDB, a favor da aprovação da peça referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009.

O principal avanço que houve foi para que chegássemos a bom termo e tivéssemos as propostas que o Governo entende adequadas para gerir o Orçamento de 2010, mas ouvindo e acatando as sugestões e as posições da Oposição, alcançando uma representação bem ampla.

Houve grande esforço para que isso acontecesse. Toda a equipe do Governo, da qual participamos, empenhou-se fortemente. Os problemas que existiram no decorrer desse mecanismo de discussão são próprios do momento. Superamos as dificuldades. E, agora, estamos por concluir o trabalho. Logo após esta sessão, teremos na Comissão de Orçamento a votação dos créditos acordados, para concluirmos esse processo.

O PMDB, portanto, encaminha favoravelmente à aprovação da matéria. E esperamos que, logo em seguida, venhamos a ter uma aprovação bem significativa da LDO, com a participação de todos os membros do Congresso Nacional.

Obrigado, a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Encaminho pelo Governo, Sr. Presidente.

Caros Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, em primeiro lugar, queremos fazer o registro do esforço coletivo da bancada do Governo.

Assinalo a serenidade e a responsabilidade com que os Líderes da Oposição trataram a matéria nessa negociação, para que se convergissem progressivamente ao melhor texto; na composição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que devolve ao Congresso Nacional prerrogativas atinentes ao seu papel no acompanhamento e na fiscalização de obras contratadas com autorização legislativa; no pertinente à correção de



aplicação de gastos da saúde, e na convergência para que, no segundo semestre, retornemos à apreciação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

Particularmente, saúdo o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Relator ordinário e o Relator *ad hoc*, que, com parcimônia, paciência e muita habilidade, nos trouxeram esse resultado.

Quero fazer referência expressamente às Lideranças da Oposição que, desde ontem e até o final da tarde de hoje, num diálogo franco, aberto, sereno, muito sincero e também muito concreto e objetivo, nos trouxeram os pontos fundamentais que balizam as diretrizes orçamentárias para o próximo período.

O Governo tem convicção de que despendeu o esforço correto no sentido de salvaguardar os investimentos necessários para garantir o desenvolvimento nacional, a superação das desigualdades e as obras estruturantes, inclusive para a superação desse período de crise internacional.

Com essa mesma convicção, sabe que o exercício de hoje, com a compreensão e a responsabilidade com que as Lideranças da base do Governo e da Oposição se comportaram, oferece ao País uma peça de diretrizes orçamentárias dentro daquilo que é sua responsabilidade institucional, desejando que, no mesmo prazo, ao final deste ano, tenhamos condição de encaminhar a votação do Orçamento de 2010.

Por essa razão, o Governo orienta o voto favorável ao relatório hoje assinado pelo Deputado João Leão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Carlos Abicalil.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança da Minoria no Congresso Nacional, preliminarmente, cumprimento a todos quantos contribuíram para a construção dessa proposta possível. Certamente, não era a que queríamos no todo, também não era a que o Governo desejava, mas é nessa discussão complexa que somos incumbidos de tentar produzir algo em prol do País.

É nosso dever constitucional constituir aquilo que será observada pelo Presidente da República, pelo Executivo Federal, para que, em agosto, venha para o Congresso, aí, sim, a proposta de Lei Orçamentária do próximo ano.

Aqui muitos teceram considerações sobre os avanços e conquistas alcançados, em especial no que diz respeito à Lei Kandir, ao ressarcimento aos Estados dos gastos que tiveram pela não arrecadação da Lei Kandir, portanto, pela desoneração a que foram

impelidos, e à possibilidade de avançarmos no acompanhamento detalhado das ações de investimento e custeio, enfim, dos gastos das estatais por intermédio do SIEST.

Muito festejou-se aqui também a retirada do dispositivo que considerava o piso da saúde nos gastos de hospitais na área de ensino, ou seja, R\$480 milhões de reais.

Conseguimos importante vitória em relação aos investimentos na lei orçamentária. Caso não seja sancionada até 30 de dezembro, esses investimentos não poderão ser realizados, enfim, o problema do TCU.

Em linhas gerais, podemos elencar um conjunto de avanços importantes para a sociedade brasileira.

O Orçamento do País tem uma perspectiva de números na ordem de R\$1,5 trilhão. De R\$1,5 trilhão, R\$600 bilhões se referem aos encargos da dívida e à dívida. Sobram, portanto, R\$900 bilhões. Desses R\$900 bilhões – é importante a sociedade brasileira saber –, grande parte é natural e automaticamente transferida para os Estados e Municípios devido às vinculações constitucionais relativas às áreas da saúde e da educação, por intermédio do Fundo de Participação dos Municípios.

Além disso, o Estado brasileiro, o Governo Federal, gasta em custeio e pessoal. O que sobra para investimento de R\$1,5 trilhão? Tão somente R\$50 bilhões. É um número pequeno diante das demandas que o País enfrenta. Os números que temos da execução do PAC são pífios. Mas aqui estamos para apontar a perspectiva de um país melhor. E vamos trabalhar para fazer o Orçamento da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Otavio Leite.

**O SR. SANDRO MABEL** (PR – GO) – O PR quer orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Sandro Mabel. V. Ex<sup>a</sup> tem o prazo máximo de 1 minuto.

**O SR. SANDRO MABEL** (PR – GO) – Sr. Presidente, os demais companheiros tiveram um tempo maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Se V. Ex<sup>a</sup> precisar, a Mesa dará mais tempo.

**O SR. SANDRO MABEL** (PR – GO. Para encaminhar a votação) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, sabemos da luta de todos na Comissão, sobretudo para chegar onde chegou. Todos temos a missão de defender este País, suas finanças, seus controles e tudo o mais.

O PR teve o Relator, mas, infelizmente, na hora de cobrar o pênalti, S. Ex<sup>a</sup> foi nocauteado, não pôde estar presente, está hospitalizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O trabalho do nobre Relator foi muito bem ressaltado por todos os Parlamentares.

**O SR. SANDRO MABEL** (PR – GO) – Perfeitamente. E, nós do partido também queremos cumprimentar S. Ex<sup>a</sup> e todos os que trabalharam esta matéria, Sr. Presidente.

A posição do PR é a de não votar hoje o relatório, por entender que o tema precisa de amadurecimento, uma vez que não foi devidamente compreendida a sua importância no que se refere a melhorar preços, a condição de execução de obras e, mais do que isso, a concorrência. Apesar de tudo que engessamos, do avanço do sistema e da engenharia, dessa forma, não teremos condição de melhorar os referenciais de preço.

Segundo o art. 112 do Adendo nº 1, os custos unitários de insumos e serviços terão de ser sempre menores ou iguais a uma mediana. Isso gera um problema, e vou dar um exemplo simples de como precisamos evoluir em algumas coisas e entendê-las mais tecnicamente. Por exemplo, a mediana de uma brita numa estrada é R\$100 por metro cúbico, porque há o DTM de um determinado valor, mas se conseguiu, porque se está perto de uma jazida, que essa brita fosse R\$90, ou 10% mais barata, porém o cimento é 10% mais caro.

Então, Sr. Presidente, da forma como está no texto, não se permite que exista essa flexibilização, desde que o preço global, que é o que interessa, seja mantido. Precisamos mudar esse sistema de entendimento e facilitar a vida dos executores das obras. Do contrário, vamos fazer sempre de conta, por exemplo, que o cimento que, numa região, custa 10% mais do que está previsto na mediana, não custa. E vamos também fazer de conta que o que custa mais barato não custa. Então, vamos ter de comprar uma pedra com uma nota mais alta e o cimento com uma nota mais baixa para chegar a uma média. Isso não tem cabimento, Sr. Presidente!

Respeito o trabalho feito. Aliás, o Relator trabalhou muito, mas infelizmente, na última hora, S. Ex<sup>a</sup> não pôde estar presente. E nem posso dizer muito, porque não trabalhei o processo como um todo. Mas quero deixar registrado aqui que precisamos evoluir. Não podemos terceirizar para que órgãos de controle, apesar de competentes e eficientes, tomem conta de atribuições que têm de ser desta Casa. Precisamos fazer as modificações que o mercado e a própria tecnologia exigem.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa disposição hoje – e não se conseguiu fechar um acordo – era a de alongarmos um pouco mais essa decisão para os próximos dias. Entendemos, porém, que a discussão já está muito exacerbada e que as pessoas estão cansadas, já trabalharam muito. Vamos, então, apenas registrar esse protesto, porque a Casa precisa modernizar alguns parâmetros. Isso não quer dizer controle nem ganho para a União. Não. O que custa 10%, 15% mais vai continuar custando mais caro. O que se faz necessário é equalizarmos isso, para termos orçamentos muito mais reais e preços muito mais corretos.

Sr. Presidente, dessa forma, então, fica registrada a nossa discordância em relação a isso, mas o nosso partido encaminha no sentido de que se continue a votação do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Informo que houve desistência de todos os destaques, inclusive o destaque do Deputado Antônio Roberto. A assessoria nos comunicou que ele está retirado. Então, não há nenhum destaque sobre a mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em votação o substitutivo que tem preferência regimental, nos termos do parecer na Câmara, com os adendos, a errata e a emenda de redação apresentadas pelo Relator *ad hoc*.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

**Aprovado.**

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs.. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

**Aprovado. (Palmas.)**

Fica prejudicado o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Claudio Cajado, V. Ex<sup>a</sup> queria falar por 1 minuto?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas queria orientar o voto “sim”, diante do acordo construído, e pela manutenção de todos os termos do acordo. Isso é importante, porque esta Casa tem que preservar o entendimento. Como o entendimento foi feito e preservado, acho que todos tínhamos, como acabamos de fazer, de votar unanimemente “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão a redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação a redação final na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para os fins do art. 151 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

É a seguinte a matéria aprovada:

**\*PARECER Nº 26, DE 2009 – CN**

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 7/2009-CN que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010, e dá outras providências”.

Sala de Reuniões, 15 de julho de 2009. – Senador **Almeida Lima**, Presidente – Deputado **João Leão**, Relator *ad hoc*.

\* – Será publicado em suplementos à presente edição.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOÃO LEÃO** (PP – BA) – Sr. Presidente, só quero agradecer a este Plenário do Congresso

Nacional, em nome do Deputado Wellington Roberto e no meu próprio, a confiança que nos foi dada para a aprovação dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Há ainda matéria sobre a mesa.

**Item 2**

**PROJETO DE LEI Nº 12, DE 2009-CN**

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 12, de 2009–CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$638.258.797,00 (seiscentos e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

Ao projeto de lei foram apresentadas 169 emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 25, de 2009, Relator *ad hoc* Deputado Zé Geraldo, concluiu pela aprovação do projeto e inadmissibilidade das Emendas de nºs 19 a 21, 24, 27, 29, 30, 52, 56, 58, 65, 84, 134, 136, 138, 141, 143, 148, 158, 161, 163, e rejeição das demais emendas apresentadas.

É o seguinte o parecer:

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**PARECER Nº 25**, DE 2009 - CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 12, de 2009 - CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 638.258.797,00 (seiscentos e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

**AUTOR:** Poder Executivo

**RELATOR AD HOC:** Deputado ZÉ GERARDO

### I - RELATÓRIO

Com fundamento no art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 12, de 2009-CN, que *“abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 638.258.797,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente”*.

A Exposição de Motivos nº 60/2009/MP, de 17 de abril de 2009, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativa ao projeto, esclarece que o crédito adicional busca *“adequar o orçamento vigente dos órgãos”*.

Afirma ainda que os recursos para essa suplementação são *“provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários, e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1o, incisos I e III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.”*

Lida na Sessão do Senado Federal de 30/04/2009, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização, tendo sido aberto o prazo para emendas de 06/05 a 13/05/2009.



## II - EMENDAS

Ao PL nº 12/2009-CN foram apresentadas 169 emendas. São consideradas inadmitidas as seguintes emendas: 19 a 21, 24, 27, 29, 30, 52, 56, 58, 65, 84, 134, 136, 138, 141, 143, 148, 158, 161 e 163.

Quanto às demais emendas, não obstante o mérito de cada uma delas e diante da escassez de recursos disponíveis, esta Relatoria propõe a sua rejeição, com o objetivo de resguardar o projeto tal como foi proposto pelo Poder Executivo.

## III - VOTO DA RELATOR

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

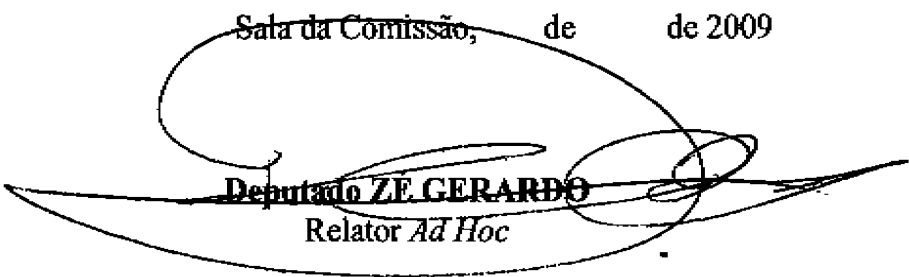
Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2009, o acréscimo à programação pretendida por este crédito suplementar não contraria as vedações expressas em tal Lei.

Verificou-se, também, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Quanto às emendas apresentadas, comunicamos, assim, ao Presidente desta Comissão, a **inadmissibilidade** das seguintes Emendas, por contrariarem as normas orçamentárias vigentes: **19 a 21, 24, 27, 29, 30, 52, 56, 58, 65, 84, 134, 136, 138, 141, 143, 148, 158, 161 e 163**, bem como a rejeição das demais.

Diante do que aqui foi relatado, **somos favoráveis à aprovação** do Projeto de Lei nº 12, de 2009-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2009

  
**Deputado ZE GERARDO**  
Relator *Ad Hoc*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

## **PROJETO DE LEI Nº 12, DE 2009-CN**

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 638.258.797,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 638.258.797,00 (seiscentos e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.**

**Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:**

**I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários, no valor de R\$ 626.185.240,00 (seiscentos e vinte e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais); e**

**II – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 12.073.557,00 (doze milhões, setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Brasília,**



ORÇAO : 39800 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39251 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC                                     | PROGRAMÁTICA    | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                                              | ESF | GRD | RP | MOD | U | FE  | VALOR             |
|------------------------------------------|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|----|-----|---|-----|-------------------|
| <b>1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZONICO</b>    |                 |                                                                                                                                                              |     |     |    |     |   |     | <b>57.041.112</b> |
| <b>PROJETOS</b>                          |                 |                                                                                                                                                              |     |     |    |     |   |     |                   |
| 26 782                                   | 1456 113Y       | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-364 - ENTRONCAMENTO RO-478 (FRONTIERA BRASIL/BOLÍVIA) (COSTA MARQUES) - NA BR-429 - NO ESTADO DE RONDÔNIA | F   | 4   | 3  | 90  | 0 | 300 | 26.500.000        |
| 26 782                                   | 1456 113Y 0011  | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-364 - ENTRONCAMENTO RO-478 (FRONTIERA BRASIL/BOLÍVIA) (COSTA MARQUES) - NA BR-429 - NO ESTADO DE RONDÔNIA | F   | 4   | 3  | 90  | 0 | 300 | 26.500.000        |
| 26 782                                   | 1456 1428       | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - RICA DO ACRE - DIVISA AMAC - NA BR-317 - NO ESTADO DO AMAZONAS                                                             | F   | 4   | 2  | 90  | 0 | 300 | 12.200.000        |
| 26 782                                   | 1456 1428 0013  | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - RICA DO ACRE - DIVISA AMAC - NA BR-317 - NO ESTADO DO AMAZONAS                                                             | F   | 4   | 2  | 90  | 0 | 300 | 12.200.000        |
| 26 782                                   | 1456 75177      | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TRECHO DIVISA GOMT - DIVISA MT/RO - NA BR-344 - NO ESTADO DO MATO GROSSO                                                   | F   | 4   | 2  | 90  | 0 | 300 | 18.341.112        |
| 26 782                                   | 1456 75177 0056 | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TRECHO DIVISA GOMT - DIVISA MT/RO - NA BR-344 - NO ESTADO DO MATO GROSSO                                                   | F   | 4   | 2  | 90  | 0 | 300 | 18.341.112        |
| <b>1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE</b> |                 |                                                                                                                                                              |     |     |    |     |   |     | <b>43.100.000</b> |
| <b>PROJETOS</b>                          |                 |                                                                                                                                                              |     |     |    |     |   |     |                   |
| 26 782                                   | 1457 5E15       | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PEIXE - PARANA - TAQUATINGA - NA BR-242 - NO ESTADO DO TOCANTINS                                                           | F   | 4   | 2  | 90  | 0 | 300 | 43.100.000        |
| 26 782                                   | 1457 5E15 0056  | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PEIXE - PARANA - TAQUATINGA - NA BR-242 - NO ESTADO DO TOCANTINS                                                           | F   | 4   | 2  | 90  | 0 | 300 | 43.100.000        |
| <b>1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE</b>        |                 |                                                                                                                                                              |     |     |    |     |   |     | <b>49.093.831</b> |
| <b>PROJETOS</b>                          |                 |                                                                                                                                                              |     |     |    |     |   |     |                   |
| 26 782                                   | 1458 1136       | ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO - NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - NA BR-365/050 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                                                        | F   | 4   | 2  | 91  | 0 | 300 | 9.500.000         |
| 26 782                                   | 1458 1136 0051  | ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO - NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - NA BR-365/050 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                                                        | F   | 4   | 2  | 91  | 0 | 300 | 9.500.000         |
| 26 782                                   | 1458 1133       | ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO DF-007 (GRANJA DO TORTO) - ENTRONCAMENTO DF-051 (EPGU) - NA BR-430 - NO DISTRITO FEDERAL                      | F   | 4   | 2  | 90  | 0 | 300 | 7.260.000         |
| 26 782                                   | 1458 1133 0053  | ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO DF-007 (GRANJA DO TORTO) - ENTRONCAMENTO DF-051 (EPGU) - NA BR-430 - NO DISTRITO FEDERAL                      | F   | 4   | 2  | 90  | 0 | 300 | 7.260.000         |
| 26 782                                   | 1458 1130       | CONSTRUÇÃO DE VIADUTO RODOVIÁRIO - NA DIVISA DOS MUNICÍPIOS DE ITABIRITO E OURO PRETO - NA BR-040 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                                | F   | 4   | 2  | 91  | 0 | 300 | 19.279.834        |
| 26 782                                   | 1458 1130 0031  | CONSTRUÇÃO DE VIADUTO RODOVIÁRIO - NA DIVISA DOS MUNICÍPIOS DE ITABIRITO E OURO PRETO - NA BR-040 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                                | F   | 4   | 2  | 91  | 0 | 300 | 19.279.834        |
| 26 782                                   | 1458 113R       | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO MG-181 (MOQUEIRO) - ENTRONCAMENTO MG-18R (CANGALHA) - NA BR-251 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                  | F   | 4   | 2  | 91  | 0 | 300 | 14.680.000        |
| 26 782                                   | 1458 113R 0031  | CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO MG-181 (MOQUEIRO) - ENTRONCAMENTO MG-18R (CANGALHA) - NA BR-251 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                  | F   | 4   | 2  | 91  | 0 | 300 | 14.680.000        |





ORÇAO : S600 - MINISTÉRIO DAS CIDADES  
UNIDADE: S401 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

**ANEXO I**

## CREDITO SUPPLEMENTAR

#### PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

| FUNC                                                                              | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO                                                                                                                                                                                                                                    | E<br>S<br>F | G<br>R<br>D | P<br>F | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR       |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 1125 URBANIZACAO, REGULARIZACAO FUNDIARIA E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS |                |                                                                                                                                                                                                                                                                    |             |             |        |             |        |             | 102.334.200 |
|                                                                                   |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                           |             |             |        |             |        |             |             |
| 15 451                                                                            | 1125 1053      | APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS                                                                                                                                                                                                                     |             |             |        |             |        |             | 102.334.200 |
| 13 451                                                                            | 1125 1053 0017 | APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS - NO ESTADO DO TOCANTINS                                                                                                                                                                                            | F           | 4           | 2      | 40          | 0      | 300         | 16.114.400  |
| 15 451                                                                            | 1125 1053 0072 | APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS - NO ESTADO DO PIAUI                                                                                                                                                                                                | F           | 4           | 2      | 40          | 0      | 300         | 1.475.200   |
| 15 451                                                                            | 1125 1053 0024 | APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE                                                                                                                                                                                  | F           | 4           | 2      | 40          | 0      | 300         | 21.005.600  |
| 15 451                                                                            | 1125 1053 0041 | APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS - NO ESTADO DO PARANA                                                                                                                                                                                               | F           | 4           | 2      | 40          | 0      | 300         | 21.005.600  |
| 15 451                                                                            | 1125 1053 0043 | APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL                                                                                                                                                                                    | F           | 4           | 2      | 40          | 0      | 300         | 38.755.600  |
| 15 451                                                                            | 1125 1053 0052 | APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS - NO ESTADO DE GOIAS                                                                                                                                                                                                | F           | 4           | 2      | 40          | 0      | 300         | 17.053.600  |
| 1136 FORTALECIMENTO DA GESTAO URBANA                                              |                |                                                                                                                                                                                                                                                                    |             |             |        |             |        |             | 1.800.000   |
|                                                                                   |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                           |             |             |        |             |        |             |             |
| 17 512                                                                            | 1136 1095      | APOIO A ELABORACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES            |             |             |        |             |        |             | 1.800.000   |
| 17 512                                                                            | 1136 1095 0001 | APOIO A ELABORACAO DE PROJETOS DE SANEAMENTO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NACIONAL | S           | 4           | 2      | 10          | 0      | 300         | 1.200.000   |
| 1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSAO MARITIMA E FLUVIAL                      |                |                                                                                                                                                                                                                                                                    |             |             |        |             |        |             | 142.710.094 |
|                                                                                   |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                           |             |             |        |             |        |             |             |
| 17 512                                                                            | 1138 105G      | APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEIS E DE MANEJO DE AGUAS PLUVIAIS                                                                                                                                                                                     |             |             |        |             |        |             | 142.710.094 |
| 17 512                                                                            | 1138 105G 0011 | APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEIS E DE MANEJO DE AGUAS PLUVIAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                                                                                                                                                         | S           | 4           | 2      | 40          | 0      | 300         | 43.479.405  |
| 17 512                                                                            | 1138 105G 0013 | APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEIS E DE MANEJO DE AGUAS PLUVIAIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO                                                                                                                                                       | S           | 4           | 2      | 30          | 0      | 300         | 99.230.689  |
| TOTAL - FISCAL                                                                    |                |                                                                                                                                                                                                                                                                    |             |             |        |             |        |             | 102.334.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE                                                                |                |                                                                                                                                                                                                                                                                    |             |             |        |             |        |             | 144.510.094 |
| TOTAL - GERAL                                                                     |                |                                                                                                                                                                                                                                                                    |             |             |        |             |        |             | 246.844.294 |

**ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES**

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

## ANEXO II

## CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC                       | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO                                                                                                                        | E<br>S<br>F | G<br>N<br>D | R<br>P | M<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR      |
|----------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 1458 VETOR LOGISTICO LESTE |                |                                                                                                                                                        |             |             |        |             |        |             | 12.073.557 |
|                            |                | PROJETOS                                                                                                                                               |             |             |        |             |        |             |            |
| 26 782                     | 1458 10EA      | ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - PLANALTINA - DIVISA DF/GO - NA BR-020 - NO DISTRITO FEDERAL                                                           |             |             |        |             |        |             | 5.180.000  |
| 26 782                     | 1458 10EA 0053 | ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - PLANALTINA - DIVISA DF/GO - NA BR-020 - NO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL                                     |             |             |        |             |        |             | 5.180.000  |
|                            |                |                                                                                                                                                        | F           | 4           | 2      | 90          | 0      | 100         | 5.180.000  |
| 26 782                     | 1458 113Q      | CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - SANTANA DOS PATOS - ENTRONCAMENTO BR-452 (ARAXA) - NA BR-146 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS                             |             |             |        |             |        |             | 6.893.557  |
| 26 782                     | 1458 113Q 0031 | CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - SANTANA DOS PATOS - ENTRONCAMENTO BR-452 (ARAXA) - NA BR-146 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS |             |             |        |             |        |             | 6.893.557  |
|                            |                |                                                                                                                                                        | F           | 4           | 2      | 90          | 0      | 100         | 6.893.557  |
| TOTAL - FISCAL             |                |                                                                                                                                                        |             |             |        |             |        |             | 12.073.557 |
| TOTAL - SEGURIDADE         |                |                                                                                                                                                        |             |             |        |             |        |             | 0          |
| TOTAL - GERAL              |                |                                                                                                                                                        |             |             |        |             |        |             | 12.073.557 |

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
**Item 3.**

**PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2009**

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 13, de 2009–CN, que abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global no valor de R\$886.314.909,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e nove reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.**

Ao projeto de lei foram apresentadas 323 emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS)  
– A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 33, de 2009-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo que consolida as alterações decorrentes da aprovação parcial da Emenda nº 223 (proveniente da aprovação da Contestação nº 2/2009-CMO), de autoria da Deputada Marinha Raupp, no valor de

R\$ 500.000,00 ( quinhentos mil reais ), a ser atendida com recursos provenientes do cancelamento parcial da dotação do subtítulo com funcional-programática 26.782.1462.7L04.0043, constante do Anexo I do Projeto de Lei, e indicado como cancelamento compensatório pela própria emenda, e da aprovação parcial, por unanimidade, do Destaque nº 18, de autoria do Deputado Nárccio Rodrigues, á Emenda nº 191, da autoria do Deputado Vitor Penido, no valor de R\$ 1.000.000,00 ( um milhão de reais ), proveniente do cancelamento parcial da dotação do subtítulo com funcional- programática 26.782.1461.7N94.0001, constante do Anexo I do Projeto de Lei; pela aprovação das Emendas nºs 21, 29, 30, 33, 35, 43, 50, 84, 87, 89, 137, 138, 149, 150, 166, 197, 198, e 232; aprovação parcial das Emendas nºs 4, 20, 53, 56, 88, 94, 112, 161, 163, 177, 187, 191, 207, 214, 221, 223, 242, 244, 287, 311, 314, e 323; inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2 , 3, 5, 6, 16, 18, 24, 27, 40, 41, 42, 63, 83, 91, 92, 95, 96, 117 a 124, 126 a 130, 152, 158, 159, 160, 165, 170, 179, 180, 182, 184, 186, 193, 194, 196, 203, 204, 218, 222, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 243, 250, 257, 258, 284, 295, 312 e 313; e rejeição da demais emendas apresentadas.

É o seguinte o Parecer:

**PARECER n.º 33 , de 2009-CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n.º 13, de 2009-CN, que “abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R\$ 886.314.909,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado PEDRO NOVAIS**

**I - RELATÓRIO**

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem n.º 45, de 2009-CN (n.º 324/2009, na origem), submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 13, de 2009-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R\$ 886.314.909,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões, trezentos e catorze mil, novecentos e nove reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.

De conformidade com a Exposição de Motivos (EM) n.º 62/2009/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a solicitação representada pelo crédito visa à inclusão de novas categorias de programação ao orçamento vigente dos órgãos, conforme a seguir demonstrado:

| Discriminação                                                    | Aplicação          | Origem dos Recursos |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------|
| <b>Anexo I e II – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>   | <b>792.314.909</b> | <b>792.314.909</b>  |
| Presidência da República                                         | 238.500.000        |                     |
| - Secretaria Especial de Portos                                  | 238.500.000        |                     |
| Ministério dos Transportes                                       | 188.025.000        | 74.000.000          |
| - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT | 188.025.000        | 74.000.000          |
| Ministério da Integração Nacional                                | 94.500.000         |                     |
| - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e      | 8.000.000          |                     |



|                                                                                                                          |                    |                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>do Parnaíba - CODEVASF</b>                                                                                            |                    |                    |
| - Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS                                                                 | 86.500.000         |                    |
| <b>Ministério das Cidades</b>                                                                                            | 271.289.909        |                    |
| - Ministério das Cidades (Administração direta)                                                                          | 257.289.909        |                    |
| - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU                                                                           | 14.000.000         |                    |
| <b>Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários</b> |                    | 718.314.909        |
| <b>Anexo III – Orçamento de Investimento</b>                                                                             | <b>94.000.000</b>  | <b>94.000.000</b>  |
| <b>Presidência da República</b>                                                                                          |                    |                    |
| - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP                                                                        | 4.000.000          |                    |
| - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN                                                                        | 90.000.000         |                    |
| <b>Repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais</b>                                      |                    | 94.000.000         |
| <b>Total</b>                                                                                                             | <b>886.314.909</b> | <b>886.314.909</b> |

Segundo a citada exposição de motivos, o crédito em favor da Presidência da República possibilitará o repasse de recursos financeiros às Companhias Docas do Rio Grande do Norte – CODERN e do Estado de São Paulo – CODESP, a título de participação da União no capital dessas empresas. O repasse objetivaria atender às novas demandas relativas à ampliação do terminal salineiro no Porto de Arcaia Branca, no estado do Rio Grande do Norte; à execução de estudos e projetos de infraestrutura de acessos terrestres do Porto de Santos, no estado de São Paulo; à aquisição e montagem de equipamentos do Terminal de Grãos e a construção do Berço 108, no Porto de Itaquí, no estado do Maranhão; à execução de obras civis de proteção dos cabeços norte e sul dos arrecifes no acesso ao porto interno de Suape, no estado de Pernambuco; e à implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado, de âmbito nacional.

No tangente ao Ministério dos Transportes, os recursos permitiriam a execução de intervenções nos modais rodoviário e hidroviário, imprescindíveis à melhoria da infraestrutura de transportes do País, a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. As intervenções abrangem melhoramentos no canal de navegação da Hidrovia do Rio Tocantins, no estado do Pará, além de construção, manutenção e adequação de trechos rodoviários, travessias urbanas, pontes, contornos e acessos relativos a rodovias federais, de forma a proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos usuários.

Com respeito ao Ministério da Integração Nacional, a EM n.º 62/2009/MP alega que o crédito viabilizará a conclusão das obras de implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba, no estado de Minas Gerais, e de construção da Barragem de Taquara, no estado do Ceará, com vistas a contribuir para o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio regional, a fixação do homem ao campo e a sua inclusão no processo produtivo, a redução de seus custos operacionais e a geração de emprego e renda, naquelas localidades.

Quanto ao Ministério das Cidades, a aprovação do crédito possibilitaria a execução de obras de drenagem, que visam a promover o escoamento regular das águas pluviais,

prevenir inundações, proporcionar segurança sanitária, patrimonial e ambiental, e assegurar os direitos fundamentais de acesso aos serviços de saneamento básico e à vida, em municípios carentes, atingindo de forma mais intensa os estratos populacionais economicamente menos favorecidos. Adicionalmente, o crédito permitiria a elaboração dos projetos de engenharia das Linhas 2 (trecho Calafate – Hospitais) e 3 (Pampulha – Savassi) do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, os quais seriam necessários à implantação das obras a eles relativas.

A Exposição de Motivos destaca que as programações constantes do crédito em exame integram o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Ainda, ressalta que a solicitação representada pelo projeto de lei de crédito especial viabilizar-se-ia, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários, e de anulação de dotações orçamentárias, de conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. No Orçamento de Investimento, o crédito seria financiado com recursos oriundos de repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Em atendimento ao disposto no art. 57, § 10, da Lei n.º 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – LDO/2009, a Exposição de Motivos demonstra, em quadro anexo, as informações relativas ao superávit financeiro supramencionado.

A EM n.º 62/2009/MP esclarece, a propósito do que dispõe o art. 57, § 12, da LDO/2009, que as alterações decorrentes da abertura do crédito em exame não afetariam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas seriam executadas dentro dos limites de movimentação e empenho estabelecidos de acordo com a avaliação bimestral, de que trata o art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Em atendimento ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, Lei do Plano Plurianual 2008-2011 – PPA 2008-2011, o Anexo IV do crédito proposto contém as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos de algumas ações consignadas no Anexo I (suplementação). Caso se aprove o crédito proposto, essas ações, por conseguinte, serão incorporadas ao citado Plano.

Outras ações constantes do Anexo I (suplementação) não implicariam, segundo a Exposição de Motivos, alteração do PPA 2008-2011, por se tratar de programação contemplada em programa destinado exclusivamente a operações especiais; relativa a subtítulos de ações já constantes do Plano; ou cuja execução se restrinja ao exercício vigente.

Foram apresentadas 323 (trezentas e vinte e três) emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO/2009 e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2009 - LOA/2009 (Lei n.º 11.897, de 30 de dezembro de 2008).

Comunicamos ao Presidente desta Comissão a **inadmissibilidade** das Emendas abaixo relacionadas, pelas razões apontadas a seguir:

a) Emendas n.º 3, 5, 16, 24, 63, 91, 92, 95, 122, 139, 158, 196, 233, 258 e 313, por contrariarem o art. 109, III, *b*, da Resolução n.º 1, de 2006-CN, ao proporem, em projeto de lei de crédito especial, a suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária em vigor;

b) Emendas n.º 6, 18, 123, 159 e 182, por contrariarem o art. 147 da Resolução n.º 1, de 2006-CN, ao não conterem todos os elementos necessários à identificação das programações incluídas, alteradas ou canceladas;

c) Emendas n.º 2, 27, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 222, 234, 235 e 243, por contrariarem o art. 109, II, *a*, da Resolução n.º 1, de 2006-CN, ao oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, § 3º, II, da Constituição Federal, programação que não consta do projeto de lei ou que consta somente como cancelamento proposto (Anexo II do projeto de lei);

d) Emendas n.º 40, 41, 42, 127, 128, 129, 130, 160, 170, 179, 180, 186, 193, 194, 203, 218, 223, 236, 239, 240, 250, 257, 284 e 295, por contrariarem o art. 166, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 15, § 5º, da lei do PPA 2008-2011. Essas emendas não apresentam qualquer informação referente às projeções plurianuais das ações propostas ou aos atributos constantes do Plano, o que caracteriza sua incompatibilidade com o mesmo;

e) Emendas n.º 204 e 312, por contrariarem o art. 166, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 15, § 5º, da lei do PPA 2008-2011; assim como o art. 41, III, combinado com o art. 126, ambos da Resolução n.º 1, de 2006-CN. Essas emendas não apresentam qualquer informação referente às projeções plurianuais das ações propostas ou aos atributos constantes do Plano, o que caracteriza sua incompatibilidade com o mesmo. Adicionalmente, as ações propostas têm natureza abrangente e genérica, o que demandaria serem estas objeto de emendas distintas;

f) Emendas n.º 1, 126, 165, 183 e 184, por contrariarem o art. 146 da Resolução n.º 1, de 2006-CN, ao ensejarem incompatibilidade com o art. 4º, I, da lei do PPA 2008-2011, quando propõem a inclusão de ação em Programas inadequados, por não se coadunarem com os seus atributos (objetivo ou público-alvo) discriminados no Anexo I daquele Plano, ou por proporem programação que escapa à competência da unidade orçamentária ou do órgão apontado;

g) Emendas n.º 83 e 152, por contrariarem o art. 41, III, combinado com o art. 126, ambos da Resolução n.º 1, de 2006-CN, ao tratarem de duas ou mais ações que deveriam ser objeto de emendas distintas;

h) Emenda n.º 96, por contrariar o art. 126 da Resolução n.º 1, de 2006-CN, combinado com o item 25 da Parte B – Parte Especial do Relatório Preliminar aprovado do Projeto de Lei Orçamentária para 2009, ao propor, como cancelamento compensatório para aprovação de ação relativa ao orçamento fiscal, fonte de recursos do orçamento de investimento, incompatível com a ação proposta.

Tendo-se em conta as razões de mérito apresentadas nas suas justificações, são atendidas, total ou parcialmente, as solicitações das seguintes emendas, que propõem a inclusão de dotação no Anexo I (suplementação) do crédito especial em exame:

| <b>Emenda</b> | <b>Autor</b>                     | <b>Parecer</b>         | <b>Valor<br/>(R\$ 1,00)</b> |
|---------------|----------------------------------|------------------------|-----------------------------|
| 00004         | Senador Augusto Botelho          | Pela aprovação parcial | 1.000.000                   |
| 00020         | Deputado Leandro Vilela          | Pela aprovação parcial | 1.000.000                   |
| 00021         | Deputado Leandro Vilela          | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00029         | Deputado Nelson Meurer           | Pela aprovação         | 500.000                     |
| 00030         | Deputado Nelson Meurer           | Pela aprovação         | 500.000                     |
| 00033         | Deputado Nelson Meurer           | Pela aprovação         | 500.000                     |
| 00035         | Deputado Nelson Meurer           | Pela aprovação         | 500.000                     |
| 00043         | Deputada Rose de Freitas         | Pela aprovação         | 2.000.000                   |
| 00050         | Deputado João Carlos Bacelar     | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00053         | Deputado Moreira Mendes          | Pela aprovação parcial | 1.000.000                   |
| 00056         | Deputado Jilmar Tatto            | Pela aprovação parcial | 2.000.000                   |
| 00084         | Deputado Humberto Souto          | Pela aprovação         | 300.000                     |
| 00086         | Deputado Humberto Souto          | Pela aprovação         | 300.000                     |
| 00087         | Deputado Humberto Souto          | Pela aprovação         | 300.000                     |
| 00088         | Deputado Humberto Souto          | Pela aprovação parcial | 600.000                     |
| 00089         | Deputado Humberto Souto          | Pela aprovação         | 500.000                     |
| 00094         | Deputado Geraldo Resende         | Pela aprovação parcial | 2.000.000                   |
| 00112         | Deputado Cleber Verde            | Pela aprovação parcial | 1.500.000                   |
| 00137         | Deputado Ricardo Barros          | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00138         | Deputado Ricardo Barros          | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00149         | Deputado Márcio Reinaldo Moreira | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00150         | Deputado Márcio Reinaldo Moreira | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00161         | Deputado João Leão               | Pela aprovação parcial | 500.000                     |
| 00163         | Deputado João Leão               | Pela aprovação parcial | 500.000                     |
| 00166         | Deputado Wilson Santiago         | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00177         | Deputado Léo Vivas               | Pela aprovação parcial | 2.000.000                   |
| 00187         | Deputado José Airton Cirilo      | Pela aprovação parcial | 1.500.000                   |
| 00191         | Deputado Vitor Penido            | Pela aprovação parcial | 2.000.000                   |
| 00197         | Deputado Eunício Oliveira        | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00198         | Deputado Eunício Oliveira        | Pela aprovação         | 1.000.000                   |
| 00207         | Deputado Aníbal Gomes            | Pela aprovação parcial | 3.000.000                   |
| 00214         | Deputado Jaime Martins           | Pela aprovação parcial | 3.000.000                   |
| 00221         | Deputada Gorete Pereira          | Pela aprovação parcial | 2.000.000                   |
| 00232         | Deputado Claudio Cajado          | Pela aprovação         | 2.000.000                   |

|       |                              |                        |           |
|-------|------------------------------|------------------------|-----------|
| 00242 | Deputado Zé Gerardo          | Pela aprovação parcial | 4.000.000 |
| 00244 | Deputado Sandro Mabel        | Pela aprovação parcial | 3.000.000 |
| 00287 | Deputado Vital do Rêgo Filho | Pela aprovação parcial | 1.500.000 |
| 00311 | Deputado Miguel Corrêa       | Pela aprovação parcial | 1.000.000 |
| 00314 | Senador Efraim Moraes        | Pela aprovação parcial | 4.000.000 |
| 00323 | Senador Efraim Moraes        | Pela aprovação parcial | 1.000.000 |

**Aprova-se parcialmente a Emenda n.º 90**, que propõe a adequação do localizador (subtítulo) do crédito orçamentário com funcional-programática 26.782.1461.7M51.0056, alterando-o de “0056” (No Estado de São Paulo) para “0001” (Nacional). Justifica o autor que o mencionado localizador não deveria ser “No Estado de São Paulo”, mas sim, “Nacional”, em decorrência do fato de a ação se desenvolver na fronteira entre os estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, e não somente nos limites do estado de São Paulo, já que se trata de construção de ponte interligando Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS).

Tendo em vista que o próprio descritor da ação 7M51 faz referência unicamente ao estado de São Paulo, revela-se necessária, além da alteração do localizador supramencionada, a criação do seguinte projeto e a transferência para este da dotação prevista originalmente para o projeto 7M51 no crédito especial em exame: 7N94 - “Construção de Ponte – sobre o rio Paraná (entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS) – na BR-158 – Nacional”. Deve-se ressaltar que parte da dotação do projeto com código 7M51 foi utilizada, juntamente com parcelas das dotações de outros créditos constantes do projeto de lei, como fonte de recursos compensatórios para a aprovação de outras emendas parlamentares apresentadas ao crédito especial. Dessa forma, aprova-se parcialmente a **Emenda n.º 90**, com o valor de R\$ 26.000.000,00.

Não obstante o mérito e a relevância das proposições, e com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, optamos pela **rejeição** das demais Emendas apresentadas, quais sejam as de n.º 7 a 15, 17, 19, 22, 23, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 36 a 39, 44 a 49, 51, 52, 54, 55, 57 a 62, 64 a 82, 85, 93, 97 a 111, 113 a 116, 125, 131 a 136, 140 a 148, 151, 153 a 157, 162, 164, 167 a 169, 171 a 176, 178, 181, 185, 188 a 190, 192, 195, 199 a 202, 205, 206, 208 a 213, 215 a 217, 219, 220, 224 a 231, 237, 238, 241, 245 a 249, 251 a 256, 259 a 283, 285, 286, 288 a 294, 296 a 310, 315 a 322.

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 13, de 2009-CN, na forma do **substitutivo** em anexo.

Sala da Comissão, em



**Deputado PEDRO NOVAIS**  
**Relator**



**Plano Plurianual 2008-2011****Anexo IV - Promiss de Governo - Finalístico**Objetivo de Governo: *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*Objetivo Setorial: *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

| Programa: | 1456 | Valor Legítimo Anualizado | Órgão Responsável: | 39000 | Ministério dos Transportes |
|-----------|------|---------------------------|--------------------|-------|----------------------------|
|-----------|------|---------------------------|--------------------|-------|----------------------------|

Objetivo: *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte no eixo dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT*Público-Alvo: *Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará***AÇÕES DA ESFERA FISCAL****Projeto**

| Projeto | Unidade (Unidade de execução)                                                        | Local                                 | Órgão Executor | Valor Total Estimado | Responsabilidade | 2008 | 2009       | 2010       | 2011       |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------|----------------------|------------------|------|------------|------------|------------|
| 123M    | Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - no Estado do Pará | Obra Executada (% de execução Física) | MT             | 140.250.000          | NO               | RS:  | 14.025.000 | 84.130.000 | 42.075.000 |
|         |                                                                                      |                                       |                |                      |                  | mes: | 10         | 60         | 30         |

**Plano Plurianual 2008-2011****Anexo IV - Promiss de Governo - Finalístico**Objetivo de Governo: *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*Objetivo Setorial: *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

| Programa: | 1457 | Valor Legítimo (Centro-Norte) | Órgão Responsável: | 39000 | Ministério dos Transportes |
|-----------|------|-------------------------------|--------------------|-------|----------------------------|
|-----------|------|-------------------------------|--------------------|-------|----------------------------|

Objetivo: *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT*Público-Alvo: *Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins***AÇÕES DA ESFERA FISCAL****Projeto**

| Projeto | Unidade (Unidade de execução)                                                                             | Local                                 | Órgão Executor | Valor Total Estimado | Responsabilidade | 2008 | 2009       | 2010       | 2011 |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------|----------------------|------------------|------|------------|------------|------|
| 122Z    | Construção de Bordo 108 no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão                                   | Obra Executada (% de execução Física) | SEP            | 80.000.000           | NE               | RS:  | 40.000.000 | 40.000.000 |      |
|         |                                                                                                           |                                       |                |                      |                  | mes: | 50         | 50         | 50   |
| 122Y    | Aquisição e Montagem de Equipamentos do Terminal de Carga no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão | Obra Executada (% de execução Física) | SEP            | 50.000.000           | NE               | RS:  | 30.000.000 | 20.000.000 |      |
|         |                                                                                                           |                                       |                |                      |                  | mes: | 60         | 40         | 40   |

## Plano Plurianual 2008-2011

## Anexo IV - Promiss de Governo - Finalístico

Objetivo de Governo: *Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional*Objetivo Setorial: *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

| Programa: | 1158 | Valor Legítimo Legal | Órgão Responsável: | 39000 | Ministério dos Transportes |
|-----------|------|----------------------|--------------------|-------|----------------------------|
|-----------|------|----------------------|--------------------|-------|----------------------------|

Objetivo: *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO*Público-Alvo: *Usuários de transporte no Distrito Federal e no Estado de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro*

## AÇÕES DA ESFERA FISCAL

## Projeto

| Cod.  | Título                                                                                            | Produto<br>(Unidade de medida) | Unidade<br>Execução | Valor Total<br>Estimado | Registrazione | 2008 | 2009       | 2010 | 2011 |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|---------------------|-------------------------|---------------|------|------------|------|------|
| 1197  | Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Canguçu - na BR-150 - no Estado de Minas Gerais | Trecho pavimentado - Km        | MT<br>12/2010       | 15.000.000              | SD            | RS:  | 15.000.000 | 0    | 0    |
| meta: |                                                                                                   |                                |                     |                         |               |      | 14         | 0    | 0    |

## Plano Plurianual 2008-2011

## Anexo IV - Promiss de Governo - Finalístico

Objetivo de Governo: *Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional*Objetivo Setorial: *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

| Programa: | 1159 | Valor Legítimo Nordeste Setorizional | Órgão Responsável: | 39000 | Ministério dos Transportes |
|-----------|------|--------------------------------------|--------------------|-------|----------------------------|
|-----------|------|--------------------------------------|--------------------|-------|----------------------------|

Objetivo: *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região das estradas do PI, CE, RN, PB, PE e AL*Público-Alvo: *Usuários de transporte nas Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas*

## AÇÕES DA ESFERA FISCAL

## Projeto

| Cod.  | Título                                                                                                                                       | Produto<br>(Unidade de medida)        | Unidade<br>Execução       | Valor Total<br>Estimado | Registrazione | 2008 | 2009       | 2010        | 2011        |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------|-------------------------|---------------|------|------------|-------------|-------------|
| 121L  | Construção de Trecho Rodoviário - Jerumitanga - Baturité - Elias Martins - na BR-150 - no Estado do Piauí                                    | Trecho pavimentado (Km)               | MT<br>06/2008<br>12/2009  | 71.000.000              | NE            | RS:  | 31.000.000 | 34.000.000  |             |
| meta: |                                                                                                                                              |                                       |                           |                         |               |      | 80         | 34          |             |
| 121W  | Execução da Obra Civil de Proteção das Cabeceiras Norte e Sul dos Arruéis no Açuas ao Porto Interior de Suape (PE) - no Estado de Pernambuco | Obra Executada (% de execução Física) | SEP<br>07/2009<br>07/2010 | 140.000.000             | NE            | RS:  | 36.000.000 | 84.000.000  |             |
| meta: |                                                                                                                                              |                                       |                           |                         |               |      | 40         | 60          |             |
| 7196  | Adequação de Trecho Rodoviário - Km 310 ao Km 320 (Tangará) - na BR-222 - no Estado do Ceará                                                 | Trecho Adequado - Km                  | MT<br>10/2008<br>12/2010  | 42.000.000              | NE            | RS:  | 15.000.000 | 26.000.000  | 0           |
| meta: |                                                                                                                                              |                                       |                           |                         |               |      | 4          | 6           | 0           |
| 7198  | Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/CE - na BR-230 - no Estado da Paraíba                                            | Trecho Adequado - Km                  | MT<br>10/2009<br>12/2011  | 510.000.000             | NE            | RS:  | 17.000.000 | 212.000.000 | 281.000.000 |
| meta: |                                                                                                                                              |                                       |                           |                         |               |      | 5          | 53          | 70          |

## AÇÕES DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

## Projeto

| Cod.  | Título                                            | Produto<br>(Unidade de medida)        | Unidade<br>Execução       | Valor Total<br>Estimado | Registrazione | 2008 | 2009       | 2010       | 2011 |
|-------|---------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------|-------------------------|---------------|------|------------|------------|------|
| 121V  | Ampliação do Terminal Sábino de Arica Branca (RN) | Obra Executada (% de execução Física) | SEP<br>05/2009<br>12/2010 | 155.000.000             | NE            | RS:  | 90.000.000 | 65.000.000 |      |
| meta: |                                                   |                                       |                           |                         |               |      | 100        | 60         | 40   |

**Plano Plurianual 2008-2011****Anexo IV - Promas de Governo - Finalístico**

Objetivo de Governo: *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*  
 Objetivo Setorial: *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

| Programa: | 1460 | Vetor Logístico Nordeste Meridional | Órgão Responsável: | 39000 | Ministério dos Transportes |
|-----------|------|-------------------------------------|--------------------|-------|----------------------------|
|-----------|------|-------------------------------------|--------------------|-------|----------------------------|

Objetivo: *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO*

Público-Alvo: *Usuários de transporte nas Esferas de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás*

**AÇÕES DA ESFERA FISCAL****Projeto**

| Cód. | Título                                                                                                                                                       | Produto (Indicador de resultado)        | Data Execução      | Órgão Executor | Valor Total Estimado | Regime Financeiro | 2008  | 2009       | 2010       | 2011       |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------|----------------|----------------------|-------------------|-------|------------|------------|------------|
| 7092 | Construção do Porto Sul - no Município de Itabira - no Estado de Minas                                                                                       | Obras executadas - % de execução física | 05/2009<br>12/2011 | SEP            | 150.000.000          | NE                | R\$:  | 50.000.000 | 50.000.000 | 50.000.000 |
|      |                                                                                                                                                              |                                         |                    |                |                      |                   | meta: | 33         | 33         | 34         |
| 7098 | Construção de Trecho Rodoviário - Entrocamento BR-420(A) (São Roque do Piauí) - Entrocamento BR-116/BA-120(B) (P. Paraguru) - na BR-242 - no Estado da Bahia | Trecho pavimentado - Km                 | 08/2009<br>12/2011 | MT             | 50.000.000           | NE                | R\$:  | 20.000.000 | 20.000.000 | 10.000.000 |
|      |                                                                                                                                                              |                                         |                    |                |                      |                   | meta: | 45         | 45         | 23         |

**Plano Plurianual 2008-2011****Anexo IV - Promas de Governo - Finalístico**

Objetivo de Governo: *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*  
 Objetivo Setorial: *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

| Programa: | 1461 | Vetor Logístico Centro-Suldeste | Órgão Responsável: | 39000 | Ministério dos Transportes |
|-----------|------|---------------------------------|--------------------|-------|----------------------------|
|-----------|------|---------------------------------|--------------------|-------|----------------------------|

Objetivo: *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO*

Público-Alvo: *Usuários de transporte nas Esferas de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás*

**AÇÕES DA ESFERA FISCAL****Projeto**

| Cód. | Título                                                                                                           | Produto (Indicador de resultado)        | Data Execução      | Órgão Executor | Valor Total Estimado | Regime Financeiro | 2008  | 2009       | 2010       | 2011 |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------|----------------|----------------------|-------------------|-------|------------|------------|------|
| 1235 | Construção de Aterro Rodoviário - Município de Campo Grande - na BR-050/16/262 - no Estado do Mato Grosso do Sul | Trecho Construído (Km)                  | 01/1995<br>04/2010 | MT             | 41.500.000           | CO                | R\$:  | 5.000.000  | 17.500.000 |      |
|      |                                                                                                                  |                                         |                    |                |                      |                   | meta: | 5          | 17         |      |
| 7094 | Construção de Ponte - sobre o Rio Paraná (entre Paulicéia/SP e Bragança/MS) - na BR-158 - Nacional               | Obras executadas - % de execução física | 07/2009<br>12/2011 | MT             | 50.000.000           | NA                | R\$:  | 28.000.000 | 0          | 0    |
|      |                                                                                                                  |                                         |                    |                |                      |                   | meta: | 0          | 0          | 0    |
| 7140 | Adequação de Trecho Rodoviário - Colinas - Jati - na BR-060 - no Estado de Goiás                                 | Trecho Adequado - Km                    | 07/2009<br>12/2009 | MT             | 50.000.000           | CO                | R\$:  | 50.000.000 | 0          | 0    |
|      |                                                                                                                  |                                         |                    |                |                      |                   | meta: | 15         | 0          | 0    |

## Plano Plurianual 2008-2011

## Anexo IV - Promas de Governo - Finalístico

Objetivo de Governo: *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*  
 Objetivo Setorial: *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

| Programa: | 1462 | Vetor Logístico Sul | Órgão Responsável: | 39000 | Ministério dos Transportes |
|-----------|------|---------------------|--------------------|-------|----------------------------|
|-----------|------|---------------------|--------------------|-------|----------------------------|

Objetivo: *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS*  
 Público-Alvo: *Usuária de transporte nos Estados da Santa Catarina e Rio Grande do Sul*

## AÇÕES DA ESFERA FISCAL

## Atividade

| Cód. | Título                                                                         | Produto<br>(Unidade de medida) | Índice<br>Legislação | Órgão<br>Executor | Valor Total<br>Estimado | Registros<br>Legislação | 2008      | 2009      | 2010      | 2011      |
|------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 20CP | Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Rio Grande do Sul | Trecho Mantido (Km)            | MT                   | MT                | SL                      | R\$:                    | 1.000.000 | 1.000.000 | 1.000.000 | 1.000.000 |
|      |                                                                                |                                |                      |                   |                         | meta:                   | 27        | 27        | 27        | 27        |

## Projeto

| Cód. | Título                                                                                                                                | Produto<br>(Unidade de medida) | Índice<br>Legislação | Órgão<br>Executor | Valor Total<br>Estimado | Registros<br>Legislação | 2008       | 2009        | 2010        | 2011 |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|------------|-------------|-------------|------|
| 123U | Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-116 (p/Guarua) - Entr. BR-471 (Planina Grande) - na BR-390 - no Estado do Rio Grande do Sul | Trecho Adequado (Km)           | MT                   | MT                | SL                      | R\$:                    | 10.000.000 | 198.500.000 | 277.500.000 |      |
|      |                                                                                                                                       |                                |                      |                   |                         | meta:                   | 100        | 2           | 41          | 57   |

## Plano Plurianual 2008-2011

## Anexo IV - Promas de Governo - Finalístico

Objetivo de Governo: *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*  
 Objetivo Setorial: *Aumentar a capacidade de movimentação de cargas nos portos*

| Programa: | 1470 | Gestão da Política Portuária | Órgão Responsável: | 20128 | Secretaria Especial de Portos |
|-----------|------|------------------------------|--------------------|-------|-------------------------------|
|-----------|------|------------------------------|--------------------|-------|-------------------------------|

Objetivo: *Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de política de infra-estrutura portuária marítima e dos portos ancoradouros de class doze*  
 Público-Alvo: *Governo Federal*

## AÇÕES DA ESFERA FISCAL

## Projeto

| Cód. | Título                                                               | Produto<br>(Unidade de medida)            | Índice<br>Legislação | Órgão<br>Executor | Valor Total<br>Estimado | Registros<br>Legislação | 2008       | 2009      | 2010 | 2011 |
|------|----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|------------|-----------|------|------|
| 123X | Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional | Sistema Implantado (% de execução físico) | 04/2009<br>12/2010   | SEP               | NA                      | R\$:                    | 18.500.000 | 1.500.000 |      |      |
|      |                                                                      |                                           |                      |                   |                         | meta:                   | 100        | 84        | 16   |      |

## CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na 3ª Reunião Extraordinária realizada em 14 de julho de 2009, APROVOU o parecer do Relator sobre o Projeto de Lei n.º 13, de 2009-CN, com as seguintes alterações:

- a) Aprovou a contestação subscrita pelos Deputados Leandro Vilela, Geraldo Resende, Darcísio Perondi, Gilmar Machado, Márcio Reinaldo e pelo Senador Leomar Quintanilha, contra a inadmissibilidade da Emenda n.º 233, de autoria da Deputada Marina Raupp;
- b) Acompanhou o parecer do Relator, proferido após a aprovação da contestação supracitada, pela **aprovação parcial** da Emenda n.º 233 em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a ser atendida a com recursos provenientes do cancelamento parcial da dotação do subtítulo com funcional-programática 26.782.1462.7L04.0043, constante do Anexo I do Projeto de Lei, e indicado como cancelamento compensatório pela própria emenda.
- c) Acompanhou o parecer do Relator aos Destaques apresentados, da forma a seguir:
  - Destaques n.ºs 1 a 13, 21 a 31: prejudicados pela ausência do autor;
  - Destaques n.ºs 14 a 17, 19, 20: rejeitados;
  - Destaque n.º 18: aprovado parcialmente, com valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), provenientes do cancelamento parcial da dotação do subtítulo com funcional-programática 26.782.1461.7N94.0001, constante do Anexo I do Projeto de Lei;
  - Destaque n.º 32: retirado pelo autor;
  - Destaque n.º 33: prejudicado por ter como objeto emenda inadmitida pelo Presidente desta Comissão.

Sala da Comissão, em 14 de julho de 2009.



Deputado PEDRO NOVAIS  
Relator



## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 13, DE 2009-CN**

Abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R\$ 886.314.909,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União (Lei n.º 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R\$ 886.314.909,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e nove reais), para atender à programação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários, no valor de R\$ 718.314.909,00 (setecentos e dezoito milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e nove reais);

II – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

III – repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$ 94.000.000,00 (noventa e quatro milhões de reais).

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo IV desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Sala da Comissão, em

  
**Deputado PEDRO NOVAIS**  
**Relator**

**ÓRGÃO:** 20000 Presidência da República  
**UNIDADE:** 20128 Secretaria Especial de Portos

## ANEXO I

## CRÉDITO ESPECIAL

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCAONAL PROGRAMÁTICA |                | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                                                                                                  | F | D | J | M  | A | S   | O | N | D | V | T | Z | VALOR       |
|------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|---|---|---|---|---|-------------|
| 8909                   |                | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais                                                                                                                                                                   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 54.000.000  |
|                        |                | OPERAÇÕES ESPECIAIS                                                                                                                                                                                              |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   |             |
| 26784                  | 0909 00CT      | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - no Estado do Rio Grande do Norte                                              |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 90.000.000  |
| 26784                  | 0909 00CT 0181 | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - no Estado do Rio Grande do Norte - No Município de Areia Branca               |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 90.000.000  |
|                        |                |                                                                                                                                                                                                                  | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   |   |   | 90.000.000  |
| 26784                  | 0909 00CU      | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Estudos e Projetos da Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo                          |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 4.000.000   |
| 26784                  | 0909 00CU 0101 | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Estudos e Projetos da Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo - No Município de Santos |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 4.000.000   |
|                        |                |                                                                                                                                                                                                                  | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   |   |   | 4.000.000   |
| 1457                   |                | Vetor Logístico Centro-Norte                                                                                                                                                                                     |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 70.000.000  |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   |             |
| 26784                  | 1457 12ZY      | Aquisição e Montagem de Equipamentos do Terminal de Grãos no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 30.000.000  |
| 26784                  | 1457 12ZY 0101 | Aquisição e Montagem de Equipamentos do Terminal de Grãos no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão - No Município de São Luís                                                                             |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 30.000.000  |
|                        |                | Obra executada (% de execução física) = 60                                                                                                                                                                       | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   |   |   | 30.000.000  |
| 26784                  | 1457 12ZZ      | Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão                                                                                                                                          |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 40.000.000  |
| 26784                  | 1457 12ZZ 0101 | Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão - No Município de São Luís                                                                                                               |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 40.000.000  |
|                        |                | Obra executada (% de execução física) = 50                                                                                                                                                                       | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   |   |   | 40.000.000  |
| 1459                   |                | Vetor Logístico Nordeste Setentrional                                                                                                                                                                            |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 56.000.000  |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   |             |
| 26784                  | 1459 12ZW      | Execução das Obras Cíveis de Proteção dos Cabeços Norte e Sul dos Arrecifes no Acesso ao Porto Interno de Suape (PE) - no Estado de Pernambuco.                                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 56.000.000  |
| 26784                  | 1459 12ZW 0101 | Execução das Obras Cíveis de Proteção dos Cabeços Norte e Sul dos Arrecifes no Acesso ao Porto Interno de Suape (PE) - no Estado de Pernambuco. - No Município de Ipojuca                                        |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 56.000.000  |
|                        |                | Obra executada (% de execução física) = 40                                                                                                                                                                       | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   |   |   | 56.000.000  |
| 1460                   |                | Vetor Logístico Nordeste Meridional                                                                                                                                                                              |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 1.500.000   |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   |             |
| 26784                  | 1460 7H92      | Construção do Porto Sul - no Município de Ilhéus - no Estado da Bahia                                                                                                                                            |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 1.500.000   |
| 26784                  | 1460 7H92 0029 | Construção do Porto Sul - no Município de Ilhéus - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia                                                                                                                       |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 1.500.000   |
|                        |                | Obra executada (% de execução física) = 1                                                                                                                                                                        | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   |   |   | 1.500.000   |
| 1470                   |                | Gestão da Política Portuária                                                                                                                                                                                     |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 14.500.000  |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   |             |
| 26121                  | 1470 12ZX      | Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional                                                                                                                                             |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 14.500.000  |
| 26121                  | 1470 12ZX 0001 | Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional - Nacional                                                                                                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 14.500.000  |
|                        |                | Sistema implantado (% de execução física) = 66                                                                                                                                                                   | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   |   |   | 14.500.000  |
| TOTAL - GERAL          |                |                                                                                                                                                                                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 236.000.000 |
| TOTAL - FISCAL         |                |                                                                                                                                                                                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |   | 236.000.000 |

**ÓRGÃO:** 39000 Ministério dos Transportes  
**UNIDADE:** 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

## ANEXO I

**CRÉDITO ESPECIAL**

### PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,80

| FUNCAIONAL PROGRAMÁTICA                    |                | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                                                                                                                                   | F | E | M | D  | I | T   | N | VALOR      |
|--------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|------------|
| 1456 Votor Logístico Amazônico             |                |                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   | 15.525.000 |
|                                            |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                |   |   |   |    |   |     |   |            |
| 26784                                      | 1456 123M      | Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - no Estado do Pará                                                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   | 13.025.000 |
| 26784                                      | 1456 123M 0015 | Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - no Estado do Pará - No Estado do Pará<br>Obra executada (% de execução física) = 10                                                  | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 13.025.000 |
| 26782                                      | 1456 7184      | Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia                                                                                               |   |   |   |    |   |     |   | 21.000.000 |
| 26782                                      | 1456 7184 0056 | Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia<br>Obra executada (% de execução física) = 10                         | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 300 |   | 21.000.000 |
|                                            |                |                                                                                                                                                                                                         | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 |   | 7.831.655  |
|                                            |                |                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   | 13.168.345 |
| 26784                                      | 1456 7893      | Construção de Terminal Fluvial - no Município de Guajará-Mirim - no Estado de Rondônia                                                                                                                  |   |   |   |    |   |     |   | 1.000.000  |
| 26784                                      | 1456 7893 0011 | Construção de Terminal Fluvial - no Município de Guajará-Mirim - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia<br>Obra executada (% de execução física) = 10                                            | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 |   | 1.000.000  |
| 26782                                      | 1456 7899      | Adequação de Trecho Rodoviário - na BR 364 - no Município de Pimenta Bueno - no Estado de Rondônia                                                                                                      |   |   |   |    |   |     |   | 500.000    |
| 26782                                      | 1456 7899 0011 | Adequação de Trecho Rodoviário - na BR 364 - no Município de Pimenta Bueno - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia                                                                              | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 500.000    |
| 1458 Votor Logístico Leste                 |                |                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   | 25.500.000 |
|                                            |                | ATIVIDADES                                                                                                                                                                                              |   |   |   |    |   |     |   |            |
| 26782                                      | 1458 2075      | Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-393 - no Estado do Rio de Janeiro                                                                                                                             |   |   |   |    |   |     |   | 500.000    |
| 26782                                      | 1458 2075 0033 | Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-393 - no Estado do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro<br>Trecho mantido (km) = 9                                                                    | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 500.000    |
|                                            |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                |   |   |   |    |   |     |   |            |
| 26782                                      | 1458 112C      | Adequação de Travessia Urbana - no Município de Uberaba - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   | 5.000.000  |
| 26782                                      | 1458 112C 0031 | Adequação de Travessia Urbana - no Município de Uberaba - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais<br>Trecho adequado (km) = 4                                                 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 5.000.000  |
| 26782                                      | 1458 7808      | Construção de Acesso Rodoviário - Entrocamento com MG-030 - Entrocamento com BR-040 (Belo Horizonte) - na BR-356 - no Estado de Minas Gerais                                                            |   |   |   |    |   |     |   | 3.000.000  |
| 26782                                      | 1458 7808 0031 | Construção de Acesso Rodoviário - Entrocamento com MG-030 - Entrocamento com BR-040 (Belo Horizonte) - na BR-356 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais<br>Trecho pavimentado (km) = 1 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 3.000.000  |
| 26782                                      | 1458 7871      | Adequação de Trechos Rodoviários - Trecho Entr-BR-101(B) km 15,5 - Divisa ES/MG km 195,9 - na BR-262 - No Estado do Espírito Santo                                                                      |   |   |   |    |   |     |   | 14.000.000 |
| 26782                                      | 1458 7871 0032 | Adequação de Trechos Rodoviários - Trecho Entr-BR-101(B) km 15,5 - Divisa ES/MG km 195,9 - na BR-262 - No Estado do Espírito Santo - No Estado do Espírito Santo<br>Trecho adequado (km) = 8            | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 14.000.000 |
| 26782                                      | 1458 7897      | Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Cataguases - na BR-120 - no Estado de Minas Gerais                                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   | 3.000.000  |
| 26782                                      | 1458 7897 0031 | Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Cataguases - na BR-120 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais<br>Trecho pavimentado (km) = 2                                         | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 |   | 3.000.000  |
| 1459 Votor Logístico Nordeste Setentrional |                |                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   | 37.000.000 |
|                                            |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                |   |   |   |    |   |     |   |            |
| 26782                                      | 1459 123L      | Construção de Trecho Rodoviário - Jaramenha - Bertolínia - Eliseu Martins - na BR 135 - no Estado do Piauí                                                                                              |   |   |   |    |   |     |   | 30.000.000 |
| 26782                                      | 1459 123L 0022 | Construção de Trecho Rodoviário - Jaramenha - Bertolínia - Eliseu Martins - na BR 135 - no Estado do Piauí - No Estado do Piauí<br>Trecho pavimentado (km) = 47                                         | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 |   | 30.000.000 |
| 26782                                      | 1459 7896      | Adequação de Trecho Rodoviário - Km 310 ao Km 320 (Tianguiá) - na BR-222 - no Estado do Ceará                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   | 3.000.000  |
| 26782                                      | 1459 7896 0023 | Adequação de Trecho Rodoviário - Km 310 ao Km 320 (Tianguiá) - na BR-222 - no Estado do Ceará - No Estado do Ceará<br>Trecho adequado (km) = 1                                                          | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 3.000.000  |

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                                                                          | E | S | P | D  | E | M   | I | T | VALOR      |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|---|------------|
|                        |                                                                                                                                                                                          | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 |   |   |            |
| 26782   1459 7898      | Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/CE - na BR-230 - no Estado da Paraíba                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.000.000  |
| 26782   1459 7898 0025 | Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/CE - na BR-230 - no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.000.000  |
|                        | Trecho adequado (km) = 1                                                                                                                                                                 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 |   |   | 4.000.000  |
| 1450                   | Vetor Logístico Nordeste Meridional                                                                                                                                                      |   |   |   |    |   |     |   |   | 500.000    |
|                        | PROJETOS                                                                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |            |
| 26782   1450 7895      | Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-420(A) (São Roque do Paraguaçu) - Entroncamento BR-116/BA-120(B) (P/ Paraguaçu) - na BR-242 - no Estado da Bahia                      |   |   |   |    |   |     |   |   | 500.000    |
| 26782   1450 7895 0029 | Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-420(A) (São Roque do Paraguaçu) - Entroncamento BR-116/BA-120(B) (P/ Paraguaçu) - na BR-242 - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia |   |   |   |    |   |     |   |   | 500.000    |
|                        | Trecho pavimentado (km) = 1                                                                                                                                                              | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 |   |   | 500.000    |
| 1451                   | Vetor Logístico Centro-Sudeste                                                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   | 65.500.000 |
|                        | PROJETOS                                                                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |            |
| 26782   1451 11VC      | Adequação de Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste) - na BR-116 - no Estado do Paraná                                                                                       |   |   |   |    |   |     |   |   | 23.000.000 |
| 26782   1451 11VC 0041 | Adequação de Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste) - na BR-116 - no Estado do Paraná - No Estado do Paraná                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   | 23.000.000 |
|                        | Trecho adequado (km) = 2                                                                                                                                                                 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 111 |   |   | 20.831.655 |
|                        |                                                                                                                                                                                          | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   | 2.168.345  |
| 26782   1451 11ZN      | Adequação de Travessia Urbana - no Município de Dourados - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso do Sul                                                                                   |   |   |   |    |   |     |   |   | 5.000.000  |
| 26782   1451 11ZN 0054 | Adequação de Travessia Urbana - no Município de Dourados - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso do Sul - No Estado do Mato Grosso do Sul                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   | 5.000.000  |
|                        | Trecho adequado (km) = 3                                                                                                                                                                 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   | 5.000.000  |
| 26782   1451 11ZR      | Construção de Anel Rodoviário - no Município de Corumbá - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.500.000  |
| 26782   1451 11ZR 0054 | Construção de Anel Rodoviário - no Município de Corumbá - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul - No Estado do Mato Grosso do Sul                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.500.000  |
|                        | Trecho construído (km) = 10                                                                                                                                                              | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   | 4.500.000  |
| 26782   1451 123S      | Construção de Anel Rodoviário - Município de Campo Grande - na BR-060/163/262 - no Estado do Mato Grosso do Sul                                                                          |   |   |   |    |   |     |   |   | 5.000.000  |
| 26782   1451 123S 0054 | Construção de Anel Rodoviário - Município de Campo Grande - na BR-060/163/262 - no Estado do Mato Grosso do Sul - No Estado do Mato Grosso do Sul                                        |   |   |   |    |   |     |   |   | 5.000.000  |
|                        | Trecho construído (km) = 5                                                                                                                                                               | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   | 5.000.000  |
| 26782   1451 7140      | Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   | 3.000.000  |
| 26782   1451 7140 0052 | Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás - No Estado de Goiás                                                                                   |   |   |   |    |   |     |   |   | 3.000.000  |
|                        | Trecho adequado (km) = 1                                                                                                                                                                 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 111 |   |   | 3.000.000  |
| 26782   1451 7M94      | Construção de Ponte - sobre o Rio Paraná (entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS) - na BR-158 - Nacional                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   | 25.000.000 |
| 26782   1451 7M94 0001 | Construção de Ponte - sobre o Rio Paraná (entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS) - na BR-158 - Nacional - Nacional                                                                         |   |   |   |    |   |     |   |   | 25.000.000 |
|                        | Obras executadas (% de execução física) = 3                                                                                                                                              | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 |   |   | 25.000.000 |
| 1452                   | Vetor Logístico Sul                                                                                                                                                                      |   |   |   |    |   |     |   |   | 25.500.000 |
|                        | ATIVIDADES                                                                                                                                                                               |   |   |   |    |   |     |   |   |            |
| 26782   1452 20CP      | Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Rio Grande do Sul                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   | 1.000.000  |
| 26782   1452 20CP 0043 | Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul                                                                          |   |   |   |    |   |     |   |   | 1.000.000  |
|                        | Trecho mantido (km) = 27                                                                                                                                                                 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 |   |   | 1.000.000  |
|                        | PROJETOS                                                                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |            |
| 26782   1452 123U      | Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-116 (p/Guaíba) - Entr. BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290 - no Estado do Rio Grande do Sul                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   | 10.000.000 |
| 26782   1452 123U 0043 | Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-116 (p/Guaíba) - Entr. BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul                   |   |   |   |    |   |     |   |   | 10.000.000 |
|                        | Trecho adequado (km) = 2                                                                                                                                                                 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   | 10.000.000 |
| 26782   1452 7L04      | Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - Na BR-116 - No Estado do Rio Grande do Sul                                                                                     |   |   |   |    |   |     |   |   | 14.500.000 |
| 26782   1452 7L04 0043 | Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - Na BR-116 - No Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   | 14.500.000 |
|                        | Trecho adequado (km) = 3                                                                                                                                                                 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   | 14.500.000 |

**UNIDADE:** 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNÇÃO / PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E | O | R | I | F | VALOR       |
|-----------------------|---------------------------------------|---|---|---|---|---|-------------|
|                       |                                       | S | N | P | D | T |             |
|                       | TOTAL - GERAL                         |   |   |   |   |   | 189.525.000 |
|                       | TOTAL - FISCAL                        |   |   |   |   |   | 189.525.000 |

**UNIDADE:** 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

### PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

| FUNÇIONAL PROGRAMÁTICA |           | PROGRAMAÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                                                           | E<br>P | C<br>D | M<br>F | S<br>O | D<br>S | I<br>F | T<br>E | VALOR     |
|------------------------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|
| 0379                   |           | Desenvolvimento da Agricultura Irrigada                                                                                     |        |        |        |        |        |        |        | 8.000.000 |
|                        |           | PROJETOS                                                                                                                    |        |        |        |        |        |        |        |           |
| 0379                   | 5322      | Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba - 1ª Etapa - com 12.000ha no Estado de Minas Gerais                             |        |        |        |        |        |        |        | 8.000.000 |
| 0379                   | 5322 8031 | Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba - 1ª Etapa - com 12.000ha no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais |        |        |        |        |        |        |        | 8.000.000 |
|                        |           | Projeto executado (% de execução física) = 42                                                                               | P      | 4      | 2      | 80     | 0      | 300    |        | 8.000.000 |
| 1025                   |           | Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO                                                             |        |        |        |        |        |        |        | 500.000   |
|                        |           | PROJETOS                                                                                                                    |        |        |        |        |        |        |        |           |
| 1025                   | 7X66      | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado                                                             |        |        |        |        |        |        |        | 500.000   |
| 1025                   | 7X66 0188 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Brasília de Minas - MG                                    |        |        |        |        |        |        |        | 500.000   |
|                        |           | Projeto apoiado (unidade) = 1                                                                                               | P      | 4      | 2      | 40     | 0      | 300    |        | 500.000   |
| TOTAL - GERAL          |           |                                                                                                                             |        |        |        |        |        |        |        | 8.500.000 |
| TOTAL - FISCAL         |           |                                                                                                                             |        |        |        |        |        |        |        | 8.500.000 |

**UNIDADE: 53284 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNÇIONAL PROGRAMÁTICA |                         | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                | E<br>X<br>P | E<br>N<br>D | E<br>F | M<br>O<br>D | J<br>O<br>R | P<br>C<br>E | VALOR      |
|------------------------|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------|-------------|------------|
| 0515                   | Infra-Estrutura Hídrica |                                                                                                                                |             |             |        |             |             |             | 86.000.000 |
|                        |                         | PROJETOS                                                                                                                       |             |             |        |             |             |             |            |
| 18544                  | 0515 123D               | Construção de Barragem de Taquara - no Estado do Ceará                                                                         |             |             |        |             |             |             | 81.100.000 |
| 18544                  | 0515 123D 0101          | Construção da Barragem de Taquara - no Estado do Ceará - No Município de Taquara - CE                                          |             |             |        |             |             |             | 81.100.000 |
|                        |                         | Barragem construída (% de execução física) = 64                                                                                | F           | 4           | 2      | 90          | 0           | 300         | 81.100.000 |
| 18544                  | 0515 1851               | Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica                                                                   |             |             |        |             |             |             | 4.000.000  |
| 18544                  | 0515 1851 0154          | Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica - Novaes - CE                                                     |             |             |        |             |             |             | 4.000.000  |
|                        |                         | Obras executadas (unidade) = 1                                                                                                 | F           | 4           | 2      | 90          | 0           | 300         | 4.000.000  |
| 18544                  | 0515 7908               | Aquisição de Equipamentos para Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado de Minas Gerais                         |             |             |        |             |             |             | 300.000    |
| 18544                  | 0515 7908 0062          | Aquisição de Equipamentos para Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado de Minas Gerais - Em São Francisco - MG |             |             |        |             |             |             | 300.000    |
|                        |                         | Equipamento adquirido (unidade) = 1                                                                                            | F           | 4           | 2      | 40          | 0           | 300         | 300.000    |
| 18544                  | 0515 7908 0064          | Aquisição de Equipamentos para Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado de Minas Gerais - Em Janaúba - MG       |             |             |        |             |             |             | 300.000    |
|                        |                         | Equipamento adquirido (unidade) = 1                                                                                            | F           | 4           | 2      | 40          | 0           | 300         | 300.000    |
| 18544                  | 0515 7908 0066          | Aquisição de Equipamentos para Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado de Minas Gerais - Em Manga - MG         |             |             |        |             |             |             | 300.000    |
|                        |                         | Equipamento adquirido (unidade) = 1                                                                                            | F           | 4           | 2      | 40          | 0           | 300         | 300.000    |
|                        |                         | TOTAL - GERAL                                                                                                                  |             |             |        |             |             |             | 86.000.000 |
|                        |                         | TOTAL - FISCAL                                                                                                                 |             |             |        |             |             |             | 86.000.000 |



ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades  
UNIDADE: 56101 Ministério das Cidades

ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                                                                                                                                   | E | F | P | D | E  | F | P   | D | E | F | P | D | VALOR       |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|---|----|---|-----|---|---|---|---|---|-------------|
| 0310                   | Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano                                                                                                                                                            |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 15.600.000  |
|                        | PROJETOS                                                                                                                                                                                                |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |             |
| 15451                  | 0310 1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano                                                                                                                                           |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 15.600.000  |
| 15451                  | 0310 1D73 0295 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Rio Negro - PR<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                  | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 500.000     |
| 15451                  | 0310 1D73 2034 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Desenvolvimento Urbano - Ipeumirim - CE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                  | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.000.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2036 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Maracajá - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                   | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 500.000     |
| 15451                  | 0310 1D73 2038 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Campina Grande do Sul - PR<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                      | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 500.000     |
| 15451                  | 0310 1D73 2040 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Fazenda Rio Grande - PR<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                         | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 500.000     |
| 15451                  | 0310 1D73 2042 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Realocação Viária na Vila Any - no Bairro de São Miguel Paulista - no Município de São Paulo - SP<br>Projeto apoiado (unidade) = 1 | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 2.000.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2044 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Capitão Enxinas - MG<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                            | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 600.000     |
| 15451                  | 0310 1D73 2046 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Cajari - MA<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                     | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.500.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2048 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Maringá - PR<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                    | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.000.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2050 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Sarandi - PR<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                    | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.000.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2052 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Porteirinha - MG<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.000.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2054 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Monte Azul - MG<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                 | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.000.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2056 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Construção de Ponte - em Morrinhos - CE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                           | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.500.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2058 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Desenvolvimento Urbano - Catarina - CE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                   | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.000.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 2060 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Nova Floresta - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                              | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.000.000   |
| 15451                  | 0310 1D73 4123 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras de Infra-estrutura Urbana - Cajazeiras - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                 | F | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 1.000.000   |
| 1138                   | Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial                                                                                                                                                 |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 238.689.909 |
|                        | PROJETOS                                                                                                                                                                                                |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |             |
| 17512                  | 1138 10SG Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais                                                                                                                |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 238.689.909 |
| 17512                  | 1138 10SG 0001 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Nacional<br>Família beneficiada (unidade) = 42827                                                       | S | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 61.661.725  |
| 17512                  | 1138 10SG 0002 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado do Espírito Santo<br>Família beneficiada (unidade) = 7890                                     | S | 4 | 2 |   | 30 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 31.406.234  |
| 17512                  | 1138 10SG 0035 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado de São Paulo<br>Família beneficiada (unidade) = 27075                                         | S | 4 | 2 |   | 30 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 14.726.019  |
|                        |                                                                                                                                                                                                         | S | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 3.449.853   |
|                        |                                                                                                                                                                                                         | S | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 13.278.166  |
|                        |                                                                                                                                                                                                         | S | 4 | 2 |   | 30 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 40.168.912  |
|                        |                                                                                                                                                                                                         | S | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 18.614.326  |
|                        |                                                                                                                                                                                                         | S | 4 | 2 |   | 40 | 0 | 300 |   |   |   |   |   | 49.573.886  |

ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades  
UNIDADE: 56101 Ministério das Cidades

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                                                                                                                                                         | Z | C | E | N  | I | F   | VALOR       |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|-------------|
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         | S | D | P | O  | D | T   |             |
| 17512                  | 1138 10SG 0042 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado de Santa Catarina<br>Família beneficiada (unidade) = 25122                                                                                                    | S | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 57.805.019  |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         | S | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 54.178.185  |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 3.626.834   |
| 17512                  | 1138 10SG 0126 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Caiapônia - GO<br>Família beneficiada (unidade) = 400                                          | S | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 1.000.000   |
| 17512                  | 1138 10SG 0128 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Caju - GO<br>Família beneficiada (unidade) = 400                                               | S | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 1.000.000   |
| 17512                  | 1138 10SG 0132 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No município de Laranjeira da Terra - ES<br>Família beneficiada (unidade) = 800                | S | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 2.000.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 2.000.000   |
| 17512                  | 1138 10SG 0134 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No município de Mataporã - MS<br>Família beneficiada (unidade) = 800                           | S | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 2.000.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 2.000.000   |
| 17512                  | 1138 10SG 0136 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No município de Japeri - RJ<br>Família beneficiada (unidade) = 800                             | S | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 2.000.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 2.000.000   |
| 17512                  | 1138 10SG 0138 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No município de Dias D'Ávila - BA<br>Família beneficiada (unidade) = 800                       | S | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 2.000.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 2.000.000   |
| 17512                  | 1138 10SG 0140 Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No município de Campina Grande - PB<br>Família beneficiada (unidade) = 600                     | S | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.500.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 1.500.000   |
| 9985                   | Mobilidade Urbana                                                                                                                                                                                                                                                       |   |   |   |    |   |     | 3.000.000   |
|                        | PROJETOS                                                                                                                                                                                                                                                                |   |   |   |    |   |     |             |
| 15451                  | 9985 10ST Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados                                                                                                                                                                                                    |   |   |   |    |   |     | 1.000.000   |
| 15451                  | 9985 10ST 0132 Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - Boa Vista - Estado de Roraima<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                                 | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 2.000.000   |
| 15451                  | 9985 10ST 0134 Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - Construção de Ciclovias nos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - Estado do Ceará<br>Projeto apoiado (unidade) = 1 | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 2.000.000   |
|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 2.000.000   |
|                        | TOTAL - GERAL                                                                                                                                                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     | 257.289.905 |
|                        | TOTAL - FISCAL                                                                                                                                                                                                                                                          |   |   |   |    |   |     | 18.600.000  |
|                        | TOTAL - SEGURIDADE                                                                                                                                                                                                                                                      |   |   |   |    |   |     | 238.689.905 |

ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades  
UNIDADE: 56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                                                                     | Z | C | E | N  | I | F   | VALOR      |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|------------|
|                        |                                                                                                                                                                                     | S | D | P | O  | D | T   |            |
| 1295                   | Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros                                                                                                       |   |   |   |    |   |     | 15.000.000 |
|                        | PROJETOS                                                                                                                                                                            |   |   |   |    |   |     |            |
| 15453                  | 1295 1238 Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte                                                                      |   |   |   |    |   |     | 15.000.000 |
| 15453                  | 1295 1238 0031 Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - No Estado de Minas Gerais<br>Projeto elaborado (unidade) = 55 | F | 4 | 2 | 50 | 0 | 300 | 15.000.000 |
|                        |                                                                                                                                                                                     |   |   |   |    |   |     | 15.000.000 |
|                        | TOTAL - GERAL                                                                                                                                                                       |   |   |   |    |   |     | 15.000.000 |
|                        | TOTAL - FISCAL                                                                                                                                                                      |   |   |   |    |   |     | 15.000.000 |

UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

**CRÉDITO ESPECIAL**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNÇIONAL PROGRAMÁTICA |                | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                                                                                            | J | A | G | D | P  | M | C   | O | D | F | T | E | VALOR      |
|------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|---|----|---|-----|---|---|---|---|---|------------|
| 1456                   |                | Vetor Logístico Amazônico                                                                                                                                        |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 24.000.000 |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                         |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |            |
| 26782                  | 1456 115J      | Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado da Rondônia                                                        |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 24.000.000 |
| 26782                  | 1456 115J 0011 | Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado da Rondônia - No Estado da Rondônia                                |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 24.000.000 |
|                        |                |                                                                                                                                                                  | P | 4 | 3 |   | 90 | 0 | 100 |   |   |   |   |   | 168.345    |
|                        |                |                                                                                                                                                                  | P | 4 | 3 |   | 90 | 0 | 111 |   |   |   |   |   | 23.831.655 |
| 1458                   |                | Vetor Logístico Leste                                                                                                                                            |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 16.000.000 |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                         |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |            |
| 26782                  | 1458 110U      | Adequação de Trechos Rodoviários - Trecho Entr-BR-101(S) km 15,5 - Divisa ES/MG km 195,9 - na BR-262 - No Estado do Espírito Santo                               |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 16.000.000 |
| 26782                  | 1458 110U 0032 | Adequação de Trechos Rodoviários - Trecho Entr-BR-101(S) km 15,5 - Divisa ES/MG km 195,9 - na BR-262 - No Estado do Espírito Santo - No Estado do Espírito Santo |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 16.000.000 |
|                        |                |                                                                                                                                                                  | P | 4 | 2 |   | 90 | 0 | 100 |   |   |   |   |   | 16.000.000 |
| 1459                   |                | Vetor Logístico Nordeste Setentrional                                                                                                                            |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 34.000.000 |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                         |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   |            |
| 26782                  | 1459 7441      | Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI Divisa PI/MA - na BR-235 - no Estado do Piauí [Meta: 54 Trecho pavimento/Km]                                      |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 34.000.000 |
| 26782                  | 1459 7441 0022 | Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI Divisa PI/MA - na BR-235 - no Estado do Piauí [Meta: 54 Trecho pavimento/Km] - No Estado do Piauí                 |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 34.000.000 |
|                        |                |                                                                                                                                                                  | P | 4 | 3 |   | 90 | 0 | 100 |   |   |   |   |   | 34.000.000 |
|                        |                | TOTAL - GERAL                                                                                                                                                    |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 74.000.000 |
|                        |                | TOTAL - FISCAL                                                                                                                                                   |   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |   | 74.000.000 |

UNIDADE: 20208 Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

**CRÉDITO ESPECIAL**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNÇIONAL PROGRAMÁTICA |                | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                                                                        | E<br>X<br>E<br>C<br>U<br>T<br>I<br>V<br>O | P<br>R<br>P<br>O<br>S<br>I<br>T<br>O | I<br>N<br>D<br>I<br>C<br>E | V<br>L<br>O<br>R |
|------------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|------------------|
| 1461                   |                | <b>Vector Logístico Centro-Sudeste</b>                                                                                                       |                                           |                                      |                            | <b>4.000.000</b> |
|                        |                | <b>PROJETOS</b>                                                                                                                              |                                           |                                      |                            |                  |
| 26784                  | 1461 123T      | Estudos e Projetos da Infraestrutura de Acesso Terrestres do Porto de Santos (SP)                                                            |                                           |                                      |                            | 4.000.000        |
| 26784                  | 1461 133T 0035 | Estudos e Projetos da Infraestrutura de Acesso Terrestres do Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo<br>Estado realizado (unidade) = 1 | X                                         | 4                                    | 2                          | 90               |
|                        |                | TOTAL - INVESTIMENTOS DE ESTAGIAIS                                                                                                           |                                           |                                      |                            | 4.000.000        |
|                        |                | TOTAL - GERAL                                                                                                                                |                                           |                                      |                            | 4.000.000        |

UNIDADE: 20212 Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

**CRÉDITO ESPECIAL**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA                        |                | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                   | E | E | E | E  | E | E   | VALOR      |
|--------------------------------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|------------|
|                                            |                |                                                                                         | F | D | F | D  | D | D   |            |
| 1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional |                |                                                                                         |   |   |   |    |   |     | 90.000.000 |
|                                            |                | PROJETOS                                                                                |   |   |   |    |   |     |            |
| 26784                                      | 1459 122V      | Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (2R)                                    |   |   |   |    |   |     | 90.000.000 |
| 26784                                      | 1459 122V 8824 | Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (2R) - No Estado do Rio Grande do Norte |   |   |   |    |   |     | 90.000.000 |
|                                            |                | Obra executada (% de execução física) = 60                                              | I | 4 | 2 | 90 | 0 | 495 | 90.000.000 |
| TOTAL                                      |                | - INVESTIMENTOS DE ESTATAIS                                                             |   |   |   |    |   |     | 90.000.000 |
| TOTAL                                      |                | - GERAL                                                                                 |   |   |   |    |   |     | 90.000.000 |

## CONCLUSÃO

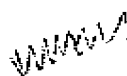
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2009, **APROVOU**, por unanimidade, a **Contestação n.º 02/2009-CMO**, apresentada pelo Deputado Zé Gerardo, com apoio dos Deputados Darcísio Perondi, Márcio Reinaldo Moreira, Leandro Vilela e Geraldo Resende, com o objetivo de reverter a condição de **INADMISSIBILIDADE** da **emenda n.º 223**, de autoria da Deputada Marinha Raupp, apresentada ao **Projeto de Lei n.º 13/2009-CN**. O Presidente **DEFERIU**, liminarmente, a Contestação, nos termos do art. 148, § 4º da Resolução n.º 1 de 2006-CN, alterada pela Resolução n.º 3/2008-CN, tendo em vista que a mesma atendia as exigências regimentais.

Compareceram os Senhores Senadores Almeida Lima, Presidente, Jayme Campos, Segundo Vice-Presidente, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Efraim Moraes, Francisco Dornelles, João Ribeiro, João Vicente Claudino, José Nery, Leomar Quintanilha, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá e Sérgio Zambiasi; e os Senhores Deputados Bruno Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente, João Dado, Terceiro Vice-Presidente, Antônio Andrade, Assis do Couto, Carlos Melles, Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Dr. Nechar, Duarte Nogueira, Edson Aparecido, Eduardo Valverde, Eudes Xavier, Eunício Oliveira, Francisco Rodrigues, Geraldo Resende, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Aírton Cirilo, José Chaves, José Fernando Aparecido de Oliveira, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Magela, Marcelo Teixeira, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa, Narcio Rodrigues, Nelson Meurer, Osmar Júnior, Otavio Leite, Paulo Rubem Santiago, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Ratinho Junior, Ricardo Barros, Rodrigo de Castro, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Valtênir Pereira, Vital do Rêgo Filho, Vitor Penido, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 14 de julho de 2009.



Senador **ALMEIDA LIMA**  
Presidente



Deputado **PEDRO NOVAIS**  
Relator

## CONCLUSÃO

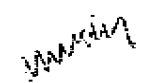
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2009, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Deputado PEDRO NOVAIS, favorável ao **Projeto de Lei nº 13/2009-CN**, nos termos do Substitutivo apresentado, que consolida as alterações decorrentes da **APROVAÇÃO PARCIAL** da **emenda nº 223** (proveniente da aprovação da Contestação nº 2/2009-CMO), de autoria da Deputada Marinha Raupp, no valor de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais), a ser atendida com recursos provenientes do cancelamento parcial da dotação do subtítulo com funcional-programática 26.782.1462.7L04.0043, constante do Anexo I do Projeto de Lei, e indicado como cancelamento compensatório pela própria emenda, e da **APROVAÇÃO PARCIAL**, por unanimidade, do **Destaque nº 18**, de autoria do Deputado Nárcio Rodrigues, à **Emenda nº 191**, de autoria do Deputado Vitor Penido, no valor de **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), proveniente do cancelamento parcial da dotação do subtítulo com funcional-programática 26.782.1461.7N94.0001, constante do Anexo I do Projeto de Lei. Ao Projeto foram apresentadas 323 (trezentos e vinte e três) emendas, **APROVADAS** as de nºs 21, 29, 30, 33, 35, 43, 50, 84, 86, 87, 89, 137, 138, 149, 150, 166, 197, 198 e 232; **APROVADAS PARCIALMENTE** as de nºs 4, 20, 53, 56, 88, 94, 112, 161, 163, 177, 187, 191, 207, 214, 221, 223, 242, 244, 287, 311, 314 e 323; **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs 1, 2, 3, 5, 6, 16, 18, 24, 27, 40, 41, 42, 63, 83, 91, 92, 95, 96, 117 a 124, 126 a 130, 139, 152, 158, 159, 160, 165, 170, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 193, 194, 196, 203, 204, 218, 222, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 243, 250, 257, 258, 284, 295, 312 e 313; e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Senadores Almeida Lima, Presidente, Jayme Campos, Segundo Vice-Presidente, Augusto Botelho, Cicero Lucena, Efraim Moraes, Francisco Dornelles, João Ribeiro, João Vicente Claudino, José Nery, Leomar Quintanilha, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá e Sérgio Zambiasi; e os Senhores Deputados Bruno Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente, João Dado, Terceiro Vice-Presidente, Antônio Andrade, Assis do Couto, Carlos Melles, Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Dr. Nechar, Duarte Nogueira, Edson Aparecido, Eduardo Valverde, Eudes Xavier, Eunício Oliveira, Francisco Rodrigues, Geraldo Resende, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Airton Cirilo, José Chaves, José Fernando Aparecido de Oliveira, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Magela, Marcelo Teixeira, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa, Narcio Rodrigues, Nelson Meurer, Osmar Júnior, Otávio Leite, Paulo Rubem Santiago, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Ratinho Junior, Ricardo Barros, Rodrigo de Castro, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Valtênir Pereira, Vital do Rêgo Filho, Vitor Penido, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 14 de julho de 2009.



Senador **ALMEIDA LIMA**  
Presidente



Deputado **PEDRO NOVAIS**  
Relator



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Em discussão o substitutivo. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados o substitutivo, que tem preferência regimental, nos temos do parecer.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 13, DE 2009-CN**

**Abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R\$ 886.314.909,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.**

#### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União (Lei n.º 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R\$ 886.314.909,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e nove reais), para atender à programação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários, no valor de R\$ 718.314.909,00 (setecentos e dezoito milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e nove reais);

II – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

III – repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$ 94.000.000,00 (noventa e quatro milhões de reais).

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo IV desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 20000 Presidência da República  
UNIDADE: 20128 Secretaria Especial de Portos

ANEXO I

**CRÉDITO ESPECIAL**

### PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNÇÃO PROGRAMÁTICA |                | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                                                                                                                                           | E | F | O | E  | P | O   | S | I | T | S | VALOR       |
|---------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|---|---|---|-------------|
| 0909                |                | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais                                                                                                                                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 94.000.000  |
|                     |                | OPERAÇÕES ESPECIAIS                                                                                                                                                                                             |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |             |
| 26784               | 0909 00CT      | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - no Estado do Rio Grande do Norte                                             |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 90.000.000  |
| 26784               | 0909 00CT 0101 | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - no Estado do Rio Grande do Norte - No Município de Areia Branca              |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 90.000.000  |
|                     |                |                                                                                                                                                                                                                 | F | 5 | 2 | 98 | 0 | 300 |   |   |   |   | 90.000.000  |
| 26784               | 0909 00CU      | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Estudos e Projetos de Infraestrutura de Acesso Terrestres do Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo                          |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 4.000.000   |
| 26784               | 0909 00CU 0101 | Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Estudos e Projetos de Infraestrutura de Acesso Terrestres do Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo - No Município de Santos |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 4.000.000   |
|                     |                |                                                                                                                                                                                                                 | F | 5 | 2 | 99 | 0 | 300 |   |   |   |   | 4.000.000   |
| 1457                |                | Vetor Logístico Centro-Norte                                                                                                                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 70.000.000  |
|                     |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |             |
| 26784               | 1457 122Y      | Aquisição e Montagem de Equipamentos do Terminal de Grãos no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão                                                                                                       |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 30.000.000  |
| 26784               | 1457 122Y 0101 | Aquisição e Montagem de Equipamentos do Terminal de Grãos no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão - No Município de São Luís                                                                            |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 30.000.000  |
|                     |                | Obra executada (% de execução física) = 60                                                                                                                                                                      | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   | 30.000.000  |
| 26784               | 1457 122Z      | Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 40.000.000  |
| 26784               | 1457 122Z 0101 | Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui (MA) - no Estado do Maranhão - No Município de São Luís                                                                                                              |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 40.000.000  |
|                     |                | Obra executada (% de execução física) = 50                                                                                                                                                                      | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   | 40.000.000  |
| 1459                |                | Vetor Logístico Nordeste Setentrional                                                                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 56.000.000  |
|                     |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |             |
| 26784               | 1459 122W      | Execução das Obras Cíveis de Proteção dos Cabeços Norte e Sul das Arrecifes no Acesso ao Porto Interno de Suape (PE) - no Estado de Pernambuco.                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 56.000.000  |
| 26784               | 1459 122W 0101 | Execução das Obras Cíveis de Proteção dos Cabeços Norte e Sul das Arrecifes no Acesso ao Porto Interno de Suape (PE) - no Estado de Pernambuco. - No Município de Ipojuca                                       |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 56.000.000  |
|                     |                | Obra executada (% de execução física) = 40                                                                                                                                                                      | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   | 56.000.000  |
| 1460                |                | Vetor Logístico Nordeste Meridional                                                                                                                                                                             |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 1.500.000   |
|                     |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |             |
| 26784               | 1460 789Z      | Construção do Porto Sul - no Município de Ilhéus - no Estado da Bahia                                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 1.500.000   |
| 26784               | 1460 789Z 0029 | Construção do Porto Sul - no Município de Ilhéus - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia                                                                                                                      |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 1.500.000   |
|                     |                | Obra executada (% de execução física) = 1                                                                                                                                                                       | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   | 1.500.000   |
| 1470                |                | Gestão da Política Portuária                                                                                                                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 14.500.000  |
|                     |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   |             |
| 26121               | 1470 122X      | Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional                                                                                                                                            |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 14.500.000  |
| 26121               | 1470 122X 0001 | Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional - Nacional                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 14.500.000  |
|                     |                | Sistema implantado (% de execução física) = 66                                                                                                                                                                  | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 |   |   |   |   | 14.500.000  |
|                     |                | TOTAL - GERAL                                                                                                                                                                                                   |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 235.000.000 |
|                     |                | TOTAL - FISCAL                                                                                                                                                                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   |   |   | 235.000.000 |

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes  
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |                | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                                                                                           | 1 | 2 | 3 | 4 | 5  | 6 | 7   | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28         | 29         | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 | 126 | 127 | 128 | 129 | 130 | 131 | 132 | 133 | 134 | 135 | 136 | 137 | 138 | 139 | 140 | 141 | 142 | 143 | 144 | 145 | 146 | 147 | 148 | 149 | 150 | 151 | 152 | 153 | 154 | 155 | 156 | 157 | 158 | 159 | 160 | 161 | 162 | 163 | 164 | 165 | 166 | 167 | 168 | 169 | 170 | 171 | 172 | 173 | 174 | 175 | 176 | 177 | 178 | 179 | 180 | 181 | 182 | 183 | 184 | 185 | 186 | 187 | 188 | 189 | 190 | 191 | 192 | 193 | 194 | 195 | 196 | 197 | 198 | 199 | 200 | 201 | 202 | 203 | 204 | 205 | 206 | 207 | 208 | 209 | 210 | 211 | 212 | 213 | 214 | 215 | 216 | 217 | 218 | 219 | 220 | 221 | 222 | 223 | 224 | 225 | 226 | 227 | 228 | 229 | 230 | 231 | 232 | 233 | 234 | 235 | 236 | 237 | 238 | 239 | 240 | 241 | 242 | 243 | 244 | 245 | 246 | 247 | 248 | 249 | 250 | 251 | 252 | 253 | 254 | 255 | 256 | 257 | 258 | 259 | 260 | 261 | 262 | 263 | 264 | 265 | 266 | 267 | 268 | 269 | 270 | 271 | 272 | 273 | 274 | 275 | 276 | 277 | 278 | 279 | 280 | 281 | 282 | 283 | 284 | 285 | 286 | 287 | 288 | 289 | 290 | 291 | 292 | 293 | 294 | 295 | 296 | 297 | 298 | 299 | 300 | 301 | 302 | 303 | 304 | 305 | 306 | 307 | 308 | 309 | 310 | 311 | 312 | 313 | 314 | 315 | 316 | 317 | 318 | 319 | 320 | 321 | 322 | 323 | 324 | 325 | 326 | 327 | 328 | 329 | 330 | 331 | 332 | 333 | 334 | 335 | 336 | 337 | 338 | 339 | 340 | 341 | 342 | 343 | 344 | 345 | 346 | 347 | 348 | 349 | 350 | 351 | 352 | 353 | 354 | 355 | 356 | 357 | 358 | 359 | 360 | 361 | 362 | 363 | 364 | 365 | 366 | 367 | 368 | 369 | 370 | 371 | 372 | 373 | 374 | 375 | 376 | 377 | 378 | 379 | 380 | 381 | 382 | 383 | 384 | 385 | 386 | 387 | 388 | 389 | 390 | 391 | 392 | 393 | 394 | 395 | 396 | 397 | 398 | 399 | 400 | 401 | 402 | 403 | 404 | 405 | 406 | 407 | 408 | 409 | 410 | 411 | 412 | 413 | 414 | 415 | 416 | 417 | 418 | 419 | 420 | 421 | 422 | 423 | 424 | 425 | 426 | 427 | 428 | 429 | 430 | 431 | 432 | 433 | 434 | 435 | 436 | 437 | 438 | 439 | 440 | 441 | 442 | 443 | 444 | 445 | 446 | 447 | 448 | 449 | 450 | 451 | 452 | 453 | 454 | 455 | 456 | 457 | 458 | 459 | 460 | 461 | 462 | 463 | 464 | 465 | 466 | 467 | 468 | 469 | 470 | 471 | 472 | 473 | 474 | 475 | 476 | 477 | 478 | 479 | 480 | 481 | 482 | 483 | 484 | 485 | 486 | 487 | 488 | 489 | 490 | 491 | 492 | 493 | 494 | 495 | 496 | 497 | 498 | 499 | 500 | 501 | 502 | 503 | 504 | 505 | 506 | 507 | 508 | 509 | 510 | 511 | 512 | 513 | 514 | 515 | 516 | 517 | 518 | 519 | 520 | 521 | 522 | 523 | 524 | 525 | 526 | 527 | 528 | 529 | 530 | 531 | 532 | 533 | 534 | 535 | 536 | 537 | 538 | 539 | 540 | 541 | 542 | 543 | 544 | 545 | 546 | 547 | 548 | 549 | 550 | 551 | 552 | 553 | 554 | 555 | 556 | 557 | 558 | 559 | 560 | 561 | 562 | 563 | 564 | 565 | 566 | 567 | 568 | 569 | 570 | 571 | 572 | 573 | 574 | 575 | 576 | 577 | 578 | 579 | 580 | 581 | 582 | 583 | 584 | 585 | 586 | 587 | 588 | 589 | 590 | 591 | 592 | 593 | 594 | 595 | 596 | 597 | 598 | 599 | 600 | 601 | 602 | 603 | 604 | 605 | 606 | 607 | 608 | 609 | 610 | 611 | 612 | 613 | 614 | 615 | 616 | 617 | 618 | 619 | 620 | 621 | 622 | 623 | 624 | 625 | 626 | 627 | 628 | 629 | 630 | 631 | 632 | 633 | 634 | 635 | 636 | 637 | 638 | 639 | 640 | 641 | 642 | 643 | 644 | 645 | 646 | 647 | 648 | 649 | 650 | 651 | 652 | 653 | 654 | 655 | 656 | 657 | 658 | 659 | 660 | 661 | 662 | 663 | 664 | 665 | 666 | 667 | 668 | 669 | 670 | 671 | 672 | 673 | 674 | 675 | 676 | 677 | 678 | 679 | 680 | 681 | 682 | 683 | 684 | 685 | 686 | 687 | 688 | 689 | 690 | 691 | 692 | 693 | 694 | 695 | 696 | 697 | 698 | 699 | 700 | 701 | 702 | 703 | 704 | 705 | 706 | 707 | 708 | 709 | 710 | 711 | 712 | 713 | 714 | 715 | 716 | 717 | 718 | 719 | 720 | 721 | 722 | 723 | 724 | 725 | 726 | 727 | 728 | 729 | 730 | 731 | 732 | 733 | 734 | 735 | 736 | 737 | 738 | 739 | 740 | 741 | 742 | 743 | 744 | 745 | 746 | 747 | 748 | 749 | 750 | 751 | 752 | 753 | 754 | 755 | 756 | 757 | 758 | 759 | 760 | 761 | 762 | 763 | 764 | 765 | 766 | 767 | 768 | 769 | 770 | 771 | 772 | 773 | 774 | 775 | 776 | 777 | 778 | 779 | 780 | 781 | 782 | 783 | 784 | 785 | 786 | 787 | 788 | 789 | 790 | 791 | 792 | 793 | 794 | 795 | 796 | 797 | 798 | 799 | 800 | 801 | 802 | 803 | 804 | 805 | 806 | 807 | 808 | 809 | 810 | 811 | 812 | 813 | 814 | 815 | 816 | 817 | 818 | 819 | 820 | 821 | 822 | 823 | 824 | 825 | 826 | 827 | 828 | 829 | 830 | 831 | 832 | 833 | 834 | 835 | 836 | 837 | 838 | 839 | 840 | 841 | 842 | 843 | 844 | 845 | 846 | 847 | 848 | 849 | 850 | 851 | 852 | 853 | 854 | 855 | 856 | 857 | 858 | 859 | 860 | 861 | 862 | 863 | 864 | 865 | 866 | 867 | 868 | 869 | 870 | 871 | 872 | 873 | 874 | 875 | 876 | 877 | 878 | 879 | 880 | 881 | 882 | 883 | 884 | 885 | 886 | 887 | 888 | 889 | 890 | 891 | 892 | 893 | 894 | 895 | 896 | 897 | 898 | 899 | 900 | 901 | 902 | 903 | 904 | 905 | 906 | 907 | 908 | 909 | 910 | 911 | 912 | 913 | 914 | 915 | 916 | 917 | 918 | 919 | 920 | 921 | 922 | 923 | 924 | 925 | 926 | 927 | 928 | 929 | 930 | 931 | 932 | 933 | 934 | 935 | 936 | 937 | 938 | 939 | 940 | 941 | 942 | 943 | 944 | 945 | 946 | 947 | 948 | 949 | 950 | 951 | 952 | 953 | 954 | 955 | 956 | 957 | 958 | 959 | 960 | 961 | 962 | 963 | 964 | 965 | 966 | 967 | 968 | 969 | 970 | 971 | 972 | 973 | 974 | 975 | 976 | 977 | 978 | 979 | 980 | 981 | 982 | 983 | 984 | 985 | 986 | 987 | 988 | 989 | 990 | 991 | 992 | 993 | 994 | 995 | 996 | 997 | 998 | 999 | 1000 |
|------------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|---|----|---|-----|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|------------|------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| 1456                   |                | Vetor Logístico Amazônico                                                                                                                                                                                 |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 35.525.000 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                  |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26784                  | 1456 123M      | Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - no Estado do Pará                                                                                                                      |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 13.025.000 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26784                  | 1456 123M 0015 | Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - no Estado do Pará - No Estado do Pará<br>Obra executada (% de execução física) = 10                                                    |   | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 13.025.000 |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1456 7184      | Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na RR-319 - no Estado de Rondônia                                                                                                 |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 21.000.000 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1456 7184 0056 | Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na RR-319 - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia<br>Obra executada (% de execução física) = 10                           |   | F | 4 | 3 | 30 | 0 | 300 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 21.000.000 |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|                        |                |                                                                                                                                                                                                           |   | F | 4 | 3 | 30 | 0 | 180 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 13.148.345 |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26784                  | 1456 7893      | Construção de Terminal Fluvial - no Município de Guajará-Mirim - no Estado de Rondônia                                                                                                                    |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 1.000.000  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26784                  | 1456 7893 0011 | Construção de Terminal Fluvial - no Município de Guajará-Mirim - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia<br>Obra executada (% de execução física) = 10                                              |   | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1.000.000  |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1456 7899      | Adequação de Trecho Rodoviário - na RR 364 - no Município de Pimenta Bueno - no Estado de Rondônia                                                                                                        |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 500.000    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1456 7899 0011 | Adequação de Trecho Rodoviário - na RR 364 - no Município de Pimenta Bueno - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia                                                                                |   | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 500.000    |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 1458                   |                | Vetor Logístico Leste                                                                                                                                                                                     |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 25.500.000 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|                        |                | ATIVIDADES                                                                                                                                                                                                |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 2075      | Manutenção de Trechos Rodoviários - na RR-393 - no Estado do Rio de Janeiro                                                                                                                               |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 500.000    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 2075 0033 | Manutenção de Trechos Rodoviários - na RR-393 - no Estado do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro<br>Trecho mantido (km) = 5                                                                      |   | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 500.000    |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                  |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 112C      | Adequação de Travessia Urbana - no Município de Uberaba - na RR-262 - no Estado de Minas Gerais                                                                                                           |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 5.000.000  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 112C 0031 | Adequação de Travessia Urbana - no Município de Uberaba - na RR-262 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais<br>Trecho Adequado (km) = 4                                                   |   | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 5.000.000  |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 7808      | Construção de Acesso Rodoviário - Entroncamento com MG-030 - Entroncamento com RR-840 (Belo Horizonte) - na RR-356 - no Estado de Minas Gerais                                                            |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 3.000.000  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 7808 0031 | Construção de Acesso Rodoviário - Entroncamento com MG-030 - Entroncamento com RR-840 (Belo Horizonte) - na RR-356 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais<br>Trecho pavimentado (km) = 1 |   | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 3.000.000  |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 7871      | Adequação de Trechos Rodoviários - Trecho Entr-RR-101(B) km 15,5 - Divisa ES/MG km 195,9 - na RR-262 - No Estado do Espírito Santo                                                                        |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 14.000.000 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 7871 0032 | Adequação de Trechos Rodoviários - Trecho Entr-RR-101(B) km 15,5 - Divisa ES/MG km 195,9 - na RR-262 - No Estado do Espírito Santo - No Estado do Espírito Santo<br>Trecho adequado (km) = 8              |   | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 14.000.000 |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 7897      | Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Cataguases - na RR-120 - no Estado de Minas Gerais                                                                                                      |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 3.000.000  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1458 7897 0031 | Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Cataguases - na RR-120 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais<br>Trecho pavimentado (km) = 2                                           |   | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 180 |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 3.000.000  |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 1459                   |                | Vetor Logístico Nordeste Setentrional                                                                                                                                                                     |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            | 37.000.000 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                                  |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
| 26782                  | 1459 123L      | Construção de Trecho Rodoviário - Jerumenha - Bartolândia - Eliasui Martins - na RR 135 - no Estado do Piauí                                                                                              |   |   |   |   |    |   |     |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |            |            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |      |

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |                | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                                                                                                  |   |   |   |    |   |     |   | VALOR      |
|------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|------------|
|                        |                |                                                                                                                                                                        | P | F | D | R  | O | D   | I | T          |
| 26782                  | 1459 7898      | Adequação do Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/CE - na BR-230 - no Estado da Paraíba                                                                      |   |   |   |    |   |     |   | 4.000.000  |
| 26782                  | 1459 7898 0025 | Adequação do Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/CE - na BR-230 - no Estado da Paraíba                                                                      |   |   |   |    |   |     |   | 4.000.000  |
|                        |                | Trecho adequado (km) = 1                                                                                                                                               | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 |   | 4.000.000  |
| 1450                   |                | Vetor Logístico Nordeste Meridional                                                                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   | 500.000    |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                               |   |   |   |    |   |     |   |            |
| 26782                  | 1460 7895      | Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-428(A) (São Roque do Paraaguan) - Entroncamento BR-116/BA-120(B) (P/ Paraaguan) - na BR-242 - no Estado da Bahia    |   |   |   |    |   |     |   | 500.000    |
| 26782                  | 1460 7895 0029 | Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-428(A) (São Roque do Paraaguan) - Entroncamento BR-116/BA-120(B) (P/ Paraaguan) - na BR-242 - no Estado da Bahia    |   |   |   |    |   |     |   | 500.000    |
|                        |                | Trecho pavimentado (km) = 1                                                                                                                                            | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 500.000    |
| 1451                   |                | Vetor Logístico Centro-Sudeste                                                                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   | 65.500.000 |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                               |   |   |   |    |   |     |   |            |
| 26782                  | 1461 11VC      | Adequação do Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste) - na BR-116 - no Estado do Paraná                                                                     |   |   |   |    |   |     |   | 23.000.000 |
| 26782                  | 1461 11VC 0041 | Adequação do Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste) - na BR-116 - no Estado do Paraná - no Estado do Paraná                                               |   |   |   |    |   |     |   | 23.000.000 |
|                        |                | Trecho adequado (km) = 2                                                                                                                                               | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 111 |   | 20.831.655 |
|                        |                |                                                                                                                                                                        | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 2.168.345  |
| 26782                  | 1461 112M      | Adequação de Travessia Urbana - no Município de Dourados - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso do Sul                                                                 |   |   |   |    |   |     |   | 5.000.000  |
| 26782                  | 1461 112M 0054 | Adequação de Travessia Urbana - no Município de Dourados - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso do Sul - no Estado do Mato Grosso do Sul                               |   |   |   |    |   |     |   | 5.000.000  |
|                        |                | Trecho adequado (km) = 3                                                                                                                                               | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 5.000.000  |
| 26782                  | 1461 112R      | Construção de Anel Rodoviário - no Município de Corumbá - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul                                                                  |   |   |   |    |   |     |   | 4.500.000  |
| 26782                  | 1461 112R 0054 | Construção de Anel Rodoviário - no Município de Corumbá - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul - no Estado do Mato Grosso do Sul                                |   |   |   |    |   |     |   | 4.500.000  |
|                        |                | Trecho construído (km) = 10                                                                                                                                            | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 4.500.000  |
| 26782                  | 1461 123S      | Construção de Anel Rodoviário - Município de Campo Grande - na BR-060/163/262 - no Estado do Mato Grosso do Sul                                                        |   |   |   |    |   |     |   | 5.000.000  |
| 26782                  | 1461 123S 0054 | Construção de Anel Rodoviário - Município de Campo Grande - na BR-060/163/262 - no Estado do Mato Grosso do Sul - no Estado do Mato Grosso do Sul                      |   |   |   |    |   |     |   | 5.000.000  |
|                        |                | Trecho construído (km) = 5                                                                                                                                             | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 5.000.000  |
| 26782                  | 1461 7140      | Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás                                                                                      |   |   |   |    |   |     |   | 3.000.000  |
| 26782                  | 1461 7140 0052 | Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás - no Estado de Goiás                                                                 |   |   |   |    |   |     |   | 3.000.000  |
|                        |                | Trecho adequado (km) = 1                                                                                                                                               | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 111 |   | 3.000.000  |
| 26782                  | 1461 7894      | Construção de Ponte - sobre o Rio Paraná (entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS) - na BR-158 - Nacional                                                                  |   |   |   |    |   |     |   | 25.000.000 |
| 26782                  | 1461 7894 0001 | Construção de Ponte - sobre o Rio Paraná (entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS) - na BR-158 - Nacional - Nacional                                                       |   |   |   |    |   |     |   | 25.000.000 |
|                        |                | Obra executada (% de execução física) = 3                                                                                                                              | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 25.000.000 |
| 1462                   |                | Vetor Logístico Sul                                                                                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   | 25.500.000 |
|                        |                | ATIVIDADES                                                                                                                                                             |   |   |   |    |   |     |   |            |
| 26782                  | 1462 20CP      | Manutenção de trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Rio Grande do Sul                                                                                         |   |   |   |    |   |     |   | 1.000.000  |
| 26782                  | 1462 20CP 0043 | Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Rio Grande do Sul - no Estado do Rio Grande do Sul                                                        |   |   |   |    |   |     |   | 1.000.000  |
|                        |                | Trecho mantido (km) = 27                                                                                                                                               | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 1.000.000  |
|                        |                | PROJETOS                                                                                                                                                               |   |   |   |    |   |     |   |            |
| 26782                  | 1462 123U      | Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-116 (p/Guaíba) - Entr. BR-471 (Pântano Grande) - na BR-298 - no Estado do Rio Grande do Sul                                  |   |   |   |    |   |     |   | 10.000.000 |
| 26782                  | 1462 123U 0043 | Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-116 (p/Guaíba) - Entr. BR-471 (Pântano Grande) - na BR-298 - no Estado do Rio Grande do Sul - no Estado do Rio Grande do Sul |   |   |   |    |   |     |   | 10.000.000 |
|                        |                | Trecho adequado (km) = 2                                                                                                                                               | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 10.000.000 |
| 26782                  | 1462 7104      | Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul                                                                   |   |   |   |    |   |     |   | 14.500.000 |
| 26782                  | 1462 7104 0043 | Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul - no Estado do Rio Grande do Sul                                  |   |   |   |    |   |     |   | 14.500.000 |
|                        |                | Trecho adequado (km) = 3                                                                                                                                               | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 |   | 14.500.000 |

ÓRGÃO: 39006 Ministério dos Transportes  
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

**CRÉDITO ESPECIAL**

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

[illegible]

ÓRGÃO: 53000 Ministério da Integração Nacional  
UNIDADE: 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

**CRÉDITO ESPECIAL**

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNÇIONAL PROGRAMÁTICA |                                                                  | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                             | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------------------------|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------|------------|----------------|-------------|
| 0379                   | Desenvolvimento da Agricultura Irrigada                          |                                                                                                                             |               |         |            |                | 8.000.000   |
| PROJETOS               |                                                                  |                                                                                                                             |               |         |            |                |             |
| 0379                   | 5322                                                             | Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba - 3ª Etapa - com 12.000ha no Estado de Minas Gerais                             |               |         |            |                | 8.000.000   |
| 0379                   | 5322 0032                                                        | Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba - 3ª Etapa - com 12.000ha no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais |               |         |            |                | 8.000.000   |
|                        |                                                                  | Projeto executado (% de execução física) = 42                                                                               | F             | 4       | 2          | 90             | 0 300       |
| 1025                   | Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESPO |                                                                                                                             |               |         |            |                | 500.000     |
| PROJETOS               |                                                                  |                                                                                                                             |               |         |            |                |             |
| 1025                   | 7656                                                             | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado                                                             |               |         |            |                | 500.000     |
| 1025                   | 7656 0100                                                        | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Brasília do Minas - MG                                    |               |         |            |                | 500.000     |
|                        |                                                                  | Projeto apoiado (unidade) = 1                                                                                               | F             | 4       | 2          | 40             | 0 300       |
| TOTAL - GERAL          |                                                                  |                                                                                                                             |               |         |            |                | 8.500.000   |
| TOTAL - FISCAL         |                                                                  |                                                                                                                             |               |         |            |                | 8.500.000   |

**ÓRGÃO:** 53000 Ministério da Integração Nacional  
**UNIDADE:** 53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

**CRÉDITO ESPECIAL**

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

[illegible]



ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades  
UNIDADE: 56101 Ministério das Cidades

ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA                                          |                | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                                                                           | E<br>S<br>T<br>A<br>D<br>O |   |   |    |   |     | VALOR       |
|--------------------------------------------------------------|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---|---|----|---|-----|-------------|
| 0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano            |                |                                                                                                                                                                                           |                            |   |   |    |   |     | 15.600.000  |
|                                                              |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                  |                            |   |   |    |   |     |             |
| 15 451                                                       | 0310 1073      | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano                                                                                                                                       |                            |   |   |    |   |     | 15.600.000  |
| 15 451                                                       | 0310 1073 0296 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Rio Negro - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                   | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 500.000     |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2034 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Desenvolvimento Urbano - Ipamirim - CE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                    | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2036 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Maracalaí - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                   | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 500.000     |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2038 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Campina Grande do Sul - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                       | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 500.000     |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2040 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Fazenda Rio Grande - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                          | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 500.000     |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2042 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Readequação Viária na Vila Amy - no Bairro de São Miguel Paulista - no Município de São Paulo - SP<br>Projeto apoiado (unidade) = 1 | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 2.000.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2044 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Capitão Enock - MG<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                               | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 600.000     |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2046 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Cajari - MA<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                      | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.500.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2048 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Maringá - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                     | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2050 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Sarandi - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                     | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2052 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Portelândia - MG<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                 | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2054 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Monte Azul - MG<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                  | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2056 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Construção de Ponte - em Morricóns - CE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                            | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.500.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2058 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Desenvolvimento Urbano - Catarina - CE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                    | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 2060 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana - Nova Floresta - PE<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                               | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
| 15 451                                                       | 0310 1073 4123 | Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras de Infra-estrutura Urbana - Cajazeiras - PB<br>Projeto apoiado (unidade) = 1                                                  | F                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 1.000.000   |
| 1138 Drenagem Urbana e Controle da Erosão Marítima e Fluvial |                |                                                                                                                                                                                           |                            |   |   |    |   |     | 238.689.909 |
|                                                              |                | PROJETOS                                                                                                                                                                                  |                            |   |   |    |   |     |             |
| 17 512                                                       | 1138 1056      | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais                                                                                                            |                            |   |   |    |   |     | 238.689.909 |
| 17 512                                                       | 1138 1056 0001 | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - Nacional<br>Família beneficiada (unidade) = 42027                                                        | E                          | 4 | 2 | 40 | 0 | 300 | 61.051.725  |
| 17 512                                                       | 1138 1056 0032 | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado do Espírito Santo<br>Família beneficiada (unidade) = 7890                                      | E                          | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 31.406.234  |
| 17 512                                                       | 1138 1056 0035 | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado de São Paulo<br>Família beneficiada (unidade) = 27075                                          | E                          | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 16.728.019  |
| 17 512                                                       | 1138 1056 0035 | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado de São Paulo<br>Família beneficiada (unidade) = 27075                                          | E                          | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 3.449.453   |
| 17 512                                                       | 1138 1056 0035 | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado de São Paulo<br>Família beneficiada (unidade) = 27075                                          | E                          | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 13.278.166  |
| 17 512                                                       | 1138 1056 0035 | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado de São Paulo<br>Família beneficiada (unidade) = 27075                                          | E                          | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 60.182.912  |
| 17 512                                                       | 1138 1056 0035 | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado de São Paulo<br>Família beneficiada (unidade) = 27075                                          | E                          | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 10.614.326  |
| 17 512                                                       | 1138 1056 0035 | Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais - No Estado de São Paulo<br>Família beneficiada (unidade) = 27075                                          | E                          | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 49.573.886  |

**ÓRGÃO:** 56000 Ministério das Cidades  
**UNIDADE:** 56101 Ministério das Cidades

## CRÉDITO ESPECIAL

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

[illegible]

**ÓRGÃO:** 56000 Ministério das Cidades  
**UNIDADE:** 56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

**CRÉDITO ESPECIAL**

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCAOAL PROGRAMATICA |                | PROGRAMAÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO                                                                                                                                    |  | F | G | N | P | M | O | C | Z | V | T | R | VALOR      |
|-----------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------|
| 1295                  |                | Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano do Passageiros                                                                                        |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 15.000.000 |
|                       |                | PROJETOS                                                                                                                                                             |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |            |
| 15453                 | 1295 123N      | Elaboração dos Projetos da Engenharia das Linhas 2 e 3 do sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte                                                                 |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 15.000.000 |
| 15453                 | 1295 123N 003I | Elaboração dos Projetos da Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - No Estado de Minas Gerais<br>Projeto elaborado (unidade) = 59 |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 15.000.000 |
|                       |                |                                                                                                                                                                      |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 15.000.000 |
|                       |                | TOTAL - GERAL                                                                                                                                                        |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 15.000.000 |
|                       |                | TOTAL - FISCAL                                                                                                                                                       |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   | 15.000.000 |

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes  
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CRÉDITO ESPECIAL  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                                                                                 | E | E | E | E  | E | E   | E | E | VALOR      |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|---|------------|
| 1456                   | Vetor Logístico Amazônico                                                                                                                                                       |   |   |   |    |   |     |   |   | 24.000.000 |
| PROJETOS               |                                                                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |            |
| 26782                  | 1456 115J Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia                                                             |   |   |   |    |   |     |   |   | 24.000.000 |
| 26782                  | 1456 115J 0011 Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia                                |   |   |   |    |   |     |   |   | 24.000.000 |
|                        |                                                                                                                                                                                 | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 |   |   | 166.345    |
|                        |                                                                                                                                                                                 | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 111 |   |   | 23.831.655 |
| 1458                   | Vetor Logístico Leste                                                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   | 16.000.000 |
| PROJETOS               |                                                                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |            |
| 26782                  | 1458 1100 Adequação de Trechos Rodoviários - Trecho Entr-BR-101(B) km 15,5 - Divisa RS/MG km 195,9 - na BR-262 - No Estado do Espírito Santo                                    |   |   |   |    |   |     |   |   | 16.000.000 |
| 26782                  | 1458 1100 0032 Adequação de Trechos Rodoviários - Trecho Entr-BR-101(B) km 15,5 - Divisa RS/MG km 195,9 - na BR-262 - No Estado do Espírito Santo - No Estado do Espírito Santo |   |   |   |    |   |     |   |   | 16.000.000 |
|                        |                                                                                                                                                                                 | F | 4 | 2 | 98 | 0 | 100 |   |   | 26.088.800 |
| 1459                   | Vetor Logístico Nordeste Setentrional                                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   | 34.000.000 |
| PROJETOS               |                                                                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |            |
| 26782                  | 1459 7441 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI Divisa PI/MA - na BR-235 - no Estado do Piauí (Meta: 54 Trecho pavimento/Km)                                           |   |   |   |    |   |     |   |   | 34.000.000 |
| 26782                  | 1459 7441 0022 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI Divisa PI/MA - na BR-235 - no Estado do Piauí (Meta: 54 Trecho pavimento/Km) - No Estado do Piauí                 |   |   |   |    |   |     |   |   | 34.000.000 |
|                        |                                                                                                                                                                                 | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 |   |   | 34.000.000 |
| TOTAL - GERAL          |                                                                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   | 74.000.000 |
| TOTAL - FISCAL         |                                                                                                                                                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   | 74.000.000 |

ÓRGÃO: 20000 Presidência da República  
UNIDADE: 20208 Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

ANEXO III  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO ESPECIAL  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA            | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                           | E | E | E | E  | E | E   | E | E | VALOR     |
|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|---|-----------|
| 1461                              | Vetor Logístico Centro-Sudeste                                                                                            |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.000.000 |
| PROJETOS                          |                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   |           |
| 26784                             | 1461 122T Estudos e Projetos da Infraestrutura de Acesso Terrestres do Porto de Santos (SP)                               |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.000.000 |
| 26784                             | 1461 122T 0035 Estudos e Projetos da Infraestrutura de Acesso Terrestres do Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.000.000 |
|                                   | Estudo realizado (unidade) = 1                                                                                            | I | 4 | 2 | 98 | 0 | 495 |   |   | 4.000.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTOS DE ESTATAIS |                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.000.000 |
| TOTAL - GERAL                     |                                                                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   | 4.000.000 |

ÓRGÃO: 20000 Presidência da República  
UNIDADE: 20212 Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO III  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO ESPECIAL  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA            | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                        | E | E | E | E  | E | E   | E | E | VALOR      |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|---|------------|
| 1459                              | Vetor Logístico Nordeste Setentrional                                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   | 90.000.000 |
| PROJETOS                          |                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   |            |
| 26784                             | 1459 122V Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)                                         |   |   |   |    |   |     |   |   | 90.000.000 |
| 26784                             | 1459 122V 0024 Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte |   |   |   |    |   |     |   |   | 90.000.000 |
|                                   | Obra executada (% de execução física) = 40                                                             | I | 4 | 2 | 90 | 0 | 495 |   |   | 90.000.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTOS DE ESTATAIS |                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   | 90.000.000 |
| TOTAL - GERAL                     |                                                                                                        |   |   |   |    |   |     |   |   | 90.000.000 |

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
Existem sobre a mesa requerimentos de urgência para a votação dos Projetos de nºs 19, 21, 23, 25.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o de nº 24 também. Há acordo sobre o nº 24.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
Então deve estar chegando, pois não está aqui ainda. Há acordo sobre o nº 24.

Podemos ir à votação dos requerimentos de urgência? (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento de urgência que passo a ler.

É lido o seguinte:

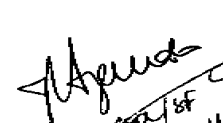
**[ REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 – CN ]**

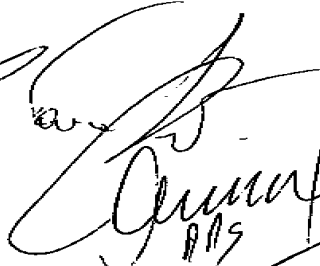
**Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional**

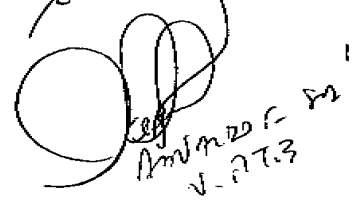
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 19/09, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, crédito especial no valor total de R\$ 103.263.522,00 (cento e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e vinte e dois reais), para os fins que especifica", na presente Sessão.

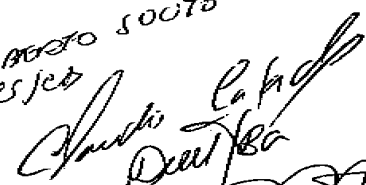
Sala das Sessões, em 09 de julho de 2009.

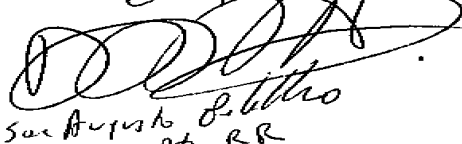
  
**Senadora Ideli Salvatti**  
Líder do Governo no Congresso Nacional

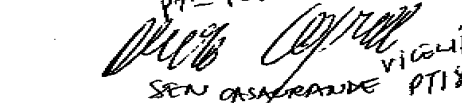
  
Senador José Nery  
PPS/DF

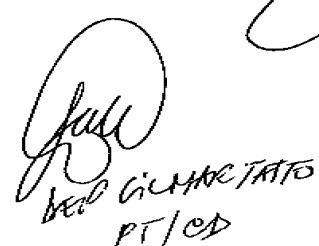
  
Senador Humberto Souto  
PPS/GO

  
Senador Paulo Roberto  
PPS/GO

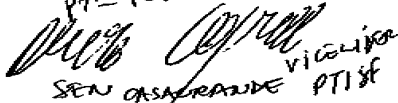
  
Senador Paulo Roberto  
PPS/GO

  
Senador Paulo Roberto  
PPS/GO

  
Senador Paulo Roberto  
PPS/GO

  
Senador Paulo Roberto  
PPS/GO

  
Senador Paulo Roberto  
PPS/GO

  
Senador Paulo Roberto  
PPS/GO

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em votação, portanto, o requerimento de urgência para o PLN nº 19, de 2009.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**Aprovado.**

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para dar conhecimento ao Plenário: diz respeito à possibilidade de compra pela DATAPREV dos prédios do INSS que ela já utiliza.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O.k. Vamos votar o requerimento e imediatamente a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento, por favor, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**Aprovado.**

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Passamos imediatamente à votação do PLN nº 19.

**Item 4:**

#### **PROJETO DE LEI Nº 19, DE 2009-CN**

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 19, de 2009–CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev, crédito especial no valor total de R\$103. 263.522,00 (cento e três milhões, duzentos e sessenta e três mil e quinhentos e vinte e dois reais), para os fins que especifica.**

Ao projeto de lei foram apresentadas 3 emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio, do PT de Pernambuco, para que possa proferir o seu parecer.

#### **PARECER Nº 27, DE 2009-CN**

**O SR. PEDRO EUGÊNIO** (PT–PE. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, tendo em vista que as emendas violam o art. 109 da Resolução nº 1, de 2006, nós as rejeitamos, porque elas se dirigiram a unidade orçamentária distinta daquela do projeto.

Além disso, do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que tange à compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 e com as disposições do Plano Plurianual 2008/2011, bem como a sua conformidade com a LOA para o exercício de 2009.

Com relação às emendas apresentadas, em que pese os nobres propósitos nela consignados, propomos que sejam inadmitidas, por violarem o art. 109, I, II, a, e 3–A da Resolução nº 1, como já referido.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2009, na forma apresentada pelo Poder Executivo, e pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2 e 3.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:



## **PARECER Nº , DE 2009 – CN (DE PLENÁRIO)**

**Sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2009-CN, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, crédito especial no valor total de R\$103.263,522,00 (cento e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e vinte e dois reais), para os fins que especifica.**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO**

### **I – RELATÓRIO**

Com base no art. 61 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 59, de 2009-CN, e nº 396/2008, na origem, o Projeto de Lei nº 19, de 2009-CN, *que Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, crédito especial no valor total de R\$ 103.263.522,00 (cento e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e vinte e dois reais), para os fins que especifica.*

A Exposição de Motivos-EM n.º 101/2008/MP, de 26 de maio de 2009, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o crédito pleiteado objetiva atender à demanda por novos investimentos, priorizados após a elaboração do Orçamento de Investimento para 2009, em razão da revisão da estratégia negocial da empresa, bem como permitir a aquisição de 16 imóveis pertencentes ao Instituto Nacional do Seguro Social.

O crédito correrá à conta de recursos provenientes de geração própria da empresa. De acordo com a Exposição de Motivos, a abertura do crédito não afetará a meta global de superávit primário para 2009, de responsabilidade das empresas estatais federais. Tal afirmação decorre da proposta de alteração do art. 2º da Lei nº 11.768/08 (LDO/2009), por meio de projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, que mantém a meta atribuída ao conjunto das estatais.

### **II - EMENDAS**

Foram apresentadas três emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental. As emendas visam acrescentar novos subtítulos na ação 116 V – INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS para beneficiar os municípios de Santo Antônio dos Lopes – MA, Palmeirândia – MA e Área do Itaqui Bacanga – MA, por meio de cancelamento de dotações consignadas na funcional-programática 04.122.0807.123C.0001 – AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA AS INSTÂNCIAS REGIONAIS – NACIONAL, no montante de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) para cada emenda.

As proposições violam o art. 109, I, da Resolução nº 1/2006-CN, a saber:

*Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:  
I – contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito.*

A programação referida nas emendas está sob responsabilidade da unidade orçamentária 33.201 – Instituto Nacional do Seguro Social. Porém, a unidade orçamentária beneficiária do crédito é a 33.202 – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV. Dessa forma, as emendas devem ser inadmitidas.

### **III - VOTO DO RELATOR:**

Do exame do projeto verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes. Em particular, no que tange à compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – LDO/2009 (Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008) e com as disposições do Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008), bem como a sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2009 – LOA/2009 (Lei nº 11.897, de 30 de setembro de 2008).

Com relação às emendas apresentadas, em que pese os nobres propósitos nela consignados, propomos que sejam inadmitidas por violarem o art. 109, I, II, "a", e III, "a", da Resolução nº 1/2006-CN.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2009-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, e pela inadmissibilidade das Emenda nºs 1, 2 e 3.

Sala da Comissão,                      de                      de 2009.



**DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO**  
Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto e a inadmissibilidade das emendas apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

## PROJETO DE LEI Nº 19, DE 2009-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, crédito especial no valor total de R\$ 103.263.522,00, para os fins que especifica.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008) crédito especial, no valor total de R\$ 103.263.522,00 (cento e três milhões, duzentos e sessenta e três mil e quinhentos e vinte e dois reais), em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, para atender à programação constante do Anexo a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria da empresa, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

| ANEXO                                                               |  | CREDITO ESPECIAL                     |
|---------------------------------------------------------------------|--|--------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)                                |  | RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00 |
| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES                                          |  |                                      |
| 04 ADMINISTRAÇÃO                                                    |  |                                      |
| TOTAL - GERAL                                                       |  | 103.263.522                          |
| QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES                                       |  |                                      |
| 121 ADMINISTRAÇÃO GERAL                                             |  |                                      |
| TOTAL - GERAL                                                       |  | 103.263.522                          |
| QUADRO SÍNTESE POR FUNDOES/REVENHORES                               |  |                                      |
| 04 ADMINISTRAÇÃO                                                    |  |                                      |
| 121 ADMINISTRAÇÃO GERAL                                             |  |                                      |
| TOTAL - GERAL                                                       |  | 103.263.522                          |
| QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS                                        |  |                                      |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO |  |                                      |
| TOTAL - GERAL                                                       |  | 103.263.522                          |
| QUADRO SÍNTESE POR ORGAO                                            |  |                                      |
| 33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL                              |  |                                      |
| TOTAL - GERAL                                                       |  | 103.263.522                          |
| QUADRO SÍNTESE POR RECEITA                                          |  |                                      |
| CARRAHO RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO             |  | 103.263.522                          |
| CARRAHO RECURSOS PRÓPRIOS                                           |  | 000.000.000                          |
| CARRAHO CRIAÇÃO PRÓPRIA                                             |  | 000.000.000                          |
| TOTAL DA RECEITA                                                    |  | 000.000.000                          |
| RECEITAS CORRENTES                                                  |  | 000.000.000                          |
| RECEITAS DE CAPITAL                                                 |  | 000.000.000                          |

ORÇAO : 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
Projeto de Lei nº 21, de 2009–CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ (...).

Sobre a mesa, requerimento de urgência para a matéria que passo a ler.

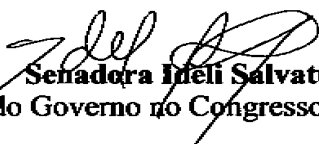
É lido o seguinte:

## **REQUERIMENTO Nº 13, de 2009 - CN**

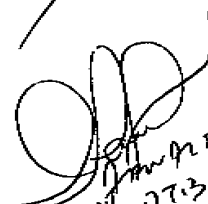
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

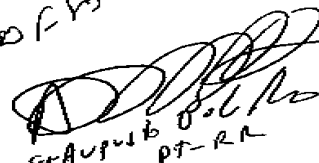
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 21/09, que " Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, crédito especial no valor total de R\$ 39.640.772,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e quarenta mil e setecentos e setenta e dois reais), para os fins que especifica ", na presente Sessão.

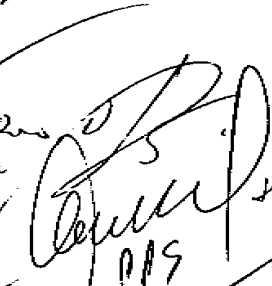
Sala das Sessões, em 09 de julho de 2009.

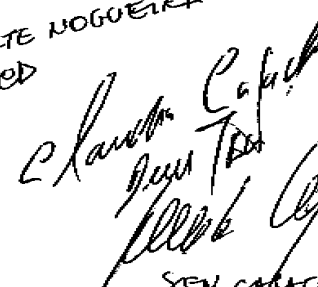
  
**Senadora Ideli Salvatti**  
Líder do Governo no Congresso Nacional

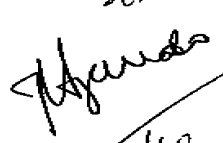
  
DEP JILMARTATTO  
PT/CD

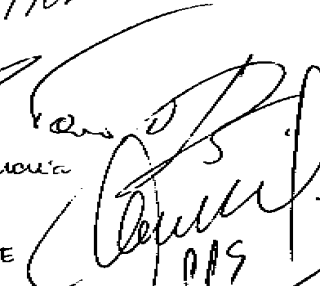
  
DEP HUMBERTO SOUSA  
PPS/CD

  
SEN AUGUSTO  
PT-RN

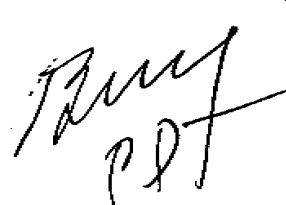
  
DEP DUARTE NOGUEIRA  
PSDB/CD

  
SEN CASPARY  
PT/EF

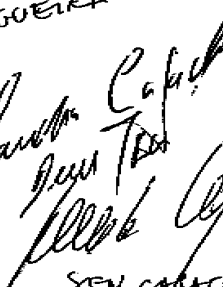
  
HENRIQUE  
PT

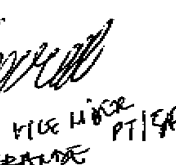
  
ROBERTO  
PAS

  
ROBERTO  
PAS

  
ROBERTO  
PT

  
ROBERTO  
PAS

  
ROBERTO  
PT/EF

  
ROBERTO  
PT/EF



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Em votação o requerimento de urgência.

Em votação na Câmara dos Deputados,

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
**Item 5:**

#### **PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2009-CN**

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 21, de 2009-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, crédito especial no valor total de R\$39.640.772,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e quarenta mil, setecentos e setenta e dois reais), para os fins que especifica.**

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmar Júnior, para proferir parecer.

#### **PARECER Nº 28, DE 2009-CN**

**O SR. OSMAR JÚNIOR** (Bloco/PCdoB–PI. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, em razão da simplicidade do conteúdo do projeto, e também pelo fato de não terem sido apresentadas emendas, deixo de ler o relatório e vou direto ao voto.

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na lei orçamentária em vigor – Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 – e ser formulada de acordo com o que determina o art. 57 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, LDO.

No exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 21, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
Muito obrigado, Deputado Osmar Júnior.

É o seguinte o parecer na íntegra:

## **PARECER Nº , DE 2009 – CN ( DE PLENÁRIO)**

**Sobre o Projeto de Lei nº 21, de 2009 – CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, crédito especial no valor de R\$39.640.772,00, para os fins que especifica.”**

**AUTOR : Poder Executivo**

**RELATOR : DEPUTADO OSMAR JÚNIOR**

### **I. RELATÓRIO**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 61, de 2009-CN (nº 398/2009, na origem), o Projeto de Lei nº 21, de 2009 - CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, crédito especial no valor total de R\$ 39.640.772,00, para os fins que especifica.

Segundo a Exposição de Motivos nº 00105/2009/MP, de 27 de maio de 2009, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito proposto objetiva atender à demanda por novos investimentos priorizados após a elaboração do Orçamento de Investimento para 2009 e destina-se à realização de “Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro, com vistas a aumentar a eficiência na operação do referido Porto.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de saldos de aportes do Tesouro Nacional, a título de participação da União no capital da Companhia, em exercícios anteriores.

Ainda conforme ressalta a Exposição de Motivos, a abertura do referido crédito não afetará a meta global de superávit primário para 2009, de responsabilidade das empresas estatais federais, uma vez que na reprogramação do Programa de Dispendios Globais - PDG das Companhias Docas, ora em análise no Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, está sendo mantida a meta atribuída ao conjunto das Companhias Docas, conforme demonstrado a seguir:

**Resultado Primário:**

| Empresa                                              | R\$ mil                        |               |
|------------------------------------------------------|--------------------------------|---------------|
|                                                      | Aprovado<br>Dec. nº 6.647/2008 | Reprogramado  |
| Companhia Docas do Ceará - CDC                       | (4.292)                        | (4.292)       |
| Companhia Docas do Estado do Espírito Santo - CODESA | (9.015)                        | 17            |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA      | 1.546                          | 1.546         |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP      | 12.759                         | 35.646        |
| Companhia Docas do Pará - CDP                        | 560                            | 560           |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ             | 37.649                         | 5.730         |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN      | 2.299                          | 2.299         |
| <b>Totais</b>                                        | <b>41.506</b>                  | <b>41.506</b> |

Não foram formalizadas, dentro do prazo regimental, emendas à proposição.

É o Relatório.

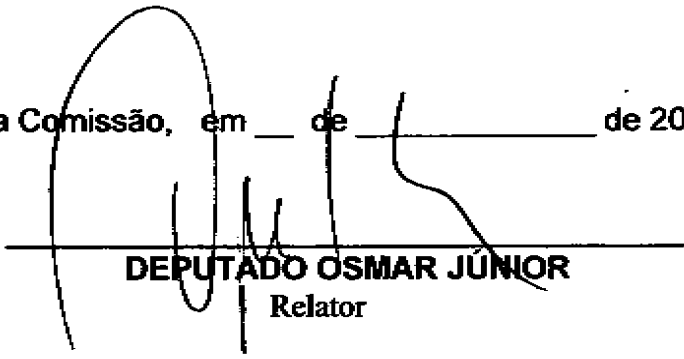
**II. VOTO DO RELATOR**

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.897, de 30/12/2008) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 57 da Lei nº 11.768, de 14/08/2008 (LDO/2009).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PLN N.º 21, de 2009-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

  
DEPUTADO OSMAR JÚNIOR  
Relator

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

## PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2009-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, crédito especial no valor total de R\$ 39.640.772,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008) crédito especial, no valor total de R\$ 39.640.772,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e quarenta mil e setecentos e setenta e dois reais), em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, para atender à programação constante do Anexo a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de repasses do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Recetta” constante do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

| ANEXO                                                     | CREDITO ESPECIAL                     |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)                      | RECURSOS DE TODAS AS FONTES DE L&R   |
| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES                                |                                      |
| 74 TRANSPORTE                                             |                                      |
| TOTAL - GERAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES                             |                                      |
| 744 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO                                |                                      |
| TOTAL - GERAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES                   |                                      |
| 74 TRANSPORTE                                             |                                      |
| 744 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO                                |                                      |
| TOTAL - GERAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS                              |                                      |
| 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE                                |                                      |
| TOTAL - GERAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR ORÇAO                                  |                                      |
| 2800 PREVIDÊNCIA DA REPÚBLICA                             |                                      |
| TOTAL - CTRAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR RECETTA                                |                                      |
| 4.2.1.1.1 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO |                                      |
| 4.2.1.1.2 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO     |                                      |
| 4.2.1.1.3 TESOURO                                         |                                      |
| 4.2.1.1.4 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES                 |                                      |
| TOTAL DA RECETTA                                          | 39.640.772                           |
| RECETTAS DE CAPITAL                                       | 39.640.772                           |
| ORÇAO : 2800 - PREVIDÊNCIA DA REPÚBLICA                   |                                      |
| ANEXO                                                     | CREDITO ESPECIAL                     |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)                      | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ EM |
| TOTAL DO ORÇAO : R\$ 39.640.772                           |                                      |
| QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES                                |                                      |
| 74 TRANSPORTE                                             |                                      |
| TOTAL - GERAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES                             |                                      |
| 744 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO                                |                                      |
| TOTAL - GERAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS                              |                                      |
| 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE                                |                                      |
| TOTAL - GERAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS                 |                                      |
| 3211 COMPANHIA DOCA DO RIO DE JANEIRO - CDRJ              |                                      |
| TOTAL - GERAL                                             | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA             |                                      |
| 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO                 |                                      |
| TOTAL                                                     | 39.640.772                           |
| QUADRO SÍNTESE POR RECETTA                                |                                      |
| 4.2.1.1.1 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO |                                      |
| 4.2.1.1.2 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO     |                                      |
| 4.2.1.1.3 TESOURO                                         |                                      |
| 4.2.1.1.4 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES                 |                                      |
| TOTAL DA RECETTA                                          | 39.640.772                           |
| RECETTAS DE CAPITAL                                       | 39.640.772                           |
| ORÇAO : 3211 - COMPANHIA DOCA DO RIO DE JANEIRO - CDRJ    |                                      |





O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) –  
Projeto de Lei nº 23, de 2009-CN, que abre créditos,  
em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, no  
valor de R\$301.900.623,00.

Sobre a mesa, requerimento de urgência para a  
matéria que passo a ler:

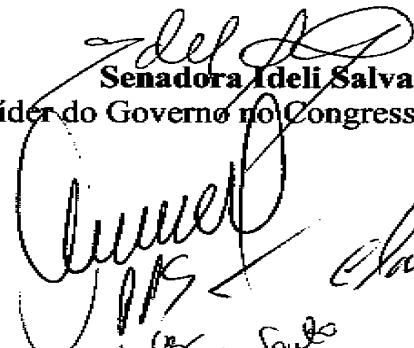
É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 14, de 2009 - CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

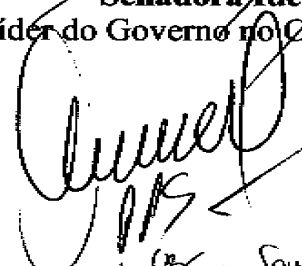
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 23/09, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$301.900.623,00 (trezentos e um milhões, novecentos mil, seiscentos e vinte e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", na presente Sessão.

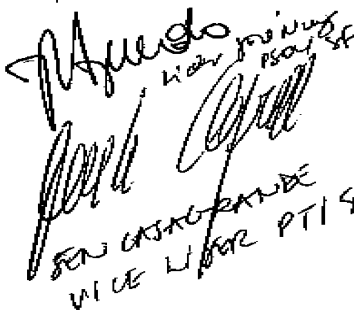
Sala das Sessões, em 09 de julho de 2009.

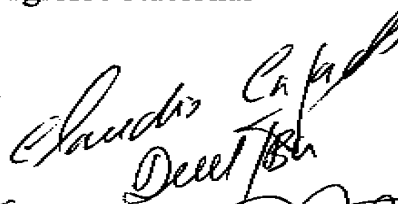
  
**Senadora Ideli Salvatti**  
Líder do Governo no Congresso Nacional

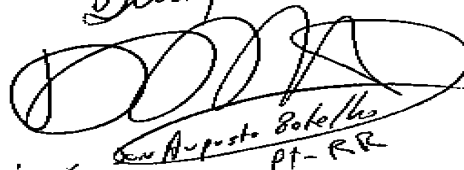
  
DEP JILMAR TATTO  
PT/CD

  
RP

  
Sen. Humberto Louco  
PPS/CD

  
SEN CASAGRANDE  
VICE LÍDER PT/SF

  
Sen. Augusto Botelho  
PT-RR

  
Sen. Augusto Botelho  
PT-RR

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em votação o requerimento de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Passamos à votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Item 6:

#### **PROJETO DE LEI Nº 23, DE 2009-CN**

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 23, de 2009–CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$301.900.623,00 (trezentos e um milhões, novecentos mil, e seiscentos e vinte e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

Ao projeto de lei foram apresentadas 2 emendas. Dependentes de parecer a ser proferido em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Nery, para proferir o parecer.

#### **PARECER Nº 29, DE 2009-CN**

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL–PA. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, o PLN nº 23, em apreciação, está de acordo com a legislação vigente e com o que diz a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009. Portanto, concluo pela sua juridicidade e legalidade.

Foram apresentadas 2 emendas, ambas inadmissíveis.

Deixo de ler toda a análise e vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 23, de 2009, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Senador.

É o seguinte o parecer na íntegra:

**PARECER Nº , DE 2009****( DE PLENÁRIO )**

**Sobre o Projeto de Lei nº 23, de 2009 – CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 301.900.623,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária Vigente".**

**Autor: Poder Executivo**

**Relator: Senador JOSÉ NERY**

**1 RELATÓRIO****1.1 Histórico**

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 64, de 2009-CN (nº 473/2009, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 23, de 2009-CN, que *"Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 301.900.623,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária Vigente"*.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00117/2009- MP, o crédito tem por finalidade adequar as dotações orçamentárias dos Ministérios da Justiça e Defesa.

De acordo com as informações do Ministério da Justiça, o presente crédito viabilizará o cumprimento de obrigações contratuais, assegurando o funcionamento e a manutenção das atividades administrativas de sua Administração direta até o final do exercício corrente; o desenvolvimento de ações voltadas à segurança dos usuários das rodovias federais, principalmente as que envolvem a realização do patrulhamento ostensivo nas estradas federais, o processamento de multas e o envio de notificações aos infratores, o pagamento de auxílio financeiro aos alunos do curso de formação de policiais admitidos no concurso público de 2008 e dos custos administrativos decorrentes de processo admissional, o aparelhamento de postos, delegacias, distritos e sede, a atualização de sistema de informática para aumento da segurança e da capacidade de armazenamento de imagens e documentos, a ampliação e reposição de equipamentos do sistema de radiodifusão, a renovação de parte da frota, mediante a aquisição de viaturas operacionais para o policiamento da malha rodoviária e a manutenção dos sistemas de tecnologia da informação, no Departamento de Polícia Rodoviária Federal; a instalação de novas unidades e manutenção das 37 existentes nos Estados e no Distrito Federal, para garantir a continuidade dos serviços de assistência jurídica gratuita a cidadãos carentes, na Defensoria Pública da União; e a manutenção e o funcionamento das novas

penitenciárias federais de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, e de Porto Velho, no Estado de Rondônia, no Fundo Penitenciário Nacional.

Segundo o Ministério da Defesa, a suplementação possibilitará ao Comando da Aeronáutica cumprir os compromissos decorrentes dos contratos de aquisição de duas aeronaves de transporte de autoridades Legacy 600, já entregues em 2008, e de duas aeronaves EMBRAER ERJ 190 a serem entregues no decorrer do corrente exercício; ao Comando do Exército, promover a modernização dos equipamentos e máquinas dos Batalhões de Engenharia de Construção, de forma a não comprometer o prazo de entrega e a qualidade das obras públicas de infraestrutura em andamento; e ao Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, atender ao aumento da demanda por produtos médico-hospitalares e serviços das diversas áreas do Hospital das Forças Armadas, em razão do crescimento do número de atendimentos, a partir do ingresso de novos profissionais da área de saúde.

A destinação do crédito, por Ministério, está listada a seguir:

**MINISTÉRIO DA DEFESA- R\$ 218.056.700,00, assim distribuído:**

- a) Comando da Aeronáutica - R\$ 193.000.000,00;**
- b) Comando do Exército – R\$ 22.882.700,00**
- c) Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas – R\$ 2.174.000,00**

**MINISTÉRIO JUSTIÇA- R\$ 83.843.923,00, assim distribuído:**

- a) Ministério da Justiça (Administração Direta) - R\$ 15.500.000,00**
- b) Departamento da Polícia Rodoviária Federal - DPRF- R\$ 44.343.923,00**
- c) Defensoria Pública da União- DPU – R\$ 22.000.000,00**
- d) Fundo Penitenciário Nacional- FUNPEN- R\$ 2.000,00**

A origem dos recursos para suplementação é:

- a) Cancelamento de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – R\$ 7.000.000**
- b) Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial da União no Exercício de 2008- R\$ 250.556.700,00**
- c) Excesso de Arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia- R\$ 44.343.923,00**

A abertura do presente crédito decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos e viabilizar-se-á à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários, a Recursos Próprios Não-Financeiros e a Recursos Próprios Financeiros, de excesso de arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas

as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Segundo informações do Ministério da Justiça, os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício

Segundo a Exposição de Motivos, a abertura do crédito solicitado possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos, de modo a assegurar o desempenho operacional na área de atuação de cada uma das empresas beneficiárias e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico das empresas.

O documento ressalta que a abertura do crédito proposto a propósito do que dispõe o art. 57, § 12, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 - LDO-2009, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, conforme disposto no § 2º do art. 1º desse Decreto

Os cancelamentos propostos estão em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerão o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas uma adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2009.

## 1.2 Análise

Pela análise da matéria, verifica-se que o Projeto de Lei em apreciação está em conformidade com a legislação vigente, em especial com o que dispõe a Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 - LDO-2009, e a Resolução nº 1 – CN – 2006.

A análise permite concluir que não há reparos a fazer, tanto no que concerne à suplementação quanto ao cancelamento, uma vez que o projeto atende ao disposto na legislação. Sob o aspecto formal e de mérito, o projeto está elaborado em conformidade com a boa técnica legislativa.

A execução financeira das rubricas em análise encontra-se em anexo próprio.

## 1.3 Emendas

Foram apresentadas duas emendas ao projeto, ambas inadmissíveis

**Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:**

- I – contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;*
- II- Ofereçam como cancelamento compensatório, ...., programação que:*



**a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto**

.....

No caso da Emenda nº 01, de autoria da Deputada Rose de Freitas, prevê anulação de recursos em rubrica que só consta como anulação no projeto de crédito.

A emenda nº 02, de autoria do Deputado Armando Abílio, contempla unidade orçamentária não prevista no crédito.

Em atendimento ao disposto no art. 70, III, c, apresentamos o demonstrativo de inadmissibilidade em anexo.

**2 VOTO DO RELATOR**

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 23, de 2009 – CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em        de        de 2009.

  
**SENADOR José Nery**  
 Relator

**ANEXO I****Demonstrativo de Inadmissibilidade**

| Nº da emenda | Autor                | Parecer    |
|--------------|----------------------|------------|
| 0001         | Dep. Rose de Freitas | Inadmitida |
| 002          | Dep. Armando Abílio  | Inadmitida |

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLN Nº 23/2009  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009**

**SUPLEMENTAÇÃO**

| UO (Cod/Desc)                                      |  | Funcional             | Substituto                                                                                         | Esfera | CND | Mod. Aplo. | Função | Dotação Inicial | Autorizado | Empenhado  | Liquidado  | Pago       | Valor do PL |
|----------------------------------------------------|--|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----|------------|--------|-----------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA                      |  | 14.122.0750.2000.0001 | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL                                                                | F      | 3   | 90         | 100    | 46.999.952      | 46.999.952 | 35.692.194 | 25.048.918 | 25.041.483 | 19.500.000  |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.503.0663.2078.0001 | ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - NACIONAL | S      | 3   | 90         | 174    | 84.761          | 84.761     | 31.428     | 6.289      | 6.289      | 18.500.000  |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.181.0663.2725.0001 | POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS - NACIONAL                                 | F      | 3   | 90         | 174    | 48.280.000      | 49.200.000 | 21.320.360 | 12.036.968 | 12.409.677 | 5.000.000   |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.181.0663.2723.0001 | POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS - NACIONAL                                 | F      | 4   | 90         | 174    | 850.000         | 860.000    | 155.890    | 2.724      | 2.724      | 3.000.000   |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.183.0663.2818.0001 | SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - NACIONAL                                   | F      | 3   | 90         | 174    | 390.000         | 390.000    | 307.266    | 240.845    | 240.845    | 247.850     |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.181.0663.4290.0001 | ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL                                               | F      | 3   | 90         | 174    | 160.000         | 150.000    | 68.833     | 31.159     | 26.802     | 40.000      |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.191.0663.4841.0001 | PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA - NACIONAL                                                        | F      | 3   | 90         | 174    | 211.902         | 211.902    | 18.545     | 2.955      | 2.955      | 286.908     |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.181.0663.8841.0001 | PROCESSAMENTO E ARRECADADO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - NACIONAL          | F      | 3   | 90         | 174    | 21.000.000      | 21.000.000 | 16.131.809 | 12.973.439 | 12.358.491 | 16.873.000  |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.432.0663.8692.0001 | EDUCAÇÃO DE TRANSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL                                | F      | 3   | 90         | 174    | 200.000         | 200.000    | 123.159    | 42.106     | 42.106     | 143.731     |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.181.0663.8703.0001 | ATIVIDADE CORRECCIONAL - NACIONAL                                                                  | F      | 3   | 90         | 174    | 1.500.000       | 1.500.000  | 796.729    | 583.762    | 583.943    | 160.000     |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.122.0750.2000.0001 | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL                                                                | F      | 3   | 90         | 174    | 46.408.998      | 46.408.998 | 30.680.398 | 23.431.948 | 23.203.687 | 25.938.282  |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.122.0750.2000.0001 | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL                                                                | F      | 4   | 90         | 174    | 1.895.576       | 1.995.576  | 81.703     | 54.908     | 54.808     | 3.000.000   |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.128.0750.2003.0001 | ACCES DE INFORMATICA - NACIONAL                                                                    | F      | 3   | 90         | 174    | 3.228.394       | 3.228.394  | 2.206.742  | 1.768.856  | 1.758.143  | 623.036     |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.126.0750.8003.0001 | ACCES DE INFORMATICA - NACIONAL                                                                    | F      | 4   | 90         | 174    | 900.000         | 900.000    | 20.876     | 3.270      | 3.270      | 680.000     |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.183.1988.1825.0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - NACIONAL                                     | F      | 4   | 90         | 174    | 1.702.000       | 1.702.000  | 188.030    | 60.801     | 60.801     | 10.435.661  |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.181.1385.2000.0001 | AQUISICAO DE VEICULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIARIA - NACIONAL       | F      | 4   | 90         | 174    | 1.500.000       | 1.500.000  | 1.485.500  | 0          | 0          | 3.000.000   |
| 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |  | 06.181.1388.8998.0001 | MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - NACIONAL                      | F      | 3   | 90         | 174    | 17.460.000      | 17.460.000 | 9.914.367  | 6.280.847  | 6.014.628  | 4.000.000   |
| 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN      |  | 14.421.0661.2316.0001 | SERVICO PENITENCIARIO FEDERAL - NACIONAL                                                           | F      | 3   | 90         | 118    | 5.397.640       | 7.957.540  | 3.008.081  | 1.256.404  | 1.251.858  | 7.680.000   |
|                                                    |  |                       |                                                                                                    |        |     |            |        |                 |            |            |            |            | 2.000.000   |

Orçamento Fiscal e da Seguridade - Em R\$ 1,00



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto e inadmissibilidade das emendas apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão o projeto.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o PL nº 23 prevê recursos para o Comando da Aeronáutica adquirir aeronaves, para o Comando do Exército e para o Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas. Portanto, é um projeto meritório. Concordamos – como em relação aos demais, os anteriores – em incluí-lo na pauta, para favorecer as Forças Armadas, especificamente as Forças aqui discriminadas, no intuito de desenvolver suas atividades.

Nós votaremos a favor.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para também traduzir uma informação sobre esse crédito que se prestará a adquirir aeronaves.

Finalmente, o Governo brasileiro tomou essa iniciativa, a fim de adquiri-las da Embraer – o BEM-190 e os jatos Legacy.

Acho da maior relevância este registro, porque se trata de uma empresa nacional já consolidada no mercado internacional da aviação civil.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

## PROJETO DE LEI Nº 23, DE 2009-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 301.900.623,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 301.900.623,00 (trezentos e um milhões, novecentos mil, seiscentos e vinte e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, no valor de R\$ 250.556.700,00 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e setecentos reais), sendo:

a) R\$ 248.382.700,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e dois mil e setecentos reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de Recursos Próprios Não-Financeiros;

c) R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais) de Recursos Próprios Financeiros;

II - excesso de arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, no valor de R\$ 44.343.923,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte e três reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 2008 - MINISTERIO DA JUSTICA  
UNIDADE : 30194 - MINISTERIO DA JUSTICA

| ANEXO I                              |                | CREDITO SUPLEMENTAR                    |           |          |            |        |            |
|--------------------------------------|----------------|----------------------------------------|-----------|----------|------------|--------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) |                | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 |           |          |            |        |            |
| FUNC                                 | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO        | EXERCÍCIO | RECURSOS | MODALIDADE | INÍCIO | VALOR      |
|                                      |                |                                        | 2008      | 2009     | 2010       | 2011   |            |
| 4750 APOIO ADMINISTRATIVO            |                |                                        |           |          |            |        | 15.500.000 |
|                                      |                | ATIVIDADES                             |           |          |            |        |            |
| 14 112                               | 4750 2000      | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE               |           |          |            |        | 15.500.000 |
| 14 122                               | 4750 2000 0001 | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL    |           |          |            |        | 15.500.000 |
|                                      |                |                                        | 15        | 3        | 2          | 98     | 0 300      |
| TOTAL - FISCAL                       |                |                                        |           |          |            |        | 15.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE                   |                |                                        |           |          |            |        | 0          |
| TOTAL - GERAL                        |                |                                        |           |          |            |        | 15.500.000 |



ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
UNIDADE : 36007 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL.

## ANEXOS I

**CREDITO SUPPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABAJO SUPLEMENTACION****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

| FUNC                                                                    | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO                                                                    | E<br>S<br>F | C<br>N<br>D | F<br>O<br>D | I<br>U | F<br>T<br>E | VALOR             |
|-------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| <b>0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS</b>                     |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             | <b>15.928.162</b> |
| <b>ATIVIDADES</b>                                                       |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             |                   |
| 06 303                                                                  | 0663 2C78      | ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL            |             |             |             |        |             | 106.763           |
| 06 303                                                                  | 0663 2C78 0001 | ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL |             |             |             |        |             | 106.763           |
| 06 181                                                                  | 0663 2723      | POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS                                            | S           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 106.763           |
| 06 181                                                                  | 0663 2723 0001 | POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS - NACIONAL                                 |             |             |             |        |             | 8.898.000         |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 5.000.000         |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 4           | 2           | 90     | 0 174       | 3.000.000         |
| 06 183                                                                  | 0663 2816      | SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL                                              |             |             |             |        |             | 347.860           |
| 06 183                                                                  | 0663 2816 0001 | SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL                                   |             |             |             |        |             | 347.860           |
| 06 183                                                                  | 0663 4239      | ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS                                                          | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 347.860           |
| 06 183                                                                  | 0663 4239 0001 | ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL                                               |             |             |             |        |             | 40.000            |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 40.000            |
| 06 138                                                                  | 0663 4641      | PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA                                                                   |             |             |             |        |             | 266.908           |
| 06 138                                                                  | 0663 4641 0001 | PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL                                                        |             |             |             |        |             | 266.908           |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 266.908           |
| 06 183                                                                  | 0663 8641      | PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL                    |             |             |             |        |             | 16.873.000        |
| 06 183                                                                  | 0663 8641 0001 | PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL         |             |             |             |        |             | 16.873.000        |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 16.873.000        |
| 06 452                                                                  | 0663 8690      | EDUCACAO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS                                           |             |             |             |        |             | 143.731           |
| 06 452                                                                  | 0663 8690 0001 | EDUCACAO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL                                |             |             |             |        |             | 143.731           |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 143.731           |
| 06 181                                                                  | 0663 8783      | ATIVIDADE CORRECCIONAL                                                                             |             |             |             |        |             | 150.000           |
| 06 181                                                                  | 0663 8783 0001 | ATIVIDADE CORRECCIONAL - NACIONAL                                                                  |             |             |             |        |             | 150.000           |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 150.000           |
| <b>0750 AP080 ADMINISTRATIVO</b>                                        |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             | <b>10.805.661</b> |
| <b>ATIVIDADES</b>                                                       |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             |                   |
| 06 122                                                                  | 0750 2088      | ADMINISTRACAO DA UNIDADE                                                                           |             |             |             |        |             | 9.592.635         |
| 06 122                                                                  | 0750 2088 0001 | ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL                                                                |             |             |             |        |             | 9.592.635         |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 6.392.635         |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 4           | 2           | 90     | 0 174       | 3.000.000         |
| 06 126                                                                  | 0750 2083      | ACOES DE INFORMATICA                                                                               |             |             |             |        |             | 1.243.026         |
| 06 126                                                                  | 0750 2083 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL                                                                    |             |             |             |        |             | 1.243.026         |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 623.026           |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 4           | 2           | 90     | 0 174       | 620.000           |
| <b>1386 DESenvolvimento INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL</b> |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             | <b>7.580.000</b>  |
| <b>PROJETOS</b>                                                         |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             |                   |
| 06 183                                                                  | 1386 1835      | IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO                                                |             |             |             |        |             | 589.000           |
| 06 183                                                                  | 1386 1835 0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - NACIONAL                                     |             |             |             |        |             | 589.000           |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 4           | 2           | 90     | 0 174       | 589.000           |
| <b>ATIVIDADES</b>                                                       |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             |                   |
| 06 184                                                                  | 1386 289C      | AQUISICAO DE VEICULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIARIA                  |             |             |             |        |             | 3.000.000         |
| 06 184                                                                  | 1386 289C 0001 | AQUISICAO DE VEICULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIARIA - NACIONAL       |             |             |             |        |             | 3.000.000         |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 4           | 2           | 90     | 0 174       | 3.000.000         |
| 06 184                                                                  | 1386 8898      | MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO                                 |             |             |             |        |             | 4.000.000         |
| 06 184                                                                  | 1386 8898 0001 | MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - NACIONAL                      |             |             |             |        |             | 4.000.000         |
|                                                                         |                |                                                                                                    | F           | 3           | 2           | 90     | 0 174       | 4.000.000         |
| <b>TOTAL - FISCAL</b>                                                   |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             | <b>44.237.160</b> |
| <b>TOTAL - SEGURIDADE</b>                                               |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             | <b>106.763</b>    |
| <b>TOTAL - GERAL</b>                                                    |                |                                                                                                    |             |             |             |        |             | <b>44.343.923</b> |



ORGÃO : S2004 - MINISTÉRIO DA DEFESA  
UNIDADE : S2111 - COMANDO DO EXERCITO

**AN2001**

**CREDITO SUPPLEMENTAR**

### PROGRAMA DE TRABAJO (SUPLEMENTACION)

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

| FUNC                                                           | PROGRAMA/ETC   | PROGRAMA/AÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO        | E | G | M | I  | F | VALOR             |
|----------------------------------------------------------------|----------------|-------------------------------------------|---|---|---|----|---|-------------------|
|                                                                |                |                                           | S | N | O | U  | T |                   |
|                                                                |                |                                           | F | P | D |    | E |                   |
| <b>0620 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍTO BRASILEIRO</b> |                |                                           |   |   |   |    |   | <b>22.882.700</b> |
|                                                                |                | <b>PROJETOS</b>                           |   |   |   |    |   |                   |
| 05 153                                                         | 0620 1076      | MODERNIZAÇÃO OPERACIONAL DOS BATALHÕES DE |   |   |   |    |   | 22.882.700        |
|                                                                |                | ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO                  |   |   |   |    |   |                   |
| 05 153                                                         | 0620 1076-0001 | MODERNIZAÇÃO OPERACIONAL DOS BATALHÕES DE |   |   |   |    |   | 22.882.700        |
|                                                                |                | ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO - NACIONAL       |   |   |   |    |   |                   |
|                                                                |                |                                           | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300               |
| <b>TOTAL - FISCAL</b>                                          |                |                                           |   |   |   |    |   | <b>22.882.700</b> |
| <b>TOTAL - SEGURANÇA</b>                                       |                |                                           |   |   |   |    |   | <b>0</b>          |
| <b>TOTAL - GERAL</b>                                           |                |                                           |   |   |   |    |   | <b>22.882.700</b> |

ORGÃO : S2000 - MINISTÉRIO DA DEFESA  
UNIDADE : S2002 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

**ANEXO I****CREDITO SUPPLEMENTAL****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

| FUNC                                     | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO                                                       | E<br>S<br>F | G<br>R<br>U<br>P<br>O | M<br>O<br>D<br>O | U<br>N<br>I<br>D<br>A<br>D<br>E | P<br>R<br>E<br>C<br>O | VALOR     |
|------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------------------|------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------|
| 0637 SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS |                |                                                                                       |             |                       |                  |                                 |                       | 2.174.000 |
|                                          |                | ATIVIDADES                                                                            |             |                       |                  |                                 |                       |           |
| 05 301                                   | 0637 2520      | MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS            |             |                       |                  |                                 |                       | 2.174.000 |
| 05 302                                   | 0637 2520 0001 | MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - NACIONAL |             |                       |                  |                                 |                       | 2.174.000 |
|                                          |                |                                                                                       | S           | 3                     | 2                | 90                              | 0                     | 350       |
|                                          |                |                                                                                       | S           | 3                     | 2                | 90                              | 0                     | 360       |
| TOTAL - FISCAL                           |                |                                                                                       |             |                       |                  |                                 |                       | 0         |
| TOTAL - SEGURIDADE                       |                |                                                                                       |             |                       |                  |                                 |                       | 2.174.000 |
| TOTAL - GERAL                            |                |                                                                                       |             |                       |                  |                                 |                       | 2.174.000 |

**ORGÃO : 3000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

UNIRADE: 34907-FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL- FUNPEN

## ANEXO D

**CLINICAL SIGNIFICANCE**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

| FUNC.                              | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                | ESF | GR | FM | MOD | U | FE  | VALOR     |
|------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----|----|----|-----|---|-----|-----------|
| 4661 APERFOMENTO DA EXECUCAO PENAL |                |                                                                                |     |    |    |     |   |     | 2.000.000 |
|                                    |                | PROJETOS                                                                       |     |    |    |     |   |     |           |
| 14 122                             | 0661 1A31      | CONSTRUCAO DA ESCOLA PENITENCIARIA NACIONAL                                    |     |    |    |     |   |     | 3.400.000 |
| 14 122                             | 0661 1A32 0100 | CONSTRUCAO DA ESCOLA PENITENCIARIA NACIONAL - EM BRASILIA - DF                 | F   | 4  | 2  | 90  | 0 | 300 | 3.400.000 |
|                                    |                | ATIVIDADES                                                                     |     |    |    |     |   |     |           |
| 14 421                             | 0661 8914      | APOIO A CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS ESTADUAIS            |     |    |    |     |   |     | 3.600.000 |
| 14 421                             | 0661 8914 0001 | APOIO A CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS ESTADUAIS - NACIONAL | F   | 4  | 2  | 30  | 0 | 110 | 2.000.000 |
|                                    |                |                                                                                | F   | 4  | 2  | 30  | 0 | 300 | 1.600.000 |
| TOTAL - FISCAL                     |                |                                                                                |     |    |    |     |   |     | 7.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE                 |                |                                                                                |     |    |    |     |   |     | 0         |
| TOTAL - GERAL                      |                |                                                                                |     |    |    |     |   |     | 7.000.000 |

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) –

PLN nº 25.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Tem o

PLN nº 24, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) –

Chegou agora aqui. Na sequência nós o votaremos.

Sobre a mesa, requerimento de urgência para a matéria, que passo a ler:

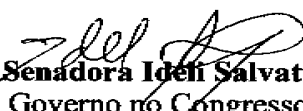
É lido o seguinte:

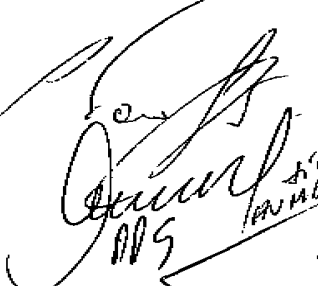
### REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009-CN

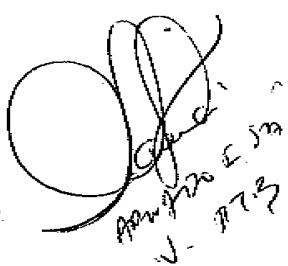
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

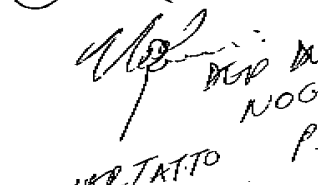
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 25/09, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 119.120.055,00 (cento e dezenove milhões, cento e vinte mil, cinquenta e cinco reais), para os fins que especifica, e dá outras providências", na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09 de julho de 2009.

  
**Senadora Ideli Salvatti**  
Líder do Governo no Congresso Nacional

  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

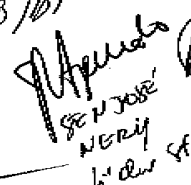
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

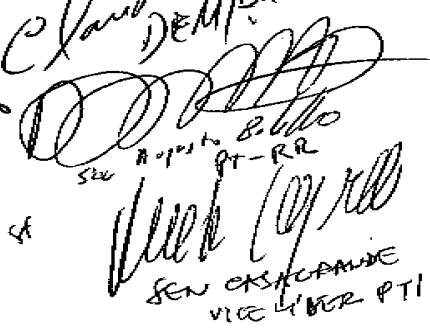
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

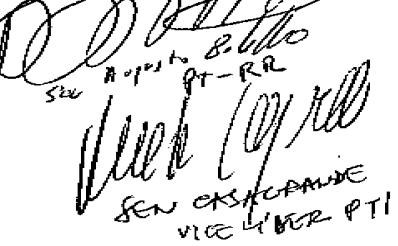
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

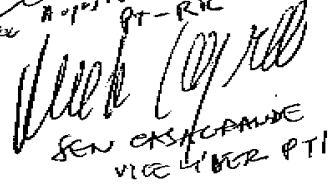
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

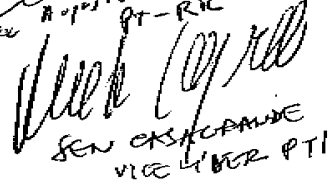
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

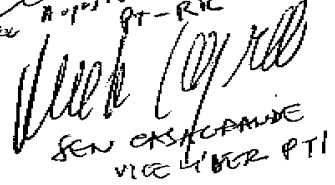
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

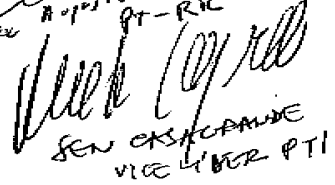
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

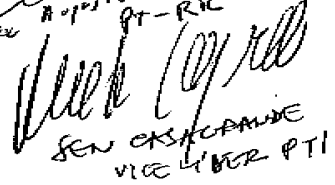
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

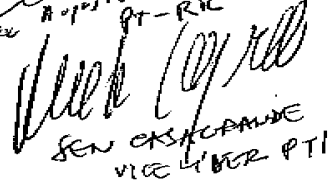
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

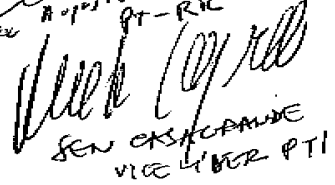
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

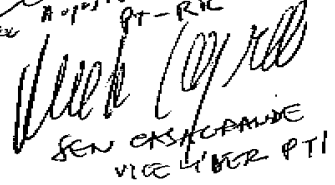
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

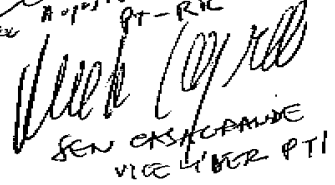
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

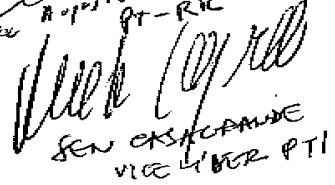
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

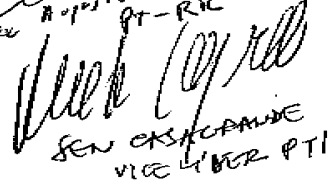
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

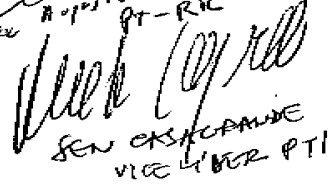
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

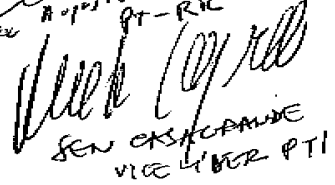
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

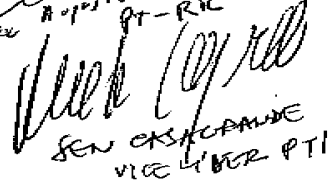
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

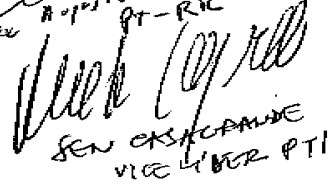
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

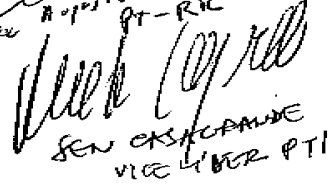
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

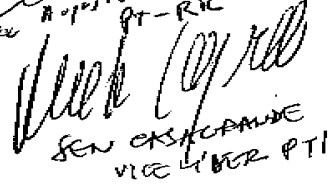
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

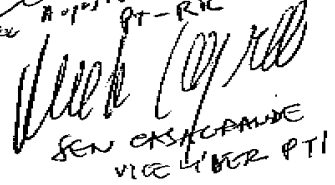
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

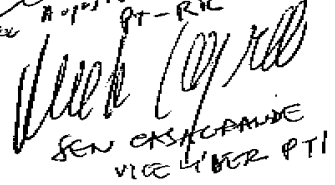
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

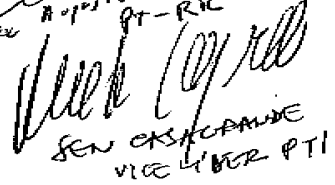
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

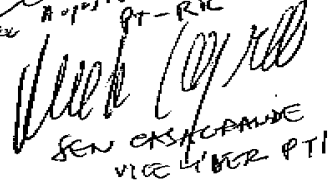
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

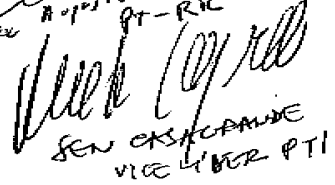
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

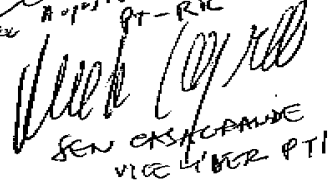
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

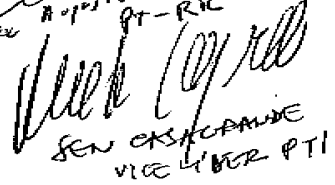
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

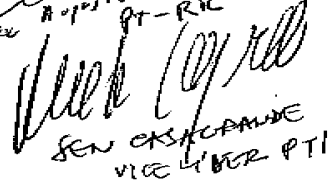
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

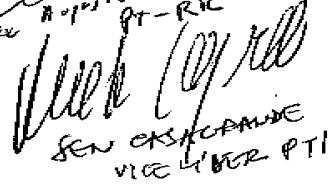
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

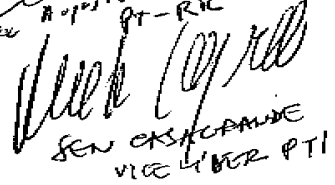
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

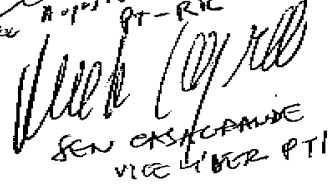
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

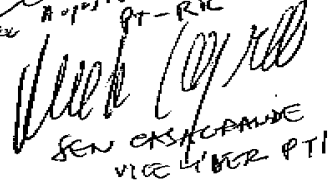
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

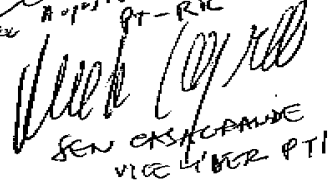
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

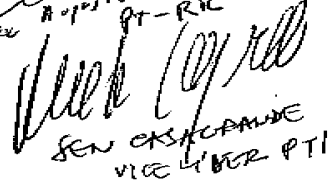
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

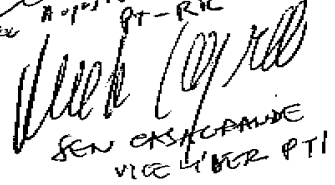
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

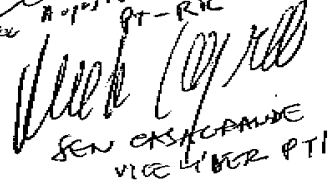
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

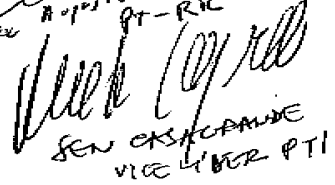
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

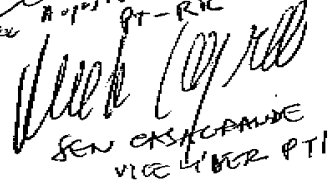
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

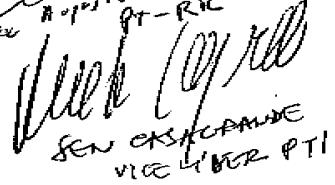
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

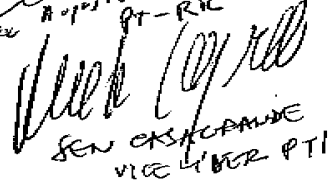
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

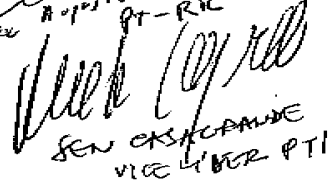
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

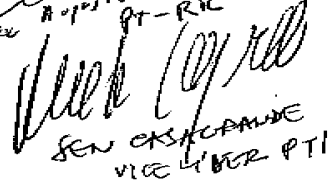
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

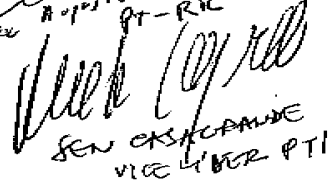
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

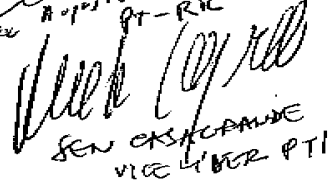
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

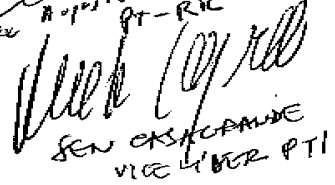
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

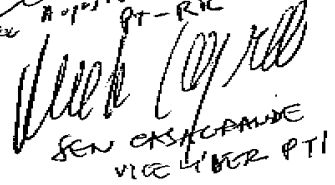
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

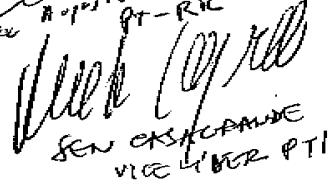
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

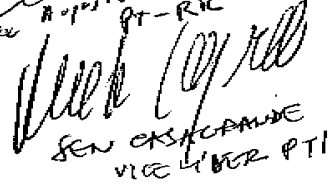
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

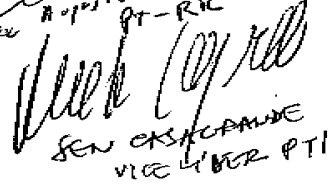
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

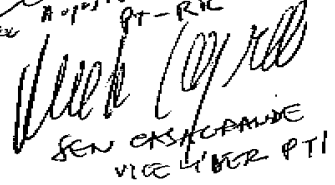
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

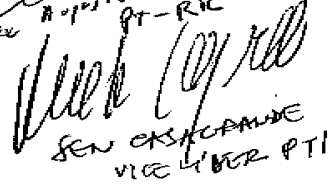
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

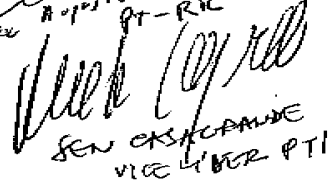
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

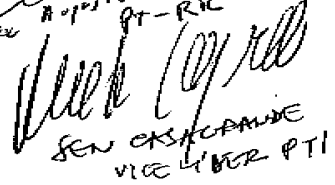
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

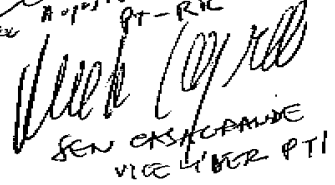
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

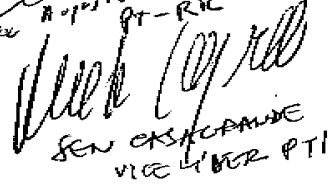
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

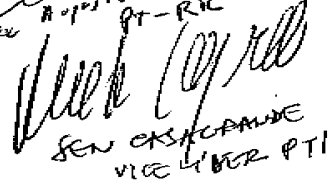
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

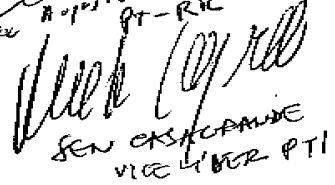
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

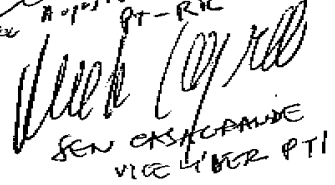
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

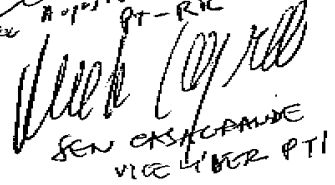
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

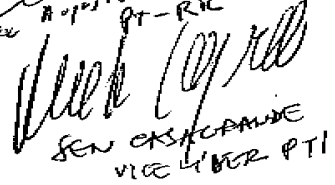
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

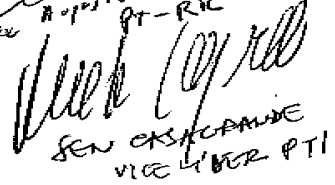
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

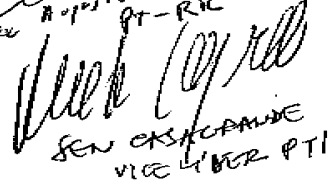
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

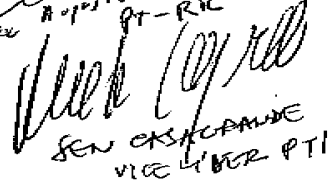
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

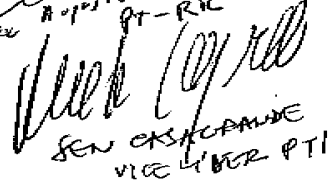
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

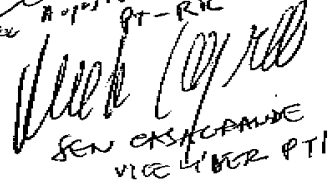
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

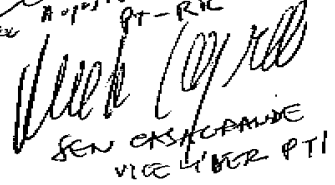
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

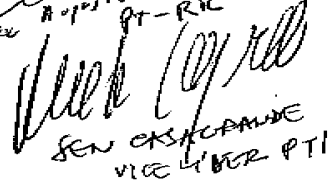
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

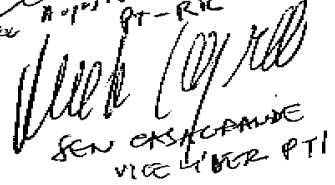
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

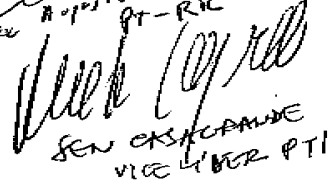
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

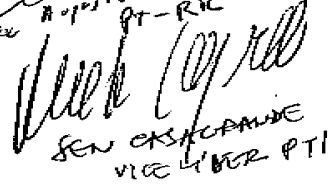
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

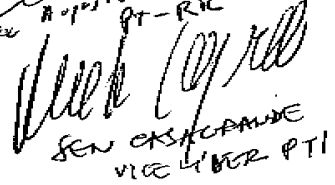
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

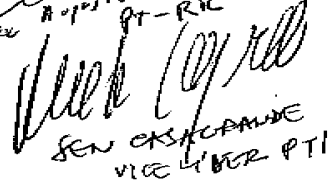
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

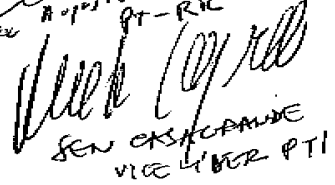
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

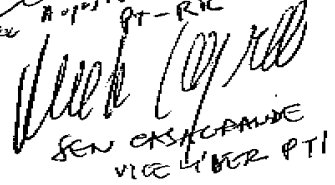
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

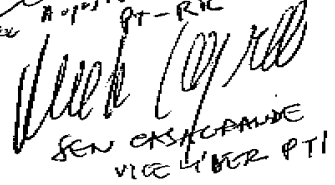
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

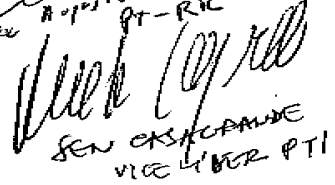
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

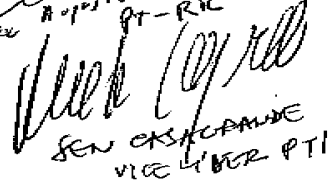
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

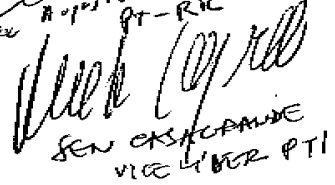
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

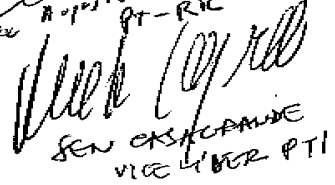
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

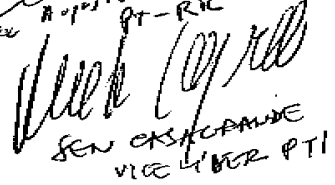
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

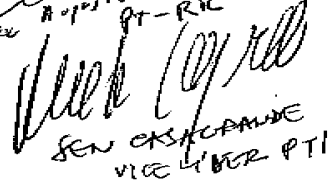
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

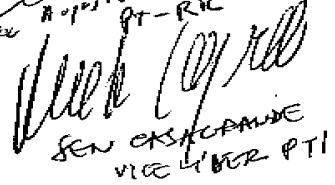
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

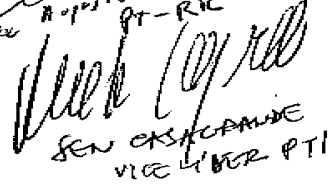
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

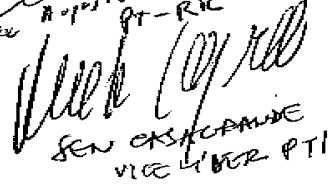
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

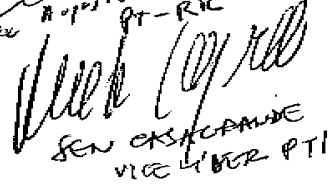
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

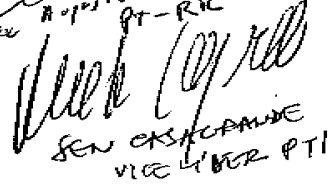
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

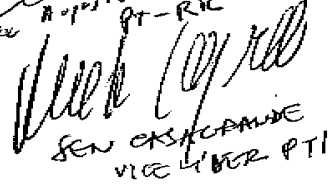
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

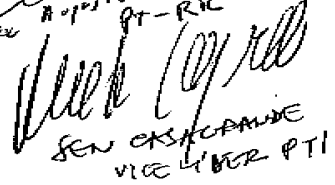
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

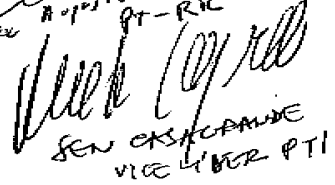
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

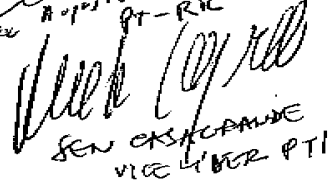
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

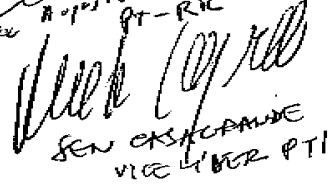
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

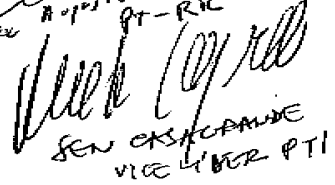
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

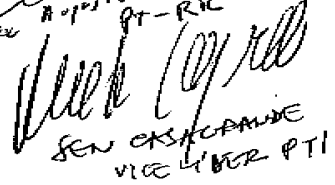
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

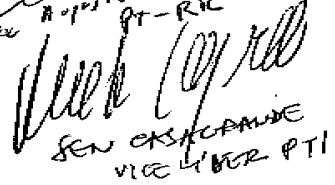
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

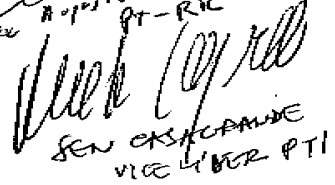
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

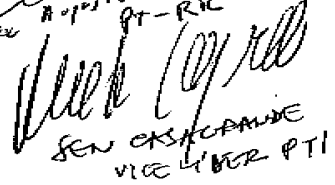
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

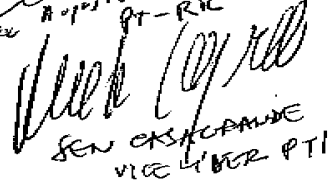
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

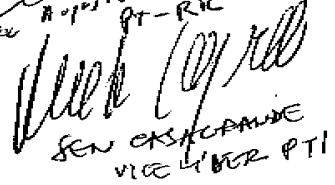
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

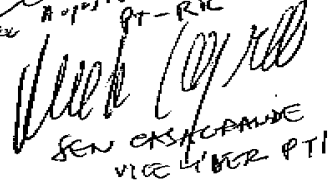
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

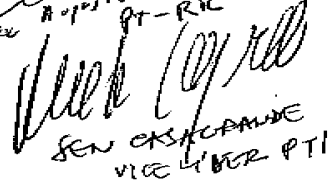
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

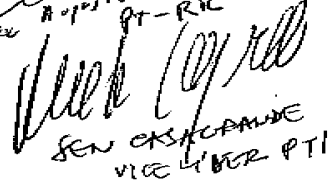
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

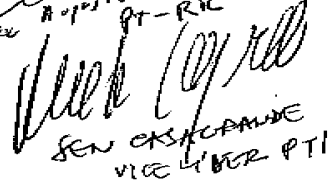
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

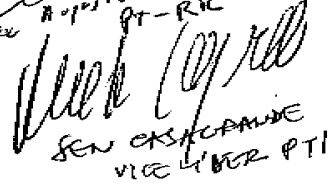
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

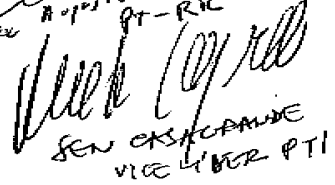
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

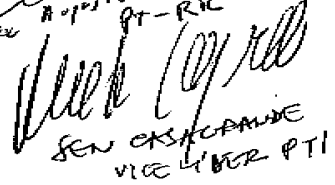
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

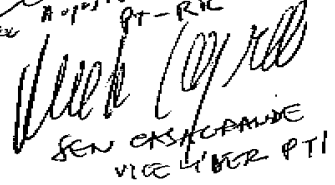
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

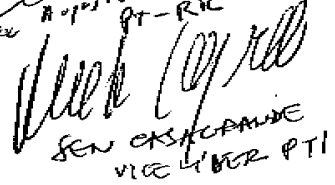
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

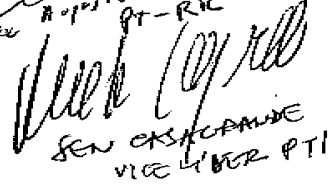
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

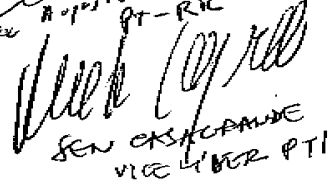
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

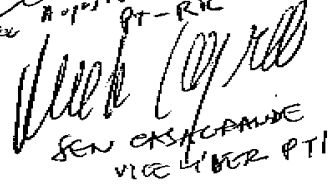
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

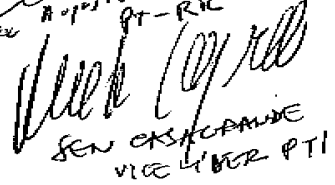
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

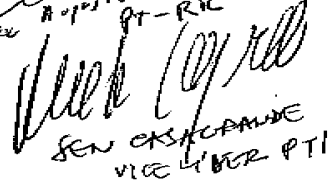
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

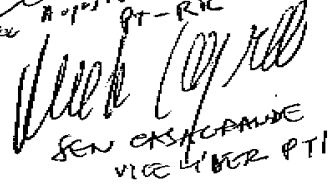
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

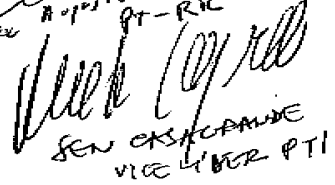
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

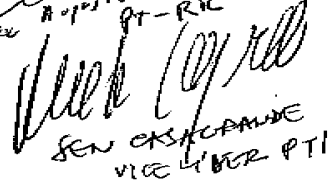
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

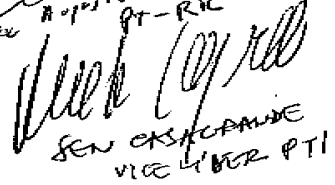
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

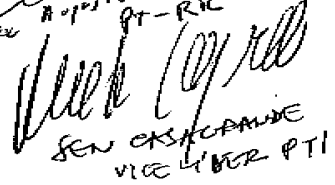
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

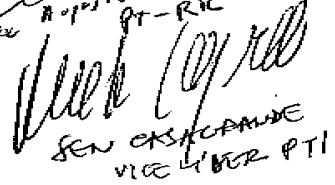
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

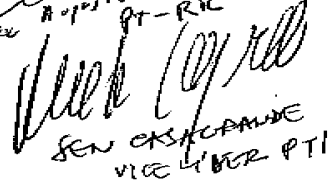
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

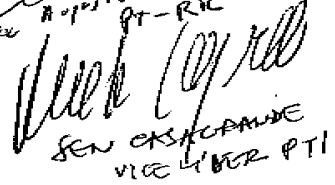
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

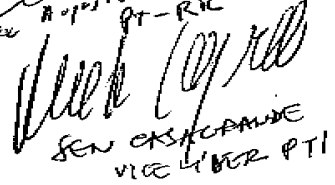
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

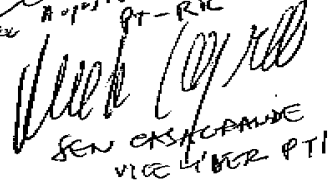
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

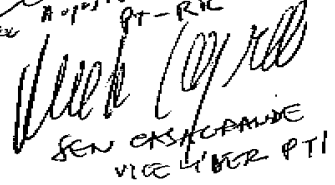
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

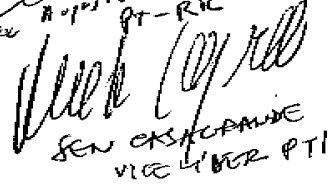
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

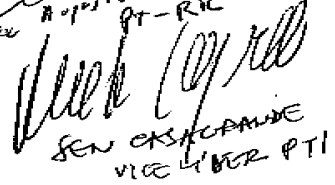
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

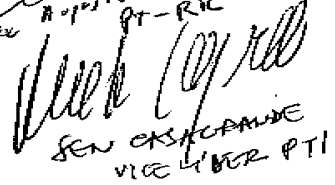
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

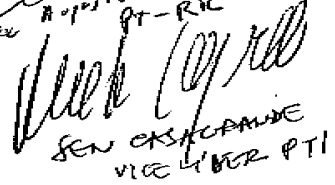
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

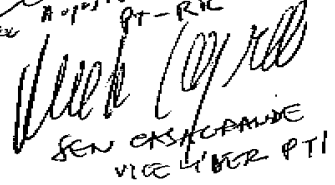
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

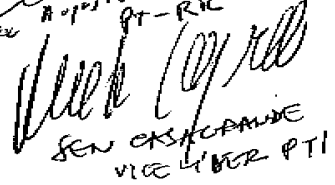
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

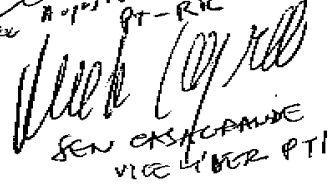
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

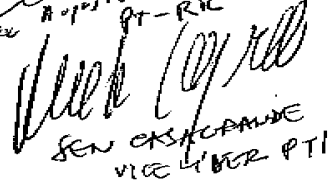
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

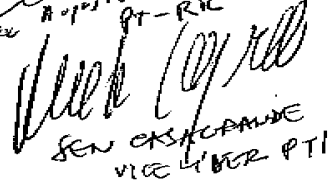
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

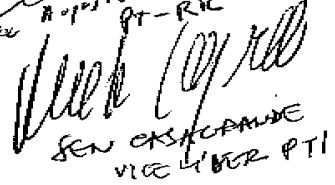
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

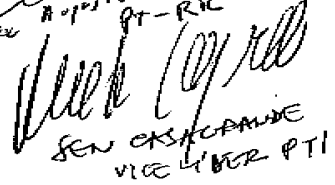
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

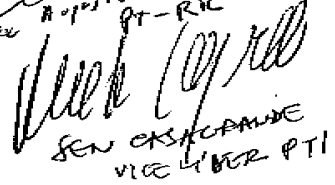
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

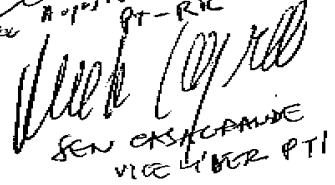
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

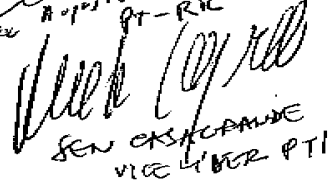
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

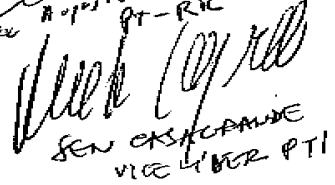
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

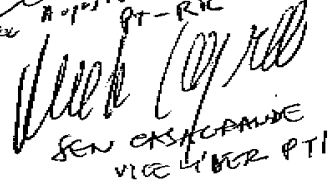
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

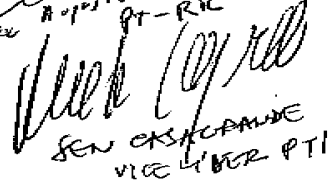
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

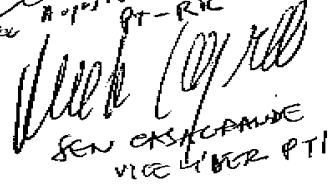
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

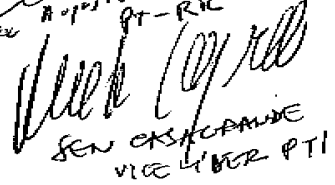
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

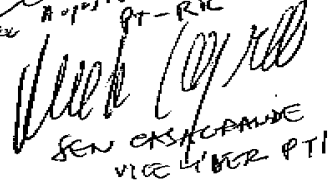
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

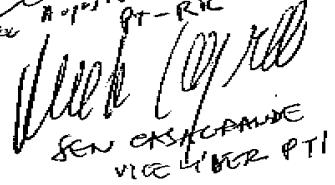
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

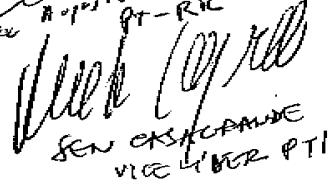
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

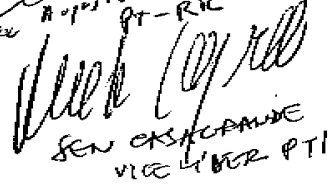
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

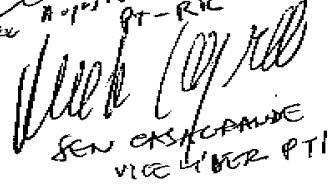
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

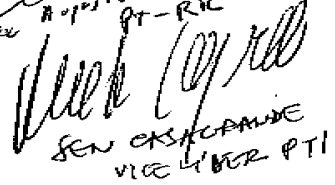
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

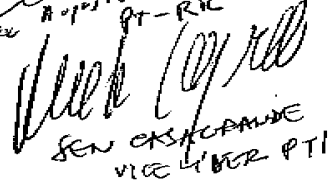
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

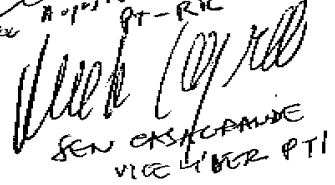
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

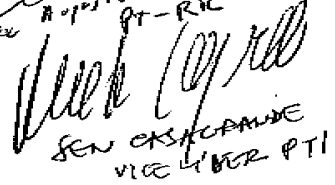
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

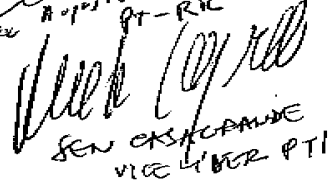
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

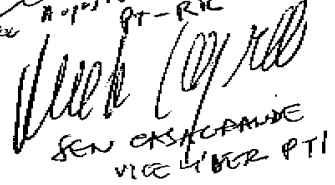
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

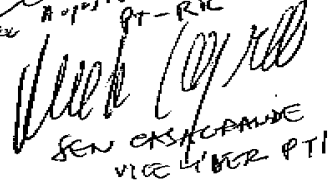
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

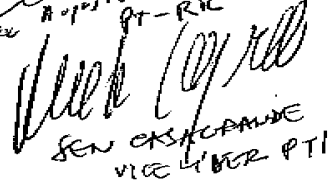
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

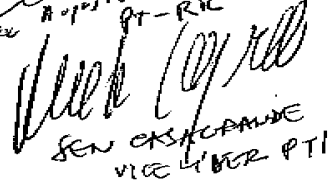
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

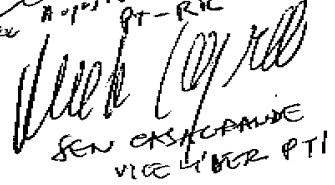
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

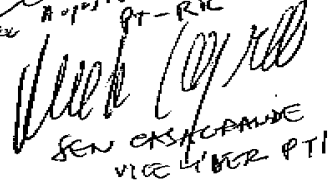
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

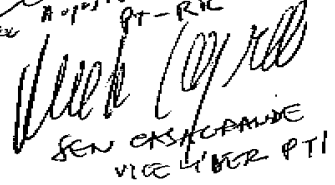
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

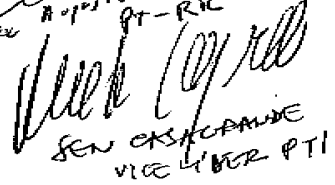
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

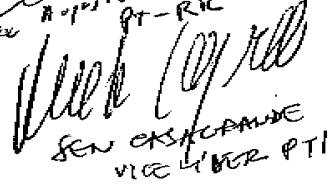
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

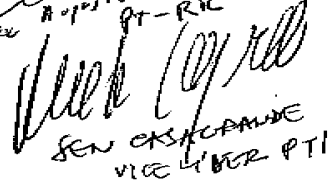
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

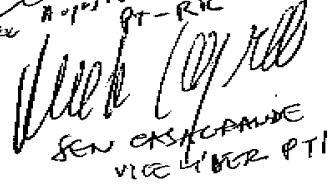
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

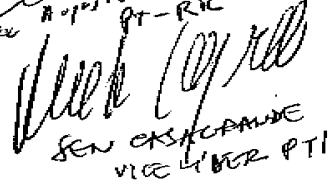
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

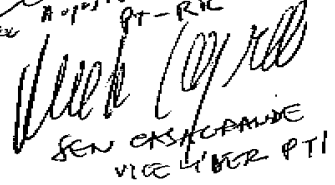
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

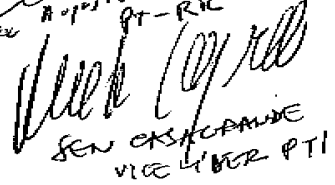
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

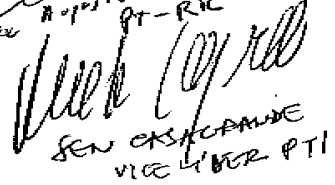
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

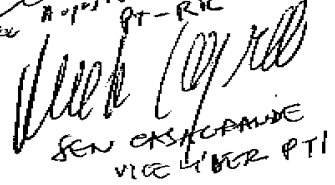
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

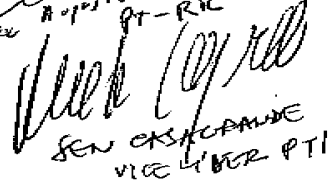
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

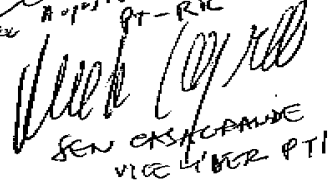
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

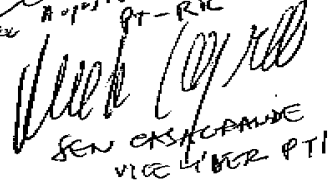
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

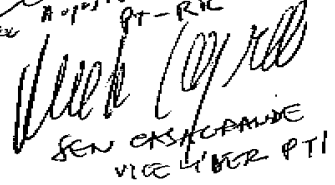
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

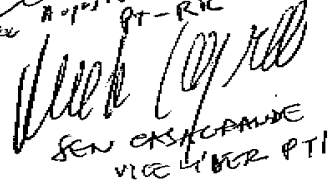
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

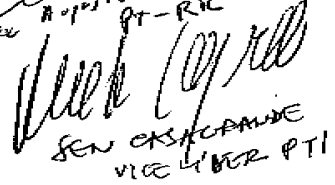
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

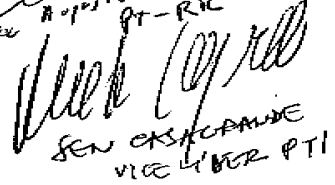
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

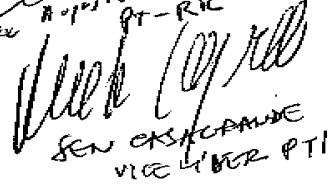
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

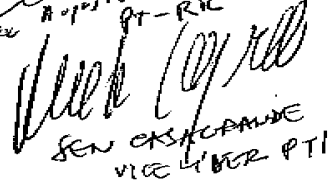
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

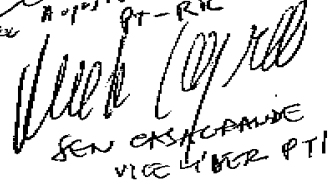
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

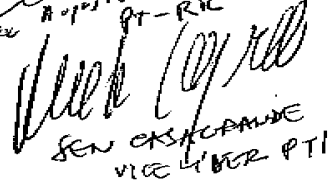
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

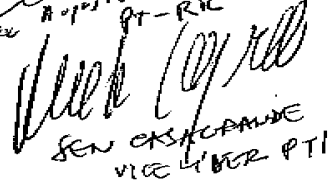
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

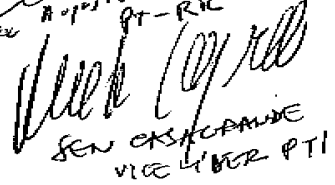
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

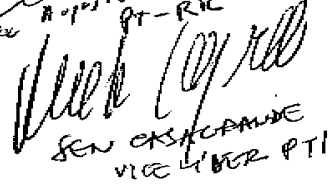
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

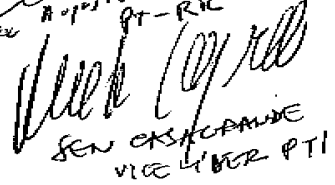
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

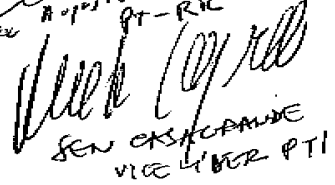
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

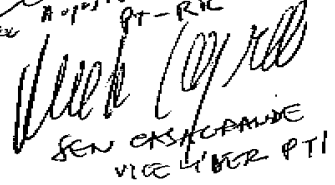
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

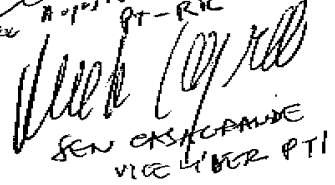
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

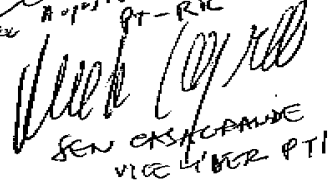
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

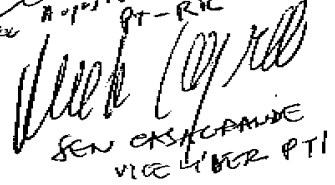
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

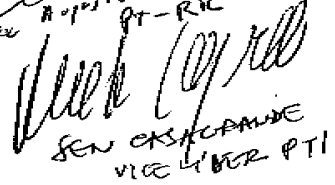
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

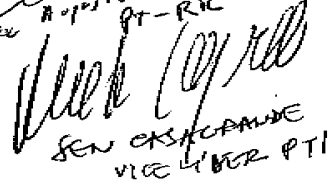
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

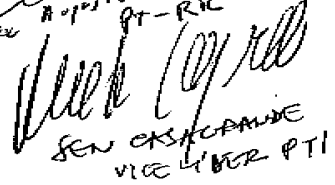
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

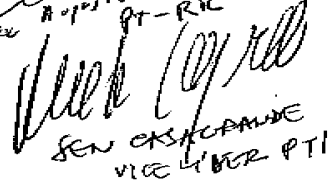
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

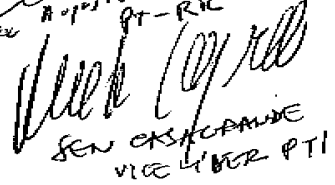
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

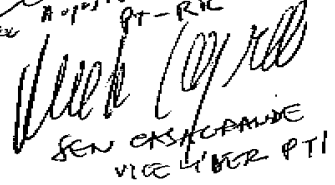
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

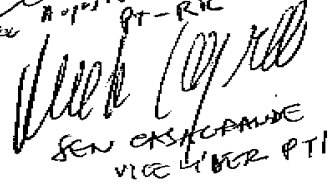
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

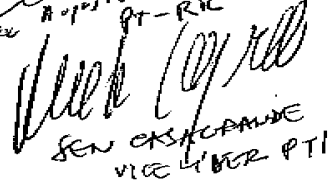
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

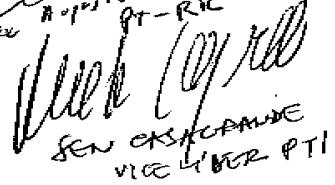
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

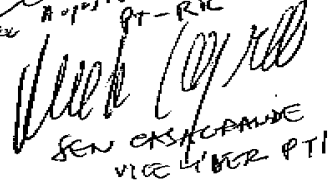
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

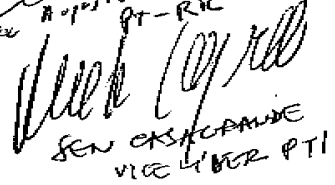
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

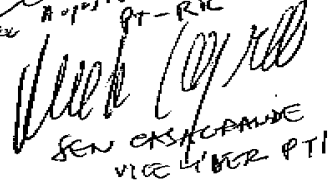
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

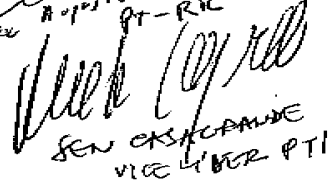
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

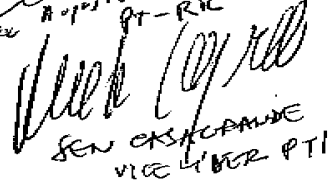
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

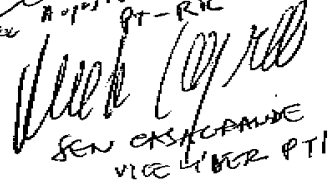
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

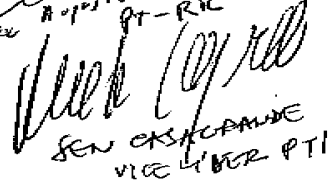
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

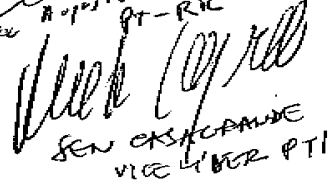
  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

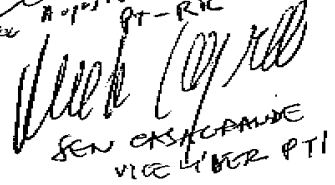
  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD

  
SENADOR CLÁUDIO CAJADO  
DEM/BA

  
SENADOR PAULO ROBERTO COSTA  
PPS/OD





**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Em votação o requerimento de urgência.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

**O SR. ARNALDO MADEIRA** (PSDB–SP) – Sr.

Presidente, peço que se registre meu voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Pois não.

Registrado o voto contrário do Deputado Arnaldo Madeira.

Aprovado na câmara.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Vamos à votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Item 7:

#### **PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2009-CN**

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 25, de 2009–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$119.120.055,00 (cento e dezenove milhões, cento e vinte mil e cinquenta e cinco reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.**

Ao projeto de lei foram apresentadas 5 emendas, dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado para proferir o parecer.

#### **PARECER Nº 30, DE 2009-CN**

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT–MG. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, antes de proferir o meu voto propriamente dito, quero fazer um agradecimento especial à Oposição, na pessoa do Deputado Otavio Leite, assim como à Deputada Rose, da nossa base, que esteve conosco hoje pela manhã visitando as obras. Havia dúvidas com relação à reforma pela qual o Palácio hoje passa. Quero agradecer à Oposição, que entendeu as explicações. Deputado Claudio Cajado, estivemos lá mostrando, explicando, tirando as dúvidas com relação a esse projeto. Então, quero agradecer à Oposição, Deputado Otavio Leite, por ter visitado as obras, e à Deputada Rose, que esteve lá conosco. Es-

tamos ainda com os sapatos com o pó, a poeira das obras. Mostramos que é realmente importante – além dos Tribunais e da Justiça Eleitoral.

Quanto a esse crédito, o nosso parecer é pela aprovação, de acordo com o projeto; portanto, pela rejeição das emendas, porque não estão adequadas ao que está aqui apresentado. O nosso parecer é pela aprovação, de acordo com o projeto enviado pelo Executivo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Portanto, o parecer concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão o projeto.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Claudio Cajado, por favor.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está entre os objetivos desse projeto a suplementação para as obras do Palácio do Planalto, mas principalmente o atendimento a Tribunais Regionais Eleitorais de diversos Estados. Inclusive, o da Bahia está sendo contemplado. Nós resolvemos apoiar essa iniciativa por esse motivo.

De igual forma, há solicitação do Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, para que essa matéria seja votada em função de ceder espaço para o Governo Federal e, desejoso de ver concluídas, o mais rapidamente possível, as obras do Palácio do Planalto, para ter de volta esse prédio no aniversário de 50 anos de Brasília.

Portanto, entendemos ser meritória essa proposição. Diante do pleito dos Tribunais Regionais Eleitorais, em especial o da Bahia, e do Governador do Distrito Federal, concordamos com a sua inclusão e iremos votar a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer que ainda ontem, na Comissão de Orçamento, quando essa matéria veio à discussão, chamou-nos atenção em primeiro lugar o valor e depois começamos a debater o assunto. O Deputado Gilmar Machado houve por bem convocar técnicos do Governo Federal para esclarecer algumas dúvidas e verificamos que havia um procedimento, no nosso entendimento, oblíquo e

equivocado do ponto de vista do que seja a trajetória administrativa adequada para procedermos às obras de reforma do Palácio do Planalto, tendo em vista que a licitação foi feita pelo Comando do Exército.

Esse crédito está agora querendo corrigir essa irregularidade de procedimento. É óbvio que se trata do Estado brasileiro, não do governo A ou B. Nós tivemos a precaução de *in loco* verificar a quantas andava a obra e nos prestaram uma série de informações hoje. Não obstante, vamos prosseguir ao lado do Tribunal de Contas da União, vide art. 71, porque é nosso órgão auxiliar, para acompanhar o cronograma físico e financeiro da obra. Evidentemente que no dia 21 de abril será bom que a obra esteja concluída, para ser mais um ingrediente nas comemorações dos 50 anos de Brasília.

Enfim, queremos registrar esses detalhes porque foram as razões pelas quais nós, ao tempo da discussão na Comissão, obstruímos a votação. Agora vamos encaminhar positivamente à aprovação, não obstante essas ressalvas. Prosseguiremos a acompanhar milimetricamente cada centavo que ali está sendo gasto.

Foi de fato importante verificarmos a obra *in loco*. Acho que a Câmara, de vez em quando, tem de se deslocar de forma pluripartidária para identificar o que está acontecendo. Os nossos sapatos estavam sujos. Perguntaram a certa altura o que eu estava fazendo lá e eu, cariocamente, disse que estava ali para ver se aquele poleiro estava bonito para o tucano que o habitará em 2011.

O fato é que estamos encaminhando positivamente à matéria, com as ressalvas que aqui aludi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Otavio Leite.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco/PMDB–ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero registrar que acompanhamos essa comissão que

visitou as obras. Lembro que a obra ora em discussão é feita em patrimônio tombado pela Unesco. Não se trata de uma obra qualquer, mas de fundamental importância e sobretudo da reestruturação desse patrimônio. É uma bela obra, entregue à responsabilidade do Exército Brasileiro.

Tudo o que vimos nos satisfaz plenamente, sob o ponto de vista do meu partido, o PMDB.

Portanto, somos totalmente favoráveis à aprovação da matéria e aproveitamos para parabenizar a Oposição, que teve essa visão direta e específica sobre o assunto e neste momento colabora para que seja aprovado esse recurso tão importante para a conclusão das obras.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputada Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer apresentado.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. ARNALDO MADEIRA** (PSDB–SP) – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex<sup>a</sup> o registro do meu voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Será registrado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

## **PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2009-CN**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 119.120.055,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.**

### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor das Justiças Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 119.120.055,00 (cento e dezenove milhões, cento e vinte mil, cinquenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.**

**Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:**

**I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a Recursos Ordinários, no valor de R\$ 100.533.300,00 (cem milhões, quinhentos e trinta e três mil e trezentos reais);**

**II - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e**

**III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de 18.086.755,00 (dezoito milhões, oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.**

**Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.**

**Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Brasília,**











ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
UNIDADE : 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**AMEND**

**CREDITO ESPECIAL**

### PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC                                     | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO                                        | E  | C  | R | M  | B  | F   | VALOR            |
|------------------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------|----|----|---|----|----|-----|------------------|
|                                          |                |                                                                        | ST | ND | P | OD | LE | TE  |                  |
| <b>0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL</b> |                |                                                                        |    |    |   |    |    |     | <b>1.025.000</b> |
|                                          |                | <b>PROJETOS</b>                                                        |    |    |   |    |    |     |                  |
| 02 122                                   | 0570 5439      | CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS                                     |    |    |   |    |    |     | 300.000          |
| 02 122                                   | 0570 5439 0513 | CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE NOVA LINDOIA - PR |    |    |   |    |    |     | 300.000          |
|                                          |                |                                                                        | F  | 4  | 2 | 90 | 0  | 100 | 300.000          |
| 02 123                                   | 0570 5451      | AMPLIACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS                                      |    |    |   |    |    |     | 725.000          |
| 02 123                                   | 0570 5451 1317 | AMPLIACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE LINDOIA - PR       |    |    |   |    |    |     | 725.000          |
|                                          |                |                                                                        | F  | 4  | 2 | 90 | 0  | 100 | 725.000          |
| <b>TOTAL - FISCAL</b>                    |                |                                                                        |    |    |   |    |    |     | <b>1.025.000</b> |
| <b>TOTAL - SEGURIDADE</b>                |                |                                                                        |    |    |   |    |    |     | <b>0</b>         |
| <b>TOTAL - GERAL</b>                     |                |                                                                        |    |    |   |    |    |     | <b>1.025.000</b> |

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
UNIDADE : 14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

## ANEXOS

**CUERPO ESPECIAL**

### PROGRAMA DE TRABALHO

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

| FUNC                              | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                    | C | E | M | F  | M | O   | D | E | E | VALOR  |
|-----------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---|---|---|--------|
| 0918 CESTAO DO PROCESSO ELEITORAL |                |                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   |   | 30.940 |
|                                   |                | PROJETOS                                                                           |   |   |   |    |   |     |   |   |   |        |
| 02 122                            | 0570 5437      | CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS                                                 |   |   |   |    |   |     |   |   |   | 24.940 |
| 02 122                            | 0570 5439 5397 | CONSERVACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILENDIA DOESTE - RO |   |   |   |    |   |     |   |   |   | 24.940 |
|                                   |                | CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1                                                    | F | 4 | 2 | 98 | 0 | 100 |   |   |   | 24.940 |
| 02 122                            | 0570 5439      | AMPLIACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS                                                  |   |   |   |    |   |     |   |   |   | 26.000 |
| 02 122                            | 0570 5439 1313 | AMPLIACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE JI-PARANA - RO                 |   |   |   |    |   |     |   |   |   | 26.000 |
|                                   |                | CARTORIO AMPLIADO (UNIDADE) 1                                                      | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 |   |   |   | 26.000 |
| TOTAL - FISCAL                    |                |                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   |   | 50.940 |
| TOTAL - SEGURIDADE                |                |                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   |   | 0      |
| TOTAL - GERAL                     |                |                                                                                    |   |   |   |    |   |     |   |   |   | 50.940 |



ORGAO : 16800 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS  
UNIDADE : 6601 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL

**ANEXON**

## CREATING SPECIAL

### PROGRAMA DE TRABAHO

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,09**

| PUNC                                              | PROGRAMATICA   | PROGRAMAÇAO/SUBTITULO/PRODUTO                                                                                                               | E<br>S<br>F | E<br>C<br>F | M<br>O<br>D | J<br>U | F<br>T<br>E | VALOR   |
|---------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0547 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL |                |                                                                                                                                             |             |             |             |        |             | 500.000 |
|                                                   |                | PROJETO:                                                                                                                                    |             |             |             |        |             |         |
| 03 136                                            | 0547 123R      | "IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS (E-RJS)           |             |             |             |        |             | 500.000 |
| 03 126                                            | 0547 123R.0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS (E-RJS) - NACIONAL |             |             |             |        |             | 500.000 |
|                                                   |                | SISTEMA IMPLANTADO (M DE EXECUCAO FISICA) ?                                                                                                 | F           | 4           | 2           | 90     | 6           | 150     |
| TOTAL - FISCAL                                    |                |                                                                                                                                             |             |             |             |        |             | 500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE                                |                |                                                                                                                                             |             |             |             |        |             | 0       |
| TOTAL - GERAL                                     |                |                                                                                                                                             |             |             |             |        |             | 500.000 |

ORGAO : 20009 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 30101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

**ANEXO I**

**CRÉDITO ESPECIAL**

### PROGRAMA DE TRABAJO

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

| FUNC.  | PROGRAMATICA   | PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                                                           | E | G | M | J  | F | VALOR       |
|--------|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-------------|
|        |                |                                                                                                                         | S | R | O | N  | Z |             |
|        |                |                                                                                                                         | N | P | D | I  | E |             |
|        |                | 6750 APOIO ADMINISTRATIVO                                                                                               |   |   |   |    |   | 100.000.000 |
|        |                | PROJETOS                                                                                                                |   |   |   |    |   |             |
| 04 012 | 0750 121Y      | RESTAURACAO E MODERNIZACAO DO PALACIO DO PLANALTO                                                                       |   |   |   |    |   | 100.000.000 |
| 04 122 | 0750 121Y 0053 | RESTAURACAO E MODERNIZACAO DO PALACIO DO PLANALTO - NO DISTRITO FEDERAL - EDIFICIO RESTAURADO (% DE EXECUCAO FISICA) IM | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300         |
|        |                |                                                                                                                         | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300         |
|        |                |                                                                                                                         |   |   |   |    |   | 2.000.000   |
|        |                |                                                                                                                         |   |   |   |    |   | 98.000.000  |
|        |                | TOTAL - FISCAL                                                                                                          |   |   |   |    |   | 100.000.000 |
|        |                | TOTAL - SEGURIDADE                                                                                                      |   |   |   |    |   | 0           |
|        |                | TOTAL - GERAL                                                                                                           |   |   |   |    |   | 100.000.000 |



ORCAO : 14006 - JUSTICA ELEITORAL  
UNIDADE : 14001 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**ANEXO E**

**CREDITO ESPECIAL**

### PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. M

| FUNC                              | PROGRAMATICA   | PROGRAMMACAO/SUBTITULO/PRODUTO                | E<br>S<br>F | G<br>R<br>P | M<br>O<br>U | J<br>U<br>R | F<br>I<br>C | VALOR      |
|-----------------------------------|----------------|-----------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL |                |                                               |             |             |             |             |             | 11.210.378 |
|                                   |                | ATIVIDADES                                    |             |             |             |             |             |            |
| 02 122                            | 0570 2272      | GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA            |             |             |             |             |             | 11.210.378 |
| 02 122                            | 0570 2272 0001 | GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL | F           | 3           | 2           | 90          | 0 100       | 11.210.378 |
| TOTAL - FISCAL                    |                |                                               |             |             |             |             |             | 11.210.378 |
| TOTAL - SEGURIDADE                |                |                                               |             |             |             |             |             | 0          |
| TOTAL - GERAL                     |                |                                               |             |             |             |             |             | 11.210.378 |

ORGÃO : 14098 - JUSTIÇA ELEITORAL  
INSCRIÇÃO : 14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

## ANNEX D

**CREDITO ESPECIAL**

### PROGRAMA DE TRABAJO (CÁLCULO)

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

| FUNC                              | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO               | EC | OR | M | 1  | F     | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|-----------------------------------------------|----|----|---|----|-------|-------|
|                                   |                |                                               | S  | P  | O | 5  | T     |       |
|                                   |                |                                               | F  | D  | B |    | E     |       |
| 9378 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL |                |                                               |    |    |   |    |       | 7.000 |
|                                   |                | ATIVIDADES                                    |    |    |   |    |       |       |
| 01 122                            | 0570 2271      | GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA            |    |    |   |    |       | 7.000 |
| 02 122                            | 0570 2272-0001 | GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL |    |    |   |    |       | 7.000 |
|                                   |                |                                               | F  | 4  | 2 | 90 | 8-100 | 7.000 |
| TOTAL - FISCAL                    |                |                                               |    |    |   |    |       | 7.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE                |                |                                               |    |    |   |    |       | 0     |
| TOTAL - GERAL                     |                |                                               |    |    |   |    |       | 7.000 |









| FUNC                              | PROG/EMATICA   | PROGRAMA/CADASTRO/STILO/PRODUTO                                                                        | E<br>S<br>F | G<br>R<br>P | M<br>O<br>D | F<br>U | F<br>T<br>E | VALOR   |
|-----------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL |                |                                                                                                        |             |             |             |        |             | 400.000 |
|                                   |                | PROJETOS                                                                                               |             |             |             |        |             |         |
| 02 122                            | 0570 5720      | CONSTRUCAO DO ANEXO I DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE                                |             |             |             |        |             | 400.000 |
| 02 122                            | 0570 1720 0101 | CONSTRUCAO DO ANEXO I DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE - NO MUNICIPIO DE ARACARI - SE | F           | 4           | 2           | 90     | 0           | 400.000 |
| TOTAL - FISCAL                    |                |                                                                                                        |             |             |             |        |             | 400.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE                |                |                                                                                                        |             |             |             |        |             | 0       |
| TOTAL - GERAL                     |                |                                                                                                        |             |             |             |        |             | 400.000 |

UNIDADE: 0014 - SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA E PESCA

## CREDIT SPECIAL

**REFLESCOS DE TOLAS AS FORTES - R\$ 1,00**

| FUNC                      | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO     | EG  | GR | M  | J  | F   | VALOR   |
|---------------------------|----------------|-------------------------------------|-----|----|----|----|-----|---------|
|                           |                |                                     | SIN | P  | OD | U  | T   |         |
|                           |                |                                     | F   |    |    |    |     |         |
| 9750 APOIO ADMINISTRATIVO |                |                                     |     |    |    |    |     | 300.000 |
|                           |                | ATIVIDADES                          |     |    |    |    |     |         |
| 20 121                    | 9750 2000      | ADMINISTRACAO DA UNIDADE            |     |    |    |    |     | 300.000 |
| 20 122                    | 9750 2000 0001 | ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL | F   | 3  | 2  | 90 | 100 | 300.000 |
| TOTAL - FISCAL            |                |                                     |     |    |    |    |     | 300.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE        |                |                                     |     |    |    |    |     | 0       |
| TOTAL - GERAL             |                |                                     |     |    |    |    |     | 300.000 |

UNIDAMC : 34901 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL.

**CRÉDITO ESPECIAL****REGULOS DE TODAS AS FONTES - DE LIND**

| FUNC                           | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/CAOSUBTITULO/PRODUTO                                      | E | C | R | M  | L | F   | VALOR   |
|--------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------|---|---|---|----|---|-----|---------|
|                                |                |                                                                    | S | P | O | O  | T | G   |         |
|                                |                |                                                                    | F | E | B | B  |   |     |         |
| 0300 DESPESA DA ORDEM JUDICIAL |                |                                                                    |   |   |   |    |   |     | 170.000 |
|                                |                | PROJETOS                                                           |   |   |   |    |   |     |         |
| 03 122                         | 0501 3752      | IMPLANTACAO DE PROCURADORIAS JUNTO AS VARAS<br>FEDERAIS            |   |   |   |    |   |     | 170.000 |
| 03 122                         | 0501 3752 0001 | IMPLANTACAO DE PROCURADORIAS JUNTO AS VARAS<br>FEDERAIS - NACIONAL |   |   |   |    |   |     | 170.000 |
|                                |                |                                                                    | 5 | 1 | 2 | 90 | 0 | 100 | 170.000 |
| TOTAL - FISCAL                 |                |                                                                    |   |   |   |    |   |     | 170.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE             |                |                                                                    |   |   |   |    |   |     | 0       |
| TOTAL - GERAL                  |                |                                                                    |   |   |   |    |   |     | 170.000 |





**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
Projeto de Lei nº 24, de 2009–CN.

Sobre a mesa, requerimento de urgência para a  
matéria, que passo a ler:

É lido o seguinte:

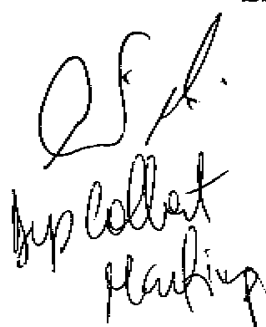
## **REQUERIMENTO Nº 16, de 2009 - CN**

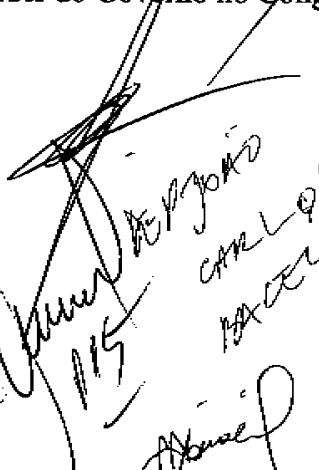
**Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional**

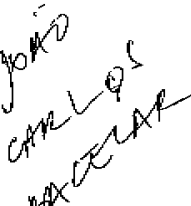
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 24/09, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 501.561.242,00 (quinhentos e um milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", na presente Sessão.

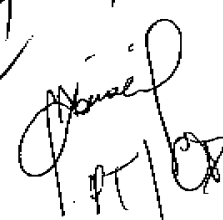
Sala das Sessões, em 09 de julho de 2009.

  
**Senadora Ideli Salvatti**  
Líder do Governo no Congresso Nacional

  
Dep. Carlos Maciel

  
Dep. Paulo Sérgio

  
Carlos Maciel

  
Paulo Sérgio

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 24.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Item 8:

#### **PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2009-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 24, de 2009–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$501.561.242,00 (quinhentos e um milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas. Pendente de parecer a ser proferido em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

#### **PARECER Nº 31, DE 2009-CN-PLEN**

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT–RO. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, faço uma reclamação por ter deixado por último esse projeto. O PL nº 25 era posterior, mas tenho a honra de concluir o trabalho.

À matéria não houve apresentação de emendas. O objeto principal do crédito é viabilizar, no âmbito da administração direta, o pagamento de integralização de cotas à Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, organismo do Banco Mundial responsável por empréstimos sem juros e subsídios aos países mais pobres com o objetivo de apoiar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida das populações. Esse é, na essência, um dos objetivos do projeto, que também vai propiciar à Procuradoria da Fazenda Nacional a realização de concurso público para os seus quadros.

Então, a matéria, no mérito, é extremamente importante.

Vou ler resumidamente o voto, para ganharmos tempo.

O presente crédito está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III da Lei nº 4.320, de 7 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. nº 167, inciso V, da Constituição Federal e será viabilizado de recursos próprios não financeiros, e de anulação parcial de dotação orçamentária, demonstrado em quadro anexo.

A iniciativa não contraria dispositivos constitucionais e disposições legais, atinentes, em particular, ao que diz respeito à compatibilidade com o PPA 2008/2011 e à sua conformidade com a disposição da LDO 2009, tendo votado com a aprovação do PLN na forma...

Eu oriento a aprovação do PLN na forma oriunda do Poder Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

**PARECER nº ,de 2009 – CN  
(DE PLENÁRIO)**

Sobre o Projeto de Lei nº 24, de 2009-CN, que  
“Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do  
Ministério da Fazenda, crédito suplementar no  
valor de R\$ 501.561.242,00, para reforço de  
dotações constantes da Lei Orçamentária  
vigente”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado EDUARDO VALVERDE

**I – RELATÓRIO**

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 65, de 2009-CN (nº 477/2009, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 501.561.242,00 (quinhentos e um milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

De conformidade com a Exposição de Motivos EM nº 00108/2009/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito destina-se a atender às unidades orçamentárias discriminadas no Quadro I apresentado a seguir:

**QUADRO I**

| <b>Unidade Orçamentária</b>                                  | <b>Suplementação<br/>(em R\$)</b> |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>                                 | <b>501.561.242</b>                |
| - Ministério da Fazenda (Administração Direta)               | 54.000.000                        |
| - Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB              | 396.000.000                       |
| - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN              | 14.244.392                        |
| - Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE | 37.316.850                        |

Segundo a Exposição de Motivos, os recursos necessários para o atendimento do crédito serão provenientes das seguintes fontes, conforme demonstrado no Quadro II.

**QUADRO II**

| <b>Fonte dos Recursos</b>                                                                                                                                                                       | <b>Valor (R\$)</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| - Anulação parcial de dotação orçamentária no órgão / unidade orçamentária: Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda | 464.244.392        |
| - Excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros                                                                                                                                   | 37.316.850         |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                                                                                                    | <b>501.561.242</b> |

Informa também que o crédito viabilizará, no âmbito da Administração Direta, a integralização de cotas junto à Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, organismo do Banco Mundial, responsável por empréstimos sem juros e concessão de subsídios aos países mais pobres, com o objetivo de reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida dessas populações. Na Receita Federal do Brasil – RFB, possibilitará a manutenção dos seus sistemas informatizados. Em relação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, atenderá despesas de funcionamento administrativo do órgão, além de assegurar a liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas na dívida ativa da União por meio da prestação de serviços pelo Banco do Brasil. Já no tocante ao Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento – FUNTREDE, permitirá a realização de concursos públicos pela Escola de Administração Fazendária – ESAF.

Referida Exposição salienta que o pleito decorre de solicitação formalizada pelo próprio órgão e a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo em sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Esclarece também que as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 37.316.850,00 (trinta e sete milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais) tratam de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

b) R\$ 464.244.392,00 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias;

c) o § 2º do art. 1º do Decreto nº 6.752, de 28.01.2009, condiciona a execução das despesas primárias discricionárias objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no citado Decreto.

Em atendimento ao disposto no art. 57, § 9º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009 – LDO/2009 (Lei nº 11.768, de 14.08.2008), é demonstrado em quadro anexo à referida EM o excesso de arrecadação da receita utilizado parcialmente no crédito em análise.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Do exame do projeto, verificamos inicialmente que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 07.04.2008) e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009 – LDO/2009 (Lei nº 11.768, de 14.08.2008).

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira, acumulada até 01.07.2009, elaborado pela COFF/CD e PRODASEN, a partir de dados SIAFI/STN, mostra que, até essa data, havia disponibilidade de recursos para cancelamento na dotação oferecida como fonte para o atendimento do pleito.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2009-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em            de julho de 2009.

  
**Deputado EDUARDO VALVERDE**  
Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Eduardo Valverde. Em discussão o projeto.

Para discutir, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que um dos objetivos do PL nº 24 é assegurar a liquidação e renegociação de dívidas rurais inscritas na Dívida Ativa da União, por meio da prestação de serviço do Banco do Brasil.

Portanto, importante suporte para a renegociação das dívidas agrícolas, que queremos ver implementada, já que foi deliberada anteriormente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Agora, o Governo fica com todo o mecanismo orçamentário para fazer com que a seguridade agrícola pode ser efetivamente implementada.

Muito obrigado.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT–MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Gilmar Machado.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT–MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o Governo, na hora da negociação, não tinha condições de abrir mais créditos, quero agradecer muito ao PMDB, que disse desde o início que esse era um crédito do qual não abria mão. Quero, então, agradecer à Oposição por ter esse entendimento, acolhido um crédito a mais, e, ao PMDB, por realmente colocar como uma das prioridades essa renegociação das dívidas, a fim de garantir o Plano Safra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem) – Sr. Presidente, é lamentável que o Governo não priorize a agricultura, mas nós resolvemos priorizá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT–RO. Relator.) – Sr. Presidente, quero apenas complementar o comentário sobre o conteúdo de mérito. Falei de uma questão importante, a ajuda do Brasil a um órgão internacional da ONU para combater a pobreza no mundo, mas deixei de dizer algo importante para nós, brasileiros: que assegurará a liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas na Dívida Ativa da União, por meio da prestação de serviços pelo Banco do Brasil. Isso ajudará muito a agricultura brasileira, principalmente

aqueles que têm dívida rural do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ou do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste, enfim, dívidas contraídas para atividades produtivas no campo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não, Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2009-CN

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$501.561.242,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$501.561.242,00 (quinhentos e um milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$37.316.850,00 (trinta e sete milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$464.244.392,00 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



ORÇAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
ENTIDADE : 25009 - MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO 7                                                                                    |                |                                                                                         | CREDITO SUPLEMENTAR                     |       |     |    |    |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------|-----|----|----|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)                                                       |                |                                                                                         | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 |       |     |    |    |            |
| FUNC                                                                                       | PROGRAMÁTICA   | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO                                                         | ESF                                     | GRUPO | MOD | U  | FE | VALOR      |
| 0913 OPERAÇÕES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS |                |                                                                                         |                                         |       |     |    |    | 54.000.000 |
|                                                                                            |                | OPERAÇÕES ESPECIAIS                                                                     |                                         |       |     |    |    |            |
| 04.232                                                                                     | 0920 0544      | INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AID            |                                         |       |     |    |    | 54.000.000 |
| 04.232                                                                                     | 0913 0544 0001 | INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AID - NACIONAL |                                         |       |     |    |    | 54.000.000 |
|                                                                                            |                |                                                                                         | F                                       | 3     | 2   | 90 | 0  | 100        |
| TOTAL - FISCAL                                                                             |                |                                                                                         |                                         |       |     |    |    | 54.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE                                                                         |                |                                                                                         |                                         |       |     |    |    | 0          |
| TOTAL - GERAL                                                                              |                |                                                                                         |                                         |       |     |    |    | 54.000.000 |

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA  
UNIDADE : 25103 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

| ANEXO 1                                   |                | CREDITO SUPLEMENTAR                                                 |                                        |          |          |          |       |             |  |
|-------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|----------|----------|----------|-------|-------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)      |                |                                                                     | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 |          |          |          |       |             |  |
| FUNC                                      | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO                                     | ES<br>SF                               | GR<br>FD | MO<br>OD | UI<br>DU | FE    | VALOR       |  |
| 0770 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA |                |                                                                     |                                        |          |          |          |       | 396.000.000 |  |
|                                           |                | ATIVIDADES                                                          |                                        |          |          |          |       |             |  |
| 04 126                                    | 0770 2075      | SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIARIOS                             |                                        |          |          |          |       | 16.000.000  |  |
| 04 126                                    | 0770 2075 0001 | SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL                  | F                                      | 3        | 2        | 90       | 0 100 | 16.000.000  |  |
| 04 126                                    | 0770 2247      | SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX                   |                                        |          |          |          |       | 80.000.000  |  |
| 04 126                                    | 0770 2247 0001 | SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX - NACIONAL        | F                                      | 3        | 2        | 90       | 0 100 | 80.000.000  |  |
| 04 126                                    | 0770 2248      | SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL            |                                        |          |          |          |       | 300.000.000 |  |
| 04 126                                    | 0770 2248 0001 | SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - NACIONAL | F                                      | 3        | 2        | 90       | 0 100 | 300.000.000 |  |
| TOTAL - FISCAL                            |                |                                                                     |                                        |          |          |          |       | 396.000.000 |  |
| TOTAL - SEGURIDADE                        |                |                                                                     |                                        |          |          |          |       | 0           |  |
| TOTAL - GERAL                             |                |                                                                     |                                        |          |          |          |       | 396.000.000 |  |



**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Há duas erratas que precisam ser votadas pelos Srs. Parlamentares.

A primeira delas é de interesse do Mato Grosso: errata ao Orçamento anterior. A codificação do programa estava errada.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> permite uma ponderação sobre essa errata?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ. Pela ordem) – Essa errata, no meu entendimento, foi solicitada de forma errada.

Ao fazermos a leitura dos documentos que instruem o processo, observamos que ela foi provocada mediante o encaminhamento de um e-mail da Sr<sup>a</sup> Maria Lis de Medeiros Ruareli para Renato Jorge Brown Ribeiro:

“Lis,  
a SPI identificou que a funcional” – número tal – “está equivocada (...)”

E ela solicita, portanto, o que V. Ex<sup>a</sup> disse: a correção.

Sr. Presidente, estamos no Parlamento da República. Imaginar que temos de submeter ao Plenário um documento dessa dimensão, da importância que se constitui a correção de uma função programática, por meio de e-mail, sem qualquer referência, sem qualquer chancela de uma autoridade superior, de um Ministro, é um equívoco. Por mais respeito que tenhamos, ou mesmo estando de acordo, do ponto de vista do procedimento burocrático, esse procedimento é equivocado.

Então, acho que ela deveria ser corrigida, para que, na próxima oportunidade de sessão do Congresso, pudéssemos apreciá-la e aprová-la. Da maneira como está – “Lis,” (parágrafo), como se fosse um bate-papo

-, não podemos aceitar. Há certas formalidades que têm de ser observadas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT–MG. Pela ordem) – Sr. Presidente, uma vez que se tem acordo, não vamos criar nenhum problema, mas não vamos colocar, logicamente, em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Ok. Só ressaltando a V. Ex<sup>as</sup>. que não há condições objetivas de a matéria retornar em outro momento, uma vez que está corrigindo a LDO que estamos...

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Não, Sr. Presidente, o Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O projeto de lei do Orçamento.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – É. A Inês não está morta. A Alice pode ficar tranquila, porque a Débora, que também assina... Aliás, quem encaminhou foi a Débora.

Certamente, técnicos da República são importantes sim, mas da maneira como está, não é conveniente nem adequado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Então, está retirada da pauta.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Está retirada para a devida correção.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Ok.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Há outra errata sobre alteração da modalidade de aplicação, de 30 Estados para 50, de entidades privadas sem fins lucrativos. É também correção de erro material no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 38, de 2008.

Com relação a esta errata, há acordo para votar ou não?

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB – RJ) – Perfeito, Sr. Presidente.

É a seguinte a solicitação de correção:

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 258 /2009/CMO

Brasília, 14 de julho de 2009.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

*Amorim*  
10.07.09  
*Wass*

Assunto: **Solicita a correção de erro material no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA/2009).**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de proceder à retificação na publicação da Lei nº 11.897, de 30/12/2008 – *Lei Orçamentária para 2009* -, tendo em vista a correção de erro material ocorrido no processamento de emendas, conforme especificado no Ofício OFTEC11/2009-CONORF, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, de 2 de junho do corrente, em anexo.

Outrossim, informo que a referida retificação está amparada pelo art. 152 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, e foi aprovada por unanimidade na 3ª Reunião Extraordinária da Comissão, realizada nesta data.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração.

  
Senador ALMEIDA LIMA  
Presidente

*Wass*  
14/7/09 às 17h  
114.5-2008-5

OFTEC11/2009-CONORF

Brasília, 02 de junho de 2009.

**Assunto:** Solicitação de análise para alteração de emendas apresentada ao Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA para 2009).

Senhora Secretária,

Em atendimento ao Of. Sec. M. 024/2009/CMO dessa Comissão, dirigido à Consultora Maria Liz Roarelli, Coordenadora Técnica do PLOA 2009, encaminho Notas Técnicas nº 49/2009 e 50/2009, elaboradas pelo Consultor de Orçamentos Renato Jorge Brown Ribeiro, referente às solicitações de alterações das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 38/208-CN (PLOA para 2009) pelos Deputados Osmar Serraglio (emenda nº 365000020) e Ciro Pedrosa (emenda nº 24750012).

Atenciosamente,



**FABIO GONDIM**  
Consultor-Geral

Ilma. Senhora  
**MYRNA LOPES PEREIRA**  
Secretária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Câmara dos Deputados  
Brasília – DF

## **Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle**

Brasília, 29 de maio de 2009.

Nota Técnica nº 50/2009

**Assunto:** Alteração da LOA 2009 relativo à emenda individual 24750012

**Solicitante:** Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

### **I-INTRODUÇÃO**

Esta nota técnica é elaborada tendo em vista solicitação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no sentido de que seja analisada a informação encaminhada pelo Deputado Ciro Pedrosa, relativa à emenda 24750012

A emenda 24750012 trata especificamente de “Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde- Estado de Minas Gerais”, na emenda apresentada colocou-se modalidade de aplicação 30 e o parlamentar solicita a retificação para modalidade de aplicação 50

### **II- ANÁLISE DA MATÉRIA**

Ao fazermos uma análise preliminar da matéria, vemos que os dispositivos constitucionais informam que o processo legislativo de uma lei ordinária (que é o caso da lei orçamentária anual) encerra-se com o envio dos autógrafos da Lei aprovada pelo Congresso Nacional ao Chefe do Poder Executivo.

O texto constitucional também propugna que a iniciativa das leis orçamentárias é de competência do Presidente da República (art. 165 da CF) e nos informa a necessidade de compatibilidade das despesas a serem executadas na LOA com o PPA (art.167)

O processo legislativo orçamentário utilizado e aceito pelo Congresso Nacional no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização criou a figura da errata ao orçamento que é utilizada quando verificado algum erro de fato devidamente comprovado na tramitação da peça orçamentária, sendo a errata elaborada e votada na CMO e no Congresso Nacional e remetida ao Presidente da República para republicação da Peça Orçamentária



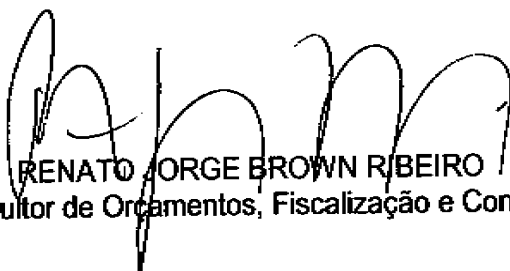
## **Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle**

em todo ou em parte.

Neste caso, parece-nos que, ao analisarmos o texto original da emenda encaminhada, que ao descrever os beneficiários como entidades do terceiro setor com os respectivos dirigentes com seus dados detalhados, o parlamentar indicou que a emenda seria relativa àquelas entidades beneficiárias, caracterizando a modalidade de aplicação 50, o que configura um erro plausível de ser atestado na tramitação.

### **III- CONCLUSÕES**

Em princípio, acreditamos ser pertinente encaminhar a alteração para inclusão em errata para votação na CMO.



**RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**  
Consultor de Orçamentos, Fiscalização e Controle

**PED\_0056**

Brasília, 13 de maio de 2009.

Senhor PRESIDENTE,

Com cordiais cumprimentos solicito a V.Exa. o especial obséquio de autorizar **CORREÇÃO** por erro material na Lei Orçamentária ~~2009~~ 2009 no que diz respeito à dotação relativa a **Emenda Individual nº 24750012**, deste Autor, em face de lapso em sua elaboração ter sido gravada a **MODALIDADE DE APLICAÇÃO 30** ao invés de 50.

O referido erro material pode ser comprovado no próprio espelho da Emenda, em anexo, que mostra de forma incontestável de que a intenção deste autor era alocar os recursos nela aprovada a Entidades Privadas. Desta forma, a correção a ser efetuada apresento abaixo explicitada:

**EMENDA: Nº 24750012**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.1220.8535.0031**

**OBJETO: ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE – ESTADO DE MINAS GERAIS**

**GND 3** Modalidade de Aplicação 30 - **“Leia-se 50”**  
Valor: R\$ 340.000, 00 (trezentos e quarenta mil reais)

**GND 4** Modalidade de Aplicação 30 - **“Leia-se 50”**  
Valor: R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais)

Informo-lhe que as Entidades a serem contempladas foram identificadas conforme determina a LDO.

  
**CIRO PEDROSA**  
Deputado Federal  
PV/MG

A Sua Excelência o Senhor  
**PRESIDENTE SENADOR ALMEIDA LIMA**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO**  
Nesta

**ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**

|                                                                     |                        |                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| <b>AUTOR DA EMENDA</b>                                              |                        | <b>EMENDA</b>                                                         |
| 2475 - Ciro Pedrosa                                                 |                        | 24750012                                                              |
| <b>MODALIDADE DA EMENDA</b>                                         | <b>TIPO DE EMENDA</b>  |                                                                       |
| Individual                                                          | Apropriação - Inclusão |                                                                       |
| <b>ÁREA DE GOVERNO</b>                                              |                        |                                                                       |
| Saúde                                                               |                        |                                                                       |
| <b>MODALIDADE DE INTERVENÇÃO</b>                                    |                        | <b>TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA</b>                                  |
| 003 Atuação Especializada: Hospitais/Políclínicas/Unid. Especializ. |                        | 552 Implantação/Aperfeiçoam/Adequação Unid. Saúde/ Aquis. Unid. Móvel |
| <b>LOCALIDADE BENEFICIADA</b>                                       |                        |                                                                       |
| 3100000 - Minas Gerais                                              |                        |                                                                       |
| <b>COMPLEMENTO DA LOCALIDADE</b>                                    |                        |                                                                       |
|                                                                     |                        |                                                                       |
| <b>ESFERA ORÇAMENTÁRIA</b>                                          |                        | <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA</b>                                |
| Orçamento da Seguridade Social                                      |                        | Fundo Nacional de Saúde                                               |
| <b>FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO</b>                                 |                        |                                                                       |
| 10.302.1220.8535                                                    |                        |                                                                       |
| Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde          |                        |                                                                       |
| No Estado de Minas Gerais                                           |                        |                                                                       |
| <b>ESPECIFICAÇÃO DA META</b>                                        |                        | <b>QUANTIDADE</b>                                                     |
| Unidade estruturada (unidade)                                       |                        | 5                                                                     |

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)**

| GND                         | MOD. APLICAÇÃO            | RP | Valor Acrescido |
|-----------------------------|---------------------------|----|-----------------|
| 3 Outras Despesas Correntes | 30 Transf. a Est. e ao DF | 23 | 340.000         |
| 4 Investimentos             | 30 Transf. a Est. e ao DF | 23 | 610.000         |
| TOTAL                       |                           |    | 950.000         |

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

| SEQUENCIAL | FONTE | GND                       | MOD. APLICAÇÃO | ID RP | Valor Deduzido |
|------------|-------|---------------------------|----------------|-------|----------------|
| 020000     | 100   | 9 Reserva de Contingência | 99 A Definir   | 03 23 | 950.000        |
| TOTAL      |       |                           |                |       | 950.000        |

**TIPO DA SUBVENÇÃO**

Privado

**BENEFICIÁRIOS**

|                     |                                                                |      |                                                     |
|---------------------|----------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------|
| CNPJ                | 013274368                                                      | NOME | ASSOC. RIOVERDENSE DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO HUMANA |
| ENDEREÇO            | PRAÇA DA BIBLIA 176 - CENTRO - CONCEIÇÃO DO RIO VERDE / MG     |      |                                                     |
| <b>RESPONSÁVEIS</b> |                                                                |      |                                                     |
| CPF                 | 0302806687                                                     | NOME | PROVEDOR MOACYR DIAS PEREIRA                        |
| CNPJ                | 197173050                                                      | NOME | HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO                       |
| ENDEREÇO            | RUA CORONEL JOAO GOMES 04 - CENTRO - CONSELHEIRO LAFAIETE / MG |      |                                                     |
| <b>RESPONSÁVEIS</b> |                                                                |      |                                                     |
| CPF                 | 1405725672                                                     | NOME | PROVEDOR JOEL RODRIGUES PEREIRA                     |
| CNPJ                | 197191050                                                      | NOME | ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO CÂMLLO                   |
| ENDEREÇO            | RUA TAVARES DE MELO 29 - CENTRO - CONSELHEIRO LAFAIETE / MG    |      |                                                     |
| <b>RESPONSÁVEIS</b> |                                                                |      |                                                     |
| CPF                 | 1415976653                                                     | NOME | PROVEDORA FILQUENA DE AVELAR FONSECA CARDOSO        |
| CNPJ                | 211901940                                                      | NOME | CASA DE CARIDADE DE ITAMONTE                        |
| ENDEREÇO            | RUA ANTONIO RIBEIRO COUTO 103 - CENTRO - ITAMONTE / MG         |      |                                                     |
| <b>RESPONSÁVEIS</b> |                                                                |      |                                                     |
| CPF                 | 02812045604                                                    | NOME | PROVEDOR ANTONIO BATISTA FILHO                      |
| CNPJ                | 239664760                                                      | NOME | HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO FRANCISCO                |
| ENDEREÇO            | RUA JUQUINHA VIDAL S/N - CENTRO - RIO ESPERA / MG              |      |                                                     |
| <b>RESPONSÁVEIS</b> |                                                                |      |                                                     |
| CPF                 | 21513473972                                                    | NOME | DIRETOR MÂOEL LOPES DA SILVA                        |

**JUSTIFICATIVA**

A PRESENTE EMENDA VISA PROMOVER APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO, REFORMA, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITARES, ENTRE OUTRAS AÇÕES NECESSÁRIAS AO FORTALECIMENTO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS QUE ATUAM NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA DE SAÚDE, BUSCANDO-SE MAIOR EFICÁCIA NO ATENDIMENTO OFERECIDO ÀS POPULAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

**Emendas LOA 2009 - Aprovada**

| Emenda                      | Funcional Programática - Título/Subtítulo                                                                                                                                                                                  | GND | MA | Val   |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|----|-------|
| <b>Ciro Pedrosa - PV/MG</b> |                                                                                                                                                                                                                            |     |    |       |
| 2475 0001                   | 20.605.6003.7H17.0031 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado de Minas Gerais                                                                                                              | 4   | 30 | 35000 |
| 2475 0002                   | 15.451.0310.1D73.0204 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana em Municípios - Estado de Minas Gerais                                                                       | 4   | 30 | 27000 |
| 2475 0003                   | 20.605.6003.7H17.0031 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado de Minas Gerais                                                                                                              | 4   | 30 | 48000 |
| 2475 0004                   | 23.695.1166.10V0.0031 - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - No Estado de Minas Gerais                                                                                                                          | 4   | 30 | 40000 |
| 2475 0005                   | 20.605.6003.7H17.0980 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Capelinha - MG                                                                                                                         | 4   | 40 | 55000 |
| 2475 0006                   | 20.605.6003.7H17.0031 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado de Minas Gerais                                                                                                              | 4   | 30 | 71000 |
| 2475 0007                   | 19.572.1113.6833.0056 - Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências e Tecnologias Nucleares e em Aplicações das Radiações Ionizantes - Pesquisa no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear - CDTN - Belo Horizonte - MG | 4   | 90 | 10000 |
| 2475 0008                   | 10.301.1214.8581.0031 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Minas Gerais                                                                                                            | 4   | 30 | 17000 |
| 2475 0009                   | 10.302.1220.8535.0031 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais                                                                                                             | 4   | 30 | 37000 |
| 2475 0010                   | 10.302.1220.8535.1262 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Capelinha - MG                                                                                                                        | 3   | 40 | 55000 |
| 2475 0011                   | 10.302.1220.8535.0031 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais                                                                                                             | 3   | 30 | 10000 |
| 2475 0011                   | 10.302.1220.8535.0031 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais                                                                                                             | 4   | 30 | 70000 |
| 2475 0012                   | 10.302.1220.8535.0031 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais                                                                                                             | 3   | 99 | 34000 |
| 2475 0012                   | 10.302.1220.8535.0031 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais                                                                                                             | 4   | 99 | 61000 |
| 2475 0013                   | 08.244.1385.2B31.0136 - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado de Minas Gerais                                                                                                           | 3   | 30 | 67000 |
| 2475 0014                   | 27.812.1250.5450.0031 - Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - No Estado de Minas Gerais                                                                                       | 4   | 30 | 95000 |
| 2475 0015                   | 10.302.1220.8933.0031 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar - No Estado de Minas Gerais                                                                                                      | 4   | 30 | 25000 |

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em votação a retificação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a errata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência tomará as necessárias providências para realizar a retificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Sobre a mesa, requerimento de urgência, que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMIENTO N° 17, DE 2009 - CN**

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional**

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 17/09, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica", na presente Sessão.

**Sala das Sessões, em 09 de julho de 2009.**

**Senadora Ideli Salvatti**  
Líder do Governo no Congresso Nacional

[illegible]

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –

Em o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 17.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
**Item extrapauta**

#### **PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2009-CN**

Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 17, de 2009–CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) –  
Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Eugênio, para proferir o parecer.

#### **PARECER Nº 32, DE 2009-CN**

**O SR. PEDRO EUGÊNIO** (PT–PE. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, o crédito decorre de solicitação formalizada pelo Ministério da Saúde e tem como objetivo possibilitar o apoio à manutenção do Hospital Cesar Leite, localizado no Município de Manhuaçu, no Estado de Minas Gerais.

Trata-se de inclusão de categoria de programação não contemplada na lei orçamentária anual à conta de anulação total de dotação orçamentária, em conformidade com a Lei nº 4.320, obedecidas as prescrições da Constituição, e está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009, com o Plano Plurianual de 2008/2011 e com o PPA de 2008/2011.

Sr. Presidente, voto pela aprovação, na forma do projeto original.

É o meu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:



| ANEXO II                                                 |                |                                                                                                          | CREDITO ESPECIAL                        |    |    |    |    |     |         |
|----------------------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|----|----|----|----|-----|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)                      |                |                                                                                                          | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 |    |    |    |    |     |         |
| FUNC                                                     | PROGRAMATICA   | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO                                                                          | ES                                      | SN | GR | MO | OU | FE  | VALOR   |
| 1220 ASSISTENCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA |                |                                                                                                          |                                         |    |    |    |    |     | 300.000 |
|                                                          |                | ATIVIDADES                                                                                               |                                         |    |    |    |    |     |         |
| 10 302                                                   | 1220 4525      | AFORO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE                                                                  |                                         |    |    |    |    |     | 300.000 |
| 10 302                                                   | 1220 4525 0216 | AFORO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - UNIDADE DE SAUDE DA FUNDACAO DE SAUDE CRISTO REI - MATIPO - MG |                                         |    |    |    |    |     | 300.000 |
|                                                          |                |                                                                                                          | S                                       | 3  | 2  | 50 | 0  | 151 | 300.000 |
| TOTAL - FISCAL                                           |                |                                                                                                          |                                         |    |    |    |    |     | 0       |
| TOTAL - SEGURIDADE                                       |                |                                                                                                          |                                         |    |    |    |    |     | 300.000 |
| TOTAL - GERAL                                            |                |                                                                                                          |                                         |    |    |    |    |     | 300.000 |

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Srs. Congressistas, encerramos as votações que estavam previstas para esta sessão de hoje.

Cumprimento todas as Sr<sup>as</sup>. Deputadas e todos os Srs. Deputados, todas as Sr<sup>as</sup>. Senadoras e todos os Srs. Senadores pelo belíssimo trabalho que realizaram, o que demonstra o compromisso deste Congresso com a votação das matérias importantes para o País e que vão orientar, com a votação da LDO, a constituição e formatação do Orçamento da União para o ano de 2010.

V. Ex<sup>as</sup>, principalmente os Deputados da Comissão Mista de Orçamento, estão de parabéns pelo trabalho que realizaram e pelo esforço que fizeram para que pudéssemos votar a LDO e os demais projetos de lei com créditos orçamentários tão importantes para o Brasil.

Volto a ressaltar também, nesta sessão do Congresso Nacional, que a Câmara dos Deputados votou durante este semestre mais de 90 projetos de lei, além das medidas provisórias, o que dá a nítida valorização de que este Parlamento merece, em função do trabalho que realizou durante o primeiro semestre. Estão todos os Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, de parabéns pelo trabalho realizado.

Peço a V. Ex<sup>as</sup> atenção por alguns minutos. Iria fazer um pronunciamento no início da sessão do Congresso Nacional, mas não o fiz por conta da urgência na votação de matérias importantes. Vou fazê-lo de forma muito rápida, agora, neste encerramento, porque é matéria pertinente, que diz respeito ao trabalho realizado, não apenas pelo Congresso Nacional, mas pela Câmara dos Deputados, e que merece uma resposta.

Faço questão de tecer um breve comentário a respeito da entrevista concedida pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Carlos Ayres Britto, por quem tenho muita admiração pela dedicação que emprega na defesa do processo democrático brasileiro.

A entrevista a que me referi foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo* da última segunda-feira, dia 13, na qual o Exm<sup>o</sup> Presidente tece alguns comentários sobre as mudanças votadas na Câmara, na semana passada, em relação à legislação eleitoral para 2010, que irá à apreciação do Senado Federal.

Quero, publicamente, lamentar a postura expressa pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral naquela entrevista, embora acredite que algumas das declarações só aconteceram porque o Ministro Carlos Ayres Britto tenha sido questionado, sem ter analisado mais detidamente o conjunto das decisões tomadas na Câmara sobre o tema da referida reforma eleitoral.

Entendo que o papel da Câmara dos Deputados é o de votar projetos que avancem na consolidação da democracia em nosso País. Sendo assim, tenho a certeza de que, com a aprovação por parte do Plenário da Câmara dos Deputados, daquele conjunto de regras a serem implantadas nas próximas eleições, cumprimos com nossa missão legislativa de avançar na qualificação do cenário político brasileiro.

É importante esclarecer ao Exm<sup>o</sup> Presidente Carlos Ayres Britto que o projeto votado na Câmara jamais pretendeu concretizar uma reforma eleitoral ampla e profunda, mas, sim, tão somente ajustar alguns dispositivos que entendemos obsoletos para este momento de nossa democracia, tendo em vista as eleições do ano que vem.

Aliás, a discussão de uma reforma eleitoral ampla terá de necessariamente estar associada aos debates da reforma política para o que apresentei uma proposta de emenda à Constituição, visando à instalação de uma Assembleia Constituinte para debater exclusivamente esse complexo tema.

Não posso silenciar-me também em relação à declaração do Exm<sup>o</sup> Presidente Carlos Ayres Britto de que o projeto votado pela Câmara dos Deputados retira avanços. O que aprovamos aqui foi exatamente o contrário, ou seja, construímos avanços em relação à legislação existente. Vejamos um exemplo: o Exm<sup>o</sup> Presidente do TSE reclama que anulamos a jurisprudência e a regulamentação daquele tribunal em relação ao uso da Internet nas campanhas eleitorais e que isso foi um retrocesso.

Entendo que a decisão foi um avanço, pois se contrapôs, sim, à forte restrição que vinha sendo feita pelo Poder Judiciário sobre o uso da Internet, por meio da Resolução nº 22.718, de 2008, que puniu muitos eleitores e candidatos por propaganda em *Orkut*, *blogs* e redes sociais, nas eleições de 2008.

A Câmara dos Deputados entendeu que a Internet é uma ferramenta de comunicação que se populariza no mundo e que merece ser mais empregada nas campanhas eleitorais, desde que se crie uma regulamentação mínima para tal. Isso é sim um avanço!

Outra medida importante do projeto foi assegurar que as doações de pessoas físicas possam ser efetivadas pela Internet, não mais apenas por mera transferência bancária, mas criando os mecanismos necessários para garantir que sejam efetuadas diretamente, sem a necessidade da exigência da assinatura do doador no recibo eleitoral. Essa regra burocratizava e dificultava a campanha financeira. Esse foi outro avanço que a lei votada aqui propiciou.

É também importante destacar que não se pretendeu, com as novas regras, deixar de punir candidatos

ou partidos por eventuais irregularidades relacionadas à arrecadação ou aplicação de recursos financeiros. Ao contrário. É preciso lembrar que os Parlamentares rejeitaram a emenda que estabelecia uma ampla anistia aos candidatos e partidos que possuem muitas eleitorais.

Não pretendo estender-me mais neste comentário, embora houvesse ainda outros pontos a comentar sobre a entrevista do Exmº Presidente do TSE.

Para concluir, gostaria apenas de afirmar que o aperfeiçoamento da regulamentação, bem como das penalidades, sem ignorar a realidade das campanhas eleitorais, faz parte do processo de aperfeiçoamento da democracia.

Quero deixar muito claro que, para mim, o TSE é uma instituição fundamental para nossa democracia, principalmente pela função essencial que cumpre de se dedicar a acompanhar os processos eleitorais e a fiscalizar a correta aplicação das leis.

Esse o pronunciamento que fiz para defender todo o processo de debate feito na Câmara, que cumpriu com seu papel regimental, institucional de discutir e votar leis de interesse deste País, desta Nação.

Muito obrigado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM – BA. Pela ordem) – Sr. Presidente, neste final de sessão – a partir deste momento deveremos entrar de recesso, já que a dependência de votarmos a LDO era um imperativo para que ele não ocorresse, mas, como acabamos de votar essa importante lei, temos as prerrogativas de usufruí-lo até agosto -, primeiro, eu gostaria de dizer para V. Exª que este Parlamento avançou mais uma vez nos entendimentos, possibilitando-nos, sem radicalismo, chegar a um bom termo, que foi a votação da LDO.

Eu acho, Sr. Presidente, que, quando dialogamos com franqueza, colocando nossas diferenças conceituais na mesa, conseguimos fazer do dissenso o consenso. Esta sessão ocorreu no momento oportuno e traduz, pelo que aqui pudemos ouvir de parte a parte, Governo e Oposição, a essência da função de cada um de nós de defender suas ideias, para que construamos uma grande Nação.

O Democratas se sente contemplado, seja com relação à matéria do TCU, que permaneceu como se desejava, seja com relação às prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional e de cada Parlamentar individualmente, Senador, Senadora, Deputada, Deputado, seja, enfim, para permitir que o Governo, uti-

lizando o Orçamento, o faça de acordo com as regras estabelecidas e definidas pelo Congresso Nacional.

Desejou-se, em alguns momentos, que essas regras fossem liberadas ao nosso bel-prazer, mas isso jamais poderíamos admitir. Ao final, permaneceu o bom senso, o critério do diálogo para construção do consenso. Pudemos, aqui, ultrapassar todas as divergências e chegar ao consenso. Isso com a participação de V. Exª, que abriu a sessão do Congresso Nacional na tarde de ontem e, por meio de uma solicitação minha ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Almeida Lima, suspendeu a sessão do Congresso, a fim de que, enquanto terminávamos de fazer o acordo na Comissão, votássemos as matérias e reiniciássemos a sessão do Congresso. V. Exª aquiesceu. Retornou à noite. Mais uma vez, por apelo deste Parlamentar que agora usa da palavra, e V. Exª aquiesceu, aceitamos a transferência da sessão de votação da LDO para hoje, diante do fato de que não houve acordo no dia de ontem. V. Exª atendendo ao pleito da Oposição, em especial do Democratas, permitiu que construíssemos esse acordo.

Portanto, todos estão de parabéns. Por meio do diálogo e de cada um ter feito sua parte, cedendo no limite das suas condições, poderemos, de fato, sair de recesso com o dever cumprido, à altura de nossas atribuições.

Tenho certeza de que ao, finalizarmos esta semana, ficaremos – eu pessoalmente, e acredito que muitos que aqui desenvolvem suas atividades – ansiosos para retornar, a partir de agosto, com novas batalhas. A guerra não acabou. Vencemos algumas batalhas. Outras virão. A partir de agosto, tenham certeza, estaremos mais uma vez aqui defendendo nossas teses, lutando por um melhor Brasil e criticando o Governo naquilo que ele tem que ser criticado e, com a demonstração dada hoje pela Liderança do Governo, aceitando essas críticas para construirmos, assim, uma Nação mais pujante.

Quero, ao finalizar, concordar com as palavras de V. Exª no que diz respeito à posição do Parlamento frente aos avanços que fizemos na Lei Eleitoral. Quem ficou à frente dessa discussão pelo Democratas foi o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Posso assegurar a V. Exª, Sr. Presidente, que, quando o Parlamento não se manifesta, o TSE legisla por meio de suas normatizações. É prerrogativa do Parlamento legislar, e o fizemos. Se o consenso estabelecido para a votação da matéria eleitoral não foi do agrado desta ou daquela autoridade, paciência. Pode não ser a lei ideal, mas foi a possível para se construir avanços necessários e se aprofundar cada vez mais na transparência do processo eleitoral.

V. Ex<sup>a</sup> tem de minha parte, todo o aval pelo que pode se manifestar. Acredito que devemos continuar nesses avanços no processo eleitoral, para que as eleições possam se traduzir cada vez mais em transparência e na fiel vontade do eleitor brasileiro, no sufrágio para seus representantes.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns pela nota que acaba de ler, tem nossa solidariedade. Esperamos avançar mais ainda em algumas questões que não puderam neste momento ser votadas por meio de acordo, como voto distrital e financiamento público, que devem ficar para um próximo momento.

Sr. Presidente, parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e a todos que construíram este acordo e obrigado pelas posições em defesa do Parlamento nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado. Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> as palavras e, ao mesmo tempo, ressaltar a importância do trabalho da Oposição para construir este acordo. Vivemos nesta semana momentos de tensão, de debate, de discussão acalorada, mas eles fazem parte do Parlamento, são inerentes à nossa atividade política. O importante é que todos saibamos respeitar as posições, fazer o bom debate e principalmente votar os projetos de interesse da Nação. A sociedade espera deste Parlamento que ele possa estar sempre atento aos seus anseios e principalmente votando as matérias de interesse de toda a Nação. Eu diria que tanto a Situação quanto a Oposição aqui souberam entender esses apelos, esses anseios da sociedade e votar matérias tão importantes.

A tensão que vivemos nesses últimos 2 dias foi recompensada por esse trabalho belíssimo realizado e pela aprovação das matérias discutidas e votadas nesta noite.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelas suas palavras.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT–RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT–RO. Pela ordem) – Sr. Presidente, difícil é Deputado fazer síntese, é uma dificuldade, é um exercício. Temos de insistir nesse aprendizado permanentemente, principalmente quando já estamos no final da noite.

Sr. Presidente, gostaria de elogiar a todos pelo processo que levou à votação da LDO. Houve entendimento com a Oposição e foi interessante para o Parlamento brasileiro construir consensos, mesmo que direcionados para aprovar matérias que talvez não representem o melhor para o Brasil e para o Parlamento.

Concordo com o elogio que nos foi feito por conta da aprovação da peça orçamentária, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas sinto discordar do consenso produzido para aprovar a reforma eleitoral. Na verdade, o Ministro Presidente do TSE, apesar de, em algumas observações feitas, ter sido infeliz quanto à Internet, foi assertivo no tocante a que poderíamos ter avançado mais, principalmente para evitar que aqueles que têm ficha suja pudessem, de maneira recorrente, disputar o processo eleitoral, aproveitar-se da morosidade da Justiça para manter sua candidatura, disputar o voto e depois tornar quase impossível ou muito difícil reverter os votos dados a quem não poderia ter disputado a eleição, em face de uma impugnação ou de qualquer tipo de delito que o impedisse de fazer a disputa.

Por outro lado, também poderíamos ter avançado no tocante à coibição de financiamento privado, a valores, já que, para alcançar a proibição de financiamento privado, teríamos de mudar a Constituição Federal. Poderíamos ainda ter avançado no tocante ao estabelecimento de limites para a despesa eleitoral, a fim de que o candidato a qualquer cargo eletivo pudesse ter um limite para evitar o abuso do poder econômico e, dentro desse abuso, a utilização recorrente de recursos privados. Muitas vezes sabemos como esse mecanismo funciona, e ele acaba deixando prisioneiro o Parlamento brasileiro, não a interesses republicanos, mas a interesses corporativos, a interesses de segmentos mais imponderados da nossa sociedade.

Esperamos que no próximo semestre tenhamos mais vigor e mais ousadia para avançarmos em matérias como a reforma tributária, para fazermos o enfrentamento da PEC que trata do trabalho escravo e para aprovarmos o Estatuto dos Povos Indígenas, fundamental para dar cidadania às diversas etnias que compõem o povo brasileiro, enfim, matérias que são de conteúdo social.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – A redução da jornada de trabalho.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT–RO) – A redução da jornada de trabalho, perfeitamente. Inclusive, a nossa jornada de trabalho aqui, já que estamos chegando às 23h.

Desejo aos meus colegas, ao Deputado Gilmar Machado e a V. Ex<sup>a</sup> um bom recesso, trabalhando na sua terra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Pois não. Muito obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Sem dúvida nenhuma, poderíamos ter avançado mais nos temas da reforma política ou da reforma eleitoral. Mas o importante é que este Parlamento, que é a



síntese da vontade do povo brasileiro, está trabalhando, votando, cumprindo o seu papel institucional.

É isso que temos de defender aqui: que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, o Congresso Nacional, possam cumprir com o seu papel institucional. O que queremos defender constantemente é que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ao votar, mesmo com as diferenças inerentes à atividade política, cumpram com o seu papel institucional. Isso é bom para o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT–MG. Pela ordem) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a tranquilidade e a paciência. Ontem, durante aquelas dificuldades, V. Ex<sup>a</sup> manteve o equilíbrio e, ao mesmo tempo, ajudou-nos a formular acordos importantes que nos permitiram hoje votar a LDO, que, para nós, é fundamental, é essencial.

Em nome da Liderança do Governo, queremos deixar registrados os nossos agradecimentos. Agradecemos a toda a assessoria do Congresso Nacional, que nessas últimas 48 horas praticamente trabalhou direto, assim como a assessoria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que realmente nos ajudou muito, trabalhou bastante nesses dias.

Agradeço à Liderança do PT e à Liderança do Governo, que realmente trabalharam muito. Ontem, inclusive, ficamos aqui até mais tarde, entramos pela manhã, mas hoje, realmente, estamos nos sentindo recompensados. Acho que todos vamos dormir mais tranquilos e, acima de tudo, poderemos entrar para o recesso com a nossa missão cumprida, que é exatamente votar a LDO.

Em nome da nossa Líder, a Senadora Ideli Salvatti, queremos deixar aqui o nosso reconhecimento e, acima de tudo, a ajuda que recebemos, porque a Oposição realmente batalhou e aqui, logicamente, tivemos de ceder. Isso faz parte do jogo democrático, mas tudo foi discutido de forma clara e transparente, para que todo mundo soubesse exatamente os posicionamentos de ambos os lados, sem fazer nada escondido. Isso é um avanço. Tenho certeza de que isso vai ocorrer também quando da votação do Orçamento e, pela primeira vez, teremos emendas populares debatidas em todos os Estados do Brasil. Então, é um avanço que esta Casa está dando.

Muita gente fala e critica esta Casa, esta Instituição, mas ela realmente vem se abrindo cada vez mais, assim como o debate que vamos produzir pela primeira

vez no Orçamento, fruto de uma modificação que vimos fazendo desde 2005/2006, mudando depois também a resolução, para nos permitir, neste ano, começar a introduzir, de fato, o Orçamento Participativo, com o Congresso Nacional realmente ouvindo e tendo uma maior participação. Acho que isso é muito importante, é uma demonstração de que aqui realmente estamos atentos, ouvindo o que a população está dizendo.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que, no final do ano, V. Ex<sup>a</sup> estará nesta Casa presidindo e votando, pela primeira vez, um orçamento mais participativo ainda, tendo na qualidade de Relator o Deputado Geraldo Magela, que vem fazendo esse esforço.

Neste momento, quero ressaltar a figura do Senador Almeida Lima, que realmente foi fantástico. S. Ex<sup>a</sup> votou todas as matérias dentro do prazo, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que pudéssemos votá-las esta semana no plenário. Tínhamos até o dia 17, e estamos conseguindo com 2 dias de antecedência entregar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os créditos que pudemos votar.

Sr. Presidente, Deputado Marco Maia, mais uma vez, muito obrigado e parabéns pela forma como conduziu os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

Quero fazer minhas as suas palavras de agradecimento aos Deputados e Senadores e também aos funcionários da Casa, desde as nossas atendentes, os nossos copeiros, os funcionários da recepção, passando pelos nossos assessores, pelos nossos seguranças, pelos nossos taquígrafos, enfim pelos nossos trabalhadores em geral, tanto da Câmara quanto do Senado, que durante esse semestre todo contribuíram, e muito, para o trabalho legislativo. Nesses últimos dias, principalmente nesse esforço concentrado para votar a LDO, nossos servidores tiveram uma participação fundamental.

Estão todos de parabéns e vai aqui o nosso agradecimento a todos eles pelo trabalho dispensado a este Parlamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – A Sra. Deputada Luciana Genro e os Srs. Deputados André de Paula e Eugênio Rabelo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S.Exas. serão atendidos:

**A SRA. LUCIANA GENRO** (Psol–RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o posicionamento do PSOL sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, a ser votado neste Plenário.

1 – Manutenção do Ajuste Fiscal e diretrizes gerais para o Orçamento de 2010

Em seu parecer, o Relator Deputado Wellington Roberto (PR/PB) manteve os pressupostos básicos da proposta do Executivo, de superávit primário de 3,3% do PIB em 2010, rejeitando a emenda do PSOL (ao art. 2º) que zerava o superávit. Portanto, o Relatório mantém a política de ajuste fiscal, que visa em primeiro lugar o pagamento da dívida. Este superávit corresponderá a R\$111 bilhões, considerando União, Estados e Municípios, valor este correspondente a cerca de duas vezes todos os gastos federais com saúde previstos para 2009.

A única concessão do relator em relação ao superávit primário foi permitir que as obras do PAC, no montante de até R\$22,5 bilhões, não sejam contabilizadas como gasto, para fins de cálculo do superávit primário (*caput* do art. 3º). Ou seja: na prática, o superávit poderá cair 0,7% do PIB, chegando, portanto, a 2,6% do PIB, caso estes R\$22,5 bilhões sejam realmente empregados em obras do PAC. Cabe ressaltar que, ainda assim, tal queda do superávit não pode ser comemorada, uma vez que 2,6% do PIB é o exato valor imposto pelo Acordo com o FMI em 1998.

As ações do PAC foram também colocadas como prioritárias no orçamento de 2010, no *caput* do art. 4º. Porém, é importante ressaltar que importantes movimentos sociais têm criticado muitas obras do PAC, tais como a Transposição do Rio São Francisco, as Usinas do Rio Madeira, as rodovias na Amazônia, etc., pois privilegiam poucos e poderosos grupos econômicos (notadamente primário-exportadores) em detrimento do meio ambiente e das populações afetadas.

Não se confirmou a afirmação anterior do Relator, de que inseriria em seu relatório um corte linear de 30% nas despesas de custeio e investimentos. Porém, o relator introduziu no art. 11, VII a previsão de que “*A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2010 conterá medidas adotadas para o controle das despesas correntes primárias, classificadas como obrigatórias ou discricionárias, destacando-se, dentre elas, as com diárias, passagens, locomoção e publicidade*”.

Desta forma, abre-se a possibilidade de que sejam tomadas medidas para se limitar quase todos os tipos de gasto social, mesmo aqueles obrigatórios (previdência, assistência social, gastos com servidores), já que estes estão incluídos dentro das “receitas correntes primárias”.

Além do mais, em um primeiro momento o Relator chegou a introduzir grave prejuízo à saúde pública (art. 51, §1º, I), ao permitir a inclusão, no cálculo do da aplicação mínima em ações e serviços públicos de

saúde (em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29), das dotações aos hospitais universitários até o montante de R\$480 milhões. Portanto, na prática, o governo poderia reduzir o gasto em saúde em 2010 neste montante. Somente depois de muita pressão o relator aceitou retirar este dispositivo do texto da LDO.

Porém, permanece o problema de falta de recursos para a saúde em 2010, pois esta área social deve receber, no mínimo, o mesmo percentual do PIB do ano anterior. Como em 2009 o PIB terá crescimento próximo a zero, a saúde terá um piso de recursos muito pequeno ano que vem.

## 2 – Emendas do PSOL

Conforme já citado anteriormente, foi rejeitada pelo relator a principal emenda do PSOL, que visava anular um dos pilares da política econômica neoliberal, ou seja, o superávit primário. Porém, o relator chegou a acatar total ou parcialmente algumas emendas do PSOL, tanto ao texto da Lei, como ao Anexo I (Prioridades e Metas).

Foi acatada pelo relator a importante emenda da Deputada Luciana Genro (PSOL/RS), de número 19820007, ao *caput* do artigo 4º da LDO, que prioriza ações que promovam a igualdade de gênero e étnico-racial ou atendam a pessoas com deficiência. Este *caput* também incluiu como prioridade ações que promovam a redução do desemprego, resultado da aprovação parcial das emendas número 19820008 e 19820009, também de Luciana Genro, que reivindicavam contrapartidas sociais (manutenção de empregos, novas contratações ou aumentos salariais) a empresas, principalmente aquelas auxiliadas com recursos públicos, em meio à crise econômica.

Por outro lado, o Relator rejeitou duas importantes emendas ao texto da Lei, propostas pela Deputada Luciana Genro. Uma delas, a de número 19820012, reivindicava mais transparência sobre os constantes contingenciamentos (ou seja, cortes) de gastos sociais, obrigando cada órgão a divulgar detalhadamente quais programas e ações seriam prejudicadas. A outra, de número 19820010, obrigava o Poder Executivo a publicar e avaliar o cumprimento de metas sociais para 2010 a 2012.

Ou seja: o governo não quer nem ao menos dar transparência sobre os cortes orçamentários, e nem sequer avaliar o cumprimento das metas sociais.

No que se refere às emendas ao Anexo I (Metas e Prioridades), foram acatadas parcialmente algumas emendas do PSOL, conforme quadro a seguir.

O relator introduziu dispositivo (art. 4º, § 3º) que prevê que as ações discriminadas neste anexo de metas e prioridades sejam poupadas dos contingenciamentos. Porém, o próprio relator colocou no texto que isso



ocorrerá “sempre que possível”, ou seja, permitindo a não execução das ações prioritizadas.

Emendas do PSOL ao Anexo I (Metas e Prioridades) acatadas parcialmente pelo Relator

| Autor (a)     | Nº        | Ação                                                                                                                   | Unidade de medida       | Meta pleiteada na emenda | Meta acatada pelo relator |
|---------------|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Luciana Genro | 198200 01 | Capacitação de Profissionais para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência                                      | Pessoas capacitadas     | 15.000                   | 6.136                     |
|               | 198200 02 | Implantação de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência                                               | Unidade instalada       | 100                      | 1,82                      |
|               | 198200 03 | Incorporação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos nas Políticas de Saúde                                                | Políticas implementadas | 5                        | 2,3                       |
|               | 198200 04 | Qualificação Social e Profissional de Trabalhadoras Domésticas e outras Populações em Situação de Alta Vulnerabilidade | Trabalhador qualificado | 6.500.000                | 500                       |
|               | 198200 05 | Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres                                                        | Iniciativa apoiada      | 88                       | 19,27                     |
| José Nery     | 257200 02 | Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil                                             | Escola equipada         | 2.332                    | 44                        |
|               | 257200 04 | Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica                                       | Bolsa concedida         | 90.000                   | 500                       |
|               | 257200 05 | Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica                                                       | Escola apoiada          | 3.224                    | 2                         |

### 3 – Outros aspectos prejudiciais do Relatório:

Art. 4º, § 2º – Foram prioritizadas as ações relativas à Copa de 2014. Importante ressaltar, neste ponto, que tais ações deverão ser fiscalizadas com rigor, para que não se repita o ocorrido nas ações destinadas ao Pan-americano de 2007, ocorrido no Rio de Janeiro, quando a urgência das obras justificou diversas dispensas de licitação e outras irregularidades.

Art. 7º, § 7º – Este parágrafo, constante da proposta inicial do Executivo, foi excluído pelo relator, impedindo que as ações do PAC sejam discriminadas separadamente no SIAFI, prejudicando a transparência da execução do PAC. Tal medida pode ter relação com a necessidade de ocultar a eventual não-execução das despesas do PAC, para impedir críticas à Ministra Dilma Rousseff em 2010, ano eleitoral. No art. 100, XIII o relator garante ao Congresso Nacional o acesso ao “Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – SISPAC”, mas não detalha como seria este sistema.

Art. 9º, § 2º e arts. 94 a 102 – Estes itens foram alterados pelo relator, que assim retirou do Tribunal de Contas da União a prerrogativa de definir quais obras e serviços contêm indícios de irregularidades graves. Tal definição seria feita pelo Congresso, em audiências com as empresas executoras das obras ou serviços, o que é temerário.

Art. 51, I – Define o índice de aumento real do salário mínimo como equivalente à taxa de variação real do PIB de dois anos anteriores, ou segundo outra sistemática que venha a ser estabelecida em legislação superveniente (ou seja, o PL 1/2007, a ser votado pela Câmara, que também estabelece a mesma sistemática). Desta forma, o salário mínimo passaria dos atuais R\$465 para R\$506,5 em 2010.

Neste ponto, cabe ressaltar que, mesmo se considerarmos um suposto crescimento anual de 5% para as próximas décadas (o que seria impensável, dada a dimensão da atual crise global), ainda assim o salário mínimo levaria 30 anos para se igualar ao mínimo necessário calculado pelo DIEESE, atualmente em R\$2.046,99, conforme manda o art. 7º, IV, da Constituição (salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social).

Art. 112 – Durante a discussão final da matéria na Comissão de Orçamento, o relator acatou uma flexibilização dos limites máximos para preços de obras, desobrigando que estes tenham de ser menores ou iguais que as médias dos preços constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Pela nova versão do Projeto, basta que tais preços sejam praticados “com base” em tal média, o que é temerário.

### 4 – Orientação do PSOL

Considerando que foi rejeitada a emenda do PSOL que visava alterar o pilar da atual política econômica – por meio da eliminação do superávit primário – e considerando também outros itens inaceitáveis no Relatório, como as limitações ao aumento do salário mínimo e às despesas correntes primárias (enquanto não se impõe limite algum para os gastos com a dívida pública), orientamos voto contrário ao Projeto de Lei nº 07/2009–CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010).

Era que tinha a dizer.

**O SR. ANDRÉ DE PAULA** (DEM–PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, o dia 10 do mês de julho foi um dia de celebração para nossa arte popular. Foi uma data especial para o povo pernambucano, que sempre reverenciou um artista que transformou os sonhos e a criatividade de uma região num símbolo do patrimônio cultural do País.

Refiro-me ao transcurso do centenário de Vitalino Pereira dos Santos, ou apenas, como ficou conhecido além de nossas fronteiras, Mestre Vitalino, ceramista consagrado e reconhecido no mundo inteiro por traduzir em arte a expressão social do povo nordestino.

Vitalino fez mais, claro! Contribuiu para que a arte popular fosse recepcionada pelos intelectuais, desperdando para a existência de uma cultura localizada no cotidiano popular. Um legado, um estilo na verdade, ainda hoje reproduzido por sua família e por centenas de artistas populares no Alto do Moura, em Caruaru.

Sua obra, em resumo, revela um Brasil que convive com as adversidades e que se espalha por todo o nosso território para consolidar uma cultura nacional.

Vitalino nasceu na cidade de Caruaru, agreste pernambucano, em 10 de julho de 1909. Com apenas 6 anos, começou a modelar o barro, por influência da mãe, que fazia utensílios domésticos com a argila.

Não aprendeu a ler ou escrever, mas era dotado de uma inteligência incomum. O gosto pela música o levou a tocar o pífaro, um instrumento característico de nossa região.

O responsável pela descoberta de Vitalino foi o artista plástico recifense Augusto Rodrigues. A primeira exposição do mestre foi realizada em 1945, no Rio de Janeiro, quando se revelou ao Brasil. Apesar das inúmeras exposições que passou a realizar por todo País, voltar à simplicidade de sua terra era sempre sua maior alegria.

Desenvolveu uma cadeia de arte popular que gerou – e ainda gera – emprego e renda que sustenta milhares de famílias. Criou uma escola de escultura em cerâmica que virou referência do Nordeste, um ícone representativo dos costumes e das tradições nordestinas.

Mestre Vitalino teve sua trajetória interrompida por uma varíola, em 1963. Morreu pobre. Sua humilde casa abriga hoje um museu no Alto do Moura, mesmo povoado que deu a Caruaru o título de Maior Centro de Artes Figurativas das Américas, concedido pela UNESCO.

Após sua morte, Vitalino tornou-se tema de teses, pesquisas monográficas e livros. Foi homenageado, ainda, em letra de inúmeras músicas; sua vida e sua arte serviram de tema, em diferentes anos, para o enredo de várias escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo.

É preciso cultivar a figura do mestre. Não é demais afirmar que, antes dele – um homem de simplicidade incomum e de obstinação inigualável –, não se pode falar em arte popular propriamente dita no Brasil.

O *status* elevado alcançado pela arte popular é consequência de um processo histórico que tem origem no Movimento Modernista de 1922 e no Movimento Regionalista do Recife, que data de 1923. Entretanto, arte de raiz mesmo só encontra sentido mais amplo – assim afirmam historiadores e especialistas – após as obras reveladoras do Mestre Vitalino. Até então, as

manifestações populares culturais do gênero, todas autênticas e com indiscutível potencial artístico, não alcançaram o reconhecimento formal e o respeito que as obras de Vitalino passaram a ostentar. Sua obra não era mera reprodução feita em série, mas produção original, arte figurativa de fato, o que em suas palavras constituía o artesanato verdadeiro.

Hoje, a arte do caruaruense que ganhou o mundo pode ser encontrada não só no Recife e em Caruaru, mas também no Rio de Janeiro, em Paris, no Museu do Louvre, e em Viena, na Áustria. Merece ser mencionada a admiração que, por Vitalino, tinha o maior pintor do século 20, Pablo Picasso. Ele tinha um cangaceiro do artista pernambucano em local de destaque na sua casa.

Em Pernambuco, foram incontáveis as celebrações e os eventos dedicados, nesta última semana, ao centenário do Mestre Vitalino, do litoral ao sertão. Os Correios lançaram um selo pelo centenário do artesanato, e a Casa da Moeda entregou 3 exemplares de medalha especial que ficarão com a família, a Prefeitura de Caruaru e o Governo do Estado. Em Caruaru, foi inaugurada, ao lado da casa museu do artista, uma estátua em tamanho real de Vitalino, do escultor Demétrio Albuquerque.

As homenagens não se esgotam, é claro. Elas ocorrerão ainda por todo o ano. A Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), por exemplo, promoverá, no segundo semestre, exposição para celebrar o transcurso do centenário de nascimento de Vitalino, a partir do acervo do Museu do Homem do Nordeste. Haverá ainda o lançamento de um catálogo das obras do artista e o lançamento de um livro infantil que destaca a infância do artista.

Como pernambucano, sinto-me orgulhoso em consignar este registro nos Anais da Casa; simbólica homenagem que presto, em nome dos pernambucanos, ao ensejo do transcurso do centenário de nascimento do artista, que, com sua arte, modelou em barro a realidade e o rico folclore do povo nordestino.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. EUGÊNIO RABELO** (PP – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Deputados, o Nordeste, e especialmente o Ceará, está nestes dias lembrando e homenageando um grande poeta, Antônio Gonçalves da Silva, que ficou conhecido no Brasil e no mundo como o “Patativa do Assaré”. O nome Patativa surgiu devido à semelhança entre seu canto e o do pássaro Patativa, ave nordestina que possui um canto mavioso e singular. Assaré é a cidade cearense em que nasceu, na Serra de Santana, em 5 de março de 1909.

Meses atrás era comemorado seu centenário de nascimento. Neste mês de julho, é o sétimo aniversário de sua morte que estamos comemorando. Patativa só passou 6 meses na escola, aos 12 anos. Isso não o impediu, porém, de ser Doutor *Honoris Causa* de pelo menos três universidades. É considerado, sem discrepância alguma, um dos maiores poetas populares do Brasil, retratista do árido universo da caatinga nordestina, cuja obra foi registrada em folhetos de cordel, discos e livros, estes traduzidos em diversos idiomas e adotados como temas de estudo na Sorbonne, na cadeira de Literatura Popular Universal, sob a regência do Prof. Raymond Cantel. Cultura de autodidata e talento de gênio é o mínimo que se pode dizer de Patativa do Assaré.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia. PT – RS) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta sessão do Congresso Nacional.

*(Encerra-se a sessão às 22 horas e 27 minutos.)*

#### **ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Ata da Décima Sexta Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 9,10 e 11 de dezembro de 2008.**

Aos nove, dez e onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 35 e 36. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Carlito Merss, Carlos Zarattini, Cezar Silvestri, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Guilherme Campos, Jaime Martins, José Carlos Aleluia, José Guimarães, José Rocha, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Marcos Montes, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Miguel Martini, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão, William Woo, Carlito Merss, Carlos Zarattini, Cezar Silvestri, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Guilherme Campos, Jaime Martins, José Carlos Aleluia, José Guimarães, José Rocha, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Marcos Montes, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Miguel Martini, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão e William

Woo; – **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Gim Argello, José Nery, Kátia Abreu, Marconi Perillo, Neuto de Conto e Serys Slhessarenko; – **Deputados suplentes:** André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Chico Lopes, Colbert Martins, Germano Bonow, Gilmar Machado, Jorge Khoury, Lázaro Botelho, Luiz Carlos Settim, Marinha Raupp, Milton Monti, Natan Donadon e Zezéu Ribeiro; – **Senadores suplentes:** Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Raimundo Colombo. Foi registrado o comparecimento de parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Júlio Cesar e Paulo Bornhausen. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Alfredo Kaefer, Bruno Araújo, Edson Duarte, Jorge Bittar, Leonardo Monteiro e Wilson Santiago; – **Senadores:** Gilvam Borges e Jefferson Praia. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e um minutos do dia nove de dezembro, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, alterada pela *Resolução nº 3, de 2008-CN*, o Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, declarou iniciados os trabalhos. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 26 de novembro de 2008, e 14ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2008. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** Pauta nº 35. Apreciação das seguintes matérias: **1 – Medida Provisória nº 448/2008-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Neuto de Conto. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos da Medida Provisória. O Presidente passou à apreciação do item seguinte, tendo em vista que ainda não havia consenso para apreciação da matéria. Pauta nº 36. O Deputado José Carlos Aleluia apresentou requerimento de inversão de pauta no sentido de apreciar o item 7 inicialmente. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e



do Senado Federal. **7 – Requerimento nº 13/2008-CMO**, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria, nos termos do art. 232 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, junto ao Programa de Habitação de Interesse Social no Estado da Bahia. Autor: Deputado José Carlos Aleluia. O autor apresentou o Requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1 – Mensagem nº 31/1991-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1990”. Relator: Senador Gim Argello. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação das Contas, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. A matéria foi **retirada** de pauta pelo Presidente, tendo em vista não haver acordo para sua apreciação. **2 – Mensagem nº 33/1992-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1991”. Relator: Senador Gim Argello. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo arquivamento da matéria por considerá-la prescrita, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. Sugere seja constituída uma subcomissão temporária para regular a tramitação das contas do Presidente da República, em complemento à *Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional*. A matéria foi **retirada** de pauta pelo Presidente, tendo em vista não haver acordo para sua apreciação. **3 – Mensagem nº 40/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2008”. Relator: Beto Albuquerque. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Eliseu Padilha como relator *ad hoc*, que fez a apresentação do Relatório. O Deputado José Carlos Aleluia discutiu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra o voto do Deputado José Carlos Aleluia na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. **4 – Mensagem nº 137/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, conforme Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão”. (referente ao 2º quadrimestre de 2008). Relator: Beto Albuquerque.

Voto: pelo arquivamento da matéria. Por solicitação do Deputado José Carlos Aleluia, a matéria foi retirada de pauta. **5 – Requerimento nº 9/2008-CMO**, que “Requer ao Comitê de Avaliação de Obras com Índices de Irregularidades Graves que seja realizada visita às obras de Implantação do Terminal de Pecém no Estado do Ceará”. Autores: Deputado Chico Lopes e Deputado José Guimarães. O Deputado Chico Lopes apresentou o Requerimento. O Deputado José Carlos Aleluia discutiu o assunto. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6 – Requerimento nº 12/2008-CMO**, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda a estimativa da renúncia de receita decorrente da aprovação de Projeto de Lei de sua autoria, a definição da correspondente compensação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas incidente sobre as Instituições Financeiras e outras informações que especifica. Autor: Deputado Carlos Zarattini. O autor apresentou o Requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, os trabalhos foram interrompidos e reiniciados às quinze horas e quarenta e seis minutos. O Presidente anunciou que no dia subsequente, às dez horas, seria realizada reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para análise do Relatório da Receita e, às quatorze horas, reunião com o Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais. **8 – Projeto de Adequação do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ajustado à Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional**. Relator: Deputado José Rocha. Foram apresentadas 28 emendas. Voto: pela aprovação do texto de adequação do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ajustado à Resolução nº 1/2006-CN, nos termos apresentado. A apreciação foi adiada. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação da **Medida Provisória nº 448/2008-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Neuto de Conto. Foram apresentadas 14 emendas. Voto: favorável nos termos da Medida Provisória. O Relatório foi apresentado pelo Relator. Às dezesseis horas e três minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Senador Marconi Perillo, assumiu a condução dos trabalhos e o Deputado Mendes Ribeiro reassumiu às de-

zesseis horas e sete minutos. A discussão foi iniciada. Ao discutir a matéria, o Deputado José Carlos Aleluia anunciou que havia apresentado Contestação contra a inadmissibilidade de emendas. O Deputado Chico Lopes discutiu a matéria. Nos termos do *art. 148 da Resolução nº 1, de 2006 alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas de nºs 1 a 13, sugeridas pelo relator. Foi apresentada a **Contestação nº 24/2008-CMO**, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, com o apoio dos Deputados Guilherme Campos, Raimundo Gomes de Matos, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Setim e Chico Lopes e, tendo em vista o início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, a discussão foi adiada. Às dezesseis horas e doze minutos, a reunião foi suspensa. Às dezenove horas e oito minutos do mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados. O Presidente informou que o Relatório das Estimativas da Receita será entregue na reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias marcada para o dia seguinte, às nove horas e trinta minutos. O Presidente retomou a apreciação do Relatório da **Medida Provisória nº 448/2008-CN**, passando à apreciação da **Contestação nº 24/2008-CMO** apresentada nos termos do *art. 148, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional*. Autor: Deputado José Carlos Aleluia, com o apoio dos Deputados Guilherme Campos, Raimundo Gomes de Matos, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Setim e Chico Lopes. Objeto da Contestação: inadmissibilidade das emendas nºs 5, 6, 7, 8 e 9 do Deputado Paulo Bornhausen. O Presidente decidiu pelo **indeferimento** da Contestação. Apreciação do **Recurso nº 8/2008-CMO**, contra decisão preliminar do Presidente da CMO referente à Contestação nº 24/2008-CMO, nos termos do *parágrafo único do art. 15 da Resolução nº 1/2006-CN*, alterada pela *Resolução nº 03/2008-CN*. Autor: Deputado José Carlos Aleluia. Em votação, o Recurso foi **aprovado contra** os votos dos Deputados Gilmar Machado e André Vargas na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. Com a aprovação do Recurso, tornou-se nula a decisão do Presidente pelo indeferimento da Contestação nº 24/2008-CMO. O Presidente passou à apreciação da Contestação nº 24/2008-CMO que foi **aprovada** contra os votos dos Deputados Gilmar Machado e André Vargas na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. A seguir, foi submetido à votação o Relatório apresentado à Medida Provisória nº 448/2008-CN que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressal-

vados os destaques. Apreciação dos 6 destaques apresentados. **1)** Destaque prejudicado, tendo em vista a inadmissibilidade da emenda: 1, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, à emenda nº 13. **2)** Proposta do Presidente para votação dos destaques em globo, por tipo de voto do Relator. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques com voto do relator pela rejeição: 2 a 6, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, às emendas nºs 5, 6, 7, 8 e 9, do Deputado Paulo Bornhausen. Voto do relator: contrário. Discutiram os destaques os Deputados Raimundo Gomes de Matos, José Carlos Aleluia, a Senadora Ideli Salvatti, Paulo Bornhausen e Gilmar Machado. Submetidos à votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados José Carlos Aleluia, Cezar Silvestri, William Woo, Guilherme Campos, Marcos Montes e Jorge Khoury. Proclamado o resultado da votação, o Deputado José Carlos Aleluia solicitou a verificação da votação com o apoio dos Deputados Guilherme Campos, Jorge Khoury, William Woo e Marcos Montes, conforme estabelece o *art. 136 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional*, sendo concedida pelo Presidente. A verificação não foi procedida, tendo em vista o reinício da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às dezenove horas e trinta e nove minutos, o Presidente suspendeu a reunião, informando que o prazo para apreciação do Relatório da Medida Provisória havia sido encerrado na Comissão e seria encaminhada à Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal naquela data. Foi convocada a continuação da reunião para as dez horas e trinta minutos do dia subsequente. Às dez horas e vinte e sete minutos do dia subsequente, o Presidente reabriu os trabalhos, suspendendo-os em seguida. Antes, convocou a continuação para as quatorze horas e trinta minutos daquele dia. Às quatorze horas e quarenta e seis minutos da mesma data, o Presidente reabriu os trabalhos. Tendo em vista a indisponibilidade do Relatório das Estimativas da Receita, a reunião foi adiada. Às vinte horas e um minuto do mesmo dia, a reunião reiniciada. O Presidente informou que havia requerimento para inclusão na pauta do Relatório de Exame quanto à Admissibilidade das emendas do Relator da Receita. Autor: Deputado Eliseu Padilha. O autor apresentou o requerimento. Não houve debate. Em votação, o requerimento para inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA.** Apreciação do **Relatório de Exame quanto à Admissibilidade das emen-**

**das do Relator da Receita.** Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas. O Deputado Jorge Khoury, Relator da Receita, apresentou o Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório de Atualização das Estimativas da Receita, *nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional*, apresentado à Proposta Orçamentária para 2009. Autor: Deputado Jorge Khoury. Não houve debate. Em votação, o requerimento para inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA.** Apreciação do **Relatório de Atualização das Estimativas da Receita**, *nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional*, apresentado à Proposta Orçamentária para 2009 – **Projeto de Lei nº 38 de 2008-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009”. Autor: Comitê de Avaliação da Receita. Relator da Receita: Deputado Jorge Khoury. O Relator iniciou a apresentação do Relatório e, no decorrer da leitura, foi iniciada a Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Por esse motivo, a reunião foi suspensa e convocada a continuação para as nove horas do dia subsequente. Às nove horas e nove minutos do dia onze de dezembro, o Presidente deu prosseguimento à reunião e transferiu a palavra ao Relator da Receita, Deputado Jorge Khoury, para dar continuidade à leitura do Relatório de Atualização das Estimativas da Receita. Finalizada a apresentação, os debates foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Gilmar Machado, Raimundo Gomes de Matos, Guilherme Campos e José Guimarães. A discussão foi encerrada. Em votação, o Relatório foi **aprovado contra** o voto do Deputado Gilmar Machado na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. O Relator-Geral fez uso da palavra para informar que o atendimento aos Coordenadores das Bancadas Estaduais havia sido concluído e que o Relatório Final incorporará as solicitações atendidas. Finalizando, informou que o referido Relatório estará disponível até o dia quinze de dezembro. O Deputado Edmilson Valentim cumprimentou o Relator da Receita pela aprovação do Relatório. Com o objetivo de dar cumprimento ao acordo firmado entre a Liderança do Governo no Congresso Nacional e o Deputado José Carlos Aleluia para votação do Projeto de Lei nº 80/2008-CN, na semana anterior, o Presidente, excepcionalmente, submeteu ao Plenário requerimento de

inclusão na pauta, sem a presença do autor, do **Requerimento nº 14/2008-CMO**. Autor: Deputado José Carlos Aleluia. Não houve debate. Em votação, o requerimento para inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA.** Apreciação do **Requerimento nº 14/2008-CMO**, que “requer que seja encaminhada ao Tribunal de Contas da União solicitação de informações atualizadas acerca de processos existentes naquela Corte de Contas relativos à fiscalização de obras nos municípios de Alagoinhas e Candeias, no Estado da Bahia”. Autor: Deputado José Carlos Aleluia. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Deputado Luiz Bittencourt e Raimundo Gomes de Matos parabenizaram o Presidente pela conclusão de mais uma fase do processo de apreciação da Proposta Orçamentária para 2009. **ENCERRAMENTO:** a apreciação das matérias das pautas foram concluídas. O Presidente convocou reuniões extraordinárias para apreciação do Relatório Final da Proposta Orçamentária para 2009 e outras matérias, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados, nas seguintes datas: dias 16 e 17 de dezembro, às 10h, às 14h e às 18 horas. Os trabalhos foram encerrados às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia onze de dezembro de 2008. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado MENDES RIBEIRO FILHO, Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Declaro iniciada a 16ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 35, 36 e 37, de 2008.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º, do regulamento interno da Comissão, coloco em votação as seguintes atas: 2ª reunião conjunta de audiência pública, realizada em 26 de novembro de 2008; 14ª reunião extraordinária, realizada em 25, 26 e 27 de novembro de 2008.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.



Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas dessa reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente foi enviada, pelo correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nessa data.

Temos a Pauta nº 35, que é apresentação, discussão e votação do relatório preliminar apresentado à Medida Provisória nº 448, de 2008; a Pauta nº 36, que encaminha ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1990; a Mensagem nº 33, de 1992; a Mensagem nº 40, de 2008; e a Mensagem nº 137, de 2008; o Requerimento nº 9, de 2008; o Requerimento nº 12, de 2008; e o Requerimento nº 13, de 2008, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria, nos termos do art. 232, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, junto ao Programa de Habitação de Interesse Social no Estado da Bahia, cujo autor é o Deputado José Carlos Aleluia.

Existe um requerimento sobre a mesa, do Deputado José Carlos Aleluia, que propõe a inversão de pauta, para que haja preferência, primeiro, para a Pauta nº 36.

V.Exa. quer encaminhar, Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente, simplesmente para acelerar o processo, votaríamos a pauta e depois iríamos à outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Enquanto isso, busca-se concluir o entendimento acerca da medida provisória. É isso?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Exatamente, Sr. Presidente. V.Exa. me socorreu com muita competência.

Quero fazer, também, um requerimento de inversão de pauta para votar o item nº 7, que é o Requerimento a que V.Exa. fez referência, em primeiro lugar, na Pauta nº 36.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Perfeito.

Em votação o requerimento do Deputado José Carlos Aleluia na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

“Inversão do Requerimento nº 13, de 2008, Pauta nº 36, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria, nos termos do art. 232, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, junto ao Programa de Habitação de Interesse Social no Estado da Bahia.

*Autor: Deputado José Carlos Aleluia.”*

Com a palavra o Deputado para apresentação do requerimento – lembro S.Exa. que já foi feito na reunião anterior.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Serei breve, Sr. Presidente. O assunto já foi por demais discutido aqui e na sessão do Congresso Nacional.

Há um acordo da bancada do Governo e de todos os presentes para aprovar esse requerimento. Portanto, nada tenho a acrescentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O requerimento está em discussão.

A discussão está encerrada na representação da Câmara.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Sr. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Também encerrada a discussão no Senado.

O requerimento está em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 13, de 2008, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia.

Mensagem nº 40, de 2008, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º, art. 2º, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2008.

Retiro os itens 1 e 2 da Pauta nº 36, por isso estou colocando em votação o item 3.

Solicito ao Deputado Eliseu Padilha que faça a leitura do voto do Deputado Beto Albuquerque, pelo arquivamento da Mensagem nº 40, de 2008.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do parecer oferecido pelo Deputado Beto Albuquerque, Relator do PL em questão, que o conclui da seguinte forma:

*“Levando-se em conta o ajuste metodológico por conta do pagamento da Itaipu Binacional ao Tesouro, o excesso coube exclusivamente ao governo central, enquanto as empresas estatais, com resultado nulo, descumpriram a meta que lhes foi estabelecida.*

O desempenho das receitas, de um lado, contribui para que a meta quadrimestral fosse atingida com tanta folga. As receitas ficaram acima da programação oficial em R\$4,7 bilhões(...). A arrecadação da Receita Federal do Brasil, exceto previdenciária, superou a previsão de R\$2,4 bilhões, liderada pelos tributos sobre a renda (...) e pela contribuição para o financiamento da seguridade social (...). A contribuição previdenciária superou a meta em R\$400 milhões.

O bom desempenho da Receita Federal do Brasil está sendo coadjuvado neste exercício pelas receitas não administradas, cuja previsão para o quadrimestre foi ultrapassada em R\$1,9 bilhão. Dentre elas destacam-se as receitas diretamente arrecadas e próprias, de dividendos, com menor importância, de royalties.

Não obstante, o desvio da meta quadrimestral decorreu predominantemente da pequena execução das despesas, abaixo do esperado em R\$12,4 bilhões. O ritmo de execução orçamentária decepcionou, pois despesas discricionários frustraram-se em R\$6 bilhões (...) e as demais despesas obrigatórias, sem contar o pagamento de benefícios previdenciários, em pouco mais de R\$3,9 bilhões.

Em relação ao PPI, deveria ter ocorrido alguma aceleração desses investimentos, já que o projeto vem sendo aumentado substancialmente (...) e supostamente atende ações urgentes, estruturantes e de baixa relação custo/benefício. Quanto à perspectiva de a execução do PPI propiciar a redução da meta primária do setor público consolidado para até 3,3% do PIB, está oficialmente descartada com o anúncio da criação do fundo soberano, que, ao contrário, significará a elevação da meta primária para o equivalente a 4,3% do PIB.

Conclusões.

A meta de superávit primário estabelecida para o primeiro quadrimestre de 2008 foi amplamente excedida, tendo contribuído para tanto, também, a tardia aprovação do orçamento.

Assim, recomendo o arquivamento dos processos.

É o meu relatório.

Sala das Comissões.”

Assina o Deputado Beto Albuquerque, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço ao Deputado Eliseu Padilha pela cordialidade e pela gentileza.

O relatório está em discussão.

Deputado Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA**

– Sr. Presidente, como mencionou o Relator *ad hoc*, está explícita no relatório uma previsão para que seja criado um fundo soberano. A Câmara dos Deputados votou, contra as Oposições, a estrutura de um fundo que nada tem de soberano, mas que foi aprovado pela maioria dos Deputados.

Considerando que esta é a penúltima semana do ano, é óbvio que o Senado não aprovará o fundo soberano; e também é óbvio que as Oposições não concordarão em pôr uma previsão para um fundo que não existe. O Governo chegou ao absurdo de propor uma dotação orçamentária. E o projeto de crédito foi ao plenário na última quinta-feira propondo que se dotasse o fundo soberano, que não existe, de uma quantia de recursos que não seria para serem aplicados nos moldes internacionais de fundo soberano, e, sim, para desviar, para suprimir a responsabilidade do Congresso Nacional na aprovação da alocação de recursos.

A intenção clara do Governo é fazer investimentos sem apreciação e aprovação do Congresso Nacional.

Portanto, essa é a ressalva que faço. Eu gostaria que ficasse registrada em ata a nossa divergência com essa intenção, que não será concretizada. Devíamos estabelecer, em determinado momento, onde devem ser aplicados os recursos que ficarão disponíveis. Acredito que seguramente serão usados para abater a dívida, porque este ano não há mais como alocá-los, na medida em que não haverá nem fundo nem crédito para eles.

Essa é minha observação.

Eu gostaria de ouvir a opinião do Relator-Substituto.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – Parece-me que S.Exa. o Deputado José Carlos Aleluia tem

razão naquilo que diz. Nós estamos cuidando de uma realidade, por enquanto, virtual.

Pelo que tudo indica, efetivamente, não teremos condição de institucionalizar o fundo, e nessa proporção o recurso que para ele foi previsto realmente ficará sem destinação imediata prevista, podendo caber depois à Casa, possivelmente mediante sugestão do poder Executivo, sua destinação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Satisfeito, Sr. Presidente. Apenas quero registrar que seríamos favoráveis a um fundo soberano se o Brasil tivesse pelo menos uma das condições: superávit nominal nas contas internas ou saldo consistente, ao longo do tempo, nas contas correntes internacionais.

No momento, o Brasil não preenche nenhum dos requisitos mencionados. Portanto, não há como votar favoravelmente a um fundo que não combina com as contas públicas nacionais.

O Governo precipitou-se, achando que teria um saldo consistente e positivo nas contas correntes internacionais, como se o petróleo do pré-sal pudesse ser vendido de forma antecipada. A crise financeira mostra claramente que a PETROBRAS não tem dinheiro nem para ficar fora do sal, muito menos para entrar no sal. Por isso está enxugando o crédito das contas das pequenas e médias empresas, tomando praticamente toda a disponibilidade do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES.

Portanto, esta é a nossa posição, Sr. Presidente, votando o relatório com nossa restrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O relatório está em discussão.

O relatório está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos do DEM.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos do DEM e do PSDB.

A matéria está aprovada.

Eu irei ao Item 4.

Mensagem nº 137, de 2008, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, conforme Exposição de Motivos dos Srs. Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. quer solicitar que eu retire da pauta essa mensagem, item 4. V.Exa., talvez, queira discutir mais.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Então, a pedido de V.Exa, esta Presidência o retira da pauta.

Requerimento nº 9, de 2008-CMO, que “requer ao Comitê de Avaliação de Obras com Indícios de Irregularidades Graves que seja realizada visita às obras de implantação do Terminal de Pecém, no Estado do Ceará”.

Autores: Deputados Chico Lopes e José Guimarães.

Deputado Chico Lopes.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** – Sr. Presidente, nós, que somos do Ceará, pedimos que seja aprovado esse requerimento, porque não vai haver despesa para ninguém, só a nós mesmos que lá moramos.

Agora, interessa passar a limpo, no Comitê de Avaliação de Obras com Indícios de Irregularidades, qual tipo de irregularidades e o que podemos opinar a respeito.

Por isso, pedimos a compreensão dos nossos pares pela aprovação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Perfeito.

O requerimento está em discussão.

A discussão está encerrada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente, evidentemente, serei favorável. Agora, seria interessante que V.Exa. designasse um Deputado que não fosse do Ceará para também acompanhar essa visita. Não tenho condições de ir, não estou me oferecendo para tanto, acho que V.Exa. encontrará alguém melhor qualificado que eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Segundo o Regimento, brilhantemente feito por V.Exa., o comitê tem essa capacidade de articulação dentro da Comissão, de modo que tomará as providências, até para não deixar o Deputado Raimundo Gomes de Matos longe desse processo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Então, perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O requerimento está em discussão.

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação no Senado Federal.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Deputado Carlos Zarattini teve que sair, mas já está aqui.

Requerimento nº 12, de 2008, que “solicita, ao Ministro de Estado da Fazenda, a estimativa da renúncia de receita decorrente da aprovação de projeto de lei de sua autoria, a definição da corresponde compensação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas incidente sobre as instituições financeiras e outras informações que especifica”.

Autor: Deputado Carlos Zarattini.

Com a palavra S.Exa para defender o seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se de requerimento com o objetivo de obtermos informações objetivas sobre a possibilidade de alterações na tabela do Imposto de Renda, de forma que possamos reduzir a incidência sobre as famílias e, conseqüentemente, aumentar a capacidade de consumo da nossa população, em particular, da classe média.

O objetivo desse projeto que apresentamos, já está protocolado na Mesa, é exatamente garantir que a política anticíclica do Governo não ocorra apenas na manutenção dos investimentos; que ocorra, também, na manutenção do nível de consumo da população e, conseqüentemente, da compensação e das reduções das exportações por conta da crise internacional.

Então, era isso, Sr. Presidente. Gostaríamos de obter o apoio dos nossos colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O relatório está em discussão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente, o Deputado Carlos Zarattini faz uma solicitação lúcida. Até o momento, o Governo Federal tem atuado no combate à crise apenas em socorro às instituições financeiras. Eu não contesto essa atuação.

Temos dito muito, Deputado Carlos Zarattini – desde a primeira vez que o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central vieram a esta Casa para debater a crise, em outubro, na segunda semana do seu agravamento -, que a crise chegou à vida real, porque as pequenas e médias empresas não estão encontrando crédito, ao passo que o Governo socorreu as

instituições financeiras que não são capazes de abrir o crédito por estarem se sentindo ameaçadas.

Ainda ontem, o Presidente da República, em discurso, mostrou preocupação pelo fato de as instituições financeiras não estarem respondendo à liberação dos compulsórios, não estarem respondendo aos apoios recebidos por parte do Governo, inclusive as garantias de que eventualmente seriam adquiridas instituições financeiras pela Caixa e pelo Banco do Brasil. Nada do que se fez reverteu em dinheiro nas mãos da sociedade.

A pergunta de V.Exa., na minha opinião, abre espaço para que possamos discutir o Imposto de Renda da classe média.

Estou apresentando, hoje – e queria o apoio de V.Exa. -, emenda à medida provisória que favorece os inadimplentes, essa grande medida provisória que chegou agora com uma série de anistias fiscais. As anistias fiscais têm uma característica, qual seja a de socorrer apenas os inadimplentes. Eu gostaria de socorrer também os que ainda estão inadimplentes, sobretudo os da classe média.

Essa emenda que estou apresentando favorecerá muito o combate à crise, no sentido de que, no ajuste do Imposto de Renda, as pessoas poderiam abater integralmente as despesas incorridas com a educação dos dependentes.

Hoje – não sei se V.Exa. tem filhos em idade escolar –, apenas a despesa de um ou dois meses consegue-se abater, caso seu filho freqüente uma escola particular. Não podemos impedir a escola particular. Temos que favorecer, nas políticas de discriminação reversa, os que fazem escola pública, mas não podemos impedir que a família decida orientar a formação do seu filho numa escola de origem religiosa ou particular de alguma natureza.

Portanto, é importante que se altere a legislação do Imposto de Renda, ampliando os abatimentos possíveis com a educação e também incluindo os abatimentos com aluguel e casa própria. Isso alimenta a indústria da construção civil e gera muito emprego.

Portanto, quero apoiar o requerimento de V.Exa. e parabenizá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço a V.Exa.

O relatório está em discussão.

A discussão está encerrada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.



Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 12, de 2008, do Deputado Carlos Zarattini.

Esta Presidência suspende a sessão por 5 minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Dou por iniciada a sessão. Quero pedir silêncio aos presentes e avisar que, amanhã, às 10h, iremos reunir o Comitê de Assessoramento junto com o Sr. Relator Geral. Teríamos uma reunião hoje, mas não foi possível encaminhar essa reunião até o presente momento, em vista da reunião que está sendo levada pelo Relator de Receita, que está definindo a sua avaliação de receita, nosso querido Jorge Khoury. Temos que votar o relatório do Deputado Jorge Khoury amanhã. Portanto, precisamos ter esse relatório para providenciar qualquer avanço nos nossos trabalhos.

Então, queremos avisar que a reunião que estava marcada para hoje fica para amanhã, pela manhã, do Comitê de Assessoramento; à tarde, possivelmente, o encontro com as bancadas.

Ordem do dia.

Pauta 35.

Apresentação, discussão e votação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 448/2008, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1,6 bilhão (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica.

Relator: Senador Neuto de Conto.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: Favorável, nos termos da medida provisória.

Quero comunicar, antes de passar a palavra ao Relator, que esta Presidência, junto com os Deputados desta Comissão e com o Relator-Geral, esteve no Estado de Santa Catarina sobrevoando as áreas atingidas. Nada é mais importante nesta Comissão do que a apreciação dessa medida provisória, para que o Estado de Santa Catarina receba os recursos tão necessários.

Eu pediria que o Senador Marconi Perillo assumisse, por favor, a Presidência.

Passo a palavra ao Senador Neuto de Conto, para a apresentação do seu voto.

**O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO** – “Relatório.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, mediante Mensagem nº

189/2008-CN (nº 930/2008 na origem), submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que “*abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa, e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica*”.

O Poder do Executivo alega, conforme Exposição de Motivos nº 345/2008-MP (EM 345/2008-MP), que a matéria cumpre os requisitos impostos pelo § 3º do art. 167, bem como pelo art. 62 da Constituição Federal no tocante à imprevisibilidade, urgência e relevância.

O quadro a seguir apresenta de forma sucinta os créditos abertos pela Medida Provisória nº 448, de 2008, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com a indicação dos órgãos e unidades orçamentárias beneficiadas, assim como origem ou montante dos recursos oferecidos como contrapartida dos créditos abertos.

A Medida Provisória nº 448, de 2008, abre crédito para a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República no valor de R\$350 milhões. Esses recursos destinam-se à reconstrução emergencial do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, com previsão de recuperação das instalações de acostagem e da área retroportuária e realização de obras de contenção do Rio Itajaí-Açu.

O Porto de Itajaí teve grande parte de suas estruturas danificadas ou destruídas, o que tem impedido a escoação de carga com alto valor agregado. Como segundo maior fluxo de cargas entre os portos brasileiros, sua paralisação pode impactar significativamente o volume de transações comerciais do País.

Os créditos para o Ministério da Saúde no montante de R\$100 milhões têm como justificativa para a relevância e urgência a necessidade de utilizar o elevado potencial de disseminação ou risco à saúde pública da população residente nas áreas atingidas, evitando efeitos mais devastadores em termos de mortalidade, sobretudo em relação à mortalidade infantil.

Informa a Exposição de Motivos que, no caso do Ministério dos Transportes, os recursos, da ordem de R\$280 milhões, garantirão a realização de obras emergenciais em rodovias federais de diversos Estados, as quais se encontram em situação de degradação provocada pelas fortes chuvas que têm danificado a malha rodoviária federal e têm levado alguns entes federativos a decretarem estado de calamidade pública.

Em relação aos recursos para o Ministério da Defesa, a relevância e a urgência justificam-se pela necessidade de aquisição de insumos para o transporte de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos de

reconstrução. Os créditos, no valor de R\$150 milhões, também possibilitarão o pagamento de profissionais envolvidos no socorro e atendimento às vítimas das enchentes, assim como a realização de operações de apoio e de resgate aéreo e terrestre e de atendimento médico e de restauração de infra-estrutura.

Os recursos destinados pela MP nº 448/2008 ao Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$720 milhões, viabilizarão o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em vários Estados, atingidos por intensas chuvas, que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos em diversos Municípios, nos quais já foi reconhecido, pelo Governo Federal, o estado de calamidade pública ou a situação de emergência.

Para viabilizar a abertura do crédito, são oferecidos recursos no montante de R\$990 milhões, provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007, e recursos da ordem de R\$610 milhões, originários do excesso de arrecadação de recursos ordinários.

No prazo regimental, foram apresentadas quatorze emendas à presente medida provisória.

## 2. Análise

No tocante aos aspectos de constitucionalidade e aos pressupostos de relevância e urgência, o § 3º do art. 167 da Constituição Federal diz que “A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.”

Portanto, a despesa atendida por um crédito extraordinário deve ser imprevisível, ou seja, aquela que não se pode prever, que não pode ser pressuposta. Mais do que isso, tal despesa deve ser urgente, isto é, deve ser executada com rapidez, sem demora. O art. 62 da Constituição exige, ainda, que o caso a ser atendido, além de urgente, deve caracterizar-se como relevante.

Os créditos abertos pela MP nº 448/2008 com certeza atendem aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e de urgência. Com efeito, as despesas atendidas pelos créditos a que ela se refere estão relacionadas a situações excepcionais que colocam em risco, de forma inequívoca, a integridade de pessoas ou do patrimônio público. Além disso, as despesas também podem ser caracterizadas como relevantes, pois se destinam, entre outros objetivos, à recuperação da infra-estrutura de transportes, bastante danificada pelas intensas chuvas que atingem diversos Estados, e à aquisição de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos necessários ao atendimento às vítimas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 – LDO 2008), em seu art. 61, § 13, estabelece que “os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no anexo de metas fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.”

O crédito extraordinário, dada a sua excepcionalidade, em tese, não se sujeita às mesmas regras às quais estão submetidas a outras espécies de crédito adicional, sobretudo, o crédito suplementar e o crédito especial, ambos encaminhados ao Congresso por meio de projeto de lei do Poder Executivo. Entretanto, dado que o uso de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007 terá impacto sobre a meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, deverá o Poder Executivo proceder aos necessários ajustes financeiros posteriormente.

As 14 emendas oportunamente apresentadas são de indubitável mérito. No entanto, não merecem prosperar. De acordo com nossa análise:

a) as emendas de nºs 1, 5, 6, 7, 8, 9 e 13 devem ser declaradas inadmitidas, por contrariarem o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006 – CN. Tal artigo dispõe que somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente. No entanto, as emendas citadas propõem acréscimo de dotações;

b) as emendas de nºs 2, 3, 4, 11 e 12 devem ser declaradas inadmitidas, porque contrariam o § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002 – CN. Tal parágrafo dispõe que é vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória. As emendas, contudo, propõem regulamentar temas divergentes do que trata a MP, tais como a suspensão da exigibilidade de obrigações e a alteração de dispositivo de lei;

c) a emenda de nº 10 deve ser declarada inadmitida, porque contraria o inciso I do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006 – CN. Tal dispositivo estabelece que as emendas serão inadmitidas quando contemplarem programação e unidades orçamentárias não beneficiadas no crédito. Entretanto, como se pode observar, a emenda analisada inclui os Ministérios da Agricultura, dos Esportes e do Turismo entre as unidades beneficiadas pelos recursos, as



*quais não constam originariamente na medida provisória.*

**d) a Emenda nº 14, por fim, embora possa ser admitida, não merece provimento no mérito, porque restringe a necessária flexibilidade na administração financeira dos recursos, objeto do crédito em análise. Ao procurar estabelecer dispositivo que fixe prazo para liberação total dos recursos, a emenda negligencia a realidade dos fatos que, pelo menos em tese, visa proteger. É que as ações, na sua execução, podem demandar a liberação dos recursos em maior ou menor volume que os programados e em tempo menor ou maior que os esperados, o que não se ajusta ao previsto na emenda. Assim sendo, o melhor é deixar que os acontecimentos determinem o ritmo e o montante das liberações financeiras, razão pela qual os dispositivos da MP em análise devem permanecer tais quais constantes da redação original.**

Voto do Relator

Diante do exposto, votamos no sentido de que a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, atende aos preceitos constitucionais e legais que orientaram sua adoção e, por conseguinte, no mérito, somos por sua aprovação, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, devendo ser inadmitidas, de acordo com o art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, as emendas de nºs 1 a 13 (relacionadas no Anexo I) e rejeitada a de nº 14.

Sala da Comissão, em 26 de dezembro de 2008.”

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Marconi Perillo)

– Esta Presidência cumprimenta o Senador Neuto de Conto pelo relatório conciso, pelo conteúdo do relatório, considerando esta matéria de mais alta relevância, detentora do mais elevado mérito em razão de todo o acontecido no Estado de Santa Catarina. Fatos que comoveram o Brasil e que transformaram os brasileiros numa grande corrente de solidariedade, em uma demonstração inequívoca de fraternidade aos nossos irmãos de Santa Catarina. Há muito, não acompanhávamos uma tragédia daquela envergadura, daquela monta. Todos nós, representantes do Congresso Nacional, nos sentimos no dever e com a responsabilidade de aprovarmos celeremente esse projeto que, com certeza, irá de certa forma restaurar a infra-estrutura de Santa Catarina e, ao mesmo tempo, reparar de certa forma também o que aconteceu no seio de centenas, milhares de famílias catarinenses. A nossa solidariedade, enquanto Presidente em exercício desta Comissão, aos prezadíssimos Senadores de Santa Catarina e o

nosso compromisso de apoio e celeridade na votação desta matéria.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, declaro inadmitidas as emendas...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** –

Para argumentar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Marconi Perillo)

– Pois não. Vou abrir a discussão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** –

Se V.Exa. não tomar a decisão, não posso argumentar mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Marconi Perillo)

– Vou abrir a discussão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA**

– Mas a discussão era sobre a admissibilidade das emendas, eu estou argumentando isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Marconi Perillo)

– Passo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** – Sr. Presi-

dente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA**

– Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** – Sr. Pre-

sidente, eu estou inscrito primeiro para falar sobre o assunto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** –

Sr. Presidente, esta medida provisória só é admitida porque é extraordinária e tem, na sua origem, o atendimento a um fato extraordinário. S.Exa. o Sr. Presidente da Comissão e S.Exa. o Sr. Presidente da República foram a Santa Catarina. O que justifica a admissibilidade da emenda é exatamente o fato de atender a emergência de Santa Catarina. Portanto, emendas que venham no sentido... No meu entendimento, só pode ser aprovado o crédito para Santa Catarina, não pode ser para outro lugar. Portanto, tornar inadmissíveis as emendas é impedir o Congresso de corrigir um erro que veio no original. O erro original é estar aberto para o País. Não é para o País, é para Santa Catarina! Não há como ser diferente.

O art. 166 da Constituição não restringe o poder do Congresso Nacional e, portanto, a resolução que tive a honra de redigir também não o restringe. Portanto, a interpretação bem-intencionada do Sr. Relator de considerar inadmissível tem dois vícios. O primeiro é que, se for inadmissível e nós aprovarmos... Eu votaria contra um crédito nacional, porque não há uma calamidade nacional, há uma calamidade em Santa Catarina. Portanto, para atender, tem que ser para Santa Catarina, e não pode ser nacional.

Além de tudo, o art. 166 da Constituição não restringe o nosso poder. Ninguém pode restringir o que a Constituição não restringe. A Constituição assegura a nós o direito de elaborar o Orçamento. Entre ficar com a Constituição e ficar com a resolução, fico com a Constituição, que estabelece que só passa porque é extraordinária. Portanto, não se pode colocar a admissibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Eu gostaria de colocar em discussão a MP.

V.Exa., Deputado Chico Lopes, está com a discussão.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Senador Neuto de Conto pelo relatório, pela lanheza, pela preocupação. E parabenizo a direção dos trabalhos e os Deputados que foram em Comissão ver esta tragédia, que ninguém quer mais para o País.

Mas, por coincidência, Sr. Presidente, eu queria fazer algumas observações. O Governador teve tempo, e quem acompanhou de perto viu a cara de tristeza do Governador na época. Tem hora que nos sentimos incompetentes diante da natureza.

Quero ler rapidamente reportagem de Maurício Dias, intitulada “*Rosa dos Ventos*”:

“A culpa é do homem.

Não se pode ignorar, como vem sendo ignorado, o documento de um grupo de renomados pesquisadores e professores das universidades, faculdades e fundações de Santa Catarina, sobre a tragédia do Vale do Itajaí naquele Estado. Eles não buscam culpados, mas, sim, oferecem fato para reflexão das autoridades.

O custo foi muito alto: mais de cem mortos e milhares de desabrigados.

Fato fundamental: a culpa não é da chuva, como repisam as manchetes de jornais – embora a enchente de 2008 tenha sido muito maior que as anteriores. Segundo o documento, houve uma precipitação pluviométrica, em apenas dois dias, de 500 litros por metro quadrado. Há registro, de 1984, de uma precipitação de 200 milímetros em todo o Vale do Itajaí.

‘Em todos esses desastres naturais as enchentes são mais previsíveis e, por isso, mais fáceis de lidar. Os deslizamentos e as enxurradas, não. Esses são praticamente imprevisíveis e é aí que reside o real problema desta catástrofe.’

Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** – Essa reportagem chama a atenção para o meio ambiente, para o modo como o homem o está utilizando.

Para terminar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Está encerrando a Ordem do Dia. Por favor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** – Só quero terminar, Sr. Presidente, porque estou preocupado. Isso acontece, e no Sul foi fácil de resolver, mas no Nordeste nós temos problemas, e não são tão rapidamente resolvidos.

A Assembléia Legislativa de lá está votando o Código Ambiental exatamente por pressão de fazendeiros, fábricas de celulose e empreiteiros. Se isso for aprovado, como diz a revista, vai prejudicar cada vez mais.

Quero agradecer a paciência de V.Exa. Tive mais sorte do que na vez passada, quando me inscrevi e fui desrespeitado por um colega de Parlamento.

Quero chamar a atenção dos homens para a brincadeira que se faz com o meio ambiente. Querem fazer aquilo que a natureza não permite.

Obrigado pela compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Chico Lopes, às vezes pode parecer incompreensão, mas hoje é o último dia para a apreciação da MP nesta Comissão. Às vezes, fico nervoso para cumprir aquilo que temos que cumprir, e algumas pessoas acham que ocorre algo diferente, que reajo porque não gosto de ouvir. Não, isso não ocorre.

Eu vou ser obrigado a suspender a sessão, em vista do início da Ordem do Dia.

Quero esclarecer algo, apenas para fins educativos.

O Deputado Jorge Bornhausen está contestando a inadmissibilidade apontada pelo Relator, Deputado José Carlos Aleluia, nas Emendas nºs 5, 6, 7, 8, 9 e 13, apenas nessas. Então, considero inadmitidas as emendas apontadas pelo Relator e coloco, imediatamente após a retomada da sessão, a contestação no plenário, para que se manifeste.

E quero pedir: eu vou tentar votar esta medida provisória hoje, por favor, porque nós teremos dificuldades de explicar para a nossa querida Santa Catarina que nós não a votamos. Eu não vou conseguir explicar que eu não posso ter reunião junto com a Ordem do Dia do plenário.

Está suspensa a reunião.

(A suspensão a reunião)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Declaro reiniciada a 16ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 35 e 36, de 2008.

Comunico aos membros desta Comissão que o Relator da Receita, Deputado Jorge Khoury, está prestes a encerrar seu trabalho de estimativa de receita. Amanhã, faremos uma reunião com os Líderes partidários, às 9h30min. É fundamental, é extremamente importante a presença de todos, para que possamos estabelecer a negociação sobre o relatório do Senador Delcídio Amaral, que se dará com base na previsão de receita do Relator Jorge Khoury, a qual esta Comissão precisa apreciar, com acordo de Líderes, amanhã à tarde.

O Senador Delcídio Amaral passou o dia inteiro trabalhando com os números. Existem condições claras que forçam a posição desta Comissão. A partir daí, poderemos ter uma linha de trabalho que nos dê tranquilidade quanto ao Orçamento estabelecido por esta Casa.

As discussões sobre a questão econômica são as mais variadas possíveis. O Relator da Receita buscou toda a assessoria possível para cumprir o seu trabalho. Como sempre, o Deputado Jorge Khoury foi de uma dedicação ao serviço extraordinária, com uma responsabilidade nata dos homens públicos da Bahia, do Rio Grande, do País inteiro.

O Deputado Jorge Khoury resistiu muito. Lutou, brigou pelo seu ponto de vista e conseguiu fazer com que as coisas melhorassem um pouco.

É importante, então, que amanhã, às 9h30min, possamos conversar – o Deputado Jorge Khoury, o Relator-Geral, os Líderes partidários -, para que a decisão seja da Comissão.

O Deputado Jorge Khoury disse de forma clara: *“Minha decisão assino como Relator de Receita, mas nós atuamos num time que é responsável por construir o Orçamento da União, e o que eu preciso assinar tem que ser respaldado por toda a Casa”*.

Não tenho dúvida, Deputado Jorge Khoury, de que V.Exa. saberá expor aos Líderes partidários a sua posição, assim como o Relator Delcídio Amaral.

Estamos votando a Medida Provisória nº 448, de 2008, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00, para os fins que especifica”.

O Senador Neuto de Conto foi o Relator e emitiu parecer favorável à medida provisória, posicionando-se pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 3.

No momento em que o Presidente considerou inadmitidas as emendas, foi apresentado recurso pelo DEM, do Deputado José Carlos Aleluia, com o apoio dos Deputados Cezar Silvestri, Luiz Carlos Settim, Guilherme Campos, Raimundo Gomes de Matos e Chico Lopes, referente à inadmissibilidade das Emendas nºs 5, 6, 7, 8 e 9. Indeferido. Houve recurso, e eu preciso colocar em votação o recurso interposto.

Deputado, V.Exa. defendeu o seu recurso na tribuna eu vou considerar como já na Mesa.

O recurso está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que votam a favor permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados Gilmar Machado e André Vargas.

Eu achei que V.Exas. não gostariam de passar por isso, porque estamos trabalhando para Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não, estamos ponderando os recursos das emendas, não o crédito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Sim, mas sempre pode ter interpretação diversa disso.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Mas eu estou muito tranqüilo, muito seguro de que o crédito é do Governo....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Perfeito.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – ...e o Governo realmente mandou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Aprovado o recurso, vamos votar a contestação.

Os Deputados que aprovam a contestação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Reina o silêncio na bancada da Câmara, portanto está aprovada a contestação.

Pergunto ao Deputado Gilmar Machado se quer registrar o voto contrário à contestação também. *(Pausa.)*

V.Exa. quer registrar o voto contrário?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Quero me solidarizar ao Presidente. O Presidente deu um parecer que eu acho extremamente prudente, correto, e quero ficar ao lado do Presidente nesse crédito de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Então, V.Exa. é contra a contestação também.

Aprovada a contestação na Câmara dos Deputados, contra os votos do Deputado Gilmar Machado e do Deputado André Vargas.

Eu gostaria de colocar em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Neuto de Conto.

Sou obrigado a encerrar a discussão da matéria.

Quero abrir o prazo dos destaques.

Os destaques já deram entrada?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não, não. Por que estamos encerrando já a discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Eu não tenho mais 10 minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não, perfeito. É porque eu só queria fazer um registro que a Senadora Ideli Salvatti me solicitou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Pois não, por favor.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – S.Exa. está se deslocando para cá, para exatamente também se manifestar, como os demais que já estão aqui, favoravelmente a esse crédito extremamente importante para Santa Catarina. E com certeza a nossa Líder – eu a considero também minha Líder...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Senador Neuto de Conto, por favor. V.Exa. é o nosso grande Relator aqui.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – A Senadora Ideli Salvatti quer deixar fazer esse registro, mas eu queria então registrar em seu nome a sua posição na defesa....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – V.Exa. não se preocupe, porque, na hora em que chegar a Senadora Ideli Salvatti, este Presidente dará a palavra a S.Exa.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Vamos colocar em votação o relatório do Senador Neuto de Conto, ressaltados os destaques.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Não, V.Exa. pode defender.

Vamos votar o relatório apresentado à Medida Provisória nº 448, de 2008, ressaltados os destaques.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado, ressaltados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero cumprimentar o Relator, Senador Neuto de Conto, pela celeridade do seu trabalho. O Senador Neuto de Conto nos acompanhou na visita a Santa Catarina, esteve presente nas viagens às 2h, 3h da tarde, de helicóptero, passando por todas as áreas. Quero cumprimentar o Senador pelo seu trabalho, assim como o Deputado Paulo Bornhausen.

Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente, como o parecer do Relator será uniforme para os destaques, a proposta é que sejam votados em globo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Não, eu preciso declarar prejudicado o Destaque nº 1, que é a Emenda nº 13...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sim, depois os outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – ...que continua inadmitida. Perfeito?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – O.k.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Vou declarar o destaque prejudicado.

Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** – Há cópia desse relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Do Senador Neuto de Conto? Eu tive oportunidade de ler. É brilhante.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** – É que eu e o Deputado Gilmar Machado gostaríamos de ler. É uma pretensão. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Nós temos aqui o Destaque nº 2 à Emenda nº 5, Relator, do Deputado Paulo Bornhausen.

Eu estou dizendo ao Relator porque S.Exa tem que se manifestar sobre eles.

O Destaque nº 3 é sobre a Emenda nº 6; Destaque nº 4, Emenda nº 7; Destaque nº 5, Emenda nº 8; Destaque nº 6, Emenda nº 9.

Deputado Raimundo, V.Exa. tem alguma dúvida?

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Eu estou em dúvida quanto aos destaques que foram acatados, até compatibilizando com o que foi solicitado no tocante à reconsideração da inadmissibilidade. Porque eu tenho em mãos um documento do Governador e um documento do Ministro sobre



a questão da área social. E eu quero deixar clara a posição dos membros da Comissão de Orçamento, até para que depois o Sr. Governador, o Sr. Ministro, que solicitam recursos para a recuperação dos equipamentos, de abrigos... Se nós estamos falando em causa social, nada mais justo do que nós termos a sensibilidade de ver que não poderemos deixar essa população – idosos, crianças – sem ser atendida. Foi feito o destaque, na contestação foi incluído o décimo terceiro, e eu queria que, pelo menos... Claro que é a maioria que vai decidir, mas eu creio que o Senador recebeu, não só do Governador Luiz Henrique, mas também do próprio Ministro Patrus Ananias...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Raimundo, perfeito. Eu lhe agradeço.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – A informação anterior da assessoria do Senador de que essa área era atendida pela área social não procede. Eu acho que a assessoria do Senador deu uma informação equivocada. A parte de alimentos, muito bem, o Ministério da Integração pode atender, mas essa outra área, infelizmente, a assessoria do Senador não falou corretamente nesse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Na contestação, Deputado Raimundo, entendeu-se de deixar o destaque pertinente à emenda de V.Exa. fora por acordo das partes.

Deputada Ideli. Perdão, é que eu tenho o prazer de conviver tanto com V.Exa. que a incluo como Deputada, mas peço-lhe desculpa pelo erro, Sra. Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** – Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente desta Comissão, em primeiro lugar, agradeço a gentileza com que V.Exa. prontamente atendeu ao nosso convite e esteve no nosso Estado acompanhando de perto, ao vivo, toda a dimensão da tragédia que se abateu sobre Santa Catarina.

Eu, apesar de toda a dificuldade, fiz questão de vir, porque tive oportunidade de conversar com o Senador Neuto de Conto, Relator da medida provisória, e vim aqui trazer uma grande preocupação. O Senador Neuto deu parecer pela inadmissibilidade das emendas, no sentido de que não cabe a forma como as emendas foram feitas, porque, pelo que eu entendi, caso os valores sejam aprovados da forma como foram apresentadas as emendas, posteriormente, se nós quisermos recuperar algum valor a mais, nós não poderemos fazê-lo. Isso foi o que eu entendi. Ou seja, da forma como está a medida provisória hoje, nós temos um compromisso, uma declaração, uma disposição de que boa parte dos recursos vá para Santa Catarina,

até porque, comparativamente com outros Estados que também têm sofrido problemas, a situação de Santa Catarina é muito mais grave.

Por exemplo, no caso das estradas, que são 280 milhões de reais, se ficar metade para Santa Catarina, mas nós precisarmos de dois terços, não vamos poder depois recuperar esse valor. Então, entendo que não deveríamos carimbar. Deveríamos ficar com a palavra do Presidente de que os recursos serão aplicados na medida necessária para recompor o nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Quero alertar aos Deputados e Senadores que nós temos 5 minutos para apreciar esta matéria. Nós pedimos ao Presidente da Câmara para abrir uma janela de meia hora para que pudéssemos votar essa medida provisória.

Deputado Aleluia, V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Estou vendo o interesse da Senadora Ideli, que se deslocou do Senado para cá. Agora, para esclarecer a Senadora, tínhamos feito um acordo, já foi aprovada a admissibilidade. A informação que foi dada à Senadora não procede. Nós apenas estamos vinculando uma parte dos recursos a Santa Catarina, porque só por isso cabe a extraordinária, porque não há calamidade no Brasil, há calamidade em Santa Catarina. O correto teria sido a emenda ter colocado tudo para Santa Catarina, mas nós apenas estamos dizendo que, no mínimo, 50% seja para Santa Catarina.

Portanto, Senadora, a informação que V.Exa. tem, com a melhor intenção, não procede, por isso queremos a aprovação das emendas e levar o projeto para aprovação do Congresso.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** – Sr. Presidente, esta é a única pergunta que precisam me responder. Quem está fazendo as emendas precisa me responder. Se ficar aprovado o valor de 140 milhões de reais para recuperar estradas em Santa Catarina e forem necessários 160 milhões de reais, vamos ter direito aos 20 milhões de reais a mais?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – É no mínimo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** – Olha, essa afirmação, pelo que eu tenho de informação, não procede.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Vou passar a palavra ao autor.

Deputado Paulo Bornhausen.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** – Sr. Presidente, por que não concede a palavra ao Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) Em seguida farei isso, depois que o autor se manifestar, Deputado José Guimarães.

Peço a manifestação do autor das emendas.

Concedo a palavra o Deputado Paulo Bornhausen, como autor da emenda. Depois vou passar a palavra ao Relator. Em seguida, vou colocar em votação a matéria.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** – Presidente, esse destaque foi feito com a assinatura dos membros da Comissão Parlamentar Externa de acompanhamento. Ele não estabelece que esse é o valor máximo, apenas diz que esse recurso que está sendo dirigido a Santa Catarina não poderá ser enviado aos Estados. Mas a sobra dos recursos, tanto da Defesa Civil como do Ministério dos Transportes, como fica em âmbito nacional, basta a Senadora Ideli Salvatti, um Líder ou o Presidente dizer que esse dinheiro também se dirige a Santa Catarina.

Estamos fazendo isso não por desconfiança da palavra do Presidente, não. Pelo contrário, é para reafirmação da palavra do Presidente, que disse isso em Santa Catarina.

Quero dizer à Senadora Ideli Salvatti que não há disputa política aqui não. Aqui só tem Santa Catarina. Então V.Exa. pode ficar tranqüila, porque nós não vamos fazer disso nenhum cavalo de batalha política, não. Para V.Exa. será uma tranqüilidade, e tenho certeza de que o Presidente, ao ouvir V.Exa. e o Governador, se houver necessidade de outros recursos, eles serão alocados, porque o valor nacional também inclui Santa Catarina. Mas poderá ir para outros Estados. O que nós queremos é que o de Santa Catarina seja de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Com a palavra o Relator, Senador Neuto de Conto.

**O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO** – Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, o nosso relatório ficou subordinado à legislação. Eu sou escravo dela, da Constituição e dos Regimentos. Na parte da manhã, o eminente Deputado José Carlos Aleluia citou inclusive o art. 166 da Constituição, que nós cumprimos. Cabe aos Deputados e Senadores apresentarem emendas e defendê-las. Nós acatamos, numeramos e achamos que, pelo nosso Regimento, eram inadmissíveis. Nós não dissemos que o Deputado e o Senador não pudessem fazê-lo. Podem e estão fazendo. Então, o nosso relatório não foi contra isso. Numeramos as emendas, fizemos tudo isso.

Segundo, eu queria dizer ao Deputado Raimundo Gomes de Matos que a Emenda nº 13 incorporou

duas incorreções. A primeira é que ela tira recurso de um Ministério para aplicar em outro; segundo, ela não pode, pelo Regimento – senão nós temos que rasgar o Regimento, nós temos que rasgar...

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – A contestação foi feita. No momento em que houve a admissibilidade da contestação, morreu esse argumento, Senador.

**O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO** – Agora sim. Mas eu queria dizer porque fica ruim para mim, se disserem que eu não quero.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO** – Não, está sim.

Mas eu queria justificar isso. Realmente ela teve dúvidas.

As demais dizem o seguinte: pode diminuir, não pode acrescentar. Ora, todas as demais emendas diminuíram e acrescentaram. Eu estou falando sobre a legislação. Eu não estou falando da parte política nem da liberação.

Eu vou só ler, para que os senhores saibam, o § 2º do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, que diz o seguinte:

“Art. 148 .....

§ 2º A contestação versará exclusivamente sobre o descumprimento de normas constitucionais, legais ou regimentais pertinentes à matéria questionada, devendo ser indicados os dispositivos infringidos, apresentada fundamentação circunstanciada e sugeridas medidas saneadoras.”

Eu quero dizer que nós estamos defendendo um único Estado, uma única proposta. Quando da discussão com o Deputado Paulo Bornhausen, S.Exa. nos disse que queria, no mínimo, 50% para Santa Catarina. Ela não está errada na forma, mas não é isso que está explicitado. O que está explicitado é que vão 50% para Santa Catarina e 50% para o nacional, e o nacional poderá também ser aplicado em Santa Catarina. Essa é a divergência que existe. Quero deixá-la bem clara, bem explicada.

Eu mantenho a minha posição, mas sempre defendendo os interesses de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, eu queria aqui, mais uma vez, fazer um apelo. Nós temos que entender que a situação de Santa Catarina é grave, séria, o Governo está atendendo, mas nós também temos que entender que houve ou-



tros Estados, como, por exemplo, o Espírito Santo, que também tem esse problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Desculpe, Deputado Gilmar, mas essa emenda diz que é, no mínimo, 50% para Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não, mas aqui... Sr. Presidente, a forma como veio a medida não estabeleceu nem 50%, nem 60%, nem 70%. Não é assim. Ela só pôs o valor que é necessário hoje. E aí cada Ministério vai saber qual é o percentual que vai repassar para o Estado ou não. É isso, Sr. Presidente! Nós não podemos agora aqui, com essas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Líder, eu não quero, por favor, truncar a discussão. Eu estou preocupado é se acender a luzinha. Eu acho podemos votar contra ou a favor, mas votar a matéria.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Nós já votamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Não votamos ainda.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – O crédito nós já votamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O crédito, sim, mas faltam os destaques.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sim. O que é fundamental é o crédito, e o crédito já foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Não, não. Nós estamos em votação. Se não terminarmos os destaques é como se não tivéssemos apreciado a medida provisória.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Para nós não há problema. Vamos colocar em votação, porque depois no plenário nós vamos fazer a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Perfeito. Mas nós não deixamos de analisar o pleito de Santa Catarina, que todos nós nos comprometemos lá de votar hoje na Comissão; eu, pelo menos, como Presidente.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Mas o pleito de Santa Catarina era a votação do crédito.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** – Sr. Presidente, uma coisa é o que está sendo...

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** – Sr. Presidente, foi feito um acordo. Com o devido respeito, Senadora. Senadora, com o devido respeito.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** – Só um minutinho, só um minuto.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** – Por favor, nós vamos perder a janel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Vamos votar e cada qual assume a sua responsabilidade.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** – Nós vamos perder a janela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Por favor, eu vou colocar...

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** – É por que uma coisa é o que é dito, outra coisa é o que está escrito. E a minha única preocupação é que, pelo que está escrito, se Santa Catarina precisar de mais, pelo que está escrito, não terá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Por favor, vamos encerrar a discussão.

Gostaria de pedir autorização para votar os destaques em globo, de acordo com o parecer do Relator.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** – O parecer do Relator, portanto, é contrário aos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Evidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** – É para deixar claro.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Quais são os destaques que vão ser...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Destaques nºs 2 a 6 – Emendas nºs 5, 6, 7, 8 e 9, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, com parecer contrário do Relator, mediante recurso feito ao plenário e acolhido pelo plenário. Perfeito?

Os Deputados que votam de acordo com o parecer do Relator, contrários aos destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente, verificação. Queremos verificação para que fique claro que a Senadora não acompanhou a discussão e chegou tarde para prejudicar o seu Estado. O Estado tem que ficar acima dos partidos.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** – Deputado Aleluia, é bom V.Exa. ir ao meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Verificação concedida.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – A senhora chegou tarde.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** – Queria pedir respeito ao Deputado Aleluia, como membro de Santa Catarina. V.Exa. é acostumado a ganhar no grito. Por favor, não prejudique o nosso Estado, Deputado Aleluia, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – A questão de Santa Catarina não pode...

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** – É uma comunidade com dificuldades e não merece esse desrespeito, Deputado Aleluia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Carlito Merss, por favor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** – Sr. Presidente, esta questão não deveria servir de luta política, um drama desse tamanho.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Chegou atrasada e veio atrapalhar o próprio Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Por favor.

Não somos donos da verdade.

Deputado Aleluia, por favor. Deputado Carlito, por favor.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Carlito Merss, estamos numa Casa política, vamos permitir o debate. Agora, vamos ter razoabilidade. Não estamos tendo razoabilidade.

Por favor, Deputado Carlito.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** – É matéria votada, gente. Vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Gostaria, por favor, do apoio do Deputado Aleluia para a verificação.

V.Exa. mantém a verificação, Deputado Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente, mantenho a verificação, porque tínhamos feito um acordo, e alguém que não estava acompanhando a questão, tinha outros afazeres, além do Estado dela, veio perturbar. Portanto, queremos o voto para que fique registrado quem quis aprovar a verba para o País e quem está preocupado em aprovar para Santa Catarina.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Gilmar, aqueles que estavam aqui.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não, eu não fiz acordo nenhum. Sr. Presidente, eu estava aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Aqueles que estavam aqui...

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – ...e não fiz acordo nenhum. O acordo que fizemos foi para votar, não foi para aprovar a emenda, não. Ninguém fez acordo aqui para aprovar nada ou rejeitar nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Por favor, gente, o que está havendo hoje?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, aceitei. Fui voto vencido no destaque, não pedi verificação, não atrapalhei nada. Agora, não teve acordo para aprovar emenda de Deputado nenhum aqui. Vamos deixar muito claro isso aqui. O acordo foi para votar. Perdi a votação, aceitei o resultado e não fiz o barulho que o Deputado Aleluia agora quer fazer aqui, porque perdeu uma votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Gilmar Machado, só um minutinho, por favor.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. SENADOR RAIMUNDO COLOMBO** – Sr. Presidente, acho que há um mal-entendido. A emenda estabelece um mínimo de 50%. Se o Governo quiser alocar 70%, 80%, 90% não está impedido de fazê-lo. Isso é uma coisa simples, clara, fácil de ver. O importante é que votemos agora para que não se perca esse prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Esperem um minutinho.

Senador Raimundo Colombo, pediria...

Começou a Ordem do Dia.

**O SR. SENADOR RAIMUNDO COLOMBO** – Vamos votar imediatamente!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** – Racionalidade, gente! Matéria votada!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Não, a matéria está não apreciada por esta Comissão. A matéria vai ao Plenário do Congresso. *(Pausa prolongada.)*

Alerto os Srs. Deputados que nós convocamos reunião para amanhã, às 9h30min, do Relator de Receita e do Relator-Geral com todos os Líderes partidários.

Suspendo esta reunião, que quero recomendar amanhã às 10h30min.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Declaro iniciada a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Tendo em vista as votações que estão por acontecer no plenário e diante dos entendimentos desenvolvidos entre as lideranças, suspendo esta reunião e convoco a próxima para as 14h30min de hoje.

Está suspensa a sessão.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Declaro reiniciada a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 35 e 36 de 2008.

Suspendo a presente reunião e, tão logo tenhamos o relatório da receita, farei a convocação para a próxima sessão.

A reunião está suspensa.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Sras. e Srs. Parlamentares, acabei de fazer contato com o Presidente da Casa. A Ordem do Dia será suspensa a partir das 19h45. Peço à Secretaria que avise aos Parlamentares que retomaremos a sessão para leitura do Relatório da Receita do Deputado Jorge Khoury, com sua imediata aprovação. Portanto, solicito aos Deputados que se dirijam à Comissão para acompanhar o relatório que será lido pelo Deputado Jorge Khoury.

Esta sessão está suspensa, mas tão logo recebera o sinal da Mesa – e o Presidente já me confirmou neste momento que o dará -, retomaremos a sessão para que o Deputado Jorge Khoury faça a leitura do seu relatório de estimativa da receita. Perfeito?

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Estão reabertos os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 35 e nº 36, de 2008.

Muito embora todos tenham visto a Ordem do Dia ser encerrada, solicito à Secretaria que ligue para a Mesa informando que permanece acessa a luz da Presidência.

Tendo em vista o relatório apresentado e já distribuído do Relator da Receita e as conseqüentes emendas apresentadas, gostaria de dar início à Ordem do Dia, colocando em votação requerimento para inclusão na pauta do relatório de exame quanto à admissibilidade das emendas do Relator da Receita. O autor é o Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Em discussão o requerimento de inclusão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Apreciação do relatório do exame quanto à admissibilidade de emendas do Relator de Receitas. O autor é o Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Com a palavra o Coordenador do CAE, Deputado Eliseu Padilha, para a apresentação do mais curto relatório da sua história.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – “Exame de admissibilidade do parecer do Relator da Receita apresentado ao PL nº 38, de 2008, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária para 2009).

Relatório.”

É do Item 4 em diante.

“As emendas de receita apresentadas pela Relatoria, conforme Anexo ao presente Relatório, foram justificadas, especialmente, em função da necessidade de ajustes nos parâmetros de crescimento econômico, preço médio do barril de petróleo, taxa de câmbio e massa salarial, bem como das variações verificadas na arrecadação recente deste exercício, utilizada como base para a estimativa da receita primária no Orçamento para 2009.

Trata-se, portanto, de emendas formuladas pelo Relator da Receita com o intuito de corrigir comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, detalhadas por esfera, unidade orçamentária, natureza da receita e valor, todas devidamente justificadas no Relatório da Receita publicado.

Na análise de tais emendas não constatamos conflito com a norma constitucional, legal ou regimental.  
VOTO.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade de todas as emendas do Relator da Receita apresentadas e que constaram do relatório publicado.

Brasília, 10 de dezembro de 2008.

Assina o Comitê de Admissibilidade de Emendas.”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento para inclusão na pauta.

Relatório de atualização da estimativa da receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, alterado pela Resolução nº 3, de 2008, apresentada à Proposta Orçamentária de 2009 (Projeto de Lei nº 38, de 2008), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

Autor: Comitê de Avaliação de Receita.

Relator da Receita: Deputado Jorge Khoury.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento de inclusão na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação o relatório na representação do Senador Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Apreciação de proposta extrapauta.

Relatório de atualização das estimativas da receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, apresentada à proposta Orçamentária para 2009 (Projeto de Lei nº 38, de 2008), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

Autor: Comitê de Avaliação da Receita.

Com a palavra o Coordenador do Comitê e Relator da Receita, Deputado Jorge Khoury, para a apresentação do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares presentes, “o Relatório da Receita sobre as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2009 foi aprovado em 8 de outubro de 2008 pelo Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sua elaboração, com o auxílio do Comitê da Avaliação da Receita, foi baseada nos arts. 30 e 34 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Nesta oportunidade, conforme autoriza o § 2º do mesmo art. 30 e prevê a LDO para 2009, estamos propondo a atualização das estimativas anteriores da receita, tendo em vista a revisão dos parâmetros que afetam o comportamento da arrecadação e alterações legislativas supervenientes. O Comitê de Avaliação da Receita avaliou o cabimento da iniciativa e colaborou para os resultados.

Em meio a um cenário de incertezas quanto à intensidade da atividade econômica para 2009, o Poder Executivo, na revisão dos parâmetros, reduziu a sua estimativa de crescimento do PIB de 4,5%, na proposta, para 4%, para esse exercício.

Diante do amplo espectro de previsões de variação do PIB pelos diversos agentes econômicos, e a partir de informações mais recentes, avaliamos que esse reposicionamento, ainda que meritório, na tentativa de se ajustar ao novo quadro econômico, está distante da realidade provável que se pronuncia, podendo-se mesmo caracterizar como um patamar otimista para o comportamento da atividade econômica.

Isso posto, em nossa atualização das estimativas resolvemos adotar o índice de crescimento da economia de 3,5%, por julgarmos que ele melhor espelha a realidade futura e se aproxima da média das opiniões dos agentes econômicos.

As mudanças havidas nas estimativas de receitas, entre uma e outra medição, são comparadas com os valores de receita previstos no Projeto de Lei Orçamentária para 2009.

Com relação aos valores estimados no PL 2009, no relatório aprovado anteriormente havíamos reestimado aumentos bruto e líquido de receitas de 9,2 bilhões de reais e 7,9 bilhões de reais, respectivamente.

Nesta oportunidade, com a atualização da estimativa, são esperados agora 802,8 bilhões de reais de receitas primárias brutas, mostrando uma queda de 6,1 bilhões de reais em relação à receita prevista no Projeto de Lei Orçamentária.

Após as transferências para os Estados e Municípios, que passaram a 143,2 bilhões de reais, menos 3,4 bilhões em relação à proposta, as receitas primárias líquidas foram reestimadas para 659,6 bilhões de reais, apresentando queda líquida de 2,7 bilhões de reais em relação à prevista no projeto de lei.

Os novos resultados dessa atualização implicam, em relação ao nosso primeiro relatório, a diminuição de receitas brutas em 15,3 bilhões e líquidas em 10,6 bilhões.

Essa modificação de resultado decorre de que no relatório aprovado em 8 de outubro de 2008 mantivemos inalterados os parâmetros embutidos na proposta e promovemos apenas ajustes relativamente às receitas extraordinárias e incluímos alguns itens de receita não considerados na proposta, como por exemplo a cobrança da COFINS sobre as atividades de profissionais liberais.

Na atualização dessa reestimativa, ainda que mantendo esses itens, aplicamos a redução da estimativa de crescimento do PIB em 2009 de 4,5% para 3,5%,



assim como as novas previsões do Poder Executivo de 21 de novembro para os outros parâmetros.”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Jorge Khoury, perdoe-me. Houve o questionamento ao Presidente da Casa por parte de uma Liderança que alegou ter pressa em votar as matérias constantes da pauta e foi recomeçada a Ordem do Dia no plenário. Se lá estivéssemos, poderíamos questionar que o painel deveria ser suspenso e retomado, mas não vamos fazer isso. Vamos compreender que o nosso destino é ter 5 minutos para votar o Orçamento. Teremos o Orçamento votado nos 5 minutos que nos serão dados.

Suspendo esta reunião e convoco reunião para amanhã às 9h para que o Relator da Receita conclua a sua leitura.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – Mas ele não vai viajar para São Paulo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O nosso Relator viajará a São Paulo amanhã, mas peço que amanhã, às 9h, estejamos aqui para atender às demandas que nos cabem. O Relatório da Receita já está distribuído a todos os Deputados e houve acordo de todos os Líderes para que houvesse essa sessão.

Deputado Gilmar, alguma coisa? *(Pausa.)*

Estão suspensos os trabalhos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Declaro reiniciada a 16ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 35 e 36.

Ontem houve um acordo de todos Líderes desta Casa no sentido de que nós apreciássemos, ainda no dia de ontem, o Relatório de Receitas do Deputado Jorge Khoury, o que não foi possível ser concluído pelo fato de a Ordem do Dia ter-se prolongado durante todo o dia e a noite também, impedindo a nossa realização.

Nós estávamos já em Ordem do Dia, por isso eu retomo a sessão exatamente onde paramos: na Ordem do Dia.

Declaro aberta a Ordem do Dia e volto a submeter ao Plenário apreciação do Relatório de Atualização das Estimativas da Receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, apresentado à Proposta Orçamentária para 2009 – Projeto de Lei 38, de 2008 – que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.”

O autor é o Comitê de Avaliação de Receita.

Passo a palavra ao Deputado Jorge Khoury para prosseguir a sua leitura e, com isso, esta Comissão poder dar o seu voto a esse magnífico trabalho feito por S.Exa., o Relator da Receita.

V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dando continuidade à leitura que vinha fazendo no dia de ontem com relação ao resumo dos dados do nosso Relatório da Receita.

Nesta oportunidade, com a atualização da estimativa, são esperados agora 802,2 bilhões de receitas primárias brutas, mostrando uma queda de 6,1 bilhões em relação à receita prevista no Projeto de Lei Orçamentária.

Após as transferências para os Estados e Municípios, que passaram a 143,2 bilhões de reais (menos 3,4 bilhões em relação à Proposta), as receitas primárias líquidas foram reestimadas para 659,6 bilhões de reais, apresentando queda líquida de 2,7 bilhões de reais em relação à prevista no Projeto de Lei.

Os novos resultados desta atualização implicam, em relação ao nosso primeiro Relatório, a diminuição de receitas brutas e líquidas em 15,3 bilhões de reais e 10,6 bilhões de reais, respectivamente.

Essa modificação de resultados decorre de que no Relatório aprovado em 08/10/2008 mantivemos inalterados os parâmetros embutidos na Proposta e promovemos apenas ajustes relativamente às receitas extraordinárias e incluímos alguns itens de receita não considerados na Proposta, como, por exemplo, a cobrança da COFINS sobre profissionais liberais.

Na atualização dessa reestimativa, ainda que mantendo esses itens, aplicamos a redução da estimativa de crescimento do PIB em 2009 de 4,5% para 3,5%, assim como as novas previsões do Poder Executivo de 21 de novembro para os outros parâmetros.

*Assim, a variação positiva da receita obtida na primeira estimativa foi amplamente superada pelo efeito negativo da aplicação dos novos parâmetros, inclusive a menor taxa de crescimento esperado para 2009, levando, conforme apontado, a uma queda da estimativa de arrecadação até mesmo em relação à prevista no Projeto de Lei.*

Grande parte desse efeito negativo decorre da redução da expectativa de crescimento do PIB, uma vez que se espera pouca ou nenhuma modificação nos indicadores de preços (a variação do IPCA foi mantida em 4,5%). Outras alterações relevantes foram: redução no preço médio do petróleo, que passa de 111,87 dólares na Proposta para 76,37 dólares na revisão; aumento da taxa de câmbio, que passa de 1,77 reais para 2,08 reais, considerando o fim do período, e re-

dução da elevação da massa salarial, que passa de 14,08% para 12,95%.

Destacamos que, nesta atualização, a base de 2008 cresceu em 1,2 bilhão de reais por conta da arrecadação de outubro, que excedeu ao previsto para o mês.

Estabelecemos, ainda, um teto para o imposto de renda das pessoas jurídicas – IRPJ – e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, uma vez que foram esses tributos que cresceram o mais rapidamente com a expansão da atividade econômica em 2007 e 2008. Em nossa primeira avaliação, ambas as arrecadações cresciam em relação ao PIB. Porém, no cenário que se avizinha, prudentemente optamos por usar como limites para a carga desses tributos aqueles constantes da Proposta do Poder Executivo.

Outras modificações importantes, e que se refletiram negativamente nas estimativas, foram as reduções das projeções de receitas da Previdência, de *royalties* do petróleo e de dividendos. No primeiro caso, voltamos praticamente ao valor da proposta orçamentária. No segundo, mesmo com o câmbio mais elevado, o impacto da queda do preço internacional do barril do petróleo é mais forte. Por fim, a previsão de dividendos combina queda na expectativa de transferência menor pela Caixa Econômica Federal, como consequência da MP nº 445, de 2008, e maior pela PETROBRAS, à luz do lucro gerado até setembro de 2008.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Vou abrir a discussão.

Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, quero aqui deixar registrados os meus cumprimentos ao Deputado Jorge Khoury pelo brilhante trabalho que realizou, mas temos uma pequena discordância que queremos aqui externar em nome do Governo. Logicamente, só registraremos o nosso voto, vamos seguir, porque para nós o fundamental, neste momento, é a aprovação do Orçamento.

Entendemos que o crescimento do País deve estar mantido na Casa dos 4% e temos convicção para isto, na medida em que vamos ter um salário mínimo, que nós mesmos votamos neste Orçamento, que vai assegurar ganho real aos trabalhadores, mantendo renda para uma parcela significativa da população, e os programas sociais que manterão toda a segurança nos programas sociais, portanto, garantindo o mercado interno funcionando. Tivemos agora a regularização da taxa cambial, o que vai fazer com que a gente não perca os 2,4% do PIB que perdemos neste ano em virtude da saída, a retirada de recursos das filiais para as matrizes, como aconteceu agora. Isso

não mais continuará acontecendo porque já retiraram o que era possível, então 2,4% do PIB não sairá no próximo ano.

Temos segurança de que o Governo está tomando todas as medidas, e hoje Presidente Lula vai anunciar mais um conjunto de medidas para continuar estimulando o crédito e, acima de tudo, garantindo mais renda, com uma nova alíquota do Imposto de Renda, beneficiando as classes “C” e “D”, garantindo com que fiquem com recursos maiores. A segurança que temos hoje dos recursos que o País acumulou nos últimos anos nos dá essa outra tranquilidade. Retira-se o IOF de várias empresas e alguns setores se diminui o IPI.

Portanto, Sr. Presidente, é com essa firmeza que acreditamos, e vamos trabalhar para que o PIB se mantenha em 4%. Aceitamos as argumentações do Sr. Relator mas manteremos nosso voto, entendendo que, para nós, é a coisa mais importante neste momento, e cumprimentando V.Exa. pela agilidade com que vem conduzindo os trabalhos, também o nosso Relator. Agradecemos muito às bancadas que ontem fizeram o seu papel, acertando tudo para que, na próxima terça-feira, possamos ter a votação do nosso Orçamento aqui, e na quarta-feira, se Deus quiser, no plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Obrigado Deputado Gilmar.

Esta assessoria é extraordinária. Ontem a Myrna e a assessoria saíram daqui depois da meia-noite para receber o trabalho das bancadas.

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Sr. Presidente, nobre Relator, nós queremos dar o apoio ao nobre Deputado Jorge Khoury no momento em que S.Exa. apresenta o seu relatório de atualização de receita, até porque é inegável que a essa crise, a partir de toda essa repactuação mundial que precisa ser feita a partir da economia de vários países, nós precisamos também nos readequar.

É claro que o PSDB desejaria que ocorresse um efetivo crescimento do PIB. Entretanto, os cenários demonstram que nós precisamos ter a co-responsabilidade de atualizar as estimativas de receita. É claro também que o impacto no preço do barril do petróleo é bastante significativo e se reflete na nossa arrecadação no tocante a essa estimativa de receita a partir dos *royalties*, e isso faz com que possamos ter essa reflexão de verificar o real crescimento que nós poderemos ter.

O PSDB dá esse apoio ao Deputado Jorge Khoury, até porque, dando apoio a V.Exa. por intermédio dessa Presidência, que vem trabalhando com grande maestria em fazer com que todos os par-



tidos tenham espaço necessário não só nas relatorias, mas também fazendo parte das subcomissões que são necessárias ao desenvolvimento deste trabalho, foi de grande importância deixar com o DEM essa relatoria, fazendo com que a Oposição e Situação sentassem para trabalhar o Orçamento com a celeridade necessária.

É claro que essa celeridade não impede nenhum processo legislativo. Muito pelo contrário, estamos sempre observando todo o processo legislativo. Em determinados momentos, esta Comissão não avançou em virtude da pauta do dia e da necessidade também de se ter de trabalhar aqui e também lá no plenário.

Então, queremos dar esse apoio ao nosso Deputado Jorge Khoury e parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Obrigado a V.Exa. Deputado Guilherme Campos.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** – Sr. Presidente, parabeno aqui o Relator Deputado Jorge Khoury pelo seu trabalho. S.Exa. conseguiu, com muita responsabilidade e independência, produzir um relatório que conseguiu descontentar todos: o Governo, que queria mais, e a Oposição, que queria menos. Mas o Jorge, com a sua independência, conseguiu colocar uma expectativa de crescimento do PIB mais dentro da realidade.

O Brasil está inserido no mundo, o mundo passa por dificuldades, isso vai chegar aqui, com certeza não na mesma intensidade que vem acontecendo em diversos países do mundo, mas estaremos passando aí por um ano no mínimo nebuloso em cima de expectativas muito complicadas. Em cima desse processo o Deputado Jorge Khoury fez um trabalho em que conseguiu dar um parâmetro e uma marca para essa sua gestão enquanto Presidente, que aliás merece todas as nossas referências de boa condução.

Seriam essas as palavras, Sr. Presidente, e vamos aí tocar para a aprovação deste relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço a V.Exa. o apoio e a participação brilhante nesta Comissão.

Deputado José Guimarães.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Jorge Khoury, em nome da bancada do PT, quero enfatizar a nossa concordância com o mérito do relatório apresentado por V.Exa. É claro que nós não somos o apocalipse do quanto pior melhor, e acredito que a Oposição muito menos. Evidentemente, o Governo previa, e há condições para essa previsibilidade, um crescimento maior.

Até disse ontem para o Senador Delcídio: ótimo, como nós tivemos um crescimento econômico tão sustentado este ano, no último trimestre, de 6,8, evidentemente que no próximo ano, ainda que o crescimento seja 3, 3,5 ou até 4, nessa faixa estabelecida pelo Relator, o Deputado Jorge Khoury... É claro que a média histórica de crescimento do Governo do Presidente Lula será muito superior aos governos anteriores. Isso por conta dos fundamentos da política macroeconômica desenvolvida pelo nosso Governo.

Então, queria expor a nossa concordância.

Segundo, quero ressaltar, Deputado Jorge Khoury, que é exatamente por conta da forma como foi feito este relatório, pela primeira vez, num momento de crise, de cortes, o relatório de V.Exa. está preservando pelo menos alguns aspectos fundamentais para dar ao Senador Delcídio a possibilidade de fazer o relatório geral para votar na terça-feira. Os investimentos do PAC têm importância extraordinária para o Nordeste brasileiro; os programas sociais; não vamos mexer na área da educação nem da saúde.

É importante dizer que toda a negociação nas bancadas, Presidente, está praticamente concluída. Há um pequeno detalhe, na Paraíba, que estamos trabalhando, correndo para ver se resolvemos.

As emendas individuais, o Ministro Paulo Bernardo concordou que elas fossem aumentadas para um valor que, evidentemente, tem impacto no Orçamento.

Quero dizer finalmente, Deputado Jorge Khoury, neste momento importante de final de ano, de festa de Natal, que o trabalho que todos fizemos aqui na Comissão presidida pelo Deputado Mendes, pelo Relator Senador Delcídio, pelo nosso Líder do Governo aqui no Congresso, o Deputado Gilmar Machado, e por todos nós, Senador Delcídio, de fato fizemos um trabalho coletivo. Pela primeira vez na Comissão, pelo menos nesses últimos 2 anos em que estou aqui, o que presidiu o trabalho de V.Exa. não foi essa visão presidencialista: “eu faço”. Não! Houve compartilhamento conosco, com os Deputados da Oposição e os Deputados do Governo.

Acho que, com isso, ganha o Congresso. Disse ontem numa entrevista que quem ganha com isso vai ser o Congresso Nacional, porque ele recupera suas prerrogativas. E acabamos com essa história de, ao chegar ao final do ano, passar para janeiro, passar para fevereiro e não se votar o Orçamento Geral da União. Esse é um marco para esta Comissão e é fruto do trabalho de V.Exas.

No caso específico do Relatório de Receita, do Deputado Jorge Khoury, do DEM, principalmente um DEM – agora vou terminar brincando, viu Deputado

Guilherme Campos? – muito democrático nas relações. Estou aprendendo a admirá-lo não só por ser nordestino da Bahia, da nossa querida Bahia, mas principalmente pelo seu jeito e pela forma correta e transparente com que nos tratou na discussão do relatório de receitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais inscritos, vou colocar em votação o relatório.

A discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Deputado Gilmar Machado.

Faço de conta que não vi, mas vou registrar.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero passar a palavra ao Relator da Receita, Deputado Jorge Khoury, e quero registrar a presença do nosso Relator-Geral, que praticamente não dormiu, fazendo seu trabalho, e nos brinda com sua presença.

Deputado Jorge Khoury V.Exa. está com palavra.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** – Sr. Presidente, querido amigo Mendes Ribeiro Filho; caro amigo Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral deste Orçamento, neste instante gostaria de agradecer todo apoio que recebi durante esse período do Presidente desta Comissão, que, não tenho dúvida, marca um novo momento de se praticar a elaboração do Orçamento neste País.

Gostaria muito, Sr. Presidente, que pudéssemos ter a capacidade de poder acompanhá-lo em 2009. Não sei de que forma poderíamos acompanhar a execução orçamentária de maneira tal que pudesse contribuir para aqueles que vierem a elaborar o Orçamento de 2010.

Agradeço também pelas palavras aos meus colegas aqui.

Quero dizer ao companheiro Gilmar Machado que entendo perfeitamente o seu pensamento e torço para que possamos crescer 4 ou até mais do que isso. No entanto, pode ficar certo de que procuramos fazer o mais justo possível, no meu entendimento, com relação à realidade que estamos atravessando.

Nas palavras do Deputado José Guimarães, quero dizer que tive o cuidado de conversar com o Senador Delcídio Amaral com relação a esse novo índice exatamente no sentido de não criar problemas maiores para as atividades que estavam em andamento em nosso País, como V.Exa. bem disse. O Senador tem tido o maior cuidado na questão dos cortes, buscando fazê-los nas áreas que não venham criar nenhuma dificuldade na execução orçamentária do próximo ano. Estamos trabalhando na melhoria das condições do nosso País, e não seria eu que trabalharia contra isso.

Aquilo que V.Exa. falou, da preservação do PAC, dos programas sociais, do salário mínimo, da saúde, da educação, do preço mínimo para a agricultura, tudo isso, mesmo com esse índice, haverá condição de preservar nesse esforço que o Senador Delcídio Amaral vem fazendo na elaboração dos cortes. Será feito de maneira tal que haja condição de o Governo poder ter o Orçamento necessário para trabalhar no ano de 2009.

Quero dizer, da mesma forma como falaram meu companheiro Gilmar Machado e meu correligionário, meu querido amigo, Guilherme Campos, que representa o meu partido, na visão do nosso partido, esse índice seria menor. No entanto, houve esse entendimento de que, mais importante de que uma alteração de 0,5% a mais ou 0,5% menos, é o interesse da Nação de aprovar esse Orçamento neste ano. Acho que é uma resposta concreta que estamos dando, que o Congresso Nacional está dando para o País neste momento de dificuldade que também se está refletindo no mercado mundial.

Portanto, quero agradecer a todos por esse entendimento e, de maneira especial, ao meu Presidente pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Jorge Khoury, V.Exa. foi brilhante.

Gostaria de passar a palavra ao nosso Senador Delcídio Amaral, que, tenho certeza, não poderia deixar de se manifestar diante desse trabalho magnífico feito pelo Deputado Jorge Khoury, da Bahia.

Por favor, Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** – Eu posso quebrar o protocolo aqui, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Claro.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** – Perdoe-me, eu quero... Está aqui anotado, mas me passou... Eu quero agradecer a toda a equipe da Casa; à Secretária Myrna e todo seu pessoal, ao Wagner com toda sua área técnica, e de maneira especial ao Consentino, à Márcia, ao Flávio, ao Ruy, e também à turma do Senado, como a Lyz, que está ali, e outros que não nos

faltaram em momento algum para que pudéssemos chegar a essa peça final de relatório.

Muito obrigado.

**O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL** – Cumprimento o Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho; os demais Parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Gestão; especialmente o Deputado Jorge Khoury pelo trabalho, pela competência, pela serenidade e pelo espírito de discutir, que desenvolveu o seu trabalho com essa noção clara de que, independentemente de partido, trabalhou incessantemente ao longo desses meses para que tivéssemos um Relatório de Receita o mais próximo da realidade com que vamos nos defrontar em 2009, e trabalhando em equipe. Como disse o Deputado José Guimarães, não só com as equipes do Senado, da Câmara, da Comissão de Orçamento, mas também com os demais Parlamentares. Quero parabenizá-lo pela aprovação do relatório e só esclarecer algumas questões que eu entendo que são importantes nessa próxima fase.

Só para historiar um pouco, ontem, sob o comando do Deputado Mendes Ribeiro Filho, foram feitas reuniões com as Lideranças, com os coordenadores de bancada. Num clima de corte, estabelecemos, no bom senso, no diálogo um padrão de definição, em cima dos últimos 3 anos, o valor médio por bancada.

Havia um desequilíbrio, Deputado Gilmar Machado, Líder do Governo, entre bancadas e dentro das bancadas também. Isso, de certa maneira, foi equalizado, ou pelo menos foi melhorado, essa distribuição foi melhorada. Isso é muito importante não só no que se refere ao desequilíbrio entre bancadas ou a uma performance menor de algumas bancadas, notadamente do Nordeste, com relação aos valores médios dos últimos 3 anos, como também uma distribuição de recursos mais equilibrada entre os Parlamentares de cada bancada. Isso foi possível fazer. Evidentemente, nós não podemos agradar a todos, até porque o coberter é curto, mas pelo menos foi criado um critério entendível por todas as bancadas.

Ontem, no final já, por volta de 19h ou 20h, as bancadas se reuniram, os coordenadores de bancadas se reuniram com o Comitê de Assessoramento da Comissão de Orçamento – Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputado José Guimarães, Deputado Jaime Martins, Deputado Luiz Bittencourt, Deputado Jorge Khoury, Deputado Eliseu Padilha, Deputado Colbert Martins – e, dentro do prazo que foi estabelecido, entregaram suas propostas, que serão, ao longo do dia de hoje, já incorporadas ao relatório.

Eu gostaria de destacar que, evidentemente, há alguns pequenos problemas, que são naturais dentro

de um processo de discussão do Orçamento, os quais equacionaremos com a nossa equipe aqui e com o Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado. Ao mesmo tempo, quero deixar claro que o acordo feito com os coordenadores e com os líderes é o de que, dentro desse nivelamento, desse critério apresentado, nós eliminaríamos destaques, não só na votação da Comissão de Orçamento mas também na votação do Congresso. O que ficou claro, até por intermédio do Deputado Aleluia, é que os que seriam apresentados seriam destaques muito mais de mérito para o debate da economia brasileira *vis-à-vis* com a crise internacional do que questões diretamente ligadas a algum tipo de mudança no Orçamento. Esse foi o entendimento que todos nós tivemos. Fiz questão de registrar também a agricultura, a garantia de preço mínimo, que é uma reivindicação forte da bancada ruralista e muito importante neste momento para o País.

Portanto, Deputado Mendes Ribeiro Filho, avançamos naquilo que foi possível dentro da revisão de receitas apresentada pelo ilustre Deputado Jorge Khoury.

Quero também deixar registrado porque vi em alguns jornais hoje algumas informações equivocadas com relação ao encaminhamento que será dado nos próximos dias. Falam em cortes de 13, 15 bilhões, e que isso era para atender emendas. Muito pelo contrário, todos os Poderes sofreram com cortes. Portanto, é uma informação, primeiro, equivocada com relação aos números, porque os números que estão balizando os cortes são próximos a 10 bilhões de reais. Nós já trabalhávamos com 8,8 em função da estimativa encaminhada pelo Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento. Ontem mesmo conversei, com esse número próximo de 10 bilhões, com o próprio Ministro Paulo Bernardo.

Portanto, não compreendi onde é que estão os 13 bilhões que foram citados hoje. Muito pelo contrário, o Legislativo está sofrendo com os cortes, o Judiciário e o Executivo também. Todo o mundo está dando a sua quota de contribuição para se chegar a esse valor de corte.

É importante, e não poderia deixar de destacar, Deputado Gilmar Machado, porque nós discutimos isso à exaustão, que poupamos nos cortes exatamente a lista encaminhada pelo Ministério do Planejamento, sem uma alteração sequer, preservando o PAC, os investimentos dos programas sociais, o aumento do salário mínimo, a saúde e a educação, pelo menos aquilo que a legislação determina. Seguimos à risca. É irretocável o cuidado da Comissão de Orçamento com relação a esses parâmetros. Já citei o salário mínimo.

É importante registrar que os cortes giram em torno de 10 bilhões e são aplicados a todos os Pode-

res. É importante destacar isso para que não ocorram dúvidas com relação aos números e às informações que esta Comissão de Orçamento tem tratado com o Governo Federal.

A outra questão também que gostaria de registrar é que nós, hoje e amanhã, trabalharemos no fechamento do Orçamento de 2009 com a equipe, com os Consultores do Senado e da Câmara. Pretendemos concluir esse trabalho até amanhã à noite e, no final de semana, publicar pelo menos na Internet o relatório final do Orçamento de 2009 para que venhamos a discutir e aprová-lo, espero, na terça-feira, na Comissão de Orçamento, e, na quarta-feira, na reunião do Congresso Nacional.

Essa é a nossa meta. Quero deixar muito claro a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que praticamente já fiz todas as rodadas de conversas com os Parlamentares e entendo que a reunião com os coordenadores de bancada ontem, tirando alguns ajustes, foi definitiva com relação a todos os Parlamentares. Portanto, agora vou me fechar no processo de execução final do relatório do Orçamento de 2009, conforme determinação do Deputado Mendes Ribeiro Filho e de todos os Parlamentares da Comissão de Orçamento.

Quero mais do que nunca também mais uma vez registrar, Deputado Jorge Khoury, o trabalho de V.Exa., competente, dinâmico, sereno; parabenizá-lo pela elaboração desse relatório, com o pé no chão, equilibrado, que nos dá condições de trabalhar no Orçamento sem grandes problemas. Se nós reduzíssemos demais o crescimento, desmontávamos o Orçamento, mas como ele é autorizativo, isso dá margem para o Governo trabalhar com tranquilidade ao longo do próximo ano.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que é muito importante a aprovação do Orçamento de 2009 na próxima quarta-feira para que nós comecemos o ano de 2009, como disse o Deputado José Guimarães, com o Orçamento aprovado e em condições de tocar o Brasil para a frente num momento que é fundamental que a peça orçamentária esteja já disponibilizada para que o Brasil continue caminhando para o progresso, para o desenvolvimento e para um futuro cada vez melhor.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Quero agradecer a V.Exas. a oportunidade e a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Quero cumprimentar o Senador Delcídio Amaral. Terei a oportunidade de dizer de público o que foi trabalhar com essa extraordinária figura pública, o que foi conviver com o seu talento, com sua capaci-

dade de harmonizar divergências – está boa a frase, não é? *(Risos.)*

Tem a palavra o Deputado Edmilson Valentim.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM** – Sr. Presidente, realmente a Comissão está de parabéns, a começar por V.Exa. e pelos 2 Relatores. A capacidade de agregar, de fazer consenso tem sido enorme, o que tem até nos criado muita dificuldade para poder divergir. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – V.Exa. não está insinuando algum ato ditatorial do Presidente? *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM** – Não, mas quero cumprimentar o Relator, Deputado Jorge Khoury, pelo alto espírito público, por sua preocupação em viabilizar a aprovação do Orçamento, levando em consideração que Deputado Jorge Khoury é de um partido de Oposição, mas com a preocupação em fazer um trabalho que esteja à altura das necessidades do País.

A despeito da discordância do excesso de cautela que continuamos a ter com a redução do crescimento do PIB, apesar da crise – e a crise é efetiva, acontece, está presente, também vejo que o País e o Governo têm buscado exatamente tirar da crise oportunidades de fazer mudanças interessantes, a preocupação de investir na produção, de fortalecer o crédito, o mercado interno, de mexer em determinadas questões tributárias que há muito tempo poderiam já ter sido modificadas. Aproveita-se a crise para enfrentar isso e simplificar, facilitar a vida daquelas pessoas que empreendem e que são a saída da crise, ou seja, com investimento, gerando emprego, estimulando o consumo. Por isso acho que é um excesso de cautela, mas, como disse ontem na reunião, nós nos rendemos à opinião majoritária da Comissão. Sr. Presidente, creio que teremos oportunidade, e sou daqueles que torcem, e acredito que o próprio Relator torce, para que essa previsão esteja errada e que possamos ter uma alternativa.

Quero cumprimentar o Relator, Senador Delcídio Amaral. Tenho conversado com vários Deputados, coordenadores de bancada, particularmente do meu Estado, e acho que este também é o sentimento de todos: estamos produzindo de forma bastante eficaz, com critérios muito transparentes, bastante democráticos, produzindo uma peça orçamentária que... Não vou fazer comparação com anteriores, mas quero reafirmar que tem sido para mim uma satisfação muito grande participar da elaboração do Orçamento nesta Comissão Mista presidida por V.Exa.; que tem os 2 relatores e mais a Senadora Serys. Ou seja, estamos dando um grande passo e dando a nossa contribui-



ção para enfrentar os desafios do ano de 2009, que serão grandes.

Era só para fazer esse registro, mantendo obviamente a nossa posição de que poderíamos ter reduzido de 4,5% para 4% o crescimento do PIB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Quero agradecer a V.Exa. a participação brilhante e sempre atuante.

Quero atender a um pedido do Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado é conhecidíssimo na Casa por ser cumpridor de acordos. Aliás, esta Comissão tem-se caracterizado por isso.

O Deputado Gilmar Machado solicita que, excepcionalmente, seja colocado em votação um requerimento originário de acordo realizado em sessão do Congresso Nacional entre o Deputado Aleluia, da bancada do DEM, e a bancada do Governo. Diz respeito à votação de requerimento do Deputado José Carlos Aleluia que requer seja encaminhada ao Tribunal de Contas da União solicitação de informações atualizadas acerca de processos existentes naquela Corte relativos à fiscalização de obras nos Municípios de Alagoinhas e Candeias, no Estado da Bahia.

Para que possa apreciar isso, Deputado Gilmar, a Comissão tem que concordar que eu receba o requerimento de votação extrapauta do Deputado Aleluia sem que ele esteja presente na Comissão. Isso esta Presidência só pode fazer com autorização do Plenário.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, se há alguma dúvida, e eu acho que o Deputado Aleluia tem alguma dúvida, nós queremos saná-la. Então, nós somos favoráveis à inclusão. Podemos votar porque o Governo quer saber se alguém tem alguma dúvida e algum Ministério decidiu alguma coisa equivocadamente, logicamente que o Ministério vai ter de responder por isso. Para nós, não há nenhum problema com relação ao pedido e nós autorizamos não só a inclusão como pedimos o apoio aos demais Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Sr. Presidente, quando da última votação dos créditos adicionais, no Congresso Nacional, o Deputado Aleluia apresentou essa solicitação. Foi feito um acordo no plenário para que pudéssemos acatar. Mesmo sem a presença de S.Exa. aqui, achamos de bom alvitre dar esse apoio para que possamos averiguar. É claro que haverá transparência, como sempre há em várias ações, e precisamos elucidar qualquer dúvida que possa surgir.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Havendo o testemunho de V.Exa., torna fica mais claro, muito embora eu nunca tivesse dúvida da palavra do Deputado Gilmar. V.Exa. tranquiliza pela participação na sessão do Congresso Nacional.

Deputado Luiz Bittencourt, V.Exa...

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** – Para depois da votação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Então, eu vou colocar em votação o requerimento do Deputado Aleluia solicitando que, extrapauta, entre o seu pedido de informação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em pauta, requerimento do Deputado José Carlos Aleluia, de número 14, de 2008, que “requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União solicitação de informações atualizadas acerca de processos existentes naquela Corte de Contas relativos a fiscalização de obras nos municípios de Alagoinhas e Candeias, no Estado da Bahia”.

Vou colocar em discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Vou colocar o requerimento em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

No Senado da República.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o Requerimento de Informação nº 14, do Deputado José Carlos Aleluia.

Solicito à Secretaria que comunique ao Deputado as providências desta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Bittencourt.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** – Sr. Presidente, é apenas para, em nome da bancada do PMDB, registrar aqui a nossa alegria com o desenvolvimento dos trabalhos, que vão chegando ao seu limiar de forma bastante positiva.

Primeiro, o orgulho que a bancada tem pelo trabalho que V.Exa. tem feito à frente da Comissão. Sabemos que o maior desafio da Comissão de Orçamento é fazer uma peça orçamentária que seja compatível com a realidade, factível na sua execução e, principalmente, transparente. Um debate da peça orçamentária que seja pautada pela seriedade, pela correção de princí-

pios e, acima de tudo, pela transparência com que os atos são feitos por esta Comissão. E essa marca V.Exa. conseguiu imprimir nos trabalhos que esta Comissão realizou ao longo deste ano.

Nós, que acompanhamos os trabalhos da Comissão de Orçamento nos últimos anos, percebemos que alguns critérios que foram implantados por V.Exa. poderiam ser adotados permanentemente como, por exemplo, aquelas reuniões de madrugada, aqueles debates intermináveis, aquelas trocas de influência e de negociações que eram feitas de certa forma acabaram tirando o caráter de transparência da implantação. Então, os critérios adotados pela assessoria, o acompanhamento dos técnicos, o trabalho feito pelos servidores da Comissão tiveram muito mais efeito no sentido de produzir o resultado positivo, como esse que estamos chegando agora, bem como os Líderes de bancadas e os Líderes que acompanharam todos os debates.

O Deputado Gilmar foi extremamente positivo, conduziu seu trabalho de forma a manter o equilíbrio da relação do Governo com os partidos de oposição. O Deputado Jorge Khoury fez um trabalho excelente e, pela sinceridade das suas palavras e clareza da sua argumentação, convenceu a todos nós, principalmente os partidos de base aliada, que vivemos um momento de dificuldade quando a receita tem de acompanhar a previsão de, pelo menos, redução de investimentos e freio na economia global que temos pela frente. O Senador Delcídio tem sido também muito solícito nas nossas discussões, tem estado presente em todas as bancadas. Enfim, cumprimento todos aqueles companheiros que participaram desse debate de forma mais miúda, tratando dos assuntos relativos a cada Estado, a cada interesse de Deputados que legitimamente defendem as suas comunidades.

A Comissão de Orçamento vai chegando ao final de seu trabalho de forma muito positiva, e tudo isso o PMDB sabe que pode creditar ao trabalho que V.Exa. fez aqui nessa Comissão. Então, parabéns ao Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho. O partido tem muito orgulho do que nós fizemos. V.Exa. engrandeceu o trabalho feito pela Comissão por todos os Parlamentares. Parabéns ao nosso Deputado Jorge Khoury e ao Senador Delcídio Amaral pela forma que conduziram e tem conduzido a finalização do Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço, Deputado Luiz Bittencourt. Tenho dito que essa Comissão, se até aqui conseguiu algo, foi graça ao trabalho dos Deputados membros e dos Líderes, que foram incansáveis.

Muito obrigado, Deputado Luiz Bittencourt.  
Deputado Raimundo.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Antes de concluir esta reunião, queremos fazer – infelizmente o Deputado Gilmar Machado não se encontra no plenário – um apelo ao Governo. Acreditamos que o Congresso Nacional tem-se comportado, principalmente aqui na Comissão de Orçamento, suprapartidariamente, trabalhando para que vencêssemos os obstáculos em termos de agenda desta Comissão de Orçamento. Entretanto, esse nosso trabalho poderá ser em vão, Sr. Presidente, nobre Relator, se realmente o Executivo não cumprir com a execução orçamentária, como não vem cumprindo. É lamentável ficarmos peregrinando pelos Ministérios para tentar empenhar os recursos; para os municípios que criaram aquela expectativa das emendas individuais, a questão das próprias emendas de bancada, as questões das emendas de Comissão. Acredito que a área econômica do País precisa ser sensível, até porque o desenvolvimento do País passa pelo município.

O desenvolvimento e as melhorias dos indicadores sociais e econômicos passam também por esses recursos que são destinados para os municípios, para os Estados, inclusive para instituições, não só do terceiro setor, mas para próprias instituições do própria estrutura do Governo Federal, como é o caso do DNOCS, dos tribunais. São recursos que foram assegurado no Orçamento de 2008, e ainda existe também um volume significativo de recursos de 2007 a serem liquidados. Cada obra e cada investimento que é paralisado, o custo de se reiniciar essa obra alavanca também um outro adicional de recurso.

Então, nosso apelo aqui, Sr. Presidente, é que possamos tentar sensibilizar a área econômica para que cumpra com o compromisso por meio do nosso trabalho. O ideal seria realmente um orçamento impositivo, como V.Exa. tanto solicita. Esse é o nosso apelo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Deputado Raimundo, a crítica da Oposição é a deste Presidente. Nós precisamos sair do Orçamento “peça de ficção”. A execução orçamentária é muito baixa, o que valoriza mais ainda o trabalho desta Comissão. Se nós tivéssemos o Orçamento cumprido pelo Executivo, poderíamos dizer que esta Comissão trabalha em cima do cumprimento do Orçamento para os seus Estados e para os seus municípios. Nem isso acontece. Esta Comissão esteve à frente desses trabalhos extraordinários cumprindo com as suas obrigações, muito embora as queixas do Estados.

Eu quero agradecer a todos a participação.

Senador Delcídio Amaral, esta Presidência gostaria de convocar reunião para semana que vem, terça-feira, às 10h, às 14h e às 18h, e nos mesmo horários



na quarta-feira, muito embora tenhamos a expectativa e a esperança de que na quarta-feira estejamos votando o relatório brilhantemente assinado por V.Exa. no plenário do Congresso Nacional.

Cancelo as reuniões marcadas para esta semana, hoje e amanhã, convocadas, visto que cumprimos a pauta, votando o relatório e receita do Deputado Jorge Khoury.

Esta Presidência assinará a partir de hoje o projeto criando o Orçamento Participativo da União. Gostaria que todos os membros desta Comissão fosse co-autores dessa iniciativa junto com o Presidente.

Está encerrada a reunião.

**Ata da Quinta Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 6 de maio de 2009.**

Às quinze horas e um minuto do dia seis do mês de maio do ano de dois mil e nove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta nº 6. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Antônio Andrade, Bruno Rodrigues, Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Dado, João Leão, José Chaves, Laurez Moreira, Magela, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa, Narcio Rodrigues, Osmar Júnior, Otavio Leite, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Rose de Freitas e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Almeida Lima, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Ribeiro, João Vicente Claudino, José Nery e Leomar Quintanilha; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Eduardo Cadoca, Dr. Nechar, Eudes Xavier, Eunício Oliveira, Leo Alcântara, Nelson Meurer, Ricardo Barros, Rubens Otoni, Walter Ihoshi e Wellington Roberto; **Senador suplente:** Roberto Cavalcanti. Registrou-se a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Carlos Melles, Geraldo Resende, João Carlos Bacelar, José Fernando Aparecido de Oliveira e Vic Pires Franco; – **Senadores:** Cristovam Buarque, Efraim Morais e Francisco Dornelles. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006*, alterada pela *de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Almeida Lima, declarou iniciados os trabalhos. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de abril de 2009, e 4ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de abril de

2009. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **AVISOS:** o Presidente informou sobre a realização das seguintes reuniões de audiência pública: dia 12 de maio, às quatorze horas e trinta minutos, com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010; e a reunião conjunta de audiência pública, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, que estava marcada para o dia 13 de maio, às quinze horas, foi remarçada, a pedido do Presidente do Bacen, conforme expediente Aspar/Gabin-2009/51, de 5 de maio de 2009. A nova data para realização da reunião é 27 de maio, às quatorze horas e trinta minutos. O palestrante apresentará perante comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional informações referentes ao segundo semestre de 2008, em atendimento ao disposto no *art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal*. **ORDEM DO DIA:** Pauta nº 6. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 4/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Foram apresentadas 143 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. A apreciação foi adiada e o Relatório foi **retirado** de pauta a pedido do relator para reavaliação. O Presidente informou que a matéria deverá ser reapresentada na reunião seguinte. Manifestaram-se favoráveis à retirada da matéria de pauta os Deputados Humberto Souto, Nárcio Rodrigues, Jilmar Tatto, Pedro Novais, Alex Canziani e Rose de Freitas. Dando prosseguimento, o Presidente renovou a solicitação de assiduidade dos membros às reuniões da Comissão. O Deputado Gilmar Machado, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, em virtude de ter sido marcada sessão no Plenário do Congresso Nacional para o período noturno daquele dia, solicitou que, excepcionalmente, fosse encaminhado o **Projeto de Lei nº 8/2009-CN**. O Presidente concordou e houve consenso no Plenário. Em

seguida, foi designado o Deputado Darcísio Perondi como relator da matéria. Em seguida, o Presidente reiterou o pedido ao Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB para que o impasse sobre a indicação dos relatores setoriais das Áreas Temáticas V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e X – Trabalho, Previdência e Assistência Social, fosse resolvido. Prosseguindo, o Deputado Claudio Cajado solicitou que os relatores apresentassem os relatórios acompanhados dos espelhos das emendas apresentadas para melhor entendimento por parte dos membros da Comissão. O Presidente informou que verificará junto à Secretaria da Comissão sobre a possibilidade da apresentação do espelho das emendas com o relatório da matéria. O Deputado Otávio Leite, ao mencionar a reunião de audiência pública com o Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão marcada para as quatorze horas e trinta minutos do dia 12 de maio, solicitou que o horário de início fosse alterado para as treze horas. O Deputado Gilmar Machado afirmou ser possível alterar para as quatorze horas. O Presidente remarcou a reunião para as quatorze horas da mesma data. A seguir, o Deputado Narcio Rodrigues ressaltou a importância da realização de reunião com os Representantes do Colegiado das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para a análise prévia das matérias da pauta. O Deputado Wellington Roberto, na qualidade de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, reforçou a realização da reunião de audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Deputado Humberto Souto sugeriu a criação de medidas que regulassem as emendas individuais apresentadas pelos parlamentares. **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:** antes de encerrar os trabalhos, o Presidente convocou as seguintes reuniões: 12 de maio, às 14 horas, reunião de audiência pública com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e 13 de maio, às quatorze horas e trinta minutos, reunião ordinária deliberativa. As reuniões serão realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e trinta e sete minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Almeida Lima. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 5ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,

destinada à apreciação da matéria constante da Pauta nº 6, de 2009.

Informo que os avulsos das matérias se encontram na mesa de trabalho. Informo também que há *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme estabelecido na alínea f do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas da 3ª reunião ordinária, realizada em 22 de abril de 2009, e da 4ª reunião ordinária, realizada em 29 de abril de 2009.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADAS.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADAS.

Expediente

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias nesta data.

Avisos

Reuniões de audiência pública a serem realizadas pela Comissão

Dia 12 de maio, terça-feira às 14h30min, haverá reunião de audiência pública com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010.

Informo ainda que a reunião conjunta de audiência pública com a presença do Presidente do Banco Central, que estava marcada para o dia 13 de maio, às 15h, foi remarcada, a pedido do Banco Central, conforme expediente Aspar-Gabin-2009/51, que nos foi encaminhado em 5 de maio de 2009. Tendo o Presidente justificado a solicitação, eu a acatei, diante da alegação de sua participação em um fórum econômico em Nova York que contará com a presença de personalidades da política mundial, a exemplo do próprio Presidente dos Estados Unidos, lideranças da América Latina e da Europa. A nova data para a realização da reunião é o dia 27 de maio, quarta-feira, às 14h30min.

O palestrante apresentará perante as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal informações referentes ao segundo semestre de 2008, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio a Ordem do Dia: Pauta nº 6.

Item único:

Projeto de Lei nº 4/2009-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), para os fins que especifica”.

Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Foram apresentadas 143 emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu me sinto no desejo de reexaminar o relatório apresentado, de modo que peço ou o adiamento da votação, ou a retirada do projeto de pauta. Estou solicitando a retirada do projeto de pauta, Sr. Presidente, por necessidade de reapreciar o parecer.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, o PR concorda com a decisão do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Diante da solicitação feita pelo Relator, declaro que acato e marco prazo para a sua devolução em tempo hábil para que possamos incluí-lo na Ordem do Dia da sessão da próxima quarta-feira.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar ao Sr. Relator se as modificações que pretende fazer não poderiam ser feitas agora na reunião. Às vezes, são coisas simples que poderiam ser feitas agora mesmo, porque dificilmente, retirando a matéria de pauta, com o tempo escasso que temos para a Comissão, poderemos apreciá-la aqui. A proposta pode cair no plenário, e outro Relator será designado. Se o Relator pudesse examinar os problemas que tem aqui mesmo, talvez pudéssemos apreciar a matéria agora.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima)

– Tem a palavra o nobre Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Eu gostaria de cumprimentar o Relator pela iniciativa que toma e dizer, a título de conselho, que seria muito importante que pudéssemos conversar sobre esse relatório, porque, pelo menos da parte da Oposição, não temos a menor condição de votá-lo com o teor atual. E eu acho que é impossível fazer isso na tarde de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Eu abro a palavra a todos que desejarem, mas neste momento eu considero a matéria vencida, preclusa. Evidentemente que, em sendo mantida a solicitação do Relator, ela já foi deferida.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Mas, Presidente, eu aconselhei que pudéssemos conversar posteriormente, antes de voltar a matéria à pauta. Foi isso que eu dei como conselho apenas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Isso não impede evidentemente nenhuma conversação. Acho inclusive louvável.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Relator, Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Eu entendo as ponderações do eminente Deputado Humberto Souto, mas, da mesma forma como comentou o Deputado Narcio Rodrigues, eu tenho percebido entre os membros da Comissão, sobretudo aqueles que apresentaram emenda, algumas dificuldades sobre as quais precisamos debater. Creio que o tempo de agora à tarde poderia não ser suficiente, por isso tomei a decisão de pedir a retirada do projeto de pauta.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, o PMDB concorda

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, o PT também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Registrado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, o pedido de retirada de pauta pelo próprio Relator para reexame da matéria é regimental. Não há por que queiramos, portanto, atropelar o trabalho do Relator e examiná-lo agora, quando S.Exa. considera que precisa reexaminá-lo.

Não tenho críticas maiores a fazer ao relatório do Senador Leomar Quintanilha, que me parece muito criterioso. Atendeu a todas as emendas que podiam

ser atendidas, exceto aquelas que, pelo Regimento, são consideradas inadmitidas.

Por esse motivo, Sr. Presidente, dou inteira razão ao Senador Leomar Quintanilha e o apoio no seu pedido.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, minha ponderação foi dirigida ao Relator. Claro que o pedido de retirada é unilateral. Se S.Exa. se sente com necessidade de retirar a matéria de pauta, ninguém pode contestar. Minha preocupação não foi de S.Exa. votar hoje ou deixar de votar. Se S.Exa. pudesse retificar aquilo que entendeu que precisa ser retificado nesta reunião, poderíamos ganhar tempo. V.Exa. sabe as dificuldades para votar algo na Comissão. Temos que valorizá-la. Resultado: todas as matérias estão indo direto para o Plenário. Se o Relator entende que será melhor retirar a proposta, não há por que deixar de atender o Relator. Não poderia deixar, entretanto, de tecer os elogios ao Sr. Relator, que teve o cuidado, como disse o Deputado Pedro Novais, de atender os Deputados naquilo que foi possível a S.Exa.

Acho que o relatório poderia ter sido votado hoje, não há nada que impeça isso. Faço referência tanto à Oposição quanto ao próprio PPS. Mas a questão é unilateral. Se o Relator se sente mais à vontade retirando a proposta para reexaminá-la, estou absolutamente de acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Agradeço a compreensão do Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, pelo PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, muito obrigado.

Também gostaria de deixar registrados nossos cumprimentos ao Relator, que atendeu se não todas, boa parte das emendas, mostrando respeito aos Deputados e Senadores. Esse tem que ser o papel da Comissão. Os Parlamentares apresentam emendas buscando levar parte desses recursos para seus Estados. O Relator está de parabéns. Esperamos poder aprovar seu relatório com poucas alterações, preservando, acima de tudo, as emendas que foram apresentadas pelos Senadores e Deputados.

Parabéns ao Senador Leomar Quintanilha.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Concedo a palavra a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, antes de mais nada, para nós desta Casa, tê-lo na Presidência é extremamente gratificante. Peço desculpas a V.Exa. por ter faltado a algumas reuniões. V.Exa. sabe que ser mulher em uma Casa de 513 membros já é muito difícil; ser mulher, com tantas tarefas, mais difícil ainda. Parabeno V.Exa. pela condução dos trabalhos. Assim, democraticamente, vamos construindo um trabalho profícuo nesta Casa.

Parabeno também o Senador Leomar Quintanilha. Talvez passe despercebido por alguns Deputados e Senadores, mas construir um relatório democrático, com o olhar para esta Casa inteira, com seus representantes, é algo muito difícil. O Senador soube fazê-lo. Portanto, vamos contemplá-lo com o tempo necessário, para que S.Exa. restabeleça o diálogo e tenha condições de pôr o relatório em votação.

Prazer em reencontrar V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Nobre Deputada Rose de Freitas, agradeço a generosidade de V.Exa. Havia uma medida a ser tomada no dia de hoje, mas já reconsiderarei essa posição. No entanto, aproveito a oportunidade para solicitar de V.Exas., Deputados e Senadores, a assiduidade a esta Comissão. Evidente que foi levado em consideração o fato de que precisamos, neste Colegiado, da presença feminina, que V.Exa. aqui representa muito bem.

Com a palavra o nobre Líder Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, quero fazer um apelo ao ilustre Presidente e aos Líderes. Haverá sessão do Congresso hoje para a apreciação de vetos. Em virtude da urgência e do grande reclamo dos Prefeitos, tendo em vista a queda nas receitas dos Municípios, em virtude do processo econômico que estamos vivendo, o Governo, com o objetivo de repor o FPM, mandou um crédito para cá. Para que a medida provisória possa vir, precisamos aprová-lo.

Então, gostaríamos de consultar o ilustre Presidente sobre a possibilidade de mandarmos a matéria direto para o Plenário. Solicito a V.Exa. também que já indique um Relator, que poderá trabalhar nesse período da tarde para a noite, a fim de que possamos, na sessão desta noite, abrir essa excepcionalidade para votar esse crédito.

Esse é o apelo que faço a V.Exa., Sr. Presidente, e aos demais Líderes, tanto da base do Governo quanto da Oposição. Acho que essa proposta não é do



Governo nem da Oposição. Ela foi apresentada exatamente para ajudar os nossos Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Quero comunicar a V.Exa. e a todos os membros que, no dia de ontem, já havia tomado decisão sobre a designação do nobre Deputado Darcísio Perondi para Relator desse projeto de lei. Mantenho, evidentemente, a designação, assinando inclusive o ato neste instante. A Presidência não estabelece nenhuma objeção a que esse projeto seja encaminhado diretamente ao Plenário do Congresso Nacional no dia de hoje. Está atendida, portanto, a solicitação.

Embora já o tenha feito mediante ofício, quero aproveitar a oportunidade para repetir às Lideranças do bloco a solicitação de resolução do impasse quanto à indicação dos Relatores-Setoriais das Áreas Temáticas V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano e X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. Ainda não foi resolvido o impasse.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, já temos um acordo. Inclusive acabamos de marcar uma reunião na Liderança do Governo, após esta reunião, para definimos essa questão. Então, com certeza, V.Exa. terá hoje ainda a indicação. Se isso não acontecer, V.Exa. terá que indicar os Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Agradeço a manifestação de V.Exa., que, como sempre, é de uma praticidade extrema, o que é necessário para esta Comissão. Mas vamos aguardar. Tenha certeza de que as Lideranças farão a indicação.

Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado, que já a havia pedido anteriormente.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas gostaria de pontuar que, quando V.Exa. designasse os Relatores dos projetos a serem relatados na Comissão, pedisse que apresentassem, no relatório, juntamente com o parecer e o voto, o espelho das emendas. Eu acho que esse procedimento facilitaria muito os nossos trabalhos, permitindo que pudéssemos não apenas ter a visão das emendas de forma global, como analisar o parecer juntamente com o espelho de cada emenda. Num momento como este, por exemplo, teríamos uma visão maior em cima de cada um dos relatórios, com suas respectivas emendas. Apenas citar o número da emenda e dizer se foi ou não admitida não nos dá o conteúdo da emenda. Não sabemos se está corretamente apresentada. Então, pontuo esse detalhe técnico.

Eu, pessoalmente, estarei muito atento a essa questão das emendas no que se refere ao cumprimento da Resolução nº 1. Se a Resolução, nesse aspecto, não permite que sejam apresentadas emendas, temos que mudá-la. O que não podemos é fazer o que foi feito no ano passado: aprovarem-se emendas frontalmente contrárias ao que determina a Resolução nº 1. Por exemplo, no caso do relatório do programa Minha Casa, Minha Vida, eu não tenho condição de analisá-lo, porque não vi as emendas. Então, como o projeto vai ao Plenário, e já que o relatório foi apresentado, vou ter que fazer agora o estudo das emendas, para ver se cabem ou não. É uma questão técnica, e precisamos esperar.

Os Parlamentares sabem que tipo de emenda pode ser proposta a um projeto sobre crédito especial. Num projeto sobre crédito suplementar, é outro tipo de emenda. Quando o relatório chega sem o espelho, não temos condição nenhuma de analisá-lo. Então, solicito que, sempre que possível, seja incluída na designação do Relator essa questão de poder apresentar seu relatório com o espelho das emendas, o que vai facilitar muito o trabalho de cada Deputado no encaminhamento da discussão e da votação.

Por outro lado, não temos nenhum tipo de reserva em poder discutir no Plenário o projeto específico que abre o crédito e beneficia os Municípios. Poderíamos até fazê-lo, se houvesse a designação do Relator aqui da Comissão. Acho importante que a Comissão possa deliberar sobre as matérias de sua alçada. Não fica bom para a Comissão transformarmos o Plenário na área de competência que seria nossa. Mas há a questão da urgência, e acho que esse é um projeto consensual aqui na Comissão. Eu vejo um número muito grande de Parlamentares permanentemente na Comissão, participando dos trabalhos. Sempre que for possível, é importante que possamos apreciar as matérias aqui, para que, quando cheguem ao Plenário, já tenham o crivo da Comissão. Excepcionalmente neste caso, o Democratas irá apoiar a ida direta para o Plenário, mas como exceção. Não gostaríamos de votar no Plenário matérias que a Comissão deveria deliberar com anterioridade.

Então, ficam aqui registrados o nosso posicionamento e a sugestão para que os Relatores apresentem as emendas com os respectivos espelhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Nobre Deputado Claudio Cajado, há dois aspectos. O primeiro deles diz respeito à sugestão que V.Exa. faz. Informo-lhe que trarei na próxima sessão uma explicação, após a audiência que irei manter com a Secretaria da Mesa desta Comissão para ver a sistemática



mais adequada que venha a facilitar o manuseio e o conhecimento do parecer, da conclusão acerca das emendas a que V.Exa. se refere.

Quanto à segunda colocação, devo também dizer que a nossa decisão tem caráter extraordinário, para exatamente atender àquilo que V.Exa. fundamentou. Ou seja, a fundamentação feita por V.Exa. é completamente conveniente e correta. Por se tratar de uma questão de forma geral, podemos nos antecipar e dizer que há consenso e vontade de que os Municípios sejam atendidos da forma mais célebre possível. Tomamos essa decisão em caráter extraordinário, sendo exatamente uma exceção.

Antes de encerrar a reunião, convoco as seguintes reuniões para a semana que vem.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, antes de encerrar os trabalhos, V.Exa. me permite uma ponderação breve?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra V.Exa., nobre Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Agradeço a gentileza de V.Exa.

Não o fiz ao tempo correto, mas, no início da sessão, V.Exa. mencionou o nosso cronograma de debates acerca da LDO, com a vinda do Sr. Ministro. Será no dia 27, às 14h30min?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O Ministro do Planejamento virá no dia 12.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Ah, no dia 12.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O Presidente do Banco Central seria designado, em princípio, no dia 13, mas, diante de uma solicitação, combinamos para o dia 27 de maio.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Em hipótese alguma quero subverter os trabalhos da Comissão, mas, apenas a título de sugestão, em sendo uma matéria densa, complexa e ampla, há de se compreender que demanda tempo. Então, a sugestão que apresento, se os colegas estiverem de acordo, é que, em vez das 14h30min, começássemos um pouco mais cedo, quiçá, às 13h, para que tivéssemos mais tempo para abordagem e manifestação dos Deputados. Não sei se estou criando algum problema, mas me parece razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Devo, antes de abrir a palavra ao Deputado Gilmar Machado, dizer o seguinte: essa data e esse horário foram previamente consensuados com o Ministro. E é de boa política fazermos isso de forma combinada, consensual. Não sei se haveria tempo suficiente para estabelecermos não uma outra data, mas outro horário.

Ouçõ o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Se realmente marcarmos às 14h30min, sabemos que a audiência começará às 15h. Poderíamos acertar com o Ministro às 14h. Acho que não haveria nenhuma dificuldade para o Ministro antecipar 30 minutos a sua vinda. S.Exa. estaria aqui, às 14h, à disposição da Comissão. Acho que o Ministro tem o maior interesse de atender essa demanda da Comissão, porque é um debate importante. Está aqui o nosso Relator, Deputado Wellington Roberto. Acho que não teríamos dificuldades se a reunião for às 14h. Às 13h realmente ficaria mais difícil, já que S.Exa. pode ter outro compromisso. Mas podemos assegurar a V.Exa. que o Ministro poderá comparecer às 14h.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, gostaria apenas de deixar dois registros. O primeiro trata de um questionamento – não sei o procedimento que V.Exa. vai adotar – em relação às reuniões com o Colegiado de Líderes. Quero dizer que é muito importante para nós manter uma rotina em que possamos ter o entendimento antes de vir para o plenário. Não sei o motivo que hoje levou V.Exa. a cancelar a reunião no Colégio de Líderes, mas, como não a realizamos, gostaria de deixar um apelo a V.Exa. no sentido de que nos ajude.

O grande combustível desta Casa é o cumprimento de acordos, e estamos vivendo um momento hoje, dentro da Comissão de Orçamento, que nos preocupa muito. Na composição do Orçamento para o exercício de 2008, foi feito um acordo aqui na Comissão com vistas a ressarcimento dos recursos provenientes da Lei Kandir para os Estados, num montante de 1 bilhão e 300 milhões de reais.

O Governo enviou o PLN nº 12, em que reconhece um superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da União, no exercício de 2008, de 29,5 bilhões de reais. E destina a crédito um volume de 15, 458 bilhões de reais, sendo que havia no acordo feito, sob o aval desta Comissão, um compromisso de que a primeira destinação desse recurso de superávit seria para o ressarcimento dos Estados beneficiados com a Lei Kandir.

Então, gostaria de solicitar a V.Exa., fazendo um apelo à Liderança do Governo, que nos ajude no sentido de alertar o Governo para a necessidade de fazer a distribuição dos recursos referentes ao exercício de 2008 que pertencem aos Estados, que totalizam um volume de 1,3 bilhão de reais. Tenho certeza de que V.Exa. pode cumprir um papel muito importante nessa negociação, que, concluída, será fundamental para que possamos ter aqui uma condução de boa vontade em

relação aos procedimentos entre Oposição e Governo, que espero sejam a favor do País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Registrada a manifestação de V.Exa., com a palavra o nobre Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, é bom esclarecer ao Plenário desta Comissão que o Ministro virá no dia 12, terça-feira. Não é na quarta-feira. Como costumamos nos reunir na quarta-feira, esclareço à Comissão que S.Exa. virá no dia 12, terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, só quero fazer uma observação com relação ao que foi colocado pelo Deputado Narcio Rodrigues. S.Exa. faz referência a uma definição que votamos nesta Comissão, por ocasião da apreciação do Orçamento passado, sobre o repasse de 1,3 bilhão de reais aos Estados ao longo do ano. Mas pode ter certeza, Deputado Narcio Rodrigues, que a Liderança do Governo, a base do Governo, todos têm interesse nisso. Vamos cumprir os acordos que foram votados no ano passado.

E agora, Sr. Presidente, na condução de V.Exa., tenho certeza que vamos procurar o entendimento para fazer esse ajuste com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, para que possamos, de fato, atender à reivindicação de V.Exa. Estamos resolvendo agora a questão do FPM e, em seguida – V.Exa. pode ter certeza –, estaremos à sua disposição para, juntos, trabalharmos esse processo e atender à reivindicação dos Estados com relação à Lei Kandir que o Deputado Narcio Rodrigues apresenta. Espero que este ano o Deputado Magela, como nosso Relator, resolva de vez esse problema da compensação das exportações dos Estados.

Colocamo-nos à disposição de V.Exa. para encontrarmos uma forma de fazer esses repasses para os Estados. Nós os aprovamos, e eles têm que ser feitos ao longo do ano, e não no final do ano. Precisamos achar um caminho para começarmos a fazer esses repasses, atendendo a essa justa reivindicação dos Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, aproveitando esta

oportunidade e a liberalidade de V.Exa. para este debate, quero fazer uma concitação aos companheiros da Comissão. Aqui no Congresso Nacional, estão aparecendo todos esses escândalos, todos esses estarda-

lhaços com referência a todas as nossas problemáticas. Isso acontece porque às vezes não antecipamos as coisas, não tomamos as providências que a própria Casa teria que tomar. E acabam indo questões para o Ministério Público, para isso, para aquilo e tal.

Eu estava pensando, já que estamos falando na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em apresentar uma emenda à LDO – e já quero sugerir aos Deputados para começarem a pensar sobre isso – com referência às emendas individuais.

Existem hoje muitos bochichos, comentários de que Deputados vendem emendas. Há uma série de atos com sentido pejorativo creditados aos Deputados. Isso é facilitado quando um Parlamentar apresenta uma emenda para um Estado que não é o seu, para uma região que não é a sua. O Deputado, às vezes, pega uma emenda e vai para uma região de outros Deputados. Chega lá e começa a oferecer emendas. Eu estava pensando que, antes que se comece uma onda para acabar com as emendas individuais, deveríamos tomar uma providência que poderíamos chamar de regulamentadora. Não seria moralizadora, porque não há conhecimento exato, não sabemos se é verdade que essas coisas acontecem. Mas existem comentários, e os Deputados os conhecem. Seria uma forma de inibir um pouco a expansão da emenda. Ou seja, o Deputado ficaria limitado a apresentar as suas emendas individuais na sua área eleitoral, no seu Estado e na sua região eleitoral, para evitar essa briga entre Deputados que pegam as emendas, põem-nas debaixo do braço e começam a negociá-las a troco de votos ou de vantagens pessoais em região dos outros. Tenho a impressão que isso seria importante. Faríamos algumas exceções, para não tolher a iniciativa do Parlamentar, mas acho que seria uma medida interessante.

Gostaria de submeter essa sugestão aos Deputados, para que começássemos a pensar nisso. Quando viesse a LDO, o prazo de emendas, então poderíamos discutir sobre o assunto. Sr. Presidente, com certeza que uma iniciativa como essa seria importante para o fortalecimento do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, está encerrada a Ordem do Dia desta sessão.

Há pouco estava para encerrar a sessão, quando o nobre Deputado Otavio Leite pediu a palavra. Vejo que existem duas questões e eu gostaria de respondê-las.

A primeira delas diz respeito ao Deputado Wellington Roberto, informando que a reunião do dia 12 de maio, terça-feira, justifica-se pelo caráter de reunião extraordinária para um fim específico, uma vez que se trata de uma audiência pública, cumprindo, assim,

o que determina a Resolução nº 1. Refiro-me à vinda do Ministro do Planejamento para dar explicações a respeito de todo o planejamento orçamentário e fiscal e da LDO para 2010.

Quanto às colocações do nobre Deputado Humberto Souto, que me parece é quem tem conhecimento de tais fatos, diante da manifestação única de S.Exa. até o presente momento, a Mesa aguarda as suas sugestões em forma de projetos legislativos.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco as seguintes reuniões para a semana que vem: reunião de audiência pública no dia 12 de maio, terça-feira, às 14h, com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e reunião ordinária no dia 13, quarta-feira, às 14h30min.

Declaro encerrada a presente reunião.

**Ata da Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de maio de 2009, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.**

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: *avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 2º semestre de 2008, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamen-

tares: – **Deputados:** Aelton Freitas, titular da CFT/CD, Alex Canziani, suplente da CMO/CN, Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD, Antônio Andrade, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Carlos Eduardo Cadoca, suplente da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Carlos Melles, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Willian, titular da CFFC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN, Cleber Verde, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CFFC/CD, Duarte Nogueira, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Edinho Bez, suplente da CFFC/CD, Edson Aparecido, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Eduardo Valverde, titular da CMO/CN, Eudes Xavier, suplente da CMO/CN, Eunício Oliveira, suplente da CMO/CN, Felipe Bornier, suplente da CFFC/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Geraldo Resende, titular da CMO/CN, Gonzaga Patriota, suplente da CMO/CN, Gorete Pereira, titular da CMO/CN, Guilherme Campos, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Humberto Souto, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Jerônimo Reis, titular da CMO/CN, Jilmar Tatto, titular da CMO/CN, João Carlos Baccelar, titular da CMO/CN, João Dado, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, João Magalhães, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD e titular da CFFC/CD, João Oliveira, suplente da CFT/CD, José Airton Cirilo, suplente da CMO/CN, José Chaves, titular da CMO/CN, José Guimarães, titular da CDEIC/CD, Júlio Cesar, titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Leandro Vilela, suplente da CMO/CN, Leo Alcântara, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Luiz Carlos Haully, titular da CFT/CD, Luiz Sérgio, suplente da CFFC/CD, Magela, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Manoel Junior, titular da CFT/CD, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Narcio Rodrigues, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, suplente da CMO/CN, Osmar Júnior, titular da CMO/CN, Osório Adriano, titular da CDEIC/CD, Otavio Leite, titular da CMO/CN, Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN, Pedro Eugênio, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Pedro Novais, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Pepe Vargas, titular da CFT/CD, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Ricardo Berzoini, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Rodrigo Rocha Loures, titular da CFT/CD, Rubens Otoni, suplente da CMO/CN, Silvio Torres, titular da CFFC/CD, Valtener Pereira, suplente da CMO/CN, Vanderlei Macris, suplente da CDEIC/CD, Vignatti, titular da CFT/CD, Walter Ihoshi, suplente da CMO/CN; – **Senadores:** Almeida Lima, titular da CMO/CN e suplente da CMA/SF, Augusto Botelho, titular da CMO/CN, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, João



Vicente Claudino, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF, Roberto Cavalcanti, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF. Compareceu, ainda, os Deputados Emanuel Fernandes e Gilmar Machado, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. **ABERTURA:** A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Almeida Lima, que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro; Deputado Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Edmilson Valentim, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Em seguida, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no *mesmo artigo* do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência e foi interpellado pelo Deputado Emanuel Fernandes, tendo finalizado sua apresentação às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Prosseguindo, o Presidente facultou a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião: Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e Deputado Luiz Carlos Hauly, 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelos Presidentes das Comissões. O debate foi iniciado. Houve consenso no sentido do palestrante se pronunciar após as intervenções de grupo de parlamentares. Interpellaram o expositor os Depu-

tados Duarte Nogueira, Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados pelo grupo de interpelladores. Foi assegurada réplica aos Deputados Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer. Participaram do segundo bloco de interpelladores o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Rodrigo Rocha Loures, Jilmar Tatto, João Oliveira, Osório Adriano, Pedro Eugênio e Otavio Leite. A seguir, o Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados. Foi assegurada réplica aos Deputados João Oliveira, Jilmar Tatto, Osório Adriano e Otavio Leite. Finalizando, o Presidente do BACEN respondeu às últimas intervenções e concluiu a exposição. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a presença do Dr. Henrique Meirelles e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às dezoito horas e quarenta e oito minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Almeida Lima, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

**Ata da Sexta Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 13 de maio de 2009.**

Às quinze horas do dia treze do mês de maio do ano de dois mil e nove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 7. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Cleber Verde, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Dado, Laurez Moreira, Magela, Miguel Corrêa, Narcio Rodrigues, Pedro Eugênio, Pedro Novais e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Almeida Lima, Augusto Botelho, Efraim Moraes, Jayme Campos, João Ribeiro, João Vicente Claudino, José Nery e Leomar Quintanilha; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Andreia Zito, Edson Aparecido, Eunício Oliveira, José Airton Cirilo, Leo Alcântara, Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Ricardo Barros e Rubens Otoni; **Senador suplente:** Roberto Cavalcanti. Registrou-se a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Milton Monti. Foi registrada a

ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Antônio Andrade, Bruno Rodrigues, Carlos Melles, Darcísio Perondi, Francisco Rodrigues, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, José Chaves, José Fernando Aparecido de Oliveira, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Osmar Júnior, Otavio Leite e Rose de Freitas; – **Senadores:** Cícero Lucena, Cristovam Buarque e Francisco Dornelles. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006*, alterada pela *de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Terceiro Vice-Presidente, Deputado João Dado, no exercício da Presidência conforme dispõe o *art. 14 da mesma Resolução*. Apreciação da Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de maio de 2009. Por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **AVISOS:** o Presidente em exercício informou que foi enviado aos gabinetes dos membros, em 11 de maio, comunicado sobre o encaminhamento das convocações de reuniões da Comissão por meio de correio eletrônico. Essa medida foi adotada após pesquisa realizada junto às comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e visa contribuir com a diminuição de gastos em material de expediente. Continuando, o Presidente informou que os avisos de reuniões também estarão disponíveis na Página da Comissão na Internet, em “Notícias”, “Agenda Semanal”, e “Reuniões da CMO – convocações e pautas” a partir da sexta-feira anterior à da semana da sua realização.” **ORDEM DO DIA:** Pauta nº 7. Item 1 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 4/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Foram apresentadas 143 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O Presidente determinou a **retirada** de pauta do Relatório por solicitação do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, e do Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Gilmar Machado. Item 2 – Apreciação do **Requerimento nº 4/2009-CMO**, que requer a realização de reunião de

audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa com o propósito de debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. Autores: Deputado Paulo Rubem Santiago e Senador Cristovam Buarque. A apreciação foi **adiada** em função da ausência dos autores. Às quinze horas e cinco minutos o Presidente, Senador Almeida Lima, assumiu a condução da reunião. **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:** antes de encerrar, o Presidente convocou reunião ordinária para o dia vinte de maio, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e cinco minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Almeida Lima. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Dado) – Declaro aberta a reunião.

Informo aos senhores que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação nas 2 Casas do Congresso Nacional.

Apreciação da Ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 5ª reunião ordinária, realizada em 6 de maio de 2009.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Alguns avisos.

Foi encaminhado em 11 de maio o seguinte comunicado aos gabinetes dos senhores membros da Comissão e também por correio eletrônico: após pesquisa junto às Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e visando contribuir com a diminuição de gastos em material de expediente, a Secretaria informa que, a partir da semana que vem, encaminhará as convocações de reuniões da Comissão somente através do correio eletrônico.



É de vital importância manter a caixa de correio eletrônico disponível para recebimento, tendo em vista o retorno de grande número de mensagens. Os avisos de reuniões também estarão disponíveis na página da Comissão na Internet, em Notícias, Agenda Semanal e Reuniões da CMO – Convocações e Pautas -, a partir da sexta-feira anterior à da semana da sua realização.

No item Expediente, conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias nesta data.

Passamos a Ordem do Dia.

Item 1 da pauta.

Projeto de Lei nº 4/2009-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de 6 bilhões de reais, para os fins que especifica.

Por solicitação do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, e do Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Gilmar Machado, retiro de pauta o Projeto de Lei nº 4/2009-CN, Item 1 desta pauta de hoje.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 4/2009-CMO, para realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa com o propósito de debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. Seus autores são o Deputado Paulo Rubem Santiago e o Senador Cristovam Buarque.

Não estando nenhum dos 2 autores presente, fica adiada a apreciação do requerimento.

Imediatamente passo a palavra e a Presidência da Comissão ao nosso Presidente, Senador Almeida Lima. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Antes de encerrar a presente reunião, convoco uma outra em caráter ordinário para o dia 20 de maio, quarta-feira, às 14h30min, neste Plenário.

Declaro encerrada a reunião.

**Ata da Sétima Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada em 20 de maio de 2009.**

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes

da Pauta nº 8. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Antônio Andrade, Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Dado, José Chaves, Laurez Moreira, Magela, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa, Osmar Júnior, Otavio Leite, Pedro Eugênio e Pedro Novais; – **Senadores titulares:** Jayme Campos, João Vicente Claudino e Leomar Quintanilha; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Edson Aparecido, Eudes Xavier, Eunício Oliveira, Gonzaga Patriota, José Aírton Cirilo, Leandro Vilela, Ricardo Barros, Valtenir Pereira e Vital do Rêgo Filho; – **Senador suplente:** Roberto Cavalcanti. Registrou-se a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Bruno Rodrigues, Carlos Melles, Francisco Rodrigues, João Leão, José Fernando Aparecido de Oliveira, Márcio França, Narcio Rodrigues, Rose de Freitas e Zé Gerardo; – **Senadores:** Almeida Lima, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Efraim Morais, Francisco Dornelles, João Ribeiro e José Nery. **ABERTURA:** às quinze horas e um minuto, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Segundo Vice-Presidente, Senador Jayme Campos, no exercício da Presidência conforme estabelece o caput do *art. 14* do mesmo Diploma Legal. **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:** em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos. Antes, convocou reunião extraordinária para o dia 26 de maio, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e um minuto. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Almeida Lima. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Jayme Campos) – Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 08/2009.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação da representação do Senado Federal, encerro esta reunião, antes convocando Reunião Extraordinária

para o dia 26 de maio, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a reunião.

**Ata da Primeira Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Realizada em 26 de maio de 2009.**

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nº 9 e 10. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Antônio Andrade, Bruno Rodrigues, Carlos Melles, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Dado, João Leão, José Fernando Aparecido de Oliveira, Laurez Moreira, Magela, Márcio Reinaldo Moreira, Otavio Leite, Pedro Eugênio e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Almeida Lima, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Efraim Moraes, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro e João Vicente Claudino; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Edson Aparecido, Eudes Xavier, Eunício Oliveira, João Magalhães, José Aírton Cirilo, Leandro Vilela, Leo Alcântara, Nelson Meurer, Ratinho Junior, Ricardo Barros, Rubens Otoni, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; – **Senador suplente:** Roberto Cavalcanti. Registrou-se a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. Foi justificada a ausência do membro titular Deputado Cleber Verde. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Duarte Nogueira, Francisco Rodrigues, Gorete Pereira, José Chaves, Márcio França, Miguel Corrêa, Narcio Rodrigues, Osmar Júnior, Pedro Novais e Rose DE Freitas; – **Senadores:** Cristovam Buarque, José Nery e Leomar Quintanilha. **ABERTURA:** às quinze horas e dois minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Almeida Lima. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 12/5/2009; 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13/5/2009; e 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20/5/2009. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPE-DIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensa-

da leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA: Pauta nº 9. 1-) Ofício nº 51/2009 – CONORE, de 11/5/2009**, encaminhado pelo Diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, em resposta à solicitação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão de correção de erro material na emenda 71120012, de autoria da Bancada do Estado do Mato Grosso, apresentada ao Projeto de Lei nº 38/2008-CN – Projeto de Lei Orçamentária para 2009 – em observância ao disposto no *art. 152 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. Não houve debate. Em votação, a Errata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2-) Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”. Relator: Deputado João Carlos Bacelar. Foram apresentadas 34 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 9 a 11, 15 a 24, 27, 30, 33 e 34 e pela rejeição das demais. Ausente o Relator, foi designado o Deputado João Leão como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do *art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas de nºs 2, 9 a 11, 15 a 24, 27, 30, 33 e 34, sugeridas pelo relator. Iniciado o debate, o Deputado Otávio Leite discutiu a Matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3 – Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Foram apresentadas 143 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1, 2, 22, 29, 49, 59, 61, 69, 85, 87, 92 a 94, 99 e 110 e pela rejeição das demais. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Leandro Vilela como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do *art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, alterada*

pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas de nºs 1, 2, 22, 29, 49, 59, 61, 69, 85, 87, 92 a 94, 99 e 110, sugeridas pelo relator. A discussão foi iniciada. Debataram o assunto os Deputados Otávio Leite, que solicitou o acolhimento da emenda nº 69 com voto pela inadmissibilidade e o Deputado Gilmar Machado, na qualidade de representante da Liderança do Governo no Congresso Nacional, que manifestou-se contrário. Discutiram, ainda, os Deputados João Leão, Cláudio Cajado, Eduardo Valverde e Valtenir Pereira. A seguir, o Presidente encerrou o debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados. Após o Presidente anunciar o resultado da votação simbólica na representação do Senado Federal, o Senador Efraim Morais pediu verificação de votação com apoio dos Senadores Cícero Lucena e Jayme Campos, conforme dispõe o art. 136 da Resolução supracitada. **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.** Tendo sido constatada a visível ausência de *quorum* para deliberação da Matéria na representação do Senado Federal, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou reunião extraordinária, para o dia 28 de maio, às dez horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e quarenta e nove minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Almeida Lima. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) –

Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 1ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 9 e 10, de 2009.

Informo que os avulsos das matérias se encontram na mesa de trabalho.

Há *quorum* para a deliberação nas 2 Casas do Congresso Nacional.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 1ª reunião de audiência pública, realizada em 12 de maio de 2009; 6ª reunião ordinária, realizada em

13 de maio de 2009; 7ª reunião ordinária, realizada em 20 de maio de 2009.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas. *(Pausa.)*

Expediente.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informe ainda que a lista com o expediente será enviada por meio do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data. *(Pausa.)*

Ordem do Dia, referente à Pauta 9.

Primeiro item da pauta.

Ofício nº 51, de 2009 – CONORF, de 11 de maio de 2009, encaminhado pelo Diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, em resposta à solicitação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de correção de erro material na Emenda nº 71120012, de autoria da bancada do Estado do Mato Grosso (*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*) apresentado ao Projeto de Lei nº 38, de 2008, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária para 2009). Em observância ao disposto no art. 152, da Resolução nº 1, de 2006, Congresso Nacional.

A errata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la considero encerrada a discussão.

A errata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

A errata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Segundo item da pauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1/2009-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00 (quatro-



centos e noventa e dois milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Estando ausente o Relator designado, o Deputado João Carlos Bacelar, nomeio Relator *ad hoc* o nobre Deputado João Leão, a quem concedo a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, é um prazer muito grande seguir as orientações de V.Exa.

Este PLN é de uma importância muito grande, e o Deputado João Carlos Bacelar faz um relatório muito bom.

“Voto do Relator:

*A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, para objetivar a alocação de novas programações não previstas na lei orçamentária em vigor.*”

Apesar de meritórias as ações contidas nas emendas, ele rejeita algumas.

*“Propomos a reedição de todas, pois os atendimentos das mesmas prejudicaria a execução das obras integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, relativas à dragagem e adequação da navegabilidade do transporte marítimo brasileiro.*

*Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN n.º 1, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.*

*Deputado João Carlos Bacelar.*

*Análise das emendas.*

*Evidenciou que algumas dessas não podem ser acolhidas por conter inadequações programáticas ou por se acharem em conflito com as normas fixadas pela Resolução n.º 1, de 2006, em especial o quanto dispõe os arts. 109 e 146. Trata-se das emendas de n.º 2, 9, 11, 15, 24, 27, 30, 33 e 34.*

*As emendas de n.º 2, 9 e 10 oferecem como cancelamento programações constantes do projeto de lei ou constam somente como cancelamento proposto, devendo ser inadmitidas, nos termos da alínea “a”, inciso III, do art. 109 da Resolução n.º 1, de 2006.*

*As emendas de n.º 11, 27, 30 e 33 destinam-se a alocar recursos em ações já contempladas na lei orçamentária atual, o que é vedado nos projetos de lei de crédito especial, nos termos da alínea “b”, inciso III do art. 109 da Resolução.*

*Por fim, as emendas de n.º 15 a 24 e 34 pretendem construir portos fluviais, cuja competência contínua no Ministério do Transporte.*

*Portanto, a inclusão de tais ações, na unidade orçamentária da Secretaria Especial de Portos, confrontaria o art. 24 da alínea “a” da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, que estabelece a competência dessa Secretaria Especial, bem como conflita com a programação do PPA 2008/2011, Lei n.º 11.653, de 2008.*

Por essas razões, tais emendas estão sendo aprontadas, nos termos do que manda o art. 146 da Resolução, para serem declaradas inadmitidas pela Presidência da Comissão.

Em razão disso, restam como emendas passíveis de consideração por esta relatoria as de n.ºs 1, 3 a 8, 12 a 14, 25, 26, 28, 29, 31 e 32. Apesar de meritórias as ações contidas nessas emendas, propomos a rejeição de todas.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN n.º 01, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.”

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução n.º 01, de 2006, alterada pela Resolução n.º 03, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas referidas e solicitadas pelo Relator.

O relatório está em discussão.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra V.Exa., Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, se bem observamos, trata-se de um projeto de lei cujo objetivo é dar uma destinação específica a uma dotação que já existia na Secretaria Especial de Portos, aliás, órgão que foi criado recentemente.

É curioso observar, e peço a atenção e os préstimos competentes do Relator da matéria, para me tirar umas 2 dúvidas. Em primeiro lugar, se havia uma dotação prévia, podemos assim simbolicamente denominá-la como um guarda-chuva, por que o Governo, previamente, não estabeleceu quais as unidades portuárias brasileiras que deveriam receber especificamente as dotações, já que o diagnóstico dos problemas e das necessidades das demandas já é de há muito conhecido, enfim, não há o que discutir sobre isso. Só agora, faltando um ano praticamente para o final do mandato se apresenta esse elenco de portos a serem aquinhoados. Pergunto: por que esta proposição está em forma de crédito especial e, dos 16 portos, 13 deles não faziam parte do PPA?

Quer dizer, nós estamos diante de uma reiterada iniciativa de revisão do PPA. O PPA será sempre revisto

através de créditos especiais? É isso? Queria entender um pouco mais, porque essa especificação de há muito já deveria ser apresentada no corpo da lei, talvez na que criou a Secretaria de Portos ou na Lei Orçamentária em vigor. Por que há essa necessidade?

Essa é a indagação que queria apresentar, para melhor discernir sobre o assunto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Meu caro Deputado Otavio Leite, V.Exa. praticamente explicou o motivo.

O que acontece? O Governo, quando colocou essa dotação, colocou numa única dotação esperando as necessidades dos portos de dragagem. Nem todos os portos tiveram necessidade de dragagem. Então, era uma única dotação.

Na minha avaliação, isso poderia ser retirado daquela dotação global e fazer a dragagem de cada porto, mas o Governo, cuidadoso, verificando, querendo dar uma satisfação a esta Comissão e ao Congresso Nacional, resolveu mandar este PL e definir em cada porto aquela dragagem que deveria ser feita e com que valores.

Porque isso aqui, no meu entender, poderia ser feito mediante crédito. Ele tirava de lá e empenhava para DOCAS da Bahia, para as DOCAS dos Santos, para DOCAS do Pará, mas o Governo, querendo ser cuidadoso e demonstrar uma transparência a esta Comissão e a este Congresso Nacional, mandou este PL, meu caro.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Muito obrigado pela informações, eminente Relator. Eu apenas, permita-me a licenciosidade, diria que a expressão “cuidadoso” merece uma contradita porque, no fundo, nós estamos diante de uma ausência de planejamento. Se o Governo tivesse planejamento, já teria especificado melhor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Ao contrário, meu caro. V.Exa. é engenheiro ou não?

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Não, não. Não tenho esse...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Ainda bem, porque senão eu ia dizer a V.Exa. que a engenharia... Porque é aquela velha história: você tem determinados portos que às vezes não precisam de dragagem e, às vezes, de repente, uma corrente marítima faz com que aquele porto necessite de dragagem.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Pelo que sei, uma corrente marítima não gera assoreamento da noite para o dia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Ao contrário, meu caro companheiro.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Não, há sempre uma dilatação no prazo e tempo, e nós temos uma competência indiscutível em hidrovias, em engenharias, enfim, em suporte acadêmico e técnico. Inclusive, há um departamento, no Rio de Janeiro, que é muito robusto e denso, de DOCAS, que estuda exatamente toda essa parte de oceanografia, de movimento de marés.

Eu quis apenas fazer o registro de que me parece algo absolutamente plausível de ter merecido antes da autoridade pública um diagnóstico. Acho que esses diagnósticos já existem de há muito, não são novidades.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Mas o diagnóstico...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Não houve mágica no movimento das marés; já se sabia quais eram os portos que haveriam de merecer algum tipo de dragagem ou de intervenção para que se evitasse o assoreamento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Para concluir a minha observação, vou lhe dar o exemplo do Porto de Vitória, do Espírito Santo.

Quando o rio que cruza aquele porto, quando as chuvas são elevadas na região, ele pode pegar ali e assorear o porto. Em diversos portos no Brasil há esse problema de assoreamento na baía hidrográfica do rio ao qual o porto pertence, que de repente vai e precisa de dragagem. Outros não precisam de dragagem.

Quem dera que todos os portos brasileiros fossem iguais ao de Itaquí, por exemplo, que tem um calado de 17 metros e que nunca precisa de dragagem; é muito difícil. Às vezes é preciso uma dragagem na entrada da baía, mas não no porto. Não é o caso específico do que nós estamos vivendo.

Por isso, Sr. Presidente, somos pela aprovação.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Nada a opor, Sr. Presidente. Pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O relatório continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer uso da palavra para discuti-lo, colocamos em votação, declarando encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.



Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Terceiro item da pauta.

Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4, de 2009, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), para os fins que especifica”.

Relator, Senador Leomar Quintanilha. *(Pausa.)*

Ausente o nobre Senador Relator por problemas de saúde, solicito ao nobre Deputado Leandro Vilela, por gentileza, que proceda o relatório na condição de Relator *ad hoc*. A Mesa e o Plenário ficaremos agradecidos.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA** – Sr. Presidente, nobres colegas, feito o exame da admissibilidade das emendas e de todo o conteúdo dessa matéria, o voto apresentado pelo Relator, na condição de Relator *ad hoc*, é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, havendo a indicação de inadmissibilidade de emendas que foram apresentadas, na condição de Presidente, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1, 2, 22, 29, 49, 59, 61, 69, 85, 87, 92 a 94, 99 e 110.

O relatório, portanto, está em discussão.

Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, eu queria ponderar a V.Exa., e em especial ao Relator, que acolhesse a Emenda nº 69, do Deputado Narcio Rodrigues, que objetivou a programação sobre classificação em operações especiais do Programa 9991 – Habitação de Interesse Social. Inclusive foi objeto de emendas parlamentares acolhidas no parecer e incluídas no substitutivo apresentado. Enfim, são ações e projetos que têm objetivo no seu conjunto de operações limitadas no tempo, cujo produto expande ou aperfeiçoa a ação governamental.

Essa é a nossa proposta. Não sei o que o Relator teria a dizer sobre isso.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, esse PLN já veio e voltou e estamos apenas o adequando ao que já votamos na medida provisória. A Câmara dos Deputados já aprovou e está no Senado

para avaliação. Esse projeto, na verdade, vai apenas cumprir o que já votamos na medida provisória: diminuiu o número de habitantes por município para entrar no programa, que é de 50 mil, e assegura o Senador Leomar Quintanilha, dentro do que foi aprovado na medida provisória, que aqueles municípios com menos de 50 mil habitantes também poderão participar do programa.

Portanto, isso atende ao que o Deputado Otavio Leite e o Deputado Narcio Rodrigues estão propondo, e esses municípios terão uma reserva de 300 milhões já assegurados como os demais, pois não podemos fazer tratamento diferenciado. Então, a Caixa Econômica Federal e as empresas credenciadas pela instituição poderão fazer projetos de até 100 casas para esses municípios com menos de 50 mil habitantes, seguindo o mesmo modelo que será utilizado para os demais municípios acima de 50 mil habitantes.

Nós não estamos alterando o critério. Essa foi uma iniciativa importante do Senador Quintanilha e que o Deputado Vilela reafirma aqui, ao apresentar como Relator *ad hoc* o projeto.

Se fizermos uma alteração, estaremos dando tratamento diferenciado aos municípios, o que viria depois dificultar muito o trabalho da Caixa Econômica Federal, porque ela vai seguir o critério de acordo com empresas credenciadas, consultoras credenciadas, seguindo exatamente o objetivo que o município deseja. Será preciso apresentar os terrenos, e a partir daí é que se vai definir quantas habitações se terá condições de fazer, com base no critério da Caixa igual para municípios acima e abaixo de 50 mil habitantes.

É o que apresenta o Senador Quintanilha e acho que é melhor mantermos o relatório dele como foi feito, relatado de forma *ad hoc* pelo Deputado Leandro Vilela.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Consulto o Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, é uma última ponderação. Veja bem, se estamos falando de uma programação orçamentária à luz do instrumento operação especial, é evidente que se trata de uma regra elástica e que inclusive não demanda estabelecimento de prazos. Nós outros entendemos que deveria ser essa programação instituída como projeto para que ele constasse do PPA a fim de que tivesse uma definição de prazo para que soubéssemos ao final, espalhados no tempo futuro, se os 6 bilhões vão gerar 1 milhão de casas. Isso seria o quê? Seis mil reais cada casa? Uma casa vale 6 mil reais? Eu queria entender isso um pouco melhor, se o Relator pudesse me esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra, Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Só para tentar ajudar. Esses 6 bilhões são uma parte do projeto, e parte do recurso é dinheiro do FGTS que já está na Caixa. Então, isso aqui é apenas para complementar o Programa Minha Casa, Minha Vida, porque, logicamente, o projeto é de 34 bilhões. E aqui não diz que vai ser 1 milhão de casas. O projeto apenas diz que é para completar o programa que a Caixa vai financiar para municípios com menos de 50 mil, o que foi uma contribuição desta Casa. É bom relatar, porque o Governo mandou apenas para municípios acima de 100 mil. Esta Casa, então, trouxe o projeto para 50 mil, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, e ainda permitiu que municípios com menos de 50 mil também pudessem ser atendidos.

Portanto, Deputado Otavio Leite, não é que o prazo... Primeiro, se nós engessarmos os municípios, os pequenos vão ficar de fora, porque o projeto deles demora muito mais tempo do que daqueles municípios que estão mais estruturados. É por isso que temos que ter uma certa flexibilidade, principalmente para municípios menores.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Deputado Otavio Leite, o nobre Deputado Gilmar Machado tentou esclarecer e acredito que V.Exa. deve ter compreendido quando ele disse que não há previsibilidade de gastos para uma unidade habitacional no valor de 6 mil reais, tendo em vista que, embora haja uma previsão de 1 milhão de casas, o montante de recursos é de 34 bilhões. Esses 6 bilhões trata-se de um aporte complementar àquele já existente na Caixa, cuja origem é o Fundo de Garantia. É isso, nobre Deputado.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Perfeito. Eu só queria deixar claro que não é a nossa intenção que esta Comissão venha estabelecer um prazo a ponto de engessar ou cercear municípios. Sabemos que os municípios em geral hoje padecem de dificuldades na sua saúde financeira. A capacidade de investimento dos municípios está cada vez menor, a queda de arrecadação é flagrante, tanto é que votamos recentemente algo em torno de 1 bilhão para os municípios para tentar minimizar os impactos provenientes da crise macroeconômica. Evidentemente, não temos essa intenção de estabelecer um engessamento.

Agora, nada como um programa instituído em Lei Orçamentária que facilite a visibilidade, o acompanhamento; que se projeta dentro de uma perspectiva futura. A operação especial, não. Ela é revestida de flexibilizações totais.

Perfeito, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Eu consulto o Deputado... É sobre o mesmo assunto?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Tudo bem. Eu concedo a palavra a V.Exa., embora o Deputado Claudio Cajado a havia solicitado. Como se trata da mesma matéria e com a permissão do Deputado Claudio Cajado, eu concedo a palavra ao nobre Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – É só uma explicação rápida.

Esse projeto, na pág. nº 3, é claro quando diz: transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial, 4 bilhões de reais; subvenção econômica destinada à implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas, 800 milhões de reais; subvenção econômica destinada à implantação de projetos de interesse social em áreas rurais – nacional, 150 milhões de reais; transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social, 300 milhões reais; integralização de quotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – nacional, do FGTS, 750 milhões de reais. Fechou aqui em 6 bilhões de reais.

Aí, diz aqui:

“O crédito em exame é proposto ao Congresso Nacional em decorrência da Medida Provisória (MP) nº 459, de 25 de março de 2009. Essa MP “Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.”

A MP, em alguns de seus dispositivos, trata de autorizar a União a movimentar recursos que viabilizem a execução do “Programa Minha Casa, Minha Vida”. São de interesse, nesse particular (...) cujas redações são transcritas abaixo.”

Em síntese, esse é um programa amplo, o verdadeiro programa de habitação popular e de regularização fundiária que vai tratar da vida das pessoas mais humildes neste País. Não existe nada, até hoje, na História... Como diz o Presidente Lula, nunca antes na História deste País se fez tanto e em tão pouco tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O nobre Deputado Claudio Cajado mantém a solicitação?

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Concedo a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Deputado Cláudio, por gentileza.

Quero pedir aos membros desta Comissão e a todos que aqui se encontram, por gentileza, silêncio. Ele é necessário para a continuidade dos nossos trabalhos e para que possamos ouvir aquele que está fazendo uso da palavra.

Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Eu gostaria de pontuar 2 situações que emanam do relatório do Senador Leomar Quintanilha que acho merecem uma atenção do Plenário.

Primeiro, Sr. Presidente, é o fato de que estamos votando um crédito, um PLN que abre 6 bilhões de reais ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério das Cidades, oriundo de uma medida provisória que ainda não foi votada pelo Congresso Nacional, a MP nº 459. Essa MP já foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas ainda não restou aprovada pelo Senado da República, o que vale dizer que estamos deliberando sobre uma matéria que trata de uma outra matéria ainda não aprovada em caráter terminativo no Congresso Nacional. Ou seja, é um precedente que abre a possibilidade de estarmos decidindo sobre algo que venha a ser modificado em seguida.

Aí, eu pergunto à Comissão e a V.Exa.: essa deliberação é em caráter definitivo? Se for, nós temos que aguardar a deliberação do Senado Federal. Se não e houver modificação pelo Senado, nós teremos que modificar a deliberação que iremos tomar agora.

Nesta mesma posição está o relatório do Deputado Wellington Roberto ao permitir que nós possamos aprovar na inclusão das metas do anexo da LDO projetos de lei não de créditos especiais, mas projetos de lei de crédito especiais que estejam em tramitação no Congresso Nacional.

Eu acho isso um precedente que, sinceramente, tenho dúvida da sua eficácia. Seria o mesmo que estarmos a estabelecer equivalentemente, porém dadas as suas diferenças, liminares em processos judiciais que, no mérito, tenhamos que as modificar. Só que, no caso do Parlamento, eu não sei como se poderá proceder essas modificações, já que nós deliberamos em caráter definitivo cada uma das matérias a nós submetidas.

Eu não sei se V.Exa. entende completamente o cenário que estamos a deliberar. Nos diversos anos em que sou membro desta Comissão, nunca vi um precedente desse. Nunca vi. É óbvio que todos nós temos que levar em consideração o objetivo maior do conteúdo deste crédito da MP nº 459, que é o Projeto Minha Casa, Minha Vida, um projeto extremamente importante para as populações de baixa renda, que, indubitavelmente, gera recursos de alavancagem da economia, de geração de emprego, de dinamismo para as cidades para as quais os projetos sejam implantados.

Eu não me posiciono contra, em absoluto, o mérito dessas propostas, mas a forma pela qual nós estamos deliberando é um precedente, Sr. Presidente, que me deixa extremamente inseguro, haja vista que, como disse anteriormente, não temos o caráter de decidir liminarmente para depois ratificar ou não nossas deliberações, e sim em caráter definitivo.

Portanto, quero levantar essa questão e dizer que é algo com o que esta Comissão deve ter muito cuidado. Inclusive, como o Relator, Deputado Leandro Vilela, que está substituindo o Senador Leomar Quintanilha, deve observar essa minha ponderação.

Por outro lado, Sr. Presidente, creio que a emenda proposta pelo Senador Leomar Quintanilha, estendendo aos municípios com menos de 50 mil habitantes, é extremamente útil, porque foi uma deficiência do projeto inicial. Nós, inclusive, tivemos oportunidade de discutir essa questão no plenário da Câmara dos Deputados, haja vista não apenas a dificuldade de se obter terrenos nas grandes cidades como também não é justo que a demanda reprimida das habitações populares esteja apenas nos municípios com mais de 100 mil habitantes. Essa era uma situação que não condizia com o tamanho do nosso País, com os imperativos dos transtornos nas pequenas cidades que têm esse mesmo problema da cidade grande de falta de habitação, principalmente de baixa renda, e a emenda do Relator veio corrigir esse assunto.

Portanto, quero apenas frisar essa minha preocupação. Não me sinto seguro na deliberação com esse precedente que estamos, inclusive, abrindo.

Em relação à LDO, na questão do mérito, do parecer preliminar, vou me posicionar de igual forma, porque acho que não podemos deliberar sobre matérias em tramitação, a não ser quando a mesma esteja deliberada em última instância, que no caso é a deliberação do Senado Federal, que passa pela Câmara dos Deputados.

Portanto, essas eram as minhas colocações e agradeço a V.Exa. pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Antes de conceder a palavra aos nobres Deputados Eduardo Valverde e Gilmar Machado, quero transmitir uma palavra, especialmente a V.Exa., nobre Deputado Claudio Cajado, que tem o objetivo de, quiçá, tranquilizá-lo quanto a essa tramitação.

Primeiro, ela não tem caráter terminativo nesta Comissão, diante do fato de que será encaminhada ao Plenário do Congresso Nacional. É evidente que as 2 Casas, mais o Congresso Nacional, trabalham em conjunto e traçam as suas agendas, as suas pautas, obedecendo, sem dúvida, a essas ponderações regimentais e atendendo a preocupações desse naipe as quais V.Exa. se refere. Sobre tudo porque essa medida provisória, salvo engano, já se encontra no Senado Federal, cujo Presidente, Senador José Sarney, é também Presidente do Congresso Nacional, e S.Exa. não pautará esse PLN no plenário do Congresso Nacional antes de pautar no plenário do Senado Federal.

Portanto, a meu ver, embora louvável a ponderação de V.Exa., tenho certeza de que S.Exa., o Presidente do Congresso Nacional, de forma sábia, estará tomando essa decisão, senão por sabedoria própria, mas por advertência, mesmo, de V.Exa.

Consulto o nobre Deputado Eduardo Valverde se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – De forma sucinta, Sr. Presidente.

Trata-se de preocupação do Deputado Claudio Cajado, que, certamente, não causaria grandes transtornos, até porque se refere a crédito especial, que na verdade é uma autorização para o Governo gastar ou não gastar. Se for gastar, será de acordo com a medida provisória que o Congresso aprovar. Então, não haveria nenhum desvirtuamento da utilização desse crédito, porque é meramente autorizativo. E ao comando do gasto vai caber o que resultar da medida provisória que está sendo discutida neste Congresso Nacional.

Então, essa preocupação do Deputado Claudio Cajado estará totalmente abrigada com essa própria natureza jurídica do termo de crédito especial que estamos aprovando no momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Valtenir Pereira.

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** – Sr. Presidente, nobres pares, pedi a oportunidade de falar para colocar uma situação interessante a respeito deste PL nº 04, de 2009. Temos 6 bilhões de reais para serem aplicados no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Desses 6 bilhões, apenas 300 milhões têm previsão para serem aplicados nos municípios com menos de 50 mil habitantes.

Temos mais de 5.500 municípios. Hoje, temos pouco mais de mil municípios acima de 50 mil habitantes; temos mais de 4 mil municípios com população igual ou inferior a 50 mil habitantes. Sabemos que são esses municípios que mais precisam do apoio do Governo Federal.

Quero registrar, nesta Comissão Mista de Orçamento, que com esse número de 300 milhões apenas para serem investidos nos municípios abaixo de 50 mil habitantes e 5 bilhões e 700 milhões nos municípios acima de 50 mil habitantes, está havendo um descompasso; não está havendo respeito à proporcionalidade, razoabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Peço silêncio ao Plenário, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** – Sr. Presidente, peço ao nobre Relator que faça uma reflexão acerca dessas nossas ponderações.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O relatório continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação o requerimento, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação, na representação do Senado Federal...

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Verificação de *quorum*, Sr. Presidente -- senão, V.Exa. aprovaria antes de eu pedi-la -, com o apoio dos Senadores Cícero Lucena e Jayme Campos. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Srs. membros, é clara a ausência de *quorum* para deliberação no Senado Federal. Por essa razão...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Já não é matéria vencida, Presidente? Já não havia sido colocada em votação? A manifestação do Senador foi a *posteriori* ao seu anúncio. Só vingando, estou aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A solicitação do Senador Efraim Morais foi a tempo, no momento exato em que colocávamos em deliberação na representação do Senado Federal, e estando no plenário manifestamente constatada a ausência de Senadores que garantam o *quorum* mínimo, nada nos resta senão declarar encerrada a presente sessão.



**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Concedo a palavra pela ordem a V.Exa., Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Queria fazer um apelo a V.Exa., ao Senador Efraim e também ao Líder Otávio Leite – logicamente, ninguém quer aprovar isso agora, com a verificação pedida – para que não encerrássemos a presente reunião, mas que pudéssemos suspendê-la com o pedido...

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Não pode, o Regimento não permite.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não, eu queria fazer um apelo ao Senador Efraim...

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Nós estamos em votação, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não, eu queria fazer uma apelo a V.Exa., Senador Efraim.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Deputado, para não ferirmos o Regimento, estamos em votação e, se não há *quorum*, a sessão tem que ser encerrada.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Perfeito. Só queria fazer um apelo a V.Exa...

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Em uma semana, todos estaremos presentes. Vamos analisar os projetos, vamos ter *quorum* e vamos votar, está certo? Tanto faz. Não precisa fechar não. Acho que a nossa responsabilidade é estar presente aqui e garantir o *quorum*, e V.Exa. sabe que o Governo tem *quorum* suficiente. Quem está faltando aqui são os Senadores do Governo, porque os da Oposição estão presentes.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Perfeito. Só queria fazer o apelo para que pudéssemos ter a nossa reunião na quinta-feira.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – É impossível.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Hoje é possível. Nós estamos encerrando. Hoje é sessão extraordinária. A sessão ordinária é na quarta-feira.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Então, amanhã nós temos sessão.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Perfeito. Era só isso que eu estava pedindo. Não tem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Senhores membros da Comissão, diante da norma regimental, declaro encerrada a presente reunião e convoco sessão extraordinária para a próxima quinta-feira, às 10h30min.

Está encerrada a presente reunião.

**Ata da Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de maio de 2009, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.**

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: *avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 2º semestre de 2008, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: – **Deputados:** Aelton Freitas, titular da CFT/CD, Alex Canziani, suplente da CMO/CN, Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD, Antônio Andrade, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Carlos Eduardo Cadoca, suplente da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Carlos Melles, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Willian, titular da CFFC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN, Cleber Verde, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CFFC/CD, Duarte Nogueira, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Edinho Bez, suplente da CFFC/CD, Edson Aparecido, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Eduardo Valverde, titular da CMO/CN, Eudes Xavier, suplente da CMO/CN, Eunício Oliveira, suplente da CMO/CN, Felipe Bornier, suplente da CFFC/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Geraldo Resende, titular da CMO/CN, Gonzaga Patriota, su-



plente da CMO/CN, Gorete Pereira, titular da CMO/CN, Guilherme Campos, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Humberto Souto, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Jerônimo Reis, titular da CMO/CN, Jilmar Tatto, titular da CMO/CN, João Carlos Bacerlar, titular da CMO/CN, João Dado, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, João Magalhães, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD e titular da CFFC/CD, João Oliveira, suplente da CFT/CD, José Airton Cirilo, suplente da CMO/CN, José Chaves, titular da CMO/CN, José Guimarães, titular da CDEIC/CD, Júlio Cesar, titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Leandro Vilela, suplente da CMO/CN, Leo Alcântara, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Luiz Carlos Haully, titular da CFT/CD, Luiz Sérgio, suplente da CFFC/CD, Magela, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Manoel Junior, titular da CFT/CD, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Narcio Rodrigues, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, suplente da CMO/CN, Osmar Júnior, titular da CMO/CN, Osório Adriano, titular da CDEIC/CD, Otavio Leite, titular da CMO/CN, Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN, Pedro Eugênio, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Pedro Novais, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Pepe Vargas, titular da CFT/CD, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Ricardo Berzoini, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Rodrigo Rocha Loures, titular da CFT/CD, Rubens Otoni, suplente da CMO/CN, Silvio Torres, titular da CFFC/CD, Valtenir Pereira, suplente da CMO/CN, Vanderlei Macris, suplente da CDEIC/CD, Vignatti, titular da CFT/CD, Walter Ihoshi, suplente da CMO/CN; – **Senadores:** Almeida Lima, titular da CMO/CN e suplente da CMA/SF, Augusto Botelho, titular da CMO/CN, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, João Vicente Claudino, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF, Roberto Cavalcanti, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF. Compareceu, ainda, os Deputados Emanuel Fernandes e Gilmar Machado, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. **ABERTURA:** A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Almeida Lima, que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro; Deputado Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Edmilson Valentim, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econô-

mico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Em seguida, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado *no mesmo artigo do referido Regimento*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência e foi interpelado pelo Deputado Emanuel Fernandes, tendo finalizado sua apresentação às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Prosseguindo, o Presidente facultou a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião: Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e Deputado Luiz Carlos Haully, 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelos Presidentes das Comissões. O debate foi iniciado. Houve consenso no sentido do palestrante se pronunciar após as intervenções de grupo de parlamentares. Interpelaram o expositor os Deputados Duarte Nogueira, Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. Foi assegurada réplica aos Deputados Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer. Participaram do segundo bloco de interpeladores o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Rodrigo Rocha Loures, Jilmar Tatto, João Oliveira, Osório Adriano, Pedro Eugênio e Otavio Leite. A seguir, o Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados. Foi assegurada réplica aos Deputados João Oliveira, Jilmar Tatto, Osório Adriano e Otavio Leite. Finalizando, o Presidente do BACEN respondeu às últimas intervenções e concluiu a exposição. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a presença do Dr. Henrique Meirelles e declarou encerrada a reunião. Os

trabalhos foram finalizados às dezoito horas e quarenta e oito minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Almeida Lima, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Declaro aberta a 1ª reunião conjunta de audiência pública, de 2009, com a participação das seguintes Comissões: pela Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Pelo Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Pelo Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre de 2008, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

O convidado para esta reunião conjunta é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Anuncio a presença do Dr. Anthero de Moraes Meirelles, diretor de Administração; do Dr. Alexandre Antonio Tombini, diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

A Presidência convida os Srs. Presidentes das Comissões para comporem a mesa: Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Vignatti; Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Edmilson Valentim; Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvano Torres; Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho – S.Exa. está chegando a esta reunião; Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Renato Casagrande.

Para melhor ordenamento dos trabalhos solicito especial atenção ao estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por sua vez, o palestrante, Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado desde que S.Exa. o permita.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo ao Srs. e Sras. Parlamentares que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta aqui na mesa.

Nesse instante, portanto, concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, para a sua exposição.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como sempre, é uma honra estar presente no Congresso Nacional para prestar contas das atividades do Banco Central do Brasil. Considero essa a mais importante ação do Banco Central, que é exatamente vir ao Congresso Nacional mostrar o resultado dos seus trabalhos e, através do Congresso, prestar contas à sociedade brasileira.

De acordo com a lei, vamos falar, primeiro, sobre o resultado contábil do Banco Central – objetivos do Banco Central em termos de política monetária; política creditícia; e nas políticas creditícia e cambial, os impactos da crise internacional, e os possíveis efeitos fiscais da política monetária, e terminar com a evolução recente da atividade econômica no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Permita-me interrompê-lo, Sr. Presidente.

Por gentileza, peço aos responsáveis técnicos, ao pessoal pela sonoplastia que melhore o som. Alguns Parlamentares reclamam da audição.

Retorno a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra estar mais uma vez prestando contas à sociedade brasileira, através dos seus representantes. É a ação mais importante do Banco Central, na minha opinião, vir aqui prestar conta das suas atividades a S.Exas.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vamos falar, em primeiro lugar, nos termos da lei, dos resultados contábeis do Banco Central do Brasil; dos objetivos do Banco Central em termos de políticas monetária e creditícia; e dentro das políticas creditícia e cambial, dos impactos da crise internacional,

dos possíveis efeitos fiscais da política monetária, e, finalmente, a evolução recente da atividade econômica no Brasil.

Resultado contábil do Banco Central: no segundo semestre de 2008, objeto desta prestação de contas, o Banco Central do Brasil apresentou resultado líquido de 10 bilhões e 170 milhões de reais de lucro positivo. De acordo com a legislação aplicável, o resultado, no período do segundo semestre de 2008, foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2009.

Mostrarei, posteriormente, mais uma vez, a diferença da contabilização anterior, na medida em que a contabilização, até a promulgação da Lei nº 11.803, incluía também a variação cambial das reservas e dos SWAPs cambiais. Hoje, de acordo com a lei, o resultado líquido do Banco Central não mais inclui a variação das reservas e dos SWAPs cambiais, que são transferidos automaticamente ao Tesouro Nacional. Isso não impede que eu mostre aos senhores qual foi o resultado das reservas e dos SWAPs cambiais. Mas, contabilmente, nos termos da lei, isso já é transferido automaticamente para o Tesouro Nacional.

Portanto, nos termos da Lei nº 11.803 – aqui não aparece o resultado das reservas, mas o mostraremos em seguida –, o resultado das operações do mercado aberto, a receita é de 5 bilhões e 969 milhões de reais – juros com operações com títulos e juros com operações compromissadas. O Banco Central capta diariamente excesso de liquidez de mercado, via operações compromissadas, e aplica nas suas operações com títulos, particularmente títulos do Tesouro Nacional. Portanto, tem resultado positivo de 5.9 bilhões de reais; depósitos compulsórios o Banco Central os remunera; juros com o Governo Federal da Conta Única do Tesouro; resultado de operações com instituições: 2 bilhões e 800 milhões de reais; operações em moedas estrangeiras – organismos internacionais e outras despesas; e receitas administrativas, que são despesas gerais; e outras receitas e despesas financeiras, que são exatamente as aplicações do Banco Central, principalmente resultado de senhoriagem etc., que é o valor líquido das operações com moeda. No caso, o resultado positivo do Banco Central é de 10 bilhões e 172 milhões de reais. Esse resultado, depois da promulgação da Lei nº 11.803 tende a ser mais estável, na medida em que não está mais sujeito às variações do câmbio com os impactos das reservas.

No entanto, por transparência, vamos apresentar às Sras. e aos Srs. Parlamentares, o resultado financeiro das operações com reservas cambiais e SWAPs cambiais – porque são operações que têm resultados relevantes. Evidentemente, de novo, isso é transferido diretamente para o Tesouro Nacional.

O resultado total dessas operações, no segundo semestre de 2008, foi um lucro, do Banco Central – que, de novo, não passa por lucros e perdas, por causa dos termos da lei, mas vai direto para o Tesouro –, de 171 bilhões, 420 milhões de reais. O resultado proveniente das reservas internacionais foi de 160 bilhões e 870 milhões de reais; e o resultado proveniente dos SWAPs cambiais foi um lucro de 10 bilhões e 550 milhões de reais. Se olharmos o resultado dos SWAPs cambiais desde a sua inserção, em 2002, até agora, o resultado é positivo em cerca de 5 bilhões de reais. Apenas para os senhores terem uma visão, porque o SWAP é uma operação que eventualmente gera mais dúvidas e controvérsias. Mas se olharmos no correr dos anos, de 2002 até agora, é um resultado positivo: de cerca de 6 bilhões de reais; ele sobe e desce, dependendo, evidentemente, das variações cambiais. Com os resultados das reservas, também: quando o real se deprecia, sobe o valor do dólar, sobe o valor da reserva, e dá resultado positivo; e quando cai o dólar, o resultado é negativo. Exatamente por isso é que esses resultados são excluídos do resultado do Banco Central do Brasil, visando permitir uma avaliação mais transparente do resultado do Banco Central, separado do resultado das reservas. Esse resultado, inclusive, não necessariamente deveria ser apresentado aqui, porque ele não faz parte do resultado do Banco Central nos termos da lei. Mas eu estou apenas voluntariando, já para eliminar alguma pergunta, alguma dúvida etc.

Em termos do resultado do SWAP cambial, apenas elaborando, dando uma informação a mais: no segundo semestre de 2008, portanto, o resultado foi positivo, de 10.5 bilhões de reais, e no primeiro trimestre de 2009, apenas novamente antecipando, o resultado foi positivo, de cerca de 1 bilhão de reais.

Como eu vou mostrar mais à frente, hoje a nossa posição de SWAP é equilibrada, praticamente zero. Portanto, o resultado do SWAP, daqui para a frente, tende a ser zero, a não ser que o Banco Central venha, em algum momento, construir outra posição.

Objetivo do Banco Central em termos de política monetária – o cumprimento da meta de inflação, de 4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais para baixo e para cima. Vamos avaliar exatamente o que tem ocorrido com a inflação. Verificamos que no ano de 2008, objeto da nossa apresentação, o Brasil foi um dos poucos países do mundo em que a inflação esteve dentro da meta. Isto é, no intervalo superior de tolerância, próximo do teto do intervalo de tolerância, porém dentro da meta, exatamente, num ano em que houve uma grande pressão de preço internacional por conta do aumento dos preços das *commodities* agrí-



colas, metálicas, não metálicas, e minerais, em geral. Com isso, o Banco Central cumpriu, mais uma vez, o seu compromisso com a sociedade de ter uma inflação dentro da trajetória de metas.

Em vermelho, vemos aí as projeções dos analistas financeiros e macroeconômicos sobre a trajetória da inflação. Neste ano de 2009 vemos que, na avaliação dos analistas, a inflação deverá estar um pouco abaixo do centro da meta, de novo, consistente com a missão estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Falando em expectativas de inflação, vemos aqui em amarelo a expectativa de inflação de 12 meses à frente. Observamos que ela subiu bastante durante o segundo semestre do ano passado, caiu a partir do momento em que a crise mundial teve mais reflexo sobre o Brasil e hoje está em 4,03% a expectativa de 12 meses à frente, em vermelho, 2009, 4,33%, um pouco abaixo da meta, novamente subiu bastante no segundo semestre, depois caiu constantemente, e a inflação para 2010, projetada pelos analistas hoje, é de 4,30%.

Um dado da maior importância é com relação às taxas de juros de mercado, isto é, a taxa de juro que mais aparece do ponto de vista macroeconômico – não do ponto de vista do empréstimo, do *spread* bancário, que também tem alta visibilidade, e corretamente. No caso das taxas interbancárias é muito divulgada a taxa SELIC. Mas a taxa SELIC é a de um dia. A taxa que tem mais influência na economia é a de 360 dias. As taxas que prevalecem no mercado para 360 dias, que levam em conta uma trajetória futura da SELIC, que leva em conta expectativas de inflação, que levam em conta prêmio de risco. Pois bem, essa taxa, senhoras e senhores, em 2003, chegou a atingir 30% ao ano. Ela vem caindo gradualmente, com 2 componentes de queda: de um lado, um componente cíclico, de aperto monetário e flexibilização monetária; de outro, também uma tendência estrutural de queda nesses anos, produto da estabilidade, produto da inflação na meta, produto de dívida pública cadente, produto de uma política econômica que tem gerado uma estabilização da economia.

Hoje estamos no mínimo histórico. Essas taxas estavam, para 360 dias, em 9,38% no dia 25 de maio, e a de 180 dias, em 9,32%. É o mínimo histórico desde a existência desses mercados no País.

Se observarmos a taxa de juro real, isto é, a taxa de 360 dias, descontada a inflação esperada, veremos que, durante muitos anos, ouvíamos muitos economistas expressando a convicção de que um dia a taxa de juro real no Brasil estaria se aproximando de 5%, que é padrão internacional. Juro real de 5% é consistente com muitos emergentes. Evidentemente que as taxas

hoje estão muito baixas na maior parte dos países por conta da recessão e da contração muito grande. Mas uma taxa de juro real de 5% é consistente, com muitos emergentes. Não no dia de hoje, mas dentro de um padrão histórico. Uma taxa de juro real nos Estados Unidos, por exemplo, é um pouco mais baixa historicamente, oscilando muitas vezes em pouco menos de 3%, se tomarmos uma média histórica, não dos últimos anos. Pois bem, estamos aí nos 5,2%, que é o mínimo histórico.

Objetivos do Banco Central em termos de políticas creditícias. Ele tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais, porque evidentemente não é o Banco Central que concede crédito.

Impactos da crise internacional: para analisarmos crédito no Brasil, temos de olhar, primeiro, o impacto da crise no mercado de crédito brasileiro, porque a crise internacional é de crédito. Portanto, tem impacto forte no crédito no Brasil.

Vamos ver como isso aconteceu.

Se observarmos o índice de preço de residências nos Estados Unidos, quando surgiu a crise, veremos que o aumento do preço de residências e imóveis foi o grande motor do crescimento americano depois de 2001, depois da crise da Bolsa, em função do chamado estouro da bolha da Internet, das ações ligadas a empresas voltadas para a Internet.

O que ocorreu? Observamos que o preço dos imóveis, de 2000 a 2006, dobrou. Isso gerou a possibilidade de as pessoas tomarem mais empréstimos baseados nos imóveis e a consumirem mais, impulsionarem a economia.

A crise aconteceu a partir desse momento e já caiu 32%. Isso gerou consequências graves nos Estados Unidos, pois todo o processo começou por aí. Por quê? Primeiro, a construção de novas residências entrou em colapso – queda de 80% em janeiro de 2006 – o que significa menos emprego; queda dos preços; menos financiamento, o que gerou um processo de perda nos bancos. As consequências foram: inadimplência no setor imobiliário, primeiro, no *subprime*, que é exatamente o setor de renda mais baixa, onde a crise surgiu; aumento da inadimplência – cerca de 5% ao ano em média, para, praticamente, 32%; foi aqui o problema – mesmo no segmento de renda alta, que é o *prime*, 11%.

Evidentemente, esse foi o início do processo. Depois foi para empresas; corporações; agora, cartões de crédito; empréstimo para consumo. Em resumo, foi onde os bancos começaram a perder e onde a economia começou a ter problemas.

Se observarmos as perdas dos bancos, comparando com crises financeiras anteriores, veremos que a crise americana no setor imobiliário, de 1986 a 1995, durante 10 anos, causou uma perda total de um pouco mais 300 bilhões de dólares; a crise no Japão, de 1990 a 1999, também 10 anos, cerca de 800 bilhões de dólares; a crise asiática, que foi muito grave para os países emergentes, cerca de 400 bilhões de dólares. As estimativas de perdas da crise atual está aumentando a cada ano. Temos hoje uma estimativa de perda global de 4,1 trilhões de dólares: nos Estados Unidos, 2,7; na Europa, 1,2, e no Japão, 0,1.

A perda total das bolsas de valores no mundo até hoje é de cerca de 28 trilhões de dólares. Isso é perda de riqueza da população; portanto, significa menos investimento, menos consumo. Hoje há uma recuperação das bolsas nos Estados Unidos. Atingiram níveis de outubro do ano passado mas, evidentemente, ainda não existe total segurança de que essa recuperação seja consistente e sustentável.

Crescimento do PIB mundial. Veremos como os países estavam crescendo.

Para os países desenvolvidos, em vermelho, há uma previsão hoje, segundo o FMI, de contração da economia de quase 4% no ano de 2009, voltando, em 2010, a cerca de zero. Então, é uma perspectiva difícil para o mundo desenvolvido, para os países ricos, na medida em que eles não só terão uma contração, uma recessão forte este ano, mas, na realidade, a recuperação, ano que vem, vai se dar para voltar a não crescer e terá um crescimento um pouco mais moderado nos anos seguintes. O crescimento negativo: menos 1%, menos 2%, e o crescimento moderadamente positivo, ano que vem, pouco acima de 1%.

Os emergentes crescerão um pouco mais do que a média. Segundo avaliação dos dados, os quais mostrarei no final, o Brasil está bem colocado, principalmente em relação a 2010.

A crise financeira nos Estados Unidos levou a uma contração muito grande do fluxo de capitais, de empréstimo, de financiamento para os países emergentes.

Quanto aos bancos comerciais, em vermelho, notamos que, em 2009, a previsão será negativa, isto é, haverá mais pagamentos, mais cobranças de dívida do que concessão de empréstimo.

Os fluxos privados caíram muito, ainda que positivos na previsão para 2009. É um problema grave. Na reunião do G-20, em Londres, os chefes de Estados concordaram em alocar recursos ao Fundo Monetário Internacional visando permitir ao FMI suprir uma parte desses fluxos, principalmente para países em desenvolvimento. Alguns dos países já têm acordo com

o FMI, o último foi o México. Evidentemente, o Brasil está numa posição privilegiada, pois se encontra agora entre aqueles que vão emprestar dinheiro para o FMI e não entre aqueles, como no passado, que estão neste momento tomando recursos do FMI.

A crise atingiu o Brasil basicamente por três canais: o canal de crédito, e vou mencionar em seguida como funcionou; o comércio exterior, que caiu com a queda das exportações; e o nível de confiança, que se expressa de diversas maneiras. Não é apenas o consumidor que fica receoso de comprar, de buscar financiamento porque não sabe se vai ter emprego daqui a dois anos e, portanto, tem receio de comprar alguma com financiamento. Também o empresário fica receoso, porque diminuíram os estoques; o investidor em banco, o depositante que começa a procurar bancos estatais, como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica, e obtém recursos dos bancos menores; ou o próprio banqueiro, que fica com medo de emprestar e age de forma restritiva. Há também outros fenômenos internacionais. Os investidores, os grandes fundos internacionais que sacam esses fundos, têm que vender papéis na bolsa de valores brasileira, têm que vender ativos etc.

O que mais causou impacto no Brasil foi o canal de crédito. Vejamos como isso afetou o crédito externo e interno. Vamos observar o crédito brasileiro.

Eu coloquei em dólares para poder comparar com o impacto externo, mas evidentemente o crédito doméstico é em reais. Eu coloquei dólares pelo seguinte: dos 620 bilhões de dólares correspondentes ao crédito doméstico, 47 bilhões eram de financiamento externo. Considerando o dólar um pouco acima de 2, vamos supor: de 1 trilhão e 240 bilhões de reais de crédito do País nesse momento, a dólar de hoje, por exemplo, tínhamos cerca de 100 bilhões de financiamento externo. Na época, o dólar estava um pouco mais caro, mas esse número dá uma boa idéia.

O crédito externo era de cerca de 100 bilhões de dólares. Direto. Companhia brasileira que toma recursos no exterior. O que ocorreu? Na medida em que houve uma restrição muito severa dos bancos internacionais, que restringiram o crédito porque tiveram uma crise de crédito no exterior, nos Estados Unidos e na Europa, as empresas brasileiras que tomavam recursos no exterior tiveram dificuldades e voltaram-se para o crédito doméstico, e os bancos brasileiros, que também buscavam crédito no exterior para poder financiar principalmente os exportadores brasileiros, também tiveram dificuldades. Isso contraria o crédito total, mesmo que o crédito doméstico estivesse expandindo, porque havia mais empresas tomando recursos domésticos porque não o conseguiram no exterior.



O crédito doméstico em si, como mencionei, continua crescendo. Ele atingiu, em abril de 2009, 42,6% do produto, o valor mais alto desde o início dessa medida em 1988. Apenas para lembrar a V.Exas., em janeiro de 2003 esse número era 22%, hoje 42,8%. Portanto, nesse período, o crédito cresceu substancialmente no Brasil e foi uma das razões pelas quais o País, de fato, teve crescimento.

O crescimento brasileiro foi impulsionado por dois grandes fatores: primeiro, emprego e renda, massa salarial; segundo, crédito; além de outros fatores trazidos pela estabilidade. Observando o crédito livre direcionado, de abril de 2008 a abril de 2009, a pessoa física cresceu 18%; a pessoa jurídica, 22%; crédito direcionado – crédito do BNDES, rural etc. – 27%. Considerando abril em relação a março, a pessoa física cresceu, a jurídica decresceu um pouco. A variação neste ano: a pessoa física cresceu 4,4%, a pessoa jurídica decresceu 2,6% e o crédito direcionado cresceu 4,6%. Isso está claro na curva vermelha – crédito direcionado, amarela – pessoa jurídica – e azul – pessoa física. Há, de fato, uma contração na margem este ano de 2,6% no total de oferta de crédito para pessoa jurídica.

Vamos agora falar sobre o que já foi e o que está sendo feito para endereçar esse problema.

Antes disso, crédito imobiliário, continua crescendo. Este é um crédito importantíssimo e que continua crescendo. Em um ano, de abril de 2008 a abril de 2009, cresceu 40%; em abril sobre março de 2009, em um mês, cresceu 2,6%; e neste ano já cresceu 10%.

Vamos analisar a questão das empresas. O crédito total, como mencionei, agora medindo de setembro de 2008 a abril de 2009, cresceu 8,3%. No entanto, os bancos públicos foram os que lideraram este processo: os bancos públicos cresceram 19,5%.

Esse é um dado da maior importância. Não há dúvida de que os bancos públicos brasileiros estão na liderança do processo da normalização do crédito no Brasil, um anúncio importante do Banco do Brasil nos últimos dias; e o caminho, num momento como este no mundo, em que compete ao Poder Público exercer um papel contracíclico. O Brasil tem grandes bancos públicos, portanto tem condições de fazer isso.

Os bancos estrangeiros cresceram 3,2% e os privados nacionais, 2,2%. No entanto, e aqui vem a grande questão, os bancos grandes cresceram 11% e os pequenos e médios decresceram 5% até o mês de abril. Qual é a razão disso? É aquela razão que mencionei: no momento em que houve uma contração do crédito total em função da contração do crédito internacional, as empresas maiores tomaram recursos dos bancos, criando portanto um problema para as empre-

sas menores que tiveram menos acesso ao crédito. Segundo, os bancos maiores deixaram de emprestar aos bancos menores e direcionaram o crédito para os seus melhores clientes e muitos investidores também deixaram de investir nos bancos menores. Esse foi o maior problema.

Isso foi atacado de maneira muito forte, em primeiro lugar, pela redução dos depósitos compulsórios no Banco Central, que liberou cerca de 100 bilhões de reais para o sistema emprestar e injetar liquidez. Foi um movimento muito bem sucedido, mas a maior importância desse recurso é que houve um direcionamento específico para bancos pequenos e médios de 41,8 bilhões de reais. Isso equilibrou a situação dos bancos pequenos e médios, que receberam, portanto, uma aplicação dos bancos maiores de 41,8 bilhões de reais, que foram retirados do depósito compulsório do Banco Central do Brasil.

Além do mais, o Conselho Monetário Nacional criou um novo recibo de depósito bancário, que permite que depositantes nos bancos pequenos e médios principalmente, que estão usando esses recursos, possam ter garantia de depósito para contas com depósitos de até 20 milhões de reais. Isto viabilizou que os bancos pequenos e médios voltassem a captar.

Para os senhores terem uma idéia, ontem anunciei em São Paulo os números de captação através desse mecanismo no mês de maio, e o total, desde o início até o dia 12 de maio, tinha sido cerca de 4 bilhões de reais. Fizemos uma atualização até o dia 25, ontem à noite, para trazer esses números aos Srs. Parlamentares, e o número foi para 6 bilhões de reais.

É muito importante mencionar que esse programa permite que os bancos pequenos e médios voltem a atuar aumentando a competição no mercado juntamente com os bancos públicos, fazendo com que a oferta de crédito aumente e os preços caiam. Segundo, eles atendem segmentos específicos, como a pequena e média empresa. Isso é da maior importância porque as pequenas e médias empresas são atendidas pelos grandes bancos, inclusive pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica, mas há muitos bancos pequenos e médios especializados em tipos específicos de pequenas e médias empresas. Portanto a atuação dos bancos pequenos e médios é muito importante.

Além disso, existiu o anúncio, feito pelo Ministro da Fazenda, da criação de um fundo de aval, fundo que vai garantir crédito. Primeiro, o BNDES vai garantir créditos do BNDES, será um fundo do próprio BNDES, e depois um outro fundo mais geral, que vai fazer garantias, dar aval para empréstimos para pequenas e médias empresas. Esse é um passo adicional que visa viabilizar.

Mostrei aqueles números dos diversos tipos de bancos, mas a nossa expectativa é que, com essas medidas, os bancos pequenos e médios possam voltar a crescer a taxas compatíveis com o que prevalecia em termos comparativos com os maiores bancos.

Concessão de crédito, média diária. Para dar apenas uma visão a S.Exas., a média de 2008 estava em cerca de 7,1 bilhões, subindo e descendo. Isto caiu bastante em outubro; subiu um pouco em dezembro, porque era uma questão de final de ano; caiu fortemente em janeiro, um pouco por componente sazonal, um pouco pela questão da crise; mas começou a recuperar-se gradualmente janeiro, fevereiro, e em abril já estamos um pouco acima da média de 2008. Portanto, existe uma recomposição. Em resumo, essas medidas estão começando a mostrar efeito.

Uma outra maneira de ver a concessão de crédito, por exemplo, para veículos em vermelho e vendas internas, vendas gerais, em azul, e que talvez seja um dado relevante, é que já voltou ao nível que estava, caiu um pouco em abril, mas já estamos próximos aos níveis do ano passado.

Em termos de qualidade de crédito está em azul e vermelho. Estamos vendo aqueles créditos que estão tendo dificuldade; está aumentando um pouco em função da crise, mas já tenho algumas informações de que uma ação de recuperação do crédito, nos últimos 30 a 60 dias, já mostra em alguns bancos uma reversão desse quadro.

O índice de captação do sistema financeiro brasileiro é mais conservador do que o do restante do mundo. Uma das boas coisas que o Brasil tem feito é exigir índices de capitalização dos bancos maiores, e isso tem me dado muitos problemas. Para que os senhores e as senhoras tenham uma idéia, o nível mínimo nacional fixado por Basileia é 8%; no Brasil exigimos 11%, e o número real está maior do que esse.

Política de câmbio. O objetivo do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante; não há metas da taxa de câmbio. A crise atingiu fortemente o mercado de câmbio, como mencionei, em função não só da ausência de linhas de crédito, da cobrança das linhas de crédito, mas também da repatriação de capital por diversas razões.

O Banco Central do Brasil atuou de diversas maneiras, em primeiro lugar fazendo leilões de vendas de dólares – no mercado à vista vendeu 14,5 bilhões de dólares – e fez empréstimos. Felizmente, o Brasil tinha reservas para fazer isso. A maior parte dos países em desenvolvimento e mesmo emergentes não tinha. Fomos capazes, porque tínhamos reservas, de emprestar, de os bancos emprestarem principalmente para os exportadores, cerca de 24 bilhões de dólares.

Desses 24,4 bilhões de dólares, 12,9 já foram pagos, existe uma posição líquida hoje de 11,5. Portanto, uma intervenção total de quase 40 bilhões de dólares no mercado cambial, seja através de empréstimo, seja através de vendas do mercado *spot*. Essa foi uma atuação decisiva do Brasil neste momento.

Além do mais, o Banco Central tinha os *swaps* cambiais, que no Japão foram objeto de tanta discussão etc. O Banco Central estava sinteticamente comprado, isto é, o Banco Central tinha 22 bilhões de dólares no mercado futuro, além das reservas.

Uma das crises que houve foi exatamente no mercado futuro, no mercado de derivativos, por causa daquelas empresas que tinham os derivativos cambiais que estavam vendidos em dólares e tiveram prejuízos enormes. Felizmente, o Banco Central do Brasil estava comprado; chegou a vender 33 bilhões de dólares no mercado futuro, além das intervenções do mercado à vista que mencionei. Ficamos portanto, no pico da crise, com 11 bilhões de dólares vendidos, na posição oposta no pico da crise. Esses 11 bilhões de dólares o Banco Central já fechou posição, isto é, foi sinteticamente comprando dólar no mercado futuro e hoje tem uma posição equilibrada. Portanto hoje estamos equilibrados no mercado futuro, não há essa operação de posições.

O Banco Central do Brasil está comprando novamente no mercado à vista e anunciou ontem o valor comprado desde o início de maio: um pouco acima de 2 bilhões de dólares. O Brasil é um dos países que pôde reverter rapidamente essa posição. Não só tínhamos reservas fortes, não só usamos muito bem essas reservas, como já começamos a reconstituir as reservas, isto é, os investidores internacionais já apostam novamente que o Brasil vai superar bem a crise.

Em relação à evolução da taxa de câmbio, estou considerando apenas as duas últimas semanas, que foi o momento mais nervoso, quando esse assunto começou a concentrar as atenções, na medida em que o câmbio começou a se aproximar de 2 reais o dólar. Eu apenas gostaria de chamar a atenção de V.Exas. para o fato de que, realmente, o dólar caiu em relação ao real nesse período – desde o dia 8 de maio, caiu 2,4% – mas, nesse mesmo período, o dólar caiu em relação ao euro 2,7% e o real, na realidade, em relação ao euro não subiu; caiu. Quero dizer com isso que existe um fenômeno mundial de desvalorização do dólar, e é um fenômeno que não é relacionado ao real. Ou seja, quando olhamos o valor do dólar, não podemos olhar apenas o valor do real; o dólar está caindo no mundo todo – em relação ao euro, ao franco suíço, às moedas asiáticas, à coroa dinamarquesa etc.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –**

Eu não tenho o número atual, mas podemos conferir a avaliação de hoje.

Um dado importante: se considerarmos a variação do real nos últimos tempos em relação às demais moedas, vamos ver que existe uma sincronia muito grande, digamos, uma correlação muito grande da variação do real com a variação do dólar australiano e do dólar neozelandês. Essas moedas tendem, nos últimos meses, a caminhar mais ou menos juntas. A razão disso é que são grandes países exportadores de *commodities*. Então, na medida em que sobe o preço da *commodity*, essas moedas tendem a subir junto; cai o preço das *commodities*, essas moedas tendem a cair junto. A correlação do real, portanto, com essas moedas e com *commodities* é muito elevada.

Se compararmos – e podemos fornecer para S.Exas., se tiverem um interesse especial nisso –, por exemplo, a correlação do real com o índice de preços de *commodities* é muito elevada, mais de 0,9, em alguns períodos chega a 0,98, o que significa que varia junto com a variação dos preços das *commodities*. O preço das *commodities* sobe, o dólar cai em relação ao real ou o real sobe em relação às demais moedas, deixando de lado a variação do próprio dólar em si.

O impacto direto das taxas de juros de curto prazo nas contas públicas, passando agora ao impacto da política monetária nas contas do Governo Federal e do Tesouro, se dá de diversas maneiras. Há impactos fiscais indiretos, por exemplo, por meio dos efeitos das expectativas, da inflação, da taxa de câmbio, do crescimento econômico de longo prazo. Portanto não é apenas a variação direta.

Agora, por exemplo, a taxa de juros está caindo, a Selic está caindo, e isso é um efeito positivo para o Tesouro. Mas às vezes está subindo e, a longo prazo, também causa um impacto positivo, porque está se estabilizando a economia, caem as taxas de juros reais, e as taxas de juros reais pagas pelo Tesouro também vão caindo ao longo do tempo, independente dos ciclos de subida e descida de juros de curto prazo.

Uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Esse, no final, é o grande instrumento. Vamos olhar, em primeiro lugar, a parte externa.

A dívida externa total do setor público brasileiro chegou, em setembro de 2003, a 138,7 bilhões de dólares e em março de 2009, era 83,9 bilhões de dólares. Nesses últimos anos o Brasil tem pagado dívida: pagou o Fundo Monetário Internacional, o Clube de Paris, a dívida reestruturada da década de 80, e foi também pagando uma parte da dívida privada.

A dívida pública total externa, que era um problema histórico no Brasil – desde que somos crianças ouvimos esse problema da dívida externa, do Governo principalmente e depois do próprio País – hoje é cerca de 84 bilhões de dólares, só que as reservas brasileiras, hoje, são de 205 bilhões de dólares.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –** Daí, certamente, seria possível, bastaria os credores concordarem em receber antecipadamente.

Um dado da maior importância é que entramos na crise com uma reserva de 205,1 bilhões de dólares e hoje estamos com 205,3 bilhões de dólares. Portanto, se compara de uma maneira muito favorável com outros países emergentes, que tiveram quedas dramáticas das reservas nesse período, e o Banco Central está comprando dólares no mercado diariamente.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –** Cem por cento. A reserva para o balanço do Banco Central do Brasil é propriedade do Tesouro.

Em consequência desse fato, a dívida líquida pública é negativa exatamente por aqui que o senhor mencionou: a reserva é maior do que a dívida. Tínhamos, antes, a dívida líquida pública, isto é, dívida menos reserva menos caixa; agora é negativa 174.

A dívida líquida do setor público sobre o produto tem caído por várias razões: em primeiro lugar, o superávit primário; em segundo lugar, o juro real tem caído ao longo dos anos e isso tem diminuído o custo dos juros da dívida – isso é muito importante por causa da estabilidade econômica. No final do processo havia uma queda e uma subida porque, como tínhamos reservas internacionais, no momento em que o real se depreciou de 1,56 para acima de 2, houve um ganho para o Tesouro, porque o valor em reais das reservas subiu e a dívida em reais permaneceu.

Portanto, o Brasil hoje tem um efeito oposto ao que tinha no passado. No passado, quando éramos grandes devedores em dólar, quando havia uma crise o dólar subia e a dívida pública subia, isso gerava mais incerteza, o que levava ao aumento da saída de capitais. Era um ciclo vicioso. Hoje é ao contrário: quando depreciou o real, o dólar subiu e a dívida caiu. É o chamado estabilizador automático.

Uma das razões pelas quais o Brasil está sendo muito prestigiado internacionalmente é exatamente porque o setor público brasileiro, que, nas crises anteriores, sempre foi uma fonte de preocupação, hoje é parte da solução.

Vejamos o impacto da crise no déficit nominal em diversos países. Espera-se que esta crise leve o déficit nominal nos Estados Unidos a 13,6% no final de 2009 – saindo de 3 para quase 14; no Reino Unido, a 11%; no Japão, a quase 10%; na Alemanha, a 6%. O Brasil, no final de 2009, a expectativa é que chegue um pouco acima de 2, estável em relação ao número que está hoje, um pouco acima de 2. A expectativa, para 2010, é abaixo de 1.

O que estamos mostrando aqui é que o Brasil é um dos poucos países onde a situação fiscal está equilibrada porque não há o aumento do... A diminuição do superávit primário anunciado para 2009 é contrabalançada pela questão do ganho, principalmente em relação a taxas de juros reais menores prevalecendo na economia.

Impacto fiscal da crise sobre a dívida pública.

Isto aqui é dado do FMI, portanto está um pouco atrasado, é do final de 2008 no caso de diversos países, mas quisemos manter a consistência e não atualizamos o Brasil até agora porque não temos os números dos outros países. Para manter a consistência, fizemos isso.

Vemos aí, em verde, Brasil e os demais países. Apenas para dar um exemplo, no caso dos Estados Unidos, a dívida pública, que era 43% do produto, espera-se que chegue ao final de 2009 a 70%; Reino Unido, a 67%; Alemanha, a 78%; Japão, a 114%. O Brasil, hoje, está em 37,6%, começou a crise a 40%. Mesmo que suba um pouco até o final do ano, vamos supor, chegue um pouco acima disso, com certeza será abaixo de 40%. Portanto, o Brasil vai chegar ao final da crise com uma dívida pública sobre o produto menor do que entrou. Deve ser um dos poucos países do mundo em que isso vai acontecer.

De novo, fundamentos da economia brasileira. Evolução recente da atividade, para terminar. Primeiro, desemprego.

Em laranja, a evolução do desemprego no ano de 2009. Subiu um pouco em relação a 2008, como está claro – 2008 em amarelo –, mas nós mostramos claramente a comparação com os anos anteriores: 2007 está verde, 2006 em marrom, 2005/2004 em azul. Vemos claramente o comportamento do desemprego comparado com os anos anteriores.

Um dado da maior importância que vou mostrar é que, de fato, a evolução do índice de desemprego, comparado com outros países, é extremamente favorável ao Brasil. Existem diversas previsões sobre a evolução do desemprego até o final do ano, mas não há dúvida de que não devemos...

Aliás, desemprego sempre preocupa. Até fiz uma declaração recente dizendo que aumento de desem-

prego sempre preocupa, isso é normal e óbvio, e ninguém vai deixar de se preocupar que o desemprego vai aumentar. Por outro lado, é importante mencionar que o desemprego no Brasil tem um desempenho, e vou mostrar isso, muito favorável na evolução, em comparação com todos os demais países. As perspectivas de evolução disso até o final do ano também são favoráveis.

Retomada de atividades. Estamos num processo de retomada de atividade muito incipiente, no início. Sempre é bom ser cauteloso com isso, mas existem indicações de que, primeiro, dados concretos: a expansão da massa salarial. A massa salarial brasileira continua expandindo, crescendo. Isso é importante. Em relação ao ano passado, continua crescendo mais que 3% real. A recomposição das condições de crédito está acontecendo, e isso está levando ao aumento das vendas no varejo, à recuperação das vendas no varejo, vou mostrar isso, também favorecida pela desoneração tributária.

De outro lado, no sentido contrário, há um ajuste dos estoques para baixo, juntamente com a queda das exportações. Tivemos uma sustentação da demanda interna, beneficiada pela desoneração tributária, expansão da massa salarial e recomposição das condições de crédito. Por outro lado, o reajuste dos estoques em geral para baixo e queda das exportações.

Há uma recuperação na produção de bens intermediários, e isso deve levar, ao final do processo a uma recuperação dos investimentos com a melhora da confiança, apesar de que os investimentos ainda estejam em trajetória baixa em função, evidentemente, de que é mais volátil, isto é, o investimento é aquele que tem maior variação num período como este.

Se olharmos vendas no varejo, vamos ver o varejo ampliado, que incluía veículo automotores, como ele caiu de forma pronunciada no final do ano e tem uma recuperação. Por exemplo, de março de 2009 sobre fevereiro, cresce 2%; em um ano, de março de 2009 sobre março de 2008, cresce 6%. O restrito, sem automotores, cai menos e já sobe 0,3%, março sobre fevereiro; e março sobre março do ano passado 5,8%. Já vemos uma recuperação na margem das vendas no varejo.

Vendas e produção na indústria. Tivemos uma queda pronunciada da produção na indústria no final do ano passado, em dezembro, mantendo-se num nível baixo no primeiro trimestre, e já há um processo de início de recuperação em março. Vendas em azul. Os números de abril ainda não estão claros. Existe alguma inconsistência, alguns números que não são muitos bons, outros melhores, mas esses são os dados até março, mostrando a recuperação na margem.



Índice de confiança na indústria – como o industrial está vendo isso, como ele está olhando o seu mercado para frente: muito baixo em novembro, muito negativo em novembro do ano passado, dezembro ainda negativo. Começou a ficar de fato negativo em setembro, mas vemos que em abril já há uma recuperação grande no nível de confiança na indústria. O Industrial já começa a enxergar uma luz à frente.

Comecei a mencionar a variação do desemprego. No Brasil, em abril, em 12 meses o desemprego subiu 0,4%; Japão, 1%, Estados Unidos, quase 4%; na área do euro, 1,07%, até baixo. Esses números até abril aumentam um pouco. Em resumo, o Brasil está se comparando favoravelmente. Apesar de que, de novo, a meta seja aumentar o emprego e diminuir o desemprego, o impacto mundial da crise o Brasil está sentindo menos.

Por exemplo, produção de veículos. Azul, a produção de março de 2009 sobre dezembro de 2008: Reino Unido, 16% de crescimento; Japão, 23% de queda; Estados Unidos, quase 40, não, 2,5, na realidade, a queda; Alemanha subiu 40; o México caiu 16% e o Brasil subiu 182%. Houve uma recuperação grande na margem. A indústria automobilística puxou a recuperação. Em vermelho, comparado com o ano passado, o Brasil, menos 4%; o México, menos 32%; Alemanha, menos 19%; Estados Unidos, menos 38%; Japão, menos 50%; Reino Unido, menos 52%.

Portanto, claramente o Brasil não só está com uma recuperação em uma margem forte mas já está no nível praticamente compatível com o do ano passado. Inclusive tenho ouvido muitos casos de executivos da indústria brasileira automobilística que estão tendo que escrever relatórios para mostrar para as suas matrizes qual é razão pela qual o mercado brasileiro está se recuperando muito mais rapidamente do que a maior parte dos outros países produtores de veículos.

A utilização da capacidade instalada já começou a subir, mas num patamar mais baixo, resultado não só da queda mas do grande volume de aumento de investimentos nos últimos anos. Esse é um dado importante porque mostra que temos margem para crescer, ao contrário de crises no passado, quando o país começava a crescer e já tinha problemas logo em seguida, porque não tinha margem para crescer. Agora não: temos margem para crescer. Isso é importante.

Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A Presidência agradece a exposição realizada ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

Vamos dar início ao debate.

Indago dos Presidentes presentes se desejam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres. V.Exa. tem a palavra.

Posteriormente, após o debate a partir da palavra dos Presidentes das Comissões, estenderemos ao Plenário, pela ordem de inscrição, que já se encontra aqui na Mesa e a lista continua aberta, à disposição.

Com a palavra V.Exa., Deputado Silvio Torres.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** – Obrigando Senador Almeida Lima; meus cumprimentos aos nossos convidados.

Foi uma exposição bastante objetiva e que cumpre suas finalidades. Até para torná-la ainda mais produtiva, digamos assim, gostaria de obter alguns esclarecimentos adicionais do nosso Presidente do Banco Central, e vou começar com uma pergunta genérica.

Presidente Henrique Meirelles, na sua exposição, o senhor expôs vários dados comparativos do Brasil, especialmente com o Japão, com os Estados Unidos e com a Europa. Eu queria saber se, na comparação com os chamados BRICs, teríamos uma situação semelhante? Não seria interessante conhecermos, por exemplo, como foi o Brasil comparativamente à China, à Índia, à Rússia, se se manteve essa proporção de que o senhor explanou?

Uma outra questão que eu gostaria de saber de V.Sa.: se a dívida líquida do setor privado também ficou numa situação mais favorável. O senhor disse que a dívida líquida do setor público ficou mais favorável, mas a dívida líquida do setor privado como variou em função da crise? O montante dela era significativo?

Um debate que já está colocado e de que o senhor tem recorrentemente participado é a questão do câmbio. Essa tem sido, sem dúvida, uma das grandes polêmicas da gestão de V.Sa. à frente do Banco Central. Inclusive hoje houve uma Comissão Geral na Câmara dos Deputados, e alguns números foram levantados – era uma Comissão Geral para avaliar o impacto da crise no nosso País.

Um dos expositores, o Prof. Roberto Giannetti da Fonseca, que o senhor conhece, disse que cada 1 bilhão de dólares exportados significam 60 mil novos empregos e, evidentemente, o contrário também: cada 1 bilhão de dólares a menos significa uma perda de 60 mil empregos. Ele deu exemplos da perda que os exportadores têm, especialmente os exportadores da indústria, um deles muito interessante, que é o seguinte. Um produto exportado por cerca de 3 mil dólares ao dólar cotado a 1,60 real, que era um cenário hipotético antes da crise, significaria 4.800 dólares de receita. Um produto exportado depois da crise, considerando o fato de que a crise fez cair o preço dos produtos no mercado internacional, ao dólar de hoje, que é um dólar



já preocupante de 2 reais, daria uma receita de 4 mil dólares. Ou seja, é uma perda, grande, significativa. E atribui-se isso, pelo menos os setores exportadores, a uma certa flexibilidade da política cambial, à entrada de dólares de investidores, que vêm especular no Brasil, entre outras questões.

Eu queria deixar apenas uma consideração: se para evitar esse efeito negativo... *(Pausa.)*

O Deputado Hauly está me dizendo que devo chamá-lo de V.Exa., mas foi apenas uma mera informalidade.

A pergunta é a seguinte, Ministro: entre tantas outras iniciativas que poderiam ser tomadas, mas que V.Exa. considera que talvez não sejam adequadas, se uma delas poderiam ser consideradas num momento em que o Brasil novamente tem sido buscado por investidores especulativos, aqueles que vêm trazer dinheiro de curto prazo, dado o fato de que os juros em outros continentes estão muito mais baratos, a ideia da quarentena. Seria uma ideia viável, para uma avaliação no cenário atual de crise?

Agradeço a V.Exa. a atenção.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –**

Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, em relação aos chamados BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China – são países que têm componentes estruturais muito diferentes.

Em termos práticos, procurando sintetizar uma questão muito complexa, uma vez, Deputado, eu participei de uma discussão, num seminário internacional, em que estavam presentes um Ministro da Índia e um Ministro da China. Eu representava o Brasil, discutindo com investidores internacionais vários assuntos. Havia um representante do Brasil na platéia. Ele perguntou para o Ministro da China o que o Brasil deveria fazer para crescer igual à China, que na época estava crescendo a 12%. O Ministro chinês sorriu, embaraçado, e pediu que eu respondesse a pergunta, em nome da China. Eu disse, muito bem, eu explicarei, mas há várias coisas que podem ser feitas aqui.

Em primeiro lugar, na época, a China incorporava cerca de 30 milhões de novos trabalhadores ao mercado de trabalho por ano porque ela ainda tinha, segundo os critérios do governo chinês, cerca de 450 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Nós não temos essa disponibilidade de mão-de-obra para incorporar ao mercado de trabalho. Já a tivemos, na primeira metade do século XX. Naquele período, o Brasil cresceu 7%, ao ano, em média. Felizmente, não temos essa vantagem, o que é positivo, evidentemente.

Segundo, na China, não há praticamente previdência social ou direito trabalhista. Então, a mão-de-obra é barata. Os sindicatos são fracos, não há lei tra-

balhista, o direito social é muito pouco, e não há previdência. Então, por definição, a mão-de-obra é barata e tem controles internos etc. Portanto, é um custo barato de produção. Mão-de-obra intensa, custo barato.

Além do mais, a poupança nacional na China é de 51% do produto, o que significa que os chineses, seja o governo, seja... O que nós dizemos aqui, muitas vezes, que sacrifica muito o superávit primário, lá, o saldo nominal real do governo chinês é impressionante; eles têm saldo, poupança. Isso acaba chegando na última pergunta sobre o câmbio também.

E fui por aí. Eu disse que é muito simples: é uma questão de opção da sociedade brasileira se quer fazer o mesmo tipo de sacrifício da sociedade chinesa para crescer a essas taxas, para resolver a questão.

O que eu quero dizer é que a China, portanto, tem uma taxa de crescimento normal de cerca de 11% ou 12% ao ano por essas condições. Tem também investimento enorme em educação e em outras coisas.

Esse crescimento caiu pela metade, para 6%, este ano, segundo as previsões, o que na China é gravíssimo. Esse é o problema que devemos ver. É gravíssimo o aumento do desemprego lá, com 6% de crescimento, é uma pressão enorme, porque eles têm necessidade de absorver 30 milhões de novos trabalhadores por ano no mercado. Então, quando eles não absorvem, e ainda perdem, que é o que acontece, em última análise, é um problema.

Na Índia, a situação é similar. Com patamares menores, mas similar. A Rússia, não; ela não está bem, está numa situação muito difícil.

Em relação ao restante de outros emergentes, o Brasil está numa posição considerada muito boa, e as previsões de crescimento são bastante favoráveis, principalmente comparado com outros países, em relação a 2010, especificamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Presidente.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –** Há outros países produtores de algumas *commodities* específicas, inclusive alguns vizinhos nossos, que devem crescer mais este ano, porque essas *commodities* especificamente estão subindo de preço.

Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Ministro, aproveite e fale um pouco sobre a Rússia, rapidamente. A situação da Rússia é difícil, o senhor disse. O senhor falou sobre Índia e China. Por favor. Desculpe-me por interrompê-lo.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –** Sim.

A Rússia tem muita dependência da exportação, primeiro, de petróleo, gás natural e outros minerais. É

uma economia muito dependente dessas *commodities*. Segundo, a situação do sistema financeiro russo é muito frágil, comparado com outros países. Então, o Governo está agindo bem, tomando uma série de providências importantes e agindo vigorosamente, mas não é um país que tem, por exemplo, nível de institucionalização, de mercado. É uma questão de tempo. A economia demora um certo tempo para se estruturar. É um país que se abriu para a economia de mercado há pouco tempo.

Sou muito amigo do Presidente do Banco Central da Rússia e conheço bem o Ministro da Economia. Eles estão fazendo um bom trabalho e se esforçando muito, mas a estrutura é um pouco mais difícil do que a da China, hoje, ou a de outros países.

Em relação à dívida líquida externa do setor privado, ela era, em setembro de 2003, de 81 bilhões e, em março, de 108 bilhões. Portanto, ela subiu. O setor privado normalmente não mantém grande parte das suas reservas no exterior porque precisa de capital de giro. A empresa brasileira tende a ter as suas reservas no Brasil. Algumas as mantêm no exterior, mas é uma dinâmica, certamente, diferente.

A dívida total, externa e interna, está subindo porque o crédito está aumentando.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – E o PIB privado também diminuiu.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Temos que aguardar os números do Produto, Deputado, para ver qual será o resultado do ano. No ano passado, subiu. No último trimestre, caiu. Mas há questões pontuais aí que temos que verificar.

Talvez seja melhor avaliar o comportamento do ano de 2009 no ano que vem. É quando vamos ver o Produto e o endividamento das empresas e das pessoas físicas. O Produto vai ter o consumo das famílias e das empresas e o investimento do Governo. Aí, sim, poderemos avaliar isso como um todo.

Mas o crescimento do crédito é positivo. As empresas, idealmente, aumentarão o volume do crédito em relação ao Produto na medida em que o crescimento do crédito é fundamental para impulsionar o crescimento das empresas, e o total do crédito sobre o Produto no Brasil ainda é baixo internacionalmente. Agora, na crise, isso é até positivo. Mas, evidentemente, temos muito espaço para crescer.

Em relação ao câmbio, é importante mencionar algumas coisas. Em primeiro lugar, não existe sucesso na história econômica recente de controle de taxa de câmbio por parte de governo ou de banco central. O Brasil teve meta de câmbio na década de 1990. Já viajamos por essa rota e tivemos problema com isso. A Argentina dolarizou a economia e teve problema. Nós

também. Hoje, a grande totalidade dos países do mundo já abandonou a meta de câmbio porque os fluxos cambiais são muito fortes. Então, controlar câmbio tem uma certa similaridade com controlar preço.

O câmbio varia em razão de uma série de coisas, como fluxos financeiros. Não é apenas a questão do investidor. Às vezes focaliza-se num número específico, o investidor que vem aplicar no mercado financeiro. Nos últimos anos, esse valor é menor.

Existe, por exemplo, um grande fluxo de investimento estrangeiro direto, que é um componente muito importante. O Brasil mostrou agora saldo de conta corrente novamente, depois de muito tempo de déficit. O saldo comercial ainda é positivo, ainda é superavitário. Houve uma contração do crédito no ano passado pelo corte do crédito internacional, então as empresas estavam comprando dólar para pagar os seus empréstimos. Agora muitas empresas nacionais já estão conseguindo acessar o mercado internacional de novo. Entra dólar. Isso não é negativo. Não vamos proibir a empresa nacional de tomar dinheiro no exterior para investir. Seria um contrassenso.

Esses são os grandes volumes, além de investimentos em bolsa de valores, que é outra forma de financiar a empresa brasileira. Pelas nossas avaliações, num primeiro momento do fluxo das últimas semanas, etc., existe uma grande predominância de entrada em bolsa, e empréstimos, empresas brasileiras voltando a acessar o mercado externo, e também investimentos estrangeiros diretos sob diversas formas. Empresas que estão no processo de investimento tinham diminuído, a empresa que está construindo uma nova unidade diminuiu o ritmo e agora o retomou. Tudo isso envolve fluxo de capital.

Portanto, retomada do preços das *commodities*, como mencionei, existe muita correlação entre o valor da moeda de países produtores de *commodities* e o preço da *commodity*. Então, tentativas de manipular esse preço por parte de autoridades monetárias e cambiais não têm sido bem-sucedidas no mundo.

Em relação à sua pergunta específica, da quarentena, essa não tem sido uma experiência muito bem-sucedida. Alguns países fizeram isso, isso gera muita distorção, e muitos outros caminhos, porque os mercados financeiros são muito sofisticados. Então, se se bloqueia aqui simplesmente se complica o processo, mas, na realidade, o Brasil já usou o mecanismo de imposto, que é, esse sim, um mecanismo direto, o IOF, no correr de 2008, e retirou durante a crise. Não é o caso agora. Evidentemente, se em algum momento for necessário, pode ser um recurso. Mas não é o adequado no momento. Mas, se for necessário, é o tipo de instrumento que se pode usar especificamente

em relação ao mercado financeiro. Não estou dizendo que vai ser feito ou que deveria ser feito, nada disso. O que estou dizendo é que qualquer questão em relação a investimento financeiro deve se dar de forma direta. Agora, por que digo que não é o momento? Porque não está configurado esse quadro, não existe hoje, no momento, um grande influxo para esse mercado especificamente. A grande entrada de capitais, até o momento, se dá, por exemplo, para todas essas finalidades que mencionei.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Srs. Parlamentares, ilustre palestrante, objetivando dar maior dinâmica aos nossos trabalhos, quero sugerir a V.Exa., Presidente, que faça a anotação das perguntas, como costumeiramente faz, uma vez que passarei a palavra a grupos de Deputados para que façam suas perguntas e V.Exa. possa respondê-las em bloco.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, Segundo Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que aqui representa o Presidente.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – Sr. Presidente, indago de V.Exa. se depois das palavras do Deputado Luiz Carlos Hauly pode nos anunciar quem são os outros inscritos, para que já possamos nos preparar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Sim.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – E serão quais? Em números de quantos no bloco?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Em seguida ao Deputado Luiz Carlos Hauly farão uso da palavra os Deputados Duarte Nogueira, Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** – Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; ilustres Congressistas; Sr. Ministro Henrique Meirelles, toda a equipe da Diretoria do Banco Central, este é um momento importante e democrático que esta Casa obteve com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com essa presença ilustre nesta Casa 2, 3, 4 vezes por ano, que faz com que realmente o processo de gestão do Banco Central, do Governo Federal, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento seja democratizado e transmitido a toda a população. Sinto-me feliz de ter colaborado para essa importante conquista democrática. Democracia não é só a conquista da estabilidade política, é fundamentalmente a conquista da estabilidade econômica, mantida pelo Banco Central e pela política administrada por V.Exa., que tão bem conduz os interesses da nossa moeda, o Real — aliás, são 15 anos

e alguns meses de Plano Real e, daqui a 1 mês, 15 anos também da nova moeda. Foi uma conquista da democracia, uma conquista nacional, do povo brasileiro. Através dos Governos, mesmo nos últimos 6 anos e quase meio, com um Governo que era de oposição, à época, mantém-se a estabilidade, e nos unimos nesse ponto da conquista maior. Queremos o ajuste e desejamos a estabilidade.

Nós Congressistas nos deparamos sempre com problemas sobre os quais V.Exa., os outros Ministros e a área técnica se debruçam: números, dados técnicos e análises. O desejo, não só dos Parlamentares, mas de cada cidadão que representamos aqui, é o de que a taxa de juros seja menor, há muito tempo. Sempre tivemos o sentimento de que nós brasileiros sempre pagamos muito mais do que os outros países para ter estabilidade econômica. Com isso sangramos a economia, porque os recursos públicos vêm das camadas mais pobres da população. O Brasil é um País em que os ricos pagam menos impostos que os pobres. A carga tributária sobre o consumo é de 58%, e a renda é de 21% da arrecadação total.

Essa é exatamente a diferença: tiramos mais dos mais pobres e devolvemos menos para eles. Deparamo-nos com uma taxa de juros que na cadeia sucessiva, quando chega ao crédito direto ao consumidor, lá embaixo, coitados dos nossos compatriotas que dependem de financiar uma geladeira, um fogão ou qualquer eletrodoméstico. Realmente, ao passar por esse processo todo, e agora uma crise econômica mundial — que não é brasileira, veio de fora —, deparamo-nos com um momento de instabilidade econômica. Mas poderíamos estar iguais à China, Sr. Ministro? Há algumas contradições. Vejo o seguinte: se a China tivesse os sistemas tributário, trabalhista, previdenciário e de governo democrático brasileiro, por certo não teria nem metade do crescimento que o Brasil tem. É uma comparação de desiguais. O gigante China convive com a pobreza extrema nas regiões não-capitalistas, com uma região capitalista de grande prosperidade. Eles se dão ao luxo de, quando um trabalhador corta um dedo, trocá-lo por outro. Ou seja, ele é mandado de volta para a aldeia e é substituído por um inteiro, novo, intacto.

Analisando as contas do Governo, do Tesouro, comparando-as com o resultado de V.Exa., o Tesouro aumentou a sua participação relativa na dívida em 2 pontos percentuais, enquanto todo o setor público diminuiu, como está aqui exposto no gráfico que V.Exa. apresentou.

Sobre a questão do câmbio, que nos provocou agonia durante anos, porque o Brasil é um país exportador de produtos *in natura* e semielaborados, o campo

brasileiro e populações interioranas pagaram essa conta do ajuste fiscal dos últimos anos, que ficou empobrecido, porque o real era muito forte e o dólar desvalorizado. Agora ficamos agoniados de novo porque ele recua novamente. O que vai acontecer com o câmbio e o futuro do nosso País, com o interior do Brasil, que produz, gera empregos, que tem saldo de exportação, que contribui com a balança positivamente?

Quanto à Bolsa, vemos com alegria que ela volta com todo vigor.

Quanto ao ajuste fiscal, vemos um crescimento preocupante das despesas públicas. Eu disse hoje de manhã, na Comissão Geral da Crise, que se tivéssemos chegado a um ponto de crise econômica absoluta, o Brasil teria que fazer um Pacto de Moncloa, um pacto envolvendo os entes federados, os trabalhadores, os empresários, a sociedade e o Governo. Uma coisa que não temos, Sr. Ministro, é capacidade de investimento, porque não temos poupança no setor público. Toda a nossa poupança é gasta com o pagamento de juros.

Diante dessa constatação, em nome da Comissão de Finanças, devo dizer a V.Exa. de outra preocupação adicional, que é a caderneta de poupança. Se os juros reais estão caindo para 5,2%, se se deduzir a inflação da remuneração da poupança, a caderneta de poupança não terá 1,5% de remuneração ao ano. Então realmente nos preocupamos muito com tudo isso que V.Exa. nos diz.

Acredito que tenha dado a contribuição da Comissão de Finanças.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima)

– Com a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira, que disporá de 5 minutos, improrrogáveis, para fazer suas perguntas.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; Sras. e Srs. Parlamentares; Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, à medida que somos antecidos por outros questionadores, parte das perguntas que faríamos acaba sendo antecipada.

Para que eu possa ser bastante objetivo, Dr. Henrique Meirelles, a meta alvissareira, ideal para o desenvolvimento dos países no mundo sempre é buscar, a médio e a longo prazos, uma taxa de crescimento da ordem de 5%, dependendo da população, das condições econômicas e sociais. Mas ela sempre acaba sendo nessa faixa. Para isso, sabemos que é necessário que haja taxas de investimento, formação bruta de capital fixo na faixa de 25%.

O Brasil tem, nos últimos 3 anos, 2005/2007, operado numa média, segundo dados oficiais, de 16,6%. No ano passado, chegou a 19%. Portanto, um tanto

além dos 25%. A todos esses ingredientes que hoje nós temos, ou seja, baixa taxa de investimento, baixa formação bruta de capital fixo, baixo crescimento, alta taxa de juros, apesar das quedas sucessivas na Taxa SELIC, a 10,25%, que, inclusive, passa a desencadear outros problemas, como é o caso da remuneração da caderneta de poupança, outro tema bastante impopular para qualquer tomador de decisão em Governo ter que operar, além da alta taxa de juros, o problema cambial, mencionado anteriormente, e que hoje foi apontado de maneira bem didática na Comissão Geral, ou seja, tivemos redução do valor nominal das nossas exportações. Exportava-se algum produto a 3.000 dólares a tonelada. Hoje isso baixou para 2.000. O dólar estava a R\$1,60, agora está a R\$2,00. Mesmo sendo interessante aquela remuneração, a média de perda de renda, de perda de valor real desse exportador foi da ordem de 20%. Ou seja, além da diminuição do faturamento em dólar, a questão cambial diminuiu o faturamento em real, tirando a competitividade dos nossos exportadores, sabendo-se que, regra geral, apesar de termos um excelente mercado interno, que é o grande motor da nossa economia, a cada bilhão que aumentamos em nossas exportações são garantidos mais de 60.000 empregos.

Posto isso, eu gostaria de fazer uma indagação a V.Exa., um pouco baseado na sua afirmação, na semana passada, de que a questão do desemprego é preocupante. É preocupante porque estamos retrocedendo 2 anos. A cada 1% de crescimento que deixamos de ter, deixamos de gerar 0,44% de empregos, o que representa centenas de milhares de postos de trabalho.

Não estamos fazendo uma política de juros, uma política tributária, uma política cambial inadequada para esse momento?

Apesar da pergunta, louvo as medidas que foram tomadas até aqui, algumas até contrárias ao desejo do próprio Presidente e de alguns Ministros que subestimaram a crise, e reconheço que parte do Governo mais responsável e menos demagógica ou populista soube trabalhar em nome do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – V.Exa. tem mais 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – Vou concluir, Sr. Presidente.

O atual Governo reclama muito de seus antecessores, diz que não teria como consertar nesses 6 anos o que estragaram em 4 séculos. Mas, fazendo uma análise de curto prazo, tenho certeza de que o Presidente Itamar Franco entregou a seu sucessor um Brasil melhor que o recebido do antecessor; bem



assim o Presidente Fernando Henrique, e espero que o mesmo ocorra com o Presidente Lula.

Mas é importante que, de maneira democrática, possamos ouvir o Presidente do Banco Central para que possamos – quem sabe? – oferecer o outro lado e até conformar com os caminhos que eventualmente estão sendo seguidos neste instante.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Meu caro Presidente, Senador Almeida Lima; Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, vou fazer-lhe algumas questões muito objetivas. Peço que as anote, se puder.

Como o crescimento de gastos públicos interfere no crescimento do País e qual a atitude do Banco Central em relação a esse fato, especialmente relacionado ao aumento de crédito com o advento dessa crise mundial? Peço uma consideração de V.Exa. sobre isso.

Outra pergunta relaciona-se diretamente ao gráfico de nº 33, apresentado aqui por V.Exa., quando fala de concessões de crédito e vendas de veículos, especialmente. Existe um índice, estabelecido em 2003, de número 100. Todos os dados até agora apresentados por V.Exa. consideram o crescimento da venda de veículos até março deste ano. Mas esse gráfico mostra uma queda acentuada já no mês de abril. Isso é uma tendência, caindo de 220 para quase 180? Isso foi, Dr. Henrique Meirelles, apenas uma bolha ou uma antecipação de compra de parte da população, instigada pelo Governo com a queda do IPI?

Outra questão é o fenômeno mundial de desvalorização do dólar. Esse processo vai continuar ou, na sua opinião, ele se estabiliza a partir de agora? É muito importante, para o País se preparar, termos informações sobre a continuidade ou não da queda do dólar, motivo de preocupação, principalmente, dos exportadores brasileiros.

Outra questão, Dr. Henrique Meirelles: temos visto a volta do fluxo de dólar para o Brasil em decorrência desse diferencial da nossa taxa de juros, que ainda permanece alta frente às das demais economias globais. Esse fenômeno atrai muito o capital especulativo, como já foi citado aqui, já que a remuneração do capital lá fora é bem menor do que aqui. Mas, diante da retomada da economia, principalmente a economia americana, nós podemos ver a saída desses recursos, o que prejudicaria muito a capacidade produtiva do nosso parque industrial. Acreditamos, inclusive, que o Brasil perdeu o *timing* de baixar mais fortemente os juros nesse período. Qual é a consideração de V.Exa. em relação a esse ponto?

A última questão, Sr. Presidente, é a seguinte: a Medida Provisória nº 435, de 2008, transformada na Lei nº 11.803, segregou o resultado das operações cambiais do resultado geral do Banco Central. Em nosso entendimento, isso ocorreu na direção contrário do que estabelece o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina claramente a apuração dos resultados do Banco Central, bem como os prazos para pagamento do resultado positivo e a necessidade de consignação da dotação específica para cobertura do resultado negativo pelo Tesouro Nacional.

Em junho, conforme V.Exa. discorreu longamente nesta audiência pública, o Banco Central apresentava prejuízos bilionários, diante da crescente valorização do real.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que tudo mudou no segundo semestre. Se a metodologia antiga prevalecesse, o resultado seria extremamente positivo.

A reversão desse cenário econômico não mostrou que a mudança foi precipitada? Essa é a questão que gostaríamos de apresentar a V.Exa., principalmente considerando... na verdade, prejudicando inclusive as séries históricas, com a possibilidade de se fazer comparação.

V.Exa. discorreu muito sobre isso e disse, ao longo de sua exposição, que falaria sobre esse tema, levando em conta o fato de não se ter essa nova modalidade de apresentação desses gráficos.

Portanto, eram essas as questões que eu queria colocar a V.Exa.

Agradeço a V.Exa. a presença no Congresso Nacional e as explicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Júlio Cesar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – Sr. Presidente; Srs. Presidentes das Comissões; Sr. Presidente e Diretores do Banco Central; Sras. e Srs. Deputados, quando observo os números do Brasil, às vezes me empolgo e às vezes me entristeço. Uma coisa que mais inibe minha alegria é o *spread* bancário.

Tenho aqui uma avaliação, feita nos 12 meses do ano passado, de 87 países. O Brasil tem o mais alto *spread* bancário. E estive comparando-o com países mais pobres: Serra Leoa, Cabo Verde, Uruguai – neste país, nosso vizinho, o *spread* é 2,49%, contra 34,8%.

Eu estava preocupado, mas a partir de hoje estou alegre, porque foi apresentado nesta Casa um projeto de autoria de três membros importantes do PT – e tenho impressão de que o projeto tem o respaldo de V.Exa.: o Presidente do Partido, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e o ex-Presidente da Comissão de Finanças, que está presente, o Deputado Pedro Eugênio. O projeto prevê uma rápida queda do



*spread* bancário. Não vou lê-lo, porque só tenho cinco minutos e está havendo votação nominal no plenário.

Pergunto a V.Exa. se há alguma sinalização positiva do Banco Central, uma vez que quem subscreveu o projeto entende do assunto. São pessoas importantíssimas do Governo, inclusive um deles é Presidente do partido do Governo.

Faço outra pergunta: qual é a avaliação de V.Exa. sobre o crescimento da nossa economia? Está havendo uma divergência muito grande do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, do IPEA: um, zero, meio! Qual é a previsão de V.Exa. para o crescimento do PIB do nosso País?

Sr. Presidente, instalamos hoje, na Comissão de Finanças, a Subcomissão sobre o Sistema Financeiro. Uma das nossas preocupações refere-se ao lugar onde estão nossas reservas. V.Exa. disse que era o lugar mais seguro do mundo, mas, se tirar os Estados Unidos, quebra. Dos 205 bilhões, 145 bilhões estão lá, a não ser que tenham diminuído. Há um mês V.Exa. falou isso. A China tem quase 1 trilhão. Pergunto a V.Exa.: se o Brasil e a China resolverem tirar, eles têm como devolver esse dinheiro? Tomei conhecimento de que a remuneração lá é 3,75%, quando o *spread* bancário dos Estados Unidos é 3,12%. Por que o país mais rico do mundo opera uma remuneração tão pequena, um *spread* de 3,12%?

Era somente isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Alfredo Kaefer.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** – Cumprimento o Senador Almeida Lima, o nosso companheiro Sílvia, o Presidente do Banco Central e os demais integrantes do Banco.

Já disse aqui, alguma vez, que temos o Triângulo das Bermudas que afunda a economia: juro, imposto e câmbio. Dentro dessa abertura, farei algumas considerações e deixarei algumas perguntas.

Em algum momento, ou por muito tempo, a taxa SELIC era usada com o argumento de que não poderia ser reduzida, porque era um forte instrumento para segurar a inflação, preços e política monetária. Era pressão inflacionária. Em algum momento da crise, os preços caíram, a demanda reduziu e não tínhamos a pressão inflacionária. Observamos, no meu entender e no de muitos economistas, que o Banco Central foi extremamente acanhado em reduzir, com mais velocidade, a taxa SELIC. Por que não aproveitamos o momento da economia com restrição e baixamos drasticamente a taxa SELIC?

Há outra questão: logo no início da crise, o Banco Central reduziu volumes consideráveis de compulsório. Pergunto: por que esse depósito compulsório não foi

indexado à irrigação de crédito por parte do sistema financeiro? Ou seja, o depósito compulsório foi liberado, deu meia-volta, os bancos acertaram um pouco sua situação de liquidez, mas grande parte desse dinheiro voltou ao Banco Central sob forma de compra de títulos. Então, não teria que ser concomitante: eu libero um pouco de compulsório, faço os bancos levarem mais crédito, movimento a economia, e assim por diante?

Quanto à questão câmbio – e alguns países fizeram isto –, considero que a função principal do Banco Central é estabilizar a moeda. Ele tem de honrar pela estabilização da moeda. Isso significa não só a estabilização da moeda internamente, o nosso real, mas a relação dela com outras moedas. É impossível o setor produtivo exportador fazer qualquer planejamento com uma variação cambial desse tipo.

Nós, em algum momento, perdemos o bonde, perdemos os melhores momentos da economia mundial, que estava bombando. Não aumentamos as exportações, não criamos novos mercados, porque a taxa cambial estava horrível e não nos permitiu fazer isso. Podíamos ter feito superávites cambiais enormes, se não tivéssemos tido câmbio a 1,60 ou a 1,70, e até a 1,53 em determinado momento.

Por que a tese do câmbio flutuante tem de ter essa forma rígida? Por que não criar, como alguns países, um “colchão” para evitar que esse dólar de especulação entre aqui, dê uma mordidinha e vá embora?

E há duas últimas questões: que mecanismo poderíamos adotar para usar esse volume expressivo de reservas que temos e fazer com que ele movimente a nossa economia, via nossas exportações? Qual mecanismo poderíamos usar? Ceder para algum banco financiar os nossos importadores para não trazer dólar para dentro do País, ou algo nesse sentido?

Quanto ao último título, pergunto: por que há necessidade de toda a nossa sobra de dinheiro do sistema financeiro ser usada para comprar título público? Tudo que tem de sobra no dia, o Banco Central vende título público, em vez de fazer leilões periodicamente. Isso certamente criaria mecanismos de redução de taxa de juro e principalmente de *spread*.

São essas as questões que estou levantando para serem debatidas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Em primeiro lugar, abordarei as questões levantadas pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, que foram também levantadas por outros Parlamentares. Foram questões

relacionadas ao câmbio, questões relacionadas ao desemprego, questões relacionadas à despesa pública. Algumas questões endereçadas pelo Deputado Duarte Nogueira referiram-se principalmente ao câmbio, que foi recorrente também em diversas outras perguntas. O Deputado Vanderlei Macris também mencionou a questão do crescimento dos gastos públicos, além de outras questões específicas sobre veículos, diferencial da taxa de juros, etc.

Primeiramente, vou abordar a questão referente a câmbio e a taxa de juros no passado recente do Brasil, até a crise e, depois, no pós-crise.

Em primeiro lugar, é importante mencionar que o Banco Central tem um grande instrumento de trabalho, que é a fixação da taxa de juros base, a taxa de juros de um dia. Portanto, ele tem um instrumento. A experiência internacional, empírica e teórica, mostra que um instrumento pode ter dois objetivos muitas vezes contraditórios. É aquilo que mencionei em um pronunciamento que fiz recentemente sobre objetivos cambiantes: uma hora objetivo interno; outra hora, externo. Normalmente, isso é um tipo de estratégia malsucedida. Temos que olhar o equilíbrio interno do País como um todo e a capacidade de produção e de consumo do País como um todo. Não podemos ficar olhando setores específicos, cada hora um, porque isso leva a uma inconsistência macroeconômica.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Se olharmos como estava o Brasil no ano passado — e foi mencionada aqui uma grande preocupação com alguns setores, etc. —, podemos ter a impressão de que a situação do País no ano passado foi dramática, muito ruim. Estou falando do ano todo. Não é o que mostram os números. Se olharmos as projeções, vamos ver que, até o final do terceiro trimestre, a demanda doméstica crescia 9,3% ao ano; as vendas do varejo, mais de 10% ao ano; a massa salarial real, 7% ao ano, o que significa que era uma política econômica que estava gerando riqueza e renda para a população como um todo, não apenas para um ou outro segmento. E este é o objetivo básico da política econômica: criar emprego, criar renda, produção e consumo, para o País como um todo, não para segmentos específicos da sociedade. A produção crescia 6,8%. Esse é, portanto, é um dado que precisa ser levado em conta. Esse equilíbrio macroeconômico que existia no Brasil estava gerando esse tipo de crescimento, com o investimento crescendo quase 20%.

Muito bem, vamos falar agora especificamente sobre câmbio, sobre como funcionou o câmbio no Brasil. Se olharmos a trajetória do câmbio frente ao dólar americano, por exemplo, com base em julho de 2008

— e vamos ver diversas moedas —, vamos ver, em verde, a trajetória do câmbio dos países exportadores de *commodities*, basicamente Brasil, Nova Zelândia e Austrália. E vamos dizer que eles têm uma variação muito parecida, o que significa que a possibilidade de governos manipularem essa taxa não é normalmente bem-sucedida. Por quê? Porque são países grandes exportadores de *commodities*. À medida que o preço das *commodities* sobe, por exemplo, aumenta o valor das exportações em dólares; e, quando o preço das *commodities* cai, cai o valor das exportações. Portanto, existe uma correlação grande entre o valor dessas moedas e o valor do preço das *commodities*, o que é mostrado nessa correlação.

Aqui vamos ver exatamente como varia o preço das *commodities* mundiais e como varia o preço do real frente ao dólar. Temos uma variação bastante correlacionada.

A questão que se coloca é esta: *“Muito bem, então o Governo deveria, de alguma forma, intervir nesse processo, o que significaria fixar uma meta de câmbio.”* A experiência mostra que não podemos ter um equilíbrio macroeconômico doméstico e um equilíbrio macroeconômico externo ao mesmo tempo. Isso quer dizer que, a uma dada taxa de câmbio, a taxa de juros que faz o equilíbrio doméstico não será necessariamente a taxa de juros que vai fazer o equilíbrio externo. O que assegura o equilíbrio externo é a taxa de câmbio. Se fixarmos a taxa de câmbio, porque temos uma meta, a tendência é termos um desequilíbrio doméstico.

Isso aconteceu no Brasil no passado. Se lembrarmos da crise de 1997, veremos que, para fazer face a um desequilíbrio externo, tivemos que subir a SELIC para 43% — nós nos esquecemos disso —; em 1999, para 45%; e, em 2002, para 25%. Hoje, com essa crise, o Brasil foi capaz de baixar a taxa de juros, ao contrário do que ocorreu no passado.

Imaginem que tivéssemos uma taxa de câmbio como meta e estivéssemos variando a taxa de juros para poder equilibrar a taxa de câmbio. Para onde teria ido a SELIC em dezembro, quando o câmbio aproximou-se de 2,50? Imaginem as consequências para o País.

O que quero dizer é o seguinte: esse sistema de metas de inflação e objetivo do Banco Central do equilíbrio doméstico e, ao mesmo tempo, uma taxa de câmbio flutuante, preservando o equilíbrio externo... E os resultados são extremamente favoráveis, inclusive na área externa, tanto que acumulamos 205 bilhões de dólares de reserva; tanto que tivemos, portanto, saldos positivos, ao contrário do que ocorreu no passado, quando tínhamos câmbio fixado ou controlado, ou outros países com câmbio controlado. Portanto, é

o equilíbrio macroeconômico que tem funcionado bastante bem no Brasil.

Vamos agora para as perguntas mais específicas em relação a essa questão.

Em relação ao crescimento dos gastos públicos, há a pergunta do Deputado Vanderlei Macris. O crescimento dos gastos públicos é uma decisão macroeconômica, do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, etc., por meio das aprovações do orçamento. O que o Banco Central olha com muita atenção é a evolução da relação dívida/produto, porque isso significa a necessidade de financiamento do setor público brasileiro, e isso, sim, tem impactos do ponto de vista do Banco Central. E a relação dívida/produto está caindo, por toda essa série de fatores que mencionamos.

A questão do gasto público em si é uma decisão soberana do Congresso, desta Casa e do Senado, e do Executivo. Não compete ao Banco Central determinar. S.Exas. têm prerrogativa de decidir, em última análise, como representantes da população.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Nem sempre é uma decisão da Minoria, Presidente.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Não me cabe entrar nessa... Se eu estivesse aqui, Deputado, certamente eu estaria opinando a esse respeito. Mas não o faço neste momento.

Em relação ao crédito de veículos, temos a seguinte situação: a produção de março foi 273.498 veículos, e a produção de abril foi 254.732 veículos. Não há dúvida de que uma parte de março foi a antecipação de compra em função da expectativa de que pudesse não ser prorrogada a isenção do IPI. Isso é verdade, mas uma parte apenas. Se compararmos abril com os meses anteriores, vamos verificar que houve um crescimento expressivo. E foi o segundo melhor abril da história da produção. Se olharmos vendas, abril foi 239.674. De fato, março foi bem superior, 283 mil. De novo o IPI, que foi de fato antecipação de compra. Mas, de novo, 239.674 foi o segundo melhor abril da história também – e, segundo, muito melhor do que os meses anteriores. Isso significa que há, sim, uma tendência de recuperação na margem, mas evidentemente houve uma parcela de antecipação. As duas coisas são verdadeiras.

Em relação ao diferencial da taxa de juros, como já mencionei para V.Exas., os números mostram que até agora a grande entrada de capital recente está se dando, em primeiro lugar, pela retomada do crédito externo por parte das empresas. Elas estavam tendo dificuldade de tomar, e voltaram ao mercado internacional. Em segundo lugar, pelo aumento dos investimentos de portfólios, isto é, de investimentos nas bolsas

de valores; e também pelo aumento do investimento estrangeiro direto, ou mesmo por repatriação de capital de empresas brasileiras, de suas subsidiárias no exterior, para investir no Brasil. Portanto, isso não é resultado de diferencial de taxa de juros.

Como eu disse, quando houve esse problema no passado, foram adotadas medidas especificamente para isso. É muito importante, de novo, que a taxa de juros não seja usada para atender finalidades específicas e cambiantes. A taxa de juros tem que ser utilizada para manter o equilíbrio interno do País, o que tem sido feito com muito sucesso até agora.

Vou mais uma vez mostrar o gráfico do ano passado. Houve uma queda no último trimestre, que foi resultado do impacto da crise mundial no Brasil, mas as expectativas para o futuro para o País são favoráveis.

Em relação ao *timing* para baixar a taxa de juros, eu gostaria de lembrar aquela projeção que fiz com a evolução da taxa de juros real no Brasil. Vamos verificar que a taxa de juros real e a taxa de juros nominal do Brasil têm uma trajetória cadente. De novo, se olharmos esse gráfico, essa transparência que aqui está projetada, vamos verificar que o País estava crescendo muito, com o patamar da taxa de juros que prevalecia no passado, de um lado. E de outro lado ele está caindo durante os últimos anos.

Então, temos a seguinte situação, para simplificar uma questão complexa: quando assumimos, a SELIC, a taxa de juros, era 25%. Chegou a 26,5%. E ela hoje está num patamar de taxa base que é a mais baixa da história. As taxas de juros nominais do mercado são as mais baixas da série histórica, e as taxas de juros reais também.

De novo, essas decisões que foram tomadas visaram, na nossa avaliação, assegurar a consistência macroeconômica não só presente mas também futura. Levamos em conta, Excelência, que o equilíbrio macroeconômico do ponto de vista do Banco Central tem que ser olhado sempre numa visão prospectiva, não olhando para trás ou para o presente. Existe um processo de defasagem importante. O Banco Central tem que trabalhar com projeções. Levando-se em conta todos esses fatores, o Banco Central tem assegurado a consistência macroeconômica do Brasil e assegurado que as perspectivas do País sejam as melhores possíveis.

Não cabe muito falar em oportunidade para baixar ou subir. Se existirem condições, as taxas caem. Se existirem condições, o Banco Central baixa as taxas de juros. Se existirem necessidades, sobe. Não existe isto: se cortou ali, não pode cortar mais. Não é assim! Ou existem condições de corte, ou não existem. Ou



existe necessidade de subir, ou não existe. Esse é um processo dinâmico que vai sendo analisado pelo Banco Central a cada reunião.

Voltando ao ponto, é o mínimo histórico. Não há condições de se avaliar, no momento, até que ponto isso é conjuntural e até que ponto isso é estrutural. Possivelmente existe uma conjugação dos dois fatores, se virmos a curva. Se olharmos a taxa de juros de mercado agora, por exemplo, vamos verificar que existe uma tendência de queda estrutural. De outro lado, há uma queda conjuntural. Vamos ver como esses dois fatores vão conjugar-se à frente.

Em relação à Lei nº 11.803, V.Exa. pergunta se a mudança foi precipitada. Pelo que entendi da pergunta de V.Exa., o que poderia justificar...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Isso poderia dificultar a comparação da série histórica. Essa foi a preocupação que tive.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Pois não, Deputado. A mudança foi exatamente para facilitar a análise. Explicarei a V.Exa. por quê. Quando avaliamos a série histórica, no passado não existiam essas reservas tão altas. A entrada das variações dos resultados das reservas, que é um dado novo no balanço do Banco Central, é que dificultava a análise histórica. Então, na medida em que retiramos os resultados da reserva – o que não é, digamos assim, uma operação clássica do Banco Central, operação no mercado aberto, etc. –, temos condições de visualizar a série histórica com as operações clássicas do Banco Central.

E os dados das reservas continuam disponíveis. Mostrei isso hoje. Comentei os resultados das reservas. Mostrei o resultado das reservas, mostrei o resultado do *swap*, e comparado também com o ano passado.

Alguém poderia dizer: “Logo que foi modificado, as reservas deram um lucro de 171 bilhões mais *swap* no segundo semestre. Então, não deveria ter modificado.” Não, a razão da modificação não é lucro ou prejuízo. A razão da modificação é exatamente dar uma consistência histórica e maior transparência ao resultado do Banco Central. Os resultados do Banco Central são mostrados sem a variação das reservas. E a variação das reservas também é analisada comparada com sua própria série histórica. Então, acho que o movimento foi adequado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – V.Exa. me permite levantar apenas uma questão? V.Exa. não acha que isso contrariou a Lei de Responsabilidade Fiscal? Houve um estudo por parte do Banco Central para identificar se essa mudança de metodologia não contraria o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal?

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – A avaliação da Procuradoria do Banco Central é que está de acordo com a lei, não só com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o resultado do Banco Central é transferido para o Tesouro, de acordo com a lei, de qualquer maneira, independentemente de transitar ou não pelo Lucros e Perdas. A questão é só quando transferir para o Tesouro. A lei determina que seja transferido, e o resultado é transferido na data determinada pela lei. O que acontece, de acordo com a Lei nº 11.803, é que os resultados vão sendo contabilizados em contas a receber ou a pagar do Tesouro; e, na data determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, são transferidos nos termos da lei. Então, as duas leis são seguidas rigorosamente: a Lei de Responsabilidade Fiscal e certamente a Lei nº 11.803.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Obrigado.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Pois não.

O Deputado Júlio Cesar pergunta em relação ao *spread* bancário. S.Exa. confessa sua tristeza quando vê o tamanho do *spread* bancário no Brasil, comparado com o de outros países, etc.

Isso tem sido de fato uma preocupação, Deputado, inclusive deste Banco Central. O aumento do *spread* bancário no Brasil, nos últimos anos, no último ano principalmente, tem sido motivo de preocupação do Banco Central, que expressou isso publicamente várias e repetidas vezes.

Foram tomadas diversas medidas no sentido de aumentar a competitividade e a liquidez do sistema. Por exemplo, mencionamos aqui não só a questão dos compulsórios, os empréstimos de reservas, etc., mas também a restauração da competitividade dos bancos pequenos e médios, que são importantes para baixar o *spread* bancário. E é muito importante o aumento da competitividade dos bancos públicos.

V.Exas. têm de levar em conta um aspecto muito importante: o Brasil tem grande percentual do seu crédito concedido por bancos públicos. Os bancos públicos representam, se levarmos em conta o crédito direcionado também, como o do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e agora também da Nossa Caixa, do Banco Nordeste, do Banco da Amazônia, dos bancos regionais e estaduais, quase 50% do crédito. Portanto, o papel do banco público nesse processo é muito importante. Existe um movimento da maior importância, anunciado pelo Banco do Brasil nos últimos dias, de queda dos *spreads* e do aumento de volume de crédito.

Em resumo, o caminho é exatamente o aumento da competitividade. O Estado brasileiro tem condi-

ções de intervir nesse processo por meio dos bancos públicos, o que, em situações de desfuncionalidade de mercado, como aconteceu na crise, é legítimo. No mundo inteiro, está-se mostrando exatamente a ação contracíclica do Estado, evidentemente desde que feita com critérios prudenciais adequados, julgamento de crédito adequado, profissionalismo, etc. E o Banco Central obviamente olha rigorosamente para que os bancos públicos mantenham a saúde da instituição e não gerem prejuízos ao esqueleto, etc., como já ocorreu em outras ocasiões, a fim de que mantenham um sistema de crédito bem feito, rigoroso, adequado a qualquer instituição financeira. Mas o fato concreto é que o fator contracíclico é muito importante.

Diversas medidas estão sendo tomadas e certamente a ação de competição por parte dos bancos pequenos e médios e por parte dos bancos públicos é fundamental para uma queda gradual dos *spreads* no Brasil.

Em relação ao projeto de lei em análise por esta Casa, como sempre eu me abstenho de comentar qualquer coisa que seja prerrogativa de V.Exas., pois é questão legal. É prerrogativa da Casa tomar decisões desse tipo; não é prerrogativa do Banco Central.

A outra pergunta feita pelo Deputado Júlio Cesar refere-se a divergências de projeção do PIB; qual é a previsão.

Deputado, isso é um problema que está acontecendo no mundo inteiro. Como a crise é global e os impactos vêm de fora, é muito difícil prever. A dispersão de previsões é muito grande como um todo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – São as três principais autoridades do Sistema Monetário Nacional: o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, todos pertencentes ao mesmo Governo.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Deputado, não existe uma divergência tão grande. O que existe muitas vezes são momentos diferentes. Por exemplo: o Banco Central divulga a sua previsão a cada trimestre. A última previsão divulgada pelo Banco Central foi a de março; a próxima vai ser no final de junho. Nós não temos uma previsão hoje. O Banco Central tem determinada metodologia de trabalho. Como outras instituições, divulga-se regularmente. Portanto, nós não temos a previsão do Banco Central hoje. Existe uma previsão de 1% do Ministério do Planejamento. O Banco Central vai divulgar a sua e vamos ver qual é, no final de junho; a de março foi 1,2%.

Onde estão as reservas? Como V.Exa. mencionou, as reservas estão fundamentalmente aplicadas em títulos de países ou governos europeus ou americano. De fato, o valor superior a 100 bilhões de dólares

está aplicado em títulos do Governo americano, como os chineses também. Deputado, apesar de a taxa de juros ter sido de fato baixa nesse período, e continuar baixa, essa foi uma aplicação muito bem-sucedida do ponto de vista financeiro. Essa é uma das razões pelas quais nós gastamos 14,5 bilhões de dólares das reservas com vendas do mercado à vista. O Banco Central vendeu 14,5 bilhões de dólares e comprou um pouco mais de dois, e as reservas continuaram em 205 bilhões.

Uma das razões é que as reservas ganharam valor. Nós não podemos olhar apenas a taxa de juros, mas também o valor dos papéis. O fato é que o valor desses papéis subiu. Portanto, foi uma boa aplicação da reserva. Nesse aspecto, o Deputado não precisa se preocupar, porque as reservas foram muito bem aplicadas.

Os títulos do Tesouro americano têm liquidez bastante ampla, não só porque têm liquidez de mercado – apesar das questões do dólar, ainda é a grande moeda reserva: além do mais, o Federal Reserve Board está adotando uma política que eles chamam de facilitação à produção livre, uma facilitação quantitativa. É o *quantitative easing*. Na realidade, o Federal Reserve está comprando também títulos do Tesouro americano. Mas isso não é o mais importante. Títulos do Tesouro americano têm liquidez ampla e, portanto, não há essa preocupação. O que existe é uma preocupação estratégica de longo prazo, principalmente dos chineses, com o fato de existir apenas uma moeda reserva. Mas, basicamente, o fato é que as reservas estão aplicadas em títulos muito seguros, que têm grande valor. Portanto, a história da aplicação das reservas é muito favorável.

Deputado, V.Exa. pode imaginar o que seria, por exemplo, se tivéssemos buscado retorno mais elevado e aplicado em alguns dos grandes bancos internacionais que tiveram problema. V.Exa. não estaria possivelmente muito feliz com a administração das reservas brasileiras. Felizmente, as reservas brasileiras foram bem aplicadas, ganharam valor e estão em títulos muito sólidos.

Vou às perguntas do Deputado Alfredo Kaefer. Em primeiro lugar, eu já mencionei a questão da SELIC, do *timing*, etc.

*“Por que não indexou o compulsório ao crédito?”* Deputado, a movimentação toda do compulsório foi bastante bem-sucedida, na medida em que ela visou prover uma liquidez ao mercado em um momento importante. Portanto, ela visou assegurar um equilíbrio macroeconômico naquele momento. E ela foi muito bem-sucedida também na medida em que direcionou 41 bilhões de reais aos bancos pequenos e médios.



Isso equilibrou de fato o sistema, na medida em que esse era o grande problema daquele momento; quer dizer, 40% do volume total foram direcionados para pequenos e médios. E agora, com o Fundo Garantidor de Créditos, tende a crescer a competitividade dos bancos pequenos e médios, etc. Isso é considerado exemplo de sucesso das administrações de crédito do mundo todo.

Em relação à meta de câmbio e de inflação, eu já respondi basicamente a essa pergunta do Deputado.

Outra pergunta muito importante do Deputado refere-se ao uso das reservas. Por que não estamos usando as reservas para beneficiar as exportações? Gostaria de falar a V.Exa. que estamos fazendo isso já: 24 bilhões de dólares; não há restrição de ofertas, Deputado. Oferecemos todos os recursos demandados pelas empresas exportadoras através dos bancos, isto é, anunciamos que atenderemos a toda a demanda, e estamos atendendo a toda a demanda. O Banco Central não restringe essa oferta.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Os bancos é que não têm apetite de emprestar.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – E, para isso, entre outras coisas, existe uma ação mais agressiva agora dos bancos públicos.

A última pergunta do Deputado é: por que o Banco Central faz a chamada “esterilização” do excesso de liquidez e por que o Banco Central toma recursos do mercado à taxa SELIC. Todo dia, exatamente.

Deputado, isso é a essência do regime. O que é a taxa SELIC? Ela é a meta de taxa base onde o Banco Central toma e empresta recursos todo dia. Se não fizer isso, não existe SELIC, e não precisa de COPOM também. Então, não é bom? Depende do que se considera bom. Era assim, no passado, no Brasil, na década de 80 foi assim; era o chamado Banco Central passivo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Há jeito de, algum dia, sairmos disso?

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Já saímos durante muitos anos, Deputado. Durante muitos anos. Foi uma época que havia no Brasil o fenômeno da hiperinflação. Durante toda a década de 80, não havia exatamente esse procedimento. Inclusive, chegamos mais longe, tínhamos até uma conta-movimento do Banco do Brasil de onde o Tesouro sacava livre, sem orçamento, quando a moeda não tinha controle. O resultado, normalmente, era inflação elevada, segundo a teoria e a experiência macroeconômicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros. (Pausa.) (Ausente.)

Com a palavra o nobre Deputado Rodrigo Rocha Loures.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROCHA LOURES**

– Senador Almeida Lima, nosso Presidente, Presidente Silvio Torres, Presidente Henrique Meirelles, estou satisfeito com as informações, até porque, quando preciso examinar as informações do Banco Central, consulto o *site* e muito do que é necessário saber lá está. Portanto, recebo este documento que o Presidente Almeida Lima nos fornece relativo ao ano que passou como um documento acessório às informações de que dispomos, mas temos aqui as demonstrações contábeis da CAP-MG, que estava lendo enquanto ocorria a reunião.

Então, Presidente Meirelles, não quero falar do passado, mas, talvez, um pouco do futuro. A ideia seria examinar a abordagem pela seguinte questão. Haverá uma próxima reunião como esta daqui a alguns meses, vamos voltar a examinar números como estes; não sabemos exatamente o que vem pela frente e algumas informações são mais previsíveis que outras.

Tenho observado que quem acha estar bem informado sobre o que está acontecendo, talvez esteja profundamente enganado. Por conta disso, com humildade, tenho observado os eventos recentes, mas me parece que vamos bem. Queria ouvi-lo, Presidente, portanto, com relação ao futuro.

V.Exa. sabe que aqui temos 5 Comissões que hoje trabalham examinando as consequências da crise econômica; não perdemos mais tempo com diagnóstico. Hoje, houve uma Comissão Geral, com as presenças do Ministro Reis Veloso, do Dr. Jorge Gerdau, do Ministro Roberto Rodrigues e de diversas lideranças do País dando suas contribuições ao debate. Inclusive, V.Exa. já confirmou a presença, ao que agradeço, e voltará a esta Casa para debatermos especificamente esse tema.

Mas quero aproveitar certo espaço de tempo para debatermos sobre que tipo de áreas de colaboração pode haver entre Câmara e Banco Central e entre Senado e Banco Central, para que, na próxima reunião, se V.Exa. achar conveniente, iniciarmos algum tipo de processo colaborativo com vistas a algum trabalho comum que possa reforçar ainda mais a parceria que há hoje entre Governo, Legislativo e, por que não dizer, Judiciário, que, creio, também está fazendo aquilo que é importante para o Brasil.

Dessas áreas de colaboração, por exemplo, a questão do *spread*. Não gosto da palavra *spread*. Nada contra os americanos, mas prefiro a palavra *margem*; fica mais fácil para quem observa e acompanha a discussão. Entre os principais componentes do que chamo de *margem*, e o mercado chama de *spread*, estão a

inadimplência; o segundo me parece ser a carga fiscal, impostos componentes da operação; e naturalmente também a margem dos bancos ou o lucro da instituição financeira. São os 3 principais componentes.

Já estamos examinando quais os componentes dessa inadimplência. O que se entende por inadimplência evidentemente é uma leitura técnica, por trás da qual há um hábito, uma realidade econômica que o País apresenta. Portanto, talvez essa fosse uma área de colaboração.

Outra área de colaboração, Presidente, tem a ver com o novo momento. A sociedade brasileira terá de aprender a viver com juros menores, porque isso faz parte da maturidade econômica em que nos encontramos enquanto economia. Isso trouxe um debate muito acalorado, há 2 semanas, por conta da mudança ou da pretensa mudança que o Governo faria na caderneta de poupança ou na remuneração da caderneta de poupança. Também realizamos um intenso debate, que agora foi ao Senado, referente ao cadastro positivo.

Gostaria de ouvir, portanto, os comentários de V.Exa., primeiro, com relação às possíveis áreas de colaboração imediatas, quando podemos, trabalhando juntos, garantir que a próxima reunião será tão boa quanto esta. Segundo, se V.Exa. quiser comentar sobre a questão da caderneta de poupança e a do cadastro positivo. Em terceiro lugar, os chineses estão abrindo um banco em São Paulo; a autoridade econômica ou monetária autorizará, ou já autorizou, a abertura desse banco. A China passa a ser nosso principal parceiro econômico, e o Presidente Lula acaba de voltar de lá.

Então, dentro do possível e sabendo que o Brasil e o trabalho do Banco Central brasileiro é reconhecido no grupo do G-20 e no grupo dos Presidentes de Bancos Centrais, gostaria de conhecer sua avaliação, o significado ou qual pode ser o significado dessa presença chinesa mais oficial, por que não dizer, em território brasileiro, e, nessa discussão referente a uma terceira moeda ou um terceiro caminho, que pode ser reserva de valor entre as economias, se essa questão deve ocupar, de alguma maneira, os esforços e as tensões da Câmara e do Senado com relação ao que pode vir pela frente.

Vejo que V.Exa. veio acompanhado da sua equipe, que, pelo menos no que diz respeito ao meu mandato sou membro da Comissão de Finanças, tem sido muito diligente e atenta. Então, cumprimento sua equipe pelas informações que, pelo menos a mim, já puderam prestar.

Obrigado, Presidente Meirelles. Obrigado, Presidente Almeida Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Jilmar Tatto.

**O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO** – Caro Presidente, Senador Almeida Lima, Sr. Ministro Henrique Meirelles, demais membros da Mesa, primeiro, quero cumprimentar toda a equipe do Banco Central pela maneira que tem conduzido aquilo que V.Exa. chama de fundamentos macroeconômicos do Brasil, que são de sua competência. A forma competente com que tem gerenciado e monitorado, permite, inclusive, que o Governo brasileiro possa investir de forma bastante segura na área social, na infraestrutura e na produção.

Na área social, todos conhecemos o investimento, principalmente, no Bolsa-Família e agora no Minha Casa, Minha vida.

Na área da produção, toda a desoneração por parte do Governo nos setores produtivos, principalmente agora, como foi comentado o setor automobilístico. E também na infraestrutura o programa do PAC.

Então, esses fundamentos e essa ingerência do Governo Federal de fazer com que o Estado possa também ser o indutor da produção e o indutor do crescimento. Isso é importante, é um detalhe do monitoramento feito pelo Banco Central.

O sucesso do Brasil tem a ver com essa política. Considero isso importante. Quer dizer, não é secundário o fato de nós termos, num momento de crise, um Governo que levanta a cabeça e diz o seguinte: *“Nós vamos enfrentar a crise, apostando na produção, apostando no emprego, apostando na distribuição de renda, para que tenhamos emprego e possa a população ter consumo”*. A meu ver, isso é o mais importante que nós temos hoje no Brasil.

Eu tenho aqui várias perguntas que já foram respondidas. Mas tenho uma pergunta sobre *spread*. É inadmissível que o Banco Central tenha disponibilizado o compulsório de 100 bilhões e, de repente, não tenha ocorrido a diminuição de *spread*. Aliás, dizem inclusive que o Presidente do Banco do Brasil caiu em função disso, porque não adotou uma política arrojada de diminuição de *spread*. Essa questão, Sr. Henrique Meirelles, se V.Exa. me permitir, o Banco Central tem de trabalhar com carinho, porque é um elemento que pode virar um câncer hoje no País. É inadmissível que, no momento de crise, eles não abaxem o *spread* bancário para que a população possa consumir mais.

Outra questão, se V.Exa. puder responder, é sobre a poupança, um assunto delicado hoje no Brasil. O Executivo enviou para cá uma medida provisória que preserva 99% dos poupadores, com a preocupação em relação aos especuladores. Pergunto: o Banco Central tem controle ou existe mecanismo para fazer com que esses especuladores entrem na Conta Poupança simplesmente para obter lucro imediato e, de uma hora para outra, eles vão embora? Existe um mecanismo

do Banco Central que alerte o Governo, o Executivo e o Ministério do Planejamento, para que o Brasil não sofra as consequências em relação à credibilidade da poupança?

A outra pergunta está relacionada com as nossas reservas. Até quando nós podemos usar as nossas reservas para investir na infraestrutura? Quer dizer, 205 bilhões agora. Será que nós não poderíamos pegar parte desse dinheiro e investir em infraestrutura, principalmente no momento de crise?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima)

– Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy. S.Exa. dispõe de 5 minutos para as indagações.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente Almeida Lima, prezado Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em primeiro lugar, gostaria de perguntar a respeito da evolução positiva que tem ocorrido com os resultados da política de metas.

Observo no gráfico de V.Exa. que tem havido um comportamento mais e mais próximo, conforme ressaltou, da meta estabelecida da ordem de 4%. E está prevista, para junho próximo, a nova definição para os 3 anos seguintes, não é isso? Portanto, levando em conta esse resultado positivo, sabendo muito bem do quanto V.Exa. acredita que o objetivo do Banco Central centrado na meta de estabilização de preços como a principal, mas levando em conta também que outros países têm a sua autoridade monetária que leva em conta tanto a política de metas de inflação quanto o objetivo de diminuir a taxa de desemprego e de crescimento, consideraria o Banco Central que esses outros objetivos possam também ser considerados, ainda que colocando como central a política de metas de inflação?

Eu já fiz uma sugestão em ocasião anterior a V.Exa. e gostaria de reiterar, porque uma evolução positiva da política macroeconômica e política social do Governo do Presidente Lula e das autoridades econômicas e monetárias, desde o início de 2003, tem sido ano a ano a diminuição do coeficiente de desigualdade. Como V.Exa., nas suas exposições, coleta tão bem as informações da economia, sugiro que acrescente o Coeficiente Gini em 2002, 2003 etc. E V.Exa. poderá, como tem sido ressaltado por muitos – ainda nesta semana no Fórum Nacional, no Rio de Janeiro e no BNDES – economistas internacionais que, diferentemente de outros países, o Brasil foi aquele que, nestes anos recentes, conseguiu uma diminuição bastante significativa, passando de 0,59 para 0,55, próximo de 0,54 no Coeficiente Gini. A minha sugestão é no sentido de que isso esteja contido nas suas exposições.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima)

– Com a palavra o nobre Deputado Carlos Willian. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado João Oliveira.

**O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA** – Sr. Ministro, quero ser breve, pois são apenas 2 perguntas. O Governo tributando o rendimento da poupança acima de 50 mil reais, resolve a questão da poupança? Qual o limite mínimo tolerável para a taxa de juros?

Com a criação de um teto para poupadores isentos de Imposto de Renda, não seria, por parte do Governo, uma ajuda aos bancos e prejuízo aos poupadores, uma vez que os fundos de investimentos concentram os recursos para empréstimos bancários? Essa é a nossa pergunta, Sr. Ministro. Alguma dúvida?

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Sim, eu tenho uma dúvida em relação à segunda pergunta. Se entendi bem, a isenção dada ao aplicador de outros produtos que não a poupança beneficiaria os bancos. Queria entender exatamente isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA** – Com a criação de um teto para poupadores isentos de Imposto de Renda, não seria, por parte do Governo, uma ajuda aos bancos e prejuízo aos poupadores?

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – V.Exa. está falando de uma possível taxação de grandes poupanças no ano que vem ou da não-taxação de outros investimentos este ano? A qual das 2 V.Exa. se refere? Só para eu entender.

**O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA** – À não-taxação deste ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima)

– Com a palavra o nobre Deputado Jerônimo Reis. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** – Sr. Presidente, eu cheguei um pouco tarde porque estava em outra audiência. E, quando cheguei, o Ministro já havia feito a sua dissertação. Todavia, eu não me inscrevi, mas o Deputado Jerônimo Reis teve de se ausentar e deixou um papel aqui para que eu pudesse fazer as perguntas. Sou o Deputado Osório Adriano.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Fique à vontade.

**O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO** – Sr. Ministro, a poupança sempre foi um mecanismo mais simples de ser entendido, pois se destina sobretudo mais simples de ser entendido, pois se destina sobretudo aos pequenos poupadores. O cálculo da poupança, Sr. Ministro, é reconhecidamente difícil de entender, devido à relação da variação da Taxa SELIC com a inflação e outros determinantes. Quais os parâmetros que o Governo adotará para controlar o



equilíbrio, os efeitos da SELIC e a atratividade da poupança? Essa é a primeira pergunta.

Sr. Ministro, a queda da taxa de juros não seria um instrumento, ao lado da compra de dólares, para compor as reservas internacionais e diminuir a tendência de desvalorização da moeda norte-americana? Qual o limite máximo para a composição de reservas internacionais?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Senador Roberto Cavalcanti. *(Pausa.)*

Deputado Leandro Vilela. *(Pausa.)*

Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio.

**O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO** – Sr. Presidente Almeida Lima, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Srs. Diretores, caros amigos e colegas Parlamentares, a respeito da taxa de câmbio, Presidente Meirelles, quando vemos aqui o real valorizado em relação ao dólar, o euro valorizando-se em relação ao dólar, o real desvalorizando-se em relação ao euro, V.Exa. mostra, ao menos nesse período, que houve um processo muito mais de desvalorização do dólar no mercado mundial do que a valorização do real no mercado interno financeiro.

Isso me fez lembrar de um projeto de lei recentemente aprovado nesta Casa, do qual fui Relator, por meio do qual foi instituído, autorizado por esta Casa Legislativa, o sistema bilateral de troca de moedas entre Brasil e Argentina, que permite a compensação diária das operações entre os 2 Países. Pergunto se não seria esse um instrumento adequado a ser ampliado, na sua abrangência, para as trocas comerciais do Brasil com outros países do mundo, a fim de fugirmos dessa questão específica do dólar e dessa tendência que, parece-me, vem se configurando como uma tendência de longo prazo de desvalorização da moeda americana, em detrimento do nosso interesse enquanto País?

De outro lado, temos a notícia de que infelizmente, por razões que eu não conheço, esse sistema que já foi instituído, talvez pela sua complexidade ou pelo início da sua operação, ainda não foi adotado de forma significativa no comércio entre os países. V.Exa. teria uma previsão de que se isso poderá ser agilizado? Ou se realmente são dificuldades de longo prazo e mais estruturais que eu particularmente desconheço? V.Exa. entende que esse realmente é um instrumento importante para sairmos dessa ligação tão forte com o dólar?

Aproveito a oportunidade para fazer uma referência rápida ao projeto de lei, a que o Deputado Júlio se referiu, que V.Exa. respondeu de forma previsível, já que a sua posição recomenda um certo distanciamento das questões que ainda estão em debate nesta Casa, mas dizer do nosso reconhecimento dos esforços e das realizações importantes do Banco Central, em particular, e do Governo, em geral, no sentido de reduzir o *spread*, atingindo fatores determinantes para ele. V.Exa. fez referência a todos eles e não vou repeti-los; apenas quero ressaltar que o projeto de lei em referência procura especificamente estimular a competição. Esse é o objetivo do projeto; não é um projeto de fixação de tetos, de engessamento do *spread*, mas visa a estabelecer mecanismos que estimulam a competição bancária em direção a um *spread* mais baixo.

Esse é o objetivo do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Tem a palavra o último orador inscrito, Deputado Otávio Leite, sergipano e Parlamentar pelo Rio de Janeiro

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sergipano com muito orgulho e Deputado pelo Rio de Janeiro com muita honra. Sr. Presidente, Senador Almeida Lima, Presidente Silvio Torres, Sr. Presidente do Banco Central, sem querer tomar muito tempo, há uma bandeira que há muito abraço e que merece uma reflexão do Banco Central.

Introduzo o que quero dizer lembrando um verso de que gosto muito, do poeta Gil. Ele disse a certa altura que é sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar. Acho isso formidável. Isso nos traz algumas reflexões em circunstâncias em que não visualizamos por completo a questão.

Isso se aplica aos indicadores econômicos do Banco Central extraídos hoje, porque embora a nossa balança comercial apresente superávit de 24 bilhões, por outro lado as nossas transações correntes apresentam déficit de 28 bilhões. Desde sempre, exportar será importante, ontem, hoje e amanhã. A saúde financeira de um país naturalmente se mede por sua capacidade de vender seus produtos e de incorporar mais valias ao cenário econômico interno. Portanto, não é à toa que desde sempre os governos procuram adotar políticas para fazer com que as exportações de manufaturados seja estimuladas. Agora mesmo votamos um bocado delas. Acho inclusive que em momentos de crise se faz necessário impulsionar alguns setores, para que prossigam no mercado externo e tragam divisas para o Brasil nas mais valias alcançadas em função das transações comerciais.

Não obstante essa óbvia afirmação, há nesse contexto um setor muito esquecido e ao mesmo tem-

po relevante. Embora se fale sobre ele, pouco se age sobre ele. Quero dizer sobre um componente dessas transações correntes, a intitulada conta turismo. Os números mais recentes indicavam, antes de o epicentro da crise ter eclodido, segundo dados do Banco Central, que os brasileiros deixaram no exterior, nas viagens internacionais, 10 bilhões. Por outro lado, os estrangeiros deixaram nesse mesmo período, no Brasil, 5 bilhões. Nesse déficit de transação corrente temos uma contribuição da conta turismo da ordem de 5 bilhões, o que é significativo.

Os dados de hoje, dado o refluxo do movimento das viagens internacionais, também revelam um déficit de 3 bilhões, se prosseguir o diagnóstico de janeiro a abril.

Fala-se que um momento de crise é também um momento de oportunidade, de criatividade – hoje houve uma Comissão Geral nesta Casa para apresentar propostas – , e há uma proposta, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer a V.Exa., para saber sua reflexão. Se, por um lado, oferecemos a “n” setores da indústria brasileira condições favoráveis para prosseguirem disputando mercado exterior, através de desonerações, por que não se toma iniciativa a fim de desonerar todos aqueles agentes econômicos que de alguma forma trazem turistas para o Brasil, que trazem pessoas para visitar o Brasil, seja no viés de lazer, seja para congressos, feiras e exposições, *business*? São efetivamente cidadãos do mundo que vêm ao País que consomem e deixam recursos aqui.

Um operador turístico, uma agência de turismo que traz pacotes, um organizador de eventos, um hotel que busca trazer clientela, no fundo estão produzindo para o Brasil, do ponto de vista do giro econômico, da movimentação da atividade econômica, absolutamente o mesmo efeito que o exportador de um móvel, de uma bicicleta ou de carro, porque estão trazendo recursos líquidos para a nossa economia através desse consumo.

Vimos lutando, não é de hoje, neste Parlamento, quer dizer, neste mandato – é o meu primeiro mandato -, para que se consiga introduzir na legislação brasileira, no nosso ordenamento jurídico, esse conceito de que, por um viés e por um fundamento, a retaguarda constitucional, no princípio da isonomia – porque são iguais os resultados -, haveria também de oferecer a todos os agentes econômicos do turismo receptivo, ou seja, àqueles que trazem pessoas ao País, o mesmo tratamento em linhas de crédito do BNDES, em linhas de fomento, qualquer que seja o programa, em providências tributárias facilitadoras, para que esses setores expandam suas atividades.

Queremos o desenvolvimento; não há saída sem desenvolvimento. O desenvolvimento social vem agregado, mas sem desenvolvimento econômico é tudo discurso, é blá-blá-blá, e não se chega a lugar nenhum. Eis que, de alguma maneira, postulamos a introdução dessa matéria no ordenamento jurídico. Tentamos isso várias vezes. Agora mesmo vamos votar a MP nº 460. Infelizmente, as medidas provisórias, do ponto de vista técnico-legislativo, têm-se prestado a uma salada legislativa. Assuntos mais diversos são tratados no mesmo diploma legal, isso é complexo. Oferecemos mais uma vez essa proposta. Houve uma ocasião em que apresentamos a proposta, convidamos Deputados de outros partidos, do Governo e da Oposição, para que pudesse prosperar. Na Lei Geral do Turismo a apresentamos, foi aprovada, mas o Presidente a vetou.

O Banco Central nos informa dados preciosos que consubstanciam a defesa dessa bandeira. Temos que diminuir esse déficit, e diminuir esse déficit será saudável para o Brasil. portanto, eu gostaria que V.Exa. nos ajudasse, junto ao Ministério da Fazenda, para que compreendam a importância do setor do turismo receptivo para o desenvolvimento do Brasil, para as contas nacionais e para combater esse perverso déficit nas transações correntes.

Se me fiz entender, essa é a bandeira para a qual peço uma reflexão de V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Agradeço a contribuição ao nobre Deputado Otávio Leite.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para responder às indagações e logo a seguir para suas considerações finais, já que este é o último bloco de oradores inscritos.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, em relação às questões colocadas pelo Deputado Rodrigo Loures, eu gostaria de dizer que olhamos com grande confiança exatamente o relacionamento nosso com esta Casa, com a Câmara e o Senado, no enderçamento dessas questões. Nossas áreas técnicas estão à disposição, S.Exa. é sempre bem-vindo ao Banco Central, demais Parlamentares interessados, para discutirmos e apresentarmos uma colaboração técnica, não só para essas questões levantadas, mas também para as demais questões.

Em relação, por exemplo, à questão da margem, não do *spread*, na verdade, há um trabalho grande, feito pelas áreas técnicas do Governo, do BC, da Fazenda, e algumas dessas medidas já estão incorporadas atualmente na estrutura normativa, mas certamente há muito espaço ainda para o trabalho, e certamente



trabalho com o Legislativo, porque muitas dessas medidas passam por este Poder.

Uma delas, muito importante, o cadastro positivo, certamente, é algo que tem uma importância muito grande no aumento da competição. Há algumas dúvidas importantes; uma delas foi muito discutida nesta Casa, a questão da postagem e do aviso ao consumidor sobre eventual negativação, por inclusão no cadastro. Isso já foi aprovado nesta Casa. Há algumas questões complexas aí em termos de custos e benefícios, mas estamos totalmente dispostos a dar o nosso parecer.

Eu vou já me antecipar, já que S.Exa. mencionou a questão da margem. Uma das perguntas do Deputado Pedro Eugênio foi em relação ao projeto em andamento nesta Casa. O Deputado falou também sobre algo muito importante, dizendo que o projeto visa estimular a competição. E certamente o estímulo à competição bancária é uma das missões do Banco Central. O estímulo à eficiência e à competição no sistema bancário.

Estamos todos totalmente dispostos a dar o nosso parecer, desde que, evidentemente, solicitado por esta Casa. O nosso departamento especializado já está trabalhando nisso, já estamos analisando o projeto, e, certamente, solicitados formalmente pelos Parlamentares, nós daremos certamente a nossa contribuição, para que esse projeto possa de fato caminhar no sentido de aumentar a competição, como observou claramente o Deputado Pedro Eugênio. Certamente, daremos nosso parecer de como o projeto pode ser encaminhado, para aumentar a competição, e não outra coisa.

Quanto à questão da poupança, também estamos trabalhando nisso. O Governo já anunciou algumas medidas, que certamente serão enviadas no devido tempo ao Congresso Nacional. Estaremos totalmente abertos e preparados para dar toda a nossa colaboração técnica de novo a essa discussão tão importante.

Em relação ao Banco da China, ele foi autorizado e ainda não começou a operar. Evidentemente, há uma reciprocidade para banco brasileiro na China. Não há dúvida de que a China está crescendo como parceiro comercial. Para o Brasil é muito importante atualmente, por causa da exportação de *commodities*, principalmente para a China, um grande consumidor. É muito importante para o preço das *commodities*, com o que tanto se preocuparam aqui alguns Parlamentares. É muito importante realmente.

Um dado fundamental para os produtores brasileiros de *commodities* é o consumo da China. Nesse aspecto, somos parceiros naturais, de um lado, e, de outro lado, competidores naturais do produto industrializado. Competidores duros dos chineses, aliás. Mas,

de qualquer maneira, quanto à produção de *commodities*, parceiros naturais.

Então, não há dúvida de que há um interesse de ambas as partes em facilitar o comércio.

Quanto à questão da terceira moeda, há, sim, uma discussão, de que participei publicamente, em alguns fóruns de discussão na Europa, sobre qual seria a viabilidade de se criarem moedas multilaterais de reserva. É um conceito, que não é necessariamente muito fácil e muito rápido de ser implementado, mas é uma idéia interessante, positiva. É um dos mecanismos, que seriam os direitos especiais de saque do FMI. Houve uma decisão do G-20 de aumentar o volume dos direitos especiais de saque, o problema é a questão do volume. Os volumes não são necessariamente relevantes para que, de fato, se possa configurar a ideia de uma moeda reserva alternativa ao dólar. Mas, de qualquer maneira, é uma discussão interessante, é uma discussão importante, o Brasil está participando dela de uma forma muito intensa.

As declarações do Presidente Lula, em Londres, referentes à possibilidade de o Brasil inclusive participar de aporte de recursos ao FMI é muito importante. Em resumo, o Brasil hoje já tem um peso importante, é um País que tem uma presença internacional forte e já participa intensamente dessas discussões.

Passo agora às perguntas do Deputado Jilmar Tatto. Em primeiro lugar, com relação ao *spread* bancário, não há dúvida, Deputado, de que estamos tomando uma série de medidas – diversas delas já foram mencionadas e discutidas aqui – visando, em última análise, a aumentar a competição. Isso é o que fez com que o *spread* bancário caísse em diversos países do mundo.

Existem outros fatores que foram também mencionados aqui: a questão da inadimplência – para isso o cadastro positivo é muito importante –; existe a questão também de mecanismos processuais, projeto que deverá, em determinado momento, ser discutido por esta Casa, suponho; existem outras questões referentes a questões fiscais, e a questão fiscal é permanente na maior parte das perguntas e sugestões. E evidentemente a questão fiscal que se coloca no *spread* bancário, na questão do turismo e na questão do investimento tem como contrapartida o equilíbrio das contas do Estado. Em resumo, essa já é uma discussão importante, que existe, real, mas existem também certas limitações nesses aspectos.

Em relação à reforma tributária, por exemplo, que está em discussão nesta Casa, acho que é muito importante que prossiga no futuro, porque boa parte dela passa por essa via.

Em relação à questão da poupança, não há dúvida de que o mecanismo de alerta sobre a entrada na poupança ou a saída da poupança de especuladores... Pelo que entendi da sua pergunta, V.Exa. está se referindo à questão de que, de vez em quando, a poupança poderia ficar muito atraente, então os grandes especuladores entrariam etc. É evidente que sim, nós temos medidas muito acuradas e seguimos não só os depósitos em poupança, mas em todos os demais veículos de investimento, e certamente o Governo tem acesso a todos eles, seja através do Ministério da Fazenda, através do Ministério do Planejamento, da Presidência da República, todos têm acesso a esses dados rapidamente, no sentido de que é possível, sim, ter uma visão muito clara disso. E isso é algo que é monitorado claramente. Essa é a razão de toda essa discussão a respeito do assunto, a respeito do equilíbrio do sistema financeiro como um todo e dos diversos instrumentos, para que não levem a desequilíbrios perigosos.

Em relação à questão do investimento das reservas na infraestrutura, Deputado, há um ponto importante que deve ser frisado, do que é cada mecanismo. O mecanismo de reserva visa, basicamente, como o próprio nome diz, a uma reserva de liquidez, isto é, algo que o País tem para garantir suas contas externas, de maneira que não entre em crise cambial. Essa é a finalidade da reserva. Se usamos a reserva para a infraestrutura, ela não é mais reserva por definição, é outra coisa, é uma despesa primária. Então a questão é saber se o volume de reservas é adequado.

**O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO** – Isso. Qual é o volume de reserva? Porque pode ter haver 200, 300, 500. A China tem trilhões.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Tem 2 trilhões.

**O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO** – Mas no Brasil qual o volume dessa reserva? Porque chega uma hora em que não adianta ter tanta reserva que...

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Está certo. Não há dúvida de que chega uma hora em que...

**O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO** – Tem que usar o dinheiro, não é? O Brasil tem necessidades do ponto de vista de infraestrutura.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – É uma boa pergunta também, Deputado, como várias que já foram feitas.

Não há dúvida de que a relação custo/benefício das reservas é uma coisa que nós monitoramos com muito rigor. E isso tem mudado. Existiam modelos no passado do que seria o volume ideal de reserva. Esses modelos apontavam, inclusive, para números menores do que os que temos hoje.

Essa crise mostrou que esses modelos estavam errados, porque eles não levavam em conta todas as necessidades possíveis e todas as possibilidades de evasão de capital em caso de uma crise dessa magnitude. A crise mostrou que, de fato, os volumes de reservas que o Brasil tem hoje eram adequados e que volumes muito menores poderiam ter sido programados.

Em relação à reserva, não é apenas necessário olhar o que se gastou. É necessário olhar aquilo que não foi preciso gastar. Isto é, o fato de o Brasil ter uma reserva dá a segurança de que eventualmente não será necessário gastar as reservas. Primeiro ponto.

Segundo, o fato de que o Brasil anunciou que poderia atender a toda a demanda por dólares, empréstimos em dólares, das empresas exportadoras ou não exportadoras brasileiras e dos bancos brasileiros. Quando o Banco Central do Brasil anunciou: *“Estamos fazendo leilões de linhas externas usando as reservas e não temos limite para isso”*, isso foi um sinal importante de que o Brasil estava líquido, o que colaborou muito para que o Brasil e as empresas brasileiras pudessem voltar o mercado internacional, não sendo necessário usar todo aquele volume. Mas se não tivéssemos as reservas, como muitos países não têm, aí teríamos problemas.

Em resumo, a finalidade das reservas se mostrou muito mais ampla do que parecia à primeira vista. Portanto, a conclusão a que se chega hoje é de que o patamar ideal – um conceito teórico, que não se sabe exatamente qual é – é maior do que se pensava anteriormente. É uma conclusão, inclusive, muito discutida no fórum dos bancos centrais, principalmente dos países emergentes, nas reuniões internacionais.

Portanto, o que está claro é que ainda temos margem para o crescimento das reservas. Dito isso, estamos trabalhando na recomposição das reservas. Por enquanto, estamos recompondo-as, considerando que, se somássemos a posição das reservas e a posição dos mercados futuros, teríamos uma margem total maior do que a que temos hoje. Portanto, ainda temos tempo para aumentar as reservas se olharmos os 2 mecanismos conjuntamente.

Não estou dizendo que poderemos ou não voltar a ter posição no mercado futuro. O que estou dizendo é que devemos olhar os 2 mercados conjuntamente e que, portanto, existe espaço para continuar o crescimento das reservas, inclusive porque a indicação é de que, independentemente da posição que tínhamos no início, ainda temos espaço para crescer.

Basicamente, Deputado, o resultado líquido da existência das reservas é muito positivo, inclusive para a capacidade de investimento do Governo, porque isso assegurou a manutenção dos planos de risco do Bra-

sil e, portanto, dos custos de captação do Tesouro a níveis mais baixos do que alguns países que tiveram os mesmos problemas que o Brasil enfrentou no passado. Já mostrei que, no passado, as nossas taxas de juros subiram acima de 30 no custo do Tesouro em momentos de crise. Agora, não. Então, não é só a reserva – é a dívida pública cadente, é a inflação na meta, é o equilíbrio macroeconômico -, mas ela é um fator importante.

Em relação às questões do Senador Eduardo Suplicy, a sua preocupação é absolutamente legítima e importante. V.Exa. tem esse enfoque, com o qual concordamos completamente porque ele está nos índices de desigualdade social e substituição de renda. V.Exa. mencionou dados importantes, como, por exemplo, o Índice de Gini de desigualdade social, que tem melhorado recentemente no Brasil. Não há dúvida de que esse é um dado importante.

O Senador mencionou algo também da maior importância, alguns dados e indicadores sociais do Brasil. Realmente, 30 milhões de pessoas cruzaram a linha de pobreza, para baixo e para cima, nos últimos 5 anos no Brasil. Hoje a maioria da população brasileira, mais de 50%, é classe média. Tudo isso são fatores mais importantes. Não é suficiente. Precisamos continuar melhorando esse quadro. Todos concordamos com isso, e V.Exa. tem a nossa concordância absoluta nesse aspecto.

Quanto à questão de meta, existe aí uma questão objetiva, técnica, Senador. O Banco Central, no caso de política monetária, tem um instrumento, a taxa básica de juros. E a questão sobre a qual os bancos centrais se debatem, já falamos sobre isso hoje, é, com um instrumento só, sair pesquisando, a curto prazo, objetivos diferentes. Isso normalmente tem dado resultados negativos.

Então a experiência brasileira mostra que um banco central que colabora, juntamente com outros órgãos de governo e com outros agentes, para que exista o equilíbrio macroeconômico do país – e, no caso, do Brasil -, esse equilíbrio macroeconômico permite a estabilidade do valor da moeda, previsibilidade, baixa dos prêmios de risco, portanto menor custo de capital para o Governo, o Tesouro e o setor privado, tudo isso ao longo do tempo aumenta o investimento, o emprego e a renda.

A colaboração que o Banco Central pode dar para o aumento do emprego e da renda e para a diminuição da desigualdade é simplesmente não permitir a volta da desorganização financeira do País, que houve durante tantos anos. Se nós olharmos a história recente, Senador, veremos isso, quer dizer, o Brasil criou 1 milhão e meio de empregos, em média, nos últimos anos – ali

esses indicadores sociais todos que o senhor mencionou. A massa salarial cresceu durante os últimos anos cerca de 6% ao ano, real. O Governo Federal, por uma política determinada pelo Presidente Lula, mas com condições financeiras, geradas pelo aumento da arrecadação, pôde aumentar os programas sociais, instituindo diversos projetos, que colaboraram muito exatamente para esse processo.

Portanto, é exatamente essa a ideia, quer dizer, diversos órgãos de Governo trabalhando com objetivos na mesma direção, mas objetivos com instrumentos diferentes e com metas específicas diferentes, dentro do objetivo maior, que é o aumento do emprego, da renda e do crescimento do País.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Obrigado, Presidente. Eu peço licença, porque há votações no plenário do Senado. Então tenho que me ausentar.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Obrigado.

O Deputado João Oliveira. Agora, em relação à poupança. Em primeiro lugar, a pergunta objetiva do Deputado é se a questão dos 50 mil reais resolve. Não é isso?

Muito bem, as nossas avaliações, Deputado, são de que, dentro do panorama atual da economia brasileira, essa taxação, anunciada pelo Ministro da Fazenda, da poupança acima de 50 mil reais, a partir do ano que vem, certamente é algo que deve prevenir os movimentos especulativos da poupança, que preserva, de um lado, a grande maioria da população, que tem depósitos abaixo de 50 mil reais, e, por outro lado, evita movimentos especulativos dos grandes volumes, dos grandes investidores.

Pelos cálculos que fizemos, que são estatísticos, estimativos, essa é uma medida adequada, ponderada, que deve equilibrar o sistema quando for implementada – se aprovada, certamente, pelo Congresso Nacional -, no ano de 2010.

Em relação ao limite de taxa de juros – estamos falando agora para baixo -, é interessante essa discussão no Brasil. Agora as preocupações são com a queda de juros. Mas não há dúvida de que o Brasil tem toda uma estrutura, que não é só a questão de poupança, mas fundos de investimento, pensões, uma série de outras estruturas no Brasil, que partem de toda uma história de juros elevados, de alta margem de risco na economia, que demandavam juros elevados.

No momento em que a taxa de juros real na economia tem essa tendência declinante ao longo dos anos, começamos a enfrentar problemas que são resultado da estabilização e do sucesso da economia brasileira. Mas não há dúvida de que taxa de juros, como muita coisa na vida, Deputado, é aquela história: todos nós

achamos que juros altos são muito ruins na hora de pagar e uma coisa menos ruim na hora de receber, não é verdade? Então isso vale para pequenos, médios e para os grandes. Todos querem proteger a sua poupança. O pequeno poupador que trabalhada duro e bota o seu dinheiro, dependendo do instrumento, quer o melhor retorno possível. E é legítimo. E o tomador quer o melhor possível. Então esse debate é normal.

Agora, do ponto de vista do conjunto da sociedade, não há dúvida de que a queda da taxa de juros é extremamente positiva para o País, e essa queda estrutural da taxa de juros que está acontecendo no Brasil, em função da estabilização econômica do País, não há dúvida de que é resultado de novo do sucesso da política econômica.

A isenção é uma questão objetiva, quer dizer, na medida em que uma taxação dos grandes investidores na poupança só se daria caso aprovada por esta Casa no ano que vem, então temos um possível desequilíbrio este ano. E conforme o que foi anunciado pelo Ministro da Fazenda, caso esse desequilíbrio venha a se configurar, etc., certamente serão necessárias medidas este ano, e a medida escolhida seria a isenção dos demais investimentos. Essa foi a medida anunciada pelo Ministro da Fazenda, responsável pela política fiscal do País. Certamente anunciou que tratará do assunto no momento adequado, segundo uma estratégia fiscal e de equilíbrio das aplicações financeiras, no caso da poupança.

Em relação às perguntas do Deputado Eduardo Valverde...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Ah, é Deputado Otavio Leite, que foi lido por ele, está certo. Os mecanismos para controlar, pelo que entendi, eram de controle de entrada e saída de capitais.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Eu não cheguei ainda às perguntas do Deputado Otavio Leite, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Exatamente, é do Deputado Osório Adriano, que fez a pergunta em nome do Deputado Jerônimo Reis.

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Ah, está certo. A primeira pergunta, o V.Exa. poderia repetir, por favor Deputado?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Obrigado. De fato é a questão novamente da poupança. Essa pergunta foi a que acabei de responder, no

sentido de que os mecanismos são exatamente os anunciados pelo Ministro da Fazenda.

Quanto à segunda pergunta, em relação à SELIC e à taxa de câmbio, também já foi respondida. Em relação à terceira, sobre o limite máximo de reservas, também já foi respondida.

Em relação às perguntas do Deputado Pedro Eugênio, em primeiro lugar, temos a questão da ampliação do comércio em moedas locais. Esse comércio em moedas locais tem o nome de SML, Sistema de Moedas Locais. Já assinamos esse convênio e estamos implementando um trabalho longo e difícil, porque tem que haver uma integração de sistemas de câmbio entre os 2 países. Com a Argentina já está em funcionamento, estamos em processo de implementação com o Uruguai, e estamos em estudos preliminares com a China. Então é um processo longo, difícil, trabalhoso, que envolve um esforço muito grande de todo o corpo técnico do Banco Central dos 2 países em tecnologia e outras coisas, mas está avançando.

Em relação à pergunta do Deputado, por que não houve um crescimento mais rápido do sistema de moedas locais, a questão, Deputado, é de várias ordens. Primeiro, porque é um processo de fato lento. As primeiras vantagens dizem respeito a custo, portanto os exportadores menores tendem a começar primeiro.

O número é grande, os valores são pequenos. Por quê? Porque, como a primeira grande vantagem é uma questão de custo operacional, isso tem mais impacto nas exportações pequenas, de pequeno valor. Para alguém que faz uma exportação de grande valor, o custo do contrato de câmbio, de todo o procedimento burocrático, é proporcionalmente menor. As grandes empresas e os grandes exportadores tendem, num primeiro momento, a não querer modificar seus sistemas por conta de algo que, como percentual de um valor muito grande, não é relevante. Quanto aos pequenos exportadores, sim, para estes, vale a pena o trabalho de modificar todos os seus procedimentos. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é, por exemplo, a de que a maior parte das mercadorias tem valor referenciado em dólar no comércio internacional. Então fica mais fácil, as empresas importadoras e exportadoras estão acostumadas a ter uma referência em dólar. Aqui passaria a ter referência em moeda local. Então esse é um processo que tem certa lentidão para ser implementado.

Depois, há também a questão de financiamento, linhas de crédito etc. nas moedas locais para o outro país. Estamos trabalhando nesse aspecto. Com a Argentina, por exemplo, estamos trabalhando intensamente em relação a isso. Existe um grupo de trabalho



dos 2 países. Já anunciamos algumas medidas em relação a esse aspecto. Em resumo, é um processo que tem um início lento, mas que certamente será muito relevante no futuro, porque existem algumas mudanças importantes operacionais, técnicas, procedimentais. E é geométrico: quanto maior, mais haverá mercadorias que começam a ser referenciadas nas moedas locais. Portanto, é um processo que tende a crescer geometricamente no momento em que comece a pegar maior volume.

Em relação ao projeto do *spread* bancário, já mencionei um pouco do mencionado pelo Deputado, que a ideia original do projeto é aumentar a competição. Nós vamos analisar e apresentar a S.Exa. toda a nossa colaboração no sentido de que, de fato, se consiga um aumento da competição.

A última pergunta, do Deputado Otavio Leite, aí sim, é a questão da isenção do turismo.

Deputado, mencionei a mesma coisa em relação à questão da carga tributária nos empréstimos e no *spread* bancário, e é a mesma questão do turismo.

Não há dúvida de que o turismo é da maior importância, não há dúvida de que é um grande gerador de empregos. Existem exemplos abundantes nesse aspecto, principalmente em países que fizeram sucesso nisso. Não é só gerador de divisas, é um setor que, de fato, gera muito emprego.

A questão tributária, como sempre, é uma questão de possibilidades de diminuir a arrecadação pública em questão de prioridade em determinado momento. É uma discussão complexa e difícil, mas certamente vou levar sua sugestão aos órgãos tributários do País e ao Ministro da Fazenda, sua reivindicação nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – O que eu imagino – Sr. Presidente, permita-me – é também identificar, no âmbito do Banco Central, o que pode ser feito para ajudar esse setor, que tem que fazer o câmbio, que tem que se movimentar. Porque não se trata meramente de estabelecer isenções. Trata-se, primeiro, de reconhecer esse setor à luz da isonomia, como também fundamental para a atração de divisas, para a nossa balança, para as nossas transações correntes. Mas, dentro do Banco Central, como podemos pensar também um mecanismo facilitador?

**O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES** – Nós estamos, Deputado, trabalhando muito na questão da modernização do sistema de câmbio do País, no modelo. Muita coisa tem sido feita e muita coisa ainda resta a ser feita. Estamos trabalhando intensamente nisso. Temos uma diretoria dedicada exclusivamente a isso, quase exclusivamente a isso. E eu lhe asseguro que

consideramos isso alta prioridade. Várias medidas foram tomadas nesse sentido, em termos de facilitação de pagamentos, etc.

Existem questões mais complexas. Vou citar um exemplo. Hoje é uma coisa nova no Brasil, mas, na extensão do que está acontecendo, europeus, principalmente aposentados, donos de propriedades de férias no Nordeste começam a ter problemas para pagar a conta. O cidadão mora na Europa, tem um apartamento numa praia do Nordeste, tem conta de luz, de água, etc. Ele tem uma conta de não-residente no Brasil, que tem certa complexidade, por causa das leis internacionais de lavagem de dinheiro. Então, existe um trabalho intenso no sentido de operacionalizar esse mecanismo para que esse cidadão seja incentivado, de fato, a manter as suas despesas no Brasil, mas, ao mesmo tempo, que se mantenham todos os controles de lavagem de dinheiro, origem de recursos, etc. Em resumo, estamos trabalhando intensamente nisso. Tenha a certeza de que nós concordamos com V.Exa. no que diz respeito à importância do turismo para o País.

Bom, passo às minhas considerações finais. Como sempre, acho que foi um momento muito importante estar aqui no Congresso Nacional, tendo a oportunidade de prestar esclarecimentos sobre alguns aspectos da maior importância para o Brasil.

A mensagem final é de que esta crise internacional de fato é uma crise da maior gravidade, como os números mostram. Ela atingiu o mundo todo, inclusive o Brasil, com intensidade muito forte no final do ano passado. O Brasil mostra indicadores de que sairá dessa crise mais rápido do que a média dos países. Nós sairemos mais fortes dessa crise, porque o equilíbrio financeiro do País está sendo mantido. O Brasil é um dos poucos países que não está criando desequilíbrios macroeconômicos para tentar sair da crise mais rápido. Estamos mantendo o equilíbrio macroeconômico, isso é muito importante. Principalmente, temos espaço para crescer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Agradeço, em nome dos membros da Comissão Mista de Orçamento e de todas as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de forma expressa ao Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, agradeço ao Presidente Henrique Meirelles e a toda a sua equipe técnica a presença na tarde e noite de hoje.

Declaro encerrada, portanto, a presente reunião.



**Ata da Segunda Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Realizada nos dias 28 de maio, 2 e 3 de junho de 2009.**

Aos vinte e oito dias do mês de maio e aos dois e três dias do mês de junho, do ano de dois mil e nove, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nº 9, 10 e 11. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Antônio Andrade, Bruno Rodrigues, Carlos Melles, Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Dado, João Leão, José Fernando Aparecido de Oliveira, Laurez Moreira, Magela, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa, Narcio Rodrigues, Osmar Júnior, Otavio Leite, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Rose de Freitas e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Almeida Lima, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Efraim Moraes, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, João Vicente Claudino, José Nery e Leomar Quintanilha; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Assis do Couto, Edson Aparecido, Eudes Xavier, Eunício Oliveira, Gonzaga Patriota, João Magalhães, José Aírton Cirilo, Leandro Vilela, Leo Alcântara, Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Ricardo Barros, Rodrigo de Castro, Rubens Otoni, Valtenir Pereira, Vital do Rêgo Filho, Vitor Penido, Walter Ihoshi e Wellington Roberto; – **Senadores suplentes:** Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Rosalba Ciarlini e Sérgio Zambiasi. Registrou-se a presença de parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Gilmar Machado e Wilson Covatti. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Francisco Rodrigues e José Chaves; – **Senador:** Cristovam Buarque. **ABERTURA:** às dez horas e trinta minutos do dia 28 de maio, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Almeida Lima. **ORDEM DO DIA:** o Presidente informou que havia *quorum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. O Senador Efraim Moraes informou que havia consenso para apreciar os itens 3, 4, 6, 9, 10, 11 e 12 da Pauta nº 9 e propôs que a apreciação dos demais se desse na continuidade da reunião a ser realizada na semana subsequente. O Deputado Márcio França propôs a apreciação do item 7, porém não houve acordo. A se-

guir, o Presidente anunciou que somente seriam apreciadas as matérias consensuais. **Pauta nº 9.** Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: **3 – Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Foram apresentadas 143 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1, 2, 22, 29, 49, 59, 61, 69, 85, 87, 92 a 94, 99 e 110 e pela rejeição das demais. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Leandro Vilela como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do *art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas nºs 1, 2, 22, 29, 49, 59, 61, 69, 85, 87, 92 a 94, 99 e 110, sugeridas pelo relator. O Presidente informou que na 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de junho, o Relatório havia sido **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados. Tendo em vista o pedido de verificação de votação na representação do Senado Federal, não houve *quorum* para deliberação nessa Casa. A seguir, o Presidente concluiu o processo de votação na representação do Senado Federal, que foi **aprovado** por unanimidade. **4 – Projeto de Lei nº 5/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o fim que especifica”. Relator: Deputado Francisco Rodrigues. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Ausente o Relator, foi designado o Deputado João Leão como relator *ad hoc*. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6 – Projeto de Lei nº 10/2009-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais), para os fins que especifica”. Relatora: Deputada Rose de Freitas. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda 1 e pela rejeição da emenda 2. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Pedro Novais como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no §2º do *Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou *inadmitida* a emenda

de nº 1, sugerida pelo relator. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Senador Marcelo Crivella questionou a apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 6/2009-CN, item 5 da pauta. O Deputado Gilmar Machado, representante da Liderança do Governo no Congresso Nacional na Comissão, informou que o acordo seria para apreciá-lo na reunião seguinte. O Deputado Otávio Leite propôs que fosse encaminhado à Infraero solicitação de informações adicionais sobre a matéria. O Presidente respondeu que a solicitação deveria ser formalizada através de requerimento. **9 – Aviso nº 1/2009-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 62, de 2009 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram relativo à recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA), no Estado do Maranhão, TC Nº 014.936/2007-1”. Relator: Senador Roberto Cavalcanti. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009), o programa de trabalho orçamentário 26.784.1457.1K26.0021 – Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (Ma) – no Estado do Maranhão, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Por solicitação do relator, a matéria foi **retirada** de pauta. **10 – Aviso nº 12/2009-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 581, de 2009 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo à Auditoria em Obras de Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins, no Estado de Tocantins, TC Nº 007.059/2007-7”. Relator: Deputado Ricardo Barros. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009), do projeto 20.607.0379.5932.0017 – Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 HA no Estado de Tocantins – no Estado de Tocantins – (PAC), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Foi designada a Deputada Gorete Pereira como relatora *ad hoc* em função da ausência do relator. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **11 – Aviso nº 14/2009-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 715, de 2009, TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo à fiscalização realizada nas obras de adequação do trecho rodoviário da BR-101, em Pernambuco, TC 007.535/2008-0”. Relatora: Deputada Gorete Pereira. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Contrato TT-254/2006-00, Programa de Trabalho

26.782.1459.7435.0026, Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PB/PE – Divisa PE/AL – na BR-101 – no Estado de Pernambuco, do Anexo VI da lei orçamentária para o exercício de 2009, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. A relatora apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **12 – Aviso nº 35/2008-SF**, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.173/2008, proferido nos autos do processo TC 004.844/2007, sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dedicada a analisar a abertura de créditos extraordinários por medida provisória, nos termos do disposto nos artigos 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006”. Relator: Senador João Vicente Claudino. Voto: pelo arquivamento da matéria. Foi designado o Deputado José Nery como relator *ad hoc* em função da ausência do relator. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Senador Jayme Campos fez uso da palavra para tecer considerações acerca do teor do Requerimento nº 5/2009-CMO, que requer “a realização de audiência pública para discutir os reflexos das fiscalizações efetuadas pelo TCU nas obras e serviços com indícios de irregularidades graves na elevação dos custos desses projetos, nos atrasos na execução das obras públicas e como essas questões afetam o “Custo Brasil”. O Deputado Otávio Leite mencionou matéria veiculada no Jornal *O Globo* sobre o Aeroporto Santos Dumont, ao tempo em que falou da importância da presença dos Presidentes da Infraero na Comissão para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Às onze horas e quatro minutos, o 2º Vice-Presidente, Senador Jayme Campos, assumiu a direção dos trabalhos. Antes de suspender os trabalhos, fizeram uso da palavra o Deputado João Dado, que falou sobre o Relatório ao Projeto de Lei nº 12/2009-CN, e, ainda, o Deputado Jilmar Tatto. Às onze horas e nove minutos, a reunião foi suspensa e convocada a continuação para o dia dois de junho, às quatorze horas e trinta minutos. Às quinze horas e três minutos do dia dois do mês de junho do mesmo ano, o Presidente reabriu os trabalhos. Em seguida, informou que em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão ficou acordada a apreciação das Pautas 10 e 11. O Deputado Otávio Leite solicitou a inclusão na pauta do Requerimento nº 6/2009-CMO, que requer informações acerca do detalhamento da execução orçamentária no

âmbito da Infraero, de sua autoria. O Deputado Nárccio Rodrigues solicitou manifestação do Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Gilmar Machado, sobre o compromisso do governo em apoiar a inclusão na pauta do Requerimento nº 8/2009-CMO, de sua autoria. Segundo o Deputado Gilmar Machado, o acordo é para a apreciação apenas do Relatório à Medida Provisória nº 463/2009-CN e do Relatório Preliminar apresentado com emendas ao PLDO para 2010. Em seguida, o Deputado Pedro Novais solicitou ao Presidente a leitura, para conhecimento, do Requerimento nº 6/2009-CMO, de autoria do Deputado Otávio Leite. Após a leitura, o Presidente informou que não havia acordo para apreciação de Relatório a projeto de lei de crédito adicional. O Senador Efraim Morais solicitou a retirada de pauta do Relatório ao Projeto de Lei nº 12/2009-CN e informou que havia consenso para apreciação do Requerimento nº 6/2009-CMO. A seguir, o Presidente colocou em votação o requerimento de inclusão na pauta do Requerimento nº 6/2009-CMO, de autoria do Deputado Otávio Leite. Não houve debate. Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Requerimento nº 06/2009-CMO**, que requer informações acerca do detalhamento da execução orçamentária no âmbito da Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, relativa às dotações em prol do Aeroporto Santos Dumont no Estado do Rio de Janeiro. Autor: Deputado Otávio Leite. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Senador Augusto Botelho apresentou requerimento de inversão de pauta para apreciação do Relatório à Medida Provisória nº 463/2009-CN. Em votação, o requerimento de inversão de pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às quinze horas e vinte e um minutos, o Deputado Bruno Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente, assumiu a direção dos trabalhos. **Pauta nº 11.** Item 1 – Apreciação do Relatório apresentado a **Medida Provisória nº 463/2009-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.217.677.730,00 (um bilhão, duzentos e dezessete milhões, seiscentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Augusto Botelho. Foram apresentadas 131 emendas. Voto: Favorável à medida provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo com indicação para inadmissibilidade das emendas apresentadas. Em conformidade com o disposto no §2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008,

*ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou *inadmitidas* as emendas de nºs 1 a 131, sugeridas pelo relator. O relator apresentou o voto. Participaram do debate o Senador Roberto Cavalcanti e os Deputados Nárccio Rodrigues, Pedro Novais, Jilmar Tatto, Otávio Leite e Jerônimo Reis. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Pauta nº 10.** Item 1 – Relatório Preliminar apresentado com emendas e Errata 1 apresentados ao **Projeto de Lei nº 7/2009-CN** que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências”. Relator: Deputado Wellington Roberto. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator. O Deputado Nárccio Rodrigues solicitou explicação ao Relator da matéria e ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Gilmar Machado quanto ao acordo firmado sobre a Lei Kandir. O Relator esclareceu que a respeito do acordo seria apresentada Errata nº 02. A seguir, o Relator solicitou ao Plenário autorização para leitura do resumo do Relatório e obteve consentimento. A seguir, foram apresentados o Relatório e as Erratas 1 e 2. Em conformidade com o disposto no §2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, *ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas nºs 4 e 5, sugeridas pelo relator. Em seguida o Presidente em exercício declarou aberto o debate bem como o prazo para apresentação de destaques. Participaram do debate o Senador Efraim Morais e o Deputado Nárccio Rodrigues. Após, o Presidente encerrou o debate e o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques à matéria. Em votação, o Relatório e as Erratas nºs 1 e 2 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, foi solicitada a inclusão na pauta do Relatório ao Aviso nº 1/2009-CN, pelo relator, Senador Roberto Cavalcanti e do Requerimento nº 8/2009-CN, pelo autor, Deputado Nárccio Rodrigues. Às dezesseis horas e trinta minutos, o Presidente em exercício, suspendeu a reunião e convocou a continuação para o dia seguinte, às quatorze horas e trinta minutos. No dia três do mesmo mês, às quinze horas e um minuto, o Presidente deu continuidade à reunião e informou que o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2009-CN** não seria objeto de deliberação naquela reunião. Somente seriam apreciadas as matérias remanescentes da Pauta 9, consensualmente acordadas pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, e adiada a apreciação das demais. **Pauta nº 9** – alterada 2. Apreciação



dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: **5 – Projeto de Lei nº 6/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2009 crédito especial no valor total de R\$ 43.549.795,00 (quarenta e três milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e setecentos e noventa e cinco reais), em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, para os fins que especifica”. Relator: Senador Romero Jucá. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda 4 e pela rejeição das demais. Ausente o Relator, o Presidente designou o Senador Roberto Cavalcanti como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no §2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitida a emenda 4, sugerida pelo relator. Discutiu a matéria o Deputado Otavio Leite. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Interrompendo a apreciação das matérias, o Presidente comunicou que a Coordenação de Segurança Legislativa estava autorizada a fazer cumprir as normas para manter a ordem no recinto da reunião. A seguir, foi dada continuidade à apreciação das matérias. **7 – Projeto de Lei nº 11/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 149.299.610,00 (cento e quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e dez reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado João Leão. Foram apresentadas 29 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas 4 e 9 a 19 e pela rejeição das demais. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Pedro Novais como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no §2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de nºs 4 e 9 a 19, sugeridas pelo relator. Discutiu a matéria o Senador Roberto Cavalcanti. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Houve consenso no Plenário para votação do requerimento de inclusão na pauta para apreciar o Relatório apresentado ao Aviso nº 1/2009-CN, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti. O autor apresentou o requerimento. Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta: apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº**

**1/2009-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 62, de 2009 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram relativo à recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA), no Estado do Maranhão, TC Nº 014.936/2007-1”. Relator: Senador Roberto Cavalcanti. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009), o programa de trabalho orçamentário 26.784.1457.1K26.0021 – Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (Ma) – no Estado do Maranhão, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator apresentou o Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta, de autoria do Deputado Zé Gerardo, do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 14/2009-CN. O autor apresentou o requerimento. O Senador Efraim Morais manifestou-se favorável. O Deputado Ricardo Barros solicitou a apreciação do Requerimento nº 5/2009-CMO, de sua autoria, que “requer a realização de Audiência Pública para discutir os reflexos das fiscalizações efetuadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU nas obras e serviços com indícios de irregularidades graves na elevação dos custos desses projetos, nos atrasos na execução das obras públicas e como essas questões afetam o “Custo Brasil”. O Presidente informou que por consenso do Colegiado de Líderes o Requerimento nº 5/2009-CMO teve sua apreciação adiada. Retornando à votação, o requerimento para inclusão de pauta, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta: apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2009-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 305.000.000,00 (trezentos e cinco milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.” Relator: Deputado João Leão. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o Relatório. O Deputado Narcio Rodrigues solicitou a votação do Requerimento nº 8/2009-CMO, de sua autoria, e concordou com o adiamento para próxima reunião da votação do Requerimento nº7/2009-CMO, também de sua autoria, que “requer nos termos regimentais seja convocado o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para, no prazo de até 45 dias, prestar esclarecimentos, enviado ao Congresso Nacional, previamente à Audiência Pública, o detalhamento orçamentário do Programa Minha Casa Minha Vida”. O Deputado Gilmar Machado, representante da Liderança do Governo no Con-

gresso Nacional, foi favorável à votação do Requerimento nº 8/2009-CMO e discutiu o Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 14/2009-CN. Discutiram, ainda, a matéria o Deputado Otavio Leite e o Senador Efraim Morais. Encerrado o debate, o Relatório foi submetido à votação, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta para apreciar o **Requerimento nº 8/2009-CMO**, de autoria do Deputado Narcio Rodrigues. O autor apresentou o requerimento. Em votação, o requerimento para inclusão foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta: apreciação do **Requerimento nº 8/2009-CMO**, que solicita informações ao Ministro da Integração Nacional acerca dos municípios beneficiados pela Medida Provisória nº 463/2009-CN. (Ministro Geddel Vieira Lima). Autor: Deputado Narcio Rodrigues. O autor apresentou o Requerimento. Discutiram a matéria o Senador Efraim Morais e os Deputados João Leão e Gilmar Machado. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Gilmar Machado enfatizou a importância da instalação dos comitês permanentes da Comissão, tendo sido seguido pelo Deputado Eduardo Valverde. Tendo sido levantada discussão sobre o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 pelos Deputados Narcio Rodrigues, Pedro Novais e pelo relator, Deputado Wellington Roberto, o Presidente informou que enviaria ao Presidente do Senado Federal solicitação de alteração do prazo para ser de 9 a 18 de junho de 2009. **ENCERRAMENTO:** O Presidente, antes de encerrar, convocou reunião ordinária para o dia 17 de junho, às quatorze horas e trinta minutos, e informou sobre a realização de reunião de audiência pública, com o Secretário do Tesouro Nacional, no dia 16 de junho, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram encerrados às dezesseis horas e vinte e um minutos do dia três de junho de 2009. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Almeida Lima. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a segunda reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos

e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 9 e 10, de 2009.

Há *quorum* para deliberação nas 2 Casas do Congresso Nacional.

Ordem do Dia.

A Pauta nº 9 foi alterada.

Item 3.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4/2009-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de 6 bilhões de reais, para os fins que especifica”.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra V.Exa, nobre Senador Efraim Morais.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Eu conversei com a Liderança do Governo e chegamos a um entendimento, Sr. Presidente, no sentido de que votemos, primeiro, nesta sessão, por acordo, os Itens 3, 4, 6 e os avisos, suspendendo a reunião, com o mesmo *quorum*, até a próxima terça-feira.

Consulto o futuro Senador, Deputado Gilmar Machado, sobre essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Registrada a manifestação de V.Exa., com a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. e também ao Senador Efraim Morais, ao Deputado Narcio Rodrigues. Solicito à base do Governo, ao nosso Vice-Líder, Deputado João Leão, e aos demais membros da base que façamos esse entendimento. O nosso objetivo é votar a LDO dentro do prazo e fazer todos os entendimentos possíveis para que nós possamos votar a matéria da melhor forma possível, e também os créditos.

Então, nós concordamos com a proposta apresentada pelo Senador Efraim Morais, pelo Deputado Narcio Rodrigues, pela Oposição e pedimos à base que nos...

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA** – Mas quais seriam os itens?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Os Itens 3, 4, 6 e os avisos para liberação das obras. E também que seja mantido o *quorum* para que, na próxima terça-feira, nós possamos concluir a votação da LDO e também dos demais créditos. Não haverá outra sessão do Congresso Nacional antes de terça-feira. Então, os créditos podem ficar para depois. Esse é o apelo que faço.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA** – Sr. Presidente, o Deputado João Leão já relatou o Item nº 7,



do Ministério da Ciência e Tecnologia, não é? Existe algum impedimento em pautá-lo outra vez?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Nós vamos votá-lo na próxima terça-feira.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA** – Por que não hoje?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não haverá sessão do Congresso Nacional antes da semana que vem. É para que possamos fazer esse entendimento. Nós nos comprometemos a votá-lo na terça-feira. Ele estará na primeira sessão do Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA** – Senador Efraim Morais, V.Exa. não aceitaria a inclusão do Item 7, do Ministério da Ciência e Tecnologia? É porque os fundos estão com grave problema de dotações.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – É que o Item 7 passará a ser o primeiro da pauta de terça-feira. Como explicou o Deputado Gilmar Machado, não há nenhuma alteração, até porque nós não temos reunião do Congresso Nacional. De minha parte, eu acho que, mantido esse entendimento, será tudo facilitado na próxima terça-feira, até por uma questão de *quorum*. Não haverá nenhuma alteração, Deputado João Leão, se votarmos hoje ou na terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Deputado Márcio França...

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Agradeço a V.Exa. a compreensão e a experiência.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um adendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Essa é uma manifestação de boa vontade da parte da Oposição. O Líder Gilmar Machado e o Deputado João Leão sabem disso. Mas eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que, dentro desse acordo, nós vamos tentar, até terça-feira, equacionar pendências que facilitem a tramitação, especialmente, da LDO. Uma delas, volto a insistir, diz respeito ao resgate do compromisso da Lei Kandir com os Estados exportadores e também com a inclusão da questão dessa lei no parecer preliminar da LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A Mesa registra a boa vontade de V.Exas., sobretudo da Oposição. Só me resta acatar a propositura de acordo, alterando, portanto, a pauta.

O Item 3 diz respeito à apresentação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de 6 bilhões de reais para os fins que especifica.

Na reunião anterior, o relatório foi aprovado na representação da Câmara dos Deputados e, por falta de quorum, deixou de ser votado na representação do Senado Federal.

Continuemos portanto, nesta sessão, a votação do relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Item 4.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 5/2009-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de 25 milhões de reais, para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Francisco Rodrigues.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

Tem a palavra o Relator para apresentação do relatório. (*Pausa.*)

Estando ausente o Relator, nomeio o nobre Deputado João Leão com Relator *ad hoc*, a quem solicito que faça a leitura do relatório. Tem S.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Relatório do Sr. Deputado Francisco Rodrigues, da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos, sobre o Projeto de Lei nº 5, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de 25 milhões de reais...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Peço silêncio por gentileza.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – ...para os fins que especifica.

“Voto do Relator.

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação da nova programação não prevista na lei orçamentária em vigor, Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 5, de 2009, na forma proposta”.

Sala das sessões, no dia de hoje.

Relato do Deputado Francisco Rodrigues, averbado pelo Deputado João Leão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Item 6.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10/2009-CN, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de 42 milhões de reais, para os fins que especifica”.

Relatora: Deputada Rose de Freitas.

Foram apresentadas 2 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2.

Estando ausente a Relatora, nomeio o nobre Deputado Pedro Novais como Relator *ad hoc*, a quem peço a gentileza de relatar o projeto. Concedo a palavra a S.Exa.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, “do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir nova unidade orçamentária com as respectivas programações na Lei Orçamentária vigente. (...)”

Quanto à Emenda nº 00002, apresentada ao Projeto de Lei nº 10...”

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Peço silêncio, por gentileza, para a continuidade dos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – “...de 2009, em que pese o mérito de sua iniciativa, assim decidimos rejeitá-la no mérito, considerando que o acréscimo e o cancelamento propostos são idênticos ou objetos da mesma programação contida no Programa de Trabalho nº 19.572.1388.6432.0001 o que certamente inviabiliza a execução do crédito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Solicito ao nobre Deputado Pedro Novais que suspenda a leitura, por gentileza, até que possamos restabelecer a ordem na reunião. Não há condições de continuidade dos trabalhos com esse clima.

Peço a atenção de V.Exas, por ser inadequada uma postura diferente da Presidência. Eu não gostava

de tomar essa atitude, tendo em vista que é constrangedora.

Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Ademais, considero que o acatamento do pleito ensejaria redução significativa do projeto, com evidente prejuízo à ação contida no Programa de Trabalho do anexo do projeto, vez que o CEITEC tem sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, conforme Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008, e Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008, e ainda nos argumentos apresentados na Exposição de Motivos nº 00051/2009-MP, datada de 8 de abril de 2009 (...).

De outro modo, indico a Emenda nº 1 ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, para que seja declarada inadmitida, uma vez que propõe nova programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito (...).

Desse modo, considerando que o projeto de crédito especial em exame não colide com as disposições legais relativas à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 10, de 2009-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

São o relatório e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 1, sugerida pela Relatora, inicialmente, e agora pelo Relator *ad hoc*.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal...

**O SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA** – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para tirar uma dúvida.

Presidente, os recursos para o Galeão estão contemplados?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Nobre Senador Marcelo Crivella, esse é o Projeto de Lei nº 10, de 2009, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia... Não se trata do Ministério da Defesa. Salvo engano, foi o item anterior.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Senador Marcelo Crivella, o crédito referente à INFRAERO, no qual o Galeão está incluído, será votado na próxima terça-feira, por entendimento.

**O SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA** – Então, não estamos votando hoje porque houve acordo?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Exatamente.

**O SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA** – Mas votaremos na terça-feira?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Na terça-feira.

**O SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA** – Presidente, muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, permita-me, pela ordem, falar sobre o mesmo assunto?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Inclusive, invoco um pouco o esforço de V.Exa. e dos Deputados, sobretudo do eminente representante da Liderança do Governo, Deputado Gilmar Machado, quanto à matéria abordada pelo Senador Marcelo Crivella. Sim, na terça-feira votaremos a do Galeão.

Solicito a esta Presidência que requeira à INFRAERO que traga, na próxima terça-feira, informações adicionais sobre o que está hoje nas páginas do jornal *O Globo*, em relação às obras de recuperação da pista principal do Aeroporto Santos Dumont, que não foram iniciadas.

Como se sabe, tem havido uma transferência muito grande de voos do Galeão para o Santos Dumont. A matéria revela um conjunto de preocupações expressadas pelos pilotos, em função do desgaste acumulado pela situação em que a pista se encontra.

Nós estamos falando de infraestrutura aeroportuária, e no terminal do Rio de Janeiro só há estas 2 opções para a aviação civil: ou o nosso Tom Jobim ou o Santos Dumont. Esse é um fato relevante. Solicito, se possível, que o assunto seja aduzido na terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Gostaria de informar ao Plenário que nós estamos em processo de votação, e não se trata dessa matéria, mas de um outro item.

Sugiro a V.Exa, Deputado Otavio Leite, que apresente requerimento nesse sentido. Teremos o enorme prazer de encaminhá-lo ao Relator da matéria, Senador Romero Jucá.

Portanto, vamos dar continuidade à votação.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada por unanimidade.

Item 9.

Aviso nº 1/2009-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 62, de 2009, do Tribunal de Contas da União (Plenário), bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, relativo à recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão.

Essa solicitação foi deferida na sessão anterior pelo próprio Relator, Senador Roberto Cavalcanti. Eu a havia deferido.

Por equívoco, esse aviso está nesta pauta. A Presidência retira-o, exatamente para atender à solicitação que lhe foi formulada. Posteriormente, nós o incluiremos na pauta.

Item 10.

Aviso nº 12/2009-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 581, de 2009, do TCU (Plenário), bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, relativo à Auditoria em Obras de Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins, no Estado do Tocantins TC nº 007.059/2007-7.

Relator: Deputado Ricardo Barros.

Não estando presente, fazemos a indicação da Deputada Gorete Pereira, que é do mesmo partido, como Relatora *ad hoc*.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009), do Projeto nº 20.607.0379.5932.0017 implantação do Perímetro de Irrigação Propertins, com 20 mil hectares, no Estado do Tocantins (PAC), nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

A Relatora *ad hoc* está com a palavra para a apresentação do relatório.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, vou direto ao voto.

O projeto de Implementação do Perímetro de Irrigação de Propertins, ora em exame, está incluído no Anexo VI da Lei nº 11.897, de 2008 (LOA/2009), em razão da existência de indícios de irregularidades graves apontadas nos Contratos nºs 43/2006, 300/2002, 62/2004, e nos Convênios nºs 416584 e 560913, que alimentavam esses contratos, conforme o acórdão.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

tome conhecimento do Aviso nº 12, de 2009-CN, e das peças que o acompanham;

exclua do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009), com fulcro no art.

96 da Lei nº 11.768/08 (LDO/2009), o Projeto nº 20.607.0379.5932.0017 Implementação do Perímetro de Irrigação de Propertins, com 20 mil hectares, no Estado do Tocantins (PAC), nos termos do projeto de decreto legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Agradeço à nobre Deputada Gorete Pereira, Relatora *ad hoc*.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, passemos à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Item 11.

Aviso nº 14/2009-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 715, de 2009, do TCU (Plenário), bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, relativo à fiscalização realizada nas obras de adequação do trecho rodoviário da BR-101, em Pernambuco.

Relatora: Deputada Gorete Pereira.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela exclusão do Contrato TT-254/2006-00, Programa de Trabalho 26.782.1459.7435.0026, adequação de trecho rodoviário Divisa PB/PE, divisa PE/AL, na BR-101, no Estado de Pernambuco, do Anexo VI da lei orçamentária para o exercício de 2009, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

A Relatora está com a palavra para apresentação do relatório.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** – Sr. Presidente, também neste caso, gostaria de ir diretamente ao voto.

Diante das informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União, voto pela exclusão do Contrato TT-254/2006-00, Programa de Trabalho 26.782.1459.7435.0026, Adequação de Trecho Rodoviário Divisa PB/PE, Divisa PE/AL, na BR-101, no Estado de Pernambuco, do Anexo VI da lei orçamentária para o exercício de 2009, na forma da proposta do decreto legislativo apresentado a seguir.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado por unanimidade.

Item 12.

Aviso nº 35/2008-SF, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.173/2008, proferido nos autos do processo TC 004.844/2007, sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dedicada a analisar a abertura de créditos extraordinários por medida provisória, nos termos do disposto nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006.

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Ausente S.Exa, designo como Relator *ad hoc* o nobre Senador José Nery.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

O Relator *ad hoc*, Senador José Nery, está com a palavra para apresentação do relatório. Antecipadamente, agradeço a S.Exa.

**O SR. SENADOR JOSÉ NERY** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, vou direto ao voto, sem maiores considerações, tendo em vista tratar-se de matéria consensual.

“Voto.

Diante do exposto, cabe ressaltar que, sobre o acórdão em análise, não há providências a serem adotadas por esta Comissão, pois a sua finalidade é dar ciência a este colegiado acerca das providências adotadas sobre a representação da SEMAG, em referência aos abusos do Executivo na edição de medidas provisórias, versando sobre o crédito extraordinário.

Desse modo, nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça da decisão e delibere pela remessa do processo ao arquivo.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 2009.

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra V.Exa., nobre Senador Jayme Campos.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Antes do início da leitura do requerimento que V.Exa. vai colocar na pauta, quero manifestar minha insatisfação quanto aos decretos que o Governo tem editado. Eles têm sido muito prejudiciais ao meu Estado.

Chego quase à conclusão de que o Senador Sérgio Guerra tinha razão quando propunha a extinção da Comissão Mista de Orçamento. Particularmente, entendo que o Orçamento é um objeto sério. Lamentavelmente, o Poder Executivo não tem sido respeitoso com esta Comissão Mista de Orçamento.

Exemplificando, para que nossos pares tomem conhecimento, há poucos dias, o Governo Federal – no dia 11 de maio e no dia 6 de abril -, lamentavelmente, baixou um decreto e cancelou uma emenda nossa, da bancada do Estado de Mato Grosso, da ordem de 63 milhões de reais.

V.Exa. tem conhecimento das dificuldades de Mato Grosso em relação à logística. As estradas federais estão em estado de petição. A maioria delas está totalmente deteriorada. O mais grave, Sr. Presidente chamo a atenção para o fato, é que foi cancelada essa nossa emenda para suplementar uma obra que tem vício de corrupção, da Barragem de Tucuruí.

Temos de fazer valer aquilo que está sendo votado aqui. Caso contrário, seremos apenas um instrumento, ou seja, um boneco, um ventríloquo.

Eu, particularmente, já fui membro desta Comissão, Relator. Fico indignado de ver tudo o que passamos aqui. Muitas vezes, a situação é desgastante, estressante. E, lamentavelmente, na prática, nada acontece.

E mais: para minha tristeza, meu caro Presidente, valoroso Senador Almeida Lima, o Governo, não satisfeito, fez outro decreto para o dia 11 de maio, suspendendo outra nova emenda da bancada de Mato Grosso, na ordem de 30 milhões de reais para investimento na área de irrigação, a fim de atendermos em torno de 13 Municípios na baixada cuiabana.

Portanto, não poderia deixar de manifestar a minha indignação. Caso não prevaleça aquilo que está estabelecido aqui, por meio dessas emendas que fazemos, só me resta concordar com o cidadão Sérgio Guerra, pedindo a extinção da Comissão Mista de Orçamento.

Eu, particularmente, tinha colaborado. Não tenho feito nenhuma oposição radical. Muito pelo contrário, tenho sido um aliado do Governo, em que pese não ser do partido da base governamental, mas tenho participado de forma ativa das reuniões e colaborado para que haja *quorum*. V.Exa. não verá, por parte do Senador Jayme Campos, nenhuma dificuldade para que a Comissão Mista de Orçamento cumpra suas obrigações, sobretudo em relação àquilo que está pré-estipulado, de acordo com o cronograma apresentado.

Estou pronto para colaborar, mas não quero passar por palhaço. Até porque tenho quase 60 anos, já fui Prefeito por 3 vezes, já fui Governador, hoje sou Senador da República. E vim aqui certamente para cumprir minha missão: legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Entretanto, não posso permitir que esta Comissão fique de joelhos, fique de quatro diante de decretos espúrios como esse. Posso reputá-lo dessa forma, tendo em vista o fato de querer retirar 60 milhões de reais do meu querido Mato Grosso para suplementar uma obra que tem indícios de corrupção.

Não posso concordar, certamente, com essa maneira com que o Poder Executivo tem tratado a Comissão Mista de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Nobre Senador Jayme Campos, no início de sua fala, V.Exa. se referiu a um requerimento.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – V.Exa. ia ler o item 3 da pauta, que é um requerimento. Nesse interstício, pedi a V.Exa. que me permitisse, pela ordem, fazer aqui os meus reclames, sobretudo manifestar a minha indignação quanto ao que está acontecendo com o nosso Orçamento. Para mim, não passa de estelionato.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Esta Presidência e a Mesa registram a manifestação de indignação de V.Exa.

Diante do acordo estabelecido e acatado pela Presidência acordo das Lideranças nesta sessão, todos os itens da pauta escolhidos para deliberação já foram deliberados.

Por esta razão, suspendo a presente reunião e convoco sua continuação para terça-feira.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Deputado Otavio Leite.



**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, gostaria de me amparar na boa vontade de V.Exa., na forma como tem conduzido as nossas sessões e fazer uma solicitação, a título de ensinar velocidade no tratamento das matérias.

Estamos diante de uma questão séria no Rio de Janeiro, conforme notícia hoje o jornal *O Globo*, e que tem uma intrínseca relação com a necessidade de obras para recuperação da pista do Aeroporto Santos Dumont.

Para terça-feira há um crédito para ser votado, que se refere ao Aeroporto Tom Jobim. Essas coisas se conectam de alguma forma, porque têm a ver com o estabelecimento de mais frequência de voos para o Santos Dumont em detrimento do Galeão.

Sugiro a V.Exa. que solicite a presença, nesta Comissão, na próxima terça-feira, da direção da INFRAERO para trazer aos Deputados informações mais detalhadas sobre o plano de investimento da empresa em relação aos Aeroportos Santos Dumont e Tom Jobim.

Parece-me que a medida é apropriada e está dentro da órbita das nossas prerrogativas de interlocução com o Poder Executivo. Não tenho dúvida de que uma solicitação emanada da Presidência desta Comissão será atendida, para que possamos esclarecer a questão e ter mais detalhes sobre o assunto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Nobre Deputado Otavio Leite, a Assessoria da Mesa me instrui no sentido de que, atendendo inclusive a uma consulta minha, eu não tenho competência *ex officio* para essa solicitação. Ela só pode ser feita por delegação do Plenário. E a delegação do Plenário deve ser decorrente da apresentação de requerimento. Apresentando V.Exa. requerimento nesse sentido, e o Plenário aprovando-o, evidentemente, encaminharei o pedido de informações.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – O requerimento não pode ser recepcionado na forma verbal, neste momento, Sr. Presidente? Parece-me que essa ideia é consensual.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Pelo nosso Regimento, todo requerimento é escrito. Estou tentando buscar o assessoramento para atender V.Exa. Agora, eu poderei também envidar esforços junto ao Relator no sentido de trazer as informações que V.Exa. deseja.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Estou absolutamente confiante no êxito de seu esforço nesse sentido. Quem sabe até nos ensinando, na próxima terça-feira, a presença da direção da INFRAERO para,

na sala da reunião ou aqui, em algum momento, trazer informações aos Deputados.

Não estamos falando do Rio de Janeiro, mas do Brasil. Uma das principais portas de entrada do País é o Aeroporto Tom Jobim. E o Aeroporto Santos Dumont é uma peça preciosa da infraestrutura aeroportuária brasileira.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DADO** – Sr. Presidente....

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Eu aprovo...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado João Dado, logo a seguir ao Deputado Pedro Novais e em terceiro lugar ao Deputado Jilmar Tatto, tenho a honra de transferir, neste momento, a Presidência dos trabalhos para o 2º Vice-Presidente, o nobre Senador Jayme Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jayme Campos) – Com a palavra o Deputado João Dado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de fazer um registro nesta Comissão. Sei que hoje não vamos votar o Projeto de Lei nº 12, de 2009, mas gostaria de informar que a esse PL foram apresentadas 169 emendas. Nós apresentamos 2 emendas.

Essas emendas vêm no sentido de atender assentamentos precários em São Paulo. O Estado possui muitos problemas de imigrantes que para lá foram e estão em situação precária de sobrevivência, de subsistência.

Observei que o ilustre Senador Lobão Filho, ao promover seu relatório, deixou de apresentar sua justificativa ou o critério adotado para acolhimento ou não acolhimento de emendas. E também não apresentou os demonstrativos e seu voto a cada uma das emendas, como determina o art. 70, inciso III, alínea a, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Penso faço essa solicitação ao Sr. Relator e aos Srs. Parlamentares desta Comissão que devemos trazer essa discussão ao plenário para que possamos evitar privilégio de algum Estado da Federação em relação a outro e, principalmente, discriminação com São Paulo, porque lá existe um grave problema de assentamento. O Brasil inteiro conhece, por exemplo, o problema social que ocorre no noroeste do Estado, no Pontal do Paranapanema.

No remanejamento de recursos desse projeto de lei, parece-me que devemos fazer uma redistribuição desses recursos de forma parcimoniosa, atendendo também áreas extremamente conflituosas de assentamentos precários de pessoas no campo.

Faço essa reflexão e deixo registrada a nossa solicitação ao Senador Lobão Filho para que possamos contemplar também o Estado de São Paulo, entre as Unidades da Federação que estarão sendo aquinhoadas com recursos para solucionar, ou pelo menos minimizar, os graves problemas dos assentamentos precários de que trata o PL nº 12, de 2009.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O Deputado João Dado tem toda razão. S.Exa. fez uma observação muito oportuna em relação a esse PLS, e esta Presidência registra-a. Imagino que, no momento da votação do PLS, S.Exa. poderá apresentar, naturalmente, destaque no plenário.

Comunico, antes de mais nada, que já se iniciou a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

O nobre Deputado Jilmar Tatto havia pedido a palavra pela ordem.

**O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO** – Sr. Presidente, como nós cumprimos tudo o que foi acordado e votamos todos os projetos de lei, indago sobre o horário da reunião de terça-feira, desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Já vou dizer a V.Exa.

Não havendo mais inscritos, estamos concordando.

Conforme acordo, suspendo a presente reunião e convoco-os para sua continuação na terça-feira, dia 2 de junho, às 14h30min.

Muito obrigado.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Declaro reiniciada a 2ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, interrompida na última quinta-feira, destinada à apreciação das matérias remanescentes das Pautas nºs 9 e 10 e apreciação da matéria da Pauta nº 11, que é o relatório da Medida Provisória nº 463, de 2009, do Congresso Nacional.

No entanto, diante do acordo de líderes, realizado há poucos instantes, estarão na pauta de deliberação as matérias das Pautas nºs 10 e 11, excluídas a da Pauta nº 9. Portanto, Pauta nº 10 alterada: relatório preliminar apresentado com emendas ao Projeto de Lei nº 7, de 2009, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias; e a Pauta nº 11: com as ressalvas do relatório preliminar, a medida provisória a que se reporta.

Esta Presidência quer fazer um apelo.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Parece-me que no mesmo sentido, acredito, pede a palavra o nobre Senador Augusto Botelho.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Eu gostaria de pedir a V.Exa. inversão de pauta, em virtude do meu relatório ser bem curto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Eu consulto as Lideranças no sentido de acatar este pleito, que também era o pleito que eu iria formular aos Srs. Líderes.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, permita-me. Já que aquiescemos, em ambas as matérias, com um acordo, não vejo mal na solicitação do eminente Senador Botelho. Contudo, aproveito para, nesta fase de expediente, solicitar a V.Exa. que recepcione um requerimento que verbalmente eu fizera na reunião anterior solicitando informações adicionais à INFRAERO, a fim de termos detalhamento sobre os investimentos no Aeroporto Santos Dumont. Se V.Exa. puder, inclusive quebrando interstício, solicito que submeta a nossa proposta à votação, para que ela possa ganhar curso imediatamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, em relação à medida provisória, volto a destacar o caráter necessário da revisão do parecer, já que o autor, em determinada altura, rejeita algumas emendas que deveriam ser inadmitidas. É feita a devida correção. Reconhecemos a importância da votação e da inclusão dessa matéria na pauta de hoje e concordamos votá-la.

Em relação ao outro tema, volto a repetir a V.Exa., para ficar público e registrado em ata, a nossa resistência em votar o parecer preliminar. Não está na já manifestada boa vontade do Relator acatar nosso texto que diz respeito à Lei Kandir, mas queremos uma posição oficial da parte da Liderança do Governo em relação às negociações para repasse dos recursos de 2007 e 2008 que os Estados têm de crédito em relação à Lei Kandir.

Sr. Presidente, é fundamental – e temos insistido muito nisto – que resolvamos esse assunto, inclusive para que não venha a contaminar a relação futura desta Comissão, que eu quero seja a mais produtiva, pelo menos da nossa parte, do PSDB na Câmara. Mas nós não temos encontrado a sensibilidade que esperávamos por parte do Governo Federal.

Portanto, eu gostaria de uma manifestação do Líder Gilmar Machado, que já fez uma manifestação em reunião interna. Que pudesse constar em ata o compromisso que o Governo está assumindo hoje com a Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima)

– Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado, eu peço, por gentileza, a atenção dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores, para tornar ainda mais clara a pauta, objeto de acordo firmado pelas Lideranças há poucos instantes, já com a inversão de pauta.

No primeiro item, iremos deliberar acerca da Medida Provisória nº 463/2009, cujo Relator é o Senador Augusto Botelho, inclusive com as ressalvas, objeto de entendimento quanto às emendas, que devem ser vistas como inadmitidas, e não como rejeitadas.

O segundo item da pauta é a votação e a deliberação do relatório preliminar da LDO. No entanto, extra-acordo de Lideranças – eu chamo a atenção do Deputado Otavio Leite -, por solicitação do Deputado Otavio Leite, S.Exa. submete – e faço um apelo às Lideranças para que acatem – a deliberação de requerimento de autoria de S.Exa. que pede informações acerca do PL nº 12, que consta da Pauta nº 9, que por acordo há poucos instantes foram retirados.

Ora, os PLs foram retirados, por acordo, da pauta desta sessão. Mas S.Exa. formula um requerimento para pedir informações que dizem respeito a este PL nº 12.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Pelo que sei, é PL meia dúzia, não? PLN nº 6!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Item 5, PL nº 6.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O.k. Portanto, com a concordância dos senhores...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Eu gostaria de ouvir o teor do requerimento, para saber que informações...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Senador Almeida Lima) – Faço a leitura:

*“Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhado, em nome desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao Sr. Ministro da Defesa, pedido de informações a serem prestadas ao Congresso Nacional acerca do detalhamento da execução orçamentária no âmbito da INFRAERO, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, relativas às dotações em prol do Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nos exercícios de 2008 e 2009, sob o Grupo Natureza de Despesa 4 – Investimentos, bem como o envio do Cronograma de Obras, de relatório resumido dos Serviços de Engenharia e dos respectivos processos licitatórios relacionados ao Programa de Trabalho 26.781.0631.1F54.0033, Reforma e Ampliação do Ter-*

*minal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro.”*

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, indago se a aprovação deste requerimento significará a suspensão da apreciação do PL nº 6 posteriormente. Seremos obrigados a aguardar a informação a esse requerimento para depois votarmos o PL nº 6? Parece-me que não, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Não, Sr. Presidente. V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Nós não temos esse intuito, porque o PLN nº 6 versa sobre dotações para vários aeroportos, inclusive para o Galeão. É que na reunião pretérita, no bojo desta discussão, eu formulei esta sugestão, que acho absolutamente importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Permita-me, Deputado.

O Deputado Otavio Leite esclarece que não há vinculação para deliberação do PL nº 6, diante do fato de no PL nº 6 constarem outros interesses de outros Ministérios.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Vamos votar, então, o PL nº 6, e aprovamos o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O PL nº 6 está fora da pauta por acordo. O PL nº 6 está fora da pauta, no dia de hoje, por acordo. Não devemos retornar a este assunto, para não complicar mais ainda.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Deputado Otavio Leite, acho que deveríamos aguardar a entrada em pauta do PL nº 6, para podermos votar este requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Isso já foi esclarecido.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Tenho a impressão de que o Regimento deve dizer alguma coisa a respeito deste assunto. Então, eu pediria a V.Exa. que votássemos o PL amanhã, no momento da votação do PL.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O PL nº 6 e todos os outros PLs, de acordo com o entendimento feito há poucos instantes, estão na pauta de amanhã.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sugiro, portanto, que a apreciação deste requerimento seja feita amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Não.

Com exceção do PL nº 12. Parece que sobre este não há acordo com ninguém aqui.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Com o PMDB também não tem acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Noventa por cento é de Lobão. Há algumas alterações, o Relator não se encontra e não é possível votá-lo. O outro, da nossa parte, não tem problema.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Acho que a própria Liderança do Governo...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O que o nobre Senador Efraim Morais diz, trata exatamente do que foi objeto do acordo há poucos instantes.

Na sessão de hoje, que é a continuidade da sessão de quinta-feira, não será deliberado nenhum PL.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Permita-me, V.Exa. Então, não será nada deliberado. Concorde, a situação fica mais simples.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O que nós estamos submetendo à apreciação das Lideranças, numa extensão da reunião de lá, a pedido do nobre Deputado Otavio Leite, é um requerimento que pede informações e que diz respeito ao PL nº 6. E este requerimento pode ser deliberado e as informações podem chegar a esta Casa, *a posteriori*, independentemente da deliberação, amanhã, do PL nº 6.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Perfeito. Exatamente isso, Sr. Presidente. Foi essa a postulação e a formulação nossa.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Quanto ao PL nº 12, já para que amanhã não se perca tempo, há um entendimento da Oposição e do Governo de que não entrará em pauta. Então, já fica definido. Há um entendimento do Governo, representado aqui pelo Deputado Gilmar Machado, e da Oposição. Eu recebi, por parte do Líder da Minoria, essa responsabilidade de conduzir este caso. Então, eu diria a V.Exa. que, para evitar confusões possíveis, nós já retiráramos o PL nº 12 de pauta, e ficaríamos em condições de negociar o restante.

Esse é acordo que a Oposição faz com o Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Quanto ao requerimento de autoria do Deputado Otavio Leite há alguma objeção?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – A proposição é que esse requerimento seja votado amanhã, antes da votação do PL, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, permita-me uma ponderação aos eminentes colegas que me antecederam e que questionam a apresentação do requerimento.

O requerimento foi expresso verbalmente na reunião anterior. O Presidente desta Comissão firmou inclusive o entendimento de buscar junto à INFRARETO esses dados. Eu deixei claro que as informações requeridas não se conectam com o PL nº 6, que se quer votar. Não vamos criar problemas em relação a isso. Contudo, uma proposta que vai no bojo dessa boa vontade expressada pela Oposição ser obstruída com um fundamento, perdoe-me, inexequível, isso não faz o menor sentido. Isso é uma demonstração...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O Deputado Otavio Leite faz um apelo ao Deputado João Leão para que reconsidere esta posição e deliberemos o Requerimento nº 6 no dia de hoje.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu gostaria muito que este requerimento fosse votado amanhã, Sr. Presidente. É a minha posição, é a posição do Deputado Pedro Novais, do PMDB, do PP e de alguns outros partidos. Nós discutiríamos isso amanhã, os dois em conjunto. Seria bem mais interessante.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, eu gostaria que o requerimento fosse examinado hoje.

(Pausa.)

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Atendendo ao Deputado Pedro Novais, eu libero para votação o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Agradeço a V.Exa. o gesto nobre.

Portanto, em deliberação, na representação da Câmara dos Deputados, o Requerimento nº 6/2009. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero agradecer aos eminentes colegas a compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Há um requerimento formulado pelo nobre Senador Augusto Botelho, de inversão da pauta, para que a medida provisória seja votada como primeiro item, propriamente dito, e o relatório preliminar como segundo item.

Submeto, portanto, à deliberação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.



Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a Presidência ao nobre Primeiro Vice-Presidente, Deputado Bruno Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Pauta nº 11.

Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 463/2009-CN, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.217.677.730,00, para os fins que especifica.

Relator: Senador Augusto Botelho.

O Relator está com a palavra, para apresentar o relatório.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Sr. Presidente, o relatório já se encontra nas mãos de todos os Srs. Parlamentares, portanto vou direito às emendas e ao voto.

Quanto às emendas, foram apresentadas, no prazo regimental, 131 emendas. Para todas optei pela inadmissibilidade. São inadmitidas as emendas.

Em relação ao voto, trata-se de um crédito de R\$ 1.217.677.730,00, para ser usado principalmente nas situações de emergência que estão ocorrendo nos Estados da Região Nordeste.

Do voto.

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 463, de 2009, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da matéria nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Era o que eu tinha a apresentar, Sr. Presidente.

Essa medida também abrange o surto mundial de febre tipo A (H1N1) e recursos para o combate à febre.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Peço a palavra para discutir. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Antes da discussão, prezado Deputado Narcio Rodrigues, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas todas as 131 emendas sugeridas pelo Relator.

O relatório está em discussão.

Com a palavra o Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar o Senador Augusto Botelho pelo seu expedito relatório, que socorre uma nova situação de emergência em que se encontram vários municípios, mas não

posso deixar de registrar meu inconformismo com a forma como o Executivo trata o Legislativo, na edição de medidas provisórias como essa.

Seria melhor que esta Comissão não existisse, porque nós estamos aprovando, Sr. Presidente, um crédito de 1,2 bilhão de reais para serem aplicados por vários Ministérios de forma genérica, sem que esta Casa saiba sequer a destinação desses recursos.

Vejam bem, só o Ministério da Integração Nacional, através de genéricas, depois dessa aprovação, disporá de 880 milhões de reais, sem que sequer um Parlamentar desta Comissão e desta Casa tenha conhecimento de quais municípios serão socorridos, de quais emergências serão tratadas com esse volume extraordinário de recursos que se aprovam aqui com a boa impressão da Casa de dar socorro àqueles que estão sendo vítimas dessas tragédias por todo o País, especialmente no Nordeste.

Eu quero chamar a atenção da Casa em relação a isso, porque é necessário criarmos uma relação no mínimo mais respeitosa com o Executivo, para que possamos ter um tratamento que nos permita, até pelo papel de agentes políticos, saber quais municípios estamos socorrendo com nossa ação no Poder Legislativo.

O que se vê é uma medida provisória com um tratamento absolutamente genérico e a disponibilização de um recurso que não é pouco: são 1,2 bilhão de reais, para socorrer certamente situações que são graves. Mas nós teríamos que, no mínimo, ser informados em relação a isso! Essa é uma questão que já vem sendo recorrente na Comissão.

Não é por outro motivo que já apresentamos requerimentos de informação, solicitando ao Governo que esclareça a destinação de recursos, como o que aconteceu na Medida Provisória nº 461.

Naturalmente, queremos chamar a atenção da Mesa da Comissão para fazer este registro chegar ao Executivo e criar mecanismos que nos permitam filtrar e ter um controle real sobre a aplicação de recursos que estamos aprovando, dando o aval para que possam ser efetivamente executados.

Deixo este registro e cumprimento mais uma vez o Senador que faz o relatório, inclusive corrigindo algumas inadequações, Senador Augusto Botelho.

Quero dizer a V.Exa. que nós temos muito reconhecimento por V.Exa., pela boa vontade e pela celeridade com que tratou de matéria que certamente atende a muitos desabrigados que precisam desse recurso.

Contudo, fica manifestado nosso protesto, por ser uma medida provisória que sequer presta ao Legislativo a oportunidade de conhecer onde serão aplicados os recursos.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – O relatório continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero louvar o sucinto parecer do nobre Senador Augusto Botelho – sucinto, porém completo. O Deputado Narcio Rodrigues que me perdoe, mas o parecer do Senador Augusto Botelho, sem levar em conta – e não estou levando em conta – a exposição de motivos do Poder Executivo, resume as razões do crédito extraordinário, em primeiro lugar tentar minimizar no País o problema da influenza, vulgarmente chamada gripe suína, e o crédito extraordinário destaca recursos para diversos órgãos do Poder Executivo, como o Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Defesa.

Quanto à segunda parte do crédito, aquela que diz respeito às enchentes e às chuvas, calamidade que assolou e ainda se reflete em todo o País, também o crédito se destina a alocar recursos para que os Estados apliquem nos seus municípios atingidos.

Quero lembrar ao Deputado Narcio Rodrigues que os Estados é que declaram quais os municípios que se encontram em estado de calamidade pública; os Estados é que conhecem, dentro dos seus territórios, aqueles que merecem uma ajuda maior ou menor. Por isso é que nem a exposição de motivos nem o relatório do Senador Botelho mencionam municípios.

Por essas razões, Sr. Presidente, eu acho que o relatório do Senador Augusto Botelho deve ser votado imediatamente pois que, quanto mais urgente esse assunto seja resolvido, mais depressa os recursos chegarão nos Estados que estão sofrendo com este problema de perda de casas, mortes, perda de lavouras e muitas outras dificuldades por que estão passando as populações assoladas do País.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, fui citado e gostaria apenas de dizer que, naturalmente, para que os Estados se candidatem a esses recursos devem ter apresentado um plano de trabalho ao Ministério em que esses municípios sejam citados. Não há nenhum mal em que essas informações cheguem publicamente até a Comissão e esta Casa, a Câmara dos Deputados.

Por isso, quero apresentar à Mesa um requerimento solicitando informações ao Ministério da Integração Nacional a cerca dos municípios beneficiados pela MP. É um requerimento nos termos do art. 50, da Constituição Federal, solicitando ao Ministro de Estado da Integração Nacional a relação dos municípios com os respectivos atos de declaração de calamidade

pública a serem beneficiados com as ações objeto da medida provisória que abre crédito extraordinário, só para esse Ministério, de 880 milhões de reais.

Farei chegar à Mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Com a palavra o nobre Deputado Jilmar Tatto.

**O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO** – Sr. Presidente, queria primeiro parabenizar o nobre Senador Augusto Botelho pelo relatório preciso, conciso, mas bastante competente, técnico na sua avaliação, no seu relato sobre essa medida provisória tão importante para o País.

Essa medida provisória, além de diversos itens, tem dois que eu gostaria de destacar. O primeiro é relacionado às calamidades, as enchentes. O Brasil, principalmente, nas Regiões Norte e Nordeste, tem sofrido com calamidades que, pela sua própria natureza, nem sempre se pode prever, e suas consequências dependem muito da intensidade, do grau de chuvas e ventos que acontecem.

É evidente que o detalhamento de qual município vai sofrer essa calamidade nem sempre o Executivo consegue predeterminar. O importante é que, no caso daquelas que já existiram, é evidente que os municípios estão preparando relatórios. Quer dizer, no município, quando existe uma calamidade, há todo um trabalho técnico, e é uma exigência inclusive da legislação, o próprio Tribunal de Contas da União exige, se faz um trabalho de campo, tiram-se fotos, relatos para poder colocar no processo e liberar o recurso. O Legislativo não pode ficar à mercê, esperando esse detalhamento, até porque a emergência se faz necessária com essas calamidades. Por isso, muitas vezes aquilo que parece eventualmente algo genérico é porque, na verdade, o próprio Executivo está querendo acelerar para que a população não sofra tanto em função das consequências dessas calamidades que vêm acontecendo no Brasil.

A segunda questão que considero importante é que a medida provisória tenta arrumar recursos no sentido de fazer uma prevenção relacionada à chamada gripe do porco ou H1N1, que tem assustado o mundo inteiro. O próprio Ministro da Saúde tem comentado que o Brasil está preparado para o controle dessa doença e tem agido, nos casos que acontecem, de forma bastante precisa, rápida.

É por isso que se faz necessária a aprovação urgente dessa medida provisória, para que possamos atender rapidamente à população que vem sendo atingida principalmente por essas duas situações que gostaríamos que não existissem, mas que o Governo está prontamente preparado para atender com os recursos da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – A matéria continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, em rápidas palavras, penso que as ponderações do Deputado Narcio Rodrigues precisam ser sublinhadas.

É evidente que nós não haveremos de ser contra uma medida dessa natureza. Afinal, é preciso gastar em situações que reclamam investimentos e providências do Poder Público. São situações postas, mas vale frisar que dos 880 milhões destinados ao Ministério da Integração Nacional, outrora do Interior, 150 milhões dizem respeito à prevenção, e prevenção pressupõe planejamento em áreas que já se sabe, por diagnósticos pretéritos, que requerem investimentos e, portanto, necessitam de verbas, mas dentro de uma ótica planejada previamente.

Agora, os outros 730 milhões referem-se a respostas a questões de natureza imprevisível, a chamada imprevisibilidade. Ora, se aconteceu alguma imprevisibilidade, seja no Estado “a”, “b” ou “c”, é uma situação, como disse, posta, visível, é absolutamente perceptível a todos.

Logo, quando o Deputado Narcio invoca a necessidade de que nós tenhamos a relação das áreas que vão receber essas dotações, é um direito, um dever desta Casa, zelando pela transparência, obter do Ministério as informações que dizem respeito a onde as verbas públicas vão ser gastas. Ponto final.

Se quiséssemos ir mais adiante, haveríamos de questionar que prevenção deveria ser por crédito, não poderia estar em crédito extraordinário; tinha que ser um crédito especial, e por aí vai.

Somos a favor, mas queremos reiterar essa preocupação, fazendo um apelo à Liderança do Governo que sugira ao Poder Executivo que, quando encaminhe, já possa ter em anexo uma lista, prévia que seja, das regiões que vão ser beneficiadas.

Era basicamente isso, reafirmando a nossa ponderação preliminar. Somos a favor, evidente, mas essas questões não podem ficar sem essas observações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Dando continuidade, com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** – Sr. Presidente, gostaria de me acostar ao que foi dito pelos Deputados Otavio Leite e Narcio Rodrigues. Porém, quero ponderar que há uma realidade que é irrefutável – e aqui conversava ao lado com o Senador Botelho: a imprevisibilidade.

Na verdade, se fizermos uma análise dos últimos dias e nos acostarmos ao problema por que passa o Piauí, se fizéssemos um projeto, um orçamento específico para o custo para reparar a Barragem Algodões, teríamos um número. Hoje, esse número seria completamente diferente tendo em vista que houve o rompimento da barragem. Em ocorrências como essas, como enchentes e outros acidentes da natureza, é muito difícil fazer um orçamento preciso.

Então, eu aprovo o relatório do Senador Botelho no sentido de que deve ter números macro alocados a determinados segmentos. Não tiro a razão desta Casa no sentido de querer informações pormenorizadas das aplicações, da distribuição dessas verbas, mas na verdade é imprevisível se fazer um orçamento antes de os fatos acontecerem e no momento que estão ocorrendo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Jerônimo Reis.

**O SR. DEPUTADO JERÔNIMO REIS** – Sr. Presidente, também quero me associar às palavras dos Deputados Inácio e Otávio, que é sergipano lá de Estância, onde, dias atrás, uma chuva destruiu pontes, barracas, casas. Apresentamos algumas emendas mas, infelizmente, o nosso querido amigo Senador as rejeitou.

De qualquer forma, é uma matéria importante para os demais Estados brasileiros e espero que esses recursos possam também ser destinados ao nosso pequeno Estado de Sergipe.

E também uma emenda para a BR-235, que liga Juazeiro, na Bahia, ao Estado de Sergipe. Essa rodovia é uma reivindicação de muitos anos e, quando estiver pronta, vai beneficiar a todos os produtores da região de Juazeiro e Petrolina no escoamento da produção, barateando com certeza o transporte e, consequentemente, os produtos.

De qualquer forma, vamos votar a favor da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Dando continuidade ao segundo item da pauta, que foi acordada previamente. Pauta 10, alterada.

Relatório preliminar apresentado com emendas ao Projeto de Lei nº 7, de 2009, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências”.

Relator: Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues)

– Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Fizemos um acordo em que havia pontos que deveriam estar estabelecidos para votarmos essa matéria. Estou aguardando um posicionamento do Líder do Governo e do Relator a respeito da questão da Lei Kandir que, inclusive, é para ser produzida uma emenda. Então, eu gostaria de um posicionamento oficial.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** –

Da parte do Relator, eu queria tranquilizar o Deputado Narcio Rodrigues, porque a consultoria já está tomando as providências. Vamos apresentar duas erratas. Uma errata que já está dentro do relatório preliminar; a outra está chegando aqui e a lerei durante a leitura do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues)

– Consulto o Plenário se podemos dar continuidade.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Nós

gostaríamos de ouvir o grande Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado, mineiro que tem nos ajudado nessa questão da Lei Kandir, embora não tenhamos tido da parte do Governo a mesma sensibilidade que ele demonstra ter.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Perfeito.

Com a palavra o nobre Líder Gilmar Machado – é uma guerra mineira aqui.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Não tem guerra, não, Sr. Presidente.

Eu só queria deixar registrado que já falamos na reunião do Colégio de Líderes, que essa solicitação apresentada pelo Deputado Narcio é correta e justa. Sei que não é apenas dele, mas ele tem se colocado aqui como uma pessoa interessada em resolver e equacionar o problema da chamada Lei Kandir – que agora não é mais assim chamada, mas a compensação dos Estados – no valor de aproximadamente 1,9 bilhão.

O Governo está encaminhando, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento enviaram à Casa Civil um projeto de lei, que deve chegar entre amanhã e sexta-feira nesta Casa, equalizando os valores percentuais de distribuição para cada município, como ocorre com

o FPM, só que o FPM já tem um fator definido. Neste caso, nós precisamos, a cada repasse dessa compensação, fazer, então, a votação em lei definindo os percentuais para cada Estado. O percentual é definido em lei ordinária, que será enviada para cá em regime de urgência. Votado em regime de urgência esse projeto, 20 dias depois de aprovado aqui, o Governo fará o pagamento desse valor em parcela única aos Estados, como nós fizemos anteriormente no caso do FPM: votamos aqui, o atrasado foi pago 5 dias depois, como combinado, e agora, a cada 15 dias, será feito o pagamento.

No caso da compensação de ICMS, será feito o pagamento de uma única parcela, já que esse é o entendimento anteriormente negociado com os Governadores e Secretários de Fazenda de cada Estado.

Essa é a informação que a liderança do Governo quer repassar a todos os Srs. Senadores e Deputados, em especial ao Deputado Narcio Rodrigues, que tem sido um batalhador aqui por essa causa das compensações de ICMS para os Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues)

– Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** –

Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e todos os Pares, Senadores e Deputados.

Peço a V.Exa. que submeta ao Plenário uma leitura resumida, já que o nosso relatório foi distribuído duas sessões atrás e se resume em duas partes: a parte geral e a parte especial. Como a parte geral é mais informativa, e o Ministro Paulo Bernardo esteve aqui na audiência pública dando as suas explicações, peço a V.Exa. que submeta essa leitura ao Plenário para que nós possamos ler o relatório de forma mais resumida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Consulto o Plenário se poderemos dar prosseguimento dessa forma. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Relatório Preliminar sobre Projeto de Lei nº 7, de 2009, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010, e dá outras providências”.

Designado Relator do projeto epigrafoado, coube-nos a tarefa de propor este Relatório Preliminar sobre a matéria, previsto no art. 85 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cuja estrutura é a seguinte:

“Parte Geral: avaliação dos cenários econômico-fiscal e social do projeto, dos parâmetros que foram utilizados para a sua elaboração e das informações

constantes de seus anexos – é a parte informativa de que eu falei.

Parte Especial: regras, parâmetros e critérios que nortearão os trabalhos da relatoria, inclusive quanto à apresentação e acolhimento das emendas. Particularmente, quanto ao Anexo de Metas e Prioridades, o Parecer Preliminar observa o disposto no parágrafo único do art. 85 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que trata, resumidamente, das condições, restrições e limites que deverão ser obedecidos, pelo Relator, no cancelamento das metas constantes do citado Anexo.

Sr. Presidente, essa é a parte normativa que disciplina a apresentação e o acolhimento das emendas.

Parte Especial.

2.1 Da Apresentação e do Número de Emendas.

2.1.1 As emendas ao PLDO 2010 poderão ser oferecidas sobre as seguintes partes do projeto de lei:

a) Texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (págs. 7 a 71 do Avulso);

b) Anexo I – Metas e Prioridades (págs. 72 a 82 do Avulso);

c) Anexo II – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (págs. 83 a 84 do Avulso);

d) Anexo III – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2010 (págs. 85 a 89 do Avulso);

e) Anexo IV.10 – Renúncia de Receitas (págs. 236 a 283 do Avulso);

f) Anexo IV.11 – Renúncias Previdenciárias (págs. 284 a 295 do Avulso);

g) Anexo V.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (págs. 296 a 297 do Avulso);

E, finalizando:

h) Anexo V – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (págs. 300 a 303 do Avulso).

2.1.2 Considera-se como emenda de texto a que proponha alteração das partes da PLDO 2010 de que tratam as alíneas “a”, “c”, “d”, “e” e “f” do item 2.1.1.

2.1.3 Não há limite ao número de emendas do texto nem ao número de emendas de cancelamento propostas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2010.

2.1.4 As emendas às partes do PLDO 2010 de que trata o item 2.1.1 poderão ser apresentadas pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pelas bancadas estaduais e

pelos Deputados Federais e Senadores do Congresso Nacional.

2.1.5 Denominam-se coletivas as emendas de bancada estadual e de Comissão Permanente e individuais as de Deputado Federal e de Senador.

2.2 Do emendamento ao Anexo de Metas e Prioridades.

2.2.1 O Anexo de Metas e Prioridades poderá contemplar as ações integrantes do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, devidamente identificadas.

2.2.2 Consideram-se como ações integrantes do PAC, para efeito do disposto no item 2.2.1, aquelas que constam do registro do SIAFI do dia 11/5/2009, conforme explicitadas no Quadro II em anexo a este parecer preliminar, observando-se a meta estabelecida no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010.

2.2.3 Considera-se como emenda ao Anexo de Metas e Prioridades o acréscimo ou cancelamento de meta física de cada ação constante do PLDO 2010, bem como a inclusão de ação com a correspondente meta.

2.2.4 A emenda de cancelamento de meta do Anexo de Metas e Prioridades é aquela destinada ao cancelamento integral ou parcial de meta física de ação que o integre.

2.2.5 A apresentação de emenda que implique acréscimo de metas em ação existente ou inclusão de nova ação no Anexo de Metas e Prioridades deve observar os seguintes limites – peço a atenção do Plenário para que ouça a quantidade de emendas que poderão ser apresentadas ao relatório final:

a) 5 emendas por comissão permanente na Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

b) 5 emendas por bancada estadual do Congresso Nacional;

c) 5 emendas por Deputado Federal ou por Senador.

2.2.6 A emenda proposta ao Anexo de Metas e Prioridades deve ser justificada e identificar o programa, a ação, o produto, a unidade de medida e a meta física correspondente, vedado o uso de outros elementos de qualificação ou quantificação de ação ou da meta pretendida.

2.2.7 O menor nível de detalhamento do Anexo de Metas e Prioridades corresponde ao da ação orçamentária, como definida na Lei do Plano Plurianual 2008/2011.

2.2.8 Em atendimento ao inciso III do parágrafo único do art. 85 da Resolução nº 1, de 2006, os Qua-



dros I e II contêm os custos unitários médios estimados das ações constantes no PLDO 2010.

2.2.9 Para subsidiar a elaboração de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, a CMO divulgará o produto, a unidade de medida e o custo unitário médio das ações que compõem o Plano Plurianual vigente.

2.2.10 Para efeito de apresentação de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, o sistema de elaboração de emendas ao PLDO 2010 disponibilizará apenas as ações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e constantes do Plano Plurianual 2008/2011 e suas alterações, incluindo os projetos de lei de créditos especiais em tramitação no Congresso Nacional.

2.3 Dos critérios de admissibilidade de emendas.

2.3.1 Somente será admitida a emenda ao PLDO 2010 que atenda às disposições constitucionais, legais e regimentais, particularmente:

a) à necessária compatibilidade com a Lei do Plano Plurianual 2008/2011, nos termos do § 4º do art. 166 da Constituição Federal;

b) quando proposta ao Anexo de Metas e Prioridades, ao disposto no art. 90 da Resolução nº 1, de 2006-CN, inadmitindo-se a emenda que proponha a inclusão de objetivo, programa ou ação que não integre a Lei do Plano Plurianual 2008/2011 e suas alterações, incluindo os projetos de lei de créditos especiais em tramitação no Congresso Nacional.

2.3.2 A emenda ao Anexo de Metas e Prioridades deverá restringir-se à ação que integre a programação do orçamento fiscal ou da seguridade social.

2.3.3 Somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal que sejam:

a) acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação;

b) restritas às competências regimentais da Comissão.

2.3.4 As emendas de bancada estadual devem ser acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação, nos termos do disposto no art. 47, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

2.3.5 O Comitê de Admissão de Emendas proporá à CMO, no uso de suas competências exclusivas, definidas pelo art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, a inadmissão da emenda proposta às partes do PLDO 2010 de que trata o item. 2.1.1.

2.3.6 É vedado ao Relator apresentar emenda que implique acréscimo ou inclusão de ação ou meta

no Anexo de Metas e Prioridades, salvo para corrigir erro ou suprir omissão de técnica ou legal, de forma justificada.

2.3.7 O disposto no item 2.3.6 não impede o Relator de:

a) alterar o produto ou a unidade de medida da meta identificada na emenda proposta, bem como promover ajustes de ordem técnica ou legal na programação constante da emenda, com a finalidade de adequá-la à programação constante do Plano Plurianual 2008/2011;

b) reduzir o valor da meta constante da emenda proposta, desde que o faça para adequar o limite financeiro aplicável ao conjunto de metas que deverão compor o Anexo de Metas e Prioridades;

c) apresentar emenda com o objetivo de agregar ações orçamentárias com a mesma finalidade no âmbito de cada programa, desde que o faça justificadamente;

d) atender o disposto nos itens 2.2.1 e 2.2.2 da Parte Especial deste Parecer.

2.4. Dos critérios de atendimento de emendas.

2.4.1. O limite de cancelamento das metas constantes do Anexo de Metas e Prioridades, para efeito de remanejamento e atendimento de emendas, é de 30% do custo total implícito para o conjunto das metas constantes do PLDO 2010.

2.4.2. As ações orçamentárias que integrarem o Anexo de Metas e Prioridades do Substitutivo do Relator devem contemplar metas equivalentes ao somatório dos seus custos estimados implícitos no PLDO 2010, acrescido de montante não superior a 30%, não sendo considerado nesse limite a hipótese de inclusão de prioridades de que trata o item 2.2.1.

2.4.3. Para fins de atendimento, consideram-se prioritárias as ações que constituem objeto de emendas coletivas.

2.4.4. Também serão consideradas prioritárias:

a) até 5 ações propostas com maior frequência, dentre as emendas individuais dos Parlamentares de uma mesma Unidade da Federação e que beneficiem exclusivamente o respectivo Estado ou o Distrito Federal;

b) até 5 ações de caráter genérico propostas com maior frequência, dentre as emendas individuais dos Parlamentares que beneficiem mais de uma Unidade da Federação.

Esse critério está sendo adotado desde a LDO anterior.



2.4.5. No cálculo de que trata o item 2.4.4 será computada apenas uma emenda por ação apresentada por um mesmo autor e não serão consideradas as ações já aprovadas por meio de emendas coletivas.

2.4.6. Em caso de empate, o Relator selecionará as ações para fins do disposto no item 2.4.4 com base nos seguintes critérios:

a) as ações com maior percentual de dotação liquidada no exercício de 2008;

b) ações de maior abrangência geográfica ou demográfica.

2.4.7. A emenda ao Anexo de Metas e Prioridades, quando relativa a obra, deve incluir meta física suficiente à conclusão de pelo menos uma etapa ou trecho.

Sr. Presidente, antes de ler o meu voto, quero ler as duas erratas.

Errata nº 1. Trata-se do item 2.1.2, na Parte Especial do parecer preliminar. Onde se lê: “2.2. *Considera-se como emenda de texto a que proponha alteração das partes do PLDO 2010 de que tratam as alíneas “a”, “c”, “d”, “e” e “f” do item 2.1.1*”, leia-se: “*Considera-se como emenda de texto a que proponha alteração das partes do PLDO 2010, de que tratam as alíneas “a”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, e “h”, do item 2.1.1*”

Há o acréscimo, Sr. Presidente, nobres Pares, apenas das alíneas “g” e “h”.

Errata nº 2: Inclua-se o subitem 2.4.8 na Parte Especial do parecer preliminar – queria uma atenção especial do Deputado Narcio Rodrigues, do PSDB: o substitutivo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 conterá dispositivos que determinem a alocação de recursos relativos à transparência, perdoe-me Inácio, a transferências aos Estados, Distrito Federal e municípios para a compensação da isenção do ICMS das exportações, bem como ao auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e municípios para o fomento das exportações, incluindo o pagamento da parcela não executada no exercício de 2007.

Agora, Sr. Presidente, para concluir, vou ler o voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Relatório Preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 na forma ora apresentada, bem como dos pareceres que esta relatoria oferece às emendas apresentadas.

Brasília, 25 de maio de 2009.

Relator: Wellington Roberto.”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1 de 2006, alterada pela Resolução nº 3 de 2008, ambas do Congresso Nacional,

declaro inadmitidas as Emendas de nºs 4 e 5 sugeridas pelo Relator.

O debate está iniciado, bem como o prazo para apresentação de destaques ao relatório preliminar.

Para discutir, com a palavra o Senador Efraim Morais.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Wellington Roberto, Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, Senadoras, são 3 os pontos que gostaríamos de apresentar para discussão, com o compromisso do próprio Relator, Deputado Wellington Roberto, de V.Exa. que, neste momento, preside esta sessão e, evidentemente, do Governo e da Oposição. São temas e metas que, a meu entender, por serem de grande relevância, devem ser debatidos neste plenário durante a votação da LDO. Vou nominá-los.

O primeiro deles é solicitar ao Relator que estude, com a assessoria, evidentemente, mecanismos para que possamos melhorar, vamos dizer assim, os recursos públicos destinados às entidades privadas e ONGs.

Esta Comissão, sinceramente, não tem mecanismo algum eficiente para fiscalizar esses recursos privados e também as nossas ONGs. Os relatórios de execução do orçamento demonstram considerável crescimento nas transferências da União para as entidades privadas.

Veja, V.Exa, que, em 2003, o Senador ou Deputado Wellington Roberto – é tanta passagem por este Congresso que se o chamarmos de Senador ou Deputado...

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – V.Exa está falando pela boca do anjo, Senador.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Em 2003, o total de empenhos – é bom que esta Comissão atente para esse número – em favor das entidades privadas foi de 1,8 bilhão de reais; em 2005, foi de 2,9 bilhões de reais; em 2008, de 3,2 bilhões de reais. Ou seja, comparando o empenho de 2003 com o de 2008, verificamos um crescimento de aproximadamente 80%, 1,4 bilhão de reais.

Na realidade, Sr. Relator, não temos mecanismos eficientes para fiscalizarmos esses recursos. Queria que V.Exa. estudasse o assunto – um compromisso com este Senador e com esta Comissão – a fim de que pudéssemos, na realidade, incluir isso e encontrar uma forma para que esta Comissão tenha realmente o poder de fiscalização. Aqui é o próprio direito da Comissão de querer simplesmente melhorar essa eficiência.

Segundo, garantir a participação efetiva do Congresso e desta Comissão na definição das ações que devem integrar o PAC.

Vejam bem: o PAC não representa as ações prioritárias do Governo? Essa pergunta não é verdade? O próprio Governo tem dito que o PAC representa as ações prioritárias do Governo. A minha observação é no sentido de prevenir o que deve vir, e que V.Exa. pudesse dar prioridade a essa discussão. Tais ações não deveriam constar do Anexo de Metas e Prioridades da LDO? Vou deixar para ir a fundo no relatório final, mas por que não vir no Anexo de Metas e Prioridades na LDO? É isso que queria colocar.

Finalmente, acho que poderíamos encontrar uma forma de dedicar mais atenção ao controle das despesas correntes, haja vista que as despesas com pessoal têm comprometido parcela cada vez maior do PIB.

Matéria publicada recentemente por um dos jornais de grande circulação no País, *O Estado de S.Paulo*... Em maio, o Estadão publicou matéria nesse sentido. Tive a oportunidade de verificar que as projeções indicam que as despesas com pessoal em 2009, 162 bilhões, representarão 5,63% do PIB, o maior nível desde 1996. Em 2008, foram 144 bilhões, o que representa 5% do PIB.

É um estudo sendo feito com base no cálculo do Banco Central, e as estimativas foram divulgadas pelo Estadão. Depois de se basearem em estudos realizados pelo ex-Presidente do Banco Central, Raul Velloso, que é especialista em contas públicas e ex-Secretário de Assuntos Econômicos no Ministério do Planejamento, Marcos Mendes, consultor do Senado, e Marcelo Caetano, técnico do IPEA.

Em resumo, nesse item 3, em 2009 o Governo registrará um nível de despesa de pessoal em relação ao PIB inédito na história recente: irá se aproximar dos 6% em relação ao PIB. Como principais fatores desse crescimento, é claro, tivemos a freada brusca da economia provocada pela crise americana, aquela marola, falava-se que economia brasileira teria crescimento igual a zero ou até mesmo negativo. Eram as expectativas.

Devo dizer, Sr. Presidente, que considero importantes esses temas, para os quais peço atenção desta Presidência e de V.Exa., Relator, e do próprio companheiro Deputado Gilmar, dos membros da nossa Comissão, da assessoria, para que possamos ter um pouco mais de atenção nessas discussões.

A Comissão precisa fazer uma boa aplicação dos recursos federais, e não ficarmos aqui exclusivamente discutindo projeto de lei que o Governo manda para mudar o orçamento que fizemos. É verdade que se abre o orçamento fiscal e da seguridade social da União em favor de vários órgãos.

Caso contrário, eu sou da opinião de que devemos acabar mesmo com esta Comissão, porque nós

estamos aqui só para votar esses PLs que poderiam ir direto para o plenário do Congresso Nacional; poderíamos fazer um relatório só do Congresso Nacional e não estarmos aqui sem ter sequer poder, já que o Governo tem sempre maioria nesta Casa – e não é de hoje, não é no atual Governo. Nós estamos aqui, perdendo o nosso tempo, gastando o tempo de vários dos Srs. Senadores e Deputados, fazendo emendas a projetos, tentando beneficiar seus Estados, mas lamentavelmente o que se vê é a prevalência da vontade do Governo e a não admissão de emendas por parte dos Srs. Senadores.

Então, eu pediria a V.Exa., Deputado Wellington Roberto, que levasse em consideração essas nossas discussões e pudesse melhorar, dentro do possível, essas questões para que sejam discutidas neste plenário durante a votação da LDO de 2010.

Era o que tinha dizer. Agradeço pela atenção e espero o compromisso de V.Exa. no sentido de que vamos discutir essa matéria durante a votação da LDO. Agradeço a V.Exa. e aos demais pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Antes de responder ao nobre Senador da nossa querida Paraíba, Efraim Morais, sobre os 3 itens apresentados neste plenário, eu queria também fazer uma inclusão: a Emenda nº 13, de autoria do Deputado Narcio Rodrigues, do PSDB de Minas Gerais, que foi pela rejeição, passa a ser pela aprovação parcial, em função da leitura da Errata nº 2. O texto da errata é o mesmo da emenda.

Deputado Narcio Rodrigues, está de acordo? O parecer da Emenda nº 13 era pela rejeição.

Respondendo ao nobre Senador Efraim Morais sobre a fiscalização em relação a recursos de ONGs e de associações, quero garantir a V.Exa. que já estamos tomando providências. Este Relator e as consultorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal irão elaborar um texto que possa servir ao Congresso Nacional e, principalmente, a esta Comissão para podermos ter um controle desses recursos destinados pelo Governo a essas entidades.

Em relação à segunda pergunta, sobre a participação no Anexo de Metas e Prioridades do PAC, quero informar a V.Exa. que, no item que se refere ao emendamento ao Anexo De Metas e Prioridades, tive o cuidado de colocar o texto da seguinte forma: “O Anexo de Metas e Prioridades poderá contemplar as ações integrantes do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, devidamente identificadas.”

Então, fique tranquilo V.Exa., os integrantes desta Comissão e todo o Parlamento, porque o Governo não se furtou jamais a discutir esse assunto. Eu tenho estado com o Ministro do Planejamento, na companhia do Deputado Gilmar Machado, do Deputado João Leão e da Líder Ideli Salvatti e, da discussão nesse sentido o Governo não se furtou jamais. Estamos na verdade dando celeridade a esse assunto, para que possamos definir de uma forma...

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – A minha preocupação, Sr. Relator, com a permissão de V.Exa...

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Pois não.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – A minha preocupação é que o Anexo de Metas e Prioridades do Governo do PAC conste da LDO.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Claro.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Para que possamos identificar exatamente, porque há um questionamento das obras que estão sendo citadas e que estão paralisadas e outras que nem iniciaram.

É preciso que tenhamos essa informação, quais são essas obras, porque na realidade observamos o que tem distribuído o Governo. Ele chega em nosso Estado, a Paraíba e de repente distribui um livro; as emendas de V.Exa., as minhas, as de todo mundo e qualquer recurso está no PAC, quando na realidade o nosso Estado está no PAC porque está atravessando a BR-101, de Pernambuco para o Rio Grande do Norte, não tem como passar por cima, tem que passar na Paraíba.

Essa amarração vai dificultar até nossas emendas. Então, é preciso que V.Exa. dê garantia. Além dessas obras do PAC, qual é o crime de constar no quadro, a Comissão Mista deferir que esteja no anexo de prioridade e metas da LDO?

Seria interessante que o Governo desse essa informação a todos nós. Estou cobrando isso do Governo. Qual é realmente a prioridade do Governo? Não é o PAC?

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sem dúvida.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Se é o PAC, deve estar no anexo da LDO para que nós possamos discutir. Devemos saber quais são as prioridades do Governo, até para ajudar essas obras. Por exemplo, sou Relator de uma área importante de infraestrutura. Amanhã estarei atendendo outras emendas que não são prioridades do Governo.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Concordo com V.Exa., mas como disse anteriormente, já está sinalizado aqui no nosso relatório preliminar.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Nós vamos pedir a V.Exa. e ao Presidente que essa matéria esteja em discussão no decorrer do relatório final.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – No relatório final.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – No relatório final.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sem dúvida. E, finalizando, sobre o controle de despesas correntes, queria dizer a V.Exa. que é de extrema importância trazer essa discussão para o âmbito da nossa Comissão. Acredito que todos nós temos interesse de discutir sobre essas despesas que realmente têm crescido, mas é justificado esse crescimento.

Então, pode dar continuidade, Sr. Presidente.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Relator, concordo com V.Exa., o Governo justifica. Agora, o que está nos deixando preocupados é que não é fácil essa despesa chegar a 6% do PIB, está se aproximando. Então, é aquilo que estou dizendo. Nós precisamos ter mecanismos mais eficientes de fiscalização. Caso contrário nossa Comissão não tem sentido. Daqui a pouco vamos propor que ela seja extinta – eu não, a maioria do Congresso. Porque se nós temos uma Comissão de Orçamento, não temos poder de fiscalização, acatamos aqui tudo que chega do Tribunal de Contas da União, que faz o seu trabalho, nós poderíamos ter uma parceria mais constante com o Tribunal de Contas. O que estamos observando é que o Governo faz e desfaz e o Congresso fecha os olhos.

Lamentavelmente, é esse o quadro que tem o Congresso Nacional hoje. O Governo quer, pode e nós obedecemos.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – V.Exa. fique tranquilo, pois a matéria está sendo discutida por este Relator e a Consultoria das duas Casas.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Agradeço.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – E pode ter certeza que vai ter alguma novidade em relação ao nosso relatório final.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Espero que sejam boas novidades.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Pode ter certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou me es-

tender nos comentários. Acho que o Senador Efraim Morais falou sobre a maior parte das questões que eu gostaria de levantar. S.Exa. aborda a questão de que a LDO tem que ser um instrumento de sinalização para que possamos aperfeiçoar a execução orçamentária e dar maior transparência ao processo do Orçamento Geral da União, que é a peça mais importante que esta Casa vota a cada ano.

Falamos da necessidade de se criar mecanismos de controle. Temos os registros devidamente feitos dentro do SIAFI. Acho que essa abordagem sobre o PAC é uma questão que preocupa todos, até porque se alardeia tanto a importância do PAC, que é um plano estratégico de um conjunto de obras que tem interesse nacional, e nos é negado o detalhamento a respeito do que o Governo realmente considera prioridade. Acho que podemos sinalizar na LDO nessa direção. Além disso, criar mecanismos para não termos mais o que acabamos de ver agora há pouco, Sr. Presidente, uma medida provisória em que liberamos um cheque em branco de 1,2 bilhão de reais para o Governo atender casos emergenciais, sem saber propriamente quais são os municípios e as populações que foram beneficiadas.

Acho que é quase que uma obrigação do Executivo nos passar essas informações e um direito desta Casa poder ter acesso a isso. Acho que a LDO pode caminhar nessa direção. Não poderia concluir meu comentário a respeito dessa matéria, na qual fizemos um entendimento em torno de votar o parecer preliminar hoje, sem fazer um registro do trabalho feito pelo Senador, hoje Deputado, Wellington Roberto, principalmente nos aspectos que levamos a ele, a sensibilidade com que ele tratou especialmente a Lei Kandir, que tem sido uma novela a cada Orçamento. Agora estamos com esse relatório preliminar. Até para o bem do próprio Governo, estamos criando um mecanismo que talvez nos permita, como disse ao Ministro Paulo Bernardo, ter na peça orçamentária que vem para esta Casa essa questão equacionada, para que o Executivo não continue transferindo para o Legislativo a responsabilidade de equacionar um problema tão importante quanto esse, já que a cada momento de votação do Orçamento é um fator de atraso, obstrução, que acaba ocorrendo exatamente pela falta de sensibilidade do Governo.

Então, quero cumprimentar o Deputado Wellington Roberto pela peça que produz com esse parecer preliminar. Acho que podemos, no parecer final da LDO, ter contribuições que ampliem a transparência, que aumentem o controle dos gastos públicos e que permita efetivamente que o Parlamento não tenha que se submeter a essa situação humilhante de aprovar aqui

um crédito suplementar sem poder sequer saber quando os recursos vão ser aplicados. Então, quero deixar meu registro e meu cumprimento pelo trabalho feito, principalmente pelo diálogo estabelecido permanentemente pelo Deputado Wellington Roberto, que mostra mais uma vez a sua competência a esta Casa.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO –**

Acho, Sr. Presidente, mais do que justa a preocupação do nobre Deputado Narcio Rodrigues, que tem defendido tão bem o Estado de Minas Gerais. Sua preocupação vai na mesma linha do Senador Efraim Morais sobre o PAC, a fiscalização de ações do Governo.

Deputado Narcio Rodrigues, em relação à Lei Kandir, quando assumimos um compromisso com V.Exa. para incluir no texto do relatório preliminar – e foi feito através de uma errata –, em seguida com a aprovação parcial da sua Emenda nº 13, quero dizer que toda novela tem capítulos, início, meio e fim. Está chegando o fim da novela da Lei Kandir, para alegria do PSDB e de todos nós. Então, Sr. Presidente, essa era a resposta que tinha para dar ao Deputado Narcio Rodrigues e agradecer pelas palavras elogiosas a este Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques.

Em votação o relatório preliminar e as erratas de nºs 1 e 2 na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado por unanimidade.

Antes de suspender a reunião, convoco a continuação da mesma para o dia 3 de junho, quarta-feira, às 14h30min.

**O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI –** Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Pela ordem, com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI –** Solicito que esta Comissão, na próxima reunião, amanhã, coloque em votação nosso parecer sobre o Porto de Itaqui, no Maranhão. Há 3 sessões não ocorre essa votação. Hoje, foi apresentado um requerimento de minha



autoria para que esse projeto seja aprovado. Solicito, por gentileza, na qualidade de Relator, que o mesmo seja colocado em pauta na votação de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Senador, de acordo com o Regimento, em primeiro lugar iremos colocar o requerimento de inclusão da matéria na Ordem do Dia e depois a matéria propriamente dita.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Solicito à Presidência que inclua o requerimento que apresentei à Secretaria, que trata da convocação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, na pauta de amanhã para votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) – O requerimento também será apresentado para inclusão da matéria na Ordem do Dia.

Está suspensa a presente reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Declaro reiniciada a 2ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias remanescentes da Pauta nº 9.

Informo que as matérias das Pautas nºs 10 e 11 já foram apreciadas.

Diante de acordo de Lideranças, antecipo a manifestação no sentido de que o item 8, PL nº 12, da referida pauta nº 9, não será objeto de deliberação nesta sessão.

Ordem do Dia.

Pauta nº 9, Item 5.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6, de 2009-CN, que abre ao orçamento de investimento para 2009 crédito especial no valor total de R\$43.549.795,00 em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, para os fins que especifica.

Relator: Senador Romero Jucá. Estando S.Exa. ausente, nomeio Relator *ad hoc* o nobre Senador Roberto Cavalcanti.

Foram apresentadas 5 emendas. O voto é favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 4 e pela rejeição das demais.

Portanto, o Relator *ad hoc*, nobre Senador Roberto Cavalcanti, está com a palavra para a apresentação do relatório.

**O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** – Sr. Presidente, agradeço a honra da relatoria e o privilégio de relatar, em substituição ao Senador Romero Jucá.

Basicamente como já foi lido, trata-se de um parecer referente à Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 06, de 2009, que trata da abertura ao orçamento de investimentos para 2009 no valor de R\$43.549.795,00 em favor da INFRAERO.

Este projeto foi enviado pela Presidência da República, através da Mensagem nº 31, de 2009, que submete ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 06, de 2009 (Congresso Nacional – PLN 06/2009) e abre ao orçamento de investimentos para 2009 crédito especial no valor, como já foi dito, de R\$43.549.795,00 em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

A destinação desses recursos básicos é para o desenvolvimento de infraestrutura aeroportuária nos seguintes aeroportos: Fortaleza, Ceará, Boa Vista, Roraima, Salvador, na Bahia, Galeão, no Rio de Janeiro, Guarulhos, São Paulo, Campinas, São Paulo, totalizando o valor supracitado de R\$43.549.795,00.

Os senhores membros da Comissão têm tanto o histórico quanto a análise, e vou direto ao voto.

Em razão de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 06, de 2009-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela inadmissibilidade da Emenda nº 04, e rejeição das emendas 01, 02, 03 e 04.

Este é o relatório feito pelo Senador Romero Jucá que eu acompanho neste ato.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 4, sugerida pelo Relator.

O relatório está em discussão.

Peço a todo o plenário e assistência, por gentileza, que colaborem com os nossos trabalhos, o que é indispensável para a produtividade.

Com a palavra o nobre Deputado Otávio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, duas palavras breves. Eu queria registrar, inicialmente – e não se trata de um questionamento nem de uma patrulha ou coisa do gênero, por favor, não me interpretem mal –, que já estive nesta reunião 4 ou 5 vezes e não tivemos, ainda, a distinta presença do eminente Senador Romero Jucá, que faz parte da Comissão e que é o relator da matéria.

Não que seja óbice, evidentemente, que outro colega possa relatar a matéria, mas, quem sabe, na próxima proposta que V.Exa. se inclinar a indicar o Senador Romero, possa fazê-lo ao eminente Deputado



Pedro Novais, ao Senador Cavalcanti. Enfim, é apenas um registro, porque certamente S.Exa. estudou com mais cuidado a matéria e poderia versar com mais profundidade.

Eu só quero reiterar que a nossa preocupação é que as obras ganhem celeridade. Obras em aeroportos são obras estruturantes, são fundamentais, não para um governo, mas para o País ou para o Estado brasileiro, independentemente de quem esteja naquela ocasião no Governo do País.

Então, quanto melhor planejarmos as dotações para os gastos públicos, os cronogramas a serem cumpridos, melhor. Na verdade, foram anunciados cerca de 300 milhões para o aeroporto do Galeão. Sabemos que a plenitude ainda não se alcançou. É passo a passo que se ensejam as obras.

Devo dizer que esta obra – é apenas um registro, vamos votar a favor – foi objeto de consenso absoluto da bancada do Rio de Janeiro, nas 18 emendas apresentadas. Eu acho que isso valeu como uma experiência muito positiva, na medida em que todos convergiram, independentemente de partido, para uma ideia força, que ganhou algum tipo de musculatura e pressão política, para que desse curso à recuperação dos terminais nº 1 e à conclusão das obras do terminal nº 2 do Galeão.

Essa dotação deve-se muito à bancada do Rio de Janeiro, independentemente de partidos, porque nós queremos que o País tenha a sua porta de entrada mais charmosa, eu diria, da Cidade Maravilhosa, bem estruturada para que todos possam chegar e bem usufruir dos serviços aeroportuários.

O encaminhamento é a favor, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Deputado Otávio Leite, a Mesa anotará a manifestação de V.Exa..

O relatório continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Antes de passarmos ao item 7 da pauta, quero comunicar a V.Exas. que solicitei à Secretaria da Mesa desta Comissão as normas de condução dos trabalhos e de participação das assessorias parlamentares, da imprensa, dos demais servidores que podem ter acesso

ao ambiente desta Comissão. Sinto que os trabalhos estão sendo prejudicados por falta de observância dessas normas.

Por esta razão, quero comunicar a V.Exas. que solicitei à Mesa as devidas normas regimentais, que devem ser cumpridas, para leitura e determinação a quem de direito, a exemplo da Segurança que presta serviços a esta Comissão, para fazê-las cumprir.

Item 7.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 11, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao orçamento fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$149.299.610,00 para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

Relator designado: Deputado João Leão.

Foram apresentadas 29 emendas. O voto é favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 4 e 9 a 19, pela rejeição das demais. Ausente o Deputado Relator João Leão.

Nomeio *ad hoc*, para fazer o relatório, o nobre Deputado Pedro Novais, a quem peço a gentileza de fazê-lo, e a quem concedo a palavra neste instante.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – “Voto do Relator.

Do exame da proposição verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional. Isto é, crédito suplementar. Uma vez que objetiva suplementar dotações orçamentárias em programações e unidades orçamentárias constantes na LOA vigente.

Observa-se ainda que a proposição está formulada em conformidade com o disposto na Constituição, na Lei nº 4.320, na Lei Complementar nº 101 e na Lei nº 11.653, de 2008.

Quanto às emendas de nºs 1, 3, 5, 8, 20 a 29 apresentadas ao projeto, em que pese o mérito de suas iniciativas, assim decidimos rejeitá-las no mérito, considerando que o acatamento dos pleitos ensejaria redução significativa do projeto, com evidentes prejuízos às ações contidas nos programas de trabalho do anexo do projeto consubstanciadas nos argumentos apresentados na exposição de motivos.

Indico as emendas nºs 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 ao Presidente da Comissão Mista para serem declaradas inadmitidas, uma vez que propõem incluir novas programações em projeto de lei de crédito suplementar, nos termos do art. 109, inciso III, alínea “a”, combinado com o art. 146, da Resolução nº 1.

Desse modo, considerando que o projeto de crédito suplementar em exame não colide com os dispositivos legais, relativos à alocação de recursos, submeto

a este Colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto nº 11, na forma apresentada pelo Poder Executivo.”

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Obrigado, nobre Deputado Pedro Novais.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs. 4 e 9 a 19, sugeridas pelo Relator.

O relatório está em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** – Eu gostaria de registrar que acompanho esse projeto há muitos anos nesta Casa. Tive oportunidade de estar aqui em 2006 e já era um sonho da FAB – Força Aérea Brasileira desenvolver esse cargueiro.

Ele, na verdade, substituíra cargueiros que antigamente eram importados, tipo Hércules e outros. Para o Brasil, para a consolidação dos projetos aeronáuticos brasileiros e a própria consolidação da área de transporte da Força Aérea Brasileira, é muito importante.

É um projeto belíssimo, em termos de estruturação, e o País acosta-se à França no desenvolvimento desse projeto. Isso honra o Brasil no sentido de não mais, no futuro, ter que importar esse tipo de aeronave, que antigamente era importada pela Força Aérea Brasileira.

Era isso o que tinha a registrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Sr. Senador Roberto Cavalcanti, o Relator está se referindo a outra matéria. Não é essa a matéria que está sendo votada.

Mas quero manifestar ao nobre Senador Roberto Cavalcanti que a Mesa aceitará as considerações de S.Exa., de forma antecipada, já para o item seguinte, o Projeto de Lei nº 14, que diz respeito exatamente ao fato a que V.Exa. se referiu.

**O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** – O.k., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A matéria continua em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Submeto à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Parlamentares, quanto às matérias objeto de acordo, já foram devidamente deliberadas aquelas incluídas na pauta e objeto de acordo, mas na Mesa encontra-se requerimento de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Aviso nº 1, de 2009, do Congresso Nacional.

Esse requerimento já foi lido no plenário desta Comissão e o submeto a discussão. O objeto é a inclusão, extrapauta, do Aviso nº 1/2009.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado...

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, V.Exa. poderia esclarecer o que estamos votando.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Estamos votando apenas o requerimento de inclusão extrapauta de aviso que havia sido retirado de pauta da reunião anterior por requerimento do Relator. E S.Exa. apresenta requerimento para incluí-lo na pauta novamente.

Em votação o requerimento na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Aviso nº 01/2009, do Congresso Nacional, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 62/2009, Tribunal de Contas da União, Plenário, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, relativo à recuperação dos Berços nºs 101 e 102 do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão. Tribunal de Contas nº 014.936/2007-1. Relator: Senador Roberto Cavalcanti.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela exclusão do Anexo nº 6 da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, que é a Lei Orçamentária Anual de 2009.

O Programa de Trabalho Orçamentário nº 26.784.1457.1K26.0021, recuperação dos Berços nºs 101 e 102 do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório. Com a palavra o nobre Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** – Na verdade, já foi muito bem exposto pelo Sr. Presidente um resumo do nosso parecer.

Na verdade, em termos de histórico, é originário do Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 01/2009-CN, Aviso nº 27, Tribunal de Contas da União, Plenário, de 28 de janeiro de 2009. Essa é a origem, que encaminhou ao Presidente da Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 62/2009, TCU, Plenário, proferido por aquela Corte nos autos do Processo do Tribunal de Contas nº 014.936/2007-1, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, relativa à recuperação dos Berços nºs 101 e 102 do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão.

A referida decisão examina uma solução e uma solicitação formulada pela Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, afim de que o Tribunal de Contas da União determine a exclusão da suspensão dos bloqueios de recursos orçamentários referentes aos seguintes contratos:

**a** – 68/2006 e 15/2006, subordinados ao Programa de Trabalho Orçamentário nº 26.784.1457.1K26.0021, recuperação dos Berços nºs 101 e 102 do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão;

**b** – 80/2006, subordinado ao Programa de Trabalho Orçamentário nº 26.784.1457.7F21.0021, que é a construção do Berço nº 100, com alargamento do cais sul e ampliação do Porto de Itaqui, Estado do Maranhão.

Vou direto ao voto que, na verdade, o Sr. Presidente já relatou.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

**a** – tome conhecimento do Aviso nº 01/2009-CN;

**b** – exclua do Anexo nº 6 da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, LOA/2009, o Programa de Trabalho Orçamentário nº 26.784.1457.1K26.0021, recuperação dos Berços nºs 101 e 102 do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, nos termos do projeto do decreto legislativo em anexo.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A matéria ora relatada está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Em votação a matéria na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 14/2009, do Congresso Nacional. O autor do requerimento é o Deputado Zé Gerardo, a quem concedo a palavra para apresentação.

Embora em se tratando de matéria objeto de acordo, já a coloco em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Com a palavra o nobre Senador Efraim Morais.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Presidente, os 2 projetos votados são da relatoria do Deputado João Leão. Observamos que o Deputado está um pouco cansado de relatar, posto que nem está mais vindo relatar os projetos. Coincidentemente, o Deputado João Leão tem mais relatorias, o dobro da relatoria que coube às oposições até agora. É só uma curiosidade, mas observamos que S.Exa. já se sente um pouco cansado mentalmente em função do excesso de relatorias.

E nós vamos ser favoráveis a este relatório, que é da maior importância.

Ao mesmo tempo, quero fazer um apelo a V.Exa., Sr. Presidente. Tive a oportunidade de conversar com vários dos Srs. Deputados e Srs. Senadores em relação ao item retirado de pauta, o nº 12/2009. O entendimento feito é para que ele não venha para pauta enquanto não houver entendimento de Liderança, nem que esteja presente na próxima pauta. Do contrário, nós vamos ficar sempre dependendo de pedir a V.Exa. que o retire.

O nosso entendimento é que haja uma conversa entre as Lideranças de Governo, Oposição e o Relator, Senador Lobão Filho, para que possamos, então, discutir a matéria. E como a pauta está sendo encerrada hoje, que a matéria não seja posta na pauta da próxima semana sem que haja entendimento. Eu conversei com o Deputado Zé Gerardo, inclusive com outros Deputados do Governo e da Oposição, e não há um entendimento sobre a matéria. Só para que possamos continuar nesse clima de entendimento e de produtividade positiva desta Comissão.

Ao mesmo tempo, quero tirar uma dúvida, Sr. Presidente. Gostaria de saber se já iniciamos o prazo de emendas à LDO e quando vence esse prazo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Diz respeito à matéria levantada?

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Não, é sobre as relatorias do Deputado João Leão. Coordenador do PP, faço um apelo a V.Exa. no sentido de que, quando a relatoria de uma matéria couber ao Partido Progressista, por favor, que se faça verificação com os outros colegas do partido.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, há na pauta um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 5, que requer audiência pública com o Tribunal de Contas da União e com os Ministros da área de infraestrutura, justamente para nós tratarmos da paralisação das obras.

Há uma discussão aqui sobre a prerrogativa do Tribunal de Contas de paralisar as obras. Sabemos o custo de obras paradas no Brasil. O Tribunal de Contas diz que os Ministros não mandam as informações no prazo de 15 dias, e os Ministros reclamam que o Tribunal também não decide, e as obras ficam paralisadas por muito tempo.

O requerimento busca justamente fazer um debate com o TCU e os Ministros da área de infraestrutura, para que possamos formar opinião sobre essa alteração que se pretende na LDO no sentido de que caiba à nossa Comissão decidir a paralisação das obras.

Eu gostaria de perguntar aos Srs. Líderes se há possibilidade de fazermos inversão de pauta para votar o requerimento que trata desse assunto, uma vez que a LDO já está em andamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Antes de conceder a palavra aos Srs. Parlamentares, devo, primeiro, dizer ao nobre Senador Efraim Morais que a Mesa mais uma vez registra o que S.Exa. chama de “curiosidade de S.Exa.”. Está registrada e será levada em consideração na forma regimental. Evidente que levando em consideração, sobretudo, a possibilidade de continuidade dos trabalhos dentro de um clima de harmonia entre as diversas representações partidárias desta Comissão.

Em segundo lugar, quanto à matéria que corresponde ao PL nº 12, retirado de pauta, evidente que nós teremos de seguir a norma regimental. A matéria está pronta para ser deliberada, iremos colocá-la na pauta,

mas não deixaremos de fazer a reunião de Lideranças. Em dado momento, ela terá de vir, salvo acordo, para o Plenário, e ser deliberada. E quando deliberado o parecer pela rejeição, nomeia-se o Relator para o vencido. Portanto, cumprimos as normas regimentais.

Quanto à solicitação de deliberação de requerimento do nobre Deputado, devo dizer a S.Exa. que os requerimentos dessa ordem não foram objeto de acordo para deliberação nesta reunião.

Não obstante, diante do pedido que S.Exa. formula, eu peço às Lideranças que se manifestem no sentido da concordância ou não para a deliberação do que S.Exa. requer.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Quem deseja fazer uso da palavra?

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra, inicialmente.

Sr. Presidente, V.Exa. havia anunciado a apreciação do Projeto...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Do requerimento formulado pelo Deputado Zé Gerardo, a respeito do Projeto de Lei nº 14.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Exatamente, Projeto de Lei nº 14...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Mas fui interrompido por uma palavra pela ordem.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Pois é...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Que já estava, inclusive, em deliberação...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Já em processo de votação.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Exatamente. Eu gostaria que não fosse tumultuado...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Concluiu o processo de votação...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Com o requerimento do Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Perfeito. Para que depois nós entrássemos no debate sobre os requerimentos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Isso.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Vamos apreciar o projeto e, inclusive...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Defiro, *in limine*, a manifestação de V.Exa.



Portanto, já votado na representação da Câmara o requerimento do nobre Deputado Zé Gerardo, eu o submeto à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos, portanto, à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 14.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em relação a requerimentos, nós fizemos um acordo com a Liderança do Governo, e eu gostaria de ouvir o Líder se nós vamos votar. Há um requerimento de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Aprovado o requerimento para a inclusão extrapauta da matéria, vamos à deliberação constante do relatório apresentado o Projeto de Lei nº 14, de 2009, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa crédito especial no valor de 305 milhões de reais, para os fins que especifica e dá outras providências.

Relator: Deputado João Leão.

Não foram apresentadas emendas. O voto é favorável nos termos do projeto.

Presente o nobre Relator, Deputado João Leão, a quem concedo a palavra para a apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse é um projeto destinado, como o nosso Presidente muito bem falou, ao Ministério da Defesa, e não foram apresentadas emendas.

Voto do Relator.

Apresento proposição em que se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor. Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 14, de 2009, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das sessões, no dia de hoje.

Deputado João Leão, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A matéria relatada está em discussão.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, antes de submeter a votos, eu gostaria de dizer que fizemos um acordo para a inclusão desta matéria com a Liderança. Nesse acordo, ficou acertado

– eu queria evocar aqui o testemunho e a palavra do Líder Gilmar Machado – a inclusão de um requerimento que apresentamos ontem para ser votado hoje. O requerimento foi apresentado por nós, pedindo informações sobre o PL que aprovamos ontem, com recursos para o Ministério da Integração Nacional. Fizemos um acordo com o ilustre Líder Gilmar Machado, no sentido de que o outro requerimento que apresentamos à Mesa ficaria para semana que vem, tempo que S.Exa. pediu para poder identificar quem do Governo deveria ser chamado para falar sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ilustre Deputado Gilmar Machado, eu gostaria de ouvi-lo antes de votar esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A matéria continua em discussão.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Só para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o relatório foi muito bem elaborado pelo Deputado João Leão. Não temos problema com relação a isso, e os créditos que o Governo tem mandado são exatamente para que possamos atender rapidamente alguns Ministérios que têm algumas necessidades neste momento.

Em segundo lugar, em relação ao que falou o Deputado Nárcio Rodrigues, ontem, votamos a medida provisória de 1 bilhão e poucos reais, para socorrer as emergências, o problema da gripe. Uma parte desses recursos é para o Ministério da Integração. E não tínhamos condições de informar, porque o dinheiro vai para os Estados. O Município decreta emergência, manda para o Estado, que, ao captar os recursos do Governo Federal, dos vários Ministérios, presta o atendimento. O Deputado requer a informação dos Municípios. Não temos problema nenhum.

Acordamos que votaríamos a medida provisória ontem e, na reunião de hoje, então, votaríamos o requerimento. O Deputado disse que iria formalizar o requerimento, uma vez que o tinha feito oralmente, e o entregaria por escrito à Mesa. E foi o que fez. A Liderança do Governo tem o compromisso de realmente aprovarmos essa informação, que é precisa.

Então, em nosso caso. Com relação a este requerimento, não temos nenhuma dificuldade, porque houve acordo no dia de ontem. Por isso somos, neste aspecto... Mas depois da votação desse crédito. É disso que gostaríamos. Os demais, como já foi solicitado ao Deputado Nárcio Rodrigues, votaríamos na próxima reunião, porque não foram objeto nem ontem, agora



que estão aparecendo, para que possamos discuti-los com mais tranquilidade.

Queremos votar o crédito. Pedimos à Oposição, em especial ao PSDB, que votemos o crédito. Depois, então, entraríamos nesse ponto, e a Liderança reafirmando o que disse ontem publicamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A Mesa compreende a matéria incidental e deixa-a à parte.

Continua em discussão a matéria relatada.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** – Duas palavras ao relatório do hoje, nesta reunião, badalado Deputado João Leão.

De antemão, aquiescemos, sem dúvida nenhuma, com a substância. De fato, são recursos que precisam ser destinados ao Ministério da Defesa com intenções indispensáveis, porque é função do Estado, basicamente, ter equipamentos para zelar pela defesa nacional.

Gostaria apenas de fazer uma breve e rápida reflexão. Às vezes fico a imaginar. Nós, no Brasil, nós somos, não tem jeito, o Primeiro e o Terceiro Mundo. A EMBRAER é um Primeiro Mundo brasileiro. Antes da privatização tinha 4 mil funcionários, hoje tem 20 mil. Antes tarde do que nunca. Finalmente, o Brasil vai procurar a EMBRAER, cuja tecnologia, competência e eficiência já perpassam todos os continentes, com a conceituada presença em todos esses recantos do planeta na aviação civil e na aviação militar. Finalmente, o Brasil vai procurar a EMBRAER para construir um programa comum, um cargueiro produzido no Brasil.

A Amazônia é hoje abastecida, do ponto de vista do equipamento do Exército, por aeronaves – os Hércules estão saindo – espanholas chamadas Casa, esses que percorrem a dimensão amazônica do nosso espaço, até em cima na Cabeça do Cachorro. O fato é que de há muito o País reclamava essa necessidade. Espero que isso realmente vá adiante. São 50 milhões de reais para este projeto.

Vamos votar, mas gostaríamos de saber o que é o projeto e quanto custa, de fato, o seu prosseguimento, para que tenhamos doravante a dimensão do que mais à frente será necessário aportar para um PPA futuro, para uma dotação futura, a fim de que o Brasil possa, efetivamente, tal qual tem na aviação civil e na aviação militar, em menor porte, e na aviação geral, ter também aparelhos cargueiros nacionais. Acho isso da maior relevância.

Ao tempo de afirmar o nosso voto positivo, solicitamos à Presidência que requeira à EMBRAER, ao

Governo e ao Ministério da Defesa informações mais detalhadas sobre esse projeto de 50 milhões de reais para o desenvolvimento de um aparelho de carga brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A Mesa registra o desejo de V.Exa. e aguarda a formalização do requerimento na forma regimental.

A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Relator, o nobre Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu quero dizer a V.Exa. e ao nobre e querido Deputado que este requerimento tem de ser feito ao Ministério da Defesa e não à EMBRAER, que é uma empresa particular que não tem nada a ver com isso. Quero dizer a V.Exa. também que o projeto custa 305 milhões de reais, no total, sendo que neste bojo está a aquisição de 50 helicópteros. Se não me engano, cada um custa 40 milhões de reais. Seriam 200 milhões de reais para os helicópteros...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Alguns para a Paraíba, para atender V.Exa. e o nobre Senador Efraim Moraes.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAES** – Acho que vou pensar em votar a matéria para saber se realmente esses helicópteros vêm com esse destino. Acho que vamos retirar o acordo, já que o Relator está escondendo informações, está dando informações sobre helicópteros que vão para o meu Estado.

Isso eu não sabia, sinceramente. Fico, inclusive, feliz, mas se for um para a Paraíba, no mínimo o resto vai para a Bahia de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Continuando na discussão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Gostaria de pedir a V.Exa., e, por meio de V.Exa., à nossa ilustre e competente assessora, quando distribuir os relatórios, que o faça acompanhado do projeto, porque não sei o que vem no projeto, neste e nos anteriores, inclusive naquele que eu li.

Eu não poderia acrescentar mais nada além do que está aqui no relatório, exatamente porque eu não sei o que consta do projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A Mesa diligenciará a solicitação de V.Exa.

Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria que o Deputado João Leão nos esclarecesse qual o valor especificado dos 4 itens que receberão esse crédito: a, b, c e d. Temos aí a conclusão do Centro de Excelência de Tecnologia; recursos necessários à integralização do capital de Alcântara; apoio a CVTs e implementação de infraestrutura do sítio de lançamento do Centro Espacial.

Qual o detalhamento desse crédito?

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, acho que há um equívoco. Quero chamar a atenção do ilustre Deputado Márcio Reinaldo Moreira, porque esse crédito já votamos. Estamos no Projeto de Lei nº14.

O Relator relata muitas matérias, então, é difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Esclarecido o fato. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra para discutir a matéria relatada, submeto-a à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados a que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Em votação a matéria na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Requerimento para inclusão na pauta.

Para apreciar o Requerimento nº 8, de 2009, da Comissão Mista de Orçamento. Autor: Deputado Nárccio Rodrigues, que tem a palavra para a apresentação do requerimento.

Embora sendo o requerimento de inclusão de pauta já objeto de acordo, submeto-o à discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação o requerimento na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Em votação o requerimento na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Extrapauta o Requerimento nº 8, de 2009, que requer seja solicitado ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Geddel Vieira Lima, relação dos Municípios com os respectivos atos de declaração de

calamidade pública a serem beneficiados com as ações da Medida Provisória nº 463, de 20 de maio de 2009. Autor: Deputado Nárccio Rodrigues.

Com a palavra o autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, nós aprovamos ontem essa medida provisória que destina 1 bilhão e 200 milhões de reais para o atendimento de desabrigados e para ações emergenciais do Governo.

Escandalosamente, esta Casa fica privada de saber qual é a efetiva destinação desses recursos. Em função disso, fizemos esse requerimento. Acho que é direito da sociedade brasileira. É obrigação do Executivo detalhar os investimentos a serem feitos. Desses 1 bilhão e 200 milhões de reais que demos como um cheque em branco ao Executivo ontem, 880 milhões de reais são do Ministério da Integração Nacional.

Gostaríamos de saber o detalhamento, porque o restante do recurso está muito ligado à gripe suína e prevê, de alguma forma, as ações que estão programadas. No caso do Ministério da Integração, trata-se de uma colocação de recursos em modalidade genérica que não nos permite acessar quem realmente vai ser beneficiado, o que é direito desta Casa e obrigação em relação à população, para podermos prestar contas do nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Nobre Deputado Nárccio Rodrigues, para um esclarecimento, devo dizer que a medida provisória é do valor a que V.Exa. se referiu, embora parte desses recursos, algo superior a 880 milhões de reais para o Ministério da Integração, dos quais uma parcela da ordem de 700 milhões de reais, aproximadamente, diga respeito a obras que venham acudir o desastre decorrente das enchentes e outras intempéries. Uma parcela inferior, da ordem de cento e poucos milhões, destina-se a obras preventivas, exatamente para que eventos dessa natureza não venham prejudicar populações nesses Municípios. Ou seja, o requerimento volta-se para o Ministério da Integração Nacional, refere-se à medida provisória, mas não na sua integralidade.

Feito o esclarecimento, com a palavra o nobre Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Quero deixar bem claro, principalmente para o nosso telespectador, que essa posição do Deputado Nárccio Rodrigues parece dúvida. Parece que o Governo não quer mostrar onde vai ser aplicado esse recurso. Parece que o Governo quer mostrar que esse recurso será aplicado sorrateiramente. Quero dizer e deixar bem claro que, primeiro, o nosso Ministro Geddel Vieira Lima é sério e competente. Segundo, como funciona a questão da

aplicação desses recursos, meu caro Deputado Nárccio Rodrigues?

O Município, primeiro, declara calamidade pública. Segundo, o Estado ao qual pertence o Município reconhece a calamidade pública. Terceiro, o Ministério reconhece a calamidade pública. A União reconhece que ali realmente se efetivou a calamidade pública. Quarto, isso sempre, nesta Comissão, foi dessa maneira.

No Governo Fernando Henrique, no Governo passado, em todos os Governos passados aconteceu o problema, o que não deveria ser dessa maneira, vale salientar. Deveria haver uma previsão orçamentária para as questões de calamidade pública em aberto. Uma definição de um valor real para atender às calamidades públicas no Brasil, o que não acontece. Muitas vezes esses recursos vêm com essa definição, e o próprio Congresso redistribui para as outras ações.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Presidente, eu não estou entendendo o porquê desse tom do nobre e tranquilo Deputado João Leão. O requerimento do Deputado requer, simplesmente, a relação. Se é tudo legal, se é declarado...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Se V.Exa. me permitir. V.Exa. quer um aparte? *(Pausa.)*

Entenda V.Exa. que o que estamos querendo não é muita coisa, mas simplesmente a relação dos Municípios que serão beneficiários, até porque poderá o Ministro esquecer de atender Municípios do meu Estado que foram atingidos, assim como os de V.Exa. A nossa preocupação é essa e não duvidar da posição de Geddel Vieira Lima, que é nosso Ministro. Pelo contrário, acho que mais preocupado do que nós com Geddel está o PT da Bahia, que se preocupa com a candidatura dele a Governador. Estamos preocupados com o atendimento aos nossos Municípios e aos outros Estados. Diferentemente da fiscalização política que diz V.Exa.

Se tudo é legal, se tudo é feito de acordo com o que determina a lei – vem do Município para o Estado, publica-se no *Diário Oficial*, vem para o Ministério... Então, o queremos saber...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não tem por que não mandar para cá.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Então, eu concordo com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Nós vamos aprovar o requerimento.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Então, viva V.Exa.! Parabéns.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Nárccio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, eu só quero fazer um reparo. Nós convivemos aqui com o Ministro Geddel Vieira Lima e jamais tomaríamos uma medida que fosse um exercício de desconfiança. Apenas estamos formulando requerimento que abre oportunidade ao Ministro, inclusive, de trazer esses esclarecimentos não só para esta Casa, mas para toda a sociedade brasileira, uma vez que é direito da Câmara dos Deputados obter essas informações, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, quero dizer ao querido Líder João Leão que o acordo foi feito para votação de uma matéria que não estava na pauta, ontem, e que trazia no seu conteúdo uma série de interrogações não respondidas. Então, fizemos um acordo para que o requerimento pudesse trazer esclarecimentos que, tenho certeza, só aumentarão o propósito da transparência perseguido por todos nós.

Finalmente, quero dizer ao Deputado João Leão que não é verdade que no Governo Fernando Henrique se fazia essa prática de desconhecer, inclusive, o papel desta Comissão, deste Colegiado. Na sua exposição de motivos, mesmo em projetos de lei que previam atendimento a episódios de calamidade, o Governo Fernando Henrique trazia toda a lista de Municípios a serem atendidos. Eu posso recorrer à história para mostrar à S.Exa. que estou falando a verdade, porque convivi nesta Casa, neste Colegiado, com essa situação.

Na verdade, Sr. Presidente, eu estou querendo que esta Casa recupere suas prerrogativas. Votamos ontem um cheque em branco e não podemos saber onde esse dinheiro será gasto? Acho que isso fará bem, inclusive, ao Ministro Geddel Vieira Lima e ao Governo Lula, porque poderemos informar a população onde estarão sendo investidos esses recursos. E isso fez parte do acordo que fechamos, ontem, para votação de uma matéria que trazia uma série de dúvidas para o Plenário.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Só para encerrar a minha participação, Sr. Presidente, eu quero dizer ao nobre, querido colega e amigo Nárccio Rodrigues que não pode acontecer isso. Se há calamidade pública, muitos Municípios ainda não fizeram o seu relatório para apresentá-lo ao Governo. Muitos desses

Municípios, sejam da Paraíba, da Bahia, do Piauí, ainda não apresentaram o seu relatório.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Mas na hora da liberação eles podem mandá-los para cá.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Tranquilamente.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Não queremos agora, não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não. Agora ele vai ser obrigado a mandá-lo, porque o requerimento vai para lá, aprovado por nós, e terá de retornar. Muito justo. Não vejo problema nenhum na aprovação. Ao contrário, louvo as palavras do companheiro Nárcio Rodrigues. Mas não poderia ter vindo já definindo Município tal e Município qual antes de o Ministério definir e levantar a catástrofe de cada área, de cada Município.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, nós não só fizemos acordo para votarmos favoravelmente, mas entendemos que essa prática é função desta Comissão.

Faço apelo a V.Exa., Sr. Presidente. Temos em funcionamento, durante o acompanhamento do ano, 4 comitês. Um deles é o Comitê de Acompanhamento da Execução Orçamentária. V.Exa. está compondo os comitês. Gostaria que pudéssemos ter não só essa medida provisória. Nós já liberamos recursos, anteriormente, para o problema do Sul.

A solicitação do Deputado Nárcio Rodrigues, à qual votaremos favoravelmente, trata da questão do Norte e Nordeste. Mas já liberamos outros recursos, este ano, para atender à Região Sul, por exemplo. Vamos acompanhar todos esses processos.

Deixo a sugestão: que o Comitê, cujo coordenador será indicado por V.Exa., coordene o trabalho, para que acompanhemos não só essa questão das catástrofes, mas os demais recursos que serão destinados para obras do PAC e outras coisas.

Este é o trabalho da Comissão. Muitos perguntam qual é a função desta Comissão. É trabalho desta Comissão acompanhar a execução do Orçamento durante o ano inteiro. Além de votarmos o Orçamento, compete-nos acompanhá-lo.

E o Governo em momento algum se sentirá ofendido por busca de informação. Primeiro, porque todas essas informações que daremos já estarão no site. A Câmara e o Senado acabaram de votar lei que estabelece que assim que sair uma execução teremos de dar publicidade a ela na Internet. É lei, e já estamos fazendo isso.

A solicitação que faço a V.Exa. e aos demais membros é para que possamos colocar... E eu, pela Liderança do Governo, me coloco à disposição, para que possamos fazer de fato esse acompanhamento e trazer as informações que os Parlamentares, tanto os Senadores como os Deputados, quiserem trazer, sobre qualquer área do Governo, em termos de execução, para esta Comissão. Aí, sim. Não estamos aqui escondendo ou querendo fazer disputa falsa, mas temos um comitê legalmente constituído e nomeado pela Presidência para fazer esse acompanhamento.

Vamos votar favoravelmente, mas entendo que podemos ampliar, inclusive, essas informações das outras verbas que já saíram não só do Ministério da Integração Nacional, mas dos demais Ministérios.

Que possamos ter o Comitê funcionando. Nós nos colocamos à disposição para ajudá-lo a trabalhar tranquilamente, como trabalham o Comitê de Obras Irregulares, o Comitê de Emendas e o Comitê de Receitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – A Mesa registra a ponderação de V.Exa. quanto à instalação dos comitês mais de perto do Comitê de Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Encerrada a discussão, submeto à deliberação o Requerimento nº 8, de 2009, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação o requerimento na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Deputado Ricardo Barros pede a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, eu havia solicitado a inversão de pauta, para votarmos o Requerimento nº 5, de minha autoria, que trata da audiência pública com o Presidente do TCU e os Ministros da Infraestrutura, a fim de que possamos debater a paralisação de obras públicas, conforme está justificado no requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Nobre Deputado Ricardo Barros, lamento informar a V.Exa. que a pauta, para hoje, já está encerrada, diante de acordo de Lideranças.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, desculpe-me. O requerimento está na pauta. Estou pedindo inversão de pauta. Se ela for negada, então está negada, e vamos seguir na pauta normal. Agora, o acordo de Líderes não encerra a pauta, mas



encerra o acordo para a pauta. E como houve duas inclusões novas, acordadas aqui, hoje, estou perguntando se há possibilidade de votação do meu requerimento. Eu gostaria de ouvir os Srs. Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Parece-me, então, que o procedimento de reunião de Líderes fica prejudicado.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Foi aprovado, mas o nobre Deputado tem o direito de pedir para incluir na pauta o requerimento dele.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – A Oposição é favorável à votação, depende do Governo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – É polêmica, a matéria é polêmica.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Pediria manifestação dos senhores de que não haverá nenhum problema, Sr. Presidente, na apreciação desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Nós estamos votando. É preciso que haja esclarecimento. Estamos deliberando a cerca de uma pauta ajustada por acordo. Por acordo, eu a submeto à apreciação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – É isso que estou propondo. A Oposição tem acordo para votar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, eu queria só fazer um apelo ao Deputado Ricardo Barros, como o fiz também ao Deputado Nârcio Rodrigues, que o compreendeu. É solicitada a presença de vários Ministros. Eu pediria uma semana para poder discutir qual Ministério vem aqui debater. Vamos trazer 4 Ministros para debater um projeto sobre questão de obras irregulares. Peço uma semana para definir qual o Ministério vem aqui debater essa questão com o TCU. Eu acho que são questões...

Eu faria um apelo. Como não discutimos esse ponto na reunião, como V.Exa. muito bem disse aqui, eu faria um apelo ao Deputado Ricardo Barros, para que nós pudéssemos apresentar a questão na próxima reunião. Temos tranquilidade para poder aprová-la. Ninguém vai votar contra. Teremos tempo de acertar esse processo melhor, porque não tivemos tempo, visto que estávamos olhando as demais matérias.

Esse é o apelo que faço ao Deputado Ricardo Barros e à Oposição. Fizemos um entendimento antes.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, o PR se acosta às palavras do nobre Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – O PMDB também concorda com o Deputado Gilmar Machado: que sejamos mais ponderados, leve para o Colégio de Líderes, discuta e traga uma nova pauta.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Uma audiência só, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, vou concordar com o adiamento da votação. Estamos pedindo para convidar os Srs. Ministros. Evidente que não vamos achar uma data em que todos possam comparecer. Se vier o Presidente do Tribunal de Contas e um ou dois Ministros, o debate estará feito. E eu espero que o Relator da LDO, Deputado Wellington, possa tratar da matéria que se refere a trazer para o Congresso Nacional a decisão de paralisação de obras, que é o que está em tela e em questão.

Também vou pedir aos Srs. Líderes que informem aos Parlamentares proponentes de requerimentos ou Relatores de matérias, quando no Colégio de Líderes houver acordo para não votar matérias e requerimentos. Efetivamente não é provável que o Parlamentar, tendo a sua matéria na pauta, chegue aqui e fique sabendo que houve acordo para que a matéria não fosse votada. A situação causa evidentemente uma dificuldade na tramitação dos trabalhos. É natural que quem faz uma proposição queira vê-la apreciada pelo Plenário, mesmo que não possa ser aprovada.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – É sobre a matéria?

Deputado Eduardo Valverde, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Eu acho meritório o requerimento do Deputado Ricardo Barros por causa da necessidade que tem o Congresso Nacional de dirimir essa controvérsia quanto ao papel do TCU, no tocante à paralisação de obras.

Esta Comissão instituiu, pela Resolução nº 01, vários comitês. Um dos comitês instituídos pela Resolução nº 01 foi o Comitê de Obras Irregulares. Creio eu que, se esse comitê estivesse funcionando, situações similares que queria o Deputado Ricardo Barros evitar estariam sendo evitadas. O comitê seria o braço da Comissão Mista de Orçamento, que dialogaria com o TCU e com demais órgãos do Governo que têm obras irregulares, buscando superar a dificuldade.

Pediria a V.Exa. que instalasse esses comitês, em especial o Comitê de Obras Irregulares, para haver tempo hábil de trabalhar ainda este ano. Do contrário, acaba o ano e fica aquela correria, analisando-se um



monte de aviso para dar o parecer ao Relator-Geral do Orçamento.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) –

Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Eu fui citado pelo nobre Deputado Ricardo Barros. Acredito que não há empecilho nenhum em trazer essa matéria para discussão dentro da LDO.

Agora, concordo com o Deputado Eduardo Valverde: existe um comitê e, após a sua instalação, pode até participar da audiência pública, dependendo da escolha dos Ministros que esta Comissão possa fazer, votando o requerimento na sessão seguinte, ou assim seja feita a escolha.

Eu acho que a ideia do Deputado Eduardo Valverde é de bom grado para esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) –

Agradeço ao Deputado Ricardo Barros pela compreensão. Levaremos essa matéria ao Colégio de Líderes.

Aproveito a oportunidade, respondendo as demais ponderações que foram feitas, no que diz respeito à instalação dos comitês, e, antes de encerrar esta sessão, submeto à apreciação das Lideranças a nossa pauta de trabalho para a próxima semana. Asseguro que, na próxima semana, dependendo da nossa pauta, da agenda de trabalhos, estaremos instalando também todos os comitês.

Como a próxima semana é atípica, na terça-feira poderíamos convocar reunião extraordinária. Não acredito que tenhamos condições de realizar sessão na quarta-feira. E na semana seguinte, dia 16, terça-feira, já está agendada audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional; e no dia 17, quarta-feira, haverá sessão ordinária.

Eu gostaria de ouvir as ponderações de V.Exas. quanto à convocação de reunião extraordinária para a próxima terça-feira. Reunião extraordinária dia 9, terça-feira, às 14h30min.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – O PMDB

concorda, Sr. Presidente.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Não ha-

veria reunião na quarta-feira? V.Exa. já antecipa?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) –

Eu não acredito que, como é de praxe no Congresso Nacional e nesta Comissão, com o feriado de quinta-feira...

**(Não identificado)** – Se não der *quorum* na quarta-feira, não dará na sexta-feira. Mas está tudo bem. Da minha parte, está tudo o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) –

São ponderações que estou fazendo. Até porque faço

isso de viva voz, diante do Plenário da Casa e da Nação, porque sou daqueles que entendem que a atividade parlamentar não se exerce só nos quadrantes do Congresso Nacional. Exercemos a atividade parlamentar no plenário, no gabinete, na assessoria, discutindo nos Estados. Até porque nós não somos Deputados e Senadores de Brasília. Nós somos Deputados e Senadores representantes dos nossos Estados. Se somos representantes dos Estados, é normal que aproveitemos uma semana atípica, que tem um feriado, para uma atividade no próprio Estado.

Quando eu chego a Sergipe, visito os Municípios. Vou buscar subsídios para o exercício da representação popular. E tenho plena convicção de que todos os senhores fazem a mesma coisa, assim como o nobre e querido Senador Efraim Morais.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Na Paraíba. Às vezes passo pelo Rio Grande do Norte também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Portanto, eu acredito que devamos deixar o dia 9 sem convocação extraordinária.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Nós estamos de acordo.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, o Senador Efraim Morais fez um questionamento sobre a data em que se encerra o prazo para apresentação de emendas da LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Eu agradeço a V.Exa. a lembrança. Para atender a todos e ao nobre Senador Efraim Morais, o prazo é exatamente... O ofício será liberado daqui a pouco. E o prazo é do dia 3, hoje, ao dia 12.

Desculpe-me por não tê-lo informado anteriormente. Foi um lapso da minha parte.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, V.Exa...

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Qual é o prazo?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Do dia 3 ao dia 12, para as emendas da LDO.

Com a palavra o Deputado Pedro Novaes.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – Eu gostaria de concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Deputado Pedro Novais, por gentileza, o Deputado Nárcio Rodrigues não concluiu. Por favor.

**O SR. DEPUTADO NÁRCIO RODRIGUES** – De acordo com o que foi dito por V.Exa., na semana que vem nós teremos uma reunião do Congresso Nacional,

prevista para a terça-feira. Vamos, inclusive, deliberar várias matérias que já foram votadas aqui.

Então, eu acredito que na semana que vem nós teremos uma agenda que vai nos ocupar, quanto à questão orçamentária. Assim, poderíamos ser dispensados. Voltaríamos na semana seguinte para instalar, inclusive, os comitês. Parece-me ser muito oportuno que o façamos.

Deixo-lhe essa sugestão, corroborando com o que V.Exa. propôs.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, considerando o que V.Exa. disse (a tipicidade da próxima semana) e o que o Deputado Nârcio mencionou (a carga de trabalho que teremos nesta semana), parece-me ser exíguo o prazo de emendas ao relatório preliminar, que só foi aprovado ontem. Portanto, solicito a V.Exa. que dilate um pouco mais esse prazo. Ele é muito curto. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Estou consultando o calendário, Deputado. Dia 12 é sexta-feira.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Se fossem só emendas individuais, não haveria problema. Mas existem emendas coletivas. Precisamos reunir as bancadas, discutir o assunto, fazer a ata e colher as assinaturas. Esse é o problema. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Como se manifestam os outros Líderes acerca da ponderação feita pelo nobre Deputado Pedro Novais?

**O SR. DEPUTADO NÂRCIO RODRIGUES** – Presidente, como coordenador da bancada de Minas Gerais, vejo com muita dificuldade o prazo do dia 12, em razão do feriado. Acho muito difícil...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Como se manifesta o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, a Liderança do Governo acatará o que V.Exa. determinar. Estamos tranquilos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Como se manifesta o Deputado Zé Gerardo?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Favorável à proposição do Deputado Pedro Novais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Como se manifesta o nobre Relator da LDO, Deputado Wellington Roberto, acerca da ponderação feita pelo Deputado Pedro Novais, no sentido de se dar um pouco mais de elasticidade ao prazo para as emendas à LDO?

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Vamos dilatar o prazo para o dia 12. Por mim, não tem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Iniciaremos, então, no dia 9 de junho, dilatando o prazo até o dia 18, quinta-feira.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Ótimo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Tornarei sem efeito um ofício que já havia formulado. Diante do acordo de Lideranças com o Relator e a Mesa desta Comissão, o prazo, então, tem início na terça-feira, dia 9 de junho, e se encerra no dia 18 de junho.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião, convocando para o dia 17, quarta-feira, reunião ordinária, às 14h30min.

Obrigado.

**Ata da Segunda Reunião de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 16 de junho de 2009.**

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia dezesseis do mês de junho do ano de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Claudio Cajado, conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. A reunião foi convocada para ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin, acerca da *avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, fixada para o terceiro quadrimestre de 2008 e o primeiro quadrimestre de 2009, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, João Dado, José Fernando Aparecido de Oliveira, Magela, Osmar Júnior e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Efraim Morais; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Eunício Oliveira, José Aírton Cirilo, Leandro Vilela, Leo Alcântara, Nelson Meurer, Ratinho Junior, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; – **Senador suplente:** Roberto Cavalcanti. Foi registrado o comparecimento de parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Gilmar Machado e Vilson Covatti. **ABERTURA:** o Deputado Claudio Cajado, no

exercício da Presidência, declarou iniciada a reunião e transmitiu as excusas do Presidente desta Comissão, Senador Almeida Lima, pela sua ausência, em virtude de estar participando de audiência marcada com o Presidente do Senado francês e o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney. Em seguida, solicitou ao Secretário que tomasse assento à Mesa, bem como ao Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, Cleber Oliveira, e ao Secretário de Orçamento Federal, George Soares. Em prosseguimento, esclareceu que de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício comunicou que os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. O Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. Após, a palavra foi transferida ao palestrante, que discorreu sobre o tema em apreço, fazendo uso de projetor de multimídia. A apresentação foi encerrada às quinze horas e trinta e quatro minutos. Não houve debate. O Deputado Gilmar Machado, representante da Liderança do Governo no Congresso Nacional teceu elogios ao trabalho do palestrante. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício agradeceu a presença do Secretário do Tesouro Nacional e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados, às quinze horas e trinta e seis minutos. Para constar, eu, Karla A. Vieira de Mello, Secretária substituta, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador ALMEIDA LIMA. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Claudio Cajado) – Declaro aberta a segunda reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quero inicialmente transmitir as desculpas do Presidente desta Comissão, Senador Almeida Lima, que encontra-se ausente em virtude de estar participando de audiência com o Presidente do Senado francês e o Presidente do Senado Federal, José Sarney.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvirmos o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, que irá discorrer acerca da avaliação do cumprimento da meta do resultado primário

do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financeiras fixada para o terceiro quadrimestre de 2008 e o primeiro quadrimestre de 2009, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sr. Arno já está presente. Anuncio também as presenças do Secretário Adjunto Sr. Cleber Ubiratan de Oliveira e do Secretário de Orçamento Federal, Sr. Jorge Alberto Soares.

Como há poucos Parlamentares presentes, aliás, um único, o Deputado Gilmar Machado, concedo de imediato a palavra ao Dr. Arno Augustin, para suas explanações.

**O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO** – Eu queria primeiramente dar-lhes o meu boa-tarde. Vou tentar apresentar rapidamente as principais questões relativas ao cumprimento da nossa obrigação de explicitar os resultados do quadrimestre que se encerrou no final de 2008 e do último quadrimestre, o primeiro de 2009.

Esta primeira planilha mostra o cumprimento dos resultados primários previstos na Lei Orçamentária, de 3,8. O setor público consolidado teve uma realização de primário de 4,07% do PIB, correspondentes a 118 bilhões, dos quais 2,94%, ou seja, 85 bilhões, do Governo Federal. Esse resultado está acima da meta prevista, e considere-se que em 2008 nós tivemos um superávit ainda maior, um esforço primário ainda maior, poupado através do Fundo Soberano.

Na próxima planilha, nós temos a previsão para 2009 da LDO, a previsão da Lei Orçamentária para 2009 e o Projeto de Lei nº 15 de 2009, que está na Comissão de Orçamento e trata da proposta do Executivo de mudança das metas primárias para 2009. Na planilha seguinte nós temos a explicação disso. Está-se propondo uma redução da meta de 2,15 para 1,4, no caso da União; na meta das estatais, a retirada da PETROBRAS do resultado primário, correspondente 0,50% do PIB; e, no caso de Estados e Municípios, uma redução de 0,05, correspondente a todas as mudanças, a um primário que era de 3,8 e passa a ser de 2,5. Mas aqui a redução mesmo de primário é de 0,8, na medida em que 0,50 é uma nova metodologia, com a retirada da PETROBRAS.

A próxima planilha mostra a meta e o resultado. No primeiro quadrimestre, nós tivemos uma meta de 18,9 bilhões e um cumprimento de meta de 22,9 bilhões, portanto cumprindo o resultado primário com folga de 4 bilhões, valor superior ao previsto.

A próxima planilha mostra que o resultado primário executado de janeiro a abril de 2009 foi de 2,39, contra uma meta de 1,40. Portanto, do ponto de vista dos



primeiros meses do ano, estamos acima do previsto no projeto de lei que tramita nesta Casa, com o novo primário, e o setor consolidado, de 3,57 contra 2,50.

Nas próximas planilhas, apenas para informação, a evolução do PPI, que é aquela parcela que pode ser abatida da meta. Temos tido um crescimento importante, de 18% em 2009, e os investimentos totais crescendo 26% em 2009. Portanto aqui também verifica-se uma evolução positiva do aumento de investimentos.

Na próxima planilha nós temos uma comparação entre a meta e o realizado em 2008 e em 2009. Nesta primeira, de 2008, a meta do Governo Central, de 63,4 bilhões, foi cumprida em 71,3; e a meta do Governo Federal como um todo, de 82 bilhões, foi cumprida em 85,3. Em 2009, no primeiro quadrimestre, a meta era de 17 e foi cumprida em 22,4; e a do Governo Federal como um todo era de 19 e foi cumprida em 23. Lembro que as estatais são consideradas, do ponto de vista da LDO, conjuntamente, ou seja, o Governo Federal representa a soma do Governo Central mais as estatais, e o primário que se tem de cumprir é o do Governo Federal, a soma dos 2.

Na próxima planilha nós temos a dívida líquida do setor público, uma série histórica, apenas para demonstrar mais uma vez a evolução positiva que o Brasil teve no último período, o que indica uma capacidade de resistir a este momento de crise internacional importante. Os resultados fiscais colaboraram para isso.

A dívida líquida do setor público, que era de 52% do PIB em 2003, já tinha caído até 2007 para 42% do PIB. Em 2008, ano da crise internacional, tivemos uma redução significativa da dívida líquida, que caiu 6 pontos percentuais, de 42% para 36%. Este resultado tem muito a ver com a questão cambial. Ou seja, o Brasil é credor líquido em moeda internacional em relação à sua dívida externa, no caso do setor público. E, com a desvalorização do câmbio, o efeito hoje é o contrário do passado. Ou seja, a desvalorização do câmbio faz com que a dívida líquida caia, e não que cresça. O resultado é muito importante e positivo em termos de estabilidade fiscal.

Em 2009 nós temos um pequeno crescimento, que tem a ver com essa questão cambial e, obviamente, também com o primário menor, mas dentro de patamares absolutamente tranquilos e razoáveis.

Na próxima planilha temos os resultados primários em 12 meses. Em 2009, estamos com 13,1, portanto bem acima daquilo que está previsto para o ano. A seguir, o resultado nominal. Aqui também verifica-se a evolução fiscal impressionante do País, que saiu de um resultado nominal de 4,65 em 2003 para 1,53 em 2008. Em 2009, em função das ações anticíclicas que estamos tomando, ele cresce um pouco, mas ainda fi-

cando em patamar muito confortável, muito menor do que o da maior parte dos países do G-8 e do G-20 e semelhante ao patamar de 2007.

Por fim, apenas para registro, as próximas 3 planilhas tratam da evolução da dívida pública.

A dívida pública interna cai no primeiro quadrimestre de 1 trilhão 275 bilhões para 1 trilhão 273 bilhões, uma queda de 0,13% no estoque; a dívida externa, da mesma forma, cai, de 132 bilhões para 122 bilhões, uma queda de 7,75% no estoque; e a dívida total, a soma das duas, cai de 1,407 trilhão para 1,395 trilhão, queda de 0,85%.

Fiz uma apresentação mais sucinta, até em função do *quorum* não elevado, mas apresentando o fundamental, que é o resultado e o cumprimento do resultado primário mais uma vez pelo Governo Federal, assim como o resultado consolidado do setor público, conforme vem ocorrendo, felizmente para o País, há bastante tempo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Claudio Cajado) – Indago se algum Parlamentar deseja usar da palavra. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Sr. Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só quero saudar e cumprimentar nosso Secretário Arno Augustin e sua equipe pelo brilhante trabalho desenvolvido no Tesouro Nacional. É uma honra para nós, do Governo do Presidente Lula, constatar o esforço que o Tesouro vem fazendo, ao lado do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, para que possamos auxiliar os Estados e Municípios brasileiros. Cumprimento-o pela lei de reposição do FPM, fundamental para os municípios, e agora pela Lei Kandir, que honrou um compromisso que a Liderança do Governo tinha feito com a Oposição, que exigia a solução do problema da antiga Lei Kandir, a compensação de exportação. A medida provisória resolve esse problema, demonstrando que podemos ajudar mas mantendo o equilíbrio – e agora ainda fazemos esse empréstimo de 10 bilhões de dólares ao FMI.

Muita gente faz confusão. Esse dinheiro não está saindo das nossas despesas diárias, e sim da nossa reserva. Acho que isso tranquiliza a Oposição, que estava meio apavorada. Podemos fazer isso, e sem sacrificar nem as obras do PAC nem a expansão das universidades e das escolas técnicas, graças ao brilhante trabalho que vem sendo feito pelo Tesouro para que possamos atravessar a crise com tranquilidade.

A crise é grave, é séria, atinge todo o mundo, mas estamos conseguindo enfrentá-la corretamente, para que o País possa continuar crescendo e não venha a

sofrer efeitos tão perversos, como alguns países estão enfrentando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Claudio Cajado) – Mais algum Parlamentar deseja usar a palavra? (Pausa.)

A Mesa agradece ao Dr. Arno Augustin, que tinha por objetivo único e exclusivo nesta audiência pública discorrer acerca da avaliação do cumprimento da meta do resultado primário. Agradecemos também pela presença aos Secretários-Adjuntos Sr. Jorge Soares e Cleber de Oliveira.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

**Ata da Oitava Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 17 de junho de 2009.**

Aos dezesete dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 12. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Antônio Andrade, Bruno Rodrigues, Carlos Melles, Claudio Cajado, Cleber Verde, Darcísio Perondi, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Francisco Rodrigues, Geraldo Resende, Humberto Souto, João Dado, José Chaves, José Fernando Aparecido de Oliveira, Laurez Moreira, Magela, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa, Narcio Rodrigues, Osmar Júnior, Pedro Eugênio, Pedro Novais e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Almeida Lima, Efraim Moraes, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, João Vicente Claudino, José Nery e Leomar Quintanilha; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Edson Aparecido, João Magalhães, Leandro Vilela, Ricardo Barros, Rodrigo de Castro, Rubens Otoni, Vital do Rêgo Filho e Walter Ihoshi; – **Senador Suplente:** Roberto Cavalcanti. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Gorete Pereira, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Leão, Otavio Leite e Rose de Freitas; – **Senadores:** Augusto Botelho, Cícero Lucena e Cristovam Buarque. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Almeida Lima, declarou iniciados os trabalhos. Tendo em vista a inexistência de *quorum* regimental para deliberação, o Presidente suspendeu a reunião. Às quinze horas e seis minutos, o Presidente reabriu

os trabalhos e esclareceu ao Plenário que não presidiu a reunião de Audiência Pública para ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Hugo Augustin, em virtude de estar participando de audiência marcada com o Presidente do Senado francês e o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney. Justificou, também, a ausência à reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, por razão similar, decorrente da atividade parlamentar em outro setor do Senado Federal. Dando prosseguimento, o Deputado Pedro Novais, relator do Projeto de Lei nº 13/2009-CN, solicitou extensão do prazo para entrega do seu relatório e o Presidente concedeu o deferimento. Às quinze horas e oito minutos, persistindo a inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente anunciou a suspensão dos trabalhos. Antes, convocou a continuação para o mesmo dia, às dezenove horas e trinta minutos. Às dezenove horas e trinta e três minutos, o 3º Vice-Presidente, Deputado João Dado, no exercício da presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, reabriu os trabalhos. **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:** em virtude da continuação da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às dezenove horas e trinta e três minutos. Para constar, eu, Karla A. Vieira de Mello, Secretária substituta, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Almeida Lima. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 8ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 12, de 2009. (Pausa.)

Solicito a presença do Deputado Claudio Cajado aqui, à mesa.

Suspendo a sessão por 2 minutos.

Nós a reabriremos após o diálogo que pretendo manter com S.Exa.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Declaro reabertos os trabalhos.

Antes de suspender a sessão, para dar-lhe continuidade às 19h30min, quero aproveitar a oportunidade para esclarecer ao Plenário que no dia de ontem não



tive condições de estar presente presidindo a sessão diante do fato de no mesmo horário estar concedendo audiência ao Presidente do Senado francês e, no dia de hoje, às 14h, à reunião de Lideranças, por razão similar, decorrente da atividade parlamentar, em outro setor do Senado Federal.

Mesmo assim, peço desculpas aos nobres Líderes e Parlamentares que se fizeram presentes, no sentido de reiterar a necessidade dessas reuniões, pois tenho consciência de que nelas nós resolvemos muitos impasses que dizem respeito à pauta dos trabalhos.

Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, sou Relator do PL nº 13, mas só hoje estou recebendo da Consultoria o relatório do exame das Emendas nºs 230 e 324. Então, não terei tempo de apresentar o meu relatório até o dia 19, como está previsto no calendário.

Portanto, eu gostaria de pedir a V.Exa. um prazo maior, para que eu possa examinar tanto o relatório

da Consultoria, como as próprias emendas apresentadas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) – Deferida a solicitação de V.Exa.

A Mesa comunicará a V.Exa. a dilação do prazo.

Suspendo, portanto, a sessão, comunicando sua continuidade, no dia de hoje, a partir das 19h30min.

Muito obrigado.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Dado) – Declaro reiniciada a 8ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 12, de 2009.

Em virtude da continuação da Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, encerro esta reunião.

A reunião está encerrada.

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS                                                                                          | MESA DO SENADO FEDERAL                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Michel Temer (PMDB-SP)                                                           | <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Senador José Sarney (PMDB-AP)                                                          |
| <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Marco Maia (PT-RS)                                                       | <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)                                              |
| <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)                                   | <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)                                            |
| <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)                                                       | <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)                                                   |
| <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)                                                    | <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)                                              |
| <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Odair Cunha (PT-MG)                                                           | <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Mão Santa (PMDB-PI)                                                         |
| <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)                                                   | <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)                                                    |
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)                                           | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)                                                |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b><br>Deputado André de Paula (DEM/PE)                                                    | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b><br>Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)                           |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b><br>Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)  | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b><br>Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)    |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b><br>Deputado Severiano Alves (PDT-BA) | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) |

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º                                                      | TITULARES | SUPLENTES |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I)                                |           |           |
| Representante das empresas de televisão (inciso II)                           |           |           |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)                    |           |           |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) |           |           |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)            |           |           |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)           |           |           |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)             |           |           |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)    |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**  
**COMPOSIÇÃO**

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

**SENADORES**

| TITULARES                         | SUPLENTES                                 |
|-----------------------------------|-------------------------------------------|
| <b>Maioria (PMDB)</b>             |                                           |
| PEDRO SIMON (PMDB/RS)             | 1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)               |
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC) | 2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)                 |
| <b>DEM</b>                        |                                           |
| EFRAIM MORAIS (DEM/PB)            | 1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)               |
| ROMEU TUMA (PTB/SP)               | 2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC) |
| <b>PSDB</b>                       |                                           |
| MARISA SERRANO (PSDB/MS)          | 1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)              |
| <b>PT</b>                         |                                           |
| ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)        | 1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)                    |
| <b>PTB</b>                        |                                           |
| SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)          | 1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)               |
| <b>PDT</b>                        |                                           |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)        | 1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)       |
| <b>PCdoB</b>                      |                                           |
| INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)          | 1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)       |

**DEPUTADOS**

| TITULARES                              | SUPLENTES                                          |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------|
| <b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> |                                                    |
| VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup> | 1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)        |
| DR. ROSINHA (PT/PR)                    | 2. NILSON MOURÃO (PT/AC)                           |
| GEORGE HILTON (PP/MG)                  | 3. RENATO MOLLING (PP/RS)                          |
| ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)               | 4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>            |
| <b>PSDB/DEM/PPS</b>                    |                                                    |
| CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)                 | 1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)           |
| GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)   | 2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP) |
| GERMANO BONOW (DEM/RS)                 | 3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)           |
| <b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>           |                                                    |
| BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)              | 1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)                        |
| <b>PV</b>                              |                                                    |
| JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)             | 1. DR. NECHAR (PV/SP)                              |

(Atualizada em 28.05.2009)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.



## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Severiano Alves

| CÂMARA DOS DEPUTADOS                                                                                          | SENADO FEDERAL                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>HENRIQUE EDUARDO ALVES<br>PMDB-RN                                           | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>RENAN CALHEIROS<br>PMDB-AL                                                |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b><br>ANDRÉ DE PAULA<br>DEM-PE                                                    | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b><br>RAIMUNDO COLOMBO<br>DEM-SC                           |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b><br>SEVERIANO ALVES<br>PDT-BA | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>EDUARDO AZEREDO<br>PSDB-MG |

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

|                                                                               |                   |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 58,00</b>  |
| Porte do Correio                                                              | <b>R\$ 488,40</b> |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 546,40</b> |

**ANUAL**

|                                                                               |                     |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 116,00</b>   |
| Porte do Correio                                                              | <b>R\$ 976,80</b>   |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 1.092,80</b> |

**NÚMEROS AVULSOS**

|                        |                 |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | <b>R\$ 0,50</b> |
| Porte Avulso           | <b>R\$ 3,70</b> |

**ORDEM BANCÁRIA**

|                    |                       |
|--------------------|-----------------------|
| <b>UG – 020055</b> | <b>GESTÃO – 00001</b> |
|--------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



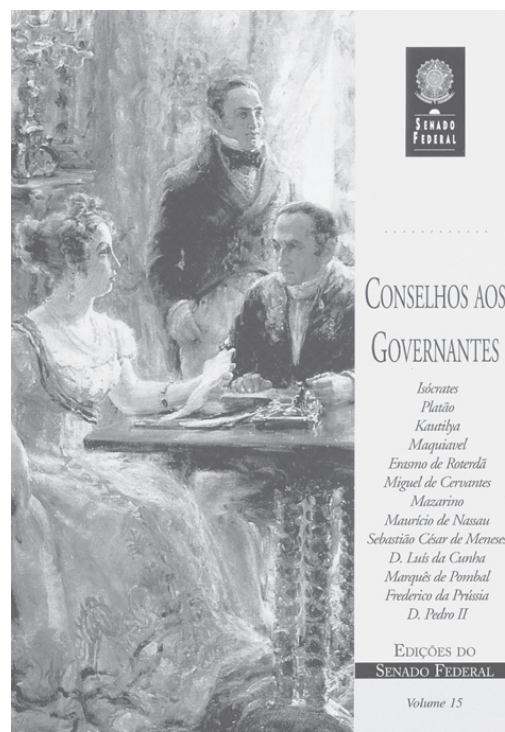
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



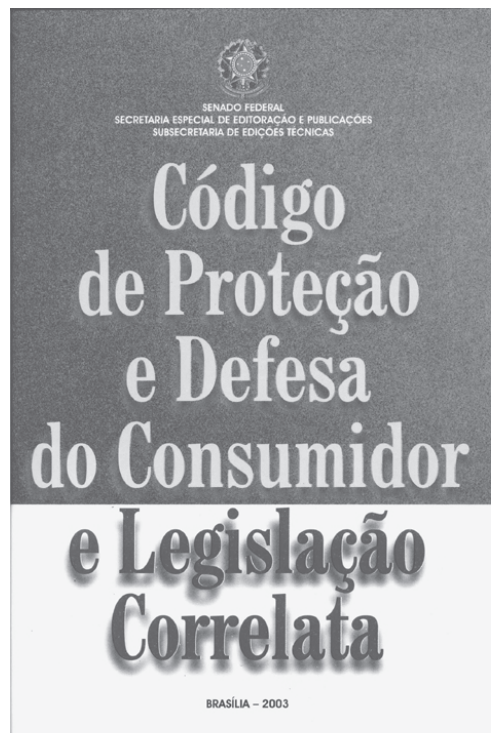
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.





**EDIÇÃO DE HOJE: 320 PÁGINAS**

(O.S. 15023/2009)